

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ALINE DE SOUZA TACONELI

**Economia solidária, saúde mental e subjetividades:
governamentalidade e resistência em um programa de geração de renda no
município de Santo André, SP**

São Paulo
2023

ALINE DE SOUZA TACONELI

**Economia solidária, saúde mental e subjetividades:
governamentalidade e resistência em um programa de geração de renda no
município de Santo André, SP**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos para obtenção
do título de doutora em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Fábio de Oliveira

São Paulo
2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pela autora

Taconeli, Aline de Souza

Economia solidária, saúde mental e subjetividades: governamentalidade e resistência em um programa de geração de renda no município de Santo André, SP / Aline de Souza Taconeli; orientador Fábio de Oliveira. -- São Paulo, 2023.

415 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. Economia Solidária. 2. Saúde Mental. 3. subjetividade. 4. governamentalidade. 5. resistência. I. de Oliveira, Fábio, orient. II. Título.

Nome: Aline de Souza Taconeli

Título: Economia solidária, saúde mental e subjetividades: governamentalidade e resistência em um programa de geração de renda no município de Santo André, SP

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em: 22/09/2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fábio de Oliveira

Prof. Dr. Bernardo Parodi Svartman

Profa. Dra. Fabiana Augusta Alves Jardim

Profa. Dra. Elisa Zaneratto Rosa

Profa. Dra. Flávia Manuella Uchôa de Oliveira

*Para Elizabeth,
mãe-rainha,
garota-sorriso,
presença-ausência,
saudade.*

AGRADECIMENTOS

Sempre achei difícil essa tarefa de escrever os agradecimentos de uma dissertação ou de uma tese, tanto que deixei essa parte por último. Não porque não seja grata, pelo contrário, por ser grata demais à muita gente. E, principalmente, por não querer deixar de expressar isso de forma clara para que as pessoas saibam.

Os primeiros a quem direciono meu agradecimento são os integrantes do coletivo CUPINS: André Bilha, João Silva, Jorge Alcides (em memória), Marcelo Rosa, Matheus Abreu, Roberto Gonçalves e os profissionais André Nunes e Roseli Montanari. Agradeço por me receberem por um bom tempo como “uma cupim” e por me ofertarem com generosidade sua amizade e afetos distintos, além de muito conhecimento sobre a vida, o que produziu em mim revoluções das maneiras de olhar para a existência. Agradeço também ao NUPE e aos seus trabalhadores, especialmente à Thaís, Ellen e Guilherme, e à Prefeitura de Santo André por permitir minha presença e apoiar esta empreitada.

Agradeço ao Prof. Fábio de Oliveira, orientador desta tese, por todas as cuidadosas leituras, os valiosos ajustes, os direcionamentos e, pelo acompanhamento amoroso ao longo desses anos todos. Agradeço, principalmente, pelo incentivo, palavras de fortalecimento e de confiança em todas as nossas conversas, desde a primeira “de corredor” que tivemos. Também agradeço por ter me “des-orientado” algumas vezes, o que foi imprescindível para os recálculos de rota e retomadas de objetivos. Aprendi muito em todo esse tempo com você e sou grata imensamente por toda a generosidade e pela amizade que acabou sendo construída. Essa tese foi produzida a quatro mãos graças à sua sincera e dedicada parceria.

Agradeço à Profa. Fabiana Jardim e à Profa. Malu Schmidt por integrarem as duas bancas dos exames de qualificação e por suas inestimáveis contribuições a esta pesquisa.

Agradeço às pessoas da USP, às/aos professoras/es do IPUSP, às/aos colegas do TraMPoS e ao pessoal do programa de pós do PST, especialmente ao apoio da secretaria.

Agradeço aos/às colegas de trabalho da Faculdade de Teologia da Universidade Metodista e da Faculdade de Psicologia da Universidade Nove de Julho que me apoiaram.

Um agradecimento especial...

Às pessoas que foram minhas parceiras no cuidado da minha saúde física e psíquica, especialmente aos/às profissionais-parceiros/as que se tornaram amigos/as.

Ao meu analista, cujo trabalho deu sustentação ao meu desejo de concluir essa tese.

Às pessoas parceiras no cuidado do meu irmão, Claiver.

Às minhas e aos meus analisantes, que me ensinam a escutar suas histórias e a construir juntas/os maneiras diferentes de recontá-las.

Às/aos participantes do Fórum do Campo Lacaniano do Grande ABC Paulista (em formação) que estão dispostas/os a sustentar esse espaço de trabalho tão caro à

minha formação enquanto analista, mesmo eu tendo me ausentado nos últimos tempos por conta desta pesquisa.

Às minhas alunas e aos meus alunos da graduação em Psicologia que me ensinam a encontrar as melhores maneiras de transmitir horizontalmente o que estou aprendendo.

À amizade e ao amor, que me sustentaram, perto e distante, por esses longos anos. Sei que eu disse muitos “não posso por causa dela, a tese” nesse tempo todo e agradeço por me manterem firme e estarem ao meu lado, mesmo sem que eu pudesse estar o tanto quanto eu gostaria com vocês.

Especialmente ao meu companheiro e parceiro de caminhada, Marcelo, por todo cuidado e sustento.

Ao Claiver, à Tatiana e à Letícia, minha família, que suportou minha ausência e me deu motivos para continuar. E, principalmente, à minha família querida que já não está aqui presente, em especial às mulheres nordestinas fortes e poderosas que me ensinaram a continuar caminhando, fazendo as pausas necessárias, mas não abandonando as batalhas que se tem chances de ganhar: vó Otilia, mãe Elizabeth e tia-madrinha Marilu. Eu sempre amarei vocês e vocês sempre existirão enquanto eu existir.

Por último, dedico um agradecimento especial aos meus amigos Kal e Fah, que partiram desse mundo neste ano de 2023. Vocês estiveram vivos em minhas memórias, cada um à sua maneira, presentes em saudades intensas enquanto eu finalizava esse escrito.

Enfim, aos amores e às amoras, aos amigos e às amigas: Obrigada!

A vida não seria essa capacidade da força de resistir?
Gilles Deleuze

Resistir é re-existir, existir de novo, afirmar as potências da vida.
Re-existir é recusar as subjetivações impostas e criar novas
formas de subjetividades.

Sílvia Gallo

RESUMO

Taconeli, A. S. (2023). *Economia solidária, saúde mental e subjetividades: governamentalidade e resistência em um programa de geração de renda no município de Santo André, SP* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esta tese aborda a relação entre subjetividade, trabalho e loucura, com foco na produção de subjetividades na interação dos indivíduos com o campo do trabalho, nas práticas cotidianas de um serviço inserido na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), tendo como pano de fundo a perspectiva teórica foucaultiana. A forma como os seres humanos se relacionam com o trabalho tem evoluído ao longo do tempo, e essa mudança também afeta a própria produção da subjetividade humana, sendo esse o eixo principal que norteia esta investigação, aproximando a produção de subjetividade em relação com o trabalho com as práticas de cuidado da loucura. O estudo utiliza ferramentas metodológicas de Michel Foucault, como arqueologia, genealogia e ética, para investigar a produção de subjetividades dos usuários de Saúde Mental inseridos em um programa de geração de trabalho e renda, por meio do dispositivo da reabilitação psicossocial, nos moldes da Economia Solidária. A ênfase de investigação principal se dá por meio de aproximação à terceira fase foucaultiana, a ética, fundamental para a compreensão das relações de saber-poder, práticas de si e produção de subjetividades. O objetivo é compreender os modos de subjetivação e as práticas de resistência no trabalho autogestionário em Saúde Mental e Economia Solidária, no Núcleo de Projetos Especiais de Santo André (NUPE), especificamente na Central Unida de Pessoas Inventando Novas Saídas (CUPINS). Explora as relações entre discurso e práticas sobre o trabalho e produção de subjetividade, analisando a história da relação entre trabalho e loucura e sua formalização por meio de políticas públicas que embasam práticas de governamentalidade. A pesquisa utiliza a etnografia e a cartografia para se aproximar dos usuários-trabalhadores e de suas experiências cotidianas, buscando entender a produção de subjetividade no contexto do trabalho, nas interações entre os participantes e no próprio serviço. O estudo apresenta o contexto da cidade de Santo André, SP, sua história na Luta Antimanicomial por meio de movimentos de resistência e a efetivação da Reforma Psiquiátrica. Introduce o NUPE e se aprofunda no CUPINS, oficina vinculada à Saúde Mental e à Economia Solidária, onde a pesquisa etnográfica e cartográfica é realizada. Com base nas ferramentas foucaultianas, o estudo visa produzir um “texto-experiência” no formato de crônicas, aproximando a pesquisa científica da literatura. Nas crônicas, busca narrar a produção de subjetividade dos sujeitos-trabalhadores-usuários no contexto de trabalho autogestionário e Economia Solidária, explorando modos de subjetivação, resistência e relações de poder-saber que se produzem no cotidiano. Em suma, a tese visa entender como as subjetividades são construídas e influenciadas pelas formas históricas de organização do trabalho em relação com a loucura, discursos sobre o trabalho e práticas de governamentalidade, destacando os movimentos de resistência. Enfatiza a importância do olhar para o presente por meio de uma abordagem de pesquisa que se apresenta contra hegemônica, adotando uma postura ético-política para a compreensão das complexidades do campo de pesquisa e, assim, ensaiar novos saberes e modos de ação para a própria ciência psicológica.

Palavras-chave: Economia Solidária. Saúde Mental. Subjetividade. Governamentalidade. Resistência.

ABSTRACT

Taconeli, A. S. (2023). *Solidarity economy, mental health and subjectivities: governmentality and resistance in an income generation program in the city of Santo André, SP* (Ph. D. Dissertation). Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, Brazil.

This thesis addresses the relationship between subjectivity, work and madness, focusing on the production of subjectivities in the interaction of individuals with the field of work, in the daily practices of a service inserted in the Psychosocial Care Network (RAPS), having as a backdrop the Foucauldian theoretical perspective. The way human beings relate to work has evolved over time, and this change also affects the very production of human subjectivity, which is the main axis that guides this investigation, bringing the production of subjectivity closer to work with care practices for madness. The study uses Michel Foucault's methodological tools, such as archeology, genealogy and ethics, to investigate the production of subjectivities of Mental Health users inserted in a work and income generation program, through the device of psychosocial rehabilitation, in the mold of the Solidarity Economy. The main research emphasis is given by approaching Foucault's third phase, ethics, which is fundamental for understanding knowledge-power relations, practices of the self and production of subjectivities. The objective is to understand the modes of subjectivation and practices of resistance in self-management work in Mental Health and Solidarity Economy, in the Nucleus of Special Projects of Santo André (NUPE), specifically in the United Central of People Inventing New Outputs (CUPINS). It explores the relationship between discourse and practices about work and the production of subjectivity, analyzing the history of the relationship between work and madness and its formalization through public policies that support practices of governmentality. The research uses ethnography and cartography to approach the user-workers and their daily experiences, seeking to understand the production of subjectivity in the context of work, in the interactions between participants and in the service itself. The study presents the context of the city of Santo André, SP, its history in the Anti-Asylum Fight through resistance movements and the implementation of the Psychiatric Reform. It introduces NUPE and goes deeper into CUPINS, a workshop linked to Mental Health and Solidarity Economy, where ethnographic and cartographic research is carried out. Based on Foucauldian tools, the study aims to produce a "text-experience" in the form of chronicles, bringing scientific research closer to literature. In the chronicles, it seeks to narrate the production of subjectivity of subject-workers-users in the context of self-managed work and Solidarity Economy, exploring modes of subjectivation, resistance and power-knowledge relations that are produced in everyday life. In short, the thesis aims to understand how subjectivities are constructed and influenced by historical forms of work organization in relation to madness, discourses about work and governmentality practices, highlighting resistance movements. It emphasizes the importance of looking at the present through a research approach that appears to be counter hegemonic, adopting an ethical-political stance for understanding the complexities of the research field and, thus, rehearsing new knowledge and modes of action for the psychological science itself.

Key Words: Solidarity Economy. Mental Health. Subjectivity. Governmentality. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da localização de Santo André no estado de São Paulo	273
Figura 2 - Logo do NUPE em Santo André	290
Figura 3 - Ficha de Identificação do NUPE no CNES	291
Figura 4 - Lema da organização que gera o nome ENACTUS	293
Figura 5 - Empreendimentos que fazem parte da Teia de Trabalho.....	294
Figura 6 - Entrada do NUPE	295
Figura 7 - Usuário-trabalhador do coletivo Refazer.....	295
Figura 8 - Galpão e estufa do coletivo Orquíflora.....	295
Figura 9 - Varal de secagem das peças do coletivo CUPINS	296
Figura 10 - Cozinha do coletivo Belisc	296
Figura 11 - Santo André entre as cidades circunvizinhas.....	300
Figura 12 - Roseli Montanari, no espaço de trabalho do CUPINS	308
Figura 13 - Panfleto do CUPINS	315
Figura 14 - Composição de fotos de “O cupinzeiro, 2011”	318
Figura 15 - Grupo “De Volta aos Palcos”	328
Figura 16 - <i>La Nef des fous</i> - Hieronymus Bosch (1503-1504)	332
Figura 17 - Camisetas produzidas e comercializadas pelos CUPINS	341
Figura 18 - Visita da Cavalera ao NUPE.....	346
Figura 19 - Processo de produção do CUPINS em parceria com a Cavalera.....	346
Figura 20 - Coleção Collab Cavalera + C.U.P.I.N.S.	347
Figura 21 - Lançamento da coleção na loja da Cavalera na Rua Oscar Freire.....	348
Figura 22 - Roseli no lançamento da Coleção Collab Cavalera + C.U.P.I.N.S.	349
Figura 23 - A estilista Cecília Echenique	350
Figura 24 - Formação rizomática	352
Figura 25 - Roberto, Marcelo e Aline em 2018.....	363
Figura 26 - Jorge Alcides	364
Figura 27 - Jorge e Marcelo.....	366
Figura 28 - Evento em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial	370

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
ABRASME	Associação Brasileira de Saúde Mental
CUPINS / C.U.P.I.N.S.	Central Unida de Pessoas Inventando Novas Saídas
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS-AD	Centro de Atenção Psicossocial - lcool e Drogas
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos da Saúde
CNSM-I	Conferncia Nacional de Saúde Mental - Intersectorial
CONEP	Comissão Nacional de tica em Pesquisa
CPTRA	Centro de Prevenção, Tratamento e Reabilitação do Alcoolismo
CUFSA	Centro Universitário Fundação Santo André
CRP	Conselho Regional de Psicologia
EES	Empreendimento de Economia Solidária
ENACTUS	Entrepreneurship Action Us
FMI	Fundo Monetário Internacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdncia Social
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MEI	Microempreendedor Individual
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTSM	Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
NAPS	Núcleo de Atenção Psicossocial
NUPE	Núcleo de Projetos Especiais
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
PMSA	Prefeitura Municipal de Santo André
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTS	Projeto Terapêutico Singular

PSA	Prefeitura de Santo André
PSF	Programa Saúde da Família
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
Rede	Rede Estadual de Saúde Mental e Economia Solidária
RT	Residência Terapêutica
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Semasa	Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
SLEGIS	Sistema de Legislação da Saúde do Ministério da Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	Unidade Básica de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USP	Universidade de São Paulo
WAPR	World Association for Psychosocial Rehabilitation

SUMÁRIO

Carta-apresentação à leitura desta tese.....	18
1. Aspectos introdutórios: abrindo a caixa de ferramentas foucaultianas.....	20
1.1. Por que Foucault?	28
1.2. Governamentalidade e resistência.....	30
1.3. Modos de subjetivação, práticas de si e ética	36
2. Produção de subjetividades e trabalho: um mapeamento de saberes, verdades e práticas.....	44
2.1. Para início de conversa: um primeiro percurso até a industrialização.....	47
2.1.1. Mas, afinal, o que é “trabalho”?	47
2.1.2. “Trabalho” para os gregos na era clássica	49
2.1.3. “Trabalho” na compreensão judaico-cristã.....	52
2.1.4. A perspectiva marxiana e a sociedade industrial.....	54
2.1.5. Robert Castel e a “questão social”.....	57
2.2. Disciplina, biopolítica e governamentalidade: modos de subjetivação da Revolução Industrial ao neoliberalismo.....	59
2.2.1. Poder disciplinar e os corpos úteis e dóceis	60
2.2.2. O uso das normas e o uso do “si”	62
2.2.3. Novas formas de organização do trabalho.....	64
2.2.4. Biopolítica e o <i>homo oeconomicus</i>	66
2.2.5. Sociedade de controle.....	69
2.2.6. A “nova razão” governamental neoliberal.....	70
2.2.7. O imperativo individualizante e a necropolítica.....	72
2.2.8. Primeiros apontamentos sobre o governo da loucura.....	76
2.3. Saberes da Psicologia a serviço dos modos de subjetivação no trabalho	78
2.3.1. A produção do sujeito psicológico	78
2.3.2. A intersubjetividade trabalhadora.....	81
2.3.3. O trabalhador sentimental.....	82
2.3.4. O trabalhador portfólio	83
2.3.5. Cultura psicológica de massa	85
2.3.6. O trabalhador autônomo e a gestão individual dos riscos	86
2.4. Da crítica à Psicologia para uma Psicologia crítica: criticar para transformar	89
2.4.1. Como ser sujeito sem ser sujeitoado?.....	90

2.4.2. O eterno agonismo na história	93
2.4.3. Desconstruir saberes para renovar as práticas	94
2.4.4. Experiências heterogêneas.....	96
3. Trabalho, loucura, políticas de saúde mental e de economia solidária: da governamentalidade neoliberal às práticas de resistência?	100
3.1. Loucura e trabalho: governo dos loucos, governo dos pobres.....	101
3.1.1. Ética da obrigatoriedade do trabalho no confinamento	101
3.1.2. Tratamento moral da loucura e da pobreza	104
3.1.3. A instituição do poder psiquiátrico.....	106
3.1.4. O paradigma de Esquirol e Pinel	109
3.1.5. As primeiras críticas ao modelo asilar.....	110
3.1.6. O paradigma de Morel	113
3.1.7. Sociedade liberal e instituição totalitária.....	116
3.1.8. Advento dos movimentos reformistas	118
3.1.9. O imperativo da defesa da sociedade	120
3.1.10. Psiquiatria Democrática Italiana e o projeto de emancipação terapêutica	122
3.2. Governamentalidade e estabelecimento de políticas públicas: razão econômica e o governo das condutas.....	126
3.2.1. Políticas públicas como gestão das populações.....	127
3.2.2. Processo de governamentalização do Estado	130
3.2.3. A medicina social entre a saúde e a pobreza	135
3.2.4. Razão econômica e dispositivos de segurança	140
3.2.5. A crise do liberalismo dogmático	142
3.2.6. O Estado como garantidor da lógica concorrencial.....	147
3.3. Reforma Sanitária e Rede de Atenção Psicossocial: governamentalidade democrática brasileira	151
3.3.1. Palavras introdutórias sobre o Estado brasileiro.....	152
3.3.2. Breve genealogia das políticas de saúde pública no Brasil	157
3.3.3. Movimento da Reforma Sanitária, SUS e redemocratização brasileira	161
3.3.4. Reforma Psiquiátrica e a Rede de Atenção Psicossocial	163
3.3.5. O imperativo da inclusão e a lógica <i>in/exclusão</i>	168
3.3.6. Cidadania e governo democrático neoliberal	176
3.3.7. Encarando o perigo neoliberal.....	179

3.4. Reabilitação Psicossocial e Economia Solidária: governo das condutas e práticas de resistência.....	183
3.4.1. Reabilitação psicossocial como dispositivo	184
3.4.2. Uma prática à espera de teoria.....	187
3.4.3. A perspectiva crítica e política de Benedetto Saraceno.....	189
3.4.4. Uma pedagogia da sociabilidade	192
3.4.5. Louco, cidadão e consumidor.....	194
3.4.6. Os primórdios da experiência cooperativista.....	197
3.4.7. Cooperativismo e a prática da Economia Solidária no Brasil	202
3.4.8. SENAES, MTE e MS no Governo Lula.....	209
3.4.9. O <i>impeachment</i> de Dilma e os desmontes em uma gestão manicomial	217
3.4.10. Economia Solidária e Saúde Mental entre a submissão e a resistência....	224
3.4.11. Para avançar: fazer perguntas e definir objetivos.....	232
4. A metodologia como re-des-construção: as tramas da subjetividade e a pesquisa qualitativa	235
4.1. Dispositivo e rizoma: múltiplas linhas de saber, poder e subjetividade	239
4.2. Cartografia, “etn-cartografia” e etnografias “multissituadas”.....	246
4.3. Etnografia contemporânea e validação científica da pesquisa qualitativa.....	253
4.4. Produção coletiva dos resultados e escrita do “texto-experiência”	259
4.5. Formalização da produção dos resultados da pesquisa.....	270
5. Tessitura subjetiva: uma experiência entre saúde mental e economia solidária em Santo André	272
5.1. Santo André histórica, operária e resistente.....	272
5.1.1. Breve história andreense.....	273
5.1.2. RAPS e o NUPE.....	285
5.2. Crônicas de um cupinzeiro	299
5.2.1. A nova velha estrada de Santos: caminhos do (a)mar e do lutar.....	300
5.2.2. Central Unida de Pessoas Inventando Novas Saídas.....	311
5.2.3. Subjetividades tecidas em xilogravuras e serigrafia.....	317
5.2.4. Saúde não se vende, loucura não se prende ou trabalhar é mais que mil remédios	326
5.2.5. A nau dos loucos ou sair dos muros não é deixar o manicômio.....	332
5.2.6. Desfilando a loucura nos centros das cidades	342
5.2.7. A Teia de Trabalho é um rizoma	352

5.2.8. O viver e o morrer como resistência: uma homenagem ao Jorge.....	364
6. Finalização do percurso: alinhavando fios, apresentando conclusões e apontando novas perspectivas	371
Referências	392

Carta-apresentação à leitura desta tese

“*Não exclua, inclua!*”. Este foi o lema que minha sala da 2ª série do Ensino Fundamental escolheu para o que chamaram de “Semana da Inclusão”. Era o ano de 1993, portanto, trinta anos atrás. Esta foi também a primeira informação que chegou até mim, ainda na infância em um colégio de educação católica, de que existiam pessoas incluídas e excluídas no mundo. E que havia maneiras de incluir os excluídos e o mundo – meu mundinho da escola naquele momento – estava tentando fazer isso. De lá pra cá, essas ideias se apresentaram a mim de muitas formas distintas. Passando pela graduação em Teologia, conheci a Teologia da Libertação, e o rosto do excluído tomou formato do rosto de quem tem fome. Ali, entendi que esperar pela salvação no reino vindouro era algo muito distante para quem precisava comer, aqui e agora. Depois disso, cheguei à licenciatura de Filosofia – que não concluí – onde conheci o Foucault de *Vigiar e Punir* e o Nietzsche de *Genealogia da Moral* e soube mais do mundo e de suas exclusões; de suas carestias e suas prisões materiais, simbólicas e institucionais. Mais tarde, cheguei ao curso de Psicologia enquanto cursava uma especialização *lato sensu* de Filosofia, que me aproximou ainda mais do pensamento de Foucault e de Nietzsche, donde nasceu também meu interesse pelo tema da “loucura”, como modo não normativo de existir, e pelo tema da organização do mundo moralista e normativo que exclui aos loucos.

Essas são algumas das motivações pessoais que me inspiraram na realização da presente pesquisa. Achei importante apresentar brevemente esse percurso de (de)formação pessoal e intelectual para apresentar esta tese. De alguma forma, nas próximas páginas, as leitoras e os leitores irão ler uma produção acadêmica mas, de igual forma, irão ler a mim. Compreendo que a escrita é um exercício de exposição e de produção, de argumento(s) e de si mesmo. Vamos nos expondo e nos fazendo com cada escolha que tomamos no caminho da escrita de um texto. Ainda que seja uma etapa obrigatória na trajetória acadêmica, com o objetivo de alcançar a titulação pretendida, a escrita não se desvincula da subjetividade de quem a produz como sua obra, um fazer de si mesmo em relação ao que fizeram de você.

Esta última frase inspirada no dito sartreano de que “o que importa é o que você faz com o que fizeram de você” talvez seja uma frase que resume o que esta tese intentou apresentar, tanto no recorte do problema de pesquisa que busquei responder, quanto no resultado produzido. Como sujeito-pesquisadora-autora, fiz esta tese e me fiz, com aquilo

que me atravessou por esse percurso acadêmico e por um percurso mais amplo chamado vida. E, foi processo similar o que se deu com os sujeitos com quem estive durante esta pesquisa no CUPINS, que foram re-inventando novas formas de ser diante da vida.

Sobre o processo de produção da pesquisa em si, quero fazer igualmente algumas considerações de apresentação para quem a lê. Ela vai sendo construída desde meu primeiro contato com Foucault, quando nutri grande fascinação pelo modo crítico e problematizador com que ele olhava para a história. Sua preocupação em levantar questionamentos, sem intenção de apontar respostas universais senão criticando-as, e sua aproximação do pensamento de Nietzsche, me inspiraram e desafiaram a me aprofundar no estudo das pesquisas foucaultianas e, sobretudo, a produzir algo a partir delas para o meu campo de formação e atuação atual, a Psicologia, partindo de minhas inquietações sobre habitar o mundo da forma como ele está organizado e ser incluído ou excluído dele.

O CUPINS, conheci no estágio obrigatório profissionalizante de Psicologia Institucional na graduação, e me encantei por cada pessoa que conheci e que integrava aquela oficina, e, sobretudo, pela proposta do serviço que ali acontecia com o intuito de promover formas de incluir aquelas pessoas na sociedade. Queria muito entender melhor como isso se dava e contribuir de alguma forma para aquilo que eles estavam fazendo ali. Nesse misto de encantamento pessoal e de interesse intelectual, me enveredei na construção de um projeto que nasce dessa minha experiência na graduação em Psicologia, se tornando um projeto de mestrado e, depois do exame de qualificação, uma tese de doutorado direto. Alguns anos se passaram, alguns deles atravessados pela pandemia de Covid-19 e por muitos acontecimentos globais e pessoais. Durante esse tempo, me lancei na construção de um edifício teórico-metodológico – tijolo conceitual por tijolo conceitual – em direção a uma pesquisa que se mantivesse de pé. E, então, aqui apresento a historicização de todo esse percurso de produção da pesquisa e de mim mesma, norteadas pelo interesse em pensar as questões das relações de dominação/sujeição; saber/poder; discursos e práticas que produzem subjetividades pelo viés das pesquisas foucaultianas, em relação às temáticas da loucura e da dialética *in/exclusão*, tendo por base toda a trajetória que culminou no meu encontro com o CUPINS.

Durante esta pesquisa, afetei e fui afetada e, certamente, de uma forma ou de outra, esta pesquisa afetará vocês leitoras e leitores que aqui se demorarem um tanto. Agradeço a leitura deste escrito que é também um pouco, um breve recorte, de mim mesma.

Sujeito-pesquisadora-autora.

1. Aspectos introdutórios: abrindo a caixa de ferramentas foucaultianas

Esta tese tem como proposta falar de subjetividade e de trabalho, e mais especificamente, da produção de subjetividades na relação dos sujeitos com o campo do trabalho. Essa relação é foco de atenção de diversos saberes, entre eles os saberes da Psicologia.

Ao longo dos tempos, a forma como o ser humano se relaciona com o trabalho vai se metamorfoseando e, assim, é possível pensar que, concomitantemente, a própria subjetividade humana metamorfoseia-se. Como produto das diversas formas de organização do trabalho construídas historicamente, dos discursos acerca do trabalho e do ato de trabalhar, e do engendramento de forças sociais de diversas capilaridades de poderes que envolvem a relação do ser humano com seu trabalho, subjetividades são produzidas, submetendo-se ou resistindo aos mais heterogêneos discursos e forças. Este é o pressuposto que nos inspira na presente tese e que vai delinear os caminhos trilhados e as escolhas tomadas ao longo dos anos da pesquisa, atravessados por uma pandemia e por obscurecimentos sociais de diversos níveis, sobretudo o aumento da pobreza e do sofrimento psíquico nas sociedades brasileira e global.

A realização da pesquisa está situada temporalmente entre os anos de 2017 e 2023 e nos parece ser importante situá-la em um primeiro momento assim, pois não foi sem sofrer impactos significativos que ela foi realizada durante duas transições de governo no Brasil¹ e a irrupção da pandemia do Coronavírus no Brasil (no início de 2020). Tais acontecimentos nos níveis local, nacional e mundial modificaram de alguma maneira o lugar histórico e social de onde se fala, os sujeitos de quem e com quem se fala, por quem se é falado e a quem se fala.

De caráter teórico e de campo, esta pesquisa atravessou muitos desafios, desde a retomada das idas ao campo, postergada por dois anos em razão da pandemia, até a retomada da redação da discussão teórica e da produção dos resultados, dificultada pela vivência e pelo sofrimento subjetivo da própria pesquisadora nesses mesmos dois anos, subjetividade essa que, como apontaremos na presente tese, é parte constitutiva da

¹ Presidências de Michel Temer, 2017-2018; de Jair Messias Bolsonaro, 2019-2022; e de Lula da Silva, iniciada em 2023.

pesquisa, se entrelaça e emaranha com ela, confundindo-se e distanciando-se, sem delimitações tão claras.

Assim, podemos indicar que, apesar de inicialmente considerarmos uma linha cronológica para organizar a apresentação da pesquisa, a compreensão da história de onde partimos é de uma história em movimento, aberta, em construção, também metamorfoseando-se a cada acontecimento. Tais acontecimentos, do ponto de vista da nossa compreensão teórica, são de uma ordem que extrapola os acontecimentos corriqueiros, cotidianos e avança na compreensão do acontecimento como um quiasma, uma escansão² de onde se irrompem novas formas de subjetividades como efeitos da correlação dos sujeitos com os novos arranjos sociais, práticas e discursos. Sendo dessa maneira, entendemos que a história, os acontecimentos, os saberes e as práticas estabelecidos incidem diretamente nos modos e processos de subjetivação e, portanto, nos interessa diretamente sermos capazes de mapear a história para nos aproximar das subjetividades.

Cabe também dizer que isso que temos estabelecido hoje, em termos de saberes, verdades e práticas, é o resultado de lutas e embate de forças de diversos setores da sociedade. Aliás, cabe dizer que a luta e o embate de forças são constantes e o processo jamais se dá como acabado. É importante assinalar que as relações de força estão sempre em movimento, jamais estancando-se ou paralisando-se em uma verdade absoluta e definitiva que valeria universalmente para os temas postos em questão. Além disso, é importante pensar que as forças que se embatem não são necessariamente forças antagônicas, mas são forças que se alternam, ora se justapõem, ora se antagonizam, ora se fundem, ora se separam, e vêm de correntes e fontes diversas que não podem ser mapeadas linearmente ou teleologicamente. Tais forças estão fluindo em camadas diversas da sociedade e vêm de diversas fontes diferentes, não tendo necessariamente um pensamento racional por detrás delas, mas sim diversas racionalidades, hegemônicas e minoritárias, difundindo-se e regressando heterogeneamente entre as camadas do tecido social.

² *Escansão*, palavra emprestada da área da linguística, é o ato de dividir silabicamente os versos de um poema. Já o *quiasma*, da área da biologia, se refere a um entrecruzamento em forma de x, onde as rotas se cruzam e tomam caminhos avessos. As duas expressões já foram tomadas de empréstimo anteriormente por certa compreensão psicanalítica para exemplificar alguns atos e efeitos do analista na condução de uma análise. Aqui, as tomamos emprestado para pensar na história como efeito dos acontecimentos no seu decorrer, que fazem cortes e propiciam mudanças de direção.

Essa forma de pensar os acontecimentos históricos como processos abertos e não lineares é trazida por Michel Foucault. Explicitamente bebendo do pensamento de Nietzsche, que faz uma crítica direta ao conhecimento racionalista e positivista em toda a extensão de sua obra, Foucault empreende uma nova forma de fazer pesquisa, inicialmente chamada de arqueológica e posteriormente chamada genealógica (e também nomeada arqueogenealógica por alguns), sobre questões tais como a prisão, em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (Foucault, 2016b); a loucura, em *História da loucura na Idade Clássica* (Foucault, 2009); as ciências humanas, em *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (Foucault, 1968); a sexualidade, nos três volumes da *História da sexualidade* (Foucault, 1976/2017a, 2017b, 2017c) e, especialmente; a genealogia do sujeito moderno (ocidental), na série de cursos ministrados no *Collège de France* entre os anos de 1971 e 1984. Talvez a obra de Nietzsche que mais tenha influenciado Foucault em sua forma de fazer pesquisa seja a *Genealogia da moral: uma polêmica* (Nietzsche, 2004). Para ambos os autores, é vã a busca por uma origem e uma essência das coisas, bem como a eleição de uma verdade absoluta e universal. A genealogia não pode ser senão histórica, situada em um contexto em que seres humanos são ao mesmo tempo sujeitos e objetos; produto e produtores de conhecimento e de práticas; conhecedores e conhecidos (Oliveira, 2012; Pinho, 2010; Ribeiro, 2018).

Tais denominações de suas pesquisas como arqueológicas, genealógicas ou ainda arqueogenealógicas se dão como nomeação de um certo tipo de instrumento metodológico. São como ferramentas utilizadas por Foucault em um novo modo de fazer pesquisa, pós-estruturalista, que influenciará muitos autores e correntes de pensamentos após ele. Nessa forma de pesquisar, Foucault vai mapeando as camadas do tecido social, escavando-as e descrevendo os processos de formação dos saberes, conseguindo distinguir atuações diretas e indiretas de correlação e embate de forças, de relações de poder. Assim, como resultado dos embates das forças e das relações de poder, temos o estabelecimento de saberes e práticas que postulam regimes de verdade e dispositivos que incidem diretamente na produção de subjetividades. Segundo o próprio autor é a “subjetividade entendida como o conjunto dos processos de subjetivação aos quais os indivíduos foram submetidos ou aplicaram com relação a si mesmos” (Foucault, 2016a, p. 255).

Estudiosos foucaultianos costumam dividir as pesquisas do autor em três momentos ou ainda em três grandes temas: arqueologia, genealogia e ética. Como parte

intrínseca da própria abordagem foucaultiana diante da produção de suas pesquisas, tal divisão em tríade é apenas formal e didática. Poderíamos dizer que uma “nova” temática não substitui a outra, mas a acrescenta de maneira a expandir o olhar para o presente, de forma mais abrangente. Este foi o principal interesse de Foucault, explicitado por ele ao final de sua obra, a saber: interrogando-se sobre o presente, realizar uma ontologia do presente ou ainda uma ontologia de nós mesmos. Essa atitude é crítica e interrogativa por excelência, uma vez que nos permite olhar para o que somos e como nos tornamos o que somos. Sendo assim, inicialmente, Foucault se debruça sobre o estabelecimento de saberes e verdades (arqueologia), ampliando para o estudo das relações de poder (genealogia) e desemboca na abertura à questão da ética, das tecnologias e cuidados de si, na própria subjetividade (arqueogenealogia ou ética). Não à toa, mais ao final de sua obra, Foucault irá dizer que, de fato, a questão central dos seus estudos não estava nos saberes ou nas relações de poder, mas sim no sujeito (Foucault, 1995).

Nos anos finais de sua vida, Foucault, como é sabido, se dedicou à ministração de cursos no *Collège de France*, entre os anos de 1971 e 1984, na cadeira denominada *História dos sistemas de pensamento*. Em tais cursos, irá se dedicar ao programa de uma genealogia das relações saber-poder, em oposição ao seu trabalho de arqueologia das formações discursivas empreendido até então³. No curso ministrado em 1983, *O Governo de si e dos outros* (2018d), Foucault, nas duas primeiras aulas, faz uma retomada de seu trabalho enquanto pesquisador até então, indicando os deslocamentos das temáticas estudadas ao longo de sua vida, buscando explicitar de que maneira estaria desenvolvendo seu projeto atual. Ele afirma estar interessado naquilo que ele chama de “foco de experiência”, buscando trazer contribuições para a questão da atualidade. Ele diz: “É preciso optar ou por uma filosofia crítica que se apresentará como uma filosofia analítica da verdade em geral, ou por um pensamento crítico que tomará a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade” (Foucault, 2018d, pp. 21-22). Nesse sentido, abordando a questão da verdade por outra ótica distinta do período arqueológico, Foucault propõe um pensamento crítico em favor de uma ontologia do presente.

Inspirados nesses deslocamentos e foco de interesse, também nos interessa nesta tese utilizar esses três grandes eixos da maneira que entendermos ser a mais foucaultiana

³ Essas informações são fornecidas por François Ewald e Alessandro Fontana na apresentação da edição brasileira dos cursos pela editora Martins Fontes, edições estabelecidas por Frédéric Gros sob a direção de Ewald e Fontana, com tradução de Eduardo Brandão.

possível: como ferramentas para olhar o presente. Defendemos na presente tese que tais ferramentas podem ser empenhadas no campo da Psicologia Social para produzir algum saber sobre a experiência de usuários-trabalhadores no campo da Saúde Mental em intersecção com a Economia Solidária. Como o próprio Foucault efetuou deslocamentos nas noções da arqueologia e da genealogia, buscaremos efetivar alguns deslocamentos na presente tese, buscando utilizar as ferramentas mais adequadas para o trabalho necessário. Não temos a grande pretensão de aprofundar em cada uma dessas perspectivas de pesquisa de um autor tão profícuo em publicações, com inúmeras produções em vários formatos, em cursos, livros, entrevistas, pequenos textos de revistas e muitos materiais ainda sem tradução do francês, além de alguns materiais que o público acadêmico não tem sequer acesso. Não nos interessa aceder à categoria de “especialista em Foucault”, mas sim, utilizar de parte muito recortada e delimitada de sua ampla pesquisa como ferramentas para produzir algum tipo de interpretação e problematização possível sobre o nosso interesse de pesquisa e a nossa realidade do presente.

Não sem incorrer no risco de cair em um grande equívoco reducionista, nos aventuramos na seguinte síntese: ao olhar para os saberes e verdades estabelecidos (inspiração da arqueologia) em nosso escopo da pesquisa, nos interessa responder à questão de *como os sujeitos se tornaram o que são por meio do saber, da “verdade” e das práticas a ela atreladas*. Ao mapear as relações de força e de poder (inspiração da genealogia), *interrogamos como os sujeitos da pesquisa se tornaram o que são pela ação de uns sobre os outros* e, por último, ao olhar para o campo e para as práticas do cotidiano da pesquisa, nos interessa responder *como cada sujeito se constitui o que é pela própria ação de si sobre si* (inspiração da ética). Esse modo de pensar a constituição triádica⁴ da subjetividade será utilizado como ferramenta para nos aproximarmos do campo de pesquisa, e entendermos, em poucas palavras: *o que o campo pesquisado pode nos indicar acerca do que os sujeitos-trabalhadores-usuários fizeram com aquilo que foi feito deles*⁵?

⁴ Muitos pesquisadores e comentadores foucaultianos fazem distintas acepções acerca da conjunção das três temáticas no trabalho de Foucault, a saber: verdade ou saber, poder e sujeito. Em diversas pesquisas consultadas encontramos essa conjunção nomeada como *modos de subjetivação*, *processos de subjetivação* e até mesmo *política de subjetivação*. Faremos algumas distinções ao longo do texto que deixarão claro de que maneira estamos tomando essa tríade como ferramenta de pesquisa, mas, a princípio, utilizaremos de distintas acepções como sinônimos para a produção de subjetividade.

⁵ Assim construímos essa proposição em franca paráfrase do dito sartreano: “O importante não é aquilo que fazem de nós, mas o que nós mesmos fazemos do que os outros fizeram de nós”.

Este preâmbulo teórico é importante para demonstrar quais os nossos pontos de partida e maneiras de olhar para pensarmos a produção de subjetividade na relação do ser humano com o trabalho, bem como pensar a inter-relação entre Saúde Mental e Economia Solidária. Nossa proposta na presente tese é pensar alguns modos e processos de subjetivação específicos, como resultados dessas construções de saberes e verdades, do embate de forças e relações de poder, e da sujeição/resistência ética que se apresentam de forma muitíssimo particular: a produção de subjetividade de usuários de serviços públicos de Saúde Mental, participantes de programas de reabilitação psicossocial por meio do trabalho, em um sistema de produzir inserido na Economia Solidária.

Para que seja possível darmos conta de apresentar essa produção subjetiva de modo mais próximo possível do presente, e não a partir de um olhar tecnicista exterior, rechaçando a pecha positivista dicotômica de sujeito-objeto e de que nós acadêmicos seríamos os conhecedores e detentores de verdades e postulados absolutos sobre os sujeitos – algo, aliás, que as ferramentas teóricas escolhidas rejeitam intrinsecamente –, precisamos percorrer diversos caminhos epistemológicos, conceituais e também práticos. Para tal, vamos nos aproximar de produções bibliográficas e documentais, de forma a tentar mapear os campos discursivos, as constituições de saberes, os dispositivos e as relações de poder, para somente depois, podermos nos debruçar sobre o trabalho de campo. Então, em uma proposta de inspiração etnográfica e cartográfica – ou mesmo uma proposta de um exercício *etnocartográfico* como apresentaremos no capítulo metodológico – utilizaremos as ferramentas da “tríade foucaultiana” para nos lançarmos à (co)existência material da subjetividade dos “loucos⁶” participantes do Núcleo de Projetos Especiais de Santo André (NUPE), na oficina Central Unida de Pessoas Inventando Novas Saídas (C.U.P.I.N.S.⁷).

Desta forma, pode-se afirmar que o objetivo da presente tese é buscar conhecer os modos e processos de subjetivação que se efetivam no campo do trabalho autogestionário em interface com o campo da Saúde Mental, especificamente a partir de aproximação dos usuários dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do

⁶ Ao longo deste trabalho, vamos nos referir aos “usuários dos serviços de saúde mental” em alguns momentos como “loucos”. Tal escolha é intencional para que se façam sentir os discursos e os modos de subjetivação, bem como as inscrições subjetivas presentes nesses sujeitos em suas existências como pessoas fora das normas e padrões e que foram marcados pela loucura ao longo dos tempos. Assim fazemos, inspirados principalmente na obra *História da loucura na Idade Clássica* (2009) de Michel Foucault.

⁷ Originalmente é grafado C.U.P.I.N.S., mas optamos por simplificar para CUPINS no presente trabalho e assim seguiremos a partir de aqui.

município de Santo André, no ABC Paulista, que estão inseridos no Núcleo de Projetos Especiais (NUPE). Este núcleo funciona vinculado aos serviços de Saúde Mental implantados no município pela Secretaria Municipal de Saúde, constituindo a RAPS que, por sua vez, é constituída por Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para populações específicas, de acordo com as orientações dos documentos oficiais e por outros serviços substitutivos ao manicômio. O NUPE, como um desses outros serviços, oferta oficinas de geração de renda articuladas com as Redes de Economia Solidária. Como proposta base dos empreendimentos em Economia Solidária, as oficinas funcionam pautadas por valores de autogestão e cooperação nas relações de trabalho.

Utilizando como método de pesquisa a etnografia e a cartografia junto aos loucos em seu dia a dia, mais especificamente, acompanhando processos de produção de subjetividade, participando do cotidiano da oficina CUPINS e de rodas de conversa, Assembleias e outras atividades formais e informais, buscaremos contar sobre a produção da subjetividade dos sujeitos atuantes no espaço de trabalho, na convivência entre os participantes e no serviço que acolhe a oficina. Diante da presença enquanto pesquisadora coexistindo no “cupinzeiro” – mas também enquanto provisoriamente uma “cupim” – na prática do trabalho que nasce da aproximação da Economia Solidária com o campo da Saúde Mental, pretende-se, ao final, apresentar os resultados da pesquisa a partir da produção de um “texto-experiência”, em termos foucaultianos, que assumirá o formato de crônicas, as *Crônicas de um cupinzeiro*, opção que visa uma aproximação da pesquisa científica com a literatura.

Portanto, inspirados nas ferramentas foucaultianas, o caminho que iremos percorrer será, no primeiro capítulo introdutório que aqui estamos abrindo, materializar a famosa metáfora utilizada por Foucault dos conceitos como “caixa de ferramentas” que pode ser aberta, “curiada”, remexida até que se escolha utilizar a melhor ferramenta para o melhor fim. Nesse sentido, nossa proposta é de que nos próximos tópicos deste capítulo façamos uma apresentação, de forma introdutória, dos conceitos foucaultianos que pretendemos utilizar ao longo desta tese. Essa apresentação, como o próprio nome define, não substitui uma retomada e posterior aprofundamento dos conceitos-ferramenta ao longo da discussão teórica, mas visa preparar o leitor para a compreensão de quais ferramentas estamos lançando mão, de que modo compreendemos seu funcionamento e como pretendemos efetivá-lo.

No segundo capítulo, já lançando mão de algumas ferramentas apresentadas, buscaremos discorrer sobre as articulações entre os discursos acerca do trabalho e do ato de trabalhar e a produção de subjetividades, indicando alguns modos de subjetivação que se produziram no campo do trabalho, de forma contingencialmente histórica. Passaremos por autores de base teórica distinta da nossa, com o intuito de melhor nos aprofundarmos principalmente na temática do trabalho, mas também da subjetividade. Nesse capítulo, daremos destaque ao papel dos saberes e práticas *psi* na produção de subjetividades em atrelamento ao campo do trabalho.

Já no terceiro capítulo, faremos um exercício crítico e problematizador de apresentação de acontecimentos, a partir de análise documental e de discussão teórica a partir de pesquisa bibliográfica, com foco na relação entre trabalho e loucura, na história recente do atrelamento da prática do trabalho a um certo tratamento da loucura. Em seguida, buscaremos analisar e problematizar a formalização do entrelaçamento entre trabalho, Saúde Mental, e Economia Solidária pelo estabelecimento de Políticas Públicas, apontando as complexidades e contradições que emergem do campo da política e da luta dos movimentos sociais. Aí também lançaremos mão de ferramentas adequadas à essa discussão.

No quarto capítulo, o metodológico, apresentaremos e iremos nos aprofundar nas distintas ferramentas metodológicas escolhidas para nos aproximar do campo de pesquisa, para nos aproximar do NUPE e do CUPINS. Construiremos nosso argumento visando embasar as formas que assumimos para realizar esta pesquisa de campo que seguiu a inspiração da etnografia contemporânea e da cartografia, esta última de inspiração foucaultiana a partir de proposição de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Defendemos tais escolhas como modos que compreendemos ser contra hegemônicos de produção de resultados de uma pesquisa de campo. Aí, nos deteremos nos conceitos de *dispositivo* e *rizoma*, propostos por Foucault e por Deleuze, para pesquisar *no* cotidiano, as distintas linhas de *saber*, *poder* e *subjetividade*.

No quinto capítulo, finalmente chegamos até a cidade de Santo André, e apresentamos a RAPS andreense, o NUPE e o CUPINS, iniciando com uma aproximação histórica, visando compreender o território do ABC paulista e sua importância no cenário nacional da Luta Antimanicomial e de outros movimentos de resistência, como o movimento operário e sindical. Seguindo, apresentamos a coletânea de oito histórias

narradas em formato de crônicas, as *Crônicas de um cupinzeiro*, buscando aproximar, como dissemos, a pesquisa científica da literatura. Nesses escritos, buscaremos apresentar os modos de subjetivação que se produzem *no* cotidiano (con)vivido entre pesquisadora e cupins, narrando histórias, desvelando contradições, desemaranhando e emaranhado narrativas coletivas de sujeição e resistência, construindo um espaço onde emergem afetos, rostos e vozes distintas.

Por derradeiro, no capítulo que corresponde às considerações finais, objetivamos encerrar o percurso, retomando os trajetos percorridos, explicitando os processos que acompanhamos e propondo nossa perspectiva analítica a respeito de tudo que vivemos e produzimos ao longo desta pesquisa.

Vamos agora à abertura da caixa de ferramentas e à apresentação dos conceitos-ferramentas foucaultianos que escolhemos utilizar.

1.1. Por que Foucault?

Michel Foucault é um autor muito estudado no Brasil no campo da Psicologia e a utilização de suas pesquisas têm se multiplicado nos últimos anos após a publicação dos cursos ministrados no *Collège de France* e dos dez volumes dos *Ditos e Escritos*, que reúnem textos, transcrições de entrevistas, seminários, prefácios, ensaios, entre outros materiais publicados de forma dispersa em outros lugares⁸. Essas últimas publicações aprofundam algumas temáticas trabalhadas nos livros e cursos e muito dizem a respeito, principalmente, das temáticas da subjetividade e da genealogia da ética, o que acaba por motivar a busca dos referenciais foucaultianos pelos psicólogos de forma geral.

⁸ Apesar de Foucault ter proibido em seu testamento a publicação de obras póstumas, essa determinação foi transgredida por seu último companheiro, Daniel Defert, falecido em fevereiro deste ano (2023), e por seu antigo assistente, François Ewald, que aceitaram que os textos que servissem para esclarecer os conceitos de Foucault fossem tornados públicos. Foi nessa condição que se deram as publicações dos *Cursos no Collège de France* e dos dez volumes de *Ditos e Escritos*. Durante a finalização da escrita desta tese foi publicado na França, em maio de 2023, o texto inédito escrito por Foucault em 1966, “*Le Discours philosophique*”. Segundo François Ewald, em entrevista ao jornal *Le Monde*, ainda não acabaram as publicações inéditas, restando ainda três volumes para serem publicados: “um Nietzsche, o curso de São Paulo e o curso de Túnis”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/05/12/livro-inedito-do-filosofo-michel-foucault-e-lancado-na-franca.htm>, e https://www.lemonde.fr/livres/article/2023/05/10/les-inedits-un-temps-nouveau-dans-la-reception-de-michel-foucault_6172843_3260.html, acesso em 21 de maio de 2023.

Durante essa incursão na obra foucaultiana, nunca perdemos de vista a ideia explicitada por Gilles Deleuze⁹ em 1972 e retomada pelo próprio Foucault em 1975¹⁰ do uso dos conceitos como ferramentas para olhar o presente, ideia também proposta desde o princípio por diversos interlocutores de nossa pesquisa. Entretanto, é preciso estarmos atentos ao uso que está sendo feito dos conceitos como ferramentas, para que não se incorra no risco de apropriar-se da teoria de forma equivocada, de forma utilitarista ou ainda visando uma aplicabilidade da teoria no campo prático, o que incidiria em um exercício de poder disciplinar universitário indo intrinsecamente na contramão do percurso trilhado pelo autor, buscando com isso, universalização, absolutização e totalização da teoria na prática. Ou ainda, como aponta Ferreira Neto (2015) no artigo *Pesquisa e Metodologia em Michel Foucault*, há o mau uso da teoria foucaultiana unicamente para trazer um argumento de autoridade para a pesquisa, escolha de uso que também contraria a própria teoria em si e nossa escolha. Não se trata, portanto, de um uso indiscriminado das teorias como ferramentas.

Nesta tese, combinamos perspectivas e ferramentas das distintas fases das pesquisas foucaultianas¹¹ – arqueológica, genealógica e ética – de modo a complexificar cada vez mais a própria constituição enquanto pesquisadora, a fim de conseguir experimentar tanto mais camadas quanto possível diante de nossa experiência de pesquisa lá, com o CUPINS. É assim que seguimos na construção desta pesquisa, desde a escolha teórica para a discussão dos temas que aqui serão abordados em uma perspectiva de pesquisa muito inspirada na forma foucaultiana de pesquisar, buscando apresentar e problematizar os conceitos em relação com o momento de emergência na história, nas relações de poder e forças que estão embrenhadas no tecido social e desde ali irrompem, produzindo subjetividades.

⁹ Em *Os intelectuais e o poder* (1972), conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze, publicada em *Microfísica do Poder* (Machado, 2021), Deleuze afirma: “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione” (p. 132).

¹⁰ Em *Gerir os ilegalismos*, entrevista publicada em *Michel Foucault: entrevistas* (Pol-Droit, 2006), Foucault afirma: “Todos os meus livros, seja *História da Loucura* seja outro, podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultaram... pois bem, tanto melhor!” (p. 52, grifo do autor).

¹¹ Veremos no próximo item como essa mesma empreitada foi realizada pelo próprio Foucault, até chegar às temáticas da subjetividade e da ética, não abdicando das formas de olhar anteriores, substituindo uma pela outra, mas aglutinando às formas iniciais outras perspectivas.

Nesse sentido, apresentaremos a seguir alguns conceitos-ferramentas que serão utilizados ao longo da parte teórica, delimitando-os com o intuito de reforçar o sentido do uso que deles fazemos. Esses conceitos-ferramentas percorrerão implícita e explicitamente a composição de nossa escrita na presente pesquisa, e em alguns momentos ao longo da tese os retomaremos conceitualmente para elucidar de que maneira os estamos utilizando em diálogo com as discussões que empreenderemos, embasando nossas argumentações ao longo do texto.

1.2. Governamentalidade e resistência

Meu verdadeiro problema, no fundo, é o de forjar instrumentos de análise, de ação política e de intervenção política sobre a realidade que nos é contemporânea e sobre nós mesmos (Foucault, 1977/2006a, p. 240).

A empreitada foucaultiana poderia ser resumida em seu interesse pela problemática do presente. Ao longo de seus escritos, o autor vai operando deslocamentos e mudando suas perspectivas, embora jamais as abandone por completo e esteja sempre retornando às relações entre o poder, a verdade, o sujeito e a constituição da experiência (Ferreira Neto, 2015; Stenico, 2015). Como já citamos inicialmente, de maneira didática é possível indicar que as pesquisas de Foucault se apresentam em três temáticas ou momentos principais, o que é apresentado tradicionalmente por diversos pesquisadores em distintos lugares¹².

No primeiro momento ou temática, durante a década de 1960, Foucault dedica-se ao estudo das formações dos saberes, especialmente das ciências empíricas nos séculos XVII e XVIII, deslocando o tradicional estudo do eixo da história do conhecimento para a análise dos saberes, empreendendo o estudo das práticas discursivas, que são tidas como matrizes dos saberes e compreendidas como formas reguladoras de veridicção. O segundo momento ou temática se dá ao longo da década de 1970, onde Foucault analisa as matrizes normativas de comportamento e as técnicas e procedimentos pelos quais se pretende conduzir a conduta dos outros. O poder aparece aí como exercício e procedimento de governo e não atrelado a esta ou aquela instituição social. Ao final desse período, Foucault introduz e analisa a problemática da governamentalidade. A partir do início da década de

¹² De maneira que seria uma tarefa impossível apontar todos que realizaram a leitura da obra de Michel Foucault nesse viés.

1980, temos a terceira e derradeira temática ou momento em que Foucault pesquisa a constituição do modo de ser do sujeito a partir da problemática da sexualidade. Temos, portanto, três deslocamentos: do conhecimento ao saber e às práticas discursivas e procedimentos de veridicção; do Poder¹³ e das instituições de poder ao exercício do poder e aos procedimentos de governamentalidade e, por fim; da teoria universal do sujeito à análise das diversas formas em que o indivíduo é levado a se constituir enquanto sujeito, deslocamento portanto do sujeito aos modos de subjetivação (Foucault, 2018d). Lemos no início do curso *O governo de si e dos outros* (2018d) um resumo apresentado por Foucault desses deslocamentos:

Substituir a história dos conhecimentos pela análise histórica das formas de veridicção, substituir a história das dominações pela análise histórica dos procedimentos de governamentalidade, substituir a teoria do sujeito ou a história da subjetividade pela análise histórica da pragmática de si e das formas que ela adquiriu, eis as diferentes vias de acesso pelas quais procurei precisar um pouco a possibilidade de uma história do que se poderia chamar de “experiências”. Experiência da loucura, experiência da doença, experiência da criminalidade e experiência da sexualidade, focos de experiência que são, creio eu, importantes na nossa cultura (Foucault, 2018d, pp. 6-7)

Segundo Ferreira Neto (2015), tais focos ou matrizes de experiências têm como direcionamento de pesquisa os três eixos de que são compostas: “formação dos saberes; matrizes normativas de comportamento; constituição do modo de ser do sujeito” (p. 413). Foucault também apresenta no verbete de enciclopédia *Foucault*, redigido por ele mesmo sob o pseudônimo de Maurice Florence (M.F.) – cujas iniciais não escondem sua autoria – a reafirmação do seu campo de pesquisa, fundado na “história da emergência dos jogos de verdade¹⁴” e apresentando sua última preocupação de pesquisa sobre a problemática do sujeito como condições pelas quais “o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade” (Foucault, 1984/2017b, p. 230).

Neste mesmo verbete, Foucault explicita sua escolha metodológica apontando os deslocamentos já citados em *O governo de si e dos outros* (2018d): primeiramente problematizar os universais e interrogar sobre sua constituição eminentemente histórica; segundo, realizar um estudos das práticas concretas mediante as quais um sujeito é constituído dentro de um campo de conhecimento, sendo sujeito e objeto constituídos

¹³ E aqui é grafado em letras maiúsculas se remetendo à temática do poder que se apresenta como uma entidade hermética e localizável, uma entidade quase pessoal e ao mesmo tempo, transcendental, contra a qual se pode opor de forma direta e derrubar, ou, como muitos propõe, “tomar o Poder”.

¹⁴ Falaremos da questão da *verdade* no tópico seguinte.

reciprocamente e; por fim, direcionar-se às práticas para abordar o campo pela vertente do que era feito. “São as práticas, conjunto de maneiras de fazer mais ou menos regradas, pensadas e acabadas, concebidas ao mesmo tempo como *modo de agir e de pensar*, que permitem entender a constituição do sujeito e do objeto” (Foucault, 1984/2017b, p. 232, grifo nosso). Dessa maneira, ele vai construindo seu próprio método a partir de compreensões amplas, sempre advertindo que este não deve ser tomado como um sistema fechado (Ferreira Neto, 2015).

Segundo Stenico (2015), apesar de Foucault fazer o diagnóstico da sociedade contemporânea, não empreende estudos que sejam enraizados profundamente na questão prática da superação do estado de dominação da vida, como faziam seus contemporâneos da Escola de Frankfurt, criadores da Teoria Crítica, que prezavam por um diagnóstico que apontasse para um prognóstico. Esse é um tema comum de apontamento de muitos dos críticos à Foucault, e falaremos mais dessas críticas durante a tese. Cabe aqui dizer que Foucault não propõe práticas de emancipação, senão de *resistência*. Para entender essa noção, é necessário compreendermos que ela não está conceitualmente fechada e apresentada formalmente na teoria foucaultiana, tendo o autor feito somente breves menções ao tema, sempre em relação de tensionamento com a temática do poder, conforme pesquisa realizada por Stenico (2015) sobre a temática da resistência.

A partir do ano de 1976, no volume 1 de *História da Sexualidade* (1976/2017a), Foucault opera um deslocamento da noção de poder para a noção de governo, culminando no conceito de *governamentalidade* apresentado no curso de 1978, *Segurança, território e população* (2008) e avançando nos seus últimos estudos na análise de um sujeito que se auto constitui por meio das técnicas de si a partir do dispositivo da sexualidade. É somente a partir destes deslocamentos e avanços que vão se dar outras formas de tratamento às possibilidades de resistência e sua compreensão (Stenico, 2015).

Apresentamos a compreensão do que é a *governamentalidade* como um conceito-ferramenta em uma das formas como foi apresentada pelo autor em *Segurança, território e população* (2008):

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análise e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina –

e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes (Foucault, 2008, pp. 143-144).

Assim, entende-se por *governamentalidade* toda uma instituição material e imaterial de exercício do poder de conduzir a conduta dos outros. A governamentalidade tem, nas palavras de Foucault acima referenciadas, por alvo a *população*, por forma de saber a *economia política*, por instrumentos os *dispositivos de segurança* e acrescentamos que, como produto, a governamentalidade tem *formas de subjetividades específicas*, como todas as outras formas de exercício de poder o têm, em distintas racionalidades que são históricas, o que iremos apontar ao longo da construção teórica da tese.

A partir disso, o que Foucault irá desenvolver nos seus últimos estudos, entretanto, é que os sujeitos não são constituídos de forma totalmente passiva, mas que se constituem a si mesmos em uma relação que aponta para a temática da ética. O domínio da sexualidade é tomado como base para apresentar essa perspectiva genealógica da história das práticas de si, voltando no tempo na história do Ocidente greco-romana. Mas, o domínio da sexualidade é apenas um dos muitos domínios existentes que podem ser lidos nessa perspectiva, como afirma Frédéric Gros (2018) na *Situação do Curso* ministrado no *Collège de France* entre 1981 e 1982, *A Hermenêutica do Sujeito* (2018a).

Foucault começa então seu curso de 1981, e também o ano de 1982, lembrando que doravante o eixo central de sua pesquisa é a relação do sujeito com a verdade, sendo a sexualidade um domínio entre outros (assim como a escrita, a relação médica consigo, etc.) de cristalização dessa relação. O sexo, então, já não é unicamente o revelador do poder (normalizador, identificador, classificador, redutor, etc.), mas do sujeito em sua relação com a verdade (Gros, 2018, p. 462).

Fazendo um recorte a partir do ano de 1976 até 1984, Stenico (2015) desenvolve sua pesquisa¹⁵ apontando o estatuto da *resistência* ao longo desse período da obra de Foucault. Nessa pesquisa, a autora parte desse recorte temporal para apontar algo que evidenciamos aqui: *poder e resistência são um par conceitual*. Entendendo o poder como uma *microfísica*, Foucault aponta que o poder sempre é um exercício e não uma entidade, e se estabelece em rede, de maneira difusa e capilarizada, mediante relações de força. O poder se exerce de diversas maneiras, “abrangendo todas as formas de incitação, indução,

¹⁵ Que consultamos e recomendamos: Stenico, C. A. (2015). *Poder e resistência: pensando a política e a ética em Michel Foucault*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

condução e, no limite, coação, mas nunca de violência” (Stenico, 2015, p. 62). Essa ausência da ideia de violência é defendida por Stenico (2015) como de capital importância, uma vez, conforme a autora, aponta para a compreensão proposta por Foucault de que só existem relações de poder onde se pressuponha a liberdade¹⁶. Nesse sentido, o poder não é apenas uma força repressiva que diz *não*, mas uma força *produtiva* de saberes, discursos, práticas, comportamentos e subjetividades.

À princípio pode-se dizer, então, que o autor apresenta a resistência como uma espécie de *duplo* do poder, visto que onde um está presente o outro também está, numa relação face a face. Há *sempre* uma possibilidade de resistência criada pelo próprio exercício do poder, já que, como foi dito, as relações de poder consistem em “governar os homens” ou “conduzir a conduta dos homens”, excluindo qualquer forma de violência. Por isso, o poder não suprime a liberdade dos indivíduos, pelo contrário, apoia-se nela, oferecendo sempre a possibilidade de uma reação. O poder só se pode exercer sobre “sujeitos livres”, isto é, sujeitos que têm campo de possibilidades em que diversas condutas, reações, e comportamentos são possíveis (Stenico, 2015, p. 64, grifo da autora).

Apresentando suas conclusões a respeito da pesquisa sobre o duplo poder-resistência, Stenico (2015) indica que a ideia de resistência aparece sob várias nomenclaturas ao longo da obra de Foucault: “contraconduta, insurreição, atitude crítica, prática de si, prática de liberdade e estética da existência” (2015, p.129). Apesar de distintas nomeações, todas elas têm em comum a ideia de “não ser governado de tal forma” (Foucault, 1990, p. 3), sendo a resistência exercida por meio da liberdade, não como conceito metafísico, mas como condição intrínseca para a existência de uma relação de poder que não seja de dominação ou escravidão (Foucault, 1995).

Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação –, não haveria de forma alguma, relações de poder (Foucault, 1984/2017a, p. 270).

Na entrevista *O que é a crítica* (1990), Foucault irá se estender sobre o estatuto da crítica e o conceito kantiano de *Aufklärung*. Não cabe aqui fazer uma exposição prolongada desse tema. O que tomamos como primordial é que Foucault afirma que diante da grande empreitada de pesquisa realizada por ele em toda a sua obra em torno das maneiras de governar, localiza-se uma questão importantíssima que causa inquietude

¹⁶ Veremos mais à frente como a violência está presente nos estados de dominação mas também em algumas relações de poder, sem que com isso se exclua a liberdade de reação, contrapondo a ideia que defende Stenico (2015).

e que seria da ordem da atitude crítica: “como não ser governado assim, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles” (Foucault, 1990, p. 3). Não querer ser governado é, para Foucault, uma atitude primordialmente crítica.

Não querer ser governado implica em não aceitar os efeitos de verdade impostos, ou ao menos, não aceitar sem se implicar em uma reflexão sobre o que está sendo posto. “A crítica é então, desse ponto de vista, em face do governo e à obediência que ele exige, opor direitos universais e imprescritíveis, aos quais todo governo, qual seja ele, que se trate do monarca, do magistrado, do educador, do pai de família, deverá se submeter” (Foucault, 1990, p. 4). A crítica, como resistência, pode ser compreendida como a irrupção de novos modos de subjetivação aos quais todos os poderes estariam submetidos. O foco da crítica são as relações em que estão amarrados o poder, a verdade e o sujeito (Foucault, 1990).

E se a governamentalização é mesmo esse movimento pelo qual se tratasse na realidade mesma de uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade, pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade (Foucault, 1990, p. 5).

A crítica pelo viés de Foucault promove o avesso do que está posto aos sujeitos que são alvo de práticas de governo por meio da governamentalidade: de uma servidão voluntária a uma inservidão voluntária. Foucault (1990) ainda afirma que à crítica importa menos contra o que nós empreendemos nossas forças e mais o que nós fazemos do nosso conhecimento e de seus limites, que é onde vai nossa liberdade.

[...] ao invés de deixar dizer por um outro “obedeça”, é nesse momento, quando se terá feito do seu próprio conhecimento uma ideia justa, que se poderá descobrir o princípio da autonomia e que não se terá mais que escutar o obedeça; ou antes que o obedeça estará fundado sobre a autonomia mesma (Foucault, 1990, p. 6).

Retomando para enodar: sendo o poder compreendido como um exercício que se opera nesse momento da obra foucaultiana pelo conceito-ferramenta da *governamentalidade*, apontamos o conceito-ferramenta da *resistência*, bem como algumas outras nomenclaturas possíveis para a ideia. Estes são dois conceitos-

ferramentas centrais para a presente pesquisa, seja na construção teórica, seja na produção dos resultados da pesquisa em campo. Avançamos.

1.3. Modos de subjetivação, práticas de si e ética

Em parte alguma nos é possível escapar às relações de poder; em contrapartida, podemos sempre e em toda parte modificá-las; porque o poder é uma relação bilateral; faz par com a obediência, que somos livres (sim, livres) de conceder com mais ou menos resistência (Veyne, 2009, p. 101).

Como indicado acima, na obra foucaultiana há um momento, o seu derradeiro, em que o autor irá tratar da questão da *ética* e do cuidado de si. Importa dizer que estudando o tema, Foucault desenvolve a ideia de que subjetividades são formadas a partir daquilo que ele chama de *modos de subjetivação* pela relação do sujeito com a verdade. Apesar de Foucault ter somente assumido o estudo da subjetividade como seu interesse no momento final de suas pesquisas, ele mesmo indicou que o sujeito sempre foi seu foco de interesse, na famosa entrevista *O sujeito e o poder* concedida à Dreyfus e Rabinow (1995). Ademais, olhando em retrospectiva para sua obra, é possível identificar a temática da subjetividade atravessando, de alguma forma, todos os seus estudos anteriores ao período iniciado nos anos de 1980.

Conforme apontam Dal'igna e Mantovani (2021), a tríade saber-poder-subjetividade identifica um ponto em comum: o sujeito. Propondo uma estrutura didática, os autores indicam que na fase da arqueologia (saber) a pergunta de pesquisa que Foucault busca responder, levando em consideração a preocupação com o sujeito, seria: como nos constituímos sujeitos pelo saber? Já na fase da genealogia (poder) a pergunta que se daria é: como nos constituímos sujeitos pela ação de uns sobre os outros e, na fase arqueogenealógica¹⁷ (si, subjetividade) a pergunta seria: como nos constituímos sujeitos pela ação de cada um consigo próprio¹⁸? Dal'igna e Mantovani (2021) alertam para os riscos dessa aparente simplificação de algo tão complexo e cheio de camadas, mas nos

¹⁷ Como já indicamos, alguns autores e autoras, tais como Gregolin (2004), Aquino (2013) e Paiva (2000) entre outros, utilizam o amalgamento das palavras que se referem às duas primeiras fases de Foucault para se referirem à terceira.

¹⁸ Conforme quadro elaborado por Dal'igna e Mantovani (2021) em *Hermenêutica e Foucault: a criação de modos de resistência e reexistência*, e apresentado na página 198 do artigo.

parece interessante apontar essa leitura, sobretudo do ponto de vista introdutório que visa uma compreensão de aproximação.

Ferreira Neto (2019) indica que é somente a partir de 1978, com *Segurança, território e população*, que Foucault apresenta a noção de “governo de si” partindo da análise do poder pastoral como embrião da governamentalidade moderna. É em oposição a essa modalidade de exercício de poder que se aguça um “outro apetite” (Ferreira Neto, 2019, p. 2) que é o de descobrir como é possível ser sujeito sem ser sujeitado (Foucault, 2008). Portanto, é ao introduzir o eixo da governamentalidade em seus estudos a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980 que Foucault é levado a focar no tema da subjetividade, não somente na perspectiva das práticas coercitivas como vinha fazendo até então, mas pela perspectiva das *práticas de si* e das *práticas de liberdade* (Ferreira Neto, 2019).

Segundo Ferreira Neto (2019), há pelo menos três dimensões que caracterizam a noção de subjetividade como *práticas de si* em Foucault a partir desse período. Primeiro, há uma diferenciação entre subjetividade compreendida como assujeitamento e subjetividade compreendida como *práticas de si* e como *atitude crítica*. A preocupação de Foucault não era saber como um sujeito se tornaria completamente autônomo, mas sim como um sujeito estaria disposto a se tornar um sujeito da crítica, se opondo, dessa maneira, aos mecanismos de poder governamentais (Lorenzini¹⁹, 2016). Em segundo lugar, Ferreira Neto (2019) indica que as *práticas de si* não consistem em apenas um trabalho intra-individual, sendo também um trabalho *coletivo* e *institucional*, fazendo referência à questão da insurreição iraniana – polêmica, diga-se de passagem – que Foucault aponta como uma subjetividade que irrompe a história, como acontecimento, em *A Hermenêutica do Sujeito* (2018a). Por último, Ferreira Neto (2019) conclui que tanto na subjetivação assujeitada quanto na – relativamente – autônoma, há um tipo específico de relação do sujeito com a cultura e suas normas, indicando que as práticas

¹⁹ A obra aqui referenciada é Lorenzini, Daniele. (2016) “Foucault, Regimes of Truth and the Making of the Subject.” In Cremonesi, Laura et al. (eds.). (2016) *Foucault and the Making of Subjects*. London: Rowman & Littlefield, pp. 63-75. Sua tradução foi realizada e publicada por Beccari em Beccari, M. N. (2020). Foucault, regimes de verdade e a construção do sujeito, de Daniele Lorenzini. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 2(37), pp. 192-204. Em alguns momentos neste tópico, especialmente em citações diretas, referenciamos a tradução e em outros, especialmente em citações indiretas, fazemos referência à obra original.

de liberdade não se tratam de uma abolição total ou recusa completa das normas, mas um certo uso que seja autônomo delas.

Em primeiro lugar, penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Eu sou muito cético e hostil em relação a essa concepção de sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição (assujeitamento) ou, de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural (Foucault, 1984/2017c, p. 284).

Como notamos, há uma distinção que é aparente entre uma subjetividade assujeitada – que se constitui a partir das práticas de sujeição – e uma subjetividade que se constitui de forma mais autônoma, embora não completamente livre das normas – constituída de forma crítica, pelas práticas de liberdade²⁰. Nardi (2006), a partir do texto *Michel Foucault e a constituição do sujeito* de Fonseca (1995), indica que é possível pensar nessa distinção nomeando-as de maneiras diferentes. Assumindo a proposição de Fonseca (1995), Nardi (2006) nomeia de *modos de subjetivação* as formas pelas quais o sujeito é assujeitado pelos regimes de verdade contemporâneos e nomeia de *processos de subjetivação*, as maneiras pelas quais um sujeito se produz a si mesmo diante de tais regimes, exercendo práticas de liberdade. É nessa distinção – e aqui a utilizamos em um viés mais de compreensão do que de adoção desta nomeação – que se insere o tema da ética. Se por um lado temos a história da moral se impondo sobre os sujeitos, por outro, temos a constituição ética²¹, como relação de si consigo.

Para Fonseca (1995, p. 101), os *modos de subjetivação* referem-se ao modo predominante como os sujeitos relacionam-se com a regra e a forma como se veem obrigados a cumprir e, ao mesmo tempo, se reconhecer como ligados a esta obrigação. Os *processos de subjetivação*, por sua vez, podem ser compreendidos a partir da análise da maneira como cada indivíduo se relaciona com o regime de verdades próprio a cada período, ou seja, a maneira como o conjunto de regras que define cada sociedade é experienciado em cada trajetória de vida (Nardi, 2006, p. 24, grifo nosso).

Embora estejamos avisados de que não se trata de um consenso e sim de uma leitura possível, parece-nos interessante a perspectiva adotada pelos autores, que nos leva

²⁰ Se pensarmos por um argumento lógico, inclusive as práticas de sujeição seriam exercício de práticas de liberdade, uma vez que os sujeitos escolhem, pelo uso de sua liberdade que é intrínseca às relações de poder, se sujeitar.

²¹ *Moral e ética* são temas filosóficos profundamente estudados e discutidos ao longo da história da Filosofia, inclusive em sua acepção e distinção conceitual. Entretanto, não iremos adentrar no aprofundamento destas temáticas – um tanto quanto “espinhosas” – aqui na presente tese.

a conceber de forma mais clara a subjetividade em Foucault, como sendo tratada a partir do tema da *ética* como uma *prática de liberdade* dos sujeitos diante do exercício do poder, não sendo somente passiva, mas sempre apontando para uma atitude em tensionamento e em movimento. Como já apontamos, é a partir da noção de *atitude crítica* que é possível se pensar nas práticas de liberdade, quando Foucault desenvolve a ideia de uma “arte de não ser governado de tal forma” (Foucault, 1990, p. 4). Foucault (1990) afirma a importância da insurreição²², tanto *individual* quanto *coletiva*, que reivindica uma não obediência ao poder.

No curso *Do Governo dos Vivos* (2018b), Foucault desenvolve o conceito de *regime de verdade*, introduzido na metade da década de 1970. Definindo, “um regime da verdade é o campo estratégico no qual a verdade é produzida e se torna um elemento tático necessário para o funcionamento de várias relações de poder no interior de uma dada sociedade” (Beccari, 2020, pp. 197-198). Lorenzini (2016) aponta que esse conceito enlaça o projeto de uma genealogia da história da verdade no Ocidente com a genealogia do sujeito moderno, unindo saber-poder-sujeito; “todo regime de verdade exige que os indivíduos nele implicados se envolvam em uma constituição de si específica” (Beccari, 2020, p. 199). Este conceito irá nortear as pesquisas de Foucault nos últimos cursos, retornando à Antiguidade greco-romana e debruçando-se sobre temas não tratados anteriormente.

Além das *práticas de si*, da *ética* e da *autoconstituição do sujeito*, Foucault apresenta a temática da *estética da existência*. Diante dessa incursão, Foucault se concentra na “figura de um sujeito que se auto constituía por meio de práticas refletidas e regras gerais de conduta facultativas que lhe permitiam subjetivar os discursos verdadeiros transmitidos pelos mestres e, em consequência disso, dominar a si mesmo, levar uma vida bela e justa etc.” (Stenico, 2015, p. 20). Essa autoconstituição dirigida pela direção da consciência visava a superação, em algum momento, da relação de sujeição com o mestre para alcançar uma maior autonomia que era desejada. Com o cristianismo e sua expansão, entretanto, por meio do poder pastoral, a relação de sujeição com o mestre se cristaliza, numa relação de direção da conduta marcada pela obediência. Naquele momento e até os dias atuais, a confissão, como a prática de dizer a verdade

²² Sobre a temática das insurreições, sugerimos a leitura do livro *Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?* organizado por Margareth Rago e Sílvia Gallo (2017).

sobre si mesmo para um outro, é um dispositivo que permite a atuação da direção da conduta pelo mestre, uma vez que faz com que o sujeito confesse a verdade sobre si para, em seguida, renunciar a si mesmo, por direção e obediência.

Eis como a confissão se tornou um modo de submeter o indivíduo e obrigá-lo ao enunciado exaustivo de si mesmo: objetivação do sujeito em um discurso verdadeiro a partir da injunção permanente de obedecer. No Ocidente moderno, só se é sujeito da verdade no princípio e no termo de uma sujeição ao Outro (Stenico, 2015, p. 21).

Assimilando e redefinindo as *práticas de si*, as instituições religiosas cristãs inseriram a obrigação de dizer a verdade sobre si mesmo, o que acaba por ser estendido às instituições modernas da psiquiatria, da educação, da medicina, jurídica, etc. dentro da sociedade ocidental que é majoritariamente de base judaico-cristã. Nesse sentido, a subjetividade aparece como local de operação dos mecanismos de governo pela verdade. É nessa trajetória sobre a genealogia da história da verdade ocidental se enlaçando com a genealogia do sujeito moderno ocidental, que Foucault aponta a possibilidade das *práticas de si, práticas de liberdade e estética da existência*, todas no campo da *ética*, como possibilidades de *resistência ao governo pela verdade* (Stenico, 2015). “A subjetividade é concebida como o que se constitui e se transforma na relação que ela tem com sua própria verdade. Não há teoria do sujeito independente da relação com a verdade” (Foucault, 2016a, p. 13).

Foucault indica que a partir da temática do governo pela verdade é possível compreender as práticas, não somente do governo de uns sobre os outros, mas de si consigo, o que aponta para uma articulação possível entre a *ética* e a *política*, terreno onde se torna mais possível e mais interessante de se pensar a questão da *resistência*. Segundo Stenico (2015), a noção de resistência tem ao menos duas dimensões nas pesquisas de Foucault: “uma metodológica (as formas de resistência permitem flagrar o poder) e a outra crítica (a resistência coloca a não necessidade do poder e permite a crítica do presente)” (p. 126). Pelo menos, o que se coloca é a possibilidade de que o poder não se exerça necessariamente daquela forma, daquela maneira, naquele contexto e naquela situação. Não se trata, como apontamos acima em relação às normas, de uma recusa a toda forma de governamentalização – lembrando que o poder não é concebido por Foucault como uma entidade e nem como algo deletério em si mesmo. A partir disso, a resistência e todas as suas modalidades de aceção na obra foucaultiana têm algo em comum: implicam na insubmissão a um outro, com quem se tem uma relação de governo,

baseada em alguma forma de autoridade; “resistências contra as formas de sujeição do sujeito” (Stenico, 2015, p. 126).

Mas, precisamente, a subjetivação implica dois momentos: primeiro, um momento reativo, que pode ser definido como um momento de “des-sujeição” (*desassujeittissement*) e que consiste em resistir e tentar se livrar dos mecanismos de poder que governam o indivíduo à guisa de um certo regime da verdade; segundo, um momento *criativo*, que é em *sentido estrito* o momento da subjetivação, isto é, da invenção de uma forma diferente de subjetividade, implicando uma série de “práticas de liberdade” e a inauguração de novos modos de vida (Beccari, 2020, p. 200, grifo do autor).

Sendo o governo pela verdade entendido como um exercício de poder, é possível que o sujeito resista, a partir da perspectiva de que as relações de poder pressupõem liberdade, e passe à criação de novos modos de ser sujeito, em relação consigo mesmo e com os outros, partindo de sua relação com o regime de verdades. Esse processo apontado por Lorenzini (2016) não é necessariamente cronológico e não se dá exclusivamente em etapas. Resistir e criar podem acontecer de forma concomitante, de maneira que não podemos isolar uma prática da outra. Criar novos modos de ser sujeitos é como um convite que podemos pensar a partir do estatuto da crítica, apontando para uma transformação, em um processo igualmente inseparável: resistência, crítica e transformação (Stenico, 2015). Conforme apontamos com Ferreira Neto (2019), cabe enfatizar que esse processo não é somente intrapessoal, mas também pode ser *coletivo* e *institucional*, pela via da *ética*, de um *ethos* – palavra grega que significa “modos de ser” – e não como uma teoria.

É preciso considerar a ontologia crítica de nós mesmos não certamente como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um *ethos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova sua ultrapassagem possível (Foucault, 1984/2005, p. 351).

Não é possível tomar o poder, destruí-lo ou dissolvê-lo, uma vez que se trata de uma rede capilarizada, microfísica. O convite da crítica é que se estabeleça um *ethos*, uma atitude de *práticas de si* e de *liberdade*, permitindo que o sujeito continue a jogar os jogos de poder, com o mínimo de submissão e dominação possível. O projeto de Foucault a partir dos anos de 1980 une a preocupação ética e a possível luta política, instituindo uma reflexão e ação que sejam críticas às formas de dominação governamentalizadas (Stenico, 2015). Como Foucault afirma em *O Sujeito e o Poder* (1995, p. 239), “talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos”. Ele propõe na

mesma entrevista a necessidade de “promover *novas formas de subjetividade* através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos” (Foucault, 1995, p. 239, grifo nosso). Essa é a proposta do autor que nos convida a *inventar novas saídas*²³.

O sujeito é ele mesmo um processo, um devir, e a pergunta fundamental que Foucault nos convoca a fazer é se estamos dispostos a nos tornar sujeitos críticos, portanto constituindo-nos positivamente ao nos opormos aos mecanismos governamentais de poder que tentam nos governar à guisa do nosso regime contemporâneo da verdade, e esforçando-nos para inventar *novas formas de vivermos (juntos) e de sermos sujeitos* (Beccari, 2020, p. 203, grifo nosso).

Olhando nesta perspectiva, pensar na relação entre ética e subjetividade na contemporaneidade aponta para a necessidade de tornar evidentes os regimes de verdade contemporâneos, sua historicidade que produz formas de governos de si e dos outros e modos de ser sujeitos, escancarando os regimes de submissão e dominação – quando a possibilidade de resistência encontra-se expressivamente diminuída, como na escravidão ou no enclausuramento na instituição manicomial, por exemplo – e apontar para possibilidades estratégicas de resistência e de criação de novos modos de relação consigo e com os outros que sejam ético-políticas.

Essas estratégias estão sempre em aberto, e urgem ser inventadas e reinventadas, nunca dando-se por acabadas ou de forma prescritiva. Nesse sentido, como afirma Stenico (2015), a resistência é como uma forma vazia que pode ser preenchida das mais diversas maneiras possíveis. Cabe a cada sujeito – individual ou coletivamente – inventar novas possibilidades de vida, com suas próprias soluções e maneiras de resistir. “Resistir é re-existir, existir de novo, afirmar as potências da vida. Re-existir é recusar as subjetivações impostas e criar novas formas de subjetividade” (Gallo, 2017, p. 91).

Mesmo nas situações citadas acima como exemplo, de escravidão e enclausuramento, é possível criar formas resistir de alguma maneira. Neves et al. (2021) estudam as obras *Holocausto brasileiro* de Daniela Arbex (2013) e *O Alienista* (2000), de Machado de Assis, desenvolvendo a proposta ética do cuidado de si diante da condição de loucura. Os autores indicam que apesar do estado de dominação em que as possibilidades de resistir estão consideravelmente restritas e limitadas, a própria existência de Sueli, ex-paciente do manicômio Hospital Colônia em Barbacena (MG) e

²³ Aqui fazemos alusão à sigla do coletivo que estudamos: CUPINS - Central Unida de Pessoas *Inventando Novas Saídas*.

um dos casos estudados por eles, é em si um ato de resistência. Como apontam os autores, Sueli não se deixa submeter completamente, contrariando os mandos e processos normativos dentro do hospital, chegando até a se auto infligir violência física, um ato extremo e profundamente delicado de se trazer à discussão, mas ato em que os autores indicam haver ali uma prática de liberdade.

Ainda que diante desse cenário de dominação total, as formas de resistência se impõem ao que podem, esboçando saídas e maneiras possíveis de ser, embora nunca se libertando completamente. Assim, tanto mais acreditamos ser possível resistir ao exercício do poder hegemônico e seus regimes de verdade por meio das práticas de liberdade pensando no coletivo CUPINS, estabelecido dentro do dispositivo de reabilitação psicossocial por meio do trabalho na modalidade de Economia Solidária – que recebe inclusive a alcunha de “cuidado em liberdade” – ao qual se dirige essa pesquisa. Quais serão as modalidades de resistência que esses sujeitos inventaram? Quais serão as práticas de liberdade? Quais serão essas novas saídas anunciadas inclusive no nome CUPINS? É o que buscaremos apresentar na escrita da parte final da tese.

Retomando, novamente, para enodar: sendo o poder exercido por um governo pela verdade a partir dos *regimes de verdade* que subjetivam sujeitos, é possível resistir por meio das *práticas de si*, das *práticas de liberdade*, que são um *ethos*. Uma possibilidade de compreensão da *crítica* aponta para uma perspectiva ético-política de constituição de *novas subjetividades*, de forma *individual*, mas também *coletiva e institucional*. Estes são mais alguns conceitos-ferramentas centrais para a presente pesquisa: *modos de subjetivação, prática de liberdade e ética*.

Avançamos agora para o próximo capítulo teórico da tese, em que empenhamos esses conceitos-ferramentas nas mãos e vamos em direção ao presente.

2. Produção de subjetividades e trabalho: um mapeamento de saberes, verdades e práticas

Em um primeiro momento, é preciso pensar a questão do trabalho e do estabelecimento de saberes, verdades e práticas, regimes de verdade em torno do tema, que podem ser compreendidos como parte integrante dos modos de subjetivação específicos dos sujeitos que trabalham e dos que não trabalham, de alguma maneira.

Partimos do pressuposto de que o trabalho na sociedade não afeta apenas quem trabalha, mas todo o conjunto do corpo social. Além disso, quem trabalha não é afetado apenas pelo seu próprio trabalho, mas por muitas outras condições materiais e imateriais da existência. As formas de trabalho e os discursos acerca de trabalhar estruturam a sociedade, bem como as formas de sociabilidade e os próprios produtos do trabalho. Assim, compreende-se que quem trabalha é afetado pelo seu trabalho, mas o conjunto das formas de trabalho e dos discursos acerca do trabalho e de trabalhar afetam o conjunto dos indivíduos na sociedade. O trabalho transforma o indivíduo de duas formas, portanto. Pela via do seu próprio trabalho ou sua ausência e pela forma como o campo do trabalho, como um todo, modela a sua vida e as formas de existência.

Para desenvolvermos e nos aprofundarmos mais em tais compreensões, nos debruçaremos sobre teóricos que tratam da questão do trabalho e buscaremos evidenciar como as concepções do que é trabalho (saberes e verdades) e as formas de trabalhar (práticas) podem ser tomadas como um conjunto de valores, regras e procedimentos que atuam como vetores de força de um modo de subjetivação que produz subjetividades específicas. Além disso, apresentaremos uma aproximação e alguns breves apontamentos acerca de um recorte de certa compreensão da atuação de saberes psicológicos, também como conjunto de valores, regras e práticas, como um regime de verdade no campo do trabalho.

Para apresentarmos a relação existente entre o trabalho e os modos de subjetivação, partimos do pressuposto de que a subjetividade²⁴ se dá sempre em relação,

²⁴ Pensamos já estar claro que o conceito de “sujeito” com que trabalhamos aqui se distancia de uma concepção psychologizante. Insistimos em pontuar que não falamos de um sujeito puramente psíquico e também não somente social. A ideia de uma ontologia do “sujeito do conhecimento” ou, “sujeito moderno” também é alvo de crítica e é superado por Foucault, e assim, não é desse sujeito que aqui falamos. Nossa escolha, como já indicamos anteriormente, é por pensar o “sujeito” como o concebe Michel Foucault, a partir de modos de produção específicos, chamados por ele de *modos de subjetivação*. Por isso, optamos,

em uma indissociabilidade entre aquilo que consideramos individual e coletivo (Nardi, 2006). Não podemos pensar em uma subjetividade isolada e, portanto, é nas relações e no mundo que a subjetividade se produz (Alves, 2005, 2011; Sanson, 2009). Aqui nos propomos também a transitar em busca de uma compreensão, que é claramente parcial, de algumas relações de poder e embates de forças nos jogos de verdade que resultam na subjetivação do sujeito no campo do trabalho e como essas relações incidem diretamente sobre aquilo que é entendido e expresso como sua subjetividade.

Henrique Nardi, psicólogo social e pesquisador foucaultiano, fala a respeito de uma tentativa de definição dessa relação entre o ser humano e o trabalho:

Em uma recente proposta de definição (Nardi, Tittoni & Bernardes, 2002), a relação entre subjetividade e trabalho remete à análise da maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho. A interpretação da relação subjetividade-trabalho nos coloca frente à especificidade histórica assumida pela relação dos sujeitos com seu trabalho em cada contexto socioeconômico. Assim, a relação entre subjetividade e trabalho muda se analisarmos a relação do cidadão e do escravo com o trabalho na Grécia, do senhor feudal e do servo na Idade Média, do operário da indústria fordista e do jovem analista de sistemas nas empresas *startup* no século XXI (Nardi, 2006, p. 23).

Pensar na subjetividade como processos e modos de subjetivação, sempre abertos e em movimento, nas correlações dos sujeitos com o trabalho, quer dizer buscar compreender os processos a partir dos quais as experiências do trabalho e as forças presentes nessas experiências produzem modos de agir, pensar e sentir, em outras palavras, modos de ser. Esses processos e modos de subjetivação são historicamente localizados, trazendo com eles a conexão direta entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos (Nardi, 2006). De igual forma, os sujeitos podem inventar ou criar novos modos de trabalhar e de produzir e é o que vemos acontecendo ativamente ao longo do tempo.

Em um primeiro momento, de alguma forma, quando pensamos na questão do trabalho e da subjetividade, temos presente em parte de nosso imaginário social contemporâneo ocidental a ideia de que a ação de trabalhar sempre foi considerada constituinte da condição humana, pensamento muito influenciado pela cultura judaico-

na maior parte do tempo, por utilizar o termo “subjetividade” ao invés de “sujeito”, embora em determinados momentos do texto os dois termos apareçam como sinônimos.

cristã e pela narrativa de Gênesis e a queda do homem²⁵. Também podemos pensar que esse imaginário é sustentado de forma similar no mundo acadêmico pelas correntes materialistas históricas. Para essas correntes, que se desenvolveram a partir do pensamento de Karl Marx e, portanto, estão baseadas em uma concepção hegeliana²⁶ da história e do sujeito, o trabalho é o espaço no qual os sujeitos realizam sua existência. O trabalho é compreendido por esses pensadores como um conceito ontológico, que apreende o ser da própria existência humana como tal.

Segundo Marcuse (1998), sociólogo e filósofo alemão pertencente à chamada Escola de Frankfurt que bebe diretamente em Marx e Hegel, “só e unicamente no trabalho o homem histórico se torna realmente efetivo, assumindo sua posição determinada no acontecer histórico” (Marcuse, 1998, p. 31). O trabalho seria um acontecimento fundamental da existência humana (*Dasein*) por meio de um fazer (*Tun*), ou seja, por uma *práxis*, muito mais do que por uma concepção meramente econômica do direcionamento para uma atividade. Para ele, o homem se objetifica no trabalho e o objeto de seu trabalho se torna em “seu” humano. O objetivo do trabalho estaria dentro da própria existência humana, e não fora dela, de modo que, ao trabalhar o homem se inscreve como ser histórico no mundo.

Esse tornar-se histórico dos homens que é “prático” se estende por todo o processo de trabalho: inicia-se pela apresentação bem determinada do objeto como “material” (ela própria já historicamente caracterizada no que se refere a variedade e conformação), abrange método, espacialidade e temporalidade do trabalho e se expressa ainda no sentido e no objetivo do trabalho (Marcuse, 1998, p. 31).

Estas formas de pensar não são únicas e não foi sempre assim que o trabalho foi concebido. A partir disso, a proposta é que nos aproximemos de algumas concepções acerca do que vem a ser trabalho e seu lugar na vida humana, que estariam presentes na constituição de saberes, verdades e práticas das distintas épocas, para que possamos nos perguntar sobre como se deu esse processo de fundamentação recente na

²⁵A literatura bíblica é considerada por seus adeptos como texto inspirado divinamente e, portanto, sagrado tanto para a religião judaica quanto para a religião cristã. No primeiro livro, Gênesis (ou O Princípio ou A Origem), que narra nos primeiros capítulos a criação divina, lemos no capítulo terceiro, versículo 19 uma instrução de Deus a Adão, recém expulso do Éden por comer o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, dado por Eva enganada pela Serpente (diabo): “Do suor do teu rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, porque dela foste tomado; porquanto és pó, e ao pó tornarás” (versão João Ferreira de Almeida Atualizada). Nessa passagem, vemos a obrigatoriedade e o caráter penoso do trabalho, impostos como punição de Deus à humanidade, temática que trataremos um pouco mais detidamente à frente.

²⁶Trataremos da questão de Marx e um pouco do pensamento hegeliano de forma mais detida à frente.

contemporaneidade do trabalho para todos, como direito e como dever (como veremos que está estabelecido na Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), a título de exemplo).

Além disso, um ponto extremamente importante que caberá indicar são as contradições e tensões existentes no campo social quando se pensa nas marcas deixadas ao longo da história pela exploração de algumas populações. Na lógica de gestão dos governos das populações, discutidas por Foucault especialmente em seus cursos no *Collège de France*, podemos ver realidades que são atravessadas por formas de controle social, a partir de um certo modo de produção dos bens materiais necessários à vida humana. Tais práticas são marcadas pelo controle do acesso aos bens materiais e imateriais, a partir de racionalidades distintas de governo, podendo assumir formas que vão desde uma lógica soberana de exploração de grande parte da população até a forma da prática da necropolítica (Mbembe, 2016), na questão de acesso à riqueza humana produzida.

2.1. Para início de conversa: um primeiro percurso até a industrialização

Seguindo no aprofundamento das questões aqui apresentadas, passaremos agora a pensar sobre como o trabalho se apresenta ao longo de um recorte de uma recente história ocidental e a relação dos sujeitos com ele, passando por alguns autores e autoras que problematizaram essa questão.

2.1.1. Mas, afinal, o que é “trabalho”?

Um caminho que escolhemos para iniciar o que estamos nomeando de “mapeamento de saberes, verdades e práticas a respeito do trabalho” foi começar pela acepção do próprio termo *trabalho*. Albornoz (1988) apresenta o conceito de trabalho, desde sua etimologia até sua modificação ao longo do tempo e nos valeremos inicialmente desse texto introdutório para apresentar alguns pontos que nos parecem importantes. Segundo a autora, em quase todas as línguas europeias o termo *trabalhar* tem mais de uma significação. Em latim, temos a palavra *laborare* e a palavra *operare*, que corresponde a *opus*, obra. Em grego, há uma palavra para fabricação e outra para esforço.

Já em francês temos *travailler* e *ouvrier* ou *oeuvrer*, e ainda *tâche*, tarefa. Em italiano há *lavorare* e *operare*; e *trabajar* e *obrar* em espanhol. Há em inglês a distinção entre *labour* e *work*, assim como no alemão, entre *Arbeit* e *Werk*. Em alemão, há ainda *Schaffen* que dá a ideia de uma criação ativa, distinguindo-se de *Arbeit*, em que se acentuam os conteúdos de esforço e resultado.

Em português, apesar de haver *labor* e *trabalho*, é possível achar na mesma palavra *trabalho* ambas as significações: a de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável. No dicionário aparece em primeiro lugar o significado de aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim; atividade coordenada de caráter físico ou intelectual, necessária a qualquer tarefa, serviço ou empreendimento; exercício dessa atividade como ocupação permanente, ofício, profissão (Albornoz, 1988, p. 9, grifos da autora).

Sobre o termo em português, Albornoz (1988) afirma ainda que *trabalho* pode apresentar muitos outros significados, como o esforço para produzir, tanto utilidades, como obras de arte, dissertação ou discurso. Pode ser o conjunto de discussões apresentadas por um grupo de pessoas ou assembleia, por exemplo, ou ainda o serviço de uma repartição burocrática, passando por trabalhos escolares até o nascimento de uma criança, com a expressão *trabalho de parto*. Também pode significar dificuldade ou incômodo, como dizer que certa atividade *deu muito trabalho*.

Isto se compreende melhor ao descobrir que em nossa língua a palavra trabalho se origina do latim *tripalium*, embora outras hipóteses a associem a *trabaculum*. *Tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho para rasgá-los e esfiapá-los. A maioria dos dicionários, contudo, registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente ou se tornado depois. A *tripalium* se liga o verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente torturar (Albornoz, 1988, p. 10, grifos da autora).

Ainda segundo a autora, embora o *tripalium* fosse utilizado no trabalho do agricultor, foi na concepção do uso como instrumento de tortura que o significado de trabalho perdurou por muito tempo, levando em si a ideia de padecimento e cativo (Albornoz, 1988). Essa ideia perpassa o desenvolvimento da sociedade ocidental, uma vez que a vemos presente na Antiguidade e no mundo contemporâneo. Como já afirmamos, cada período e cada sociedade encara a questão do trabalho de modo próprio, de acordo com as forças e concepções presentes naquele dado momento, que se imbricam e inter-relacionam, se opõem ou se complementam. Entretanto, as concepções distintas

de trabalho que foram construídas no passado, apontam para aquilo que temos no presente, e por isso sua importância. Prosseguimos.

2.1.2. “Trabalho” para os gregos na era clássica

Aproximando-nos inicialmente da concepção de trabalho na Grécia Antiga, tradicionalmente compreendida como berço da civilização ocidental, indicamos que a categoria *trabalho* não pode ser evocada se não como um anacronismo. Valendo-nos da leitura feita por Jöel Jung²⁷ (2000) sobre o que é trabalhar a partir de diversos teóricos, temos a apresentação de parte do texto *Travail et nature dans la Grèce ancienne* (1965 citado por Jung 2000), de Jean-Pierre Vernant. Segundo o autor, falar de *trabalho* na Grécia Antiga é tentar traduzir o termo diante de algo que não fazia sentido para os gregos e, também, buscar reunir sob uma unicidade, concepções que são extremamente plurais para aquela sociedade. Avisados de tais dificuldades, ainda acreditamos ser importante apresentar algumas compreensões gregas sobre o que hoje poderia ser chamado de *trabalho*.

Vernant (1965 citado por Jung 2000) critica que “a análise do trabalho na Grécia Antiga foi mais frequentemente tratada sob dois pontos de vista, aliás solidários: a depreciação do trabalho, as limitações do pensamento técnico” (p. 7). O que ele busca em sua análise diferir:

Considerando o trabalho enquanto grande tipo de conduta, hoje fortemente organizado e unificado, nós nos interrogamos sob que forma ele aparece no mundo antigo, que posição ocupa no homem e na sociedade: como se acha definido com relação com às outras atividades humanas; que operações são mais ou menos tomadas como trabalho, com quais aspectos, quais conteúdos psicológicos (Jung, 2000, p.7).

O autor aponta que o grego antigo não conhece a palavra *trabalho* e indica que no mito de Hércules (em latim, *Hércules*), o herói se vê diante da escolha entre uma vida prazerosa, sem esforços e uma vida que se dedica a *ponos*, que corresponde ao termo que

²⁷ “Traduzido do francês por Júlia Nogueira Dorigo e Mariana Prioli Cordeiro. Título original do capítulo: *Qu’est-ce que travailler?* (p. 47-74). Apenas o trecho extraído da obra de Vernant foi traduzido por Haiganuch Sarian, para a edição brasileira de ‘Mito e pensamento entre os gregos’, publicada pela editora Paz e Terra, em 1990” (Jung, 2000, p. 1).

se aplica às atividades que requerem um esforço penoso, mesmo que não sejam atividades que produzam valores socialmente úteis.

Falando de atividade agrícola e trabalho no campo em um polo, e da atividade financeira em outro, Vernant (1965) aponta que a compreensão do termo *ergon*, entendido como atividade de forma mais geral, pode marcar o contraste entre o “cumprimento” da *práxis*, atividade natural com fim em si mesma em relação a uma ordem estabelecida na fabricação técnica, que gera o produto do trabalho artesanal, *poiëin*. Apesar desta e de outras compreensões lexicais que apontam distinções e até mesmo oposições entre os termos gregos, Vernant (1965) defende que a ausência de um termo unívoco não é motivo suficiente para sustentar a ausência de uma noção verdadeira de trabalho.

Evocando *Os trabalhos e os dias* de Hesíodo, poema do século VII, Vernant (1965) indica que ali podemos ler o primeiro hino ao trabalho, inicialmente agrícola, mas que pode ser ampliado vastamente. Nesse poema, Hesíodo cultua Deméter, deusa da terra cultivada. Para o autor, o agricultor grego participaria com sua fadiga do crescimento do trigo, mas não tinha a compreensão de aplicar à terra uma técnica de cultura ou de exercer um ofício, e sim submeter-se à lei dura que rege a troca com os deuses. O aspecto “psicológico” do trabalho trata-se muito mais de experiência e condutas religiosas do que um tipo específico de comportamento com vistas a produzir tecnicamente valores ao grupo.

Para ele, o trabalho é uma forma de vida moral que se afirma em oposição ao ideal do guerreiro; é também uma forma de experiência religiosa, ansiosa de justiça e severa, que em lugar de se exaltar no esplendor das festas compenetra toda sua vida no estrito cumprimento de tarefas cotidianas. Nessa lei dos campos, [*pedion nomos*], que os Trabalhos expõem, não se pode separar o que pertence à teologia, à ética e ao trato de agricultura (Jung, 2000, p.9).

Já o caráter de serviço do artesão se distingue dessa compreensão. A fabricação (*poiësis*) do objeto obedece a finalidade do uso que dele será feito, perfeitamente adaptado à necessidade para a qual ele foi produzido. Nesse sentido, para cada objeto fabricado, existe um modelo, uma norma a ser cumprida. Não há liberdade para o artesão criar, e os objetos produzidos são compreendidos como instrumentos pelos quais se realizam diferentes necessidades. Assim, a *poiësis* seria somente uma operação de ordem instrumental, opondo-se definitivamente à *práxis*.

Entre agricultores e artesãos aparecem delineados aspectos humanos do trabalho, mas não de forma acabada. De forma geral, os seres humanos da antiga civilização grega teriam a sensação de se adequar à natureza e não de transformá-la. O comércio, nesse sentido, “constitui uma espécie de escândalo tanto para o pensamento quanto para a moral” (Jung, 2000, p.11).

O trabalho artesanal era concebido como uma atividade exercida por aqueles que perderam sua liberdade, aproximando-se da noção que apresentamos do trabalho como sofrimento, inicialmente. Trabalho e escravidão eram quase que sinônimos para os gregos (Albornoz, 1988; Sanson, 2009), distinguindo-se de uma produção criativa ou realizadora com valor social. “O homem não tem também a sensação de criar, com o esforço que dedica ao trabalho e qualquer que seja sua profissão, um valor social. Às diversas profissões correspondem qualidades humanas diferentes que situam cada um no seu lugar na hierarquia da cidade” (Jung, 2000, p.11). Assim, por meio do trabalho há certa estratificação e posicionamento social entre os gregos.

Ainda sobre a distinção entre *pöiesis* e *práxis*:

O trabalho [artesanal], na sociedade grega, não é portador de um sentido para a vida porque não é eixo condutor da práxis da transformação social. Essa, entre os gregos, reside na ação política-discursiva. O trabalho [artesanal] ocupa o último lugar, o lugar do não reconhecimento, da não identidade porque, na sociedade antiga, o trabalho não mediatiza as relações sociais. É nulo, não altera a condição de vida e social (Sanson, 2009, p. 11).

Já vemos aparecer, inicialmente, uma distinção entre produção de distintas subjetividades a partir de saberes, verdades e práticas estabelecidas em relação com aquilo que, contemporaneamente, chamamos de trabalhar. Temos um modo de subjetivação que parte do regime de verdade construído acerca da realização de distintas atividades na Grécia Antiga, atrelada às qualidades humanas e o lugar nas cidades.

Cabe ressaltar, como vimos com os agricultores gregos, que a força do pensamento religioso se mostra importante para entender o modo como os sujeitos são subjetivados a partir de sua concepção e relação com o trabalho. Essa força ainda é presente nos dias de hoje e seguiremos em direção a ela, passando agora a pensar na maneira como ela é construída e sedimentada até a Revolução Industrial (Weber, 2004).

2.1.3. “Trabalho” na compreensão judaico-cristã

Na tradição judaico-cristã, como vimos, temos registro no Antigo Testamento da concepção do trabalho como uma punição ao pecado original (Albornoz, 1988; Sanson, 2009; Woleck, 2002). Já para Agostinho, pensador cristão do período denominado Patrística que se estabeleceu inicialmente por volta do século I até aproximadamente o século V, contrariamente, o trabalho humano é digno de Deus. Agostinho via na agricultura a principal atividade, uma verdadeira vocação humana, um ato religioso. Já no período de sistematização do pensamento filosófico cristão chamado Escolástica, entre os séculos IX e XVI, Tomás de Aquino contribui para a valorização do trabalho, proclamando em sua teologia o trabalho humano como uma manifestação da vontade divina. “Tomás de Aquino pode ser considerado o criador de um antropocentrismo cristão, onde toda a ação humana se faz em parceria com Deus, inclusive no trabalho” (Sanson, 2009, p. 13).

Com a Reforma Protestante e o pensamento de Martinho Lutero no século XVI, o trabalho aparece como a base e a chave para a vida, embora Lutero ainda conceba o trabalho como fruto da queda do homem (Albornoz, 1988). É, entretanto, no século XIX que o trabalho passa a ser pensado em uma perspectiva ontológica (Melo Júnior, 2008), o que nos permite avançar na construção dos saberes, verdades e práticas acerca do trabalho que se estabelecem como modos de subjetivação, contingencialmente históricos.

Em sua *Fenomenologia do espírito* (1806-1807), Hegel (1992) apresenta o trabalho como uma forma do homem exteriorizar o mundo e a si mesmo, de forma consciente e intencional. O sujeito que executa o seu trabalho seria o ponto máximo da universalidade, e o objeto pretendido e seu conteúdo representam uma particularidade. Em outras palavras, em toda ação de fazer intencional (que seria universal) há a feitura de si mesmo (o que seria particular), por essa ação. O sujeito pode referir-se a si mesmo como autor de uma atividade que é sua.

A ideia da intencionalidade do trabalho em Hegel pode ser mensurada através de uma tríade composta pelos seguintes elementos: o sujeito executante, o ato de querer e a sua plena realização. Seriam esses os passos de uma ação intencional, como o trabalho. A relação entre os três elementos, diferentes uns dos outros, é quase simbiótica e constante (Melo Júnior, 2008, p. 7).

Conforme já assinalamos anteriormente, o pensamento hegeliano serve de base para o desenvolvimento do pensamento marxiano. Quando Hegel (1992) apresenta a conhecida teoria da dialética do senhor e do escravo, lança as bases para pensar os temas da dominação e da servidão. Apresentam-se duas consciências antagônicas que entram em disputa na intenção de poder provar que se é livre. O objetivo do trabalho do escravo era traçado pelo seu senhor e não por ele mesmo. O escravo era apenas um instrumento nas mãos do senhor e não conseguia realizar seus objetivos. Entretanto, como era o escravo quem escolhia a quantidade de trabalho e os métodos para realizá-lo, Hegel (1992) ainda vai pensar que há uma exteriorização do escravo em seu trabalho (Melo Júnior, 2008). Nessa ideia, são lançadas as bases para a construção de saberes que se difundem, posteriormente, na ideia da alienação do homem da sua força de trabalho no pensamento marxiano.

Max Weber²⁸ (2004) faz a famosa associação entre a ética protestante e aquilo que ele chama de espírito do capitalismo. Para o sociólogo, há uma relação entre a confissão religiosa e a estratificação social, e a ideia de vocação vinda de Lutero seria a responsável por sedimentar uma verdade de que haveria a necessidade e obrigatoriedade do trabalho no pensamento e nas práticas ocidentais capitalistas. A partir de Lutero, viver de uma forma que agrade a Deus não é mais isolar-se do mundo, mas cumprir as tarefas do século.

Entretanto, com o crescente envolvimento de Lutero nos negócios do mundo vai de par seu crescente apreço pela significação do trabalho profissional. Simultaneamente, a profissão concreta do indivíduo lhe aparece cada vez mais como uma ordem de Deus para ocupar na vida esta posição concreta que lhe reservou o desígnio divino. [...] o indivíduo deve permanecer fundamentalmente na profissão e no estamento em que Deus o colocou e manter sua ambição terrena dentro dos limites dessa posição na vida que lhe foi dada (Weber, 2004, pp. 76-77).

Weber (2004) ainda irá demonstrar como para esse cristianismo a divisão do trabalho e a separação dos seres humanos em camadas e profissões aparece como manifestação da vontade divina. Segundo Albornoz (1988), esse caráter divino da divisão do trabalho tem muita semelhança com a apologia feita posteriormente pelo economista inglês Adam Smith à época da primeira Revolução Industrial.

²⁸ É importante assinalar que Weber traz importantes contribuições ao campo da sociologia para além dessa que assinalamos a respeito da lógica do pensamento cristão como propulsor do capitalismo. Weber irá trazer reflexões sobre a vida concreta dos homens em sociedade, e não somente de ideologias que estariam por trás das organizações sociais. Entretanto, não faremos um aprofundamento nesta tese a respeito dessas questões, embora de extrema importância.

O trabalho de cada um, cada indivíduo no seu setor e em sua posição, leva a uma soma de trabalho coletivo que gera a riqueza das nações, como se uma mão invisível impedisse o caos e o desencontro de interesses. A *mão invisível* de que falava o economista clássico é, no protestantismo, a mão da providência divina (Albornoz, 1988, pp. 55-56, grifo da autora).

É possível pensar em tal convicção religiosa, como um saber estabelecido, uma verdade, colocando à disposição da classe burguesa uma produção que se configura em subjetividade de trabalhadores aplicados que acreditam estarem agradando a Deus. Segundo Adam Smith (1996):

No progresso realizado pela divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da massa do povo, restringe-se a um número muito pequeno de operações simples, muito frequentemente a uma ou duas. Ora, a inteligência da maioria dos homens se forma necessariamente por suas ocupações corriqueiras. Um homem que passa a vida inteira executando um pequeno número de operações simples não tem a possibilidade de desenvolver sua inteligência nem de exercer sua imaginação procurando maneiras de diminuir suas dificuldades, pois estas nunca ocorrem; ele perde, assim, naturalmente o hábito de desenvolver ou exercer essas faculdades, chegando, em geral, ao extremo da estupidez e da ignorância possíveis a um ser humano [...]. Ora, esse estado é aquele no qual o operário pobre, ou seja, a massa do povo deve chegar necessariamente em qualquer sociedade civilizada e avançada em indústrias, a menos que o governo tome precauções para prevenir esse mal (Smith, 1996, p. 406 citado por Melo Júnior, 2008, p. 11).

Podemos apontar, nas palavras do economista, que há a produção de uma verdade que postula uma relação intrínseca entre o que o ser humano faz em seu trabalho e o que ele “é”, em outras palavras, entre sua ocupação no trabalho e sua subjetividade. Aqueles que são operários se tornaram pessoas burras, estúpidas e ignorantes. E, já que o pensamento de Lutero (Weber, 2004) teria influenciado a teoria de Smith (1996), podemos pensar que a estratificação social e, porque não dizer, a estratificação em classes de pessoas, seria resultado de uma vontade divina, verdade hegemonicamente difundida por um longo período da história ocidental judaico-cristã.

2.1.4. A perspectiva marxiana e a sociedade industrial

Trouxemos aqui esse pensamento smithiano para mostrar em que base se deu a crítica marxiana. Como nosso objetivo é apresentar o trabalho em relação com os modos de subjetivação, é inescapável que cheguemos até Marx. É preciso dizer, embora seja um pensamento amplamente difundido, que Marx (1974) compreendia o trabalho como centro das atividades especificamente humanas. Para ele, o trabalho humanizaria o ser humano, separando-o dos demais animais.

Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social. Ao contrário, trabalho que põe valor de troca, é uma forma especificamente social do trabalho (Marx, 1974, p. 148).

Porém, esse processo se dá não sem penosidade. Marcuse (1998) também irá tratar do caráter penoso do trabalho, que já citamos anteriormente. Segundo ele, para Aristóteles, que olha para o trabalho a partir do jogo, o fazer do trabalho se caracteriza por três momentos: “por sua continuidade essencial, por sua permanência essencial e por seu essencial caráter penoso” (Marcuse, 1998, p. 17). O processo de trabalho seria sempre penoso, por ser inescapável, já que a existência humana depende diretamente da atividade sobre o mundo para prosseguir, independentemente das configurações dos modos de trabalhar.

[...] na medida em que a realização do ser humano no mundo em primeiro e em último lugar é “autoria própria”, fazer-acontecer da própria existência, ser para si mesmo em qualquer existência, e esse ser para si mesmo é possível apenas como deixar-acontecer da objetividade, como um ser em outro e para outro – por isso o trabalho na objetividade possui caráter essencialmente penoso, anteriormente a qualquer encargo através do processo de trabalho. (Marcuse, 1998, p. 29)

Retomando Marx, vamos pensar no trabalho dentro da lógica do capital que pode levar à objetificação e à alienação do sujeito. Apesar de não ser possível escapar da penosidade em qualquer processo produtivo, na crítica de Marx à economia política de Smith (1996), o trabalhador vê-se expropriado e separado substancialmente do produto do seu trabalho e dos bens materiais e sociais a ele atrelados.

A partir da inspiração hegeliana que vimos apresentando, Marx irá demonstrar em suas teses que o trabalho pode ser um fator de alienação quando o sujeito não consegue ter domínio de suas realizações laborais. “Ao produzir, o operário perde completamente o domínio do processo de trabalho, reconfigurando, dessa forma, as relações com seu trabalho e seus instrumentos de produção” (Melo Júnior, 2008, p. 12). Há uma dicotomia entre dois tipos de concepções de trabalho para Marx: o trabalho como expressão máxima do humano e o trabalho alienado, que desumaniza. Na verdade, poderíamos pensar – não sem correr o risco de uma redução que incorra em erro – que o que Marx apresenta como construção acerca do tema do trabalho em relação à existência se trata de uma mesma concepção de trabalho e não duas distintas. O trabalho é aquilo que humaniza o sujeito, mas, dada a sua prática após a Revolução Industrial, com a alienação, esse caráter se

perderia. Essa forma de trabalhar que não é *práxis*, não seria também compreendida como trabalho, pois estaria direcionada apenas para o “reino da necessidade” e não para o “reino da liberdade”, reduzindo o ser do homem (Marcuse, 1998).

Assim, compreendemos que a Revolução Industrial, como acontecimento no século XVIII, altera completamente a sociedade, mudando a organização do trabalho humano e, para nós, alterando os modos de subjetivação dos sujeitos que trabalham e dos que não trabalham. Um dado importante, como resultado desse embate de forças e relações de poder na constituição de saberes, verdades e práticas, é que nesse contexto histórico, o sujeito passa também a perceber-se como parte de uma engrenagem da grande máquina industrial, ao lado de outros sujeitos que, assim como ele, são peças desse maquinário.

Segundo Sanson (2009), “uma das consequências mais evidentes da sociedade industrial é o estabelecimento de relações sociais de forte vínculo entre os trabalhadores, que se expressam nas lutas operárias e na criação de sindicatos” (pp. 8-9). A consciência de classe marxiana se expressa nas relações entre os trabalhadores mediante sua condição de assalariados e na sua autopercepção como pertencentes à tal classe. Essa consciência de classe oportuniza práticas coletivas que podem ser compreendidas como a expressão de uma resistência ao que está postulado em termos de saberes, verdade e práticas.

É a partir da consciência de classe – quando adquire a consciência de si mesma – e o reconhecimento da posição social que ocupam no processo de produção, que os trabalhadores adquirem uma identidade social, ou seja, de que fazem parte da mesma classe, porque vivem os mesmos problemas e partilham interesses comuns. Esses trabalhadores, ao ganharem consciência de classe e se identificarem como classe social, manifestam uma *subjetividade de resistência* que se traduz em ações coletivas (Sanson, 2009, p. 9, grifo nosso).

A sociedade industrial com seus saberes, verdades e práticas instaura novas formas de ser no mundo, novos modos de subjetivação, à medida que se estabelece como uma sociedade do trabalho. Esses modos de subjetivação na sociedade industrial são apontados por Foucault, no transcurso dos séculos XVII e XVIII, como resultado daquilo que ele irá chamar de poder disciplinar. Podemos conceber a subjetividade que é fruto dessa modalidade de poder como uma subjetividade que está sendo produzida de modo a se moldar para se adequar às exigências do trabalho fabril no nascente capitalismo industrial. Falaremos mais desse tipo de poder e desse modo de subjetivação mais adiante, mas cabe aqui indicar que, conforme vimos acima nas palavras de Sanson (2009), quando

os trabalhadores, docilizados e adequados ao trabalho fabril, percebem-se como pertencentes a uma classe, podem manifestar uma subjetividade de resistência, e ensaiar saberes, verdades e práticas alternativos. Essa possibilidade nos interessa sobretudo no presente trabalho, pois, conforme já apontamos no pensamento de Foucault (1976/2017a), onde há poder, há resistência²⁹, e novos modos de subjetivação a partir da resistência podem emergir em meio a micro relações de poder.

2.1.5. Robert Castel e a “questão social”

Seguindo na tentativa de mapear as forças presentes na transformação das concepções, saberes e práticas acerca do trabalho ao longo do tempo, seguimos agora pontuando algumas questões mais recentes, especialmente após a Revolução Industrial, que apontamos como acontecimento que modifica as formas de trabalho, e, conseqüentemente, a concepção e a prática a respeito do tema e os modos de subjetivação.

Para Robert Castel, sociólogo francês, a sociedade após a Revolução Industrial se configura como uma sociedade salarial. Em seu livro *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (2003), o trabalho na sociedade industrial está atrelado, inexoravelmente, à questão social.

A “questão social” é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência (Castel, 2003, p. 30).

Segundo o autor, essa “questão social” foi explicitamente nomeada como tal nos anos de 1830 na Europa, no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais que surgem com a Revolução Industrial. Isso não quer dizer que não houvesse problemáticas sociais anteriormente nas sociedades pré-industriais, em absoluto. Mas, fala-se em “questão social” a partir da tomada de consciência por parte da sociedade de que existem populações que poderiam ser consideradas ao mesmo tempo agentes e vítimas na Revolução Industrial, trazendo à tona as tensões entre o sistema econômico e a organização política. “A ‘questão social’ pode ser caracterizada como uma preocupação

²⁹ Um adendo que fazemos é que a noção de resistência na obra foucaultiana é análoga ao conceito da física. Pode-se compreender a esse respeito que a resistência é a capacidade que uma força tem de se opor à outra, sendo, portanto, uma força que só existe em função de outra força, a saber, o poder.

com a capacidade da sociedade de manter sua própria coesão. Esta ameaça de colapso é suportada por grupos cuja própria existência abala a coesão de toda a coletividade” (p.32). E que grupos são esses? Aqueles que Castel (2003) vai se referir como “franjas mais dessocializadas dos trabalhadores” (p.32) que precisam ser, de alguma forma, reintegradas: os pobres e miseráveis cuja existência deve ser regulada e que convocam o Estado a legislar formas de proteção.

Falando acerca da questão social e do trabalho, Castel (2003) busca fazer uma historiografia sobre a questão social atrelada às questões do trabalho e do salário, traçando um caminho que perpassa pela vagabundagem, obrigação do trabalho e controle da circulação de mão de obra. Aquilo que Castel (2003) apresenta em seu texto pode ser lido a partir de uma perspectiva genealógica foucaultiana, uma vez que ele apresenta as forças presentes nas mudanças ocorridas na sociedade, sem que necessariamente se pense numa linearidade histórica. O autor parte do pressuposto de que a questão social vai se metamorfoseando com o passar do tempo, analisando o que há em comum e de diferente nas situações de vulnerabilidade desde o século XIV até a sociedade do século XX.

Castel (2003) analisa como a sociedade industrial estaria marcada por aquilo que ele chama de zonas de coesão social. Como seu marcador central é a questão do trabalho, ele segue afirmando que a partir da posição em que os sujeitos estariam em relação ao trabalho, estariam inseridos em determinadas categorias sociais. Existem aqueles que estão integrados, os trabalhadores estáveis; os vulneráveis, que são os trabalhadores em situação de risco; e os desfiliaados, que estão fora da sociedade chamada por ele de salarial. A questão central é que a ideia liberal de livre acesso ao trabalho se trata de uma espécie de modificação radical na forma de trabalhar que existia até então, pois faz do trabalho a única forma de sobrevivência, sendo que fora da condição de assalariado não haveria sequer contratualidade social. É possível ler nessa ideia algo como uma mudança dos saberes e práticas relacionados ao modo de trabalho, e portanto, uma construção em marcha de um novo modo de produção subjetiva tendo, a partir do pensamento de Castel (2003), a inserção na sociedade salarial como seu regulador de forças.

Castel (2003) inicia seu estudo a partir de uma análise do processo de desconversão da sociedade feudal, começando pelo estudo da sociedade cadastrada, passando pelas condições indignas do assalariado até chegar à modernidade liberal. O autor aponta que somente após a Revolução Industrial é que se pode pensar a categoria

do assalariado a partir do modelo da liberdade e do contrato. Como já afirmamos, o advento da modernidade liberal aponta uma ruptura, impondo o trabalho livre como principal estatuto da condição de assalariado a partir da qual, segundo também postula Castel (2003), se reestrutura toda a questão social.

Em determinado momento do texto, o autor afirma que o Estado “só pode constituir um todo harmonioso se ricos e pobres formarem um par estável e suas posições forem complementares, isto é, se a pobreza for integrada” e ainda que “nos processos de vulnerabilização que arruinam os pobres, se deve buscar a origem das perturbações que afetam o equilíbrio social” (Castel, 2003, p. 147). Eis aí o cerne na questão social: a interdependência entre ricos e pobres no tecido social e a necessidade e exigência de encontrar vias de estabilização do pauperismo e da miserabilidade, ou seja, da vulnerabilidade e desfiliação social para a coesão social. Tal condição de exigência social acaba por atuar na produção de “novas categorias” subjetivas: integrados, vulneráveis e desfiliaados.

Não podemos deixar de pontuar que a tentativa de estabelecer uma forma moderna e unificada de relação salarial não vem sem a carga ideológica própria do Iluminismo, como instituição de saberes fortalecida pela estruturação de uma filosofia extremamente individualista que é base da constituição distinta das relações sociais (Castel, 2003) e de novos modos de subjetivação.

2.2. Disciplina, biopolítica e governamentalidade: modos de subjetivação da Revolução Industrial ao neoliberalismo

Agora, nosso objetivo será nos aproximar da produção de subjetividades que são postuladas a partir de distintos discursos e práticas acerca do trabalho e do ato de trabalhar a partir da Revolução Industrial chegando até os dias atuais, em uma produção subjetiva que é produto de uma racionalidade neoliberal e de práticas de governamentalidade.

2.2.1. Poder disciplinar e os corpos úteis e dóceis

Durante o período de crescimento da industrialização e de fortalecimento da sociedade salarial, a partir do século XVII, conforme apontado por Castel (2003), Foucault irá pensar que temos uma nova modalidade de poder específica que atua diretamente no modo de subjetivação liberal. Em seu texto *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2016b), o autor traz à tona o conceito de *disciplina* e mostra os efeitos do poder na própria formação do sujeito. Foucault (2016b) demonstra os efeitos do poder no corpo, sancionando-o e transformando-o em apto para ser cooptado pelo modo de organização social do trabalho, docilizando-o. Dessa forma, ele afirma que há a produção de uma subjetividade diferente: um sujeito docilizado e disciplinado. Sua tese partirá especificamente da experiência da prisão e ele mostra ao longo da obra como o sujeito entra na prisão como aquele que cometeu um delito e sai da cadeia transformado, em uma nova subjetividade: o delinquente.

Sobre essa modalidade de atuação do poder na organização do trabalho típica da industrialização, citamos Meneghetti e Sobral Sampaio (2016) que escrevem um artigo contrapondo os pensamentos de Foucault e de Marx, discorrendo acerca de como a disciplina é um elemento constitutivo no modo de produção capitalista industrial. Segundo os autores, é possível fazer uma aproximação entre Foucault e Marx à medida em que ambos falam da história e da maneira como os homens produzem materialmente suas vidas. O próprio Foucault afirma: “Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (Foucault, 2016b, p. 136).

Trata-se, portanto, do controle dos corpos e mentalidades. Para Foucault (2016b), o poder disciplinar atua diretamente sobre os corpos dos sujeitos de modo que se tornem úteis e dóceis para a realização da sociedade capitalista industrial. A vigilância e a punição se tornam constantes a partir de dispositivos específicos de controle social. Entre eles, temos a figura do panóptico de Bentham, descrito em *Vigiar e punir* (Foucault, 2016b), como dispositivo arquitetônico de controle e vigilância sobre os presos, demonstrando assim como o poder está presente o tempo todo, não só na figura do vigia, mas na ideia própria da vigilância constante e ininterrupta, dispositivo que se expande em outros formatos e para outras instituições sociais. Além deste, temos outros dispositivos

disciplinares tais como o exame, a sanção normalizadora e o controle da atividade do preso como recursos para o bom adestramento. Foucault (2016b) vai olhar para o sistema prisional, mas essa ideia da sociedade disciplinar está, para ele, disseminada em todo o tecido social no período da industrialização, desde o final do século XIX e começo do século XX.

É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões (Foucault, 2016b, p. 199).

A disciplina, então, aparece como exercício e tecnologia de poder sobre os corpos e mentalidades. Ainda segundo Meneghetti e Sobral Sampaio (2016), a divisão capitalista exige disciplina e Marx teria observado isso muito bem comparando o quartel com o contexto fabril. Até mesmo o tempo do trabalhador é também manejado de forma disciplinar para Foucault e isso também é observado por Marx (Meneghetti & Sobral Sampaio, 2016). Entretanto, não se deve pensar na disciplina apenas como uma sanção negativa, mas como poder produtivo também. Nesse sentido, trazemos as palavras de Nardi (2006) em seu livro *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*:

Os dispositivos disciplinares associados ao trabalho constituem-se nas estratégias fundamentais dos jogos de poder que caracterizaram a forma de dominação própria ao capitalismo na modernidade. A disciplina, entretanto, não deve ser compreendida somente como uma restrição, como uma interdição, mas sim como um processo através do qual *os sujeitos são construídos* numa perspectiva de maximização da produtividade. A disciplina consiste em técnicas de individualização do poder, de vigilância, de controle da conduta, do comportamento e das atitudes. É dessa forma que é possível intensificar as performances, multiplicar as capacidades e colocar cada indivíduo no lugar onde ele será mais útil (Nardi, 2006, p. 26, grifo nosso).

Podemos identificar essa descrição com a lógica de trabalho taylorista-fordista típica do capitalismo industrial. Assim, é possível afirmar que os trabalhadores estariam sendo *construídos enquanto sujeitos*, parafraseando Nardi (2006), por meio do poder disciplinar, de forma que pudessem se adequar à nova realidade social de novas formas de relação no trabalho.

2.2.2. O uso das normas e o uso do “si”

Entretanto, aqui é necessário lembrar que esse processo não se dá de forma passiva, como se o sujeito não tivesse nenhuma liberdade ou autonomia diante das racionalidades que produzem práticas e normativas. Aqui evocamos o trabalho de Yves Schwartz (2000) que assevera que o trabalho envolve sempre o uso de si, contrapondo a ideia do trabalho como um tipo de operador que escraviza o sujeito de tal forma que para ele não haveria escapatória. O autor, pensando no trabalho industrial, afirma que ele é sempre um *uso*; uso de si pelos outros, pelas normas prescritas e uso de si por si, uma vez que “os trabalhadores renormalizam as prescrições e criam estratégias singulares para enfrentar os desafios do seu meio” (Schwartz, 2000, p. 34).

Assim, no interior das coerções materiais e sociais, trabalhando-as, se abre o espaço para uma gestão diferenciada de si mesmo. Carga de trabalho e fadiga deixam de ser dados objetivos que agredem do exterior o indivíduo; eles se negociam em uma alquimia sutil onde tudo depende da maneira pela qual o indivíduo, nas suas virtualidades singulares e seus limites, encontra o objetivo a realizar como ponto de apoio ou, ao contrário, como restrição de seus possíveis particulares (Schwartz, 2000, p. 37).

Schwartz (2000) está pensando na questão da subjetividade no trabalho ao trazer a ideia do *si*, e nesse viés, vai desenvolvendo a ideia de que o “a gestão no sentido econômico não é separável dos modos de ‘gestão de si mesmo’” (p. 39). *Uso* se difere de execução, porquanto é o “indivíduo no seu ser que é convocado” (p.41). O uso, para o autor, indica que é uma prática formativa dos indivíduos que o fazem. “Tal é a justificação da palavra “uso” e tal é aqui a forma indiscutível da manifestação de um “sujeito”” (p.41). Nesse sentido, o autor defende que o uso extrapola a atividade prescrita e as normas estabelecidas, sendo que os “usos e mal-usos” se dão nas experiências concretas do trabalho e “não cessam de mudar segundo critérios ou configurações complexas onde os dispositivos materiais, objetivos sociais impostos às subjetividades laboriosas, são sempre retrabalhados e reelaborados por elas” (p. 43).

Avançando na discussão, Schwartz (2000) evoca as ideias de Georges Canguilhem, referindo-se indiretamente ao seu famoso texto *O normal e o patológico* (1982). Schwartz indica que a partir do momento que o “si” identifica aquilo que ele entende como um “mal-uso”, cria novos meios e normas para inventar um outro uso mais adequado. “Se a saúde, como sempre sustentou G. Canguilhem, é capacidade de criar novas normas de vida em confrontação com o meio, a consciência de um mal-uso e a

reivindicação de um outro uso conforme aos seus possíveis singulares seriam a maneira pela qual o ‘si’ testemunha em nós o nosso pertencimento ao ser vivo” (Schwartz, 2000, p. 44).

Ainda citando Canguilhem, Schwartz (2000) retoma o texto *Meios e normas do homem no trabalho* (1947/2001), em que Canguilhem realiza reflexões filosóficas e políticas a partir do livro *Problèmes humains du machinisme industriel* de Georges Friedmann, datado de 1946, que analisa o rigor do trabalho no modelo taylorista e nos saberes disciplinares. Schwartz (2000) indica que Canguilhem (1947/2001) resume o texto de Friedman em uma fórmula, apresentando-a e acrescentando suas palavras a ela: “‘primado do humano sobre o mecânico, primado do social sobre o humano’ acrescentava: ‘nós diríamos de maneira um pouco diferente: primado do vital sobre o mecânico, primado dos valores sobre a vida’” (Canguilhem, 1947, p. 135 citado por Schwartz, 2000, p. 45). As prescrições técnicas e normativas não serão, portanto, seguidas estritamente sem nenhuma ação do próprio sujeito. Isso corrobora com a precisão de seu *si* como um sujeito inventivo, criativo e que aponta para a produção de si mesmo nesse uso, em uma “[...] singularidade irreduzível dos indivíduos convocados para fazer uso deles mesmos” (Schwartz, 2000, p.46).

A ideia central trazida por Schwartz (2000) é que no uso de si, o sujeito se faz a si mesmo, de forma ativa, em um uso de si por si. “Assim, cada configuração onde os homens têm de viver coloca-lhes questões novas onde, através do uso que fazem deles mesmos, experimentam também seu ser” (p. 48). O estudo dos atos do trabalho aponta para a emergência de uma subjetividade presente, criativa, ética e ativa, agindo e formando-se enquanto sujeito junto com outros “*si*’s”, como aquilo que Foucault apontou serem as práticas de liberdade.

As micro-escolhas do uso de si que revelam todo estudo microscópico dos atos de trabalho fazem evidentemente aparecer de qual ponto esse “si” se utiliza ele mesmo e, por consequência, se forma como indivíduo em função de laços, antagonismos, de potencialidades de vida que as relações sociais engendram na própria história (Schwartz, 2000, p. 45).

Schwartz (2000) está observando e refletindo acerca do capitalismo industrial, olhando para as prescrições normativas do modelo taylorista-fordista e dos usos que são feitos pelo próprio sujeito, que se produz em sua relação na própria experiência de trabalho com as prescrições normativas e a sujeição ou insurreição em relação a elas.

2.2.3. Novas formas de organização do trabalho

Avançando para a atualidade, especialmente a partir das últimas duas décadas do século XX, há uma mudança de compreensão acerca do próprio trabalho e dos atos de trabalhar. A precarização aparece como resultado da reestruturação internacional do capitalismo em uma mudança de paradigma do chamado taylorismo-fordismo para o pós-fordismo (ou toyotismo). Com isso, vemos diversas mudanças acontecendo não só na organização do trabalho, mas na organização social, econômica, cultural, ou seja, como é o interesse desta pesquisa, nos saberes e nas práticas presentes na produção de subjetividades na relação com o trabalho.

Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho do taylorismo/fordismo, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito a ambos, ele tenderia, em contrapartida, a surgir como um controle do *elemento subjetivo* da produção capitalista que estaria posto no interior de uma *nova subsunção real* do trabalho ao capital – o que seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo. [...] Se o fordismo expropriou e transferiu o *savoir-faire* do operário para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, o toyotismo tende a retransferi-lo para a força de trabalho, mas o faz visando a apropriar-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária (Antunes & Alves, 2004, pp. 346-347, grifo dos autores).

A partir dessa nova organização toyotista, é possível afirmar que, diferente da dita Administração Científica do Trabalho de Taylor, do período industrial, interessada em manejar os corpos em uma distribuição espacial, ajustamento de condutas, controle temporal e maximização da produtividade (sendo cada sujeito compreendido como a peça de um grande maquinário em uma linha de produção, utilizando de dispositivos de controle e punição), na atualidade, o exercício do poder se dá de uma forma muito mais individualizada pelo próprio sujeito (Dardot & Laval, 2016).

Além disso, retomando a perspectiva de Robert Castel (2003), do ponto de vista socialmente mais amplo, a precarização e a flexibilização do trabalho acabam por contribuir para aumentar a vulnerabilidade social, desestabilizando camadas da sociedade que antes estavam estáveis³⁰. Tais condições ameaçam a coesão social. Para medir o grau dessa coesão, Castel (2003) propõe que há uma intrínseca relação entre a integração pela via do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade.

O núcleo da questão social hoje, seria, pois, novamente, a existência de “inúteis para o mundo”, de supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade

³⁰ O que assume características diferentes na França de Castel e no Brasil, como veremos mais adiante.

e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa (Castel, 2003, p. 593).

Entendemos, como discutimos anteriormente, que essa vulnerabilidade de massa em relação ao trabalho, apontada por Castel (2003), leva à formação de novos modos de subjetivação que erigem “novas” formas de ser, “novas” subjetividades: os desfiliaados e vulneráveis. Esses “inúteis para o mundo” estão ou em condição de vulnerabilidade ou já se encontram desfiliaados. Nesse sentido, podemos indicar provisoriamente que as subjetividades de quem nos aproximamos em nossa pesquisa poderiam ser consideradas como estando em condição de inutilidade para o mundo cujo centro é o trabalho, de forma que os “loucos” estariam em uma condição de vulnerabilidade e desfiliação engrossando a massa citada por Castel (2003) junto com outros trabalhadores no atual contexto econômico e social.

Para Nardi (2006), as novas formas de organização do trabalho no neoliberalismo, a partir do modo de produção do toyotismo, demandam um trabalhador muito mais flexível, que tenha habilidades pessoais e de relacionamento para trabalhar em equipe, que são habilidades consideradas hoje tão importantes como as habilidades técnicas para o período anterior. Há a demanda de que o trabalhador venha a se tornar cada vez mais autônomo sem a necessidade de um olhar disciplinador sobre ele o tempo todo, para gestar sua produtividade, uma vez que a racionalidade atua diretamente sobre o governo de si mesmo.

Enquanto a disciplina faria com que o trabalhador em iminência de ser desfiliaado, ou seja, em vulnerabilidade para Castel (2003), se adequasse às exigências do mercado, buscando ser reincluído, aqui, nas novas formas de organização do trabalho, a disciplina teria sido substituída por essa forma de racionalidade neoliberal, produzindo esse novo sujeito trabalhador e fazendo parte de sua subjetividade. “Teria se extinguido a divisão clássica de quem pensa e quem executa e o controle dos tempos e movimentos definidores da ‘escravidão taylorista’. [...] Vai-se o ‘homem-boi’ e nasce o ‘ser flexível’” (Nardi, 2006, p. 68). Entretanto, a ameaça do desemprego é muito mais forte nessa nova configuração, o que seria o cerne da nova questão social proposta por Castel (2003).

2.2.4. Biopolítica e o *homo oeconomicus*

Nardi (2002) comenta um trabalho mais recente de Robert Castel e Claudine Haroche, *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne*, publicado na França em 2001, sem publicação no Brasil até o momento. Esse texto é uma continuação de *As metamorfoses da questão social* (Castel, 2003) em que, em entrevista com Haroche, Castel (2001) discute, a partir de uma herança da genealogia foucaultiana, as origens do indivíduo moderno, indicando como e de que forma homens e depois mulheres puderam se tornar proprietários de si mesmos (Nardi, 2002).

Para Castel (2001), segundo Nardi (2002), para que o indivíduo se torne, para a sociedade neoliberal, um sujeito “de fato”, positivo e independente, há a necessidade de que seja dotado de suportes sociais que se generalizaram, em nossas sociedades capitalistas, somente a partir do processo de assalariamento de quase toda a população de trabalhadores da Europa Ocidental. Entretanto, no tempo presente de precarização e flexibilização do trabalho, a questão social vem sendo colocada como uma individualização negativa, pois os suportes sociais associados ao trabalho estão sendo destruídos. A ameaça da desfiliação pesa fortemente sobre o indivíduo, que acaba se fechando sobre si mesmo, rompendo com o laço social e isolando-se.

A individualização produzida pelo ideal neoliberal é a de um sujeito para o qual a sociedade não faz sentido, como se ele não possuísse nenhuma responsabilidade frente à sociedade. Esta ilusão, para Castel, pode ser interpretada como uma resposta às pressões sociais (como aquelas produzidas pela imposição da tecnologia e pelo capital financeiro) que são sentidas como impossíveis de serem suportadas ou controladas pelo indivíduo, produzindo uma recusa de todo o tipo de engajamento que implique nas responsabilidades referentes ao engajamento no laço social (Nardi, 2002, p. 146).

Esse cenário contemporâneo é analisado por Foucault como uma mudança de estratégia de poder, conforme já indicamos brevemente acima, de um poder disciplinar para o poder da biopolítica. Este conceito aparece pela primeira vez em uma palestra realizada no Rio de Janeiro, chamada *O nascimento da medicina social* e publicada em *Microfísica do poder* (1974/2021). Entretanto, somente com a publicação do volume 1 da *História da sexualidade* (1976/2017a), *A vontade de saber*, e com a publicação de alguns cursos dados por ele no *Collège de France*, como o *Em defesa da sociedade* (2018c); *Segurança, território e população* (2008) e *Nascimento da biopolítica* (2021b),

Foucault irá desenvolver melhor o tema da biopolítica que sofrerá um deslocamento para a noção de governamentalidade.

Para Foucault, a partir de meados do século XVIII houve uma grande modificação nos mecanismos de poder, em que o poder do soberano conhecido pela máxima do “deixar viver e fazer morrer” é agora substituído por “um poder que gera a vida e a faz se ordenar em função de seus reclamos” (Foucault, 1976/2017a, p. 128). Para Foucault, a partir do século XVIII, começa a haver uma preocupação com os fenômenos relacionados à vida, a fim de controlá-los e modificá-los.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (Foucault, 1976/2017a, p. 134).

Pensa-se no termo *biopolítica* pois os novos objetos de saber e práticas de exercício do poder estão diretamente vinculados com o controle da vida da espécie, enquanto população, como dimensão coletiva, como novo corpo a ser controlado, que vê em cada indivíduo um corpo do homem-espécie que precisa de regulação. Segundo Danner (2010), a partir de *Nascimento da biopolítica* (2021b), Foucault dá uma nova direção às suas pesquisas, analisando as novas formas de controle biopolítico, especificamente a partir dos eixos das novas economias de mercado, influenciadas pelo neoliberalismo econômico da Escola de Chicago.

Na visão de Foucault, sob a influência do neoliberalismo econômico do pós-guerra, o homem foi compreendido em termos de *homo oeconomicus*, isto é, como um ser agente que, estimulado pelas diversas exigências do mercado, busca responder a essas exigências. O interesse de Foucault, então, se dirige às diversas formas de controle dos indivíduos e das populações, tal como elas se dão nas modernas economias de mercado. “É preciso”, diz Foucault, “governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado”. Então, [...] nós vamos encontrar, a partir de Foucault, o sentido da biopolítica nas novas configurações da economia de mercado que têm lugar numa economia de mercado (Danner, 2010, pp. 155-156).

No texto *Em defesa da sociedade* (2018c), Foucault irá realizar uma análise concreta das relações de poder em que se abandona o modelo jurídico da soberania em que a lei é a manifestação fundamental. Ele irá investigar a maneira como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos, estudando as formas de poder como relações de força que se entrecruzam, se remetem umas às outras, convergem ou se opõem, ou tendem a

anular-se, entre outros movimentos possíveis. Ele faz a distinção, então, das duas modalidades de poder, o disciplinar e o biopoder. O poder disciplinar estaria voltado aos corpos pelas técnicas de vigilância, punições normalizadoras e organização panóptica das instituições punitivas enquanto o biopoder estaria voltado à população, à vida, aos vivos, em um movimento de governamentalidade a partir do fim do século XVI, com os dispositivos e tecnologias da razão de Estado e do policiamento³¹.

A sexualidade é colocada como o dispositivo em torno do qual, contra a hipótese repressiva, Foucault (2018c) irá demonstrar a proliferação dos discursos que possibilitaram o poder de condução, gestão e normalização dos indivíduos, dos comportamentos e da população, que é o biopoder.

[...] desde a campanha contra o onanismo das crianças surgida na Inglaterra na primeira metade do século XVIII, se exerceu o poder sobre a vida em suas formas, a da “anatomopolítica do corpo humano” e a da “biopolítica da população”. Em torno da sexualidade teriam vindo articular-se, assim, apoiando-se e reforçando-se reciprocamente, os dois poderes, o das disciplinas do corpo e o do governo da população. “As disciplinas do corpo e as regulamentações da população constituem os dois polos” – escrevia ele em *La volonté de savoir* – “em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A implantação, no decorrer da idade clássica, dessa grande tecnologia com dupla face – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e olhando para os processos da vida – caracteriza um poder cuja mais alta função talvez já não seja doravante a de matar, mas a de investir a vida de parte a parte” (Fontana & Bertani, 2018, p. 238).

Portanto, a partir da *História da sexualidade* (2017c), sobretudo no terceiro volume, Foucault irá desenvolver a ideia de que o dispositivo da sexualidade une o poder disciplinar e a biopolítica. Essa junção de dois tipos de poder sofrerá um deslocamento e culminará na noção de governamentalidade em 1978, no curso *Segurança, território e população*. Como apontamos anteriormente, Foucault seguirá na análise das práticas de governo e das formas de subjetivação em relação a eles, seja submetendo-se ou resistindo, até o final dos seus estudos e o ano da sua morte, em 1984. Importa lembrar que foi a partir desse período da sua obra que Foucault operou deslocamentos importantes em todos os seus estudos até então, a saber, o período chamado arqueológico e genealógico, desembocando na questão da subjetividade e da ética. Esses estudos e deslocamentos serão extremamente importantes para pensar as dimensões éticas e políticas na atualidade e nos valeremos mais deles de forma mais detida adiante na presente tese.

³¹ Mais à frente iremos discorrer sobre o conceito de *polícia* adotado por Foucault, que se difere da compreensão que temos à primeira vista, como a polícia das armas que é punitiva.

2.2.5. Sociedade de controle

Retomando a ideia de uma mudança de produção subjetiva em relação com o trabalho, já a partir também da década de 1980, Gilles Deleuze, dando seguimento ao pensamento foucaultiano, aponta a ideia de que, se antes tínhamos uma sociedade disciplinar, agora viveríamos em uma *sociedade de controle*. As formas de governamentalidade contemporâneas iriam para além da gestão disciplinar dos corpos, mas incidiriam mais diretamente em uma autogestão dos indivíduos, ao modo da gestão de uma empresa. Essa é a ideia do empreendedorismo de si mesmo, de um sujeito “Você S/A³²”.

No texto *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle* (1992), Deleuze aponta que Foucault situou as sociedades disciplinares entre os séculos VIII e XIX, tendo seu ponto máximo no século XX, mas, para Deleuze, Foucault sabia da brevidade deste modelo. Estaríamos em uma crise de todos os meios de confinamento, na qual as sociedades de controle substituiriam as sociedades disciplinares, e as fábricas estariam sendo substituídas pelas empresas.

Mas, atualmente, o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. É um capitalismo de sobre-produção. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, a fábrica cedeu lugar à empresa (Deleuze, 1992, pp. 223-224).

Magno, Barbosa e Martins Jr. (2012) apontam que na transposição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle a condição do assalariamento, como vimos discutindo com Castel (2003), muda radicalmente, uma vez que, em contraposição aos conjuntos de garantias sociais do período fordista, temos as empresas flexíveis que impõem uma flexibilização também dos salários, de modo que os trabalhadores estariam submetidos a desafios constantes que incidiriam em uma maior individualização. O que norteia os rendimentos salariais é uma auto responsabilização dos trabalhadores em constante disputa e competição uns com os outros para ganharem maior destaque e reconhecimento.

³² Exemplificamos fazendo alusão ao título de uma revista da Editora Abril “Você S/A” que se adequa à venda dos valores de um mercado competitivo, para preparar cada sujeito para ser gestor de sua própria carreira, ser sua própria empresa – como o próprio nome sugere – e “chegar lá”.

Esse novo espírito, erguido sob a égide de uma lógica organizacional conexcionista (redes), promove os discursos do desenvolvimento pessoal e da empregabilidade³³. O objetivo é disseminar a ideia de que o indivíduo deve tornar-se apto a engajar-se constantemente em novos projetos, mantendo-se neles o tempo que for necessário e aproveitando as oportunidades para desenvolver novas habilidades e adquirir novos conhecimentos com vistas a manter-se empregável (Magno et al., 2012, p. 85).

Os autores colocam importante questionamento diante daquilo que eles também concebem como uma mudança de modos de subjetivação no mundo do trabalho. Para eles, a questão central que se apresenta é pensar quais estratégias de contrapoder os empreendedores de si mesmos produzirão diante desses “cenários de insegurança ontológica e social” (Magno et al., 2012, p. 86) que são promovidos pela lógica do mercado e comprometimento do Estado com modos cada vez maiores de produção de riqueza e miséria, como aponta Deleuze (1992).

2.2.6. A “nova razão” governamental neoliberal

A respeito dessa nova racionalidade governamental, trazemos aqui o trabalho de Pierre Dardot e Christian Laval, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016), que discorre a respeito das mudanças sociais, e, conseqüentemente, das mudanças de produção de subjetividade de uma sociedade industrial e liberal, para uma sociedade empresarial e neoliberal. Os autores, embora de orientação marxista, irão retomar o trabalho de Michel Foucault nos cursos do *Collège de France* a partir da década de 1970, quando o pesquisador se dedica a uma leitura crítica do presente, introduzindo o estudo crítico do tema do neoliberalismo a partir da chave da modalidade de poder chamada por ele de governamentalidade, elaborado nos cursos *Segurança, território e população* ministrado em 1978, e *Nascimento da Biopolítica*, no ano seguinte, em 1979. “Os dois cursos se dedicam ao estudo da razão de Estado desde o século XVII até o século XX, sendo que o segundo dá especial atenção à governamentalidade neoliberal” (Ferreira Neto, 2019, p. 2).

Retomando, o conceito de governamentalidade diz respeito à junção do poder disciplinar e do biopoder, tendo vistas à condução das condutas do conjunto de indivíduos

³³ Como *empregabilidade*, entendemos aquilo que define se os profissionais estão aptos ou não para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho e serem empregados. Difere, portanto, de estar empregado ou desempregado.

que constituem a população, como controle estratégico de condução das condutas alheias, e, também, contando com a condução das próprias condutas pelos próprios sujeitos. Foucault (2008) em uma das definições, aponta a governamentalidade como “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma específica, mesmo que muito complexa de poder, que têm por objetivo a população” (Foucault, 2008, p. 136).

Dardot e Laval (2016) partem de uma crítica aos diagnósticos realizados até então sobre a crise que levaria ao fim do neoliberalismo ou até mesmo do capitalismo, com a falência da poderosa Lehman Brothers em 2008. Os autores unem-se à diversas críticas a esses diagnósticos que já vinham sendo realizadas no ano seguinte, em 2009. Embora seu trabalho se una às críticas já elaboradas, buscam se distanciar de forma cuidadosa de posições como de Giorgio Agamben e Deleuze e Guattari, e mais declaradamente, da posição dos “marxistas”, entre os quais citam David Harvey, Antonio Negri e Michael Hardt (Dias, 2017), como dissemos, baseando-se fundamentalmente no trabalho de Foucault nos cursos a partir dos anos de 1970.

Destes cursos, os autores retiram a ideia de que é necessário pensar o *neoliberalismo*³⁴ como uma *racionalidade*, ou seja, como aquilo que organiza tanto a ação dos governantes quanto a dos governados, como uma lógica normativa que rege as relações de poder e as maneiras de governar; em uma palavra, como uma racionalidade vinculada a determinada governamentalidade (Dias, 2017, p. 279, grifo do autor).

Na primeira parte da obra, Dardot e Laval (2016) irão se dedicar a rerepresentar a análise foucaultiana do neoliberalismo entendido como uma resposta à “crise do liberalismo” em que o modelo de troca passa para o modelo da concorrência, com a intervenção do Estado, não com o intuito de limitar o mercado, mas de enquadrar juridicamente, de forma cuidadosa, o desenvolvimento e purificação do mercado concorrencial. Os autores indicam que Foucault já teria apontado essa passagem da troca

³⁴ O uso unívoco do termo *neoliberalismo* para designar o atual modelo econômico hegemônico nas sociedades ocidentais tem sido ponto de crítica de estudiosos foucaultianos. Segundo Ferreira Neto (2019), “isso é particularmente forte na literatura marxista, como no trabalho de Dardot e Laval (2016), que mesmo parcialmente inspirados em Foucault, apresentam o neoliberalismo como ‘a nova razão do mundo’” (p. 6). Avisados disso, entretanto, não nos aprofundaremos nessas questões, e ainda nas questões das críticas dirigidas ao próprio Foucault como sendo um teórico “neoliberal”. Para os desejos de aprofundamento, consultamos e indicamos o artigo *Foucault, Governamentalidade Neoliberal e Subjetivação* de João Leite Ferreira Neto (2019).

para a concorrência, do liberalismo clássico para o neoliberalismo, em *Nascimento da biopolítica* (2021b).

Os autores apontam o Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris, no ano de 1938, como acontecimento fundador do neoliberalismo. Analisando o resultado e produções advindas desse Colóquio, Dardot e Laval (2016) apontam a construção dessa racionalidade de uma maneira muito direta, como uma agenda “guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua” (pp. 89-90). Ao contrário do liberalismo clássico que argumentava a respeito de um naturalismo autorregulador, com a famosa imagem da “mão invisível do mercado”, o neoliberalismo necessita da intervenção de um Estado essencialmente jurídico. “A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento [...]. Ela visa criar e preservar as condições de funcionamento do sistema concorrencial” (p. 90).

O Estado e sua legislação produzida ou garantida deve enquadrar as relações comerciais e atividades produtivas em normas harmônicas para que se especializem mais as normas produtivas e se estendam as trocas comerciais. Uma das tarefas do Estado³⁵ no neoliberalismo é o de produzir e manter um quadro que seja compatível com a estrutura econômica nova.

2.2.7. O imperativo individualizante e a necropolítica

Porém, além disso, a política neoliberal deve atuar diretamente na produção de uma nova subjetividade para esse novo quadro estrutural (Dardot & Laval, 2016).

Mais ainda, a política neoliberal *deve mudar o próprio homem*. Numa economia em constante movimento, a adaptação é uma tarefa sempre atual para que se possa recriar uma harmonia entre a maneira como ele vive e pensa e as condicionantes econômicas às quais se deve submeter. Nascido num estado antigo, herdeiro de hábitos, modos de consciência e condicionamentos inscritos no passado, o homem é um inadaptado crônico que deve ser objeto de políticas específicas de readaptação e modernização. E essas políticas devem chegar ao ponto de mudar a própria maneira como o homem concebe sua vida e seu destino a fim de evitar sofrimentos morais e os conflitos inter ou intra individuais (Dardot & Laval, 2016, p. 91, grifo dos autores).

³⁵ No próximo capítulo, iremos nos aprofundar na temática do Estado e de seu papel em distintas racionalidades.

Já na segunda parte do livro, os autores se dedicam à empreitada de apresentar uma descrição da “nova razão do mundo”, a racionalidade neoliberal, como nova governamentalidade. A partir dos governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, os autores apontam o momento de consolidação da relação de apoio entre as transformações do capitalismo e as políticas neoliberais. “Este período é também o do desenvolvimento de uma norma disciplinar que força governantes e governados à austeridade e ao domínio de si sob a pressão da competição” (Dias, 2017, p. 281).

No capítulo 9, *A fábrica do sujeito neoliberal*, Dardot e Laval (2016) apontam a empresa como modelo de subjetivação, tanto do ponto de vista coletivo, do Estado, como da individualidade. “No plano individual, por fim, a subjetivação neoliberal assume a forma de empresa de si mesmo. Tomando-se como uma empresa, o indivíduo desenvolve um *ethos* empresarial que o conduz à constante valorização de si vinculada às necessidades da concorrência com as demais ‘empresas de si’ circundantes” (Dias, 2017, p. 282). Dardot e Laval asseveram: “O homem neoliberal é o homem *competitivo*, inteiramente imerso na competição mundial” (2016, p. 322, grifo dos autores) em oposição ao homem *produtivo* do período do liberalismo clássico.

A partir de então, diversas técnicas contribuem para a fabricação desse novo sujeito unitário, que chamaremos indiferentemente de “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou, simplesmente *neosujeito*. Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis - metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui. [...] O sujeito unitário é o sujeito do envolvimento total de si mesmo. A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas (Dardot & Laval, 2016, p. 327, grifo dos autores).

Grosso modo, pode-se afirmar que os dispositivos disciplinares que controlavam e puniam o trabalhador são incorporados à sua própria subjetividade, sendo que ele mesmo se torna seu autorregulador e sancionador de modo a produzir cada vez mais e melhor, muitas vezes, se não a maioria delas, longe de uma linha de produção, agindo assim em todas as esferas de sua vida privada. “Portanto, *toda a subjetividade*, e não apenas o ‘homem do trabalho’, é convocada para esse modo de gestão [...]” (Dardot & Laval, 2016, pp. 345-346, grifo dos autores), transpondo a ética do trabalho para a vida como um todo, em uma forma de subjetividade empresarial, incorporando esses

dispositivos em sua prática cotidiana. “Dessa forma, a coerção econômica e financeira transforma-se em *autocoerção* e *autoculpabilização*, já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece” (Dardot & Laval, 2016, p. 345, grifo dos autores). Essas autocoerção e autoculpabilização aumentam penosamente o sofrimento do sujeito empresarial, uma vez em que se vê sem suportes sociais, entregue à própria sorte, lutando por sobrevivência nessa “nova razão mundial”, como nomeiam os autores.

Não podemos deixar de trazer para essa discussão as ideias de Nikolas Rose (2008), importante teórico foucaultiano, que também faz apontamentos a respeito da empresa como nova modalidade de produção social e subjetiva, aglutinando em si as “inúmeras práticas, as aspirações do governo, a subjetividade do indivíduo e a capacidade da psicologia” (p. 162). Segundo o autor, a partir dos anos 1980, a ideia de um indivíduo livre, do *self* como valor, legitimou as atividades e mentalidades políticas do Reino Unido, Estados Unidos e alguns países da “velha Europa”. Por “empresa” não se entende apenas o tipo de organização industrial e de negócios, mas também um modelo de atividade em outros locais tais como o hospital, a escola, o exército e até mesmo a família. As falhas nesses locais e até mesmo no próprio indivíduo, se reduziram à ideia da “falta de iniciativas”, que, se tomadas, reguladas e transformadas, com esforço e dedicação, levariam à satisfação, excelência e conquistas. Nesse sentido, o autor indica que a ideia de empresa une a retórica política com os programas que regulam e controlam o *self* dos próprios indivíduos.

A empresa forjou um novo “*link*” entre as maneiras pelas quais somos governados por outros e as maneiras pelas quais devemos nos governar. Designou uma coleção de regras para a condução da existência cotidiana de uma pessoa: energia, iniciativa, ambição, cálculo e responsabilidade pessoal. O “*self* empreendedor” faria de sua vida um empreendimento, projetaria um futuro e procuraria adequar-se na intenção de se tornar aquilo que desejasse. Empresa designa uma forma de regular que é intrinsecamente “ética”: um bom governo é aquele baseado nas maneiras pelas quais as pessoas se governam. O “*self*” é para aspirar autonomia, para esforçar-se para alcançar satisfação pessoal em sua vida na terra, para interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual, enfim, encontrar significado na existência moldando sua vida através de escolhas (Rose, 2008, p. 162).

Porém, mesmo diante desse imperativo individualizante, e principalmente por conta dele, algumas parcelas da população não conseguem escapar à fatalidade dessas novas modalidades de produção social, encontrando-se em uma espécie de luta pela vida sem poder se livrar dos estigmas que apontam para sua morte. Nesse sentido, Achille Mbembe, pensador camaronês, faz uma importante discussão acerca de soberania, poder e sujeito naquilo que ele irá chamar de necropolítica, em conversa com o biopoder como

conceito trazido de Michel Foucault. Mbembe (2016) irá retomar a discussão que Hegel faz entre a morte e o tornar-se sujeito, de forma que ao invés de pensarmos a razão como verdade do sujeito, possa-se pensar em categorias mais fundadoras e mais táteis como a morte.

A concepção da morte, para Hegel, está centrada em um conceito bipartido de negatividade. Primeiro, o ser humano nega a natureza (negação exteriorizada no seu esforço para reduzir a natureza a suas próprias necessidades); e, em segundo lugar, ele ou ela transforma o elemento negado por meio de trabalho e luta. Ao transformar a natureza, o ser humano cria um mundo; mas no processo, ele ou ela fica exposto(a) a sua própria negatividade. Sob o paradigma hegeliano, a morte humana é essencialmente voluntária. É o resultado de riscos conscientemente assumidos pelo sujeito. De acordo com Hegel, nesses riscos o “animal” que constitui o ser natural do indivíduo é derrotado (Mbembe, 2016, p. 125).

Mbembe (2016) aponta que o processo para o ser humano se tornar verdadeiramente sujeito, separado do animal, se dá na luta e no trabalho pelos quais ele enfrenta a morte. Esse movimento de enfrentamento à morte o lançaria definitivamente no movimento da história como pensava Hegel. “Tornar-se sujeito, portanto, supõe sustentar o trabalho da morte. Sustentar o trabalho da morte é precisamente como Hegel define a vida do espírito” (Mbembe, 2016, p. 125). Viver no espírito seria não viver com medo da morte, poupando-se de uma possível destruição, mas lançar-se à vida pressupondo a morte e lidando com essa realidade. Diante do contexto da realidade contemporânea, o lançar-se à morte para prover a vida por meio do trabalho e da luta, toma contornos ainda mais perigosos e até mesmo nefastos e perversos.

À ideia hegeliana de se lançar à morte se aproxima a ideia da soberania, apresentada também por Foucault – que pode ser resumida na máxima que expressa o poder do soberano de “deixar viver e fazer morrer”. Juntas, compõem a proposta da necropolítica, que Mbembe (2016) irá apresentar. A necropolítica é tida como o poder que opera na gestão dos corpos que são marcados para morrer, e que podem inclusive ser pensados como mortos-vivos, revertendo a máxima soberana na nova máxima do poder de “deixar morrer e fazer viver”.

Mbembe (2016) aponta que a ideia da biopolítica foucaultiana seria insuficiente para se pensar no modo de controle das populações que subjuga a vida ao poder da morte,

retomando o que Foucault apresenta como a ideia do racismo³⁶ de Estado. Para o autor camaronês, há situações pautadas pela racionalidade moderna, como a escravidão, o *apartheid* e a vida nas colônias, em que os sujeitos são tomados em sua subjetividade de maneira que teriam, de fato, um *status* de não vivos, totalmente desprovidos de seu poder político e de sua cidadania. Entre essas situações se destaca a escravidão, em especial, que o autor aponta como uma das primeiras instâncias de experimentação necropolítica.

De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral) (Mbembe, 2016, p. 131).

A vida do escravo seria de tal forma dominada que seria dissolvida ao ponto de se dizer que sua vida é propriedade de seu dominador, gerando uma contradição entre a liberdade de propriedade e a liberdade da pessoa. A vida do escravo seria, de muitas formas, uma maneira de se ter uma morte em vida. O poder continuaria operando sobre os corpos de diversas populações, com novas tecnologias de gestão muito mais destruidoras. Para Mbembe (2016), no caso da Palestina, por exemplo, teríamos a junção de três poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico, que tornaria ainda mais difícil a resistência no mundo contemporâneo.

2.2.8. Primeiros apontamentos sobre o governo da loucura

Embora pretendamos nos aprofundar nessa temática mais à frente na tese, é importante destacar que o “louco” não escapa dos deslocamentos de saberes, verdades e práticas que aqui apresentamos. Pensando na questão da passagem do poder soberano, ao disciplinar e depois para a biopolítica e para a necropolítica, podemos refletir também sobre o “tratamento” dispensado aos loucos nestas distintas modalidades de exercício de poder. Na era clássica, os loucos eram alvo do “fazer morrer” soberano, lançados em navios à deriva no mar ou escorraçados para fora das cidades (Foucault, 2009). Já com o manicômio, nas práticas institucionalizantes totais e em seus efeitos disciplinares a partir

³⁶ Discussão extremamente potente e importante em Foucault, mas que não aprofundaremos por aqui, embora pudesse ser um caminho escolhido para tratar da questão das populações das margens, entre elas, os loucos.

do alienismo (Goffman, 1961), podemos pensar tanto em um “fazer morrer” como em um “deixar morrer”.

Desde o período em que foram encarcerados pela primeira vez visando um tratamento, os loucos foram vítimas de todo o tipo de atrocidades que, não poucas vezes, os levava à morte, fosse por violência ou por descaso. Entretanto, mesmo quando fora dos muros e impostos a trabalhar para a recuperação da sociedade pós Segunda Guerra Mundial, como veremos melhor adiante, foram separados entre loucos aptos e inaptos. Estes últimos eram aqueles que não se adequavam ao modelo fordista-taylorista, inaptos para o trabalho assalariado e regulamentado, que vinha com prescrições sobre os corpos e mentalidades. Assim, naquele contexto, os loucos fora dos muros, teriam pouco ou nenhum suporte social e estariam em condição de vulnerabilidade ou de desfiliação, conforme discutimos com Castel (2003), e, a maioria das vezes entregues à própria sorte.

Por outro lado, pensando mais recentemente, na passagem do liberalismo clássico ao neoliberalismo, no modelo da governamentalidade neoliberal, há um “deixar morrer” na figura da invisibilidade social. Ainda que fora dos manicômios em sua grande maioria – dada a crescente tomada de consciência da sociedade para as práticas perversas da lógica manicomial e do crescimento das políticas de desinstitucionalização, entre elas a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial no Brasil (Amarante, 1999; Machado et al., 1978; Scarcelli, 2011) – o “louco” parece não atender também às exigências neoliberais de produtividade e maximização dos resultados, numa prática constante de auto exigência e auto superação, que levam à auto culpabilização e auto coerção, conforme vimos com Dardot e Laval (2016). No neoliberalismo parece não haver espaço para os “fracos” e “derrotados”, nem para aqueles que não conseguem se encaixar na extensiva lógica da competitividade. Qual seria então o lugar do louco diante do mundo do trabalho? Para responder a essa questão, cabe explorar mais profundamente a figura do “louco” nesses arranjos, e o faremos no próximo capítulo.

Para finalizar esse tópico, como vimos, o que temos na contemporaneidade é uma forma muito mais complexa de subjetivação na relação do sujeito com o trabalho. O processo de desfiliação para Castel (2003) se dá por conta da crise do projeto da sociedade salarial, o enfraquecimento do processo de industrialização e a crise do Estado de Bem-estar Social. Porém, de acordo com o que trouxemos a partir de Deleuze (1992) e Dardot e Laval (2016), essa racionalidade transpõe em muito o paradigma de estar ou não

empregado e assalariado, se tornando um modo de subjetivação que atua sobre todos os sujeitos, no imperativo de que sejam competitivos e que atuem sobre si mesmos, a fim de conseguir o êxito no mundo do trabalho, seja formal ou informal (na lógica do empreendedorismo que faz de cada pessoa, empresária de si mesma).

O exercício de governamentalidade, que substitui a noção de poder disciplinar a partir da noção de poder biopolítico em Foucault, se mostra cada vez mais enraizado nas experiências de trabalho, expandindo também e principalmente para a forma como o sujeito se auto concebe e lida consigo mesmo. Vemos operar um deslocamento de uma subjetividade disciplinada para uma subjetividade autorreguladora em todas as esferas de sua experiência de existência, e portanto, muito mais difícil de resistir.

2.3. Saberes da Psicologia a serviço dos modos de subjetivação no trabalho

Neste tópico buscaremos pensar um pouco mais sobre como os modos de subjetivação no capitalismo operam, no cenário do período industrial e no período contemporâneo. Para isso, discutiremos mais especificamente como os saberes da Psicologia se inserem nesse âmbito do trabalho e da produção de subjetividades, como saberes que dão força aos discursos produzidos e às práticas performadas, criando e legitimando racionalidades e produzindo subjetividades.

2.3.1. A produção do sujeito psicológico

Como vimos, a Revolução Industrial é o palco em que se apresentam lutas e embates de forças que produziram uma subjetividade caracterizada como parte de uma grande engrenagem ou maquinaria. Naquele momento histórico, o trabalho e as organizações foram constituídos como espaços para a produção da vida dos sujeitos e das comunidades. “O trabalho não é só um dos principais espaços de ação para os sujeitos, se não que também, através deste, o sujeito mesmo se constrói como ator social” (Sisto, 2012, p. 92, tradução nossa).

A produção da subjetividade, como estamos apontando, pode ser compreendida como resultado da formulação de discursos e prescrição de práticas, inclusive

psicológicas, nesse espaço da relação do ser humano com o trabalho e, como cada trabalhador se deixa moldar ou não a tais discursos e práticas e como se relaciona com os regimes de verdade estabelecidos. A produção desse sujeito está ligada à construção e reprodução do que uma sociedade capitalista liberal requer (Pulido-Martínez, 2017). “É em cada aplicação da Psicologia que se produz e reproduz o sujeito psicológico³⁷ indispensável para que o capitalismo e a sociedade liberal se perpetuem” (Pulido-Martínez, 2017, p. 9, tradução nossa).

A Psicologia, enquanto disciplina hegemônica ligada ao trabalho, é um saber pertencente à modernidade que aparece como dispositivo de controle social para docilização e utilização dos corpos. Para Meda (1998 citado por Pulido-Martínez, 2015, p. 323, tradução nossa), “sua efetividade social está relacionada, à maneira de exemplo, com modos de individualizar e ao mesmo tempo homogeneizar a força laboral”. Os estudos históricos que pensam o desenvolvimento da relação entre a Psicologia e o trabalho mostram que o propósito dessa relação é suprir as necessidades do capital e garantir que as capacidades, atitudes e conhecimento do trabalhador estejam aptos para realizar tais necessidades. O capitalismo se preocupa com o trabalhador, nos termos do fordismo-taylorismo, como a peça humana que pode ser adequada à necessidade da maquinaria, mas, caso não se adéque, poderá ser facilmente substituída (Pulido-Martínez, 2017). “A pergunta técnica sobre como aumentar a produtividade impera, e a trivialização do trabalho em termos psicológicos, aumenta constantemente” (Pulido-Martínez, 2017, p. 12, tradução nossa). A respeito da docilidade dos corpos de trabalhadoras, Sylvia Leser de Mello escreve:

O corpo dócil às injunções do trabalho, o corpo dócil ao destino da maternidade, que se renova a cada ano, o corpo dócil ao desconforto da moradia acanhada e insalubre, o corpo dócil à espera, em longas filas, para receber os “benefícios” – uma consulta no INPS, um saco de leite em pó, alguns víveres, um lugar no ônibus para ir ou voltar do trabalho, para receber salário, para obter um documento, para conseguir um emprego, reivindicar um direito –, a docilidade do corpo traz a marca da submissão (Mello, 1988, pp. 182-183).

³⁷Como já afirmamos anteriormente, a noção de subjetividade com a qual trabalhamos se difere substancialmente da noção de um sujeito psicológico, que opera com concepções tais como as de uma subjetividade dita “interior”, com aspectos íntimos e imateriais de uma personalidade. Porém, no presente tópico falaremos da Psicologia enquanto saber e prática, e o “sujeito psicológico” surge também como uma das “modalidades” ou “categorias” subjetivas que se efetivam a partir de tais saberes e práticas e possibilitam, como veremos, racionalidades e práticas de governamentalidade.

Nikolas Rose, no texto *Psicologia como uma ciência social* (2008), aponta que a Psicologia ocupou papel de central importância na sociedade do século XX, auxiliando na construção do mundo e das pessoas. Sua tese parte da compreensão já apontada no título do trabalho: a Psicologia “constituiu-se como uma ‘ciência social’, promovendo uma ‘psicologização’ das vidas individual e coletiva, inventando e transformando diversas ideias em termos psicológicos” (p. 155). No texto, Rose (2008) irá apontar a caminhada da Psicologia encontrando espaço “como uma técnica de regulamentação, um pretense conhecimento sobre as pessoas com o objetivo institucional de administrá-las, moldá-las, reformá-las” (p. 155).

A partir da criação dos dispositivos de medição e cálculo individuais, os testes psicológicos, a Psicologia possibilitou também a criação de um indivíduo administrável, permitindo uma melhor distribuição e aproveitamento de sua existência em diversos locais como o trabalho na indústria, mas também na escola, no quartel e em todos os lugares da vida social. Essa criação de dispositivos reposiciona a Psicologia de uma tecnologia investigativa para uma tecnologia julgadora, moralizante, que hierarquiza, diferencia e qualifica os indivíduos. Além disso, nesse processo há a produção de nova subjetividade, calculada e administrável.

E o que pode ser observado, nesse processo, é a verdadeira produção de novas identidades em potencial. Com isso, quero dizer que podemos observar uma mudança dos termos pelos quais os indivíduos não somente são julgados por outros, mas também nos termos pelos quais eles entendem, julgam e agem sobre si mesmos (Rose, 2008, p. 158).

Como “ciência do indivíduo”, a Psicologia encontrou seu lugar em meio às técnicas de regulamentação, na promoção de uma racionalidade liberal democrática, com noções tais como a liberdade individual, mas também com ênfase forte no individualismo. Rose (2008) analisa as contribuições da Psicologia no campo de duas temáticas sociais importantes: a democracia e a noção de grupo. O autor indica que para que exista a regulação dos cidadãos dentro de uma democracia é importante regrá-los nas suas relações com o outro, de forma que à medida que se possa conhecer e estudar essas relações, seja possível modelá-las, alinhando assim, governo e governados. “Para a psicologia social, como para a filosofia política, a natureza social do homem deve ser conhecida para que ele seja adequadamente governado. A psicologia social proporciona tanto a tecnologia humana quanto a intelectual para possibilitar que o governo democrático opere” (Rose, 2008, p. 159).

Rose, em outro texto *Governando a alma: a formação do eu privado* (1988), também aponta como que a própria noção psicológica do “eu privado” não é, paradoxalmente, privada, mas objeto de poder, no sentido de que o “privado” se torna objeto de intervenção política. Inspirado na noção de governamentalidade de Foucault, Rose indica que os saberes sobre a subjetividade e a intersubjetividade estão ligados de forma intrínseca aos programas de governo dos sujeitos; e para governá-los, é preciso conhecê-los.

A situação de dependência do governo relativamente ao conhecimento, nesses dois sentidos, possibilita-nos apreciar o papel que a Psicologia, a Psiquiatria e as ciências “*psi*” têm exercido no interior de sistemas de poder nos quais os sujeitos humanos têm-se tomado enredados. [...] Educar, curar, reformar, punir – são, sem dúvida, velhos imperativos. Mas os novos vocabulários fornecidos pelas ciências da psique possibilitaram que as aspirações do governo fossem articuladas em termos de uma administração das profundezas da alma humana que estivesse baseada em seu conhecimento (Rose, 1988, p. 39).

2.3.2. A intersubjetividade trabalhadora

Na mesma linha, Sisto (2012) indica que a noção de diferença individual já havia sido incorporada ao âmbito da Administração Científica do Trabalho de Taylor por conta da exigência de adequação do indivíduo com seu posto de trabalho. Desde aquele momento, já começava a se pensar em termos de personalidade do trabalhador. Segundo o autor, a influência da racionalidade psicológica não se esgota só nessa mensuração e nesse ajuste da pessoa, sua personalidade e seu posto de trabalho, mas também começam a serem notados os fenômenos intersubjetivos como fundamentais. Os trabalhadores não se organizam somente ao redor da tarefa a ser executada, mas em relação a outra série de objetos na fábrica, inclusive em relação a outros trabalhadores (Oddone et al., 2008).

A psicologia descobre com *Mayo* que os trabalhadores, na fábrica, se agregam segundo afinidades ligadas a atividades humanas diferentes do trabalho, que os grupos resultantes delas têm seus líderes, que as pessoas trabalham e produzem em função da satisfação mais do que em função do ganho (Oddone et al., 2008, p. 17).

Então, a Psicologia apontava que este ser humano estava em relação não somente com a tarefa a desempenhar. Estava em relação com seus pares e dando sentido à sua existência no trabalho por meio de relações diversas com vários temas postos na fábrica. É nesse sentido que temos a experiência multidisciplinar de Eric L. Trist e Kenneth W. Bamforth em 1949, no então recém-criado *Tavistock Institute of Human Relations* que, a partir da Psicologia e da Sociologia, buscaram descrever e analisar o trabalho de extração

de carvão em minas na localidade de Durham, ao norte da Inglaterra. Então, foi pensada, pela primeira vez, uma análise sociotécnica, em que a organização do trabalho não coube somente aos especialistas, mas aos próprios mineiros (Biazzi Jr., 1994; Rose, 2008).

A organização na perspectiva sociotécnica é, antes de mais nada, um sistema aberto. Ela interage com o ambiente, é capaz de autorregulação e possui a propriedade de equifinalidade, isto é, pode alcançar um mesmo objetivo a partir de diferentes caminhos e usando diferentes recursos (Biazzi Jr., 1994, p. 32).

A ideia de indivíduo e de grupos da abordagem sociotécnica é fruto de diversos saberes como a Psicologia Social, a Psicanálise, a Psicologia de Grupos e a Sociologia. Essa abordagem considera os sentimentos relacionados às tarefas, de modo que o trabalhador possa obter orgulho e satisfação do seu trabalho. Desse modo, as características e necessidades fundamentais dos seres humanos no trabalho passam a ser tomadas em conta. “O trabalho deve possuir um conteúdo que demande as capacidades intelectuais e criativas dos indivíduos, permitir um aprendizado contínuo, gerar suporte social e reconhecimento e ter uma clara relação com a vida social dos operários e com os valores que eles partilham com a sociedade” (Biazzi Jr., 1994, p. 35).

2.3.3. O trabalhador sentimental

Entretanto, embora seja o exemplo de um grande passo que estava sendo dado em direção à humanização das relações de trabalho, aqui estamos propondo uma problematização no sentido de pensar a atuação dos saberes e práticas em prol de lograr um melhor ajustamento do ser humano às necessidades produtivas do capital. A satisfação e a percepção do ser humano em seu trabalho se constituíram conforme um projeto de felicidade que buscava solucionar os problemas relacionados à organização do trabalho, individualizando e responsabilizando os trabalhadores pelos problemas enfrentados e pela sua solução. Assim, se desenhou aquilo que Pulido-Martínez (2015) chamou de *trabalhador sentimental*.

O projeto psicológico de felicidade que se desenhou para o trabalhador sentimental, na prática cotidiana, intencionou trazer os valores liberais aos âmbitos laborais sob um pressuposto ético de que a gestão de pessoal guiada por estes valores traria satisfação, bem-estar e progresso. Podem-se incluir dentro deste projeto as psicologias: industrial/organizacional, social das organizações, do trabalho, ocupacional, assim como a conduta organizacional, o desenvolvimento organizacional e a ergonomia entre outras (Guevara, 1989; Hollway, 1991). Nestas subáreas se fazem diversas combinações entre a psicologia das diferenças e a psicologia

proposta pela escola das relações humanas, de maneira tal que se atualizam de diversas formas os valores que guiam a sociedade liberal (Pulido-Martínez, 2015, p. 325, tradução nossa).

A partir desse âmbito temos a seleção de pessoal, a capacitação, a avaliação de desempenho, as pesquisas de clima organizacional, as estratégias para preparação para aposentadoria, entre outros elementos que, segundo Pulido-Martínez (2015), buscam garantir não somente a satisfação e a felicidade no ambiente laboral, mas se convertem em garantias de que os valores da sociedade liberal continuam em prática no cotidiano das organizações, produzindo assim, uma subjetividade específica. A racionalidade que produz o trabalhador como sujeito sentimental traz em si prescrições de ações que incrementam a satisfação do sujeito em suas atividades, de modo que ele pode ser facilmente influenciado por essas estratégias políticas de controle. Dessa forma, o trabalhador sentimental também pode ser considerado como trabalhador alienado.

Não é possível, então, que o ser humano que trabalha dentro do sistema capitalista se reconheça em referência, posto que não pode considerar o produto como próprio. No processo produtivo, o trabalhador resulta despojado psíquica e economicamente, os donos dos meios de produção se apropriam do valor relativo à quantidade de trabalho que o sujeito imprime aos objetos que se comercializam. Nestas condições, a figura da subjetividade que emerge é contrária à do trabalhador resultado do projeto de felicidade. Surge aqui a figura do trabalhador alienado em sua interioridade, nas relações com os demais e em relação com seu pertencimento à espécie (Pulido-Martínez, 2015, p. 326, tradução nossa).

Vemos, então, os saberes da Psicologia ativamente construindo racionalidades e modos de produção e controle de subjetividades dentro do capitalismo nesse momento de industrialização. Seja atuando diretamente na dupla clássica “homem-tarefa”; seja atuando nos projetos de felicidade para um trabalhador sentimental que se mostra também como um trabalhador alienado. Os saberes da Psicologia mostram-se, portanto, como dispositivos de controle social para docilização dos corpos e adequação às necessidades de um capitalismo liberal, produzindo subjetividades.

2.3.4. O trabalhador portfólio

Quando vemos mais recentemente modificarem-se os modos de produção e de organização social, temos o estabelecimento daquilo que é chamado neoliberalismo, conforme já pontuamos no tópico anterior. Assistimos a uma modificação, que se deu de forma gradual, na relação do ser humano com o trabalho e, conseqüentemente, como aqui

apontamos, dos saberes da Psicologia envolvidos nessa relação. Por haver mudanças na organização social e nas relações de forças que dão origem a novos saberes e práticas, novos regimes de verdade, temos também o estabelecimento de novo modo de subjetivação. Pulido-Martínez (2015) descreve bem esse novo modo de organização social e novo modo de subjetivação presente no neoliberalismo:

Flexibilização, precarização, desindustrialização, desemprego, terceirização estão na ordem do dia. Uma consequência fundamental tem trazido estes fenômenos para a constituição da subjetividade laboral. As atividades como tais, o que faz de maneira particular o sujeito dentro do aparato produtivo, parecem desvanecer-se como fonte de produção de subjetividade. Se os trabalhadores buscam apegar-se aos recursos com os que contavam para sua construção como sujeitos proporcionada pelo bom trabalho, podem ser tachados de inflexíveis, de ter medo de mudança, e de não se adaptar às novas demandas que se formulam vindo da gerência. Contemporaneamente, aos trabalhadores se compele, com intensidade, a reinventar-se como requisito para poder alcançar supostas vantagens que oferece o mercado de trabalho (Pulido-Martínez, 2015, p. 327, tradução nossa).

O que temos em referência hoje é uma instabilidade em vários aspectos dos modos de trabalhar e, conseqüentemente, de ser. Não existem mais papéis definidos claramente; há uma pluralidade e exigência de disponibilidade para execução de tarefas; as jornadas de trabalho são estendidas, muitas vezes com possibilidade de *home office*; há flexibilização de contratos de trabalho; flexibilização de direitos trabalhistas; e, uma indiferenciação entre o público e o privado que aumenta ainda mais com os processos de terceirização (Pulido-Martínez, 2015). Tudo está muito fluido e incerto, e isso gera insegurança e instabilidade aos trabalhadores, bem como incide diretamente em sua constituição subjetiva.

Pode parecer que a Psicologia não atua de forma tão delimitada como uma área específica de saber diante dessa nova configuração social, mas seus conhecimentos estão mais presentes e disseminados do que nunca. Temos diversas áreas de atuação que tomam emprestado saberes da psicologia sem serem, especificamente e profissionalmente, psicólogos de formação. Há, por exemplo, a aparição especial do *coach*, que a partir de um discurso triunfalista e apelativo, vende técnicas e saberes psicológicos para que cada indivíduo consiga alcançar todos os seus objetivos no mundo do trabalho, galgando assim, o tão sonhado e almejado sucesso. “Todos propõem um trabalho ‘sobre o eu’ referido a ‘visões positivas’, características do trabalhador que se requer. Sobre estes referentes se propõem que é possível levar a cabo uma adequada condução de si no mundo do trabalho atual” (Pulido-Martínez, 2015, p. 329, tradução nossa).

Segundo Pulido-Martínez (2017), desde que a Psicologia se estabeleceu em sua relação com o mundo do trabalho, tomou como centro de sua reflexão e intervenção a figura de um trabalhador livre que emergiu da economia política. Aquilo que inicialmente foi qualificado como um trabalhador livre e sentimental no período industrial e da diferença individual tomada pela Administração Científica do Trabalho, hoje, em tempos de flexibilização e precarização, vem sendo qualificado como uma nova subjetividade que pode ser indicada como um *trabalhador disponível*, um *trabalhador portfólio*. Esse novo trabalhador é qualificado com novos atributos, sendo flexível, disposto à mudança, adaptável às circunstâncias e apto a transitar entre diferentes locais e diferentes tarefas (Pulido-Martínez, 2015).

2.3.5. Cultura psicológica de massa

No texto *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*, Castel (1987) também faz contribuições para se pensar os saberes da psicologia no contexto contemporâneo, mais especificamente a partir da década de 1970. Segundo o autor, a partir do movimento de 1968 na França, há uma movimentação das forças que levam a uma equivalência dos movimentos de libertação das massas com o movimento de libertação do sujeito. Esses dois movimentos começam a coincidir entre si como se fossem parte de uma mesma luta. Existem dois dispositivos de vocação hegemônica no campo médico-psicológico nos anos de 1970: a tentativa de inserção comunitária da psiquiatria pública e uma psicanálise que representa um modelo na abordagem do sujeito que parece intransponível.

Entretanto, nessa movimentação de forças, a psiquiatria e a psicanálise entram em crise e começam a ver sua hegemonia ameaçada. Uma nova gestão do social é marcada por uma rede diversificada de atividades de expertises, que leva ao advento de novas estratégias para lidar com os problemas da sociedade, dando foco para as particularidades do indivíduo. Vemos, de um lado, a gestão dos riscos sociais que promove um certo perfil social e designa um local de enquadre e, por outro lado, a proliferação de exercícios que visam a intensificação do potencial humano que possa interessar à produção. Seria, para Castel (1987), o fortalecimento de uma cultura psicológica de massa na gestão das fragilidades individuais. Assiste-se ao advento e fortalecimento de um “psicologismo pelo qual a pessoa tornou-se o último objetivo legítimo de um processo de transformação

completamente banalizado que se enfeita ainda, não se sabe por quê, com virtudes de progressismo” (Castel, 1987, p. 19).

Retomaremos as importantes contribuições de Castel (1987) posteriormente, mas cabe enfatizarmos que nesse referido texto ele se propõe a demonstrar, de forma genealógica, como a antipsiquiatria caminhou em direção a uma pós-psicanálise, passando pela intensificação de uma cultura psicanalítica de massa, a partir da gestão dos riscos como nova forma de gestão das populações. A psicanálise é integrada a diversas profissões de forma a ter seu conteúdo banalizado. Existe uma espécie de codificação psicológica da existência, que passa pela possibilidade de uma psicanálise para os pobres e de uma “terapia para os normais”. O que se tem em jogo é uma imposição da felicidade, que significaria desenvolvimento em contraste com a infelicidade, que seria vista de forma patológica.

O que Taylor, ou a psicologia industrial, ou a psicofísica promoviam como possibilidades de medida e de manipulação de uma dimensão do homem – na qualidade de produtor ou suscetível de realizar ou não realizar tal ou tal performance profissional ou escolar – se encontra aqui globalizada. Essas abordagens podem efetivamente se dizer humanistas, pelo menos nesse sentido de que a totalidade do homem que é levada em conta, não fosse para ser instrumentalizada. A audiência das novas terapias vem, aliás, em parte, de que atuam nesse duplo registro, conservando uma referência cada vez mais mítica para a crítica social e os prestígios revolucionários das grandes recusas, propondo ao mesmo tempo uma concepção perfeitamente pragmática da pessoa (Castel, 1987, p. 146).

2.3.6. O trabalhador autônomo e a gestão individual dos riscos

Nesse mesmo raciocínio, Yves Clot (2013), pensando na gestão dos riscos da saúde no trabalho, indica que contemporaneamente, para que uma pessoa possa “se reconhecer” no seu trabalho e fazê-lo “bem feito”, muitas vezes acaba por colocar sua vida e saúde em risco, dadas as condições de trabalho intrinsecamente promotoras de sofrimento, enquanto o discurso organizacional aponta que se trata de uma “patologia da vontade”, pois o sujeito quer fazer seu trabalho com perfeição, e portanto coloca-se em risco, individualizando a questão. O sujeito tido então como vulnerável, é objeto da atuação de diversos dispositivos da empresa, ou por ela indicados, para cuidar de sua “saúde mental” e se restabelecer para voltar plenamente ao seu exercício.

Como caracterizar esses dispositivos? Retorno do “paternalismo”? Higienismo conquistador? Polícia sanitária? Em todo caso, tal “reciclagem” configura um risco psicossocial de um gênero específico que requer uma análise maior: o risco trazido por essa “caça” aos resíduos psíquicos das desordens do trabalho contribui para “estragar”, por um tipo de superproteção, não apenas os próprios trabalhadores, mas a vida social como um todo. É nessa “administração” do sofrimento, que requalifica a “fragilidade” de situações de trabalho em “fragilidade pessoal”,

que o mercado do risco em plena explosão encontra seus recursos. Assim, as sociedades de aconselhamento e de consultorias especializadas no “melhor estar” nas empresas não hesitam em promover – fazendo-o em condições francamente questionáveis – serviços voltados para as pessoas que são “produtos” vendidos por seu valor agregado psicológico (Clot, 2013, p. 4).

Dardot e Laval (2016) também contribuem para essa reflexão. Segundo os autores, nessa subjetividade neoliberal, que eles também chamam de “empresa de si mesmo” na toada foucaultiana, a ideia de viver em risco está pressuposta. “Em todas as esferas de sua existência, o sujeito empresarial é exposto a riscos vitais, dos quais ele não pode se esquivar, e a gestão desses riscos está ligada a decisões estritamente privadas” (p. 346). O risco é cada vez menos compreendido em sua dimensão social, se tornando uma “individualização do destino”, um “risco ligado à existência”.

A Psicologia, agora se presta a um processo que não se trata mais somente de modificar as percepções do trabalhador em relação às tarefas que realiza, ou, atuar sobre o sentimento de insatisfação do trabalhador, possibilitando que ele se torne mais autônomo na organização do seu próprio trabalho e associação com seus pares, como no capitalismo industrial. A tarefa da Psicologia hoje tem seu alcance muito mais amplo, pois buscará transformar radicalmente esse novo modo subjetivo, desde seu interior e modo de atuação em diversas esferas. A Psicologia contribuirá de forma a mudar a interioridade do sujeito para que ele se torne um ser propositivo, que abandona sua “zona de conforto” e que pode se transformar em alguém que supostamente é protagonista de seu próprio destino. Assim, o movimento da Psicologia que buscava aproximar as capacidades e os desejos dos sujeitos perde força, se deslocando para uma prática de governamentalidade ainda mais direta que se expressa em produzir no sujeito sua autorregulação, de forma que o próprio sujeito é convencido de que precisa mudar “internamente” para adequar-se. Como consequência, não se precisa mais de uma supervisão externa, pois o próprio trabalhador age como força coercitiva sobre si. O que se tem é um trabalhador “autônomo” com tantos imperativos autor responsabilizadores (Pulido-Martínez, 2015).

A Psicologia aparece, assim, como provedora de técnicas que vão para além da atuação tradicional, mas continuam a ajudar a dar consistências aos saberes e práticas que seguem constituindo os modos de subjetivação contemporaneamente. A intervenção psicológica continua presente, mas a extensão de sua aplicação, seu caráter e os agentes que a executam mudaram (Pulido-Martínez, 2015). O trabalhador sofre, nesse momento,

pressões cada vez maiores sobre seu desempenho no trabalho, de modo que ele é ainda mais responsabilizado, culpabilizado e individualizado em seu processo de autorregulação.

A psicologia, então, propõe ferramentas para que o trabalhador possa realizar a “venda de si”, em um mercado de trabalho cada dia mais difícil. Desta maneira, se favorece a ilusão de que os problemas contemporâneos que afetam ao trabalhador se devem, em maior medida, a ausência de proatividade dos sujeitos, a falta de cultivo de si mesmos, e menos às incertezas das condições laborais (Pulido-Martínez, 2015, p. 329, tradução nossa).

O discurso “psi”, no período industrial, permitiu que os sujeitos fossem escrutinados a partir de um conhecimento a respeito de seu “eu interno”, formando indivíduos que começaram a perceber-se como seres psicológicos, o que também marcou uma forma de subjetividade específica. Com esse conhecimento adquirido na contemporaneidade, concebendo-se como seres com atributos específicos, os seres humanos podem agora, de forma ainda mais intensa, conhecer-se, julgar-se, modificar-se a partir de um intenso trabalho sobre si mesmos, dando, ao mesmo tempo, aos governantes e instituições, conhecimentos a respeito de si para que possam ser melhor governados e terem suas condutas dirigidas. Entendendo o sujeito psicológico como um ser de emoções, desejos e vontades, mas também normas e julgamentos morais, é possível dirigir as existências em todos os seus campos, e não somente no posto de trabalho ou ofício (Rose, 2008; Dardot & Laval, 2016).

Ainda, segundo Dardot e Laval (2016), o discurso “psi”, no cenário contemporâneo, aparece cruzado com o discurso econômico, tendo outros efeitos sobre a cultura cotidiana e as produções subjetivas. Na sociedade contemporânea, tida como aberta e com todas as possibilidades de escolha de viver, de se relacionar, de ser, enunciados econômicos e enunciados psicológicos se unem para dar ao sujeito neoliberal um vasto campo com produtos do mercado de valores e de códigos, em uma racionalização gerencial do desejo.

A liberdade tornou-se uma obrigação de desempenho. O normal não é mais o domínio e a regulação das pulsões, mas sua estimulação intensiva como principal fonte de energia. É em torno da norma da competição entre empresas de si mesmo que a fusão do discurso “psi” com o discurso econômico se opera, que as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa se identificam, que, em suma, o “microcosmo” e o “macrocosmo” se harmonizam (Dardot & Laval, 2016, pp. 360-361).

Temos, então, que os saberes da Psicologia têm constituído, diretamente e indiretamente, o estabelecimento e fortalecimento de formas atuais de racionalidades, com discursos, práticas e verdades que operam a partir da ideia de governamentalidade, como chamado por Foucault, na sociedade ocidental. Como mecanismo do controle das populações, há o fortalecimento dos saberes psicológicos que são disseminados coletivamente para todos os setores no neoliberalismo econômico, agindo coletivamente, e, sobretudo, nas condutas e produções mais particulares. Ou seja, atuam produzindo subjetividades específicas, com condutas e mentalidades próprias, que se autogovernam e são governadas; governo de si, governo dos outros.

2.4. Da crítica à Psicologia para uma Psicologia crítica: criticar para transformar

Nesse ponto, em uma tese situada dentro do campo da Psicologia Social, o/a leitor/a pode estar então se indagando como seria possível escapar de uma visão tão crítica acerca da inserção da Psicologia dentro da construção de verdades, saberes e práticas que postulam racionalidades produtoras de subjetividades na contemporaneidade. O próprio Foucault é objeto de uma crítica por parte de seus leitores que apontam que sua leitura do presente é fatalista, e não proporia nenhuma possibilidade escapatória diante da realidade das relações de poder e jogos de verdade. Tal crítica se sustenta principalmente a partir da ideia de que Foucault jamais pretendeu postular perspectivas prescritivas em suas pesquisas, principalmente pelo caráter intrinsecamente crítico de sua leitura. Pode-se afirmar que o que Foucault pretendeu ao longo de sua obra foi realizar uma leitura descritiva do presente, e, não prescritiva, o que lemos, inclusive, nas palavras de Paul Veyne, filósofo e historiador, além de amigo pessoal de Foucault. Em um texto que publicou com a pretensão de reunir fatos biográficos e pensamentos do amigo, *Foucault, o pensamento, a pessoa* (2009), ele afirma: “O foucaultismo é uma crítica da atualidade que se abstém de ditar prescrições para a ação, mas que lhe fornece conhecimentos” (Veyne, 2009, p. 123).

Além disso, dentro do escopo de sua leitura do neoliberalismo como uma racionalidade governamental, Foucault é também apontado por alguns de seus críticos

como tendo aderido ao neoliberalismo³⁸ (Ferreira Neto, 2019). Byung-Chul Han, no texto *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (2018), por exemplo, afirma que a técnica do poder na racionalidade neoliberal escapa à Foucault, sendo o “ponto cego” de sua analítica. Segundo o autor, Foucault “não reconhece que o *regime neoliberal de dominação se apropria completamente das tecnologias do eu*, nem que a otimização permanente de si como técnica de si neoliberal não seja nada mais do que uma forma eficiente de dominação e exploração” (Han, 2018, p. 43, grifo do autor).

Somando a essa crítica, temos também o que Dardot e Laval (2016) apontam no seu texto aqui já bastante referenciado, *A nova razão do mundo...*, a respeito da apropriação teórica de Foucault por parte de pensadores neoliberais. Entre tais pensadores, Dardot e Laval (2016) apontam Bob Aubrey, autor de diversos textos na perspectiva de desenvolvimento humano e de carreira, entre eles *L’entreprise de soi*³⁹.

Preocupado em dar uma caução teórica a essa nova ética [empresa de si], Aubrey afirma ter tomado a expressão “empresa de si mesmo” de Foucault para transformá-la num método de formação profissional. Apesar de ser bastante curioso ver a analítica do poder se transformar num conjunto de propostas prescritivas e performativas aos assalariados, o discurso é revelador (Dardot & Laval, 2016, p. 335).

Há diversas possibilidades de leitura da obra foucaultiana e essas críticas, sem dúvida, podem encontrar algum fundamento nas inúmeras produções do pensador. Mas, queremos aqui trazer outras possibilidades de compreensão e contribuição das pesquisas foucaultianas para o campo da Psicologia, as quais defendemos e que a presente tese vem somar. Para isso levantamos um questionamento importante: como é possível passar da crítica à Psicologia em direção à uma compreensão da Psicologia que seja crítica?

2.4.1. Como ser sujeito sem ser sujeitoado?

Como já apontamos no capítulo introdutório da tese, seja no campo universitário, seja no campo profissional, Foucault é um autor muito estudado na área da Psicologia. Segundo levantamento feito por Ferreira Neto (2019) no ano de 2016, utilizando o

³⁸ “O fato de Foucault ter mostrado interesse pelo projeto neoliberal, sem realizar sua crítica, produziu diversas interpretações, entre as quais, que ele teria aderido ao neoliberalismo. Publicações recentes levantaram esse debate, (Lagasnerie, 2013; Zamora, 2014), desencadeando variadas reações (Audier, 2015; Bang, 2015; Dean, 2015)” (Ferreira Neto, 2019, p.2).

³⁹ “Empresa de si mesmo”, tradução nossa.

descriptor “Foucault” na biblioteca SciELO, encontraram-se 169 entradas, e ao classificar por área de conhecimento, as três primeiras colocadas foram Psicologia, Educação e Sociologia, sendo a primeira com quase o dobro de publicações da segunda e quase o triplo da terceira. Segundo Ferreira Neto (2019), “o recurso ao filósofo por parte de psicólogos no Brasil tende a aumentar, na medida em que sua discussão sobre subjetividade, desenvolvida principalmente nos *Ditos e Escritos* e nos cursos, foi publicada mais recentemente” (p. 3), o que dialoga diretamente com o escopo da pesquisa da presente tese.

Ao avançar nos estudos sobre a governamentalidade a partir dos anos 1970, Foucault, em *Segurança, território e população*, levanta um questionamento que nos serve como parâmetro para pensar em novas possibilidades: “como ser sujeito sem ser sujeitoado?” (Foucault, 2008, p. 310). Foucault, então, ao tratar o tema da subjetividade apresenta uma possibilidade para além das práticas coercitivas de subjetivação, indicando aquilo que ele chama de *práticas de si* ou *práticas de liberdade*, como “a arte de não ser governado de tal forma” (Foucault, 1990, p. 4). Além disso, em um artigo publicado no jornal *Le Monde*, em maio de 1979, intitulado *É inútil revoltar-se?* (Foucault, 1979/2017), ele aponta a importância da *insurreição*, seja de forma coletiva ou individual, reivindicando a não obediência ao poder (Ferreira Neto, 2019).

Propondo uma leitura radicalmente crítica em relação à Psicologia, Han (2018) indica que, retomando o tema da *experiência* em autores como Nietzsche, Blanchot e Bataille, Foucault distingue a *experiência* da *vivência*, argumentando sobre uma descontinuidade entre os termos, o que aponta para transformação. Tomando a ideia de acontecimento como uma mudança de direção, Han (2018) indica que a expressão “ser sujeito” aponta para uma submissão dentro da lógica de uma *vivência* subjugada, enquanto a *experiência*, como um acontecimento, arranca-o dessa condição, contrapondo-se à *psicopolítica neoliberal* da *vivência* ou da *emoção*⁴⁰, que engloba o sujeito em todos os seus aspectos vivenciais, inclusive os emocionais, em maior subjugação.

O autor afirma que Foucault propõe a arte de viver, como uma experiência de uma prática da liberdade que produz uma forma completamente diferente de existência. Uma

⁴⁰ Para Han (2018) “hoje se fala em excesso de sentimento e emoção. [...] De repente, o ser humano não é mais um *animal rationale*, mas sim uma criatura sensível” (p. 59, grifo do autor).

forma que pressupõe a despsicologização da vida: “A arte de viver significa matar a psicologia e criar, a partir de si mesmo e de outras individualidades, seres, relações, qualidades que não tenham nome. Se não se consegue isso, essa vida não vale a pena ser vivida” (Foucault, 2007⁴¹, p. 110 citado por Han, 2018, p. 106).

A arte de viver se opõe ao “terror psicológico” que é aplicado na subjetivação. A psicopolítica neoliberal é a técnica de dominação que estabiliza e mantém o sistema dominante através da programação e do controle psicológicos. Com isso, a arte de viver como prática de liberdade deve assumir a forma de uma despsicologização. Ela desarma a psicopolítica como meio de submissão. O sujeito é despsicologizado, esvaziado, para que se torne livre para aquela forma de vida que ainda não tem nome (Han, 2018, p. 107).

A discussão crítica feita aqui por Han (2018) citando as afirmações de Foucault (1982) na entrevista *Entre o amor e os estados de paixão: conversa com Werner Schroeter* se dirige a uma Psicologia dominante e seus processos de aprisionamento psicológico típicos de um “sistema psicológico burguês”, termo utilizado por Foucault e seus interlocutores nessa entrevista. Ali, lemos comentários de Foucault sobre amor, paixão e suicídio, temas que são psicologizados e normatizados pela prática psicológica hegemônica. O que a conversa de Foucault na entrevista aponta, conforme Han (2018) desenvolve, é que para se construir uma nova forma de viver é preciso substituir esse formato psicológico subjugador e normatizador pela liberdade da arte, uma arte de viver. Assim, substituindo padrões herméticos e enquadrantes de “identidade psicológica” por uma abertura para amplitude de possibilidades de existência.

A verdade sobre si é uma condição de existência, enquanto que há sociedades onde se poderia perfeitamente imaginar que não se tenta de modo algum regular a questão disto que se é, onde isso não tem sentido, enquanto que o importante é: qual é a arte a ser utilizada para fazer o que se faz, para ser o que se é? Uma arte de si que seria totalmente o contrário de si mesmo. Fazer do seu ser um objeto de arte, é o que vale a pena (Foucault, 1982, p. 8).

A partir dessas discussões, surge uma inquietação: será, então, que não é possível pensar em saberes e práticas psicológicas que produzam subjetividades outras que não sejam essas diretamente relacionadas com servidão, submissão, sujeição, dominação? Será que é possível “matar” uma certa forma de fazer Psicologia e trazer à vida uma outra forma em que seja promovida uma abertura para a produção de novas e múltiplas

⁴¹ A citação feita por Han é do texto de Foucault *Ästhetik der Existenz: Schriften zur Lebenskunst*. Frankfurt: Suhrkamp, 2007, pp. 110s. A tradução em português está disponível como *Entre o amor e os estados de paixão: conversa com Werner Schroeter*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Paris: Goethe Institute, 1982, pp. 39-47. Recuperado de: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/estadosdepaixao.pdf>.

modalidades subjetivas? Para esboçar respostas a essas questões, iremos nos aproximar de pesquisadores do campo da Psicologia que utilizam de Foucault em seus estudos sobre a subjetividade, aos quais também nos somamos aqui na presente tese.

2.4.2. O eterno agonismo na história

Ao traçarmos aqui um panorama de como os saberes da Psicologia atuaram fortemente na construção das racionalidades liberais e neoliberais, e consequentemente nas subjetividades a elas associadas, traçamos uma compreensão dos saberes que sustentam práticas que nos fizeram ser quem somos. Diante disso, a proposição que levantamos é se há a possibilidade da desconstrução de antigos saberes e práticas, rumo à construção de novos saberes e práticas, no campo da Psicologia, que possam atuar na produção de novas subjetividades alternativas ao que é hegemônico, isto é, a subjetividade neoliberal. Retomamos as palavras de Foucault, no famoso texto *O sujeito e o poder*:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização próprias às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover *novas formas de subjetividade* através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos (Foucault, 1995, p. 239, grifo nosso).

Além disso, no mesmo texto publicado no livro de Hubert Dreyfus e Paul Rabinow *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica* (1995), Foucault indica que, diferentemente do que advogam muitos críticos da sua obra, é possível sim escapar das formas hegemônicas de dominação e servidão, pois não há relação de poder onde não se pressuponha a liberdade. “Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar” (Foucault, 1995, p. 244). Foucault defende que as relações de poder e a insubmissão da liberdade não podem estar separadas, e que no centro das relações de poder está a intransigência da liberdade, que atua mais do que de uma forma antagônica em um “‘agonismo’ – de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma

oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (Foucault, 1995, pp. 244-245).

Defendemos que esse “agonismo⁴²” ao qual Foucault se refere, está presente em toda a sua obra. Inicialmente, Foucault realiza a ontologia do presente, descrevendo a construção da história da verdade ao longo do tempo, em uma analítica da verdade, criticando sobretudo a ideia kantiana de um sujeito transcendental, baseado em pressupostos universais. Em um segundo momento, Foucault aponta que, se não há universais, e tudo é contingente e arbitrário, é possível a construção de novas formas de liberdade, ainda que estejamos avisados que com esse mesmo argumento foram constituídas as subjetividades neoliberais. Mas, olhando para a própria produção de Foucault, que se metamorfoseia, ela mesma, ao longo dos tempos, ficamos com a provocação de que podemos ser sempre outros, estranhando e criticando aquilo que somos agora.

2.4.3. Desconstruir saberes para renovar as práticas

A desconstrução de saberes cristalizados para a proposição de novas práticas é o que defende Arthur Arruda Leal Ferreira, psicólogo, doutor em Psicologia e professor no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no texto *A psicanálise e a psicologia nos ditos e escritos de Michel Foucault* (2014). De acordo com Ferreira (2014), é a partir de um estranhamento de si mesmo que Foucault aponta a alternativa mais potente ao modo de subjetivação presente desde o começo da cristandade. A partir de nos estranharmos a nós mesmos, seja enquanto sujeitos, seja enquanto Psicologia, surge a possibilidade de desacoplar de uma verdade absoluta e disseminada fortemente e nos lançarmos à deriva da abertura ao novo, ao desconhecido, ao pôr construir. “Essa seria a *nova liberdade heterotópica* trazida por Foucault para a filosofia” (Ferreira, 2014, p. 74, grifo do autor).

Endossando a “defesa a uma nova possibilidade de fazer Psicologia” que estamos apresentando aqui, Henrique Caetano Nardi e Rosane Neves da Silva (2014) apontam que construir uma arte de viver que amplie o grau de liberdade com que se vive a vida está

⁴² “O neologismo usado por Foucault está baseado na palavra grega *αγωνισμα* que significa ‘um combate’” (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 244, nota de rodapé).

associado a produzir estratégias de estabelecimento de possibilidades de maior reciprocidade e alternância de posições dentro dos jogos de poder e de verdade na sociedade contemporânea. Essa é uma possibilidade de resistência aos modos hegemônicos de dominação, evitando que se tornem fixos e rígidos, bloqueando a liberdade em um estado permanente de dominação.

Para isso, conforme apontamos, é necessário compreender como estão operando os jogos de poderes e de verdade, mostrando que não são universais, mas históricos e contextuais. Ao apontarmos de forma explícita as influências da Psicologia e do discurso psicologizante na racionalidade governamental neoliberal, indicamos as incoerências e consequências nos modos de subjetivação que materializam as políticas econômicas e sociais perversas, e apostamos em possibilidades de resistência e modificação. Nardi e Silva (2014) defendem que, assim, o grau de liberdade com que se joga o jogo é ampliado, permitindo que uma outra verdade emergja, o que irá provocar “uma fratura interna no modelo de dominação e permita aos sujeitos transformar as relações de poder – indissociáveis de uma transformação das relações consigo – em uma determinada sociedade” (p. 154).

Para se pensar a relação entre a ética e a subjetivação na sociedade contemporânea é necessário passar pela evidenciação das formas de dominação que foram naturalizadas e que atravessam os processos de constituição e de experiência da subjetividade. Dessa forma, as práticas psicológicas podem ser transformadas e seu papel nos jogos de poder e de verdade revertidos, a partir da des-re-construção da verdade apresentada como universal e neutra.

Nessa direção, a Psicologia deveria sustentar a indissociabilidade da análise dos jogos de verdade e dos modos de subjetivação, mostrando que a produção histórica da subjetividade emerge da descrição arqueológica da constituição dos saberes, da análise genealógica das práticas de dominação e da desconstrução dos regimes de verdade propostos ao sujeito para sua (auto)constituição (Nardi & Silva, 2014, p. 156).

Simone Maria Hüning e Neuza Maria de Fátima Guareschi, também psicólogas, professoras e pesquisadoras, indicam que as teorizações foucaultianas não prescrevem ou oferecem uma forma acabada de um modo outro de fazer Psicologia, mas “elas nos possibilitam reposicionar questões relativas às suas práticas, lançar um outro olhar, pensar por outros caminhos, o que como efeito, transforma o próprio fazer (Hüning & Guareschi, 2014, p. 179). Foucault jamais foi prescritivo, como vimos nas palavras de Veyne (2009),

mas sempre propositivo em favor de um olhar crítico contínuo sobre nós mesmos, sobre os nossos saberes, verdades, práticas e sobre os efeitos nas produções de subjetividade. “Nessa crítica, contempla a necessidade de uma permanente reflexão acerca da própria ciência *psi*” (Hüning & Guareschi, 2014, p. 179). As autoras, citando Collins (2004), afirmam que falar em uma psicologia crítica pressupõe um significado duplo: “uma crítica da psicologia e um modo crítico de fazer psicologia” (Hüning & Guareschi, 2014, p. 180).

Essas possibilidades evidenciam-se especialmente a partir de experiências de práticas não massificantes, inspiradas por perspectivas que assumem posturas desnaturalizadoras da realidade e dos sujeitos, recusando as essências, considerando os processos culturais de construção de diferenças/identidades e os modos de subjetivação. São, portanto, perspectivas que operam não se isentando das relações de poder, do caráter instituinte que o saber assume, mas que atentam criticamente para esse caráter, ao invés de assumir uma postura desqualificadora de modos de ser e conhecer diferentes dos seus (Hüning & Guareschi, 2014, pp. 180-181).

Sendo assim, acreditamos que os saberes da Psicologia podem atuar também na construção de novos modos de organização social e, por conseguinte, em novos modos de subjetivação no presente tempo. O que propomos então, juntamente com nossos/as colegas pesquisadores/as psicólogos/as que se utilizam da obra foucaultiana, não é “matar toda a Psicologia”, mas sim, *desnaturalizar e desuniversalizar* os saberes psicológicos de um certo tipo hegemônico de fazer Psicologia, evidenciando seu papel nos jogos de poder e de verdade que produzem subjetividades específicas e, a partir dessa crítica interna, pensar em possibilidades de construção de novos saberes, verdades e práticas psicológicas para a emergência de novas e diversas subjetividades.

2.4.4. Experiências heterogêneas

Na mesma linha do que apontam Hüning e Guareschi (2014), defendemos que essas novas possibilidades se evidenciam na compreensão de experiências de práticas heterogêneas não massificantes, anti essencialistas, contra hegemônicas e que validam e qualificam modos de ser e conhecer que são outros. Defendemos que pesquisar experiências práticas tais como a do CUPINS no NUPE, em Santo André, *lócus* da presente pesquisa de doutoramento, é uma possibilidade de presentificar o palco para a experiência dessa liberdade heterotópica, que apontou Ferreira (2014).

Além disso, como já indicamos anteriormente e iremos defender na presente tese, a Economia Solidária se apresenta como uma proposta de novo modo de produção a partir

de necessidades específicas de trabalhadores que, diante da configuração mercadológica, não conseguem adentrar aos círculos produtivos e se encontram em grande desvantagem no mercado de trabalho capitalista, uma vez que não cumprem os requisitos mínimos que o mercado exige, nem o perfil profissional que buscam os empregadores.

A Economia Solidária nasce como uma alternativa ao capitalismo pautado pela competição e com a marca clara da heterogestão. As ferramentas foucaultianas que aqui estão sendo utilizadas, podem ser muito úteis para a leitura crítica das práticas minoritárias e não massificadoras que marcam o modo de organização da Economia Solidária⁴³. Diante da aproximação com essas novas modalidades de trabalho tais como a Economia Solidária, há também a possibilidade da construção de uma Psicologia que seja crítica a favor daqueles sujeitos que não se integram regularmente no mercado. Podem não se integrar, pois estão em desvantagem, ou porque efetivamente se recusam a participar desses modos de produção e de subjetivação na relação do sujeito do seu trabalho. Essa é, sem dúvida, uma característica da questão social (Castel, 2003), uma vez que afeta mais diretamente as camadas mais pobres (Sato & De Mello, 1998). “Nesta situação, a psicologia, então, está encarregada de prover conceitos e práticas para que se faça possível esta reinvenção da subjetividade” (Pulido-Martínez, 2015, p. 327, tradução nossa).

Além disso, segundo Esteves, Bernardo e Sato (2017) há a participação direta de psicólogos sociais na Economia Solidária desde a criação desse campo, e, segundo os autores, a tarefa crítica da Psicologia, então, já estava clara. Trata-se de um campo plural e heterogêneo que faz exigências à Psicologia para que haja um engajamento em atividades transdisciplinares com a participação em equipes multiprofissionais que se adequam às necessidades dos trabalhadores ligados à Economia Solidária. A tarefa da Psicologia nesse campo seria:

Compreender o dia a dia das pessoas “invisibilizadas”, que trabalham no imenso cotidiano das microcadeias produtivas e das práticas informais na nanoeconomia (Spink, 2007), sendo afogadas por relações econômicas perversas, e acompanhar as lutas das tentativas solidárias de criar outras inserções econômicas; ademais, questionar sobre quais seriam os conceitos, as práticas e as teorias que poderiam apoiar e orientar as ações daquelas pessoas e suas organizações coletivas [...] (Spink, 2009, p. 30 citado por Esteves et al. 2017, p. 63)

⁴³ Apresentaremos alguns estudos realizados nesse sentido, valendo-se das ferramentas foucaultianas para se pensar a Economia Solidária mais à frente na presente tese. Tais estudos também permitirão problematizar a Economia Solidária como uma prática que se propõe contra-hegemônica, mas que também apresenta contradições.

De forma complementar, a Psicologia hoje está cada vez mais afirmando um compromisso que em si também se propõe social, na tentativa de garantir direitos de cidadania⁴⁴, abarcados pela abertura política e pela promulgação da Constituição de 1988 no Brasil, chamada de Constituição Cidadã como marcos fundamentais de uma Psicologia que seja crítica. Diante do cenário que se desenhou no país desde 2016⁴⁵, a Psicologia é conclamada a estar atenta à correlação de forças e às formas de resistência que implicam mudanças macrossociais na vida dos trabalhadores, atuando na potencialização de ações coletivas de resistência e de manutenção e resgate dos chamados direitos de cidadania (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017), ainda que tais configurações democráticas e de cidadania sejam alvo, elas mesmas, de crítica, como trataremos mais adiante.

Ainda, de acordo com Spink (2003), a Economia Solidária é uma forma de organização popular que busca novas saídas para as pessoas pobres, buscando encontrar soluções para os problemas enfrentados e criando novos espaços de diálogo. Dessa forma, o autor compreende que a materialidade e a sociabilidade estariam juntas.

Entendido dessa forma, o argumento pós-moderno de que tudo é texto não soa tão estranho assim e serve como uma alerta bastante importante para a busca de relações econômicas alternativas e a construção de *novas intersubjetividades solidárias e coletivamente autogestionadas*. É por isso que é necessário redescobrir e transformar uma tradição que foi perdida, buscar insumos para a construção de uma vida cotidiana digna (Spink, 2003, p.127, grifo nosso).

Com essas estratégias de resistência, como pensamos ser inicialmente a Economia Solidária, as/os psicólogas/os são conclamadas/os a repensarem sua atuação diante da relação do ser humano com o trabalho, para que se configurem forças de embate na construção de novos modos de subjetivação diante da exigência constante do mercado. O neoliberalismo é uma nova modalidade de mutação do capital, e certamente não será a última. Importa que as/os psicólogas/os estejam atentas/os às transformações do seu tempo e possam refletir de forma crítica a respeito de a quem serve o seu conhecimento.

Naturalmente, há que se fazer um chamado novamente para que todos aqueles involucrados na cultura psicológica reflitam sobre as implicações de se fazer psicologia em e para o mundo do trabalho. A construção da subjetividade do trabalhador não é um assunto vazio, nem tomado por certo, a psicologia e os psicólogos têm a responsabilidade de examinar as consequências de sua

⁴⁴ Mais à frente também iremos problematizar o postulado de “sujeito-cidadão”. Por ora, assumimos o apoio da Psicologia aos movimentos democráticos como sendo possibilidade de resistência aos processos perversos da política neoliberal.

⁴⁵ Atualizaremos os acontecimentos de 2016 até a presente data um pouco mais à frente no texto.

atuação, para além das questões técnicas que lhes são demandadas (Pulido-Martínez, 2015, p. 329, tradução nossa).

Nesse sentido, importa refletirmos sobre os papéis que são ocupados pelos saberes da Psicologia na atuação direta do ser humano em relação com o trabalho. Se na industrialização a psicologia aparece como disciplina científica para normatizar as relações de trabalho e adequar o sujeito da melhor forma como peça à maquinaria, no neoliberalismo, com as relações de trabalho mais fluidas e flexíveis, os saberes da Psicologia aparecem como disseminados em várias partes do tecido social, de forma a darem força à máxima do empreendedorismo de si mesmo. Essa guinada no modo de subjetivação na contemporaneidade leva a um sujeito cada vez mais individualizado, culpabilizado e responsabilizado por seu sucesso e seu fracasso no mundo do trabalho, desresponsabilizando a organização do mundo social como um todo, focando todos os holofotes sobre o sujeito.

Entretanto, defendemos que novos modos de trabalho e de subjetivação são possíveis, e a atuação dos saberes da Psicologia não cessam de se inscrever nesses novos modos, como aqui apontamos poder ser a Economia Solidária. Resta analisar se de fato a Economia Solidária proporciona um novo modo de subjetivação dentro da lógica do capitalismo neoliberal, como acreditam alguns pesquisadores que aqui apontamos. Para isso se faz muito pertinente a pesquisa e a inserção em campo que pretendemos apresentar aqui na presente tese, como forma também de contribuir para construção de subsídios teóricos e práticos para a ação da Psicologia nas forças em embate no presente que subjetivam os sujeitos contemporâneos.

3. Trabalho, loucura, políticas de saúde mental e de economia solidária: da governamentalidade neoliberal às práticas de resistência?

Neste terceiro capítulo, iremos nos aprofundar nas questões do entrelaçamento entre trabalho e subjetividade, mas agora acrescentando à essa discussão a temática da loucura. Partiremos do conceito de governamentalidade em Michel Foucault, apresentado nos capítulos anteriores, e do seu desdobramento nas noções de racionalidade liberal e neoliberalismo para compreender o estabelecimento das Políticas Públicas de Saúde Mental dentro do contexto da Reforma Psiquiátrica no Brasil, e, posteriormente, o seu entrelaçamento com a Economia Solidária.

Para tal, em um primeiro momento, buscaremos reconstruir os distintos discursos e práticas que surgiram no campo do trato da loucura em relação ao trabalho ao longo dos tempos, tanto na Europa como no Brasil, passando da prática do trabalho como obrigação do interno de instituições manicomiais e hospitalares ao trabalho como prática terapêutica e ferramenta que visa à reinserção social do louco. Neste movimento, apresentaremos as forças do poder psiquiátrico e das concepções acerca da saúde, doença, normalidade e anormalidade como regimes de verdade, como discursos que promovem práticas de atenção à saúde mental e, conseqüentemente, modos de subjetivação.

Em um segundo momento, faremos uma incursão sobre a noção de Estado em Michel Foucault, e da inserção das políticas públicas nas racionalidades liberal e neoliberal como práticas de governamentalidade por meio das práticas de governo das populações. Faremos uma retomada histórica pelas lentes foucaultianas, passando do Estado Soberano, chegando ao Estado Liberal e ao Estado no neoliberalismo. Nos estenderemos um tanto nesse tópico, mas compreendemos essa discussão como necessária para nos aproximarmos da tentativa de construção de um Estado Democrático de Direito no Brasil e apresentarmos como está instituída a Rede de Atenção Psicossocial como política pública de saúde mental no país contemporaneamente.

Seguindo, buscaremos descrever como o trabalho passou a ser inserido como ferramenta de reabilitação psicossocial, como dispositivo, na contemporaneidade brasileira, e como o trabalho em cooperativas na organização da Economia Solidária tem um papel importante nesse processo. Caberá nesse ponto uma problematização de como

a emergência da Economia Solidária como modelo alternativo de produção ao modelo hegemônico no capitalismo contemporâneo pode sinalizar novos modelos de governo das populações, e, discutir se dentro dessa racionalidade neoliberal há possibilidades para se pensar modalidades de práticas de liberdade que sejam críticas e produtoras de novas subjetividades.

3.1. Loucura e trabalho: governo dos loucos, governo dos pobres

No presente tópico, buscaremos refletir como a loucura e o trabalho estiveram relacionados ao longo do tempo, propondo um breve percurso historiográfico e crítico, para compreendermos os deslocamentos, tensões e modificações que houve nas concepções sobre os dois temas e nas práticas a elas relacionadas, até chegar no que temos estabelecido hoje nas Políticas Públicas de Saúde Mental no Brasil. Consideramos esse exercício extremamente importante, uma vez que

[...] as crenças e as práticas relacionadas à concepção de loucura de uma determinada sociedade produzem modos de pensar e de agir em relação a essa que culminam na criação de instituições configuradas como espaços que oferecem tratamento, limites, normas pautadas pela lógica vigente nessa sociedade, que também produz uma concepção de relação entre loucura e trabalho (Andrade et al., 2013, p. 177).

3.1.1. Ética da obrigatoriedade do trabalho no confinamento

Tendo como ponto de partida uma visada para a história, indicamos que o trabalho no contexto do que viria a ser a psiquiatria e a saúde mental foi foco de atenção muito antes do aparecimento da instituição psiquiátrica. Em a *Histórica da loucura na Idade Clássica* (2009), Foucault propõe que a própria estrutura de confinamento nas primeiras instituições de clausura na Europa estava voltada à toda população marginalizada, inclusive em uma tentativa de subordinar a população reclusa à uma ética da obrigatoriedade do trabalho, como também é pontuado por Castel (2003), combatendo assim a ociosidade, e tentando erradicar os vagabundos e a pobreza. A exaltação do trabalho reservava à loucura o lugar da segregação, pois a loucura, segundo o pensamento foucaultiano neste texto naquele momento, é ausência de obra (Foucault, 2009). Sobre o movimento da grande internação no século XVII, ele afirma:

O gesto que, ao traçar o espaço de internamento, conferiu-lhe um poder de segregação e atribuiu à loucura uma nova pátria, por mais coerente e ordenado que seja esse gesto, não é simples. Ele

organiza numa unidade complexa uma nova sensibilidade à miséria e aos deveres da assistência, novas formas de reação diante dos problemas econômicos do desemprego e da ociosidade, uma nova ética do trabalho e também o sonho de uma cidade onde a obrigação moral se uniria à lei civil, sob as formas autoritárias da coação (Foucault, 2009, pp. 55-56).

Foucault (2009) ainda não está falando do hospital psiquiátrico, mas sim do Hospital Geral. Segundo ele, em 1607, surge na França um panfleto e manifesto chamado *La chimère ou fantasma de la mendicité*, no qual há a exigência da criação de um hospital que seria um lugar onde os miseráveis pudessem encontrar “a roupa, a vida, uma profissão e o castigo” (Foucault, 2009, p. 60, grifo do autor). A criação do Hospital Geral, a partir de um édito real de 27 de abril de 1656 na França, tinha a tarefa de impedir a mendicância, a ociosidade bem como as fontes de todas as desordens. Nessa lógica, o desempregado era alimentado, tomava-se conta dele, desde que fosse colocado para longe dos olhos da sociedade. Tinha a subsistência garantida às custas de sua liberdade individual submetida à uma certa ética do trabalho em prol da prosperidade da sociedade.

Fora dos períodos de crise, o internamento adquire um novo sentido. Sua função de repressão vê-se atribuída de uma nova utilidade. Não se trata mais de prender os sem trabalho, mas de dar trabalho aos que foram presos, fazendo-os servir com isso a prosperidade de todos. A alternativa é clara: mão de obra barata nos tempos de pleno emprego e altos salários; e em período de desemprego, reabsorção dos ociosos e proteção social contra a agitação e revoltas (Foucault, 2009, p. 67).

Cabe aqui apontar que tal lógica da obrigatoriedade do trabalho e da erradicação da mendicância e da pobreza nas cidades vem a partir de uma lógica de governo presente naquela sociedade. Foucault, em *Segurança, território e população* (2008), indica de maneira mais ou menos esquemática que o processo de governamentalização do Estado que temos contemporaneamente se deu nas transformações da ação do próprio Estado, buscando com isso, a sua manutenção enquanto instituição.

Foucault (2008) indica que, inicialmente no período da Idade Média o que se tinha era a existência de um *Estado de justiça*, com uma territorialidade do tipo feudal, operando no âmbito da lei pelo poder soberano. Ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, o Estado assume a forma de um *Estado administrativo* que opera em uma territorialidade do tipo fronteira pelo poder disciplinar, por meio de regulamentação e disciplinarização, se consolidando e; por fim, a partir de meados do século XVIII, configurou-se um *Estado de governo*, caracterizado pela ocupação do território pela população, operando através da condução das condutas desta população, com o biopoder como garantia da vida. Além

disso, “esse Estado de governo, que tem essencialmente por objeto a população e que se refere [a] e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança⁴⁶” (Foucault, 2008, pp. 145-146).

Nesse sentido, indicamos que, quando estamos tratando da grande prescrição de internamento no século XVII, estamos falando de uma configuração de *Estado administrativo*, que prescreve e regulamenta a sociedade por meio de disciplinarização e, ao que nos interessa, da obrigatoriedade do trabalho. Nos regulamentos dos Hospitais Gerais podemos ler: “Os internos devem trabalhar, todos. Determina-se o valor exato de sua produção e dá-se lhes a quarta parte. Pois o trabalho não é apenas ocupação: deve ser produtivo” (Foucault, 2009, p. 67). Quando se cria o Hospital Geral de Paris, está se pensando mais na erradicação da mendicância do que especificamente na ocupação dos internos, mas aos poucos a lógica social da obrigatoriedade do trabalho é inserida no contexto da clausura. O internamento, neste período, representa um duplo papel que é reabsorver o desemprego ou ocultar os seus efeitos sociais e controlar os preços quando ameaçam ficar muito altos. “É numa certa experiência do trabalho que se formulou a exigência indissolúvelmente econômica e moral, do internamento” (Foucault, 2009, p. 72).

Entretanto, mesmo na lógica do confinamento geral (Foucault, 2009; Castel, 2003) há uma diferença entre os enclausurados pelo motivo da loucura e os enclausurados por outros motivos, sendo todos submetidos à lógica do trabalho forçado. Entre os confinados, há essa diferenciação entre os que são loucos e os que não são, justamente pela incapacidade laborativa, em uma possível indicação de que os loucos *resistiam* a esse tipo de coação, pela sua própria condição de loucura.

O fato de os loucos terem sido envolvidos na grande proscricção da ociosidade não é indiferente. Desde o começo eles terão seu lugar ao lado dos pobres, bons ou maus, e dos ociosos, voluntários ou não. Como estes, serão submetidos às regras do trabalho obrigatório; e mais de uma vez aconteceu *de retirarem eles sua singular figura dessa coação uniforme*. Nos ateliês em que eram confundidos com os outros, distinguiram-se por si sós através de sua incapacidade para o trabalho e incapacidade de seguir os ritmos da vida coletiva (Foucault, 2009, p. 73, grifo nosso).

O trabalho no confinamento era tido como exercício ético e garantia moral. Havia o caráter puramente repressivo desse trabalho distante de toda preocupação de produção.

⁴⁶ Voltaremos nestas compreensões, sobretudo a respeito dos dispositivos de segurança posteriormente, mas as introduzimos aqui para indicar de que Estado estamos falando, em uma perspectiva foucaultiana, no momento da descrição das práticas e saberes a respeito da loucura e do trabalho.

Os confinados eram obrigados a trabalhar o tanto quanto suas forças permitirem e toda falta era punida com aumento dos trabalhos, diminuição da comida e outras penas segundo manuscrito anônimo de Paris no ano de 1676, *Historie de l'hôpital general*, citado por Foucault (2009).

3.1.2. Tratamento moral da loucura e da pobreza

A internação do século XVII marca um momento decisivo em que a loucura é vista no mesmo horizonte social da pobreza, distinguindo-se pela incapacidade para o trabalho e de integrar-se ao grupo, começando, assim, a ser inserida nos problemas sociais da cidade.

Dessa maneira, no entrelaçamento entre a loucura e o trabalho, enfatizamos que a loucura sempre estará ao lado da pobreza, como condições marginais a serem geridas para manter a coesão social (Le Blanc, 2013; Castel, 2003). A população improdutiva é foco de atenção da gestão dos espaços na cidade para que a sociedade possa manter sua coesão e caminhar para a prosperidade. Le Blanc (2013) no texto *História da loucura na Idade Clássica: uma história da pobreza*, lembra que Foucault, em *Os anormais* (2018e), afirma que na Idade Clássica, o que se deu foi um governo dos loucos, dos pobres e dos operários. Le Blanc (2013) indica que, na *História da loucura na Idade Clássica* (2009), pode-se ler uma história da pobreza. “Loucos e pobres não cessaram de se olhar em um jogo de espelhos, de serem considerados como sujeitos das margens que uma longínqua semelhança acabava sempre por reinscrever em um espaço comum” (Le Blanc, 2013, p. 173).

Entretanto, para Le Blanc (2013), é na emergência do asilo que se dá a dissociação das figuras do louco e do pobre. Quando se passa das internações do Hospital Geral, que administrava toda uma série de tipos populacionais, entre eles os loucos e os pobres, para a internação no Hospital Psiquiátrico há uma demarcação de fronteiras. Por um lado, o cuidado com a loucura se dá pela instituição de um poder psiquiátrico que patologiza a loucura e faz a distinção entre o normal e o patológico. Por outro lado, a libertação dos mendigos para fora do Hospital Geral marca uma imposição de recondução do pobre ao trabalho, marcando uma diferenciação entre pobre válido e inválido.

Na economia mercantilista, não sendo nem produtor nem consumidor, o pobre não tinha lugar: ocioso, vagabundo, desempregado, sua esfera era a do internamento, medida com a qual era

exilado e como que abstraído da sociedade. Com a indústria nascente, que tem necessidade de braços, faz parte novamente do corpo da nação (Foucault, 2009, p. 405).

Portanto, a categoria do pobre empregável marca uma distinção entre o pobre e o louco, pois o pobre válido pode trabalhar e contribuir para o crescimento da nação, o pobre que é louco não. Para Le Blanc (2013), a hipótese de que a história da loucura seja ao mesmo tempo a história da pobreza significa que o louco é de fato uma figura social das margens.

Quando da mudança da instituição do Hospital Geral para a instituição asilar e o surgimento do alienismo, distinguindo o louco do pobre que pode trabalhar na sociedade extramuros, mantém-se a lógica do trabalho forçado para os internos (Foucault, 2009). Somente com Pinel e o início do tratamento moral, a partir de 1773 na França, a instituição terapêutica passou a atribuir ao trabalho um caráter “terapêutico”. Mas, o intuito era corrigir os desvios de padrões de comportamento e acabar com o ócio que desorganizava a vida dos loucos, punindo e controlando-os (Lussi & Pereira, 2011). Esse tipo de trabalho com cunho terapêutico no alienismo é um elemento fundamental do chamado *tratamento moral*, como exercício de normatização (Sousa, 2001; Torre & Amarante, 2001).

Supunha-se não haver no louco a capacidade de gerir-se na vida social e no trabalho. Em seu caso, o trabalho deveria ter função corretiva – a de reintroduzi-lo no reino dos normais –, pois a indicação rigorosa do trabalho era o principal elemento do tratamento moral (Zambroni-de-Souza, 2006, p. 93).

O tratamento no alienismo, portanto, deixa de ter uma natureza jurídico-política ou filantrópica, passando às bases para um tratamento moral. A partir de um processo pedagógico-disciplinar dentro do hospício, o louco poderia recobrar a razão. Torre e Amarante (2001) afirmam que a partir desse processo pode-se pensar que o alienado se tornaria sujeito de direito ao eventualmente retomar a razão, podendo ser compreendido como cidadão. Mas, paradoxalmente, para ser livre é preciso ter razão para escolher e decidir, coisa que o alienado não tem. Além disso, o alienado não estava ajustado às normas da sociedade para o trabalho e, portanto, deveria ser isolado e receber tratamento moral para obter a cura. “Nesse sentido, o direito maior do alienado é o de receber um tratamento. Para os reformadores de então, trata-se de um processo de inclusão ao direito de um tratamento” (Torre & Amarante, 2001, p. 75).

Castel (1978) em *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*, indica que a partir da Revolução Francesa a lógica contratual é instaurada na sociedade francesa, impondo uma racionalidade específica que está presente em Pinel e nos primeiros alienistas. Ao indicar que não compreende os primeiros alienistas como homens cruéis ou maquiavélicos, Castel (1978) pontua que coube a eles o papel de começar a administração da loucura, e isso também estava diretamente relacionado com a forma como a sociedade após a Revolução Francesa estava organizada a saber, como já dissemos, de forma contratual e administrativa.

Sobre o pano de fundo da sociedade contratual instaurada pela Revolução Francesa, o louco é uma nódoa. Insensato, ele não é sujeito de direito; irresponsável, não pode ser objeto de sanções; incapaz de trabalhar ou de “servir”, não entra no circuito regulador das trocas, essa “livre” circulação de mercadorias e de homens à qual a nova legalidade burguesa serve de matriz. Núcleo de desordem, ele deve, mais do que nunca, ser reprimido, porém, segundo um outro sistema de punições do que o ordenado pelos códigos para aqueles que voluntariamente transgrediram as leis. Ilha de irracionalidade, ele deve ser administrado, porém segundo normas diferentes das que designam o lugar às pessoas “normais” e as sujeitam a tarefas em uma sociedade racional (Castel, 1978, p. 19).

3.1.3. A instituição do poder psiquiátrico

Foucault (2006), no curso *O poder psiquiátrico* de 1973 e 1974, demonstra como os saberes e práticas da psiquiatria, nomeados como poder psiquiátrico, estão operando de forma presente naquela sociedade em que emerge o alienismo a partir de dispositivos e técnicas de poder. Esse é um curso muito importante, pois, segundo o próprio Foucault, dará continuidade aos estudos arqueológicos iniciados na *História da loucura na Idade Clássica* (2009), que teria se concentrado nas representações com que a sociedade separava o louco do não louco. A partir da medicalização da loucura, ocorrida no século XIX, Foucault (2006) intenta realizar então uma genealogia da Psiquiatria, efetuando uma análise do tema do poder, e não somente do ponto de vista das representações. A partir dos dispositivos de poder, é possível pensar como as relações de poder assinalam a formação de práticas e discursividades, de racionalidades, de forma que o arranjo do poder dá lugar a todo um jogo de verdades sobre a loucura.

Para Foucault (2006), na *História da loucura...* (2009), ele próprio teria cometido alguns erros: teria se concentrado na questão da violência no trato do louco; teria se centrado na instituição manicomial e; teria colocado um grande foco na família. Com esses erros, o foco estava na loucura em si e no seu tratamento por parte da sociedade, e não na sociedade que tratava a loucura. Em *História da loucura...* (2009) o foco estava

muito mais na doença mental do que na medicina mental; já no curso *O poder psiquiátrico* (2006) Foucault “desloca seu objeto, muda o terreno em que se desenvolve e as ferramentas conceituais que utiliza” (Lagrange, 2006, p. 456).

A tentativa de Foucault n’*O poder psiquiátrico* (2006) foi, portanto, a de corrigir esses erros, de modo a apresentar como a prática psiquiátrica se dá por meio de duas formas de poder: a macrofísica da soberania e a microfísica do poder disciplinar. No início da psiquiatria no século XIX, havia um conjunto de práticas manipuladoras da loucura, que “desenhava de certo modo a trama de relações de poder necessárias a essa espécie de ortopedia mental que devia levar à cura” (Foucault, 2006, p. 39).

Parece-me que, se quiser fazer uma verdadeira história da psiquiatria, em todo caso da cena psiquiátrica, tem-se de situá-la nesta série de cenas: cenas de cerimônia de soberania, dos rituais de serviço, dos procedimentos judiciais, das práticas médicas, e não dando como ponto essencial e ponto de partida a análise da instituição. Sejamos bastante anti-institucionalistas. O que me proponho este ano é mostrar a microfísica do poder, antes mesmo da análise da instituição (Foucault, 2006, p. 41).

Foucault (2006) trata de duas cenas importantes na história da psiquiatria: a cena de Pinel no início do século XIX em Bicêtre na França e a cena do rei da Inglaterra, Jorge III, relatada por Pinel em um escrito. A cena de Pinel é amplamente conhecida, e trata-se de quando o médico tirou as correntes que prendiam os loucos na masmorra, por pensarem serem eles perigosos. Soltos, os loucos reconhecem a atitude de Pinel e entram no caminho da cura. Essa cena é conhecida como sendo a cena da fundação da psiquiatria. Já a cena de Jorge III⁴⁷ é menos conhecida e é a história do monarca que entra em mania e é interditado por aquele que cuida dele, o médico. Essa cena é tida por Foucault como sendo protopsiquiátrica, pois demonstra como a prática psiquiátrica viria a se tornar uma manipulação regrada e concentrada das relações de poder. O monarca é destituído de seu poder e, daquele que dirige o tratamento, de seu médico, o rei ouve que não é mais o soberano e que deve, dali em diante, ser submisso e dócil (Foucault, 2006).

Nessa cena protopsiquiátrica pode ser encontrada a cena de soberania: de coroação, desapossamento, submissão, fidelidade e rendição; os rituais de serviços impostos: dar ordens, obedecer, observar regras, punir, recompensar, responder; os procedimentos jurídicos: proclamar as leis, vigiar as infrações, obter uma confissão,

⁴⁷ Não iremos detalhar a cena de Jorge III como o fez Foucault. Toda a cena é descrita no curso *O poder psiquiátrico* (2006).

constatar um erro, pronunciar um julgamento, impor uma punição e; as práticas médicas: esperar o momento em que a crise intervém, facilitar seu desenrolar e seu término, e fazer com que as forças sãs prevaleçam sobre as outras (Foucault, 2006).

Com o desenvolvimento da psiquiatria a partir de tais cenas, ao chegar no asilo, vemos esse poder do médico psiquiatra misturado com a própria instituição, de forma a não conseguirmos distinguir os limites de um ou outro. A terapia é um instrumento de cura na qual a ação do médico se incorpora totalmente à da instituição, dos regulamentos e dos edifícios. O asilo se torna o lugar onde temos uma realidade que subjuga o louco a algumas práticas e discursos: à vontade do outro; à confissão sobre sua loucura; a abandonar a loucura no tratamento moral e à provisão de todas as suas necessidades. O indivíduo que é curado, o é porque aceitou esses quatro jugos, conforme afirma Foucault (2006).

Cabe indicar que Foucault (2006) aponta que existem três técnicas, procedimentos, em que a verdade é imposta à loucura desde o início da psiquiatria: a técnica da confissão; a hipnose e as drogas. Abrindo um parêntese, é importante assinalar que, de alguma forma, a hipnose acaba sendo deixada de lado na contemporaneidade, mas a confissão e as drogas continuam sendo a forma de tratamento essencial da loucura (Caponi, 2009). O louco é levado a produzir uma confissão sobre sua loucura como “eu escuto vozes” e a se submeter a um tratamento medicamentoso para ser curado (ou administrável) e deixar de ouvi-las. Caponi (2009) afirma que esses três elementos de poder atuam no diagnóstico psiquiátrico por uma distinção binária entre aquele que é louco e aquele que não é louco, o que indica por conclusão que se está doente mental ou sadio, não importando a especificidade do diagnóstico, se melancolia, esquizofrenia, transtorno bipolar etc.

Retomando, na emergência do asilo como local de exercício do poder psiquiátrico, se teria uma tentativa de um diagnóstico absoluto pela psiquiatria, por oposição ao diagnóstico diferencial da medicina clínica em geral. Além disso, haveria uma diferença primordial entre o poder psiquiátrico e o poder médico, em que o primeiro não estaria ligado a uma realidade do corpo. A psiquiatria seria uma medicina em que o corpo está ausente. São a moral, as paixões, a vontade que estão em jogo na docilização e na normalização. Esse modelo de atuação do poder psiquiátrico segue os moldes do poder médico em alguma medida, ainda que o corpo não esteja presente da mesma maneira,

mas distancia-se em outra medida, uma vez que não há marcadores biológicos para a loucura.

Existem pelo menos duas diferenças fundamentais entre eles: por um lado, a oposição entre um conhecimento diferencial da sintomatologia da doença própria da anatomopatologia e a ausência de diagnóstico diferencial própria da psiquiatria; por outro, a oposição entre a inscrição de lesões no corpo, órgãos, tecidos e a ausência de corpo que caracteriza o poder psiquiátrico (Caponi, 2009, p. 98).

3.1.4. O paradigma de Esquirol e Pinel

Para se falar de cura e tratamento da loucura, há o indicativo da compreensão binária da dicotomia entre a saúde e doença, tendo também como eixo norteador o pensamento da saúde como ausência de patologia, como ideia de cura daquilo de que se confessou ao médico estar padecendo. É sabido que com Esquirol e Pinel são construídas as primeiras categorias nosográficas da loucura enquanto “doença mental”, o que traz importantes desdobramentos para a constituição de uma prática psiquiátrica que reivindica para si a autoridade médica prescritora, que justifica o tratamento moral e a institucionalização.

Nesse contexto, Esquirol pode enunciar as cinco razões principais para o isolamento dos loucos: (1) assegurar a segurança pessoal e da família; (2) libertá-los das influências exteriores; (3) vencer suas resistências pessoais; (4) submetê-los a um regime médico; (5) lhes impor novos hábitos intelectuais e morais. Vê-se claramente que se trata de uma questão de poder, medir o poder do louco, neutralizar os poderes exteriores, estabelecer sobre ele um poder terapêutico e de moralização (Caponi, 2009, p. 100).

No Brasil, desde o momento de sua constituição no século XIX até o início do século XX, o saber psiquiátrico brasileiro acompanhou a experiência francesa a partir da compreensão pineliana, introduzida aqui predominantemente por textos de Esquirol, que foram base e modelo para a criação do primeiro hospício brasileiro, o Hospital de Pedro II (Portocarrero, 2002).

Ao contrário do que ocorreu na Europa, o nosso hospício não resulta de um processo intrínseco à ciência, conturbado por grandes debates, que, baseando-se no seu corpo teórico, prescreveu o isolamento do louco, num espaço especial. Nesse espaço o louco seria tratado como acometido por uma doença de tipo especial, não devendo por isso ser acolhido em hospital comum, nem tratado como criminoso nas prisões (Portocarrero, 2002, p. 45).

Guardadas as diferenças entre Brasil e Europa, uma característica básica que se pode verificar no hospício brasileiro de então era a distribuição e controle do tempo dos

internos. Machado et al. (1978) realizaram uma pesquisa sobre a medicina social e a constituição psiquiátrica no país, quando da criação do “palácio de guardar doidos”, com o decreto de 1841, nos moldes de Pinel e Esquirol. Os autores indicam que os indivíduos eram isolados e vigiados permanentemente e ainda devia-se prescrever uma ocupação aos alienados. O hospício não pode ser lugar de ócio ou de inércia, pois havia a lógica de tratamento que visava a reinserção do alienado na sociedade depois da sua reabilitação terapêutica.

A norma do trabalho impera no hospício e se materializa em oficinas de costura, bordados, flores artificiais, alfaiataria, estopa, colchoaria, escovas, móveis, calçados. Para os alienados “que não têm aptidão para tanto” se prescrevem jardinagem ou trabalho como servente nas obras, refeitórios, enfermarias etc. E do mesmo modo que os alienados são premiados pela docilidade e obediência, também o são pela assiduidade e perfeição no trabalho, que é o principal meio de obtê-las (Machado et al., 1978, pp. 440-441).

Mas, Machado et al. (1978) afirmam também que não era para todos o trabalho no interior do hospício, embora tivesse esse cunho terapêutico, uma vez que os loucos pobres ficavam com os trabalhos mais pesados, e para os loucos que fossem ricos, o trabalho poderia até mesmo ser divertido. Além disso

a implantação do trabalho dentro do espaço asilar proporciona outros benefícios: em primeiro lugar, facilita a manutenção do hospício, pois os próprios alienados confeccionam as roupas, lavam, passam, além dos produtos poderem ser vendidos; em segundo lugar, constitui elemento de prevenção de recaída – o louco aprende um ofício que depois poderá exercer na sociedade, evitando problemas como miséria e desocupação, causas de loucura (Machado et al., 1978, p. 441).

3.1.5. As primeiras críticas ao modelo asilar

No contexto da Europa, o dispositivo asilar foi foco de crítica até mesmo para seus contemporâneos. Os primeiros asilos ficaram rapidamente superlotados e havia grande dificuldade de estabelecer limites entre a sanidade e a loucura; a função social de marginalização de setores da sociedade se denunciava; a violência contra os internos se explicitava e, assim, a credibilidade do hospital psiquiátrico chegava a níveis muito baixos (Amarante, 2007).

Com efeito, a obra médica de Pinel teria construído um paradoxo evidente em tempos revolucionários, pois como conciliar o funcionamento de uma instituição totalitária – conforme a conceituação posterior de Goffman (2007) – com os ideais republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade? A despeito do humanismo filantrópico de Pinel, que exerceu também um influente papel político na Revolução Francesa, o funcionamento terapêutico da instituição que inventou dependia fundamentalmente da autoridade médica e do caráter fechado necessário à incorporação da disciplina (Corbanezi, 2018, p. 2).

Além disso, Castel (1978) aponta o manifesto opuscular do irmão Hilarion (Jean Tissot) que circulou no ano de 1838, quando da instauração da lei francesa que regulamentou a internação. No manifesto, Tissot afirma que “a lei proposta seria desastrosa: ela já lançou a perturbação em todos os estabelecimentos de alienados, a desolação na família desses desafortunados” (p. 5), sua adoção seria ‘uma verdadeira calamidade pública’” (Castel, 1978, p. 201). Porém, suas críticas não surtiram grandes efeitos diante da promulgação da lei e, em 1850, em um livro intitulado *Etat déplorable des aliénés*, Tissot novamente levanta duras críticas ao alienismo, apontando que há “‘matanças’ nos asilos e se insurge contra os ‘médicos alienistas’ que ‘por cegueira, erro e cobiça, assassinam e martirizam cotidianamente (p. 179)’” (Castel, 1978, p. 201). Segundo Castel (1978), Tissot forneceu a primeira formulação coerente para uma compreensão crítica da psiquiatria, propondo a destruição do asilo e a constituição de pequenos grupos terapêuticos, além de direção moral, extremamente cara àquela sociedade, e consulta gratuita para cura dos alienados ao domicílio.

Diante da denúncia crítica que já estava presente no advento do alienismo, Amarante (2007) afirma que a primeira tentativa de resgatar o potencial terapêutico da instituição psiquiátrica ocorreu na proposta das “colônias de alienados” (p. 38). Essa ideia parte do relato de um alienista francês sobre uma aldeia belga chamada Geel, que a partir de uma história de filicídio⁴⁸, um alienado que assistira à cena da morte teria sido milagrosamente curado. Por conta disso, com a canonização da filha morta – uma princesa – pelo Vaticano como Santa Protetora dos Insanos, dá-se início a uma movimentação religiosa com romarias em que, na data da morte da santa, iam familiares e seus loucos em busca da cura. Como muitos não eram curados, as famílias mais ricas começaram a pagar os aldeões para abrigarem seus loucos até a romaria do ano seguinte. A comunidade começou a ter um trato especial com os loucos – inicialmente ricos – ali deixados, e eles passaram a trabalhar, com foices e enxadas, e se recuperarem pelo trabalho, o que os alienistas irão entender como trabalho terapêutico (Amarante, 2007). Assim, o trabalho começa a ser utilizado com fins terapêuticos e passa a organizar as colônias de alienados.

⁴⁸ Para mais detalhes dessa história ver: Amarante, P. (2007). *Saúde Mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, pp. 38-39.

Sobre Geel, Castel (1978) comenta que, como os loucos não estavam completamente afastados da sociedade, poderiam encontrar digressões mais felizes para suas ideias delirantes, além de poderem ser melhor observados e distinguidos, inclusive diante de sua aptidão ou não para o trabalho.

Trata-se de recuar em relação a interpretações demasiado excludentes, caricaturais, da doutrina, como a identificação absoluta do isolamento à internação num espaço fechado. Mas o dispositivo institucional, assim adaptado, permanece o instrumento adequado para a terapêutica da alienação mental. Nessas mesmas bases pode-se, assim, estabelecer distinções mais flexíveis, como por exemplo entre a loucura recente e a que tende a se tornar crônica, entre os alienados capazes de trabalhar e os que não são etc. (Castel, 1978, p. 257).

Voltando ao contexto do Brasil, em 1903 temos a eleição como deputado de Teixeira Brandão, médico que consegue aprovar no mesmo ano a lei dos alienados, fazendo do hospício o único lugar para tratamento dos loucos, subordinando a internação ao parecer de um médico, podendo separar a classe dos loucos. Esse movimento culminará na possibilidade das colônias agrícolas, dividindo o louco que trabalha do que não trabalha.

A questão que surge com a lei de 1903 e a separação entre o hospício e a Santa Casa é a da legitimação da estatização do hospício. Transferir para o Estado a responsabilidade pelos asilos destinados ao louco parece, para os psiquiatras da época, legítimo e necessário. O Estado garantiria a segurança da sociedade, defendendo a coletividade dos possíveis abusos cometidos pelos doentes mentais, considerados incapazes de gerir sua própria pessoa e seus próprios bens. Isso porque o Estado é superior às confrarias, à família e a qualquer estabelecimento particular. Portanto, só o Estado deveria ter o direito de exercer o poder de sequestro, apoiado no saber e na prática psiquiátricos, para que o internamento na instituição asilar não se transformasse em pura exclusão repressiva (Portocarrero, 2002, p. 97).

Os alienistas brasileiros do começo do século XX foram adeptos fervorosos das colônias terapêuticas, “pois consideravam que o trabalho seria ‘o meio terapêutico mais precioso’, que estimulava a vontade e a energia e consolidava a resistência cerebral tendendo a fazer desaparecer ‘os vestígios do delírio’” (Amarante, 2007, p. 39). Assim, nas Colônias Agrícolas da década de 1920, também existia a mesma imposição terapêutica para o tratamento moral (Andrade et al., 2013). Por quase três décadas, foram criadas dezenas de colônias por todo o país sob a gestão de Juliano Moreira, psiquiatra baiano. A colônia do Juquery, em São Paulo, por exemplo, contabilizou 16 mil internos. “Mas a alegria durou pouco: logo as colônias mostraram-se iguais aos asilos tradicionais. De uma aldeia de pessoas livres, com sua própria história e cultura, nasceram instituições asilares de recuperação pelo trabalho” (Amarante, 2007, p. 40).

3.1.6. O paradigma de Morel

Somente no final do século XIX e início do século XX temos uma mudança paradigmática no que tange os saberes e práticas sobre a loucura e o trabalho como prescrição terapêutica e tratamento moral. Castel (1978) assevera que, apesar das críticas anteriores que deram origem às colônias dos alienados, com certa aparência de “liberdade” na prática do trabalho pelos loucos, somente com a fundamentação da teoria de degenerescência de Morel é que haverá uma acentuação da crítica à psiquiatria tradicional enquanto paradigma. Com a teoria da organogenética, Morel difundirá a ideia de que os alienistas atuam de forma tardia em sua função terapêutica, indicando que a psiquiatria deveria intervir de modo antecipado, em caráter preventivo da doença dos sujeitos *anormais*. Além disso, à época, muitas críticas já vinham sendo endereçadas ao hospital psiquiátrico, principalmente denunciando que ele não produz a cura, mas sim a cronificação dos doentes até sua morte (Corbanezi, 2018).

A teoria de Morel, desenvolvida no final do século XIX, exposta no *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladives* publicado em 1857, é decisiva quanto ao marco da mudança do tratamento moral da loucura. Enquanto doença mental nos moldes pinelianos muda para um tratamento higienista de caráter preventivo, não somente para os doentes mentais, mas para a sociedade como um todo. Haja vista que na história recente da sociedade ocidental no Classicismo, do qual partem as investigações de Foucault em *História da loucura* (2009), não há a categoria de “doença mental” até Pinel, Esquirol e os psiquiatras do final do século XVIII e início do XIX. Com a especificidade de ser uma patologia que escapa às classificações médicas tradicionais antes da psiquiatria, a loucura não se encaixava de forma adequada nas concepções da medicina classificatória, restando a ela o tratamento sobre o sintoma, no enclausuramento.

Com Morel, há um deslocamento em relação à compreensão da alienação mental, tensionando as teorias de Esquirol em direção à compreensão de uma causalidade que estivesse escondida, organicamente, e ligando a doença mental à medicina geral, passando de uma semiologia a uma etiologia (Foucault, 2018e; Castel, 1978; Portocarrero 2002), o que culminou, posteriormente, na classificação das doenças mentais de Kraepelin, no início do século XX (Portocarrero, 2002). Para Morel, “é impossível separar o estudo da patogenia das doenças mentais do estudo das causas que produzem

as degenerescências fixas e permanentes, cuja presença, no meio da parte sã da população, é um perigo incessante” (Morel, 1857 citado por Portocarrero, 2002, p. 47). As degenerescências são consideradas por Morel como desvios doentios do tipo humano *normal*, com causas das mais diversas, desde intoxicações, até influências do meio social e da hereditariedade, bem como resultado de doenças congênicas ou adquiridas. Uma vez instaladas, as doenças seguirão geração após geração até a extinção daquela linhagem, e então surge a necessidade de prevenir, e não somente tratar, como faziam os alienistas.

O programa de profilaxia estudado por Morel abrange a higiene física e moral e dirige-se igualmente ao conjunto social: [...] Tal noção de profilaxia está vinculada a um deslocamento operado em relação à concepção teórica da doença mental, que não é mais analisada a partir de uma fenomenologia direta da desordem social. [...] Sua teoria baseia-se na noção de desvio do tipo normal, para fundamentar a dicotomia normal-anormal. “Degenerescência e desvio doentio do tipo normal da humanidade são, portanto, no meu pensamento uma só e mesma coisa”. E, ainda, “As degenerescências só podem então ser resultado de uma influência mórbida, seja de ordem física, seja de ordem moral” (Morel, 1857). Tal desvio pode ser de origem física ou moral (Portocarrero, 2002, p. 49).

No Brasil, a partir de 1890, o modelo pineliano começava a ser contestado de forma radical e aos poucos foi sendo substituído pela teoria de Kraepelin, traçando uma nova linha na história da psiquiatria brasileira. A passagem do século XIX para o século XX no país foi muito significativa para a história da psiquiatria brasileira e representou uma mudança de atitude dos alienistas brasileiros, que começam a se preocupar com a participação na produção científica ocidental, não mais apenas reproduzindo o que vinha de fora, mas como pesquisadores buscando seus próprios fundamentos (Portocarrero, 2002).

É a partir de Juliano Moreira, já referido psiquiatra baiano, que a psiquiatria no Brasil se impõe como um saber necessário para a sociedade que se configura cada vez mais como uma sociedade científica, tentando construir seu saber a partir da medicina. “A partir do século XIX, a cientificidade do saber médico é exigida e oferecida como uma das bases da política dirigida à conservação da saúde da população concebida como um todo” (Portocarrero, 2002, p. 34). A partir do rompimento com a tradição francesa e da introdução do modelo alemão de Kraepelin, há uma tentativa de elaborar uma etiologia para o adoecimento mental, e o conceito de anormalidade surge no país.

Sua teoria se baseia no modelo de Kraepelin, grande reformador da psiquiatria clássica. O trabalho teórico de Juliano Moreira denota o ideal científico do final do século XIX, que se estende até nosso século, de fazer o discurso da medicina clínica penetrar no conhecimento sobre a loucura. Seu objetivo é obter uma objetividade do mesmo tipo que a médica, por meio de seus estudos no campo da etiologia orgânica dos distúrbios mentais de maneira muito mais articulada.

A teoria da degenerescência desenvolvida por Morel lhe fornece uma base para que o estatuto de cientificidade pareça, nesse sentido, ser alcançado (Portocarrero, 2002, p. 65).

No curso *Os anormais* de 1974 e 1975, Foucault (2018e) irá também trabalhar as questões acerca da contraposição entre normalidade e anormalidade e a necessidade de uma intervenção preventiva na sociedade. Ele assevera que aqueles que são considerados anormais pela sociedade ainda na atualidade são descendentes de três figuras iniciais: o monstro humano, a quem estaria atribuída a noção penal de periculosidade; o indivíduo a corrigir, o incorrigível, correlato às técnicas de disciplina; e o onanista, em que vemos a formação de um novo aparelho de saber-poder sobre o corpo sexual da criança, em uma nova economia das relações intrafamiliares. A separação entre normais e anormais se daria a partir de três fenômenos essenciais: a teoria da degenerescência de Morel; a rede institucional da justiça aliada à medicina, na recepção e internamento dos anormais como defesa da sociedade; e nos discursos sobre a sexualidade infantil como explicação de todas as anomalias.

Na separação entre normal e anormal, o tratamento à loucura sofre um deslocamento em relação aos modelos anteriores, inclusive na perspectiva da prescrição do trabalho para os doentes mentais. Além disso, essa modificação amplifica o poder psiquiátrico sobre a sociedade como um todo, bem como a medicalização da existência das populações.

A psiquiatria amplia seu objeto, estabelecendo desde logo uma separação fundamental entre os degenerados e os “verdadeiros” doentes mentais, e propõe para cada caso um tipo especial de assistência. Ao mesmo tempo que exige maior medicalização, no sentido da patologia clínica, para os “verdadeiros” doentes mentais, sugere um tratamento especial de reeducação para os degenerados. Estes, uma vez diferenciados, devem ser agrupados em asilos especiais, onde possam ser recuperados para a vida em sociedade e para o *trabalho*, ao invés de ficarem sem nenhuma assistência, o que permite que consequências mais graves os tornem *irrecuperáveis e perigosos* (Portocarrero, 2002, pp. 108-109, grifo nosso).

Uma sociedade administrativa precisa gerir os seus membros por meio de tecnologias disciplinares, como o hospício e a prisão. Os loucos, como irresponsáveis – antes mesmo da teoria da degenerescência de Morel, como afirma Foucault em *Os anormais* (2018e) e o próprio Castel em *A ordem psiquiátrica* (1978) – não podem ser controlados por meio da prisão. Assim, o espaço de tutela e repressão na clausura asilar, por meio da ocupação e do ofício, continuam se voltando em direção à loucura, ainda mais quando esta insiste em deambular pela cidade nos terrenos baldios, sem controle

algum dos aparelhos jurídicos e de repressão do Estado, e o número de loucos indigentes e desocupados aumenta enormemente (Castel, 1978).

É necessário esclarecer a diferença entre a função do trabalho na terapia psiquiátrica do século XIX e na terapia do século XX. No primeiro caso, ele é moralizador, disciplinador e tem como objetivo auxiliar a transformar o doente anti-social, perigoso, em indivíduo dócil, disciplinado. No segundo caso, o trabalho também é moralizador e disciplinador, mas ele passa a ser, acima de tudo, critério de avaliação do grau da doença mental e de sua recuperação. O trabalho não é mais apenas uma técnica terapêutica, mas constitui um fator fundamental para discernir entre o indivíduo normal, socializado – que produz – e o anormal, degenerado – improdutivo (Portocarrero, 2002, p. 129).

3.1.7. Sociedade liberal e instituição totalitária

A partir dos ideais da Revolução Francesa e a mudança paulatina para um *Estado de governo*, que visa conduzir as condutas das populações através de um poder que atua sobre a vida, os dispositivos se expandem sobre todo o corpo social, mantendo-se, entretanto, o espaço asilar para a loucura. Nesse sentido, “sociedade liberal e instituição totalitária⁴⁹ funcionam muito bem como um par dialético” (Castel, 1978, p. 75). As aspirações explicitadas pelos discursos dos filantropos, dos alienistas e dos higienistas estão alinhadas em um controle social, endereçado à improdutividade dos loucos, uma vez que as ideias dessa sociedade estão pautadas pela valorização da riqueza e a apropriação do trabalho que a produz.

É importante ressaltar que a prática psiquiátrica do século XX se baseia fundamentalmente na divisão da população em normais e anormais exatamente na época em que se incrementa no Brasil a concepção de população como força de trabalho, força produtiva. Tal força não pode ser perdida, mas deve, antes, ser normalizada, assistida, sendo os anormais considerados degenerados, que necessitam de tratamento especial para se transformarem em elementos úteis à sociedade (Portocarrero, 2002, p. 113).

Esse argumento dos procedimentos de controle como procedimentos de cuidado social, nos remete ao texto *Gestão dos riscos* de Castel (1987) que já citamos aqui. Ao pensar sobre aquilo que ele chama de pós-psicanalismo, Castel (1987) aponta que estamos em direção a uma ordem pós-disciplinar, o que se aproxima do pensamento de Le Blanc (2013), ambos a partir das indicações de Foucault. Para Castel (1987), o saber médico-psicológico acaba por se tornar um instrumento de uma política diferencial das

⁴⁹ Castel (1978) utiliza o termo “instituição totalitária” em direta referência à Erving Goffman e seu texto *Manicômios, conventos e prisões*, São Paulo: Perspectiva, 1961.

populações, ou seja, uma governamentalidade, que está interessada para além do cuidado, na gestão das chamadas populações de risco.

Sob a ótica de uma prevenção sistemática dos riscos, o poder psiquiátrico se encarrega de gerir as populações, não só por meio da repressão e coação. Há novas formas de gestão dos riscos e das populações com riscos, não sendo mais o enfrentamento direto, ou uma segregação brutal, mas uma marginalização dos sujeitos, negando sua qualidade de pessoa, desconstruindo assim a sua história (Castel, 1987). Nessa lógica de assistência total, prevenir é vigiar.

Assim, prevenir é primeiro vigiar, quer dizer, se colocar em posição de antecipar a emergência de acontecimentos indesejáveis (doenças, anomalias, comportamentos de desvio, atos de delinquência etc.) no seio de populações estatísticas, assinaladas como portadoras de riscos. Mas o modo de vigilância promovido por essas políticas preventivas é totalmente novo em relação ao das técnicas disciplinares tradicionais que foram particularmente analisadas nestes últimos anos, e que Michel Foucault sintetizou a partir do modelo do *Panopticon* (Castel, 1987, pp. 125-126).

A vigilância vai sendo ampliada tomando característica de vigilância contínua, desde a formação da pessoa na infância por meio de dispositivos e procedimentos diversos. Castel (1987) cita como exemplo as equipes pedagógicas; os centros médicos psicopedagógicos; a assistência educativa; os lares para adolescentes sob assistência judicial, entre outros que estariam disputando o mercado.

No Brasil, a necessidade que havia surgido de situar cientificamente a psiquiatria no início do século XX seguia a mesma lógica de importância, “pois viabilizava sua interferência na sociedade e validava um projeto político no qual é a patologia que oferece o modelo de análise, assim como a medicina legal lhe dá a possibilidade de intervir – por meio da psiquiatrização dos diferentes desvios sociais e da infância” (Portocarrero, 2002, p. 89).

No modelo de Kraepelin, em que se baseia o novo sistema brasileiro da assistência ao alienado, a psiquiatria dirige sua ação em dois sentidos. Primeiramente, na direção dos indivíduos a quem os psiquiatras devem assistir, por meio de novas técnicas terapêuticas e preventivas, não se limitando mais ao alienado mental, mas abrangendo todo louco em potencial; sua ação se dirige, neste caso, ao desviante moral de todo tipo – o alcoólatra, o epilético, o sífilítico, o criminoso – e ao indivíduo normal, ainda criança, que por uma educação defeituosa, acrescida à predisposição hereditária, pode-se tornar, em um dado momento, doente mental. Em segundo lugar, na direção das instituições sociais como a escola, a família, o Estado, os dispositivos legais, psiquiatrizando-os para transformá-los em auxiliares nessa ação de terapia e prevenção contra a loucura, que caracteriza a prática psiquiátrica no século XX (Portocarrero, 2002, p. 109).

3.1.8. Advento dos movimentos reformistas

Foi nesse contexto do século XX, no bojo de tais deslocamentos e tensões nas práticas e saberes, que movimentos críticos dos modelos asilares espalhados em vários países trouxeram transformações importantes no âmbito da psiquiatria e no tratamento da loucura. Teremos a Psicoterapia Institucional e a Psiquiatria de Setor na França; a Reforma Democrática Italiana; e, posteriormente, a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial no Brasil (Andrade et al., 2013). Uma parte dos primeiros movimentos era reformista, mas parte deles era totalmente radical e opositora ao hospital psiquiátrico. De acordo com a divisão proposta por Birman e Costa (1994) e Amarante (1998) citados por Corbanezi (2018), de um lado, inicialmente, tínhamos dois blocos essencialmente reformistas: a comunidade terapêutica inglesa e a psicoterapia institucional francesa, que enfatizavam a importância da redução do modelo hospitalar, mas difundiam a psiquiatria em extensão no corpo social, a partir de noções como prevenção e promoção de saúde mental. Outras duas experiências mais radicais estavam do outro lado, dispostas a romper completamente com o hospital psiquiátrico tradicional, a saber, a antipsiquiatria inglesa e a tradição basagliana que fundamentou a psiquiatria democrática italiana.

Tais movimentos surgem das transformações sociais e econômicas após a Segunda Guerra Mundial, em que imediatamente no pós-guerra se constata a situação dos asilos como similar aos campos de concentração nazistas (Arbex, 2013). Além disso, percebe-se como inadmissível que, diante da necessidade de reconstrução das sociedades destruídas pela guerra, houvesse um desperdício de força de trabalho ao manter os loucos intramuros. Assim, a chamada “nova psiquiatria” não surge somente como oposição à psiquiatria tradicional, mas associada também à ideia da convocação do potencial laborativo humano que estava segregado e abandonado nas instituições de clausura (Corbanezi, 2018). Mais uma vez, o trabalho.

Enquanto, no século XIX, a terapia deve-se impor através de medidas fortes de repressão, no século XX o doente deve ter a ilusão de liberdade, que o tranquiliza, deixando-o menos rebelde e mais suscetível à ordem disciplinar, a que a terapia visa fundamentalmente, reforçando a relação da psiquiatria com a ideia de homem normal, trabalhador tranquilo, força produtiva (Portocarrero, 2002, p. 143).

Assim, a partir de uma certa racionalidade que preconiza a necessidade do trabalho para “reconstruir a sociedade do pós-guerra”, a convocação extramuros da força de trabalho do louco é uma das forças dentro das relações de poder que sustenta os

movimentos críticos à psiquiatria tradicional. Entretanto, a questão do trabalho dentro da instituição continua sendo uma prática com moldes terapêuticos que visava a cura e, sobretudo, a reinserção posterior do louco na sociedade.

Voltando à França, diante dessa questão do trabalho e da loucura, de forma a restabelecer as condições laborativas para reintegrar à sociedade, as propostas da Psiquiatria Social e de Setor, assim como os pioneiros da Psicoterapia Institucional, repensam a esfera do trabalho como fator decisivo na melhora, seguindo a toada dos movimentos críticos após a Segunda Guerra Mundial.

Neste contexto, surgiram contribuições de vários psiquiatras que ainda hoje são referências para se pensar a questão da loucura em sua relação com o trabalho. Alguns deles se dedicaram à produção de práticas clínicas que incorporaram o trabalho de diversas maneiras. Dentre eles estão Lucien Bonnafé, François Tosquelles, Louis Le Guillant, Paul Sivadon e Jean Oury (Andrade & Costa-Rosa, 2014, p. 30).

Enfatizando a questão do trabalho, de acordo com Passos (2009) a Psiquiatria Social e a Psiquiatria de Setor passaram por três momentos: Ergosocioterapia, Farmacoterapia e Psicoterapia Institucional, nas décadas de 1950 e 1960. Estes dispositivos institucionais têm foco no trabalho como finalidade terapêutica e de reintegração no mercado formal, através de vagas de emprego em empresas. Em 1975, são criados os Centros de Ajuda pelo Trabalho (CAT) na França junto com os ateliês protegidos com a finalidade de oferecer recuperação aos deficientes, dentre eles os doentes mentais.

Como parceiros do hospital psiquiátrico, oferecem serviços manuais simples para as empresas privadas realizados por pessoas com maior dificuldade de se inserirem no mercado formal de trabalho. Os ateliês protegidos são pequenas oficinas associativas (carpintaria, marcenaria etc.) onde trabalham todos os considerados com capacidade para aprender um ofício. Buscam a (re)integração no mercado de trabalho, e se pode trabalhar durante um ano e renovar mais uma vez o contrato, recebendo 90% do salário-mínimo (Andrade & Costa-Rosa, 2014, p. 31, grifo nosso).

Na Psicoterapia Institucional, tendo como seus pioneiros François Tosquelles no Hospital Saint Alban; Louis Le Guillant no Hospital Ville Juif; e Paul Sivadon no Hospital Ville-Évrard há experiências distintas no campo da saúde mental incorporando o trabalho como tratamento e como ressocialização dos sujeitos loucos. Para os psiquiatras institucionais, o trabalho tem uma função terapêutica por ter um papel importante na humanização da pessoa que trabalha, independentemente de seu produto. O produto, em si, é a ressocialização (Andrade & Costa-Rosa, 2014).

Embora apresentem estratégias diferentes no tocante à relação entre loucura e trabalho, tanto a Psiquiatria Social e de Setor como as duas modalidades da Psicoterapia Institucional mantêm a internação hospitalar e o trabalho como tendo uma função terapêutica, embora não mais disciplinadora, sendo um elemento estruturante das práticas clínicas de cuidado e de ressocialização (Andrade & Costa-Rosa, 2014, p. 32).

3.1.9. O imperativo da defesa da sociedade

Cabe ressaltar, como já apontamos anteriormente, que com o processo de mudança de um capitalismo industrial para o neoliberalismo houve a modificação do modo de gerir as populações, do chamado poder disciplinar para a governamentalidade, de um *Estado administrativo* para um *Estado de governo*. É justamente nesse momento que Foucault aponta a elaboração da teoria do “capital humano” pela Escola de Chicago, que fundamenta as mudanças sociais significativas que posteriormente serão chamadas de neoliberalismo e compreendem essa nova forma de governamentalidade, o *Estado de governo*⁵⁰ (Foucault, 2008).

Com efeito, as críticas e as transformações procedentes de uma nova percepção da psiquiatria fazem parte de um momento histórico no qual, em países europeus e nos EUA, emergiam movimentos contestatórios direcionados às formas tradicionais de autoridade e aos privilégios de classe, assim como micropolíticas voltadas às mulheres, às normatividades sexuais, à questão racial, à delinquência, ao meio ambiente, à toxicomania, às doenças mentais etc. E nesse contexto de “liberação” – para o qual Maio de 1968 se tornou paradigmático –, a psiquiatria se apresentava como um objeto privilegiado para evidenciar o desnível de determinadas relações de poder e o caráter repressivo que daí decorria (Corbanezi, 2018, p. 13).

Nesse sentido, Le Blanc (2013) aponta que o argumento imperativo da defesa da sociedade se dá em uma espécie de guerra social, para dar conta da questão social que se desenha até hoje, que é a precariedade da empregabilidade. A guerra social se dá contra esses sujeitos potencialmente perigosos que são os não-empregáveis. Citando Castel (2003), Le Blanc (2013) aponta que temos a partir do final do século XIX um retorno das classes perigosas, entre as quais estão os pobres, os vagabundos, os sem-teto etc. Essa norma da empregabilidade se dá como uma gestão das populações perigosas no modelo econômico atual.

⁵⁰ É importante frisar que nesse período, no bojo dessas transformações, também começa a surgir a compreensão de um “dispositivo de saúde mental” com as “psiquiatrias alternativas”, conforme proposição de Portocarrero (1990) que dão corpo a saberes e práticas para a “nova psiquiatria”, que é marcada fundamentalmente pela mudança da compreensão de *doença mental* para *saúde mental*. Retomaremos esse ponto mais adiante quando falarmos da questão das Políticas de Saúde Mental no Brasil.

Portanto, prisão e asilo não desaparecem naturalmente, pois são recodificados a partir de um imperativo de “defesa da sociedade” que percorre toda a sociedade, que se relaciona estreitamente com novos procedimentos de controle passíveis frequentemente de até se fazerem passar por procedimentos de cuidado social, segundo uma linha divisória novamente maior que é a da empregabilidade dos sujeitos considerados normais e da não empregabilidade dos sujeitos portadores de uma patologia social e/ou mental (Le Blanc, 2013, p. 185).

Castel (1987) indica que a cultura psicanalítica de massa vai se instaurando nesse momento do neoliberalismo, o que igualmente indicamos anteriormente, e vai transformando esses mecanismos de controle das populações, na gestão dos riscos, em uma forma ainda mais evoluída. Não se trata mais somente de reparar ou prevenir as deficiências, mas também programar as eficiências (Castel, 1987, p. 178), tornar as pessoas empregáveis, passíveis de serem empregadas. As estratégias gerais, que estão imbuídas da gestão dos riscos e das fragilidades, parecem, para o autor, caracterizar as sociedades neoliberais. Nesse cenário, Castel (1987) irá chamar muito a atenção para o tratamento das “normalidades” como programação de eficiências, que acaba por ser voluntariamente aderida pelos sujeitos.

Assim, em um número crescente de situações, a sustentação da obrigação sobre o indivíduo não passa pela coerção, mas pela sua mobilização voluntária. A alternativa não é se submeter ou se revoltar, mas reunir seu potencial pessoal a serviço da tarefa a cumprir, ou ser marginalizado. Uma nova figura da morte social se desenha. Ela não passa pela exclusão brutal, a segregação, ela anula os indivíduos desconectando-os dos centros de decisões e dos circuitos de trocas. É também um modelo possível da sociedade dual: a que secreta a morte lenta do desemprego assistido, os impasses existenciais em forma de divagações bucólicas, a divisão entre os que produzem e que decidem, de um lado, e dos que sobrevivem [...], de outro (Castel, 1987, p. 177).

Nesse cenário neoliberal pós-disciplinar (Castel, 1987), que se traduz naquilo que apontamos no segundo capítulo como sendo a governamentalidade neoliberal, o louco continua ao lado do pobre na situação de marginalidade social e submetido igualmente ao imperativo da empregabilidade. Vemos que trabalho, pobreza e loucura caminham lado a lado, e novos procedimentos e tecnologias surgem, cada vez mais complexas e eficazes, para controle das populações e produção de subjetividades. Nesse sentido, os saberes médicos e psiquiátricos atuam para dar sustentação às práticas de governo, de controle social e de gestão das populações, diferenciando as práticas e concepções acerca do tratamento da loucura e da prescrição do trabalho do século anterior, das concepções e práticas do século XX.

3.1.10. Psiquiatria Democrática Italiana e o projeto de emancipação terapêutica

Já na Psiquiatria Democrática Italiana, no final dos anos de 1970, trabalho e loucura compõem um projeto de emancipação terapêutica que parece se deslocar das demais experiências. A experiência italiana buscava uma investidora na reforma psiquiátrica que fosse para além da humanização proposta pelos franceses. Os italianos buscavam transformar a psiquiatria fazendo uma crítica radical à neutralidade científica e à ideologia dominante expressa na exigência de produtividade voltada às pessoas. Com a experiência de Franco Basaglia no Hospital de Giovanni em Trieste, é inaugurado o movimento da Psiquiatria Democrática em 1973. Uma grande novidade em seus marcos iniciais é a fundamentação de um novo conceito de território que vá além de um espaço meramente geográfico (Andrade & Costa-Rosa, 2014).

É, antes, o espaço social de uma coletividade, identificado pela existência de uma cultura própria e de uma série de recursos arquiteturais e institucionais (de trabalho, lazer, ação política, saúde, educação, convivência, arte, religião etc.) que precisam ser conhecidos e articulados pelos serviços sanitários, numa ação coletiva integradora. O território é uma construção; como tal, deve emergir da mobilização concreta dos recursos existentes e das necessidades reais da comunidade (Barros, 1990, p. 136).

A partir do marco jurídico e paradigma político que foi a lei 180 na Itália, promulgada no ano de 1978, há a possibilidade da voluntariedade de tratamento, dando-se início ao caminho progressivo para a “desinstitucionalização”⁵¹. No lugar de uma obrigatoriedade do tratamento e do trabalho como possibilidade humanizadora terapêutica, busca-se reativar possibilidades de acesso a rendimentos econômicos que permitam a “participação no mundo do intercâmbio social, que é o mundo do território comunitário da cidade, através de uma atividade produtiva como meio para se alcançar este objetivo” (Andrade & Costa-Rosa, 2014, p. 33). Há um tensionamento em relação ao paradigma clínico presente nos franceses e vem emergindo um paradigma político no tratamento da loucura pelos italianos. Vai deixando-se de falar em *cura* para se falar em *emancipação terapêutica* e no lugar da *ressocialização* há a *reinserção social* (Andrade & Costa-Rosa, 2014). Basaglia compreendia que deveria haver uma superação

⁵¹ Colocamos entre aspas pois, conforme vimos acima com Castel (1987), mudanças de paradigmas de tratamento sem a clausura, como as colônias dos alienados, não indicam uma desinstitucionalização, mas sim, uma mudança de qualidade da instituição. Desenvolveremos melhor essa questão crítica mais à frente.

institucional e reinserção social para que fosse possível superar a exclusão do louco, como podemos ler explicitado em suas próprias palavras:

Porém, uma vez que o doente se desprende das superestruturas e incrustações institucionais, percebe-se que ele continua sendo objeto de uma violência que a sociedade exerceu e continua exercendo sobre ele, na mesma medida em que – antes de ser um doente mental – é um homem sem poder social, econômico ou contratual: um homem reduzido ao estado de simples presença negativa, não problemática e não contraditória, para camuflar as contradições de nossa sociedade (Basaglia, 1972, p. 145, tradução nossa).

No contexto de Trieste, foram iniciadas algumas práticas de cuidado visando à emancipação terapêutica. Assim, foram criadas cooperativas sociais e foram organizados grupos-apartamento, o que modificava também a compreensão da subjetividade daqueles que residiam em hospitais. De internos, passavam a ser hóspedes. Passos (2009) indica que existia uma bolsa temporária de formação para o trabalho disponibilizada pelo Departamento de Saúde Mental (DSM) de Trieste, que perdura até aos dias de hoje dentro do Programa Terapêutico Reabilitativo. Havia, além disso, no âmbito da assistência, o centro diurno Politécnico, que oferece formação para o trabalho a partir de atividades não remuneradas.

Vemos, então, que a Psiquiatria Democrática Italiana produz, dentre outras coisas, a ruptura com o modo asilar de caráter assistencial institucionalizado no saber psiquiátrico. Entretanto, para sua efetivação é preciso enfrentar a questão da exclusão social das trocas sociais, inclusive a produtiva-econômica, imputada secularmente aos sujeitos da experiência da loucura (Andrade & Costa-Rosa, 2014, p. 34).

Voltando ao contexto brasileiro, vimos que na década de 1920 havia as colônias agrícolas e a imposição do trabalho (Lussi & Pereira, 2011; Andrade et al., 2013). Mas, mesmo entre os psiquiatras, a laborterapia já era criticada. No Hospital Juquery em Franco da Rocha, que chegou a ter 16 mil internos conforme afirmou Amarante (2007), houve importante participação do psiquiatra Osório César, que também era músico e crítico de arte, identificando nas artes produzidas por pacientes algumas semelhanças com a produção de artistas modernos. “Com o intuito de valorizar as dimensões artística, social e cultural dos ‘alienados’ e não a dimensão psiquiátrica, Osório César publica *A expressão artística dos alienados* e cria a Escola de Artes Plásticas do Juquery” (Andrade & Costa-Rosa, 2014, p. 35). Ali já havia um movimento da psiquiatria brasileira em contraponto à psiquiatria tradicional, não buscando o tratamento apenas com finalidade terapêutica de remissão de sintomas, mas com um direcionamento voltado à reabilitação e construção

de possibilidades profissionais de acordo com as habilidades de cada paciente para fora do hospital.

Já na década de 1940, a psiquiatra Nise da Silveira inicia uma abordagem distinta do trabalho com fins terapêuticos, como um recurso tão importante quanto os demais, dando origem ao conceito de terapia ocupacional (Andrade et al., 2013). No Centro Psiquiátrico Nacional Engenho de Dentro no Rio de Janeiro, Nise da Silveira compreendia o trabalho como finalidade terapêutica de beneficiar todos os pacientes, não como imposição, mas sim como uma ocupação livremente escolhida. As atividades eram diversificadas e variavam de encadernação, costura, música, ateliês de pintura e modelagem, dança e teatro (Andrade & Costa-Rosa, 2014; Shimoguiri & Costa-Rosa, 2017). Dentre tais oficinas, a do ateliê de pintura destacou-se com as obras dos sujeitos em sofrimento psíquico. Essa iniciativa de Nise da Silveira no Engenho de Dentro ganhou notoriedade internacional, e foi muito importante para desvincular o trabalho terapêutico dos objetivos puramente comportamentais. Entretanto, Shimoguiri e Costa-Rosa (2017) indicam que hegemonicamente, no Brasil, o uso do trabalho ainda estava seguindo os moldes de um tratamento moral, para ocupar os doentes, controlando os seus corpos e mentalidades, e ao mesmo tempo levantando renda para as instituições.

O uso da ocupação e das atividades no Paradigma Psiquiátrico Hospitalocêntrico Medicalizador recebeu alguns nomes: tratamento moral, tratamento do trabalho, terapia do trabalho, tratamento da ocupação, reeducação ocupacional, ergoterapia, laborterapia e praxiterapia (Shimoguiri & Costa-Rosa, 2017, p. 849).

As práticas no Brasil seguiram esses padrões da década de 1940 até meados da década de 1970, quando vemos um deslocamento. Os ideais de luta por uma reforma psiquiátrica no Brasil tiveram como uma de suas principais forças propulsoras o Movimento de Reforma Sanitária na década de 1970. Em 1978, iniciaram-se movimentos sociais a favor dos pacientes psiquiátricos, culminando na criação do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), em associação entre familiares, sindicalistas, membros de associações profissionais e pessoas com histórico de internação longa em instituições psiquiátricas (Amarante, 2007). Então, no contexto brasileiro, é só a partir da reforma iniciada na década de 1980 que o trabalho de fato começa a ser visto de forma diferente, como um instrumento de reabilitação psicossocial e de reinserção social (Andrade et al., 2013), nos moldes basaglianos e silveirianos. Discorreremos melhor a respeito do contexto do Brasil a partir dos anos 1970 no próximo tópico.

Retomando para finalizar: a partir do que desenvolvemos no presente tópico, na junção entre trabalho e loucura ao longo dos tempos e de sua proximidade com outras populações perigosas e das margens, vimos a marca de racionalidades próprias de cada época na compreensão de uma certa forma de tratamento da loucura e certa prescrição em relação ao ato de trabalhar.

Primeiramente marcada por um imperativo de reclusão da loucura juntamente com outras populações, há uma equivalência entre loucura e pobreza subjetivados como sujeitos das margens da sociedade. A lógica do poder disciplinar, própria de um *Estado administrativo*, busca o controle e a disciplinarização dos corpos, implicando em uma obrigatoriedade do trabalho, em um primeiro momento, e uma ética do trabalho como dispositivo no tratamento moral da loucura, que visa à cura. A concepção de doença mental a partir de Pinel e Esquirol e, posteriormente, a mudança a partir da teoria de Morel que preconiza a distinção entre normalidade e anormalidade, são fatores decisivos nesse momento em que a clausura e o tratamento são impositivos e ficam à critério do diagnóstico psiquiátrico no alienismo e na medicalização de todo o corpo social, daquilo que Foucault chamou de população.

Em um segundo momento, pensando nas modificações que ocorreram na sociedade europeia, paulatinamente a partir dos ideais revolucionários na Europa e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, há uma mudança de governamentalidade que irá culminar naquilo que entendemos como *Estado de governo*. Com a intensificação das críticas ao alienismo e ao modelo asilar pineliano, que como vimos já eram presentes desde o início do modelo, há uma dupla compreensão perpassando a modificação do tratamento da loucura: a denúncia de que os manicômios se assemelham aos campos de concentração nazistas e a necessidade de uso do capital humano na reconstrução da sociedade europeia.

Nesse sentido, há um movimento de crítica à psiquiatria tradicional, aliado a movimentos contestatórios como o *Maio de 1968*. Novos modelos de tratamento da loucura se dão e, como é o objetivo de nossa visada a esses contextos, há uma nova inserção do ato de trabalhar dentro dessas novas práticas e concepções. Por um lado, os críticos reformistas da psiquiatria tradicional insistem em um certo tipo de tratamento da loucura pelo trabalho que visa a cura, mantendo um paradigma clínico. Por outro, os críticos mais radicais, entre os quais se destacam os italianos, tendo na figura de Franco

Basaglia seu principal expoente, inauguram uma nova compreensão da loucura e do trabalho, por meio da ideia de uma reinserção social que superaria a exclusão do louco e a abolição da instituição psiquiátrica, que, como veremos, influenciará diretamente os movimentos antimanicomiais no Brasil.

Assim, o poder psiquiátrico se inscreve em práticas e discursividades, a partir das racionalidades próprias de cada momento de organização social, produzindo subjetividades no trato da loucura e, também, da loucura em relação ao trabalho. Em um primeiro momento, temos a distinção entre sujeito louco e não louco, doente mental e são, e posteriormente entre sujeito normal e sujeito anormal, apto e não apto para o trabalho. Depois, em uma racionalidade governamental de governo das condutas, temos a compreensão de um sujeito que aos poucos vai se vendo livre das amarras manicomiais, mas que seguiria excluído da sociedade. Nesse sentido, o tratamento da loucura a partir dos críticos à psiquiatria tradicional, visará incluir o sujeito louco e suas diferenças na sociedade, sendo também o trabalho, um dispositivo para esse fim. Essa lógica da empregabilidade, da coesão social, da gestão das populações em risco, entre elas os loucos e pobres, em uma sociedade de segurança, será melhor explorada no próximo tópico. Nele, iremos nos aproximar mais do contexto brasileiro na contemporaneidade e falaremos da construção das Políticas Públicas de Saúde Mental no Brasil.

3.2. Governamentalidade e estabelecimento de políticas públicas: razão econômica e o governo das condutas

A partir desse momento efetuaremos uma visada para a história recente das modalidades de governo no Ocidente, a partir do século XVII, com lentes foucaultianas. Será uma discussão um tanto aprofundada, mas compreendemos que essa digressão, ao mesmo tempo em que nos afasta das temáticas da loucura e do trabalho, apresentadas no primeiro tópico, nos aproxima da temática das Políticas Públicas de Saúde Mental. Pensamos ser importante refletir acerca de tais tensões e deslocamentos antes de nos acercarmos da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil, para apresentarmos criticamente as formas de atendimento à loucura em uma proposta de substituição ao manicômio, uma vez que as racionalidades que sustentam tais práticas estão intrinsecamente alicerçadas na instituição governamental de uma política, como prática da governamentalidade que visa regulamentar as formas de cuidado. Tais políticas são, em nossa forma de

compreendê-las, tidas como postulações totalmente atravessadas por racionalidades que não estão, de maneira alguma, descoladas das práticas e compreensões acerca da intervenção dos governantes na vida dos governados, que são em si mesmas situadas em determinado momento e lugar, mas com atravessamentos do passado que nos trazem para o presente e apontam para o futuro.

3.2.1. Políticas públicas como gestão das populações

Em um momento inicial, poderíamos pensar a instituição de políticas públicas como sendo o atendimento às demandas sociais postas como reivindicações por uma atuação estatal no corpo da sociedade (Mead, 1995; Lynn, 1980⁵²). É sabido que tais políticas são em parte fruto de lutas sociais, tais como tantas outras que nasceram das reivindicações sociais. Entretanto, como estamos nos aproximando de tais políticas inspirados nos estudos foucaultianos, há de se levar em conta as relações de poder e embates de forças que dão lugar à emergência de postulações oficiais do Estado, tais como as políticas públicas em um tipo específico de governamentalidade.

Assim, podemos entender as políticas públicas como resultantes de um processo de lutas, de relações de poder, envolvendo diferentes atores sociais, que podem ter início, inclusive, fora do Estado, visando construir um aparato jurídico institucional que oriente a resolução de conflitos em relação aos bens públicos. Esse processo de lutas não se encerra com a regulamentação legal, mas sofre inflexões ao se institucionalizar, podendo inclusive ter enfraquecida parte de sua potência inovadora (Ferreira Neto, 2011, p. 33).

Desde a visada histórica que apresentamos no tópico anterior, partimos do pressuposto que a sociedade, a partir do século XX, é marcada por uma forma de gestão das populações chamada por Foucault de governamentalidade, e no contexto contemporâneo, uma governamentalidade neoliberal. A questão que propomos tentar responder neste primeiro momento é: qual o papel do Estado e das políticas públicas na sociedade compreendida por Foucault como um *Estado de governo* a partir do século XX?

Entre os anos de 1973 e 1978, Foucault identificou e descreveu aquilo que chamou de *biopoder* em suas duas dimensões: a administração anatomopolítica do corpo, de

⁵² De acordo com estudo realizado: Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, 8 (16), jul/dez 2016, p. 20-45. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>, acesso em 25 de junho de 2018.

forma parcelada, como uma máquina, através especialmente dos dispositivos do poder disciplinar já descritos e estudados por ele anteriormente; e em uma segunda dimensão, a gestão global da vida, em uma biopolítica das populações, em que o corpo humano é considerado um elemento da espécie em que incidem as práticas de normalização⁵³(Maia, 2011).

Temos, portanto, desde o século XVII (ou em todo caso desde o fim do XVIII), duas tecnologias de poder que são introduzidas com certa defasagem cronológica e que são sobrepostas. Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso, em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a *segurança* do conjunto em relação aos seus *perigos internos* (Foucault, 2008, p. 209, grifo nosso).

Avançando, entre os anos de 1978 e 1979, nos cursos *Segurança, território e população* e *Nascimento da biopolítica*, Foucault continua identificando e desenvolvendo uma série de tecnologias de poder e as organiza em torno do termo *governamentalidade*, uma junção da atuação do poder disciplinar nos corpos com a administração da vida e das populações (Maia, 2011). A governamentalidade teria a ação estabelecida a partir da figura do pastor de rebanhos, figura metaforicamente aludida ao cristianismo institucionalizado a partir do século III, em um poder chamado de *poder pastoral*. “É uma arte de ‘governar os homens’, e é por aí, creio, que devemos procurar a origem, o ponto de formação, de cristalização, o ponto embrionário dessa governamentalidade cuja entrada na política assinala [...] o limiar do Estado moderno” (Foucault, 2008, p. 219).

⁵³ Cabe aqui fazer uma distinção entre os termos “normatização” e “normalização”. O termo “normatização” diz respeito ao processo em que há um “assinalamento do normal e do anormal, um assinalamento das diferentes curvas de normalidade” (Foucault, 2006, p. 83) e, a partir disso, se instituem dispositivos que buscam colocar todos sob a norma pré-estabelecida e, no limite, sob a faixa de normalidade, anteriormente já definida por essa norma (Veiga-Neto & Lopes, 2007). Em outras palavras, a partir de um processo anterior de normatização (instituir o que é normal e o que é anormal), busca-se normalizar a todos (enquadrar dentro do padrão de normalidade). Dessa forma, pode-se conceber que os dispositivos *normatizadores* são “aqueles envolvidos com o estabelecimento das normas, ao passo que os *normalizadores* [são] aqueles que buscam colocar (todos) sob uma norma já estabelecida e, no limite, sob a faixa de normalidade (já definida por essa norma)” (Veiga-Neto, 2006, pp. 35-36, grifo do autor).

Segurança, território e população (2008) e *Nascimento da biopolítica* (2021b) marcam uma virada nos estudos foucaultianos, junto com o desenvolvimento dos três volumes da *História da sexualidade*, especialmente o terceiro volume, *A vontade de saber* (1976/2017a), no qual se introduz a noção de população, em que se articulam as técnicas de disciplina e os dispositivos de regulação. Segundo Michel Senellart, que editou e estabeleceu o curso *Segurança, território e população* (2008), o objetivo de desenvolver a temática do biopoder no curso de 1978 sofre um desvio para um marco mais amplo; o que seria um esboço de uma “história das tecnologias de segurança” (Foucault, 2008, pp. 14-15) se torna o projeto de uma história da governamentalidade desde os primórdios dos primeiros séculos da era cristã. “Em ambos os casos, trata-se de lançar luz sobre as formas de experiência e de racionalidade a partir das quais se organizou, no Ocidente, o poder sobre a vida” (Senellart, 2008, p. 496). Essa mudança se torna um redirecionamento radical nas pesquisas foucaultianas, da analítica do poder à ética do sujeito, projeto que irá apontar o dispositivo da sexualidade como o ponto de entrecruzamento entre o corpo e a população, tornando-se o fio condutor que leva à uma reflexão ética centrada nas técnicas de si (Senellart, 2008).

Retomaremos a questão ética mais à frente, pois cabe aqui situar a problemática da governamentalidade e o estabelecimento das políticas públicas como um dos seus efeitos. Levando em consideração que tais reflexões foucaultianas sobre a governamentalidade moderna se situam dentro de uma guinada pessoal para um pensamento de esquerda distinto do que vinha seguindo até então, distanciando-se do marxismo – guinada essa muito problemática e criticada por muitos de seus leitores, e que também não exploraremos aqui⁵⁴–, Foucault modifica seu intuito de desenvolver a análise sobre os mecanismos pelos quais, desde o final do século XIX, se pretende defender a sociedade, para analisar a temática da guerra no discurso histórico. “Assim, a defesa da sociedade está ligada à guerra pelo fato de ser pensada, no fim do século XIX, como uma ‘guerra interna’, contra os perigos que nascem do próprio corpo social” (Senellart, 2008, pp. 513-514).

⁵⁴ Para mais informações, consultar a “Situação do curso” redigida por Michel Senellart em *Segurança, território e população* (2008).

3.2.2. Processo de governamentalização do Estado

Essa guinada distinta de seu programa inicial em direção à temática da governamentalidade pode ser compreendida como um deslocamento, mas não uma ruptura ou o abandono da temática anterior. Tal movimento pode ser exemplificado por uma frase que o próprio Foucault diz em *Nascimento da biopolítica* (2021b), de forma bem-humorada: “[...] como sabem, sou como o caranguejo, deslocando-se lateralmente” (Foucault, 2021b, p. 110). De acordo com Senellart (2008), a invenção do conceito de governamentalidade é o desenvolvimento de um plano estabelecido anteriormente, desenvolvido nas quatro primeiras aulas do curso *Segurança, território e população* (2008) e um movimento de retomada de análises anteriores realizadas no curso *Os anormais* (2018e), sobre a arte de governar e o poder pastoral. Assim, o novo conceito da governamentalidade assinala um deslocamento e a abertura a um novo campo de pesquisa, passando das tecnologias de segurança, que ficaram em um segundo plano (mas não são abandonadas), para a genealogia do Estado Moderno.

Será que é possível repor o Estado Moderno numa tecnologia geral de poder que teria possibilitado suas mutações, seu desenvolvimento, seu funcionamento? Será que se pode falar de algo como uma “governamentalidade”, que seria para o Estado o que as técnicas de segregação eram para a psiquiatria, o que as técnicas da disciplina eram para o sistema penal, o que a biopolítica era para as instituições médicas? (Foucault, 2008, p. 162).

A partir dessa provocação, Foucault (2008) iniciará com a análise dos dispositivos de segurança que o levará progressivamente a colocar em destaque o conceito de “governo”, que embora seja compreendido tradicionalmente enquanto um termo que designa a autoridade pública ou o exercício de poder soberano, vai aos poucos adquirindo o sentido de “governo econômico”, que designa as técnicas da gestão das populações. “O ‘governo’, nesse contexto, adquire então o sentido estrito de ‘arte de exercer o poder na forma [...] da economia’, o que permite a Foucault definir o liberalismo econômico como uma arte de governar” (Senellart, 2008, p. 517).

A temática da “governamentalidade” marca a entrada da questão do Estado nas pesquisas foucaultianas no campo analítico dos micropoderes. Foucault era muito criticado por não se debruçar sobre essa temática, mas quando o fez, fez à sua maneira. O Estado não foi visto por ele no lugar de proeminência, abstrato intemporal, como dominação de classe, mas sim dentro da analítica dos micropoderes que o permeiam,

como efeito de um regime de governamentalidades múltiplas. O interesse foucaultiano também se voltou para a temática pois é no nível do Estado que se encontram os órgãos de coordenação e centralização, o aparelho de Estado, que é necessário para a regulação da vida das populações.

O processo de governamentalização do Estado é descrito em *Segurança, território e população* (2008), iniciando com a temática da análise do pastorado cristão e da passagem deste para o governo político dos homens, chegando à arte de governar segundo a razão de Estado a partir do final do século XVI até a primeira metade do século XVII. Dentro deste último ponto, Foucault (2008) apresenta dois conjuntos tecnológicos que caracterizam a razão de Estado, a saber, o sistema diplomático-militar, com o intuito de manter o equilíbrio no continente europeu entre os diversos países, e a polícia, com o intuito de manter o equilíbrio e fazer crescerem as forças do Estado “internamente”. Da junção desses dois conjuntos tecnológicos, Foucault (2008) deduz o par população-riqueza. “A elaboração desse problema população-riqueza (em seus diferentes aspectos concretos: fiscalidade, penúrias, despovoamentos, ociosidade-mendicância-vagabundagem) constitui uma das condições de formação da economia política” (Foucault, 2008, p. 492).

Deteremos nossa atenção por um momento no Estado de polícia⁵⁵, parada fundamental para se entender as políticas públicas como práticas de governamentalidade. Foucault (2008) indica que o interesse deste Estado é o que os homens fazem, sua atividade, sua ocupação. “O objetivo da polícia é, portanto, o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial do desenvolvimento das forças do Estado” (2008, p. 433). São cinco os objetos da polícia: a quantidade de cidadãos; as necessidades da vida

⁵⁵ Cabe aqui uma nota sobre o que é o dispositivo policial ao qual nos referimos de acordo com as ideias de Foucault. Em nota de rodapé do curso *Segurança, Território e População*, os organizadores incluem uma anotação de Foucault que consta no manuscrito da aula do dia 29 de março de 1978 que pode diferenciar a polícia (do Estado de Polícia) da polícia como concebemos contemporaneamente: “O homem mais entendido em matéria de polícia não é o que, por suplício rigoroso, extermina os bandidos e ladrões, mas o que, pela ocupação que dá aos que são subordinados ao seu governo, impede que eles existam” (Foucault, 2008, p. 433, nota de rodapé). A polícia, a qual nos referimos aqui, é o dispositivo responsável que se ocupa de todos os aspectos de toda a sociedade. No contexto brasileiro, diferentemente, a polícia surge no contexto escravocrata mesmo antes da Independência como um dispositivo direcionado somente à certa parcela da população. “Em 1808 foi criada a Intendência-Geral de Polícia da Corte, com as tarefas de zelar pelo abastecimento da Capital (Rio de Janeiro) e de manutenção da ordem. Entre suas atribuições incluíam-se a investigação dos crimes e a captura dos criminosos, principalmente escravos fujões” (Sousa & Morais, 2011, p. 4).

desses cidadãos, pois não basta que existam, precisam viver; o problema da saúde, para que vivendo, possam trabalhar, exercer atividades e ocupar-se; e, por fim, zelar para que com boa saúde não estejam ociosos e possam se ocupar de diferentes ofícios, regulando-os, para fortalecimento do Estado e para que todo o país possa se beneficiar. “Pôr para trabalhar todos os que podem trabalhar é a política voltada para os pobres válidos. Prover unicamente às necessidades dos pobres inválidos” (2008, p. 436). Último objeto da polícia: a circulação dos homens, mas, principalmente, das mercadorias e dos produtos. Além disso, tal Estado se preocupa também com a necessidade dos indivíduos na manutenção de sua felicidade, o que à época se compreendia como a comodidade dos homens ou o seu aprazimento, uma vez que suas vidas eram preciosas ao Estado. “Consolidar e aumentar a força do Estado, fazer bom uso das forças do Estado, proporcionar a felicidade dos súditos, é essa a articulação que é específica da polícia” (2008, p. 440).

Segundo Foucault (2008), a polícia se apresenta essencialmente urbana e mercantil, uma “instituição de mercado, no sentido bem amplo” (2008, p. 451), como uma extensão da regulamentação urbana, tal como vem sendo desenvolvido desde a Idade Média. O comércio é tido nesse momento do mercantilismo como o instrumento principal dessa força estatal e objetivo privilegiado, portanto, da polícia.

É um feixe de relações inteligíveis, analisáveis que possibilitam ligar, como as faces de um mesmo poliedro, um certo número de elementos fundamentais: a formação de uma arte de governar, que seria ajustada ao princípio da razão de Estado; uma política de competição na forma do equilíbrio europeu; a busca de uma tecnologia de crescimento das forças estatais por meio de uma polícia que teria essencialmente por finalidade a organização das relações entre uma população e uma produção de mercadorias; e, por fim, a emergência da cidade-mercado, com todos os problemas de coabitação, de circulação, como problemas do âmbito da vigilância de um bom governo de acordo com os princípios da razão de Estado (Foucault, 2008, p. 455).

Para administrar a população, princípio de enriquecimento e peça fundamental do Estado para os mercantilistas, há necessidade, dentre outras coisas de “uma política de saúde capaz de diminuir a mortalidade infantil, de prevenir as epidemias e de fazer baixar a taxa de endemia, de intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhes normas (quer se trate de alimentação, de hábitat ou de urbanização das cidades) e proporcionar equipamentos médicos suficientes” (Foucault, 2008, p. 494). É então que se dá o desenvolvimento, a partir do século XVIII da chamada *Medezinische Polizei*, *hygiene publique*, *social medicine* (polícia médica, higiene pública e medicina social) que, como uma tecnologia biopolítica, trata a população como um conjunto de seres vivos

e que coexistem apresentando características biológicas e patológicas específicas, o que assinala um marco biopolítico na mudança de perspectiva em relação à própria compreensão da noção de população.

Com a mudança da perspectiva da noção de população se dá uma “proliferação das tecnologias políticas que irão investir sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e de morar, as condições de vida, o espaço completo da existência” (Donzelot, 1980, p. 14). A elaboração do problema população-riqueza, como já dissemos, constitui uma das condições de formação da economia política, que se desenvolve quando se percebe que a gestão dos recursos e da população não pode se dar exclusivamente de forma exaustiva por um sistema regulador e coercitivo para aumentar a população e conseqüentemente os recursos. Para Foucault (2008), os fisiocratas serão aqueles que colocarão de outro modo os problemas da população, que não seria apenas a simples soma dos súditos em um território habitado; a população seria uma variável que depende de muitos fatores.

Assim, começa a aparecer, em derivação relativamente a tecnologia de “polícia” e em correlação com o nascimento da reflexão econômica, o problema político da população. Esta não é concebida como uma coleção de sujeitos de direito, nem como um conjunto de braços destinados ao trabalho; é analisada como um conjunto de elementos que, por um lado, se liga ao regime geral dos seres vivos (nesse caso, a população é do domínio da “espécie humana”: essa noção, nova na época, deve ser distinguida da de “gênero humano”) e, por outro, pode dar ensejo a intervenções concertadas (por intermédio das leis, mas também das mudanças de atitude, de maneira de fazer e de viver que podem ser obtidas pelas “campanhas”) (Foucault, 2008, p. 493).

O objetivo é que “naturalmente” a população se veja dependente de alguns fatores que possam ser modificados artificialmente pelo governo, dependendo de que assumam mudanças de atitudes e comportamentos em relação às normas jurídicas estabelecidas pelo Estado. Então, Foucault (2008) se detém no tema da governamentalidade que aponta para uma fusão entre os termos “governo” e “mentalidade”, uma junção das tecnologias políticas e das formas de pensar e agir. “As formas de poder político, a partir do século XVIII, estavam ligadas ao crescimento de dispositivos de governo e a um complexo campo de saberes sobre o próprio governo, seus modos de exercício e a natureza daqueles sobre os quais deveria agir” (Andrade et al., 2022). O governo se estende para além de um exercício sistemático e repressivo de um Estado soberano, mas conta com um processo de autorregulação e autorreflexão da população, aliando ao exercício da condução das condutas individuais e coletivas, os procedimentos de cálculos, experimento e avaliação, em defesa da sociedade.

O problema da população, segundo Foucault (2008) se dá, portanto, na passagem para uma derivação relativa da tecnologia de polícia em correlação com o nascimento da reflexão econômica. Ainda segundo o autor, a relação que se dá entre Estado e população pode se resumir em um “pacto de segurança” no lugar de um “pacto territorial”; em outras palavras, além de garantir território, o Estado deve garantir boa vida e bem-estar, que passa necessariamente por garantir e regular todas as condições de existência.

A gestão da vida liga-se aqui à economia política: como as famílias vivem, sob quais condições, quantas vezes por dia se higienizam, como se reproduzem, como adoecem, que tipo de trabalhos exercem, a que riscos estão expostas. Em suma, um conjunto de questões nas quais a medicina social, a saúde pública, a assistência social e outros campos de saber e poder vão se debruçar e estruturar suas estratégias biopolíticas (Andrade et al., 2022, p. 6).

É nesse sentido que administrar a vida vai significar o processo de mapeamento de todo o corpo social, buscando identificar onde estão os possíveis focos de perigo, de erro e de anormalidade. As noções de “risco” e “normalidade” assumem nesse processo funções centrais em que o objetivo vai além de disciplinar, vigiar e punir quem viola as normas e leis sociais. Torna-se indispensável calcular os índices “normais” e “aceitáveis” de violação dessas normas, em nome da segurança do conjunto da população e da possibilidade de manter sua estabilidade. “Para governar a população, são necessárias não apenas leis e normas, mas um ideal permanente de normalidade e normalização” (Andrade et al., 2022, p. 6).

Em outras palavras, governar é sinônimo de gerenciamento de risco e cálculo contínuo para diminuição ou aumento de chances de ocorrência de determinado evento, interferindo nos diversos fatores que contribuem para que ocorram, buscando prever e gerenciar fenômenos individuais e populacionais. Para esse fim, atuam diversos campos de produção de saberes, regimes de verdade e de práticas como a medicina moderna, saúde pública, epidemiologia, psiquiatria (e psicologia), epidemiologia, assistência social que, a partir do lugar de expertise, são fonte de autoridade em uma multiplicidade de formas de ação estatal e práticas de governo a elas ligadas (Andrade et al., 2022). Nesse escopo estarão, por exemplo, as campanhas de variolização no século XVIII, sobre a

epidemia de cólera, a legislação dos acidentes de trabalho e o desenvolvimento dos seguros no século XIX⁵⁶.

3.2.3. A medicina social entre a saúde e a pobreza

Focalizando nosso olhar sobre o campo da saúde, apontamos que é na medicina social que se imbricam os problemas da saúde e da pobreza na gestão da população, o que nos interessa sobretudo na produção das práticas de cuidado e administração da loucura em relação ao trabalho na contemporaneidade da RAPS. Na bem conhecida conferência proferida em terras brasileiras, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 1974, *O nascimento da Medicina Social*, Foucault (1974/2021) parte da hipótese de que com o capitalismo não se deu uma passagem da medicina coletiva para uma medicina privada. Com o capitalismo, que começa a se desenvolver nos finais do século XVIII e início do século XIX, o interesse no corpo se dá inicialmente pela sua concepção como força de produção no trabalho. “Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (Foucault, 1974/2021, p. 144).

Segundo Foucault (1974/2021), desde o final do século XVI e começo do século XVII, todas as nações do mundo europeu mercantilista se ocupavam da saúde de sua população, como já vimos aqui, em termos de taxa de natalidade e de mortalidade com vistas ao crescimento estatal, mas, sem se preocupar com uma ação efetiva ou organizada para aumentar os níveis de saúde. Mas, em especial na Alemanha entre os anos de 1750 e 1770 surge algo diferente, em termos de programas para a melhoria da saúde da população que culmina em 1764 na noção de *Medizinichopolizei*, a polícia médica, que já citamos acima e que consiste basicamente em um sistema muito mais complexo de observação, controle e registro das taxas de mortalidade e de natalidade; um fenômeno de normalização das práticas e saberes médicos, com a criação de mecanismos de controle das atividades médicas; e criação de funcionários estatais, médicos nomeados para responsabilidade de determinada região sob sua autoridade e domínio de saber-poder. Portanto, antes da grande medicina clínica do século XIX, o que se encontra na

⁵⁶ Sobre cada um desses temas, no ano de 1978 durante o curso *Segurança, território e população*, foram promovidos por Foucault seminários no *Collège de France* sob a condução de diversos outros intelectuais (ver Foucault, 2008, p. 494).

Alemanha, como modelo mais ou menos estendido para os demais países europeus, é uma medicina estatizada ao máximo (Foucault, 1974/2021).

Daí que vem se centralizar na cidade os problemas mais específicos de um governo biopolítico da população, como um espaço de circulação de heterogeneidades sociais e econômicas. Pelo menos nas grandes cidades, se colocava então o problema da unificação do poder urbano, por razões econômicas, sendo a cidade lugar de mercado e de produção com a indústria nascente no final do século XIX; e por razões políticas, uma vez que nas cidades o aparecimento de uma população operária pobre, que se tornará o proletariado no século XIX, aumentava em grande proporção a tensão política dentro da cidade, entre ricos e pobres, plebe e burgueses, manifestando-se nas denominadas “revoltas de subsistência” (Foucault, 1974/2021). Citando Cabanis, filósofo do final do século XVIII, a respeito da cidade, Foucault diz: “Todas as vezes que homens se reúnem em lugares fechados, se alteram seus costumes e sua saúde” (Foucault, 1974/2021, p. 154). É então que aparece o medo da cidade, a angústia urbana. “Este pânico urbano é característico do cuidado, da inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano” (Foucault, 1974/2021, p. 155).

Para dominar esses fenômenos médicos e políticos entra em cena uma medida conhecida, ainda mais contemporaneamente, chamada de quarentena, como sonho político-médico de boa organização sanitária das cidades no século XVIII que irá culminar em todas as demais práticas higienistas da medicina social urbana. Nesse bojo, entra em cena a noção de salubridade, que não é o mesmo que saúde. “Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível” (Foucault, 1974/2021, p. 163), como controle político-científico do meio.

Foucault (2008) indica também que a peça essencial nesse projeto é o governo da família, chamado justamente de “economia”. O Estado deve governar aos homens como a uma família, sendo a própria economia dentro da família, o instrumento mais utilizado para esse fim.

E a arte do governo [...] deve responder essencialmente a esta pergunta: como introduzir a economia – isto é, a maneira de administrar corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas, como fazê-lo no seio de uma família, como pode fazê-lo um bom pai de família que sabe dirigir sua mulher, seus filhos, sua criadagem, que sabe fazer prosperar a fortuna da sua família, que sabe arranjar para ela as alianças que convém –, como introduzir essa atenção, essa meticulosidade, esse tipo de relação do pai de família com sua família na gestão de um Estado? (Foucault, 2008, p. 126).

Do mesmo modo compreende Jacques Donzelot na obra “A Polícia das Famílias” (1980), que apesar de abordar temáticas heterogêneas, segue com um fio condutor: a descrição da intervenção do Estado na empreitada de construção e manutenção da ordem social na França do século XVII até o século XX. Neste texto o autor apresenta como que, historicamente, Estado e família estiveram juntos na construção da sociedade. “O crescimento da polícia no século XVIII se apoia no poder familiar, promete-lhe felicidade e tranquilidade, estendendo seu império sobre os rebeldes e as escórias da família. O aparelho central se pretende, portanto, a serviço das famílias” (Donzelot, 1980, p. 28).

Nesse sentido, Donzelot (1980) apresenta como exemplo as medidas educacionais propostas pelo Estado por meio das famílias, que modificam as relações entre burgueses e criadagem nas classes ricas e estimulam a coerção de liberdade, de abandono de menores, uniões livres e vagabundagem, nas classes pobres. O papel das mulheres nas famílias burguesas, por exemplo, era o de introduzir noções de higiene e de assistência; o das mulheres pobres, impor restrições à liberdade de seu marido e seus filhos. O chefe da família, por sua vez, garantia a ordem social pagando impostos, decidindo a profissão dos filhos, e com a invenção da poupança, induzida pelos filantropos, era possível que o chefe da família pudesse garantir a subsistência de sua família e de parentes próximos menos regrados, sem necessitar de muito apoio do Estado.

A medicina dos pobres aparece como último alvo da medicina social, seguida pela preocupação com o Estado, depois com a cidade e por último com os trabalhadores e pobres como objetos da medicalização. Os pobres eram muito importantes para a economia das cidades e para a manutenção das condições da vida urbana, tão importantes para a entrega de correspondências, despejo de lixos e dejetos e transporte de água. Somente no segundo terço do século XIX é que a população pobre começa a aparecer como um risco, um perigo a ser gerenciado, especialmente na França. Durante a Revolução Francesa e outras agitações no começo do século na Inglaterra, o pobre começou a ser visto como força política capaz de se revoltar ou, no mínimo, participar de revoltas. Aos poucos, seus serviços começaram a se tornar dispensáveis com a criação, por exemplo, de um sistema postal e de carregadores, produzindo uma série de revoltas. Além disso, a cólera que começou em Paris em 1832, e propagou-se por toda a Europa, cristalizou a ideia de que pobres e ricos não poderiam coabitar, pelo perigo sanitário (Foucault, 1974/2021). É na Inglaterra, país onde se deu de forma mais rápida o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, o desenvolvimento do proletariado, que

se dá a aparição de uma nova forma de medicina social, com o controle médico do pobre, essencialmente proposta na *Lei dos pobres*. Uma vez que eles se beneficiam da assistência, devem se submeter ao controle médico.

Com a *Lei dos pobres* aparece, de maneira ambígua, algo importante na história da medicina social: a ideia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitindo que o façam por si mesmos, quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas. Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre (Foucault, 1974/2021, pp. 166-167, grifo do autor).

Também é a partir do século XIX que o assistencialismo assume caráter importante no cenário do controle da pobreza, com a substituição da caridade pela filantropia. Dentre muitos argumentos distintos sobre a origem da filantropia, há o argumento de que o surgimento dos filantropos se deu pela necessidade de criar formas de lidar com os indigentes nesse período. Donzelot (1980) indica que no século XIX a nova visão que se passa a ter da pobreza é como meio de integração, através do assistencialismo solidário das elites, e não mais como meio de insurreição social.

Porém, Foucault (1974/2021) indica que é a partir da *Lei dos pobres* que se estabelece um complexo sistema, em torno de 1870, da medicina social inglesa, com a organização de um serviço considerado autoritário de controle médico da população e não somente de cuidados médicos. Em 1875, na Inglaterra, começam então os sistemas de *health service* e de *health officers*, chegando ao número de mil serviços no território ao final do século XIX. Suas funções eram: controle e obrigatoriedade da vacinação; controle de epidemias que obrigava as pessoas a notificarem doenças perigosas; e localização com eventual destruição de focos de insalubridade, não como cuidados individuais ou só dos pobres, mas da população em geral.

O sistema inglês de Simon e seus sucessores ligava três coisas: assistência médica aos pobres, controle de saúde para a força de trabalho e esquadramento geral da saúde pública, o que permitia à classe mais rica se proteger dos perigos da classe mais pobre. Entretanto, tal excesso de controle por parte do Estado no sistema médico inglês gerou, desde sua criação – não só na Inglaterra como em outras partes do mundo onde já havia atuação de sistemas correlatos – reações violentas da população e movimentos de resistência contra o autoritarismo da medicalização. Eram, em geral, grupos de

dissidência religiosa que já se opunham antes à intervenção do Estado em matéria religiosa entre os séculos XVII e XVIII e que, em diversos países, de diversas formas “têm agora por objetivo lutar contra a medicalização, reivindicar o direito de as pessoas não passarem pela medicina oficial, o direito sobre o próprio corpo, o direito de viver, de estar doente, de se curar e morrer como quiserem” (Foucault, 1974/2021, pp. 168-169).

É, portanto, em uma certa compreensão governamental da saúde das populações como um problema econômico que vemos a passagem paulatina de um Estado de polícia para um Estado de governo com o liberalismo, tendo como cerne o problema da população. “É por esse problema estar no cerne da crítica, pela economia política, do Estado de polícia que o liberalismo aparece como a forma de racionalidade própria dos dispositivos de regulação biopolítica” (Senellart, 2008, pp. 522-523). É em meados do século XVIII que o movimento fisiocrata vem a postular a necessidade de estabelecer limites em relação à atuação do Estado de polícia sobre os mercados. Esse movimento se dá devido à suposição, bem conhecida, de naturalidade dos fenômenos do mercado, obedecendo a uma ordem natural e leis inerentes a essa ordem (Ferreira et al., 2017).

Num sistema preocupado com o respeito aos sujeitos de direito e à liberdade de iniciativa dos indivíduos, como será que o fenômeno “população”, com seus efeitos e seus problemas específicos, pode ser levado em conta? Em nome de que e segundo quais regras é possível geri-lo? O debate que aconteceu na Inglaterra, em meados do século XIX, sobre a legislação da saúde pública, pode servir de exemplo (Foucault, 2021b, p. 393).

Senellart (2008) – comentando o curso seguinte a *Segurança, território e população* (2008), *Nascimento da biopolítica* (2021b) – indica que é a partir do problema dos cereais e da escassez alimentar na França, que Foucault (2008) localiza o acontecimento que desemboca em uma crise do sistema de polícia e seu autoritarismo inflexível atuante em espaço urbano, em direção ao problema da agricultura e do campo e da necessidade de maior liberdade e flexibilidade das regulamentações. “Assim, é preciso substituir a regulamentação mediante a autoridade de polícia por uma regulação que se faz a partir e em função do curso das próprias coisas” (Foucault, 2008, p. 463). A partir desse acontecimento e seus desdobramentos na teoria econômica que o Estado irá ser reposicionado de maneira a não intervir senão para regular e deixar o melhor estar de cada um, dos particulares. Portanto, é um Estado regulador dos interesses. “A razão econômica está, não substituindo a razão de Estado, mas dando um novo conteúdo à razão

de Estado e dando, por conseguinte, novas formas à racionalidade de Estado” (Foucault, 2008, p. 468), introduzindo linhas fundamentais da governamentalidade contemporânea.

3.2.4. Razão econômica e dispositivos de segurança

O princípio da naturalidade do mercado se estende para a naturalidade da população em sociedade, a sociedade civil que é encargo do Estado, e é a gestão dessa sociedade civil que o Estado deve assegurar. Nesse campo se desenvolvem as práticas de governo com base nas ciências, como a medicina social e demografia que já apresentamos acima, como dispositivos de segurança. “Tendo os mecanismos de segurança ou a intervenção, digamos, do Estado essencialmente como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos a população, é isso que vai ser o objetivo fundamental da governamentalidade” (Foucault, 2008, p. 474) e ainda “Sociedade, economia, população, segurança, liberdade: são os elementos da nova governamentalidade, cujas formas, parece-me, ainda conhecemos em suas modificações contemporâneas” (p. 476).

No curso *Nascimento da biopolítica* (2021b), Foucault avança no projeto de se aprofundar no liberalismo como nova forma de governamentalidade. Nesse curso, Foucault (2021b) aponta que na tecnologia liberal de governo teve-se a revelação de que a regulação pela forma jurídica constituía um instrumento muito mais eficaz que a sabedoria ou a moderação dos governantes. Nesse ponto, o liberalismo busca uma regulação por meio da “lei”, não como um juridicismo, mas porque a lei definirá formas de intervenções gerais em medidas particulares, excepcionais e individuais, com a participação dos governados na elaboração de tais leis, especialmente em um sistema parlamentar, que emerge como o sistema mais eficiente da economia governamental. Nasce então o *Estado de Direito*, como um sistema representativo nas imbricações entre democracia, liberalismo, e direitos individuais e coletivos. Foucault (2021b) assevera que as coisas não se dão de forma unívoca e necessárias, obviamente. Ele indica que tende a ver no liberalismo uma forma de reflexão crítica sobre a prática da governamentalidade, mais do que uma doutrina coerente ou uma política buscando alcançar objetivos claros e definidos.

Tomando como exemplo o tema da liberdade, Andrade et al. (2022) indicam que para esse pensamento governamental do liberalismo a partir do século XVIII, a liberdade não é uma questão filosófica universal ou antropológica, mas uma necessidade do exercício de governo, que deve produzir, consumir, organizar, gerir e até mesmo limitar a liberdade. “É nesse aparente paradoxo que se dá seu florescimento: contra um Estado que supostamente governa demais, o governo liberal revisa e cria continuamente formas de governo do próprio Estado e em outros campos de saber e poder que modificam e reestruturam as práticas de poder estatais e não estatais” (2022, p. 7). Nesse exercício de liberdade no ato de governar se estabelecem as distinções entre o que é público e o que é privado, o que é estatal ou não e o que é de responsabilidade do indivíduo e do coletivo, construindo com isso a própria noção de sociedade.

O *homo oeconomicus*, como uma subjetividade racional que emerge no contexto dessa arte de governar, deve basear suas escolhas em interesses econômicos, forjando com isso as próprias noções de indivíduo e de sociedade civil. A Saúde Pública emerge nesse contexto propondo normas médicas e educacionais a partir de práticas de exame da população, como a estatística, para uma caracterização epidemiológica. A partir do conhecimento sobre a forma de vida da população, os especialistas poderão identificar padrões de normalidade desejáveis e propor intervenções para normalizar a população de acordo com tais índices, no que tange a moradia, escolarização, higiene, segurança etc. Assim, há a formação de um discurso tido como verdadeiro que é aceito, tornando-se comum, um regime de verdades, em torno de valores como a saúde e a normalidade, a segurança, a educação, controle de risco e a própria subjetividade (Andrade et al., 2022).

Assim, o que vemos se estabelecer como aquilo que entendemos hoje por políticas públicas é o que Foucault aponta como um exercício de governar por meio da lei. Em termos históricos, primeiro houve um sistema arcaico de governo, da Idade Média até os séculos XVII e XVIII, que tinha sua ação regulamentada por meio de um mecanismo legal/jurídico que era organizado de forma binária, opondo o que era permitido ao que era proibido. Aqueles que cometessem atos proibidos, eram punidos. A partir do século XVIII, organizou-se um sistema moderno que enfatizava a figura do condenado, que já aparecia dentro do primeiro sistema binário. Aquele que cometia atos proibidos recebia castigos, além de uma série de tecnologias que visavam modificá-lo individualmente. Este segundo modo de governo jurídico tratava-se, portanto, de um mecanismo disciplinar. A terceira e última forma de governo se distingue das demais por inserir

novos modos de penalizar aqueles que incorrem em erros. Além disso, esse modo de governar inseriu os dispositivos de segurança, especialmente buscando normalizar a população pelo cálculo de uma certa curva de normalidade, o que configura uma estratégia biopolítica. Traz-se ao centro as noções de perigo e risco e entram em cena os dispositivos de segurança visando poder calculá-los e controlá-los (Do Amaral & Branco, 2015).

Porém, o nó crucial nos *dispositivos de segurança*, como indicamos, é o risco, melhor dizendo, o cálculo dos riscos, que, por suposto, é diferenciado de acordo com uma maior zona de risco que, por consequência, poderá identificar zonas mais ou menos *perigosas*. Assim, perigo e risco são trazidos ao centro da questão. *Estatísticas*, assim, poderão instrumentalizar índices, por exemplo, aceitáveis de mortalidade no caso referido da epidemia de varíola no século XVIII – e vamos longe até hoje com a inundação nos assuntos de segurança pública com a chamada criminologia atuarial [...] (Do Amaral & Branco, 2015, p. 7, grifo dos autores).

A relação entre as temáticas da intervenção do Estado, liberdades individuais e a naturalidade do funcionamento do mercado e da própria sociedade estão presentes, portanto, na mudança de perspectiva do papel do Estado, do regime soberano para o liberalismo.

3.2.5. A crise do liberalismo dogmático

Porém, essas discussões não se encerram, como é sabido, com o liberalismo clássico do século XIX sofrendo diversas inflexões ao longo dos tempos. Logo de início, o modelo do liberalismo e da naturalidade do funcionamento e regulação do mercado em benefício e manutenção das liberdades individuais foram palco de tensões e críticas. Os dogmas liberais clássicos do século XIX acerca do direito natural, da liberdade do comércio, da propriedade privada e das virtudes do equilíbrio do mercado são alvo das mais diversas críticas, tanto doutrinárias como políticas ainda no século XIX (Dardot & Laval, 2016).

A partir de meados do século XIX, o liberalismo expõe linhas de fratura que vão se aprofundando até a Primeira Guerra Mundial e o entreguerras. A tensão entre dois tipos de liberalismo, o dos reformistas sociais que defendem um ideal de bem comum e o dos partidários da liberdade individual como fim absoluto, na realidade nunca cessou (Dardot & Laval, 2016, p. 37).

Moraes (2014), tratando da evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito, indica que os resultados da Revolução Francesa, que é por

muitos considerada como um marco para o advento do ideário liberal, serviram unicamente aos burgueses comerciantes e proprietários de terras que viam no Estado de Polícia uma restrição que engessava a realização de seus interesses. Para manter esses interesses, importava que o Estado cuidasse da realização dos seus anseios de segurança, legalidade e solidariedade, mas não a ponto de realizar o tipo de justiça social almejada pelos camponeses e pelos *sans-culottes*.

Assim, já na primeira metade do século XIX os anseios da burguesia começaram a ser frustrados pelo aumento do pauperismo de massa. Dessa forma, Estado Liberal é Estado Burguês. As leis gerais e abstratas buscam manter uma igualdade apenas formal e o abstencionismo econômico atuava na manutenção do *status quo* e a legitimação de um sem-número de iniquidades.

No tensionamento entre a intervenção estatal e a naturalidade do mercado e da regulação da sociedade civil, o espírito europeu se vê tomado quase que completamente pelo liberalismo, com exceção dos adeptos do marxismo e de outras doutrinas socialistas. Tal espírito liberal na Europa somente vai ser abalado após a Primeira Guerra Mundial, momento em que começa a existir forte necessidade de intervenção do Estado que seguirá desdobramentos em direção ao que se torna conhecido como Estado de Bem-estar Social (Moraes, 2014).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, todas as funções do Estado se voltam à guerra, de modo que toda a sociedade também se vira para esse mister. O surgimento de uma economia de guerra foi consequência natural, já que a vitória dependia em grande parte da produção de aço, das usinas e outros fatores de produção que, doravante, precisavam ser dirigidos a um objetivo previamente estabelecido pelo Estado, objetivo esse que mobilizava a sociedade como um todo. [...] Ora, como iria o Estado dirigir todos estes fatores de produção a um único e singular objetivo senão por meio de novos instrumentos jurídicos que jamais poderiam coerentemente pertencer à ordem econômica liberal, ou melhor, ao Estado Liberal neutro e impassível? (Moraes, 2014, p. 275).

Mas, o abandono do liberalismo dogmático só ocorreu de fato quando se fez necessária uma mudança na estruturação econômica. Diante do crescimento da dimensão das empresas que levou aos processos de concentração do capital e do progresso técnico aliado a uma mudança na estrutura social a partir da reivindicação das massas por direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, colocou-se em questão o retorno a uma ação mais intervencionista do Estado (Moraes, 2014).

A necessidade prática da intervenção governamental para fazer frente às mutações organizacionais do capitalismo, aos conflitos de classe que ameaçam a “propriedade privada” e

às novas relações de força internacionais é que põe “em crise” o liberalismo dogmático. Solidarismo e radicalismo na França, fabianismo e liberalismo social na Inglaterra, nascimento do “liberalismo” no sentido norte-americano do termo são tanto os sintomas dessa crise do modo de governo como algumas das respostas dadas para enfrentá-la (Dardot & Laval, 2016, pp. 38-39).

Moraes (2014) destaca que já existiam no século XVIII alguns esboços de assistencialismo estatal em alguns países da Europa, como Áustria, Alemanha e Rússia, mas é a partir das leis aprovadas na Alemanha entre 1883 e 1889 que se pode notar a primeira intervenção orgânica do Estado em prol do proletariado visando instituir um seguro obrigatório contra possíveis infortúnios relacionados ao trabalho. Dardot e Laval (2016) também apontam nessa direção, indicando que a partir das primeiras reformas alemãs com Bismark, no final dos anos de 1870 e início dos 1880, assistiu-se na Europa a uma ascensão de movimentos instituindo regulamentações, dispositivos e leis que se destinavam a consolidar a condição dos assalariados e evitar que caíssem no pauperismo que afligiu a Europa durante todo o século XIX e ameaçava as estruturas hegemônicas. “Essa pobreza nova, gerada no ciclo dos negócios, deveria ser baldada por medidas de proteção coletiva e segurança social” (Dardot & Laval, 2016, p. 41). Não era possível se pensar mais em uma relação estritamente individual e harmônica do contrato de trabalho tal como idealizava o liberalismo clássico.

Em toda a Europa e nos Estados Unidos, desde o final do século XIX, não se via na prática as teorizações idealistas e dogmáticas dos primeiros liberais. Desde Tocqueville e Mill, por exemplo, já havia a discussão da tendência de o governo intervir de forma mais extensa e detalhada na vida social (Dardot & Laval, 2016). Conservadores como Spencer opunham-se a esse movimento, sustentando a tese de que a ação mais interventiva do Estado poderia trazer de volta o Estado absolutista e de Polícia. Sustentando a tese do naturalismo e do darwinismo social, Spencer “ataca uma interpretação que consiste em fazer do bem-estar do povo o fim supremo da intervenção do Estado, sem levar suficientemente em conta as leis naturais, isto é, as relações de causa e efeito” (Dardot & Laval, 2016, p. 50). Tais teses proverão um deslocamento essencial no que tange a mudança de uma compreensão econômica de troca e relações de trabalho por relações estritamente concorrenciais, em que a naturalidade da concorrência pela sobrevivência elimina os mais fracos e favorece os mais fortes. “De todo modo, a ‘reação’ de Spencer à crise do liberalismo, com o deslocamento que ele faz do modelo de troca para o da concorrência, constitui um evento teórico que terá efeitos múltiplos e

duradouros” (Dardot & Laval, 2016, p. 54), inclusive naquilo que compreendemos contemporaneamente como neoliberalismo em suas diferentes formas e em diferentes países e sociedades.

Não nos deteremos ainda mais nos meandros discursivos e práticos da construção e sustentação de regimes de verdades postuladores de práticas intervencionistas do Estado na sociedade, tais como as políticas públicas. Cabe ressaltar, para avançarmos, que compreendemos que as repetidas crises econômicas, políticas e sociais desde o liberalismo clássico vão apontando em direção ao Estado como o único em condições de recuperar uma situação social e econômica de degradação. Passando pelo keynesianismo chegando à Escola de Chicago e ao ordoliberalismo alemão, analisados por Foucault (2008; 2021b), o que assistimos é o anseio de intervenção do Estado não para transformar ou destruir o sistema capitalista, senão para salvá-lo (Dardot & Laval, 2016).

É nesse sentido que temos mudanças nos diversos modelos de intervenção do Estado após o liberalismo clássico, de formas muito heterogêneas em diversos países. Do cruzamento do radicalismo com o socialismo, de forma difusa, no final do século XIX e início do século XX, há uma tentativa de reforma do capitalismo, cuja política deve ser submetida a objetivos morais coletivos, guiada pelo pensamento de que o bem comum é o bem de cada indivíduo em particular. A sociedade de mercado total é idealista e impossível de se concretizar na prática. Os sofrimentos advindos dos anseios por esse modelo de sociedade são terríveis e torna urgente a intervenção dos poderes públicos. O desequilíbrio do funcionamento do mercado ameaçava a sociedade submetida a ele.

Entretanto, segundo Dardot e Laval (2016), devido aos problemas sociais após a Primeira Guerra Mundial, os responsáveis políticos tentaram insistir na reconstrução de uma ordem social liberal que era frágil, acumulando as tensões entre a tentativa de reconstrução do mercado e a autodefesa da sociedade. Tais tensões passaram da esfera econômica para a social e desta para a política, tomando a cena internacional e, segundo os autores, provocando a reação fascista e a Segunda Guerra Mundial.

Naquele momento, a tendência por toda parte era a mesma: subtrair do mercado concorrencial as regras de fixação dos preços da terra, do trabalho e da moeda e submetê-las às lógicas políticas que objetivam a defesa da sociedade, podendo então se pensar em um Estado Social. Segundo Moraes (2014), a expressão “Estado Social” é semanticamente aberta como a expressão “Estado Liberal” e pode ser aplicada a Estados

com regimes políticos totalmente distintos, tais como os regimes do nazismo, da quarta República Francesa e do Brasil pós-revolução de 1930, não obstante, obviamente, existindo distinções extremamente radicais entre tais regimes.

O Estado Social nascido no século XX como consequência do clamor das massas e dos desafios econômicos postos a seu cargo é o Estado Social Material, aquele modelo de Estado historicamente determinado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e que veio superar o neutralismo e o formalismo do Estado Liberal. O adjetivo “social”, dessa maneira, refere-se “à correção do individualismo clássico liberal pela afirmação dos chamados direitos sociais e realização de objetivos de justiça social” (Silva, 1999, p. 119 citado por Moraes, 2014, p. 275).

Cabe também ressaltar que esse movimento de direitos sociais outorgados às massas foi objetivado em um primeiro momento como um preço necessário a se pagar para a pacificação das massas e o retorno ao funcionamento tranquilo do mercado, instituindo um conjunto de meios jurídicos, políticos, econômicos, morais e sociais para realização de uma sociedade de liberdade individual em proveito de todos. Nessa leitura crítica se insere também o projeto de Estado de Providência ou Estado de Bem-estar Social⁵⁷, como uma “nova adaptação do capitalismo à sociedade e, assim sendo, surge como uma necessidade do capital, que não podia sobreviver dentro daquele esquema de outrora” (Moraes, 2014, p. 276).

A chamada “crise do liberalismo” revelou sobretudo a insuficiência do princípio dogmático do *laissez-faire* para a condução dos negócios governamentais que assegurassem a maior prosperidade possível e a ordem social ao mesmo tempo. Dardot e Laval (2016) indicam que entre aqueles que permaneceram apegados aos ideais do liberalismo clássico se efetivaram dois tipos distintos de respostas: o “novo liberalismo” e o “neoliberalismo”. Embora se misturem ao se realizar uma visada para sua história, somente *a posteriori* é que se distinguiram as delimitações entre as duas linhas políticas. Após o final da Primeira Guerra com a ascensão dos totalitarismos como efeito deletério do liberalismo, como vimos apontando aqui, essas duas linhas se reconhecem progressivamente contra o inimigo comum, o totalitarismo⁵⁸ como destruição da

⁵⁷ Não vamos aqui abordar detidamente as condições e deslocamentos que levaram ao advento do Estado de Bem-estar Social, bem como seu declínio, sobretudo por conta de nossa compreensão crítica de que ele se insere dentro da governamentalidade liberal, em termos foucaultianos e também por aqui, no Brasil, tal Estado jamais ter se efetivado plenamente nem ao menos como um projeto. Veremos mais sobre essa afirmação e o contexto brasileiro no próximo tópico.

⁵⁸ Indicamos aqui que também não avançaremos pormenorizadamente na conhecida ameaça que URSS, países socialistas do leste europeu e Ásia representaram para o ocidente capitalista e americanizado após a Segunda Guerra Mundial. Pontuamos, entretanto, que após a Segunda Guerra em que URSS e EUA lutaram lado a lado como Aliados e saíram vitoriosos contra o totalitarismo, se apresentaram como novos inimigos

sociedade liberal. “Sem dúvida, foi isso que as levou a criar um discurso ao mesmo tempo teórico e político que dá razão, forma e sentido à intervenção governamental” (Dardot & Laval, 2016, p. 68) revisando, em ambas as linhas, o naturalismo liberal transmitido ao longo do século XIX.

Em vez de ver o liberalismo, a partir do século XVIII, como um conjunto teórico coerente ou uma estrutura político-institucional consolidada, o pensamento governamental opta por defini-lo como uma forma de apresentar e racionalizar problemas. O liberalismo, nesse sentido, é uma racionalidade prática que se metamorfoseia de acordo com o próprio contexto com o qual se debruça: contra o poder soberano e a Razão de Estado, contra o totalitarismo, contra o papel do Estado em garantir direitos fundamentais, contra a coletivização de responsabilidades. Nesse sentido, é um compósito de atividades nem sempre estritamente vinculadas ao Estado ou à política – aqui entendida na sua concepção clássica –, que vai tanto fabricar tecnologias específicas de governo e interesses, além de escolhas e desejos de indivíduos e grupos, quanto conectar estas tecnologias aos novos domínios subjetivos que vão se formando (Andrade et al., 2022, p. 7).

3.2.6. O Estado como garantidor da lógica concorrencial

Nesse sentido, sem maiores digressões sobre as diversas metamorfoses do liberalismo em todo o globo e da tentativa de salvá-lo, resgatá-lo e preservá-lo, chegamos ao neoliberalismo que nos interessa como forma última de política econômica e social na contemporaneidade. Partimos da proposição inicial de Dardot e Laval (2016), que indicam que no neoliberalismo se admite a intervenção do Estado desde que essa ação não entrave o jogo concorrencial entre os interesses privados nem amplie os poderes do Estado. Trata-se de uma ação estatal não no sentido de limitar o mercado, mas com o intuito de desenvolvimento e purificação do “mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (p. 69). O Estado é necessário, mas que não se exceda!

Se é verdade que a crise do liberalismo teve como sintoma um reformismo social cada vez mais pronunciado a partir do fim do século XIX, o neoliberalismo é uma *resposta* a esse sintoma, ou ainda, uma tentativa de entrar essa orientação às políticas redistributivas, assistenciais, planificadoras, reguladoras e protecionistas que se desenvolveram desde o fim do século XIX,

comuns do mundo capitalista, comandado pelo imperialismo estadunidense, o socialismo e o comunismo, o que acabou por culminar na Guerra Fria, posteriormente na queda do Muro de Berlim e na expansão da dominação violenta dos EUA inclusive nos países latino-americanos. Biagi (2007) defende que a formação da Guerra Fria se deu a partir do fortalecimento de um imaginário social composto pelas ideias da divisão bipolar do mundo; do medo da expansão comunista; do maniqueísmo das opções políticas (resumidamente “democracia *versus* comunismo”); da Revolução Socialista; do medo da Terceira Guerra Mundial e do medo da contracultura. Para maior detalhamento consultamos e sugerimos: Biagi, O. L. (2007). O imaginário da Guerra Fria. *Revista De História Regional*, 6(1). Recuperado de <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119>, acesso em 19 de julho de 2023.

uma orientação vista como uma degradação que conduzia diretamente ao coletivismo (Dardot & Laval, 2016, p. 71, grifo dos autores).

Já descrevemos um tanto o neoliberalismo e sua racionalidade governamental no capítulo anterior da presente tese, apontando, sobretudo, o caráter de subjetivação que essa lógica encerra, como a individualização dos riscos e da responsabilidade, orientando as condutas dos indivíduos como estando em toda a parte comprometidos com as relações de transação e concorrência de mercado, com o apoio das ciências em geral, e mais especificamente dos saberes *psi* (Rose, 2008). É então que temos a subjetividade neoliberal, que se espelha no modelo da empresa de si mesmo.

É uma forma de governo de si que envolve a aceitação e internalização de objetivos institucionais e morais e que demanda a eterna vigilância sobre nós mesmos. Um processo que, em coerência com o já dito anteriormente, leva a que nós – “cidadãos responsáveis e livres” – assumamos nossa condição de “empresários de si”, buscando, em nome da saúde e felicidade, maximizar o capital humano que nos constitui (Carvalho et al. 2019, p. 6).

Retomando Foucault em *Nascimento da biopolítica* (2021b) chegamos agora a pensar estritamente o papel das políticas públicas nessa racionalidade. A partir da análise das diferenças existentes entre o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano da Escola de Chicago com a teoria do capital humano, Foucault (2021b) analisa três temáticas centrais na visão neoliberal, a saber: monopólio, regulamentação e políticas sociais. Para ele, as políticas sociais irão de encontro ao que é considerado o grande problema do sistema capitalista: o desemprego. Para resolver esse problema, as intervenções não devem incidir nos preços dos produtos ou, então, em setores considerados deficitários, mas sim na própria população. “[...] a intervenção governamental deve ser discreta no nível dos processos econômicos propriamente ditos, como, ao contrário, deve ser maciça quando se trata desse conjunto de dados técnicos, científicos, jurídicos, demográficos, digamos, grosso modo, sociais, que vão tornar-se agora cada vez mais o objeto de intervenção governamental” (Foucault, 2021b, p. 193).

Assim, Foucault (2021b) enfatiza que a biopolítica se articula aos preceitos do liberalismo em “fazer viver” a população economicamente ativa. Nesse sentido, as políticas públicas, como tecnologias sociais, fazem parte da biopolítica ao enfatizarem as melhorias de qualidade de vida e a busca constante da integração da população economicamente ativa ao mercado. Integrar uma parte da população, ainda que de forma marginalizada, é uma forma de sustentação da coesão social. Segundo Mendes et al.

(2015), inspirados nas leituras foucaultianas, essas ações, embora tragam benefícios, são apenas paliativas e dão a impressão de que “algo está sendo feito”, embora seu efeito final seja a manutenção das coisas como estão.

Com a dinâmica da empresa invadindo outros campos da vida, o mercado também expande seu campo de veridicidade e validação, tornando-se a base dos regimes de verdade de qualquer experiência social. Decidir ou não ter filho, julgar um criminoso, formular um projeto de intervenção sobre a saúde de uma comunidade, formatar um currículo escolar, organizar a fila de transplante, *priorizar políticas para grupos vulneráveis*, decidir fornecer um leito de UTI para um idoso ou uma criança: todas as decisões precisam se guiar pela lógica das perdas e ganhos, dos custos econômicos, do investimento e da produtividade e da avaliação permanente sobre a qualidade e a satisfação em relação aos resultados (Andrade et al., 2022, pp. 11-12, grifo nosso).

A partir destas compreensões, podemos indicar que tanto o liberalismo quanto o neoliberalismo possuem uma abordagem em comum em relação às políticas públicas. Ambos têm como objetivo reduzir a intervenção do Estado na economia e promover a livre iniciativa dos indivíduos. No entanto, há distinções significativas na forma como cada um deles postula as políticas públicas.

No Estado liberal, as políticas públicas são destinadas, sobretudo, para a manutenção da ordem e da segurança pública, assim como para a garantia dos direitos de propriedade privada. O Estado se destina a estabelecer um quadro legislativo que permita a liberdade individual e a iniciativa privada, deixando à cargo dos indivíduos a responsabilidade pela sua própria vida e bem-estar. Já no neoliberalismo, as políticas públicas são tidas como uma maneira de promover a lógica da concorrência, estimulando a competitividade e a eficiência no mercado, com a finalidade principal de crescimento econômico. O Estado não estabelece apenas as regras de funcionamento desse jogo, mas também atua de maneira ativa ao promover o desenvolvimento econômico, por meio de políticas de incentivo e estímulo ao setor privado.

No entanto, a partir da leitura foucaultiana, há um alerta sobre a forma como as políticas públicas são implementadas no neoliberalismo que pode trazer – e de fato trazem – consequências deletérias para a sociedade. A racionalidade mercadológica tende a impor uma compreensão economicista do mundo, que pode levar a uma desvalorização de outros valores e interesses. Além disso, o que compreendemos como produção de subjetividades nesses regimes, e que já apontamos no segundo capítulo da presente tese, também é afetada pelas políticas públicas adotadas. No liberalismo, o foco na liberdade e na responsabilidade individual produz uma subjetividade supostamente autônoma e

autossuficiente, mas também acaba por gerar a exclusão social e o aumento das desigualdades. No neoliberalismo, por outro lado, o foco na competição e na eficiência leva à produção de um sujeito empreendedor e adaptável, mas, por consequência, é gerador de uma cultura de individualismo e de destruição dos valores coletivos, na qual não há espaço para os derrotados.

Assim, partimos da compreensão de que as políticas públicas contemporâneas são dispositivos produtores deliberados de subjetividades, moldando as condutas dos indivíduos de acordo com as necessidades do Estado e do mercado. Nesse bojo, no próximo tópico, vamos nos aproximar definitivamente do campo de interesses deste capítulo, que é avaliar criticamente as Políticas Públicas de Saúde Mental instituídas no Brasil, a partir da Reforma Psiquiátrica, como Rede de Atenção Psicossocial.

Para isso, seguiremos com os pressupostos que estamos defendendo no presente tópico, de que tais políticas são resultado da ação de intervenção do Estado em um certo tipo de governamentalidade que é liberal, o neoliberalismo, que, ao contrário do que muitos apontam, não quer eliminar o Estado, mas utilizá-lo na regulação social em prol das leis do mercado concorrencial (Dardot & Laval, 2016).

No interior dessa racionalidade, teremos a atuação de diversos poderes e saberes, tais como a medicina científica, as ciências do comportamento, a lógica da patologização da vida, do julgamento moral, o mercado das religiões, a neurologia, neuroquímica e diversos outros discursos e outras práticas presentes na sociedade contemporânea a partir da lógica dos dispositivos de segurança e da subjetividade empresarial de si mesma (Foucault, 2008; 2021b). Na lógica da gestão dos riscos, novos tipos de enclausuramento não manicomiais se perpetuam na atuação do biopoder e do controle, por meio da biomedicalização (De Souza Lima et al., 2018) e as estratégias de cuidado podem ser traduzidas como posituação de um exercício de governo.

Reconhecer as múltiplas expressões do governo neoliberal exige pensarmos criticamente não apenas seus efeitos sobre as políticas públicas, o papel do Estado e os direitos sociais, mas sobre as relações sociais em torno da saúde, da normalidade e do adoecimento e sobre o próprio cuidado. Dispositivos, técnicas e práticas de governo que produzem formas específicas e variáveis dos sujeitos pensarem, calcularem, estratificarem e organizarem as relações particulares que estabelecemos com nós mesmos (Andrade et al., 2022, pp. 15).

Nesse sentido, partiremos para o próximo tópico para investigar mais detidamente o estabelecimento das Políticas Públicas de Saúde Mental no Brasil, analisando em que

regime de governamentalidade se situam, e apontando os movimentos, tensões e deslocamentos que culminam na atenção e cuidado à Saúde Mental no país contemporaneamente no estabelecimento da RAPS.

3.3. Reforma Sanitária e Rede de Atenção Psicossocial: governamentalidade democrática brasileira

Neste momento, pensaremos a respeito da constituição das Políticas Públicas de Saúde Mental no Brasil, a partir da Reforma Sanitária, da Reforma Psiquiátrica e dos movimentos que as sustentaram. Aquilo que compreendemos por governamentalidade neoliberal contemporânea, o poder psiquiátrico e a movimentação de outras forças e saberes a respeito do que vem a ser normalidade, anormalidade, saúde e patologia, a lógica de exclusão e inclusão dos “anormais” serão tidas como pertencentes a racionalidades que instituem saberes e práticas a respeito da atenção à saúde, e mais especificamente, à saúde mental.

O que buscaremos no presente tópico é apresentar as tensões existentes na instituição das práticas de saúde no país, e apontar reflexões problematizadoras a respeito do que temos construído e praticado contemporaneamente na RAPS e, posteriormente ao final da tese, no campo estudado, o NUPE, que é integrante da RAPS andreense. A proposta que aqui fazemos parte inspirada pelas palavras de Foucault transcritas abaixo.

Veja bem, o que eu quero fazer não é a história das soluções [...]. Eu gostaria de fazer a genealogia dos problemas, das *problematizações*. Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então sempre temos algo a fazer. Portanto, minha posição não conduz à apatia, mas ao hiperativismo pessimista. Acho que a escolha ético-política que devemos fazer a cada dia é determinar qual é o principal perigo. Tomemos como exemplo a análise de Robert Castel sobre a história do movimento da antipsiquiatria (*A gestão dos riscos*). Eu concordo inteiramente com a posição de Robert Castel⁵⁹,

⁵⁹ Já discorremos sobre as principais ideias de Castel em *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise* (1987) anteriormente, mas cabe recapitular para situar o leitor diante dessa afirmação de Foucault de apoio a seu posicionamento. Castel (1987) traça uma longa crítica à intervenção dos saberes e poderes médicos e psiquiátricos no corpo social. Aponta que, após o abandono das práticas asilares, a psiquiatria pulverizou-se por toda a população, em uma lógica de gestão dos riscos e programação das eficiências. Em suma, ele diz que a racionalidade médico-psiquiátrica se reveste de novos procedimentos, entre eles a disseminação da psicanálise a partir dos anos de 1970, em uma lógica estratégica da governamentalidade neoliberal, conforme já vimos defendendo na presente tese. A título de síntese, retomamos uma citação já apresentada do autor: “não se trata somente, mesmo se se trata ainda, de manter a ordem psicológica ou social corrigindo seus desvios, mas de construir um mundo psicológico ou social ordenado trabalhando o material humano; não somente reparar ou prevenir deficiências, mas programar a eficiência. Tal seria a ordem pós-disciplinar que não passaria mais pela imposição dos constrangimentos,

mas isto não quer dizer, como alguns supõem, que os hospitais para doentes mentais sejam melhores do que a antipsiquiatria; isto não significa que não possamos criticar estes hospitais. Penso que seria bom fazê-lo, pois eles eram o perigo. E agora está bastante claro que o perigo mudou. Por exemplo, na Itália, fecharam todos os hospitais para doentes mentais, e há mais clínicas particulares etc. – novos problemas surgiram (Foucault, 1995, p. 256, grifo do autor).

Partimos então da compreensão de que o “perigo” referido acima por Foucault, no contexto brasileiro de saúde mental, não se esgotou com a publicação da conhecida “Lei da Reforma Psiquiátrica” (Lei nº 10.216/2001⁶⁰), um marco jurídico que aponta para a correlação de diversas forças, entre elas as forças populares, as forças das elites e do Estado no final do regime militar, que foram decisivas na configuração das políticas públicas tal como temos hoje, entre elas as Políticas Públicas de Saúde Mental, no estabelecimento da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil. O que entendemos por perigo nesse contexto, apontado também por Foucault na citação acima, é de que a partir do estabelecimento de uma “nova” forma oficial de cuidado e tratamento à loucura, os velhos problemas se renovem – tais como tutela, tratamento asilar, apartação social etc. – e, ainda, novos problemas irrompam. Por isso, apontamos para o eterno embate de forças na história, que impede que nossa análise se dê por acabada em um modelo universal e definitivo. Pelo contrário, é nas tensões, contradições e problematizações que se coloca em curso a tarefa de *inventar novas saídas*⁶¹ possíveis.

3.3.1. Palavras introdutórias sobre o Estado brasileiro

Para iniciarmos a discussão, cabe ressaltar que a análise de Foucault, que aqui apresentamos de forma resumida acerca da temática da governamentalidade, foi realizada, de forma evidente, a partir do contexto europeu, com a centralidade específica no Estado francês. Para falarmos da governamentalidade em terras brasileiras, é necessário que estejamos atentos às especificidades e particularidades de nossa história.

mas pela mudança e a gerência do fator humano em função das figuras novas sob as quais se apresenta a necessidade social” (pp. 178-179).

⁶⁰ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm, acesso em 25 de março de 2023.

⁶¹ Aqui fazemos novamente alusão ao significado da sigla do coletivo que estudamos, o C.U.P.I.N.S.: Central Unida de Pessoas *Inventando Novas Saídas*.

Iniciamos indicando que à época do período colonial, não se podia sequer falar de Estado brasileiro, pois o que se tinha era a operação do Estado português, sobretudo no modelo de um Estado de justiça, um Estado soberano. Entretanto, mesmo no período imperial, já foram estabelecidos os primeiros fundamentos jurídicos que garantiam a proteção de alguns direitos individuais e a limitação do poder estatal, seguindo o movimento dos Estados europeus e do liberalismo que ali se efetuava. Assim, de maneira semelhante ao que vimos na Europa, essas garantias eram restritas a uma elite privilegiada, enquanto a maioria da população permanecia à margem do processo político (Carvalho & Gallo, 2020).

Apesar do estabelecimento do Brasil como unidade administrativa por Portugal ainda em meados de 1500, da reforma proposta por Marquês de Pombal no século XVIII e da elevação do país à reino com a presença da corte portuguesa, formando o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815, é somente a partir da independência em relação a Portugal, no século XIX, que podemos falar a rigor de Estado brasileiro. Conforme vimos no tópico anterior, nessa mesma época, a Europa já assistia à consolidação dos primeiros Estados governamentalizados. No Brasil, durante a era imperial, Carvalho e Gallo (2020) indicam que poderíamos pensar na mescla⁶² dos três tipos de Estado apresentados por Foucault (2008) – Estado de justiça, Estado administrativo e Estado de governo – e somente ao final do século XIX, com a instituição de um Estado republicano, pode-se pensar no início de um processo de governamentalização do Estado brasileiro.

Com o estabelecimento da República, a Constituição de 1891 trouxe consigo, pelo menos juridicamente, a noção de que o Estado deveria se basear no respeito às leis e na garantia dos direitos individuais, o que segundo Carvalho e Gallo (2020) fez com que a noção de Estado governamentalizado ganhasse força. No entanto, segundo Araújo (2007), a concepção de Estado de Direito, que ainda estava sendo construída e nem chegou a ser

⁶² Carvalho e Gallo (2020) alertam sobre a brevidade com que apontam sobre a característica mesclada do Estado brasileiro em seu artigo *Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva* publicado em 2020. Em nota ao final do artigo, os autores indicam que “Está para ser feita uma história da governamentalização do Estado no Brasil; não teríamos condições de fazê-lo aqui, apenas esboçamos algumas ideias gerais para centrar nossa análise nas últimas décadas do Estado republicano brasileiro” (p. 160).

totalmente realizada, diga-se de passagem, foi sendo gradualmente esvaziada, especialmente durante a Ditadura Militar, que durou de 1964 a 1985.

De acordo com Moraes (2014), a noção de “Estado Democrático de Direito” é algo novo; um conceito retirado do artigo 2º da Constituição Portuguesa de 1976 e que inaugura um novo paradigma no Direito Constitucional e no Direito Público em nosso país. Segundo o autor, a peculiaridade desse Estado é a vocação para uma mudança do *status quo*, com o intuito de superar as contradições existentes no corpo social. Cabe ressaltar, entretanto, que o Estado Democrático de Direito brasileiro se submete ao império da lei, ainda que se trate de uma lei que visa assegurar o princípio de igualdade, mesmo diante das desigualdades sociais existentes. Além disso, o autor assevera: “O Estado Democrático de Direito deve ser apreciado dentro do espectro da evolução do Estado Liberal ao Estado Social e adiante” (Moraes, 2014, p. 277).

Ademais, o estado brasileiro apresenta algumas particularidades que cabem ser brevemente apontadas a partir da leitura de alguns cientistas políticos. Benites (2004), no texto *A governamentalização do Estado contemporâneo: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle*, aponta que a realidade dos países periféricos, entre eles o Brasil, apresenta algumas especificidades no campo estatal. O autor recorre à noção de “hibridação” utilizada pelos cientistas políticos Badie e Hermet (1993) para falar dessas tensões. Essa noção também é sustentada por Hardt (1997) e Hardt e Negri (2001) quando apontam o aspecto híbrido de Estados como o brasileiro que, segundo os autores, estaria presente até os dias atuais.

“Hibridação” diz respeito ao fenômeno de coexistência e, muitas vezes, do confronto de diferentes lógicas ou racionalidades face à importação, geralmente parcial, de certos bens políticos pelas elites conservadoras ou revolucionárias de sociedades periféricas, os quais foram produzidos em condições sociais distintas daquelas apresentadas nos universos importadores (Benites, 2004, p. 286).

Nesse sentido, localizamos o Estado brasileiro na contemporaneidade dentro da compreensão foucaultiana que discutiremos no tópico anterior, de um desdobramento na atualidade brasileira de uma governamentalidade que recebe forte influência liberal, ao mesmo tempo em que recebe influência de um estado que se pretende social, trazendo em alguns momentos, sobretudo de insurgência social e da assunção de governantes progressistas, uma vertente de ênfase nas políticas sociais, em tensionamento à lógica hegemônica (Araújo, 2007; Badie & Hermet, 1993; Carvalho & Gallo, 2020; Hardt

(1997); Hardt & Negri; 2001), e, ao mesmo tempo, sendo catalisada por ela, conforme defenderemos mais à frente.

Diante desse caráter específico de distintas forças dentro da formação e atuação do Estado brasileiro, lembramos aqui também da afirmação de Francisco de Oliveira (2003) que se refere ao cenário brasileiro como “ornitorrinco”, um bicho que parece formado por partes de muitos outros, diante da modernização e do atraso presentes no “capitalismo à brasileira”. Segundo De Oliveira (2003), as transformações da economia brasileira se dão em meio a um quadro em que há submissão das elites ao capital internacional, ameaças constantes à democracia (conforme temos visto se agudizar mais recentemente no contexto político), um frágil movimento sindical e um espírito capitalista fortificado, principalmente a partir da financeirização indomável, criando essa figura estranha cuja metáfora do ornitorrinco cabe bem.

Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, *duque* nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte *agrobusiness*. Um setor industrial da Segunda Revolução Industrial completo, avançando, *tatibitate*, pela Terceira Revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligada aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdulários que sofisticados; noutra, extremamente primitiva, ligada exatamente ao consumo dos estratos pobres (De Oliveira, 2003, p. 87⁶³).

Além disso, Ferreira Neto (2019) afirma que o próprio Foucault, ao falar da governamentalidade e ao apontar o neoliberalismo, não estava falando de algo hermético. Por isso, o autor diz que muitos foucaultianos fizeram uma crítica ao uso generalizador da classificação de neoliberalismo, que estaria “cumprindo uma função mais retórica que analítica” (p. 9). Ele cita como exemplo Dardot e Laval (2016) que, segundo o autor, são marxistas parcialmente inspirados em Foucault e afirmam que o neoliberalismo é a “nova razão do mundo”. Aqui nesta tese utilizamos muito da leitura dessa obra referida como aporte para nossas discussões, mas tendemos a concordar com os críticos, sobretudo quando olhamos para a realidade brasileira, de que não existe apenas “um neoliberalismo” que aglutine em si, a realidade heterogênea dos diversos países.

⁶³ A paginação do livro que aqui utilizamos diz respeito à edição digital a qual tivemos acesso. Recuperada de:

https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4970993/mod_folder/content/0/Francisco%20de%20Oliveira%20-%20Cri%CC%81tica%20a%CC%80%20raza%CC%83o%20dualista_O%20ornitorrinco-Boitempo%20Editorial%20%282015%29.pdf?forcedownload=1, acesso em 29 de julho de 2023.

A experiência de boa parte dos países tende a operar com uma mistura de tendências no campo das políticas públicas, combinando receitas de origem neoliberal e socialdemocratas. Por isso temos processos muito similares ocorrendo em países de diferentes tradições políticas [...]. Numa perspectiva foucaultiana, precisamos realizar análises específicas de como essas combinações se dão, que jogos estratégicos ela favorece ou prejudica nas situações locais e nacionais. De qualquer modo, Foucault não reduzia a política ao enfrentamento entre dois projetos, mas considerava-a um campo complexo com estratégias plurais de micropoderes, que ele passou a explorar dentro da perspectiva da governamentalidade (Ferreira Neto, 2019, p. 9).

Diante dessas especificidades, não pretendemos sermos capazes de nos aprofundar em cada uma delas, e precisamos fazer uma escolha. Nesse sentido, adotaremos aqui a hipótese de Carvalho e Gallo (2020), que defendem que teríamos nas últimas três décadas na realidade brasileira (pós ditadura civil-militar) o desenvolvimento de uma governamentalidade democrática⁶⁴, operando uma lógica inclusiva para o governo das diferenças, que teve como marco principal o processo de redemocratização no país, “sendo a afirmação da cidadania e da participação política nas decisões a lógica dominante na forma pela qual fomos governados” (Carvalho & Gallo, 2020, p. 151).

Após duas décadas de ditadura, estando o povo alijado da efetiva participação,urgia fazer com que todos e cada um fossem subjetivados como cidadãos, como sujeitos de direitos políticos e sociais, partícipes nas tomadas de decisão sobre os rumos da sociedade brasileira. Governamentalidade democrática: uma prática de governo dos cidadãos, na qual eles são livres para tomar suas decisões e chamados a participar da sociedade nas mais variadas esferas e instâncias. A Constituição Federal de 1988, saudada por Ulysses Guimarães, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, como “a Constituição cidadã”, teve na cidadania e na afirmação dos direitos dos cidadãos um de seus pilares centrais (Carvalho & Gallo, 2020, p. 151).

A título de alerta, ressaltamos que concordamos com os autores que falam sobre a “estranheza” da organização social brasileira e da atuação do estado brasileiro diante da hegemonia da racionalidade neoliberal, mas, ainda assim, adotaremos a perspectiva que essa racionalidade é a majoritariamente atuante em nosso país, ainda que diante das especificidades com que opera. Falaremos mais, adiante.

Isto posto, iremos problematizar a posição que adotamos de uma governamentalidade democrática brasileira, com forte influência neoliberal – mas não só – nos próximos parágrafos, sobretudo a respeito da produção de uma subjetividade a partir

⁶⁴ Os próprios autores, foucaultianos, apontam sua compreensão como uma hipótese, que como tal, pode ser refutada. A adotamos aqui por estar alinhada às discussões críticas que buscaremos problematizar acerca da produção das Políticas Públicas de Saúde Mental no país, mas destacamos que sabemos que essa hipótese, de maneira alguma, poderá ser lida como unívoca ou um consenso.

da condição de “cidadania”, que é central na Constituição de 1988 – conhecida também como Constituição Cidadã – e seus desdobramentos na RAPS e na imbricação com a Economia Solidária, esta última de maneira mais detida no próximo e último tópico deste capítulo da tese.

3.3.2. Breve genealogia das políticas de saúde pública no Brasil

Para falar das políticas de saúde, retomamos as temáticas da segurança como gestão dos riscos internos da sociedade e da medicina como prática social. De acordo com pesquisa de inspiração na genealogia foucaultiana realizada por Pinto (2010) acerca da Medicina Social no Brasil, não havia antes do século XIX nada que se parecesse com uma Medicina Social no Brasil Colonial, ideia também reforçada por Machado et al. (1978).

Antes do século XIX não se encontra, seja nas instituições propriamente médicas, seja no aparelho de Estado, a relação explícita entre saúde e sociedade, que hoje chega a aparecer como óbvia e atemporal. Até esta época, a totalidade da administração colonial não organiza a sociedade levando em consideração o planejamento de um combate às causas das doenças, procurando instaurar ou conservar um regime de saúde (Machado et al., 1978, p. 154).

Em sua pesquisa, Pinto (2010) indica que, entre os períodos do início do século XIX até a década de 1990 do século XX, a noção de saúde e as intervenções do Estado a ela atreladas são extremamente variáveis e se direcionam a distintos objetivos na realidade brasileira. Diante dessa diversidade, a pesquisadora indica três configurações na genealogia que propõe a respeito das políticas de saúde pública no Brasil: a primeira que predomina ao longo do século XIX; a segunda que se inicia em meados da década de 1920 até o final da década de 1960; e a terceira, que se inicia na década de 1970 e predomina até o presente.

A primeira configuração ao longo do século XIX está alinhada ao que Foucault (2008) aponta como um exercício de poder do Estado do tipo de polícia, em que o dispositivo policial deveria atuar no controle do aparecimento de enfermidades, interferindo diretamente no corpo social e urbano, incluindo aí o meio ambiente como meio natural e também construído (Pinto, 2010). Os problemas de saúde da população eram evidenciados no contexto das grandes epidemias, de pobreza excessiva e alta incidência de mortalidade, problemas derivados diretamente das condições de vida nas cidades no final do século XIX e início do século XX. Vida e morte passam a ser

preocupação para o desenvolvimento econômico do país, e a preocupação do Estado brasileiro se volta para a população trabalhadora como um todo, sendo o foco das estratégias de saúde, exercendo sobre a população uma biopolítica (Nespoli, 2014) nos moldes do que indicamos que sucedeu nos estados europeus. “Em termos de poder, o próprio nome sugere que o modelo campanhista é de inspiração bélica, concentra fortemente as decisões, em geral tecnocráticas, e adota um estilo repressivo de intervenção médica nos corpos individual e social” (Luz, 1991, p. 79).

A segunda configuração, apontada por Pinto (2010), entre os anos de 1920 e 1960, teve como característica um Estado que já lançava mão das estratégias governamentais biopolíticas sobre o conjunto da população, iniciadas na configuração anterior, garantindo assistência médica aos trabalhadores, mulheres gestantes e crianças, coorganizadas e cofinanciadas pela previdência social, o que caracteriza uma medicina do tipo previdenciário somente acessível pela posse da carteira de trabalho. Em nosso país, a ideia do higienismo, como desdobramento de uma medicina social em seus primórdios, vai articular-se ao eugenismo, materializando a racionalidade do Estado no trabalho da saúde. “No Brasil, terá como expressão o sanitarismo campanhista, característico das primeiras décadas do século XX, e o desenvolvimentista, engendrado pelo investimento no crescimento industrial a partir das décadas de quarenta/cinquenta” (Bernardes et al., 2010, p. 7).

Luz (1991) aponta uma especificidade entre os anos de 1930 e de 1950, denominado por ela de “Período Populista”, que contava com a ascensão do Estado populista e a criação dos institutos de seguridade social – por Getúlio Vargas –, organizados por categorias profissionais. Tais institutos favoreciam os trabalhadores urbanos, constituindo pontes para o mundo urbano-industrial no país, para ascensão da economia. Segundo a autora, desde o início da implantação dos serviços e dos programas de atenção médica, o que se vê é uma impregnação de práticas de clientelismo, que eram típicas do regime da Era Vargas. Essas práticas estavam ancoradas também nos sindicatos trabalhistas cooptados parcialmente pelo regime, que auxiliaram na criação de normas administrativas e políticas que favoreciam a elite sindical simpatizante, interessada em galgar a direção das instituições e dos programas governamentais e excluía os sindicalistas discordantes. Assistia-se, principalmente no período do Estado Novo, entre os anos de 1937 e 1945, mas continuando posteriormente a esse período, um atrelamento estatal dos sindicatos e institutos de previdência social, como os IAPs (Institutos de

Aposentadorias e Pensões). “Dessa forma, na primeira metade deste século [XX] podemos observar: *centralismo*, *verticalismo* e *autoritarismo corporativo*, do lado da saúde pública; *clientelismo*, *populismo* e *paternalismo*, do lado de instituições de previdência social, incluindo as de atenção médica” (Luz, 1991, p. 80, grifos da autora).

No período de desenvolvimento entre os anos de 1950 e 1960, Luz (1991) indica que o que o caracterizava era um projeto de desenvolvimento econômico moderno diretamente relacionado à ordem capitalista industrial no país, e à crise do regime populista e nacionalista dos anos de 1960. O modelo de campanha predominava ainda largamente no então Ministério da Educação e Saúde, mas se opunha ao modelo curativista, que era dominante nos serviços previdenciários, ganhando um caráter de prevenção da saúde.

Justaposição, repetição, incompetência e ineficiência, reinantes nos programas e serviços de saúde, foram combatidas com mais programas, serviços e campanhas, que finalmente redundaram no aumento e na reprodução da dicotomia saúde pública versus atenção médica individual (Luz, 1991, p. 80).

A dureza dessas condições foi se tornando cada vez mais clara naquele período, indicando impossibilidades reais de solução por parte das instituições, originando um impasse nas políticas de saúde, que foi então compreendido como um impasse estrutural no conjunto das políticas sociais e da própria ordem política e institucional do país. Como resultado, houve um grande movimento social que reivindicava reformas de base, entre elas uma reforma sanitária. A autora indica que tais movimentos acabaram fomentando contrarreações políticas advindas das forças sociais conservadoras, o que acabou por alavancar o golpe militar de 1964 (Luz, 1991).

Luz (1991) ainda indica que, entre os anos de 1968 e de 1974, após modificações nos aparelhos de Estado entre os anos de 1964 e de 1967, se configura uma reorientação institucional na administração estatal, inclusive na saúde. A política de saúde do “milagre” desfavorecia a maioria das categorias sociais, favorecendo somente os trabalhadores especializados então empregados nos setores de ponta da economia. Tais grupos eram bem remunerados, aumentando o seu próprio consumo e a própria ideologia de consumo no país. A saúde passa a ser vista como bem de consumo, um bem de consumo médico. A conjuntura política era marcada por uma vontade arbitrária, que

centrada em um Poder Executivo, exclui a participação da sociedade civil, se posicionando contrária a medidas e políticas sociais que a favorecessem.

Pinto (2010) sinaliza que essa nova estrutura de previdência social marcou um crescente controle estatal sobre todos os órgãos, resultando na posterior unificação de todos eles no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1967.

Ou seja, as instituições previdenciárias – cuja emergência se deu por uma intervenção do Estado apenas em nível legal, sendo gerida micropoliticamente – sofreram uma paulatina governamentalização, onde a administração dos recursos e a regulação dos benefícios (aposentadoria, pensões, assistência médica, farmacêutica e hospitalar) foi totalmente concentrada pelo Estado (Pinto, 2010, p. 98).

No período entre 1968 e 1975, houve a generalização das demandas sociais por consultas médicas como resposta às condições de saúde extremamente graves. Porém, diante desse cenário, a medicina continuava a ser “elogiada” como meio de cura e restabelecimento da saúde individual e coletiva. Enquanto clínicas e hospitais privados eram construídos e reformados com recursos advindos da Previdência Social, havia o incentivo ao crescimento de convênios de saúde, clínicas e empresas de prestação de serviços médicos e os poucos recursos para a saúde pública ficaram cada vez mais restritos. “Assistimos, finalmente, à consolidação de uma relação autoritária, mercantilizada e tecnicizada entre médico e paciente e entre serviços de saúde e população” (Luz, 1991, p. 82).

Assim, se à época do Império e das três primeiras décadas da República houve predomínio da medicina social francesa, fundamentalmente urbana, na execução das práticas em saúde pública no Brasil, a partir da interferência direta do Estado na estruturação da previdência social, da expansão da medicina privada e da oferta de alguns serviços públicos de saúde aos pobres e desvalidos, o sistema sanitário brasileiro passou a assemelhar-se ao modelo inglês de medicina social [...] (Pinto, 2010, p. 99).

Tal política de medicina social trouxe, obviamente, consequências nefastas para a população, sobretudo para a que não tinha recursos, não contribuía para a previdência e não podia bancar os custos da saúde privada, gerando enorme insatisfação popular, que levou a conflitos nas filas de espera dos serviços de saúde e “quebra-quebra” de ambulatórios desde o início dos anos de 1970 (Luz, 1991). Retomando a divisão genealógica proposta por Pinto (2010), a terceira configuração que surge então na década de 1970 é marcada pela emergência da saúde como um dever do Estado e direito de todo e qualquer cidadão, devendo ser garantida pela implementação de políticas sociais e

econômicas que possam garantir a promoção, proteção e recuperação da saúde da população brasileira.

3.3.3. Movimento da Reforma Sanitária, SUS e redemocratização brasileira

Como vimos no tópico anterior, a ideia de uma sociedade civil que se opõe à hegemonia do Estado é uma ideia que surge na racionalidade liberal e que continuará presente no neoliberalismo. A ideia de sociedade civil nasce justamente na compreensão liberal de que há a necessidade de instituir limites para a ação do Estado em relação à sociedade e que esta deve participar ativamente na gestão dos processos de governo. Nesse sentido, compreendemos que o Movimento da Reforma Sanitária⁶⁵, que ocorreu no país juntamente com os movimentos sociais dos anos de 1970 contra a ditadura, é um movimento da sociedade civil que provoca novas formas de exercício do poder sobre a vida. Com a reforma, há um direcionamento de olhar para a existência de vidas que seriam consideradas indignas, tornando a figura jurídica do sujeito de direito do Estado-Nação extensiva à toda a população. Tal movimento traz visibilidade para a precarização da vida que ocorria por meio das políticas higienistas e eugenistas. “A reforma sanitária objetiva o direito à saúde como condição para a cidadania plena da população, e não uma forma de separação entre cidadania autêntica e cidadania de segundo escalão” (Bernardes et al., 2010, p. 7). Não é apenas uma discussão efetuada no campo do direito, mas “um movimento que modifica as maneiras de conceber a relação do Estado com a população em termos de condições e novas possibilidades de vida” (p.7).

O que se quer apontar com isso é que a saúde, ao articular-se ao campo do direito, na reforma sanitária, se torna um conjunto de práticas de utilidade social no que tange à iluminação de certas formas de vida que figuravam no campo das políticas públicas como vidas infames margeando o tecido social. Essas formas de vida existiam em termos de estatísticas referentes ao índice de desenvolvimento humano do país, ou seja, vidas que não tinham acesso à educação, saneamento, saúde, trabalho etc. [...] Isso significa, no campo da reforma sanitária, considerar que o direito à saúde é um direito à *cidadania*, ou seja, trata-se de uma *estratégia política em termos de democracia e filiação social* (Bernardes et al., 2010, p. 8, grifo nosso).

⁶⁵ “Este movimento foi constituído por acadêmicos e profissionais da área de saúde que se opunham à política sanitária dos governos militares. Dentre as instituições que participaram fortemente deste processo estão o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES), a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) e alguns Núcleos de Saúde Coletiva das Universidades Públicas” (Pinto, 2010, p. 103, nota de rodapé).

Em 1975, foi criado o *Sistema Nacional de Saúde* estabelecendo o campo de ação para os setores público e privado. O Ministério de Saúde deveria formular a nova política sanitária nacional, coordenando atividades de prevenção destinadas às grandes coletividades. Já à Previdência Social e ao setor privado, cabia a responsabilidade pelas atividades de assistência médica hospitalar e individual. O Movimento da Reforma Sanitária via essa organização da saúde como dicotômica, uma vez que havia ministérios distintos para comandar as ações preventivas e as assistenciais-hospitalares. Por outro lado, a Reforma Sanitária criticava o fato de a oferta de tais serviços não ser destinada a toda a população, e ainda apontava que o tipo de prática que caracterizava tais serviços era “uma prática médica curativista, hospitalocêntrica e centrada nas doenças” (Pinto, 2010, p. 103). Tais críticas ganharam corpo ao final da década de 1970, tendo como marco importante a *Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde*, realizada em 1978 na URSS pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e que postulou o conceito de saúde não apenas como ausência de doença ou enfermidade, mas como completo bem-estar físico, mental e social⁶⁶.

Na *Conferência*, foi produzido o documento “Declaração de Alma-Ata”, que enfatizava a concepção de saúde acima mencionada e destacava o papel da *promoção* e da *prevenção* em saúde como meios para alcançar o desenvolvimento em níveis sociais, e econômicos dos povos, além de paz mundial e melhor qualidade de vida.

A partir de então, o conceito ampliado de saúde – que a estendeu para muito além da ausência de doenças e enfermidades – tornou-se referência discursiva de políticas sanitárias em nível mundial, e os cuidados primários de saúde foram indicados a todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, como o principal meio para se alcançar a meta: “Saúde Para Todos no Ano 2000” (Pinto, 2010, p. 104).

Esta meta, a noção de saúde ampliada, a importância da prevenção e promoção de saúde e a proposta de um serviço básico de saúde contando com aporte multiprofissional, foram temas discutidos no Brasil na década de 1980 durante a *7ª Conferência Nacional de Saúde* realizada no ano de 1980. Posteriormente, a *8ª Conferência Nacional de Saúde* realizada em 1986, junto com a *Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da*

⁶⁶ Conforme Declaração de Alma-Ata produzida na *Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde*, na URSS em 1978, disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf, acesso em 26 de março de 2023.

Saúde realizada no Canadá em novembro do mesmo ano, somaram-se discursivamente na influência do que temos hoje como políticas de saúde brasileiras (Pinto, 2010).

As propostas da Reforma Sanitária tiveram como resultado a universalidade do direito à saúde, oficializado com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) regulamentado dois anos depois, em 1990 (Brasil, 1990a; 1990b;1996).

São princípios do SUS o acesso universal público e gratuito às ações e serviços de saúde; a integralidade das ações, num conjunto articulado e contínuo em todos os níveis de complexidade do sistema; a equidade da oferta de serviços, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie; a descentralização político-administrativa, com direção única do sistema em cada esfera de governo; e o controle social das ações, exercido por Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde, com representação dos usuários, trabalhadores, prestadores de serviços, organizações da sociedade civil e instituições formadoras (Brasil, 1996, p. 25).

3.3.4. Reforma Psiquiátrica e a Rede de Atenção Psicossocial

Nos aproximando mais especificamente agora do campo da Saúde Mental, cujas modalidades de tratamento até a década de 1970 já discutimos no primeiro tópico quando tratamos da temática da loucura e do trabalho, indicamos que no mesmo período da Reforma Sanitária, em meados dos anos de 1970, na crise do modelo assistencialista hospitalocêntrico, eclodiram os movimentos sociais pelos direitos dos pacientes psiquiátricos, dando início à Reforma Psiquiátrica propriamente dita (Brasil, 2005a). Nesse momento, Reforma Psiquiátrica e Reforma Sanitária caminharam juntas.

É importante observar que a relação entre as duas reformas, a psiquiátrica e a sanitária, caminhou entre momentos de conjunção e disjunção. Inicialmente, sua origem é disjunta, a sanitária precede à psiquiátrica, mas a década de 1980 marcou uma primeira conjunção a partir da “tática desenvolvida inicialmente no seio do movimento sanitário, de ocupação de espaços públicos de poder e de tomada de decisão como forma de introduzir mudanças no sistema de saúde” (Amarante, 1998, p. 91). A chamada Nova República tornou-se o apogeu dessa tática de ocupação quando o movimento sanitário, juntamente com o da reforma psiquiátrica, se confundiu com o próprio Estado (Ferreira Neto, 2011, pp. 100-101).

Mas, antes de confundir-se com o “próprio Estado”, nas palavras da citação acima, a Luta Antimanicomial que sustentou a Reforma Psiquiátrica foi um movimento social muito forte e articulado no cotidiano dos serviços de saúde, na realidade dos internos e dos familiares, no seio das comunidades. Aqui nos valeremos da pesquisa de Matias (2006) para falarmos um pouco mais desse movimento que posteriormente se aproximou

da Reforma Sanitária e, muito depois, se oficializou como política pública de Estado. A autora faz o recorte de sua pesquisa no território do estado de São Paulo, território onde se deu a conhecida experiência de Santos e onde também se localiza Santo André, município onde realizamos nossa pesquisa. Sabemos que os movimentos da Luta Antimanicomial foram múltiplos e heterogêneos no país inteiro, mas optamos por focalizar essa aproximação do movimento no território paulista como um microcosmo que representa a Luta em terras brasileiras. Também optamos em seguir esse recorte por ser o território onde se deu nossa pesquisa de campo.

O final da década de 1970 é tido como o marco inicial das críticas às instituições psiquiátricas no Brasil. Em São Paulo, segundo Matias (2006), vários setores se juntaram, principalmente os trabalhadores da área da saúde atuantes em instituições asilares. A junção desses setores se dava para a realização de debates sobre os temas que contavam com a presença de muitos líderes de movimentos semelhantes fora do Brasil, que se organizavam em redes alternativas à psiquiatria tradicional. Entre esses líderes extremamente conhecidos que estiveram no Brasil, muitos dos quais já consultamos e embasamos discussões na presente tese, estiveram Franco Basaglia, Robert Castel, Erving Goffman, Félix Guattari entre outros. Destaca-se a presença de Franco Basaglia em 1979 no Instituto *Sedes Sapientiae*, que promovia palestras, debates e conferências sobre a crítica aos modelos asilares, repercutindo grande impacto e mobilização no território. Neste mesmo ano de 1979 realizou-se o I Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental também no Instituto *Sedes Sapientiae* que, aliado ao Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, vinha desempenhando papel de fundamental importância na articulação dos movimentos. Ambos, Instituto e Centro, foram criados na mesma década de 1970 e foram espaços de discussão e articulação extremamente potentes, não só para a Reforma Psiquiátrica, mas para a Reforma Sanitária e o estabelecimento posterior do SUS.

Fora do país, aconteciam Reformas Psiquiátricas na Europa e nos Estados Unidos que vinham ganhando destaque e se intensificando, sobretudo a experiência italiana. Com a presença de Basaglia no Brasil, se fortaleceu grandemente o movimento no país. O período entre 1978 e 1980 no campo da psiquiatria tem sido apontado como o período em que começam a se organizar mais formalmente os críticos da ideologia manicomial. Foi neste período que teria se iniciado o movimento posteriormente chamado de Luta Antimanicomial e o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que tiveram fundamental participação na Reforma Psiquiátrica (Matias, 2006).

Em meados dos anos de 1980, com o processo de redemocratização e o retorno das eleições diretas no país, inclusive nos governos estaduais, organizou-se um Grupo de Saúde Mental no estado de São Paulo, reunindo-se com o objetivo de propor uma política de saúde mental estadual. Em 1987 ocorreu o *II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental* em Bauru, também no território do estado de São Paulo, que foi um marco extremamente importante no fortalecimento da luta dos movimentos sociais pelo redirecionamento dos serviços assistenciais, em que participaram cerca de 50 grupos organizados e entidades. O lema proposto no Congresso “Por uma sociedade sem manicômios” foi, segundo Matias (2006), um marco para o início do Movimento da Luta Antimanicomial no país. A partir deste lema proposto, foi gerado o Movimento Por uma Sociedade Sem Manicômios, mais conhecido como Movimento da Luta Antimanicomial.

Em 1987 também foi realizada a *I Conferência Nacional de Saúde Mental*. No mesmo ano, a Coordenadoria de Saúde Mental do Estado paulista propunha transformar seus hospitais próprios em serviços de inserção comunitária e a descentralização e organização de colegiados inter-secretarias com o intuito de elaborar propostas para a assistência em Saúde Mental (Matias, 2006).

Naquele momento iniciava-se a transformação do modelo clássico asilar em um modelo comunitário. Um modelo diferencia-se do outro por meio do lócus de assistência – e, pela primeira vez nas políticas públicas de saúde mental, o hospital psiquiátrico passou a ser indicado como último recurso assistencial (Matias, 2006, p. 17).

Entre 1979, ano do *I Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental* e o ano de 1992, o movimento foi se fortalecendo, desenvolvendo em conjunto possibilidades de projetos e intervenções na prática do cotidiano da Saúde Mental que iam modificando a assistência psiquiátrica, dando bases para a construção das Políticas Públicas de Saúde Mental nos anos seguintes.

Além da Constituição de 1988, influenciada diretamente pela Reforma Sanitária e por diversos outros movimentos sociais a partir da ditadura, tivemos o Projeto de Lei do Deputado Paulo Delgado (PT/MG) em 1989, que propunha a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país (Brasil, 2005a). A partir do ano de 1992, tendo como base o projeto de Lei (ainda não aprovado), os movimentos sociais pressionaram e conseguiram aprovar em alguns estados as primeiras leis que determinavam a substituição progressiva dos leitos

psiquiátricos por uma rede integrada de atenção à saúde mental. O Ministério da Saúde começava a tomar uma direção mais definida em sua política dirigida à saúde mental a partir do compromisso firmado pelo Brasil na assinatura da *Declaração de Caracas* (1990) e pela realização da *II Conferência Nacional de Saúde Mental* (1992).

Importante fazer menção ao processo de fechamento da Casa de Saúde Anchieta em Santos, que se deu em 1989, e à criação de toda a rede de serviços fora do modelo hospitalocêntrico e substitutiva ao manicômio na cidade. Os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) foram os primeiros equipamentos criados, inspirados na Psiquiatria Democrática Italiana basagliana. Os NAPS e posteriormente os CAPS se tornaram, assim, o principal modelo assistencial adotado pela Reforma Psiquiátrica a partir da experiência santista, constituindo-se um paradigma para os processos de desinstitucionalização psiquiátrica no país (Matias, 2006).

Passaram a vigorar no Brasil, a partir de 1992, as primeiras normas federais regulamentando a implementação dos serviços de atenção diária, fundadas nas experiências dos primeiros CAPS, NAPS e Hospitais-Dias. Entretanto, ainda não havia uma regulamentação específica, muito menos normas para implementação ou fiscalização dos novos serviços. Ao final da década de 1990, o país tinha em funcionamento “208 CAPS, mas cerca de 93% dos recursos do Ministério da Saúde para a Saúde Mental ainda são destinados aos hospitais psiquiátricos” (Brasil, 2005a, p. 8). No estado de São Paulo, a maior parte das políticas, programas e projetos reformistas se dava apenas no município de São Paulo, capital do estado.

Dentre os processos de municipalização, diferentes municípios como Campinas, Santos, Santo André, avançaram em suas políticas de saúde mental, criando e implementando políticas e ações técnicas voltadas para a desinstitucionalização de pacientes psiquiátricos com internações de longa data e formação de rede de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, compostas por CAPS e NAPS, Serviços Residenciais Terapêuticos e articulação entre os diversos serviços de saúde (Matias, 2006, p. 23).

Segundo Henna (2005), é nesta década de 1990 que surge no Brasil o termo “usuário”, em contraponto aos termos em uso na saúde mental que apenas estigmatizavam os sujeitos, tais como “louco, doente mental ou cliente” (p. 82). Esse termo “usuário” também teria vindo de inspiração nas experiências europeias e norte-americanas de movimentos em defesa dos direitos de cidadania dos internos e ex-internos de instituições psiquiátricas e atendidos pelos serviços de saúde mental.

Avançando alguns anos para pensar nas Políticas Públicas de Saúde Mental em nível federal, é somente no ano de 2001, após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, que a lei do deputado Paulo Delgado é sancionada. Porém, ela não é aprovada em seu texto original, sofrendo modificações. A Lei Federal nº 10.216/2001 redireciona a assistência em saúde mental, privilegia o tratamento em serviços de base comunitária, dispõe sobre proteção e direitos das pessoas com transtornos mentais, mas não institui claramente os mecanismos para a progressiva extinção dos manicômios.

Entretanto, mesmo com essa limitação, a promulgação da lei dá um impulso à Reforma Psiquiátrica no país juntamente com a *III Conferência Nacional de Saúde Mental* (Brasil, 2005a). Realizada logo após a promulgação da Lei nº 10.216 em dezembro de 2001, contou com a participação de cerca de 23.000 pessoas, entre usuários e familiares, movimentos sociais e profissionais da saúde. Linhas específicas de financiamento foram criadas pelo Ministério da Saúde para implantação de serviços substitutos dos manicômios e mecanismos foram criados para fiscalização, gestão e redução programada de leitos psiquiátricos no país. Nesse momento, a rede de atenção diária à saúde mental se expande importantemente alcançando regiões onde a assistência comunitária em saúde mental era praticamente inexistente.

Dessa forma, a *III Conferência Nacional de Saúde Mental* consolida a Reforma Psiquiátrica como política de governo e confere ao modelo do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) o valor estratégico para a mudança do modelo de assistência. Em seu Relatório Final, lemos as discussões sobre a redução dos leitos dos hospitais psiquiátricos; criação das Residências Terapêuticas; Programa de Volta para Casa; redução progressiva dos hospitais de grande porte; a questão dos manicômios judiciários; sobre a rede de atenção à saúde mental; sobre os CAPS; Centros de Convivência e Cultura, entre outros (Brasil, 2005a).

Mas, a *III Conferência Nacional de Saúde Mental* não é a palavra final sobre a Saúde Mental no país. Em 2010, tivemos a *IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial* (IV CNSM-I) convocada por decreto presidencial em abril de 2010 e teve sua etapa nacional realizada em Brasília entre os dias 27 de junho a 01 de julho de 2010. Pela primeira vez, a Conferência Nacional de Saúde Mental teve uma realização com vertente intersetorial e estima-se que 46.000 pessoas participaram do processo em suas três etapas. Ao todo, foram realizadas 359 conferências municipais e 205 regionais, com

a participação de cerca de 1200 municípios. “Essa ampla participação e representação democrática consolida as conferências nacionais como dispositivos fundamentais para a construção de políticas de Estado, independentes de governos específicos, com ampla participação popular” (Brasil, 2010, p. 7).

O tema da IV CNSM-I foi “Saúde Mental direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios”. Diante desse cenário em que se realiza a IV CNSM-I, temos um relatório final que dá origem à Portaria nº 3088 de 2011⁶⁷ (Brasil, 2011), que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial. Portanto, esse movimento, que acabou se materializando na configuração da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), é um processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens. Estavam em embate as forças dos governos municipais, estaduais, federal, universidades, serviços de saúde, conselhos profissionais, associações de pessoas com transtornos mentais e seus familiares, movimentos sociais e opinião pública (Amarante, 1995).

3.3.5. O imperativo da inclusão e a lógica *in/exclusão*

Com a instituição dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como serviços por excelência substitutivos aos manicômios, o que se tinha expresso como objetivo era alterar radicalmente a lógica de exclusão social vivenciada duramente pelos institucionalizados, revertendo as práticas segregacionistas e isolacionistas que vinham atuando durante muito tempo como gestão dos riscos sociais e da vida dos doentes mentais, em um pensamento asilar e excludente, conforme vimos no primeiro tópico deste capítulo. Vimos que, embora inicialmente o pensamento manicomial fosse o de tutela e tratamento, é sabido que os maus tratos e a falta de dignidade dados a esses pacientes apenas mantinham as medidas de apartação e exclusão, e mesmo com a mudança de práticas de cuidado, ainda hoje, parece haver uma dificuldade de compreensão do que é ser cidadão-louco em nosso país.

O tema da exclusão é multifacetado e com categorizações muito imprecisas e compreendemos estar diretamente relacionado ao tema da cidadania. No campo das

⁶⁷ Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html, acesso em 26 de março de 2023.

políticas e das práticas sociais, tudo o que remete ao campo social atualmente acaba por tocar no tema da exclusão social. Em nosso país, nas últimas três décadas, existiram muitas iniciativas que visavam à inserção social de indivíduos ou grupos que são excluídos de seus direitos de cidadania (Scarcelli, 2011). Mas as questões sobre o que é ser cidadão, o que é exclusão, quem são os excluídos, como e *se* podem ser incluídos e, especialmente, como as práticas de Saúde Mental e as Políticas de Saúde Mental atuam nessas temáticas, persiste.

Conforme já citamos no início deste tópico, assumimos aqui a compreensão de Carvalho e Gallo (2020), em uma perspectiva foucaultiana, de que o que temos contemporaneamente em nosso país é uma governamentalidade democrática instituída formalmente a partir da Constituição de 1988 e que traz desdobramentos biopolíticos na condução da gestão da população, em termos de políticas públicas de saúde e especificamente de saúde mental. Os autores apostam nessa denominação a partir do período histórico em que tivemos um processo de redemocratização em nosso país, em que a afirmação da cidadania e da participação política da sociedade civil nas decisões de governo configuram a lógica dominante que nos tem governado desde então e produzido uma subjetividade específica, o “sujeito de direitos” (Bernardes et al., 2016; Gallo, 2017).

Somos assujeitados a cidadãos; somos, compulsoriamente, subjetivados para obedecer aos princípios básicos de uma sociedade democrática. Devemos participar; devemos confessar nossa verdade política no voto; devemos confessar nossa verdade técnica no trabalho; devemos confessar a verdade do que somos nos mais diversos processos sociais, porque somos cidadãos de direitos. Temos direito à educação, direito à saúde, direito ao trabalho etc., temos direito de ser, por isso somos. A biopolítica da governamentalidade democrática produz o “sujeito de direitos” (Gallo, 2017, p. 89).

Carvalho e Gallo (2020) indicam que a estratégia de inclusão é, nessa racionalidade democrática, uma estratégia de governamentalidade, uma vez que “aqueles que eventualmente fiquem de fora, não fazendo parte do conjunto dos cidadãos, não podem ser governados; fora da cidadania não há governo democrático possível” (p. 152). Nesse sentido, Carvalho e Gallo (2020) compreendem que as extensas produções de políticas sociais – especialmente de educação, que é o tema de pesquisa dos autores – visam inserir a todos no mundo do trabalho, preparando-os para o exercício da cidadania, subjetivando a todos como sujeitos de direito, em um imperativo de inclusão democrática para a cidadania.

Scarcelli (2011) em seu livro *Entre o Hospício e a cidade: dilemas no Campo da Saúde Mental* aponta como o tema da exclusão surgiu desde dentro do Estado por um dos representantes do governo francês. Segundo a autora, o termo *exclusão* para designar uma questão social é atribuído mais recentemente a um autor francês, René Lenoir no seu livro *Les exclus: un français sur dix*⁶⁸ no ano de 1974. Lenoir, era a época da publicação do livro Secretário da Ação Social do governo francês de Jacques Chirac. A questão da pobreza na década de 1970 na França ainda era uma problemática. A noção de exclusão que vinha surgindo ali estava, entretanto, mais relacionada com a dimensão subjetiva (ser pobre é ser tratado como objeto) do que com uma dimensão econômico-ocupacional. Segundo Scarcelli (2011), o livro foi nomeado pelo editor pensando no sucesso que recentemente havia feito Michel Foucault com suas publicações no país, especialmente sobre a história da loucura.

O fato de o autor de *Les exclus* ser um representante governamental, portanto, gestor de políticas públicas, e o título do livro estar associada ao sucesso de uma das temáticas abordadas por um estudioso de importância como Foucault pode nos dar alguns indícios sobre o fato de a noção de exclusão passar a fazer parte da pauta política e circular no meio social, inicialmente na França, e posteriormente romper os limites da Europa e estar presente como problemática e assunto polêmico também no Brasil (Scarcelli, 2011, p. 22)

Na mesma esteira, Bernardes et al. (2010) defendem que, no campo da Saúde Pública a partir da Reforma Sanitária que culminou no estabelecimento do SUS, a instituição das políticas de saúde no país se dá em uma mudança de racionalidade governamental. Entre outras dimensões, a Reforma Sanitária articulou a ideia de igualdade de direitos em termos de acesso aos bens sociais e materiais, a partir da constituição da saúde como suporte social, o que corrobora com a visão dos autores acima mencionados a respeito da subjetivação da população como “sujeitos de direito”. Para as autoras, entretanto, trata-se de uma resposta política a uma demanda biopolítica que cingia o corpo social, uma vez que há uma mudança de perspectiva diante do trabalho da saúde e uma ênfase na multiplicidade de modos de existência e não apenas em um biologismo existencial.

Essas modificações dizem respeito a uma genealogia das práticas em saúde que vão migrando do campo de ações caritativas/higienistas/eugenistas voltadas para a população, da medicina clássica que focava o corpo individual, para o campo do direito à saúde, do direito à vida e à cidadania. Nesse embate, o que entra em jogo é a forma como a política toma a vida: a vida

⁶⁸ Em uma tradução livre: “Os excluídos: um em cada dez franceses”.

pensada em termos de multiplicidade de formas de viver, e não como forma biológica (Bernardes et al., 2010, p. 8).

No campo da Saúde Mental, as questões da cidadania e da igualdade de direitos também seguem esses contornos de governamentalidade democrática brasileira. A noção de exclusão social é utilizada frequentemente com diversas interpretações desde o fim da década de 1970 na área. Amarante (1999) afirma que as políticas que promovem ajustes neste campo no contexto atual de globalização e neoliberalismo apresentam-se, muitas vezes, como obstáculos, pois estão voltadas para a radicalização do individualismo como racionalidade neoliberal. Tais políticas “trazem consigo desemprego, desassistência, diminuição da solidariedade e aumentam as formas de violência social, de intolerância e de segregação” (Scarcelli, 2011, p.23).

Diante de tais reflexões e problematizações, não podemos afirmar que estar dentro do hospício é ser excluído e que estar fora, participando das redes e serviços postos pelas políticas sociais, é ser incluído. A questão da exclusão/inclusão social do louco é muito mais complexa e contém muitas outras facetas.

O retorno dos internos a essas formas de convívio social – a permanência no hospício não deixa de ser um tipo de convívio social – ou, em outros termos, a saída do hospício à cidade nos permite aprofundar questões relacionadas à dialética exclusão/inclusão social. Falamos em dialética, pois não queremos cair na ideia simplista de que hospício é exclusão e volta à cidade é inclusão, do mesmo modo que não nos seduzimos por fórmulas simplificadoras de programas chamados inclusivos, os quais, na verdade, mantêm a mesma estrutura do problema que se supõe superar. “Inclusão social” não deve ser vista como sinônimo de tratamento aos “excluídos/marginalizados” (Scarcelli, 2011, p. 25).

Segundo o que vimos com Foucault sobre o neoliberalismo, há a constituição de uma racionalidade que aposta em um jogo formal de desigualdade, em que esta se localiza na base da lógica concorrencial, como motor do mercado e das relações sociais. Embora seja impreciso situar temporalmente a chegada e o fortalecimento das práticas de racionalidade neoliberal em nosso país, partimos da compreensão de alguns pesquisadores (Almeida, 2010; Gennari, 2001; Maciel, 2011) que apontam a eleição de Fernando Collor de Mello no ano de 1990 e posteriormente os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) como o momento de implementação e desenvolvimento da política neoliberal no Brasil.

As novas formas de política econômica e as novas modalidades de política externa implementadas no Brasil nos anos noventa guardam uma forma particular de implementação e configuram um novo padrão de acumulação ou *uma nova estratégia neoliberal de*

desenvolvimento capitalista. Observa-se uma profunda mudança nos rumos da acumulação de capital no Brasil sob determinação da chamada estratégia neoliberal de desenvolvimento implementada pelos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso (Gennari, 2001, pp. 41-42, grifo do autor).

Entretanto, essa guinada em direção ao neoliberalismo no governo do Brasil não se deu de forma linear e sem resistência de distintas forças, sociais e também políticas. Entendendo a inclusão como um imperativo dos Estados Modernos, inclusive do Estado brasileiro, Lopes et al. (2013) realizaram um estudo sobre as políticas de inclusão. As autoras discutem a respeito dos investimentos feitos pelos governos posteriores de Lula e Dilma Rousseff entre os anos de 2003 e 2016, sucedendo os governos de Collor e FHC, visando a melhoria das condições de vida da população brasileira. Com forte mote na erradicação da fome e da extrema pobreza, “é difícil e arriscado afirmar que o Brasil vive sob a égide do neoliberalismo” (Lopes et al., 2013, p. 43). Entretanto, defendendo a posição que a agenda neoliberal é hegemônica, mesmo nos governos ditos de “esquerda” no país, as autoras afirmam que para que seja analisada a história imediata do país, deve-se ir além de focar a atenção em ações pontuais de governos. “É preciso ler as bases em que o presente está colocado a partir do contexto de uma história um pouco mais antiga e global” (Lopes et al., 2013, p. 43).

Nesse sentido, concordamos com as autoras e sabemos ser arriscado assumir a totalidade da agenda neoliberal no governo em nosso país, diante das diferenças entre as práticas de governos conservadores e de governos progressistas. Aqui, retomamos a temática defendida por alguns autores (Araújo, 2007; Badie & Hermet, 1993; Carvalho & Gallo, 2020; Hardt 1997; Hardt & Negri; 2001; De Oliveira, 2003) apontados no tópico em que introduzimos a discussão sobre o Estado brasileiro, que discorrem sobre o caráter híbrido que assume a governamentalidade brasileira na atualidade, ideia com a qual concordamos.

Corroborando com essa discussão temos Farah (2001) que considera que, até os anos de 1980, tivemos a inspiração do Estado de Bem-Estar Social dos países desenvolvidos no pós-guerra, na construção do sistema de proteção social no Brasil. Esse modelo promoveu provisão estatal de forma ampla de bens e serviços públicos. Sendo reformado nos anos de 1980 em direção à redemocratização, incluiu a participação do cidadão, descentralizando as decisões acerca da formulação e implementação das políticas, além de universalizar o acesso à proteção social, conforme apontamos acima,

focando mais especificamente nas políticas de saúde. Ainda segundo Farah (2001), no final dos anos de 1980, com o agravamento da crise fiscal, se estabeleceu o cenário em que surgiu como resposta à crise, a “importação” do ideário neoliberal, pautando novas preocupações reformistas, como

a eficiência, a eficácia, a efetividade e a qualidade e propôs para área social: transferência de serviços públicos para o setor privado (algumas vezes com financiamento público), descentralização voltada para aumentar eficiência, focalização das políticas e dos serviços em segmentos específicos da população. Tais propostas se contrapõem ao desenho de políticas orientadas à democratização pela universalização dos serviços e direitos sociais (Guimarães, 2017, p. 120).

Guimarães (2017) indica que a partir da Constituição de 1998, houve a descentralização garantida pela repartição das receitas e pelos mecanismos de transferência constitucionais, excetuando-se algumas áreas. Havia certa autonomia política e fiscal dos municípios e estados, mas restavam resquícios de concentração na União, que continuava sendo a principal financiadora, além de coordenar e normatizar as ações locais. Em seu estudo sobre as políticas sociais, Guimarães (2017) afirma considerá-las como o ponto onde se centra mais fortemente as contradições do Estado e diz que é impossível analisar as políticas públicas sem remetê-las às disputas em torno das quais suas definições são norteadas. Diante disso, o autor faz um questionamento que consideramos importante: “até que ponto podemos desconsiderar a influência das políticas econômicas na análise de outras políticas (principalmente as sociais)?” (Guimarães, 2017, p. 122).

A partir da década de 1990, as políticas sociais no Brasil “sofreram o ataque do programa político neoliberal” (Guimarães, 2017, p. 123) e o autor aponta que esse projeto neoliberal durante os anos de 1990 foi questionado de forma fragmentada, pelos governos locais que criaram propostas e experiências como alternativa ao gerencialismo do Estado (como apontamos anteriormente ser sua função no neoliberalismo), que havia sido implementado pela administração pública nas reformas neoliberais daquela década. Ele indica que em 2002, “há a derrocada desse projeto mais vinculado a uma ortodoxia econômica, e a ascensão de uma coalizão dos setores populares, partidos de esquerda e centro-esquerda, bem como setores do empresariado nacional, liderada pelo Partido dos Trabalhadores” (p. 124).

Este projeto de governo, tendo como base de apoio movimentos populares e sindicais, surgiu como uma aparente oposição direta ao projeto neoliberal que estava expandindo-se no país a partir dos anos de 1990. Entretanto, aprofundando-se na discussão, Guimarães (2017) aponta que alguns pesquisadores de teoria política (Castelo, 2012; Mota et al., 2012; Paula, 2015) afirmam que o PT teria assumido uma posição social-liberal, o que contraria sua proposta de oposição. Sob o governo do PT, houve inegáveis mudanças no padrão de consumo da classe trabalhadora, mas manteve-se a concentração de riqueza e desigualdade, mudando somente, segundo o estudo de Guimarães (2017), os novos meios de enfrentamento da pobreza pelas políticas de inclusão. Os programas sociais de enfrentamento à desigualdade e à pobreza no governo do PT, reconhecidos internacionalmente, não passariam de melhoramentos técnicos para fomentar o capital humano, alimentando o espírito meritocrático e empreendedor típico do neoliberalismo.

Mas, há contrapontos: “Tais políticas compensatórias e focalizadas são até apoiadas pelas classes dominantes, enquanto as políticas sociais estruturadoras (como saúde, educação, aposentadoria) ou qualquer iniciativa universalista que foram transformadas em serviços mercantis sofrem reação da direita” (Guimarães, 20117, p. 125). Nesse sentido, o pesquisador defende que, embora atravessados pela racionalidade neoliberal que é dominante no Ocidente, os governos conservadores e progressistas não atuam sob um mesmo neoliberalismo. O neoliberalismo que teria sido aplicado pelo PT seria influenciado por um neoliberalismo renovado pelas práticas e sobretudo pelos intelectuais de outros países da América Latina, e o neoliberalismo do PSDB seria o neoliberalismo mais clássico.

Não nos aprofundaremos ainda mais nessa discussão empreendida sobre as distintas linhas de racionalidade neoliberal⁶⁹, que retomam pormenorizadamente questões já apontadas anteriormente, como a teoria keynesiana e a formação do *Welfare State*. O que aqui reforçamos é que o neoliberalismo está fortemente presente no Estado brasileiro, mesmo quando sob governo progressista, até mesmo pelo argumento que apresentamos de que o Estado brasileiro, desde tempos mais remotos, vai se construindo de forma

⁶⁹ Para o aprofundamento dessas questões, indicamos Puello-Socarrás, JF. (2008). *Nueva Gramática del Neo-liberalismo. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 166p.

híbrida, opondo-se aos liberalismos de um lado, fortalecendo-os de outro, mas inescapavelmente sob a influência hegemônica ocidental contemporânea da agenda neoliberal.

Assim, temos operando, simultaneamente, de uma parte um Estado brasileiro forte na relação direta com a promoção das condições mínimas/básicas de vida da população e, de outra parte, um Estado brasileiro mínimo na condução das formas de vida, essas cada vez mais pautadas pelo mercado e focadas no indivíduo em particular (Lopes et al., 2013, p. 43).

Nesse sentido, vemos a instituição das políticas de saúde mental e da RAPS situadas nesse período em que se fortalece a racionalidade neoliberal em nosso país e a lógica da dialética inclusão-exclusão se torna, além de uma demanda social, um imperativo de Estado, como gerenciamento de risco e motor da concorrência por meio de ações de governo que são biopolíticas. Um Estado que governa segundo as leis do mercado, como o Estado brasileiro na governamentalidade democrática (Carvalho & Gallo, 2020) efetiva práticas políticas e programas que se destinam a governar a todos, aos mais variados grupos, tendo a inclusão como imperativo do Estado, que ao mesmo tempo em que garante direitos de cidadania, produz e mantém desigualdades, posicionando a todos na lógica de “in/exclusão” (Veiga-Neto & Lopes, 2011). Tal perspectiva é crítica e problematizadora, e sabemos ser incômoda, uma vez que tensiona a compreensão simplista e até mesmo ingênua que muitas vezes nos leva a uma idealização da sociedade civil como “portadora do bem e oposição ao Estado, em uma perspectiva dicotômica” (Franco et al., 2008, p. 13). O que é anormal, minoritário ou desviante passa a ser compreendido, tolerado e incluído para ingressar nas práticas que produzem, ao final, uma cidadania de consumo.

Isso significa dizer que a inclusão não opera apenas na ordem do acolhimento e da benevolência ao outro, assim como também *não se constitui somente como resultado de lutas e movimentos em prol da garantia de direitos sociais*, educacionais, de saúde, de assistência e de empregabilidade dos diferentes sujeitos. Além disso, ou junto a isso, tais *políticas de inclusão pretendem governar todos os grupos* da população e no caso da sociedade brasileira, *incluí-las nas redes de consumo*, garantindo espaços de participação no mercado, para que possam contribuir minimamente para o funcionamento do jogo econômico (Lockmann, 2020, p. 70, grifo nosso).

Lockmann (2020) indica que é possível compreender que em tais ações de inclusão há uma lógica de produtividade “bem-intencionada” embora haja outra lógica perversa que a atravessa e até mesmo a sustenta, o que aponta para o eterno agonismo foucaultiano. “Se por um lado partia-se do pressuposto de que todos deveriam estar

incluídos, por outro lado, nunca, dentro de uma racionalidade neoliberal, a igualdade foi uma meta” (p. 70). Estar incluído nessa racionalidade implica ocupar espaços de participação muito distintos, o que mantém e reforça a lógica da desigualdade como motor da concorrência neoliberal. Por isso, Veiga-Neto e Lopes (2011) compreendem que em nosso país, entre os anos de 1995 e 2011, temos uma fusão da inclusão com a exclusão, em contraponto a lógica de oposição binária *inclusão versus exclusão*, e por isso escolhem o neologismo que abarca essa fusão, na criação do termo *in/exclusão*. “*In/exclusão* foi a expressão criada para marcar as peculiaridades de nosso tempo, ou seja, para ‘atender à provisoriedade determinada pelas relações pautadas pelo mercado e por um Estado neoliberal desde a perspectiva do mercado’” (Veiga-Neto & Lopes, 2011, p. 131, grifo dos autores).

3.3.6. Cidadania e governo democrático neoliberal

Partindo da perspectiva foucaultiana que vimos apresentando desde o início deste trabalho, mas sobretudo no tópico anterior, entendemos as tensões e deslocamentos existentes na instituição de formas de governo das populações.

No campo da saúde, na perspectiva de Nespoli (2014), o SUS seria um movimento de resistência, que teria se insurgido contra o controle sobre a população, como uma conquista da sociedade civil contra o governo militar autoritário, centralizador e antidemocrático. Entretanto, o que vemos em uma leitura mais crítica é a percepção de que tais práticas são carregadas de um idealismo de fim das desigualdades que assolam a sociedade, mas acabam por culminar na via da ascensão de todos como “cidadãos de direito ao consumo”.

Ainda para Nespoli (2014), ao longo do século XX, o que assistimos no Brasil, e aqui já descrevemos, é a construção de estratégias de saúde que constituem diferentes vias de governamento da vida e regulação dos corpos sociais e processos biológicos da população, o homem-espécie. Nespoli (2014), citando Paim (2009), indica que tais vias podem ser compreendidas em quatro divisões: “a saúde pública (caracterizada por práticas higienistas e campanhistas), a medicina previdenciária, a medicina do trabalho e a medicina liberal” (p. 75). Os efeitos desses mecanismos de governamentalidade, ainda segundo a autora, demonstram uma fragmentação das práticas e o investimento em uma

racionalidade que é médica, liberal e privatista, de cunho liberal e curativista, favorecendo com isso a medicalização dos indivíduos e por consequência da sociedade, fortalecendo atualmente a lógica do capitalismo contemporâneo de investimento sobre a vida.

O movimento sanitário denunciou a precariedade das condições de vida e a manutenção de uma desigualdade social extrema que avassalava (e ainda avassala) grande parte da população brasileira e garantiu, por meio de um processo democrático, o debate e a defesa de outro projeto de saúde pública para o Brasil, que *deveria desenvolver outros meios, estratégias e dispositivos de governo*, de condução e gestão da saúde e da vida da população (Nespoli, 2014, p. 76, grifo nosso).

Dizer que “deveria desenvolver outros meios e estratégias” quer dizer que esse projeto não se efetiva de forma linear e imediata na sociedade, uma vez que vemos que as coisas não são tão simples assim. Em nosso olhar para o “perigo”, compreendemos que o neoliberalismo, sorrateiramente, atravessa o projeto de Reforma Sanitária e também o da Reforma Psiquiátrica, pela produção de formas de subjetivação de um sujeito de direitos, que se traduz a maior parte das vezes, na prática, como sujeito consumidor. Segundo Bernardes et al. (2010), o sujeito de direitos é uma aposta da economia política de um governo democrático neoliberal, em que não se governa o mercado, mas governa-se para o mercado, transformando a lógica democrática do “direito de acesso à saúde em direito de acesso ao *consumo* de saúde” (p. 367, grifo nosso). Conforme temos visto com as ideias de Foucault, o investimento em tecnologias de governo das populações visa a diminuição de um risco social na sociedade de segurança, em que a produção da medicalização da vida vai além da venda de remédios ou de seu uso indiscriminado, mas conta com uma difusão generalizada do saber/poder médico (Reis, 2009) e da cooptação desse discurso pelas distintas estratégias de mercado.

Segundo o estudo realizado por Barbosa et al. (2016), os conceitos de risco epidemiológico, cuidado e território estão em transversalidade aos elementos constitutivos de uma sociedade de segurança e são evidentes na operacionalização do campo da saúde mental na contemporaneidade, o que indica a necessidade de estudar a operacionalidade dos conceitos de cuidado, território e afins para esclarecer de que forma fortalecem os mecanismos de medicalização da existência e de despolitização da vida, como parte integrante de estratégias de governamentalidade e gestão dos riscos na sociedade de segurança ou se apontam, de alguma maneira, para outra racionalidade distinta.

A proposta da RAPS é de criar serviços dentro dos territórios focados na desinstitucionalização, entretanto, como vimos refletindo, somente fechar os manicômios e encaminhar todos os loucos para os CAPS é insuficiente (Scarcelli, 2011). Aparentemente, em parte, a cultura da Luta Antimanicomial foi novamente institucionalizada e trancafiada em um modelo de assistência que tem como foco privilegiado um único tipo de equipamento. O momento da criação e estabelecimento da RAPS idealizava um ponto de retorno dos “excluídos” para dentro do território, como um movimento que deveria estar voltado para fora, uma retomada da sociabilidade do louco (Scarcelli, 2011). Mas, o foco continuou na lógica hospitalar e tutelar, tendo o CAPS como carro-chefe. Apesar de haver outros dispositivos, vemos na composição da RAPS como todos aparecem subordinados ao CAPS.

Além disso, a lógica da RAPS centralizada no equipamento do CAPS parece manter a lógica do poder psiquiátrico e da normalização dos indivíduos, ao operar por meio da patologização e da medicalização. Vemos isso socialmente estabelecido pela quantidade de medicamentos prescritos e distribuídos nos CAPS, no aumento e difusão do diagnóstico psiquiátrico e na prescrição, uso e venda de psicofármacos na população como um todo, o que a cada dia aumenta mais os lucros de indústrias farmacêuticas. Trata-se da difusão da lógica da institucionalização psiquiátrica que aprisiona subjetividades, seja com ou sem muros. Como indicativo dessa lógica, temos as drogas e também o dispositivo da confissão na prática do interrogatório, apontadas por Foucault como estratégias do poder psiquiátrico, que continuam presentes na RAPS (Caponi, 2009), indicando a manutenção dessa lógica do poder psiquiátrico, agora com contornos neoliberais.

Segundo Caponi (2009), vimos a denúncia da existência de “vidas nuas” quando nos propomos a analisar os documentos que descrevem os maus tratos destinados aos loucos nos hospitais psiquiátricos por tanto tempo, o que foi denunciado por muitos, entre eles por Franco Basaglia. Também vimos essas vidas desnudas quando analisamos as estratégias de poder brutais como o eletrochoque e o isolamento forçado. No contexto brasileiro, um dos exemplos que temos é o que testemunhamos no premiado livro de Arbex (2013), *Holocausto brasileiro*, expressão que Basaglia utiliza em uma entrevista coletiva em 1979, ocasião em que o psiquiatra italiano conheceu o Hospital Colônia de Barbacena em Minas Gerais e então denunciou a condição desumana de seus internos (Arbex, 2013, p. 207). Essas “vidas nuas” citadas por Caponi (2009) continuam sendo

objeto de estratégias de poder, não somente nas antigas práticas dentro das instituições fechadas de encarceramento psiquiátrico – que ainda persistem em algumas localidades do país – mas em algumas das práticas que se atualizam e persistem ainda nos CAPS, toda vez que as intervenções terapêuticas são limitadas a conseguir uma confissão (sim, sou louco; sim, escuto vozes) e a prescrever medicamentos para controle dos sintomas.

É verdade que a ordem da psiquiatria deixou de ser o internamento e o encerramento; porém, hoje se trata de medicalizar e dominar as paixões, os delírios e os maus hábitos pelo uso de psicofármacos que só algumas vezes se mostram eficazes. Em lugar de docilizar pelo encerramento físico manicomial, dociliza-se pelo encerramento químico, pelo isolamento que impõe o uso de psicofármacos que modelam os hábitos e as condutas, que dominam os pensamentos e os delírios, que minimizam o risco de violência, mas que, ao mesmo tempo, exigem um custo muito elevado (Caponi, 2009, p. 102).

Cabe, entretanto, apontar que nem todas as práticas dentro da RAPS se enquadram totalmente na crítica que aqui empreendemos e veremos que, sobretudo na prática cotidiana dos serviços, se fazem ranhuras, buscando-se operar em resistência ao imperativo de governo neoliberal. Discutiremos a respeito dessas possibilidades mais à frente.

3.3.7. Encarando o perigo neoliberal

Uma leitura crítica e problematizadora como essa pode aparentemente levar a uma paralisação pessimista diante da realidade, do que muitos críticos já acusaram Foucault de fomentar com suas reflexões, mas que não é o que entendemos por aqui e já estamos defendendo desde o começo dessa tese. Nossa intenção é colocar sob os holofotes as práticas de cuidado que estão balizadas em racionalidades específicas, a partir de governamentalidades que produzem modos de subjetivação que positivam o tipo de subjetividade/identidade normal/anormal em sofrimento mental que é a condição de “louco” em nossa sociedade. O que as lógicas manicomial, asilar e tutelar trouxeram à sociedade foi a fabricação de um tipo específico de sujeito, transformando qualquer tipo de um dito desvio social, ou fora da norma (como a criança desajustada ou o sujeito incorrigível) em ser anormal, em estar fora de uma normalização da sociedade (Foucault, 2006; 2018e).

Vimos que a lógica governamental democrática – hegemonicamente atravessada pelo neoliberalismo – a partir da subjetivação do sujeito de direito (Carvalho & Gallo,

2020; Bernardes et al., 2010; Gallo, 2017) impera em uma lógica de inclusão que funde *in/exclusão* (Veiga-Neto & Lopes, 2011) pela forma como vimos serem balizadas as construções das políticas públicas. Faz-se necessário conhecer e analisar tais discursos e práticas, que ainda que bem-intencionados, estão à serviço da lógica neoliberal e do aumento da competição e do consumismo em nossa sociedade contemporânea.

Reconhecer as múltiplas expressões do governo neoliberal exige pensarmos criticamente não apenas seus efeitos sobre as políticas públicas, o papel do Estado e os direitos sociais, mas sobre as relações sociais em torno da saúde, da normalidade e do adoecimento e sobre o próprio cuidado. Dispositivos, técnicas e práticas de governo que produzem formas específicas e variáveis dos sujeitos pensarem, calcularem, estratificarem e organizarem as relações particulares que estabelecemos com nós mesmos (Andrade et al., 2022, p. 15).

Olhar de frente o “perigo”, evocado nas palavras de Foucault no início deste tópico, nos permite problematizar o presente e criar estratégias que possam se configurar como práticas de resistência hoje para um futuro possível. A crítica da análise dos processos nos permite perceber que existem atores em cena e que se propõem a contribuir para práticas que sejam transformadoras no cotidiano. É importante que o “perigo” seja colocado em evidência, para que possa fomentar uma interrogação acerca das possibilidades e modalidades de enfrentamento e resistência. “Jamais seremos sujeitos coerentes e unificados de algum regime governamental; pensar o cuidado no neoliberalismo exige justamente reconhecê-lo entremeado por regimes de verdade e de poder em disputa, no qual a saúde e a subjetividade se produzem e resistem às nossas práticas de governo” (Andrade et al., 2022, p. 13).

Cabe ressaltar que, no campo da Saúde Mental, a própria Luta Antimanicomial pode ser compreendida como um movimento de resistência diante da racionalidade neoliberal. Ressaltamos que as políticas que resultaram da luta não refletem totalmente o que a Luta Antimanicomial representou e representa. Entretanto, diante da provocação foucaultiana, seguimos apontando que a materialização das políticas públicas e dos equipamentos e dispositivos de cuidado em Saúde Mental precisam ser foco de nossa atenção para os “perigos”.

A racionalidade neoliberal está dentro e fora da RAPS; dentro e fora da Luta Antimanicomial; dentro e fora do CAPS e urge que estejamos atentos aos movimentos de submissão e também de resistência a todos os discursos e práticas englobados por essa modalidade de governamentalidade que estamos apontando. Isso não quer dizer que as

políticas públicas advindas da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica sejam, em si mesmas, perigosas. Mas, que o perigo está presente o tempo todo, em um eterno movimento de embate de forças, de relações de poder. Conforme aponta Foucault, não há fora do poder. E onde há poder, há resistência. Não há, entretanto, uma compreensão que seja unívoca a respeito de tais perigos e dos movimentos de resistência que se opõem a eles, visto que se trata de um processo que é vivo, e, portanto, se metamorfoseia o tempo todo.

Também cabe apontar que nem todo perigo é igualmente pernicioso e devemos estar atentos às particularidades dos discursos e práticas, sobretudo os que se apresentam no cotidiano. No livro *Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?* em um dos capítulos nomeado *Resistência e Revolução: “Nem tudo é igualmente perigoso”* Margaret McLaren (2017) discute o papel da resistência, da revolução e dos direitos nos movimentos por mudança política e social. A autora aponta, referindo-se aos estudos foucaultianos dos anos de 1970, uma importante distinção entre poder e dominação, que já apontamos aqui e retomamos sob a perspectiva da autora. “Estados de dominação existem quando as relações de poder são assimétricas” (McLaren, 2017, p. 357), afirma, indicando que há diferenças nos perigos e que assim o próprio Foucault também teria afirmado, respondendo a seus críticos em uma discussão realizada em Berkeley em abril de 1983, dizendo que nem tudo é igualmente perigoso.

Nesse sentido, em uma análise realizada por Ferreira Neto e Araújo (2014), os autores apontam que a gestão que temos contemporaneamente no SUS pode ser compreendida entre duas formas de governamentalidade, sendo a primeira hegemônica no Brasil e no Ocidente, que é a gestão neoliberal, alinhada à generalização das leis do mercado na vida social e na produção de subjetividades que são gerenciadas. Já a segunda, contra hegemônica, segundo os autores, herda uma tradição que remonta para a construção de um Estado de Bem-Estar Social na Europa, com a tentativa de construção de prática de gestão que seja democrática e participativa, e que produza “subjetividades ativas e críticas, envolvidas e solidárias” (p. 679). Cabe, porém, pontuar que em uma perspectiva mais ampla, em nosso posicionamento aqui embasado em pesquisadores foucaultianos brasileiros, ambas as modalidades de gestão são parte da racionalidade

liberal – uma vez que apontamos que a própria noção do *Welfare State* nasce⁷⁰ diante da crise do liberalismo clássico, e, portanto, dentro do mesmo – mas não são, em absoluto, a mesma coisa, não representam o mesmo perigo, e podem promover práticas e modos de subjetivação que sejam distintos.

Assim, temos o atravessamento de diversos discursos e práticas de saúde que reforçam a lógica de empresariamento de si mesmo, com metas, gerencialismo e com um cuidado traduzido apenas em procedimentos de controle e manutenção do poder dos modelos anteriores. A lógica da produtividade atravessa a todos, na dialética *in/exclusão*, presente inclusive no dispositivo da reabilitação psicossocial, como veremos no próximo e último tópico deste capítulo. A agenda de responsabilização individual perpassa a própria compreensão do sujeito como um sujeito de direitos – e deveres – e nos faz indagar como será possível criar estratégias de enfrentamento que resistam a essa lógica, e que “se constituam enquanto uma prática social que permita o resgate da subjetividade humana e da potência da vida sequestrada pelas modalidades contemporâneas de biopoder” (Barbosa et al., 2016, p. 926).

Por outro lado, apostamos na existência de práticas e construção de saberes que sejam contra hegemônicos, sobretudo no cotidiano. Um desses exemplos está na gestão participativa e democrática do SUS que apontamos acima, que sustenta espaço para que se produzam movimentos de resistência.

É preciso ressaltar que novas estratégias para a psiquiatria brasileira não se encontram na questão exclusiva de metas instituídas de política de saúde mental, nem de conhecimento científico, menos ainda de organização mais racional das instituições. Mas em tentativas de estabelecer novas relações de forças relativas aos processos de exclusão e normalização dos indivíduos em nossa sociedade, principalmente como busca da invenção e da experimentação que permitam oferecer resistências às atuais formas de articulação dos saberes com as práticas (Candiotto & Portocarrero, 2013, p. 296).

Nesse sentido, chegando cada vez mais próximos do NUPE e do CUPINS, buscaremos encontrar na vivência cotidiana, possibilidades contra hegemônicas que sejam como resistências aos discursos e práticas da governamentalidade neoliberal,

⁷⁰ Há distintas perspectivas sobre a origem do Estado de Bem-estar Social. A que aqui adotamos é a trazida por Dardot e Laval (2016). Entretanto, é importante destacar que existem outras compreensões. Para uma introdução sobre elas, consultamos e indicamos: Santos, I. (2004). Da gênese à crise do Estado de bem-estar. *Revista Cronos*, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, pp. 289-308.

apontando assim para a possibilidade de novos modos de produção de subjetividade, sobretudo pela via da ética em termos foucaultianos.

Partindo destas questões que aqui levantamos, nos aproximamos agora do dispositivo da reabilitação psicossocial como eixo de cuidado – mas também gestão – das populações usuárias da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil. Caberá neste momento apresentar o desenvolvimento e estabelecimento do conceito de reabilitação psicossocial para pensarmos em como os sujeitos estão inseridos e são produzidos por meio desse importante dispositivo no processo de reforma psiquiátrica no país. Caberá também, de forma derradeira, pensar em como a Economia Solidária entra no eixo “trabalho” da reabilitação psicossocial e como as práticas, dentro dessa modalidade de organização do trabalho, podem ser mantenedoras da governamentalidade neoliberal, ou então, sinalizadoras de resistência e possibilidade de construção de novas práticas que incidam em novas subjetividades possíveis.

3.4. Reabilitação Psicossocial e Economia Solidária: governo das condutas e práticas de resistência

Neste último tópico deste capítulo, nossa intenção é apresentar a inserção da Economia Solidária na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Essa inserção se dá oficialmente a partir do artigo 5º da Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011⁷¹(Brasil, 2011) que institui a Rede de Atenção Psicossocial, onde lemos que a RAPS se constitui por distintos componentes, entre eles o eixo VII que é a reabilitação psicossocial. Mas, como temos visto a respeito de outros movimentos, a aproximação entre Economia Solidária e Saúde Mental também nasce de experiências concretas que são anteriores às postulações oficiais. Discutiremos aqui no presente tópico os desdobramentos, as tensões, as contradições e as ambiguidades acerca dessa modalidade de serviço em saúde mental, a partir da leitura crítica foucaultiana que vimos fazendo até o momento, a saber, sobre a produção de subjetividades e trabalho, em especial no entrelaçamento entre trabalho e loucura nos discursos e práticas instituídos pelas políticas públicas de saúde mental, em

⁷¹ Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html, acesso em 8 de abril de 2023.

uma governamentalidade democrática brasileira, compreendida a partir de uma racionalidade neoliberal que é hegemônica.

3.4.1. Reabilitação psicossocial como dispositivo

No artigo 12 da portaria nº 3.088/2011 lemos: “O componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial é composto por iniciativas de geração de trabalho e renda / empreendimentos solidários / cooperativas sociais” (Brasil, 2011, s/p.). No texto, lemos que a reabilitação psicossocial por meio do trabalho, nas modalidades acima descritas, tem por objetivo efetivar uma “inclusão produtiva, formação e qualificação para o trabalho” com ações de caráter intersetorial, dispondo de recursos no território, “para garantir a melhoria das condições concretas de vida, ampliação da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários da rede e seus familiares” (Brasil, 2011, s/p.).

Nossa escolha é partir da compreensão da reabilitação psicossocial como um dispositivo dentro da Rede de Atenção Psicossocial, nas práticas de cuidado e atendimento em saúde mental. Foucault utiliza muito o conceito de dispositivo ao longo de vários de seus escritos, cursos, entrevistas e seminários. Em uma entrevista concedida à *International Psychoanalytical Association* (IPA) sobre a *História da Sexualidade* e publicada no Brasil no livro *Microfísica do poder* (1979), Foucault define o conceito de dispositivo:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba *discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas*. Em suma, o *dito* e o *não dito* são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a *rede* que se pode *estabelecer entre estes elementos*. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como *programa de uma instituição* ou, ao contrário, como elemento que permite *justificar e mascarar uma prática* que permanece muda; pode ainda funcionar como *reinterpretação desta prática*, dando-lhe acesso a um *novo campo de racionalidade*. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um *determinado momento histórico*, teve como função *principal responder a uma urgência*. O dispositivo tem, portanto, uma *função estratégica dominante*. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominância da loucura, da doença mental, da neurose (Foucault, 1979, p. 244, grifo nosso).

Trata-se de uma citação longa, mas optamos por aqui trazê-la para situar o ponto do qual partimos para pensar a reabilitação psicossocial como dispositivo, compreendido como um jogo que se estabelece entre o dito e o não dito para responder a uma urgência a partir de determinado momento histórico. Além disso, a partir da compreensão da noção de dispositivo, podemos sintetizar o percurso que vimos percorrendo ao longo da fundamentação teórica da presente tese, e que encontra nesse último tópico o seu fim e, sobretudo, a sua finalidade: utilizar de ferramentas foucaultianas para construir maneiras de nos aproximar e compreender os modos de produção de subjetividade dos usuários dos serviços de Saúde Mental da cidade de Santo André, inseridos no NUPE, na oficina de geração de renda CUPINS.

Nesse sentido, a noção de dispositivo cabe muito bem ao nosso propósito, uma vez que denota uma rede em que se entrelaçam diversos elementos heterogêneos e que tem um viés de tensionamento: por um lado, pode fixar lugares de dominação por meio do estabelecimento de práticas de forma institucionalizada, mas, por outro lado, pode prover a reinterpretação dessas mesmas práticas, abrindo novas linhas de funcionamento e um novo campo de racionalidade. É por isso que nos valem da noção de dispositivo nesse momento para discorrer acerca da imbricação entre Economia Solidária e Saúde Mental no eixo da reabilitação psicossocial, como uma rede de diversos elementos que se fixam como eixo de institucionalização das práticas de cuidado da loucura, respondendo a uma demanda de urgência da Reforma Psiquiátrica, mas que, ao mesmo tempo, pode tensionar um viés de reinterpretação dessas mesmas práticas, abrindo campo para uma nova racionalidade.

Deleuze, destacado teórico dentre aqueles que dão continuidade ao projeto de Foucault de estudo do presente e que já trouxemos para a discussão na presente tese, apresenta no texto *O que é um dispositivo* (1996) importantes contribuições metodológicas sobre essa noção a partir das obras foucaultianas. Deleuze (1996) compreende o dispositivo, de maneira geral, como um conjunto composto de diversas linhas heterogêneas, traçando processos sempre em movimento, aproximando-se ou afastando-se de forma variada, estando tais linhas submetidas a variações de direção e derivações. As linhas são compreendidas como vetores ou tensores – o que sedimenta um dispositivo – ou podem quebrar, produzindo variações e derivações de direção,

configurando-se como linhas de atualização. “Deleuze assinala que Foucault *cartografa*⁷² um dispositivo a partir de *três grandes* feixes de linhas. Esses feixes não são homogêneos, nem possuem contornos definidos, mas consistem em sistemas de variáveis, que se desdobram umas das outras: *o saber, o poder e a subjetivação*” (Weinmann, 2006, p. 20, grifo nosso).

Caminhando nesse sentido, estamos até o momento na presente tese discorrendo acerca dessa trama entre saberes, poderes e subjetivação, e, agora, ao nos aproximar do dispositivo da reabilitação psicossocial, a hipótese que será verificada aqui é que o trabalho dentro da RAPS, nos moldes da Economia Solidária como aporte do recorte que realizamos a partir do nosso campo de pesquisa, é composto por uma trama de saberes e poderes ao longo da história da relação do trabalho com a loucura e das práticas de governamentalidade que instituíram formas de tratamento dos loucos, a partir de racionalidades distintas. Tais linhas de saberes e poderes culminaram na produção de subjetividades específicas, mas, ao mesmo tempo, isso se dá de forma ambígua e controversa, denotando práticas e discursividades relativas à racionalidade da governamentalidade neoliberal e, ao mesmo tempo, potencializando forças de resistência que se contrapõe à lógica dominante, como tensionamento de tais linhas que pode gerar uma atualização e uma mudança de racionalidade e, portanto, de modos de subjetivação.

Isso posto, a questão que buscaremos aqui responder é como se dá o imbricamento da Economia Solidária e da Saúde Mental no dispositivo da reabilitação psicossocial e como podemos concebê-la como uma continuidade dos modelos anteriores, configurando-se como governo das condutas e, portanto, subjetivando os sujeitos dentro de uma racionalidade governamental que é hegemônica, e também, como dentro desse emaranhado de forças, saberes e produção de subjetividades, pode-se compreender a prática da Economia Solidária dentro das Políticas de Saúde Mental a partir de uma perspectiva foucaultiana como uma possível prática de resistência, tendo a ética e o cuidado de si e dos outros como norteadores dessa compreensão, gerando novas formas de produção de subjetividade. Para tanto, vamos iniciar por conceituar o que vem a ser a reabilitação psicossocial.

⁷² Trataremos mais do tema da cartografia quando da formalização do método no próximo capítulo.

3.4.2. Uma prática à espera de teoria

O termo “reabilitação psicossocial” surgiu nos Estados Unidos na década de 1940 por meio de um movimento chamado *WANA – We are not alone*, organizado por ex-pacientes psiquiátricos. Já de início, esse movimento que perdurou nas décadas seguintes, tinha como objetivo principal a luta pela inserção dos ex-pacientes no mercado de trabalho e por condições dignas de moradia para eles (Goulart & Zani, 2015).

Dando um salto temporal, apontamos que no ano de 1986, na França, surge a Associação Mundial de Reabilitação Psicossocial (*World Association for Psychosocial Rehabilitation - WAPR*) e, em 1996, tal associação junto com a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelecem uma declaração de consenso de que a reabilitação psicossocial deveria ser entendida como uma “estratégia que facilita oportunidades para que pessoas com dificuldades ou com incapacidades por transtorno mental possam alcançar um nível ótimo de funcionamento na comunidade, mediante a melhoria de competências do indivíduo e introdução de mudanças no seu entorno” (WAPR, 2012, p. 9 citado por Goulart & Zani, 2015, p. 368).

Já no Brasil, o ponto de saída que tomamos para pensar em reabilitação psicossocial é considerando a existência de diversos discursos muito heterogêneos sobre a própria noção, com distintas compreensões teóricas e pouca coesão conceitual, “uma prática à espera de teoria” (Saraceno, 2016, p. 193).

No que diz respeito à reabilitação psicossocial, no Brasil, há uma heterogeneidade discursiva, de modo que esse campo pode ser pensado a partir de um vasto acervo teórico e pouco coeso. Apesar de ganhar destaque com o movimento da Reforma Psiquiátrica, as práticas de reabilitação psicossocial perpassam tanto pelos discursos proibicionistas quanto antiproibicionistas e apesar das diversas tendências discursivas encontram no exercício da *cidadania* seu *ponto de convergência*, todas considerando a reabilitação psicossocial uma postura *ética* (Araújo & Cassoli, 2020, p. 67, grifo nosso).

Embora haja heterogeneidade discursiva pouco coesa à respeito da noção, o ponto de convergência de todas essas compreensões é a consideração de que a reabilitação psicossocial visa um *exercício de cidadania* e, portanto, conforme apontamos, compreendemos que está alinhada à racionalidade da governamentalidade democrática brasileira, uma vez que é inserida nas Políticas Públicas de Saúde Mental a partir de um movimento de forças e saberes sobre a saúde e o cuidado formalizado a partir da própria Constituição de 1988, e posteriormente pelo SUS e pela RAPS, que subjetivam a todos

como cidadãos, sujeitos de direito. Esse sujeito de direitos, compreendido aqui como instituído, entre outras forças, pelas políticas sociais de Estado, se conforma mais contemporaneamente à lógica concorrencial e a ética do *homo ecoeconomicus* trabalhado por Foucault (2008; 2021b), uma vez que “dentro da arquitetura de um Estado social/neoliberal é que o sujeito de direitos se torna cidadão-cliente, consumidor de serviços” (Lasta & Guareschi, 2009, p. 8).

Nesse sentido, enfatizamos que é inescapável que nosso olhar esteja assim voltado para compreender de que forma a subjetivação de todos em uma lógica *in/exclusão* como cidadãos e sujeitos de direitos está presente nos discursos e práticas da reabilitação psicossocial e, também, de que forma há possibilidade de se pensar em linhas de tensionamentos que se configuram em práticas de resistência. Para isso, apesar da produção teórica ser vasta no sentido de conceituar o dispositivo da reabilitação psicossocial, buscaremos apresentar alguns teóricos que se lançaram à essa tarefa e sobretudo a problematizar a noção, indicando as potencialidades e os “perigos” – em termos foucaultianos – bem como os limites para a implementação de um projeto de justiça social e emancipação, que estava no bojo dos ideais da Luta Antimanicomial.

Ana Maria Fernandes Pitta, psiquiatra militante da Reforma Psiquiátrica no Brasil e organizadora do livro *Reabilitação psicossocial no Brasil*, cuja primeira edição foi lançada em 1996, indica que a reabilitação psicossocial representa um conjunto de programas e serviços que são desenvolvidos para facilitar a vida das pessoas que possuem problemas severos e persistentes. Ela apresenta uma definição conceitual clássica da *International Association of Psychosocial Rehabilitation Services* em 1985:

[...] o processo de facilitar ao indivíduo com limitações, a restauração, no melhor nível possível de *autonomia* no exercício de suas funções na comunidade [...] o processo enfatizaria *as partes mais sadias do indivíduo*, mediante uma abordagem compreensiva e um suporte vocacional, residencial, social, recreacional, educacional, ajustados às demandas singulares de cada indivíduo e cada situação de modo personalizado (Pitta, 2016, pp. 27-28, grifo nosso).

De saída, já nos chama a atenção a utilização do termo *autonomia* e da expressão *partes mais sadias do indivíduo* nessa definição. Já podemos identificar aí uma trama das relações de saber e poder, e das práticas de subjetivação que estão atreladas a certa racionalidade que compreende sujeitos como normais ou anormais, adaptados ou inadaptados ao meio. Além disso, encontramos nessa conceituação uma certa compreensão da busca de uma tentativa de reabilitação para o (re)ingresso no reino dos

normais, uma vez que a diferença do sujeito é tida como de ordem patológica, ao que se contrapõe algumas de suas partes mais sadias. Tais partes devem ser mobilizadas por poderem ser utilizadas para prover a presença do indivíduo com limitações na comunidade, de forma a buscar restaurar o melhor nível possível de autonomia. A própria autora se remete aos problemas desta primeira conceituação no prefácio à quarta edição de seu livro, afirmando que, diante dos incômodos da definição “importada”, puderam produzir em território brasileiro, uma nova compreensão.

Desde o início dos anos noventa, apesar do incômodo que as duas palavras nos causavam com os “seus prejuízos de sentido”, ora visto no seu viés fiscalista-ortopédico como algo a reparar, ora visto como um *Re* (voltar atrás), *Habilitar* (em busca de habilidades perdidas, quando a maioria dos sujeitos implicados não tinha tido chances de qualquer habilitação!), avançamos com elas! Nós brasileiros, com alguma ajuda de boas companhias internacionais [...] conseguimos ressignificar e politizar o conceito, transformando-o em ideias fulcrais no movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira (Pitta, 2016, p. 9, grifo da autora).

Também nesse sentido, outros autores do mesmo livro (Saraceno, 2016; Benetton, 2016; Marques, 2016) chamam a atenção para o prefixo *re* do termo reabilitação, proposto inicialmente pela WAPR. Segundo Goulart e Zani (2015) o prefixo aponta para um processo de normalização, um retorno à um estado de normalidade anterior ao adoecimento, entendido de forma estendida como uma adequação do sujeito em relação a uma norma hegemônica estabelecida. Tais compreensões que preconizam o uso do prefixo partem de um crivo adaptacionista e normalizador, em torno principalmente da expertise dos profissionais *psi* como protagonistas no processo de condução da reabilitação, fixando variáveis que visam operacionalizar o processo (Castilho & Goulart, 2015).

3.4.3. A perspectiva crítica e política de Benedetto Saraceno

Isto posto, avançamos para uma compreensão que aparece em tensionamento à essa perspectiva hegemônica normalizadora, “uma perspectiva crítica e politizada de Benedetto Saraceno” (Castilho & Goulart, 2015, p. 323) que, se distinguindo da perspectiva anterior, se desdobra em reflexões muito importantes para a teorização da temática no Brasil, inclusive contribuindo para a ressignificação do conceito referida por Pitta (2016) na citação acima, fazendo coro com muitas outras vozes da Reforma Psiquiátrica no país.

Para Saraceno (2016), “a reabilitação é considerada, antes de tudo e neste momento, historicamente, em todo o mundo, uma necessidade ética, é uma exigência ética” (p. 19). O autor não concebe a reabilitação como um conceito estático nem uma maneira unívoca de empreender uma mudança em termos subjetivos. Para ele, “a reabilitação não é substituição da desabilitação pela habilitação, mas um conjunto de estratégias orientadas a aumentar as oportunidades de troca de recursos e afetos: é somente no interior de tal dinâmica de trocas que se cria um efeito ‘habilitador’” (Saraceno, 2001, pp. 111-112). Ele deixa claro em sua compreensão que para se pensar em um efeito que seja habilitador, devem-se multiplicar oportunidades de trocas materiais e afetivas a partir de redes de negociação. Nessas redes, a questão central não é a autonomia utópica que visa a total emancipação, em termos darwinianos de uma certa ética da sobrevivência do mais forte, mas a *participação*, de forma que as regras do jogo são modificadas para que tanto “fracos” quanto “fortes” possam participar.

A reabilitação para Saraceno (2001), estando em oposição a esse tipo de concepção darwiniana de autonomia, busca uma proposta reabilitativa que venha proporcionar um melhoramento da condição geral de existência, para que o sujeito possa estar em relação com outros, em redes e circuitos de trocas afetivas e materiais. Nesse sentido, busca definir os eixos sobre os quais se constrói a capacidade contratual dos pacientes psiquiátricos e explicita: “O processo de reabilitação seria, então, um processo de reconstrução, um exercício pleno da cidadania, e, também, de plena contratualidade nos três grandes cenários: *habitat*, rede social e trabalho com valor social” (Saraceno, 2016, p. 22).

Como é sabido, a reabilitação psicossocial no Brasil nasce como uma tentativa de responder à demanda extra manicomial criada com o fechamento progressivo dos manicômios pela Luta Antimanicomial e pela Reforma Psiquiátrica. Saraceno (2001) afirma que o Hospital Psiquiátrico segue tendo muita força no imaginário social ao redor do mundo como lugar de excelência para o tratamento da loucura, embora nos últimos cinquenta anos o seu papel hegemônico tenha sido colocado em questão, conforme já discutimos por aqui. Saraceno (2001) irá dizer que não basta sair do manicômio, mas criar um novo modo de vida sem o imaginário do manicômio. Não basta tirar os loucos do manicômio: importa tirar a lógica manicomial dos loucos e do corpo social como um todo.

Para o autor, o que temos em alguns momentos na RAPS é apenas uma desospitalização, pois uma desinstitucionalização de fato passaria por libertar as identidades da condição de dependência total. Tal lógica desospitalizadora acaba precarizando as reais possibilidades de reinserção social quando foca mais na desinstitucionalização e no modelo hospitalar substitutivo, tendo o CAPS como centro, e acaba por não desenvolver o eixo da reabilitação psicossocial, cujo foco é, principalmente, o estabelecimento de participação, possibilidades emancipatórias e cidadania social. Uma luta antimanicomial não deve ser apenas uma luta contra o manicômio em si, mas contra toda uma instituição de saberes e forças que produzem subjetividades institucionalizadas.

A crítica do manicômio como lugar desumano e anti terapêutico, se não assume que tais conotações não são só “do manicômio”, mas da ideologia psiquiátrica (da qual o manicômio é produto) se traduzirá simplesmente em criação de outros cenários para o exercício da mesmíssima ideologia psiquiátrica (Saraceno, 2001, p. 69).

A prática da reabilitação parece estar, assim, nas palavras de Saraceno (2001) em um vácuo sobre o seu efetivo lugar de ação. Os amplos cenários nos quais se dão as intervenções não deveriam ser clínicos, mas sobretudo, situacionais do paciente, em sua vida real. Não somente nos serviços, geograficamente estabelecidos, mas em todo o entorno da vida social do sujeito. O bom serviço seria aquele com alta integração interna e externa. “O muro do manicômio a ser demolido é qualquer muro que impeça de ver (e usar) outros saberes e outros recursos” (Saraceno, 2001, p. 98). Nesse sentido, a comunidade e a família têm papel crucial na reabilitação, remetendo à noção de território de Milton Santos⁷³, utilizada amplamente dentro da Saúde Mental (Furtado et al., 2016).

As instituições formais da comunidade e as informais representam recursos potenciais de um serviço: da paróquia ao sindicato, das associações esportivas às agregações mais ou menos formalizadas dos cidadãos, a rede de lugares, recursos e oportunidades é infinita e infinitas são as articulações individuais serviço/paciente/comunidade, capazes de produzir sentido, contratualidade, bem-estar (Saraceno, 2001, p. 103).

⁷³ A noção de *território*, advinda da Geografia Crítica e tendo em Milton Santos seu principal teórico, adentra os ideais da Luta Antimanicomial, com forte ênfase não-hospitalocêntrica e com foco em um potencial modelo emancipatório. Entretanto, é possível também problematizar esse conceito e sua prática na realidade da RAPS. Não realizaremos esses apontamentos aqui, mas indicamos a leitura crítica sobre a noção de território na Saúde Mental empreendida por Furtado et al. (2016), no artigo *A concepção de território na Saúde Mental*.

Além disso, Saraceno (2001) também é enfático em afirmar que o conceito de reabilitação psicossocial está diretamente ligado à questão da cidadania do paciente. “A cidadania do paciente psiquiátrico não é a simples restituição de seus direitos formais, mas a construção de seus direitos *substanciais*, e é dentro de tal construção (afetiva, relacional, material, habitacional, produtiva) que se encontra a única reabilitação possível” (Saraceno, 2001, p. 18, grifo nosso). E ainda que

O que interessa, em particular, valorizar, com respeito à desinstitucionalização, é sua função de *restituição da subjetividade do indivíduo* na sua relação com a instituição; mais precisamente, é a possibilidade de recuperação da contratualidade, isto é, de posse de recursos para trocas sociais e, por conseguinte, para a *cidadania social* (Saraceno, 2001, p. 13, grifo nosso).

3.4.4. Uma pedagogia da sociabilidade

Cabe aqui um apontamento problematizador que tensiona outra linha dentro do dispositivo de saúde mental. Já apontamos que essa linha da cidadania presente em todas as conceituações heterogêneas acerca do dispositivo se configura, em nossa leitura, como um ponto de tensionamento. Pinto e Ferreira (2010), no artigo intitulado *Problematizando a Reforma Psiquiátrica Brasileira: a genealogia da Reabilitação Psicossocial*, tecem importantes contribuições a respeito do processo de desinstitucionalização na reforma em nosso país e colocam em questão a possibilidade de se produzir “loucos-cidadãos” a partir dessas novas modalidades de cuidado, tendo seu centro no dispositivo da reabilitação psicossocial. Este artigo escrito pelos autores em perspectiva foucaultiana, se alinha à proposta que aqui fazemos para nos atentarmos aos “perigos”. Para Pinto e Ferreira (2010), mesmo as novas modalidades de tratamento não são determinantes para que os doentes mentais possam assumir a condição de cidadãos, uma vez que os princípios manicomialistas ainda podem estar presentes, embasando serviços e práticas.

Colocando em questão os conceitos normalizadores e seus críticos na reforma brasileira (entre eles Pitta e Saraceno como vimos), Pinto e Ferreira (2010) indicam que a resposta reformista à problematização do conceito de reabilitação psicossocial concentra-se na condição de cidadania como objetivo final do processo de reinserção social que visa a reabilitação psicossocial. Porém, ressaltam que essa cidadania que se pretende construir obedece ao princípio de uma racionalidade que é liberal, obedecendo à igualdade de direitos e ao cumprimento de deveres, restituindo ao louco aquilo que lhe faltaria – a razão – colocando-o na seara dos defeitos, conforme ideia de Birman (1992),

citado pelos autores. “A ideia de se restituir o que falta ao louco pode trazer o risco de inscrever esse sujeito no âmbito da negatividade” (Ferreira & Pinto, 2010, p. 32). Além disso, afirmam que ao longo dos séculos muitas ações buscaram restituir a razão ao louco no intuito de igualá-lo aos demais cidadãos, o que proporciona o registro de uma pedagogia da sociabilidade, de acordo novamente com as ideias de Birman (1992).

Para avançar nesse tensionamento, se faz necessário compreender e apontar enfaticamente – o que pode parecer óbvio – que não há, *a priori*, nenhuma hierarquia “naturalmente” balizada em uma certa normalização dos sujeitos que deva ser seguida para se corrigir o louco e transformá-lo em sujeito da razão e da vontade. Essa seria uma prática normalizadora a partir de certa racionalidade que postula padrões de normalidade, índices estatísticos de comportamento, desvios do padrão etc. Como vimos, as práticas, saberes e subjetividades de uma dada racionalidade são formadas socialmente ao longo do tempo, sendo contingenciais, uma vez que são historicamente produzidas.

Diante disso, a necessidade que de fato se apresenta, apontada por Pinto e Ferreira (2010) é que se “treslouque” a compreensão desse lugar de igualdade que se apresenta como normalizador, criando novos espaços e novos sentidos para a ideia de loucura em oposição à razão. “É fundamental que os profissionais, loucos e cidadãos se ‘treslouquem’” e, ainda, “que se instalem nesse paradoxo da relação loucura-cidadania para a produção de novas configurações, pensando nos problemas que implicam esta inserção do louco nesta figura de cidadão” (Pinto & Ferreira, 2010, p. 32). Fala-se, portanto, das questões da diversidade e da multiplicidade. O louco é diferente e então, para que ele tenha um lugar, não é preciso transformá-lo em “igual”, em “normal”, mas criar espaços sociais que comportem suas diferenças.

Se nos manicômios o que se assistia era a prevalência da violência física, no dispositivo da reabilitação psicossocial, que visa restituir a condição de cidadania do sujeito louco, pode prevalecer outro tipo de violência, a simbólica, expressa, a título de exemplo trazido pelos autores, na própria conduta técnica de treinamento do sujeito louco para as atividades da vida diária. “Não basta reabilitá-los; é necessário engajá-los com a cidade, produzir espaços existenciais para a loucura, que não seja apenas a de comensurá-la pela noção de cidadania” (Pinto & Ferreira, 2010, p. 32).

Em uma governamentalidade democrática, como compreendemos ser o caso brasileiro a partir de problematização já realizada neste capítulo anteriormente, é sabido

que todos somos subjetivados como cidadãos para que todos, de forma inescapável, sejamos objeto de governo. A constituição do sujeito cidadão é o objeto alvo de todas as políticas públicas contemporâneas e aparece também como único consenso em relação às diversas discursividades acerca da conceituação do dispositivo da reabilitação psicossocial (Araújo & Cassoli, 2020). Assim, faz-se urgente, portanto, essa visada crítica para o presente que aqui estamos realizando, objetivando questionar diante de qual compreensão de cidadania o louco está sendo normalizado.

3.4.5. Louco, cidadão e consumidor

Ao pensar na inclusão como imperativo de governamentalidade, neste momento majoritariamente neoliberal, que promove a lógica *in/exclusão*, vimos no tópico anterior que é para uma cidadania de consumo que parece se destinar a produção do sujeito de direito e também a inclusão do louco como cidadão. Nesse sentido, a reabilitação psicossocial não escapa aos perigos neoliberais e, debaixo dessa noção, surgem práticas alinhadas à racionalidade hegemônica, conforme apontam Araújo e Cassoli (2020): “Dentro do discurso neoliberal, as práticas de reabilitação psicossocial assumem o modelo de empreendedorismo econômico, intervindo diretamente nos indivíduos para produção de habilidades necessárias, assim como inteligência emocional para o mercado” (pp. 72-73). Os autores estão falando de práticas que se concretizam a partir do dispositivo, atravessadas pela lógica concorrencial mercadológica centrada no sujeito que se auto responsabiliza por suas condições de vida, como também já vimos.

Retomando Dardot e Laval (2016), apontamos que no neoliberalismo os direitos universais – e no Brasil direitos de cidadania a partir de 1988 –, ou seja, o direito à vida, à saúde, à educação, ao trabalho, à integração social, à participação política, são transformados em bens de consumo e, a falta de possibilidade de acesso a esses bens é compreendida como uma responsabilidade unicamente individual, resultado de escolhas erradas que o sujeito tenha feito. “A doença, o desemprego, a pobreza, o fracasso escolar e a exclusão são vistas como consequência de cálculos errados” (Dardot & Laval, 2016, p. 230). Essa é a toada de uma racionalidade que privatiza as condutas, individualiza os riscos e responsabiliza o sujeito pela precarização da sua existência. Assim, “a cidadania não é mais entendida como a participação ativa na definição de um bem comum próprio de uma comunidade política, mas como a mobilização permanente dos sujeitos” (Dardot

& Laval, 2016, p. 239) a se responsabilizar individualmente por suas próprias subsistências, de maneira “livre” e “autônoma”.

[...] no momento em que o louco passa a ser considerado um cidadão gerido pelas formas de governo soberanas, ele também passa a ter a possibilidade de ser inserido em formas de gestão mais liberais. De modo mais específico, a cidadania passa a ser operada no contexto das reformas através de mudanças na maneira de se prestar assistência psiquiátrica, como a adoção do modelo de “portas abertas” (em contraposição às instituições asilares), no movimento de afirmação de novos direitos e no reconhecimento de que o louco deve ter acesso ao lazer, cultura, educação, trabalho etc. [...] através dessas mudanças será possível igualmente encontrar modos de governamentalidade liberal junto aos considerados doentes mentais (Ferreira et al., 2020, pp. 141-142).

Pensando na questão das portas abertas e na imagem de libertação das prisões arquitetônicas do manicômio, que paradoxalmente marca o aprisionamento na lógica do mercado, citamos Gago (2019) que indica que a radicalização máxima da governamentalidade para o mercado no neoliberalismo pode ser vista na maneira como toda a sociedade se torna empresa, com uma dinâmica de gestão que governa a partir de uma necessidade crescente de liberdade e segurança. Gago (2019) indica que é pelo mercado que a liberdade calculável acontece, e a aceitação das regras de cálculo força a população a se responsabilizar individualmente pelas condições que não lhe são garantidas, concedendo um espaço econômico de onde devem assumir e enfrentar os riscos, pois assumi-los é parte do ideal de “liberdade” do indivíduo. Seria o que a autora chama de “neoliberalismo de baixo pra cima”. A aceitação de tais regras emparelha um certo tipo de produção de subjetividade por meio dos imperativos de empreendedorismo individual.

Nesse sentido, Gago (2019) indica que a financeirização da vida popular, que vemos surgir como desdobramento de políticas neoliberais, pode ser lida como um sistema oportunista que captura a dinâmica dos sujeitos que estão ligados a novas formas de trabalho, “empreendedoras, autogestionárias, que surgem nos setores pobres em paralelo à sua condenação como populações sobrantes ou excedentes” (Gago, 2019, p. 244). As políticas governamentais de subsídios se unem às economias populares para torná-las parte do impulso geral ao consumo, o que resumiria a mudança de uma cidadania que se pretendia social no século XX, para uma cidadania de financeirização dos setores populares no neoliberalismo. A partir do impulso dos governos para o consumo em massa – destaque especial dado pela autora aos governos da América Latina –, Gago (2019) indica que a cidadania deixa de estar ligada à ideia de pleno emprego e

de trabalho enquanto característica antropológica universal do humano⁷⁴ “para deslocar-se ao consumo como forma de garantia da inclusão social” (p. 250). Assim, vemos quão grande é o tensionamento entre as perspectivas postas em marcha quando da Reforma Psiquiátrica, de uma reabilitação psicossocial para plena cidadania, uma cidadania que é social, e a ideia de uma cidadania de consumo que vem acontecendo, em especial a partir dos anos de 1990 em nosso país.

No Brasil, os projetos de reabilitação psicossocial com o intuito de ascensão à categoria de cidadania estão majoritariamente vinculados aos próprios serviços da RAPS e, no viés que vimos estabelecido na Portaria nº 3.088/2011 (Brasil, 2011), condicionando a reabilitação psicossocial aos projetos inclusivos para o mundo do trabalho, como resposta a conquista de um conjunto de direitos, instituídos na constituição de 1988 (Brasil, 1988). Este viés, muito focado no dispositivo da reabilitação estritamente nos serviços do território, denuncia uma perspectiva que objetiva responder principalmente à necessidade de acesso ao mundo do mercado, e conseqüentemente aos recursos financeiros para uma cidadania de consumo. Essa é a realidade de boa parte da população em situação de vulnerabilidade e risco social, dentre os quais estão os loucos, participando de uma lógica de *in/exclusão* no mercado de trabalho para o consumo, como forma de contratualidade social neste contexto neoliberal democrático contemporâneo no país.

Além dessa discussão acerca do acesso a uma cidadania de consumo, retomamos agora a perspectiva de Saraceno (2001) sobre a reabilitação psicossocial, como plena contratualidade em três grandes cenários: *habitat*, rede social e trabalho com valor social. Focaremos no que mais importa para nós, que é o terceiro eixo, o trabalho com valor social, considerado pelo autor como a possibilidade de “produzir e trocar mercadorias e valores” (p. 126). Na perspectiva do autor, a inserção laborativa pode promover um processo de articulação do campo dos interesses, das necessidades, dos desejos, seja como meio de sustento, ou como meio de autorrealização.

Portanto, há também esses tensionamentos apontados por Gago (2019) na relação entre trabalho e loucura. Esse tensionamento pode retroceder ou estancar em práticas que eram hegemônicas em modelos de racionalidades anteriores, que a própria Reforma Psiquiátrica desejou superar, pois, os loucos trabalhando não é uma inovação da reabilitação psicossocial, em absoluto. Conforme vimos aqui, os loucos sempre foram

⁷⁴ Gago (2019) cita para essa ideia Balibar (2013, p. 82).

postos a trabalhar, seja para passar o tempo, seja para ganhar um dinheiro para comprar cigarro ou um copo de vinho, seja para substituir o trabalho dos funcionários do manicômio, seja para agradar familiares, seja para reencontrar uma disciplina perdida, ou para produzir objetos artísticos, exemplos estes dados por Saraceno (2001). Assim, se faz necessário problematizar também especificamente a inserção do trabalho como eixo da reabilitação psicossocial, tal qual estamos realizando aqui neste tópico, para compreender se o ato de trabalhar visando a reabilitação psicossocial não estaria somente reduzido à repetição de outros modelos de tratamento da loucura por meio do trabalho. “Este é um passado que se dissipa no presente e os numerosos modelos de reabilitação ‘através’ do trabalho frequentemente são apenas uma atualização da ideologia do trabalho como terapia, norma moral, entretenimento e, algumas vezes ainda, exploração” (Saraceno, 2001, p. 127).

Saraceno (2001) indica que após os processos de desospitalização – que ele opõe à desinstitucionalização –, e com a afirmação dos modelos de assistência extra-hospitalar – que ele opõe à assistência comunitária –, vem se articulando uma cultura reabilitadora através do trabalho, variando sob o aspecto da terapia ocupacional, da formação para o trabalho e da reinserção no trabalho. Para ele, corroborando com nosso apontamento crítico anterior, a cultura asilar evoluiu em direção aos modelos psicodinâmicos, o que leva a uma tendência de resolver a questão do trabalho em termos individuais e psicológicos, alinhados em nosso entendimento, portanto, à uma racionalidade neoliberal. O modelo psiquiátrico continua incidindo sobre essas concepções, ignorando a complexidade da formação do sentido para o trabalho, com modelos fortemente calcados na racionalidade bio-psico-médica em que se identifica o trabalho como um instrumento de reabilitação, subordinado à cura e um suposto retorno à normalidade.

3.4.6. Os primórdios da experiência cooperativista

Nos aproximando um pouco mais do NUPE, vimos que conceituando a reabilitação psicossocial, Saraceno (2001) apontou dois modos de reabilitação psicossocial por meio do trabalho: o cooperativismo e as empresas sociais⁷⁵. Para o autor, neste momento histórico, a forma organizacional mais inovadora e que pode denotar, para

⁷⁵ Estes são modos de produção diferentes entre si e não são sinônimos da Economia Solidária. Avançaremos nesse sentido.

nós, uma linha de tensionamento dentro do dispositivo da reabilitação psicossocial, é a cooperativa: “ela não só se constitui como o oposto da lógica da exploração do trabalho dependente, mas ainda como forma concreta de solidariedade” (Saraceno, 2001, p. 134). As cooperativas são ao mesmo tempo serviços de tratamento e lugares de produção no mercado. O diferencial das cooperativas em relação aos demais serviços, para o autor, é que elas se constituem como lugares de promoção de autonomia bem como de proteção, sendo que o lucro e o trabalho são ponto de partida e não de chegada do processo reabilitativo, o que a diferencia de outros modelos de reabilitação através do trabalho.

Saraceno (2001) afirma que é a partir da experiência das cooperativas que se vem construindo a prática e a noção de *empresa social*. “A empresa social tem um caráter de empreendimento não só econômico, mas também social. Ela promove novas redes e novas relações entre os sujeitos sociais” (Saraceno, 2001, p. 137). A empresa social aparece como estratégia produtiva cujo lugar de escolha é o social, a redistribuição e a assistência. O autor afirma que embora não sejam sinônimos, a empresa social e o cooperativismo, certamente o trabalho em cooperativas se configura como uma das formas de expressão e aplicação da empresa social, como no caso italiano de Trieste, Parma e Gênova.

Podemos observar na compreensão de Saraceno (2001) que tanto o cooperativismo como as empresas sociais estão organizadas em torno de valores comuns como autogestão, solidariedade e produção de valor social. Tais valores são também a base da Economia Solidária como um movimento que se esforça por combinar atividade econômica e justiça social.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade [...] (Singer, 2002, p. 10).

O movimento da Economia Solidária nasce como uma alternativa ao capitalismo pautado pela competição e com a marca clara da heterogestão. De acordo com Singer em seu texto *Introdução à Economia Solidária* (2002), esse novo modo de produção se deu com o surgimento de movimentos de cooperativismo, datados na pós Revolução Industrial, diante da crise instaurada devido ao empobrecimento dos trabalhadores artesãos, provocada pela difusão das máquinas e pela organização fabril da produção.

Mais recentemente, diante de novas crises no sistema capitalista, o cooperativismo voltou a ser uma opção para tempos sombrios, em especial a partir da década de 1970, com a crise estrutural do capitalismo, que trouxe desaceleração do crescimento nos países industrializados.

O trabalho em cooperativas não é algo novo, mas insere-se em uma problemática que se reconstituiu desde os fins do século XVIII e, sobretudo no século XIX, pelos movimentos socialistas, anarquistas, comunistas, enfim, como instrumentos de organização política e econômica da classe trabalhadora. A partir da crise estrutural do capital, que se inicia na década de 1970, novas e velhas formas de organizar o trabalho são desenvolvidas, dentre elas as cooperativas, com o objetivo de repor os níveis de acumulação e de dominação do capital (Pagotto & Santos Jr., 2012, p. 13).

Apesar de se apresentar como uma proposta alternativa dentro das crises do capitalismo, o cooperativismo surgiu inicialmente em resistência à lógica hegemônica, uma vez que buscava propor opções de subsistência a populações que, por distintos motivos em distintos momentos históricos e distintas configurações sociais, ficaram às margens do processo produtivo capitalista. Além disso, Singer, em seu texto *Uma utopia militante: repensando o socialismo* (1998), defende que desde o início daquilo que ele chama de “revolução capitalista” a burguesia capitalista teve de enfrentar “a resistência quando não insubordinação da outra classe – a classe operária – que também era filha da revolução capitalista” (p. 12⁷⁶). Nesse sentido, o surgimento do cooperativismo se deu, desde os primórdios, em um movimento de embate de forças dentro do capitalismo, o que para o autor de raízes teóricas marxistas, aponta para a luta de classes.

Singer (1998) retoma em seu livro os primeiros movimentos de trabalho cooperado de que se tem registro. Tais cooperativas nasceram na Inglaterra como uma reação defensiva dos trabalhadores, primeiramente contra os preços baixos dos itens de primeira necessidade.

A mais antiga cooperativa, com existência documentada, parece ter sido iniciativa de trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham, que em 1760 fundaram moinhos de cereais em base cooperativa para não ter de pagar os altos preços cobrados pelos moleiros, que dispunham de um monopólio local. No mesmo ano, o moinho de Woolwich foi incendiado e os padeiros da localidade foram acusados de serem os culpados. Graças ao incidente, a história registrou a existência destas duas cooperativas de produção (Singer, 1998, p. 39).

⁷⁶ A paginação do livro que aqui adotamos é de sua versão digital recuperada de [Repensando%20o%20Socialismo%20-%20Singer%2C%20Paul.pdf](#), acesso em 23 de julho de 2023.

As cooperativas inicialmente se difundiram junto com a Revolução Industrial, o que para Singer (1998) não teria sido por acaso. No início do século XIX, a conhecida experiência cooperativista de Owen difundiu ideias germinais contrárias ao modo de produção hegemônico. Grande industrial e filantropo prestigiado, propôs um plano para superar o desemprego e a pobreza na Inglaterra criando cooperativas. Algumas de suas ideias foram base para a teoria clássica do valor-trabalho, em que cada trabalhador teria o direito de usufruir de todo o seu produto produzido. Para isso, Owen “propunha a substituição do dinheiro por uma moeda baseada no ‘tempo de trabalho’ gasto na produção” (Singer, 1998, p. 31). Valores como solidariedade, cooperação e fraternidade nas relações entre os trabalhadores também foram sendo disseminados pelo movimento owenista e houve, inclusive, a proposta da criação de algumas leis de proteção aos trabalhadores.

Essas ideias se difundiram largamente pela Inglaterra durante as primeiras quatro décadas do século XIX, dando origem à diversos movimentos comunitários e modalidades distintas de trabalho em cooperativas, aproximando o owenismo do movimento operário e do sindicalismo. Porém, como esperado, houve muitos confrontos e embates diretos entre trabalhadores e empregadores neste período. A classe trabalhadora lutava de forma associada diante de seus empregadores por uma vida digna e por melhores condições de trabalho. Mas, muitas dessas disputas foram perdidas e o movimento owenista acabou por fracassar após um momento de muita mobilização e euforia (Singer, 1998).

Diante do fracasso, segundo Singer (1998), movimentos políticos, sindicatos e cooperativas desapareceram ou entraram em hibernação, em situação de letargia na esfera pública, combinada frequentemente com atividades clandestinas que ocorriam em pequenos grupos. O cooperativismo retornou com força em outra experiência conhecida amplamente, a da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale em 1844 também na Inglaterra. Essa Sociedade se organizou com regras de funcionamento interno que até hoje norteiam as práticas cooperativas ao redor do mundo, tais como a autogestão, a divisão igualitária dos valores obtidos entre os sócios e a aplicação do excedente de volta na própria cooperativa. A experiência de Rochdale, ao contrário do owenismo, foi bem-sucedida e seguiu influenciando o movimento do cooperativismo.

Sem maiores digressões sobre esse início histórico na Europa, uma vez que nosso intuito é o de focar na experiência brasileira, trouxemos esses acontecimentos dos primórdios para destacar que as primeiras iniciativas cooperadas ocorreram dentro do capitalismo e somente progrediram em resistência, sem visar uma ruptura com ele. Nesse sentido, Singer (1998) atribuiu o fracasso do owenismo à busca radical por uma ruptura com o capitalismo sem ter condições de se sustentar diante dessa ofensiva. A experiência de Rochdale, distinguindo-se do posicionamento owenista, avançou. Tal avanço ofereceu uma lição significativa: “não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção” (Singer, 1998, p. 50). Rochdale teria mostrado a capacidade que os trabalhadores têm de organizar atividades econômicas segundo seus próprios princípios socialistas e que os empreendimentos cooperativos, sob certas condições, podem competir no mercado com as empresas capitalistas e até mesmo sair vitoriosos. Porém, há limites e contradições nessas ideias otimistas conforme apontado pelo próprio autor.

[...] esta capacidade do cooperativismo de se desenvolver nos interstícios do capitalismo tem limites. Isso torna-se compreensível quando se contrastam cooperativas de consumo (ou de crédito) com as de produção. As primeiras preenchem uma lacuna ao prover os consumidores de meios de se defender das grandes empresas e dos bancos, que frequentemente abusam de sua confiança. Já as segundas apresentam problemas sérios ao emular suas congêneres capitalistas para competir com elas (Singer, 1998, p. 50).

Voltaremos a essas questões problematizadoras posteriormente, mas aqui é importante ressaltar que mais de um século antes da experiência de Owen e de Rochdale, existiram cooperativas de iniciativa dos próprios trabalhadores para sua subsistência, conforme Singer (1998) apontou. À título de síntese pode-se afirmar que o movimento cooperado nasceu como um movimento social *dentro* do capitalismo e *fracassou* ao tentar sair dele, tendo melhor funcionamento nos seus *interstícios* e não em franca oposição, vale destacar, como vimos no destino diferente que Owen e Rochdale tiveram. Assim, segundo Singer (1998), é possível manter valores distintos do capitalismo funcionando e sobrevivendo dentro dele.

Os valores que dão sustentação a um empreendimento solidário apontam na direção de permitir a obtenção da quantidade e da qualidade do produto ou serviço para atender à demanda social, sem, contudo, visar o lucro (acumulação de capital). O excedente, ou sobra, tem sua destinação decidida pelos trabalhadores em assembleias e pertence a todos os membros que colaboraram com a produção e comercialização dos

produtos ou serviços. Os benefícios da atividade econômica solidária devem estar, portanto, ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores (Singer, 2002).

Tal proposta tensiona-se em relação à realidade da sociedade centrada no mercado justamente em função de alguns dos seus princípios e valores. Seus fundamentos são o humanismo, a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a racionalidade (Singer, 2002). Alguns desses valores, como apontamos, são também valores pautados por uma lógica de governamentalidade que é em si liberal, mas que se distingue da lógica mercadológica concorrencial hegemônica pela sua forma de produção coletiva e associada, e seus efeitos na experiência de horizontalidade do *cotidiano*, que podem vir a ser entendidos como elementos de resistência dentro da lógica capitalista, como defenderemos à frente no texto.

3.4.7. Cooperativismo e a prática da Economia Solidária no Brasil

No Brasil, há distintas compreensões a respeito do início do cooperativismo no país. De acordo com Miranda e Miranda (2021), o cooperativismo brasileiro teria se desenvolvido de forma “intuitiva” tendo sua história assentada sobre princípios éticos e valores que orientavam as práticas cooperativas nas sociedades europeias. Segundo os autores, no ano de 1847, o francês Jean Maurice Faivre fundou a Vila Agrícola Tereza Cristina no litoral paranaense com o intuito de construir uma sociedade igualitária e livre do egoísmo e escravidão, o que teria sido a primeira experiência de prática cooperativista brasileira. As primeiras experiências de associação cooperativa formal, no entanto, teriam se dado posteriormente com forte influência de Rochdale, constituindo-se a primeira associação em Campinas, no estado de São Paulo no ano de 1887, a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista. Dois anos depois, em 1889, houve a criação, no estado de Minas Gerais, da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.

De acordo com o estudo realizado por Silva et al. (2003), as primeiras experiências de cooperativismo brasileiro também remontam ao final do século XIX, mas os autores citam outras experiências como pioneiras. As práticas cooperativas formalizadas no Brasil teriam se iniciado com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados no ano de 1891 na cidade de Limeira no estado de São Paulo e da Cooperativa de Consumo

de Camaragibe no ano de 1894 em Pernambuco. Já no início do século vinte, no ano de 1902, surgiram as primeiras experiências de caixas rurais no Rio Grande do Sul e em 1907 tem-se registro de cooperativas agropecuárias em Minas Gerais.

Silva et al. (2003) apontam que, de forma paradoxal, a prática do movimento cooperado floresceu em solo brasileiro somente a partir do ano de 1932, com estímulo do Poder Público para reestruturação das atividades agrícolas. Neste mesmo ano houve a promulgação da lei básica do cooperativismo com o intuito de melhor definição das especificidades daquele movimento, distinguindo-o de outras formas de associações. Assim, as cooperativas agrícolas do começo do século XX no Brasil se mostraram como as de maior importância em termos de volumes de negócios, se tornando assim as principais responsáveis pela difusão das ideias do cooperativismo no país. “Ademais, a literatura acusa que o referido ideário cooperativista ou conjunto teórico doutrinário do movimento foi utilizado como instrumento ideológico do Estado, a serviço de um Estado conservador e autoritário” (Silva et al., 2003, p. 78).

O cooperativismo brasileiro é atualmente representado de maneira formal pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em nível federal e da Organização Estadual de Cooperativas (OCE), em nível de cada estado. O aparato legal que sustenta as iniciativas cooperadas é a Lei nº 5.764⁷⁷, de 16 de dezembro de 1971. Cabe destacar, como fizeram os pesquisadores Silva et al. (2003), que tanto as organizações acima referidas como a lei do cooperativismo são definidas dentro do contexto da ditadura militar, representando, portanto, forte ingerência do Estado em seu funcionamento. Entretanto, com a Constituição de 1988, os pesquisadores apontam que a prática cooperativa se desvinculou do Estado e começaram a tramitar diversos projetos de lei pelo Congresso Nacional com o intuito de alterar a lei de 1971, tendo a pretensão de “ampliar as margens de ação diante de um mercado globalizado e diminuir ‘brechas legais’, de forma a inibir práticas fraudulentas das chamadas ‘cooperativas de fachada’” (Silva et al., 2003, p. 79).

Segundo os autores, esse movimento de resistência se iniciou durante os anos de 1980, quando muitas discussões foram empreendidas no sentido de denunciar como no Brasil o movimento cooperativista se alinhava às diretrizes conservadoras de um Estado que atuava de forma centralizada e autoritária. O modelo adotado no Brasil seria

⁷⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm, acesso em 25 de julho de 2023.

semelhante ao de outras experiências de países da América Latina, em que o cooperativismo foi cooptado como forma de controle político e social. Citando as ideias de Rios (1987) em um texto introdutório sobre cooperativismo escrito na década de 1980, os autores apontam que “diferentemente da Europa onde o cooperativismo surge como uma forma de organização proletária, no Brasil, ao contrário, representa a promoção das elites políticas e agrárias” (Silva et al., 2003, p. 79).

Ainda que a implementação e regulação das primeiras práticas cooperadas no Brasil tenham sido predominantemente em caráter centralizador do Estado de “cima para baixo”, os autores asseveram que devido a extensão geográfica e as distintas práticas regionais em nosso país, não é possível se falar de um único cooperativismo no Brasil. Referindo-se ainda ao texto de Rios (1987), afirmam:

Existe um cooperativismo de elites e um cooperativismo dos pés-no-chão; um cooperativismo legalizado, letrado e financiado e um cooperativismo “informal”, “sem lei e sem documento”, não financiado e mesmo reprimido. O cooperativismo não está, pois, “imune” à divisão da sociedade em classes (Silva et al., 2003, p. 80).

Assim, dadas as diferenças regionais no cooperativismo no Brasil, apontamos que na Região Sudeste, local onde se situa nossa pesquisa, Silva et al. (2003) indicam que as primeiras experiências de organizações cooperativas se deram no território com especificidades diretamente relacionadas às particularidades da própria região. O Sudeste é considerado um dos berços do cooperativismo no Brasil desde o final do século XIX, tendo se fortalecido a partir dos anos de 1920, já no século XX. Nesse contexto, consolidaram-se as experiências de cooperativismo na região, tendo de um lado as práticas cooperativas advindas majoritariamente de produtores rurais detentores de poder econômico e político e, de outro lado, grupos de trabalhadores urbanos que se reuniam em cooperativas de consumo.

Por conta das dificuldades advindas do contexto mundial após a Segunda Guerra aliadas à expansão da indústria em território nacional – grande parte dela concentrada no território do Sudeste – o cooperativismo nesta região atrelou-se às mudanças que estavam ocorrendo no país, seguindo a política de organização da produção e do consumo. Nos anos de 1950 ocorreu a maior expansão do cooperativismo no Sudeste, entre os produtores de café organizados em cooperativas agrícolas visando a exportação. Avançando, já a partir dos anos de 1970, o cooperativismo começou a ser usado na região

como ferramenta para modernizar a prática da agricultura, o que trouxe impactos significativos principalmente no cooperativismo agrícola dos estados de São Paulo e Minas Gerais (Silva et al., 2003).

Dando um salto, em meados de 1990, um movimento universitário – e, portanto, desatrelado ao Estado – foi criado com o objetivo de dar apoio e fomento às práticas de trabalho cooperado autogestionário na região Sudeste, mais especificamente no estado do Rio de Janeiro, alcançando o país inteiro em menos de seis anos. Trata-se do programa de extensão universitária da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), que se originou na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/ UFRJ) e alcançou muitas outras universidades do país. “O objetivo desta iniciativa era utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias cooperativas visando sua inclusão no mercado de trabalho” (Silva et al., 2003, p. 86). Mais à frente no presente trabalho, iremos apontar a presença desta iniciativa também no território de Santo André e a sua relação com o CUPINS.

As ITCPs surgiram dentro de um contexto específico da década de 1990 no país, o que nos leva a retomar o tema da governamentalidade democrática brasileira (Gallo, 2017; Carvalho & Gallo, 2020) tratado anteriormente. Embora a datação da chegada da política neoliberal no Brasil seja imprecisa, vimos que ela ganhou força nos anos de 1990 com a eleição de Fernando Collor de Mello, se intensificando com os dois mandatos seguintes de Fernando Henrique Cardoso (Gennari, 2001). Vimos o fortalecimento de um Estado nos moldes neoliberais, que se reestruturava de modo a favorecer a livre concorrência e a redução de sua própria intervenção, para diminuir o seu tamanho, ao mesmo tempo em que aumenta sua eficiência em termos de garantir o melhor funcionamento da sociedade em uma lógica mercadológica.

Adotamos na presente tese a compreensão de que na governamentalidade neoliberal, as políticas públicas gerenciam a vida da população, produzindo subjetividades que se adéquam ao imperativo do mercado, que é a competitividade, produzindo sujeitos empresários de si mesmos. Dessa maneira, em um contexto social fortemente marcado pela flexibilização e pela precarização das relações de trabalho, há um crescimento expressivo da informalidade no Brasil a partir da década de 1990. O

movimento de organização das ITCPs, que alavancou diversas iniciativas de geração de trabalho e renda naquele período histórico, surgiu fora do Estado como uma das possibilidades de lidar com o contexto macropolítico e econômico, oferecendo qualificação profissional, disseminando a discussão ampla sobre os princípios do cooperativismo e fortalecendo o papel da universidade nestes movimentos (Silva et al., 2003).

Historicamente, então, o programa está intimamente relacionado a uma busca de resposta aos efeitos socioeconômicos gerados pelo movimento de financeirização da economia e pela reestruturação produtiva, somados à privatização das empresas públicas brasileiras. Ou seja, [...] também as ITCPs visavam dar uma resposta aos trabalhadores desempregados e aos que nunca conseguiram ser incluídos neste mercado de trabalho – os informais (Silva et al., 2003, p. 86).

Segundo Salazar (2008), em sua tese de doutoramento em Serviço Social pela PUC Rio intitulada *Trabalho e Educação nas práticas de Economia Solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?*, a partir dos anos de 1990 a legislação brasileira, de forma generalizada, seguiu o caminho do fortalecimento da informalidade com a regulamentação de algumas modalidades de trabalho informal para enfrentamento do desemprego, o que a autora aponta que convencionou-se chamar de “nova geração de políticas de emprego” (p.126). De forma resumida, Salazar (2008) cita o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger) de 1994 no governo de Itamar Franco, o Programa Nacional de Formação Profissional (Planfor) de 1995, e o Programa de Expansão e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador (Proemprego) de 1996, estes dois últimos no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. “Essas ações do governo, iniciadas nos anos 1990, voltam-se mais para o âmbito das ações compensatórias dos problemas gerados no mercado de trabalho, do que efetivamente para incentivo de criação de novos postos de trabalho” (Salazar, 2008, p. 128).

É nesse contexto no Brasil que surge a Lei das Cooperativas Sociais no final da década de 1990. As Cooperativas Sociais são constituídas juridicamente como política de governamento de Estado pela lei nº 9867/1999⁷⁸ (Brasil, 1999), “com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado de trabalho econômico, por meio do trabalho” (Brasil, 1999, s/p.). O texto considera em desvantagem os deficientes físicos e sensoriais; os deficientes psíquicos e mentais; as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente; e os egressos de hospitais psiquiátricos; os

⁷⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1998/leis/9867.htm, acesso em 08 de abril de 2023.

dependentes químicos; os egressos de prisões; os condenados a penas alternativas à detenção; e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

Silva et al. (2003) apontam que a legislação cooperativa veio sofrendo modificações não só no Brasil, mas em todo o mundo mais contemporaneamente, como uma maneira de atender às novas demandas econômico-produtivas, permitindo maior flexibilidade frente às novas conjunturas do mercado. “No caso brasileiro, o esforço de revitalização das práticas cooperativas se inscreve dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária / terceiro setor” (Silva et al., 2003, p. 79), ganhando força uma perspectiva “positiva”, que se torna imperativa, de inclusão social. Diante desse cenário, a partir da década de 1990, o cooperativismo vai crescendo expressivamente passando de 4.666 cooperativas legalizadas em 1990 para 20.579 em 2001, o que representa um crescimento de 331% do número de cooperativas em apenas uma década (Silva et al., 2003).

É também nos anos de 1990 que surge o termo *Economia Solidária* no Brasil, a despeito das distintas narrativas históricas a respeito de seu surgimento ao redor do mundo, que não exploraremos aqui. O termo passa a ser mais amplamente usado no país articulando conceitualmente as distintas experiências de práticas organizativas que se aglutinam debaixo dele, tais como empresas em crise recuperadas pelos trabalhadores, grupos de finanças solidárias, cooperativas de agricultores familiares de assentamentos da reforma agrária e grupos e associações comunitárias de caráter formal e informal, entre outras (Petersen, 2009).

Salazar (2008) aponta que o ressurgimento de práticas cooperativas na perspectiva da Economia Solidária se deu nesse período da década de 1990 como resposta de diversos segmentos sociais à crise do desemprego e do processo de terceirização que se vivia naquele momento, mas também como resposta do Estado. Tais iniciativas, ao mesmo tempo que surgem reforçando a lógica da informalidade como resposta à crise capitalista atuando pela lógica *in/exclusão*, também apontam para possibilidades emancipatórias e de transformação social, o que para Salazar (2008) se apresenta como uma contradição, e, em nossa perspectiva, aponta para o tensionamento de forças no corpo social, forças hegemônicas e, em resistência a elas, forças contra-hegemônicas.

Aprender este movimento complexo e contraditório que se expressa na realidade brasileira impõe pensarmos que, embora haja uma tendência hegemônica do cooperativismo na perspectiva do capital, enquanto mecanismo de produção e reprodução da força de trabalho, sem gastos sociais para as instituições empregadoras, há que se considerar, também, o crescimento de cooperativas que apontam para uma perspectiva emancipatória do trabalho, enquanto possibilidade de construção de uma nova sociabilidade (Salazar, 2008, pp. 26-27).

Como era de se esperar diante da heterogeneidade deste movimento, o aumento do número das cooperativas em território brasileiro a partir da década de 1990 não foi compreendido de forma unívoca. O avanço do cooperativismo no país se deu fomentando visões e opiniões diversas, apontando para sua complexidade. A concepção acerca daquele momento do cooperativismo se deu cheia de contradições mesmo internamente, dentre movimentos historicamente alinhados ao cooperativismo, como por exemplo, o movimento sindicalista.

Para algumas correntes sindicais que se declaram mais à esquerda do espectro político, as atuais cooperativas não passam de mais uma forma dos trabalhadores se subordinarem à economia de mercado, capitalista. Para essas correntes, a luta prioritária é aquela que se trava contra os patrões. Já no entender da visão majoritária prevalente no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, as cooperativas, além de representarem um caminho alternativo para garantir a sobrevivência do parque produtivo instalado, os postos de trabalho e a geração de renda, significam também um importante instrumento para a organização e a educação política e econômica dos trabalhadores, e da classe como um todo. Mesmo atuando segundo as regras do mercado capitalista, as cooperativas constituem-se na possibilidade do avanço de conhecimento dos trabalhadores no que se refere ao controle do processo de gerenciamento e produção, representando um passo coerente com o compromisso histórico do Sindicato com o socialismo (Oda, 2000, pp. 5-6).

Para Salazar (2008), a prática da Economia Solidária vem aglutinando distintas proposições desde os anos de 1990 e, a partir do início dos anos de 2000, algumas mudanças se deram em âmbito político e econômico em nosso país, a partir de estímulos advindos do quadro nacional e do quadro internacional, o que impactou também a maneira como a Economia Solidária se apresenta no país.

Neste contexto, se iniciou em 2003 o primeiro mandato de Lula Inácio Lula da Silva do PT (Partido dos Trabalhadores), que foi eleito com forte viés e apelo popular de esquerda após disputar as três eleições anteriores em oposição aos governos liberais democráticos. Com ele, houve aumento substancial dos recursos destinados às políticas sociais em relação aos governos anteriores, distribuindo-se nas áreas de saúde, educação, assistência social, agricultura, entre outras. As práticas de Economia Solidária passaram a ser fomentadas pelo primeiro governo de Lula através da criação da Secretaria Nacional

de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ainda no ano de 2003.

3.4.8. SENAES, MTE e MS no Governo Lula

A criação da SENAES no governo Lula não pode ser considerada apenas uma iniciativa do governo. Sua criação também está associada ao próprio contexto de movimentos e lutas sociais de diversos grupos populares, entre eles os grupos mais vulnerabilizados da população diante do contexto político, social e econômico que se apresentava desde os anos de 1990. Salazar (2008) aponta que desde o ano de 2001, com a realização do *I Fórum Social Mundial* em Porto Alegre, grupos sociais se articulam para a inclusão da economia solidária no debate nacional e também na agenda de governo do PT. Este fórum, que teve outras edições posteriormente, reuniu uma ampla diversidade de práticas e de segmentos do Brasil e do mundo interessados em discutir a questão social (Castel, 2003). O GT do Brasil para a primeira edição foi composto por doze⁷⁹ entidades e redes brasileiras representando diversos movimentos de interesse social.

O lema da primeira edição deste Fórum foi “Um outro mundo é possível” e, desde então, a temática da Economia Solidária foi ganhando espaço ao longo das demais edições. Segundo Salazar (2008), as discussões sobre economia solidária e práticas autogestionárias tomou o protagonismo nas edições seguintes. Na edição do ano de 2003, também realizada em Porto Alegre, o governo Lula assumiu o compromisso de criar a Secretaria Nacional de Economia Solidária sob a direção do professor Paul Singer, o que de fato se concretizou juntamente com outras políticas, programas e ações sociais do governo progressista.

Mas, como todo processo político e social, esse investimento nas áreas sociais pelo governo Lula não se deu de forma linear e sem contradições, o que acabou gerando algumas críticas tenazes. Para muitos dos críticos que escreveram a respeito do primeiro

⁷⁹ De acordo com Salazar (2008, p. 133, nota de rodapé), foram elas: Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão (Anteag); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/Concrab); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Unitrabalho; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (Abicred).

mandato do governo Lula (Lasta & Guareschi, 2019; Marques & Mendes, 2004, 2006; Paula, 2003, 2005 (org.); Salazar, 2008; Silva & Louzada, 2016; Tristão, 2001; entre outros), apesar do viés social, o aumento de investimento de recursos em políticas assistenciais⁸⁰ naquele governo se mostrou insuficiente para prover alguma mudança mais radical das condições vivenciais da população.

Segundo os críticos, naquele momento o governo petista vinha paulatinamente tomando um direcionamento pautado pela racionalidade neoliberal, seguindo sugestões dadas por organismos multilaterais como o Banco Mundial e o FMI (Siqueira, 2012). Um exemplo disso é a publicação da *Carta ao Povo Brasileiro* lançada em junho de 2002 durante a campanha de Lula. Embora endereçada ao “povo”, para analistas críticos de seu governo, tratou-se de uma carta cujo destinatário verdadeiro era o mercado, e sua mensagem buscava tranquilizar o destinatário e aumentar a credibilidade do país. Aos poucos, ainda em campanha, o programa de governo petista teria passado de uma proposta “democrático-popular” para uma proposta “social-desenvolvimentista”, que teria sido de fato a agenda que se implantou com a chegada ao poder (Tristão, 2011).

Avançando, as análises críticas apontam que ao vencer as eleições, esse programa de governo foi sendo posto em marcha com Lula implementando ações que privilegiavam a área econômica ao invés da social. Mesmo com o expressivo auxílio dado pelo Programa Bolsa Família aos grupos mais vulnerabilizados, “a política do governo Lula não tem alterado as relações de poder, de riqueza e de propriedade existentes no país” (Salazar, 2008, p. 131). Neste mesmo entendimento, Silva e Louzada (2016) afirmam que as políticas sociais daquele período não teriam alterado em absoluto as condições de vida, não traziam equidade de renda e de direitos no país, e os princípios e práticas de governo balizados pela racionalidade de fortalecimento do mercado continuaram sendo empregadas, em um movimento baseado na lógica *in/exclusão* aqui já apresentada.

Segundo pesquisa de Siqueira (2012), as políticas assistenciais do governo Lula não passavam de políticas compensatórias e, em especial o Programa Fome Zero nasceria dentro de uma lógica extremamente neoliberal. A renda que era fornecida às famílias não

⁸⁰ Estes autores apontam a criação de outros programas do governo Lula, além da SENAES, como um alinhamento à agenda neoliberal e a uma prática paternalista e assistencialista do Estado, tais como os programas Fome Zero, Bolsa Família, PRONATEC, entre outros. Por outro lado, há também aqueles que argumentam que o governo Lula teria produzido algumas tecnologias governamentais de esquerda, como a própria Economia Solidária, algumas formas de orçamento participativo e mesmo o HumanizaSUS (cf. Ferreira et al., 2020).

se fazia suficiente para sua sobrevivência, apenas provendo o mínimo necessário para lançar os componentes familiares novamente na informalidade do trabalho. Esse é um exemplo da mudança do perfil das políticas assistenciais à época do primeiro governo Lula que, segundo o pesquisador, se deram

em decorrência de influências de organismos multilaterais (em especial o Banco Mundial) que por representarem o ideário neoliberal, defendem a auto responsabilização dos indivíduos pelo seu bem-estar e privilegiam o mérito sobre o direito e a justiça social. Assim, e em decorrência dessa influência, práticas paliativas, contingenciais, emergenciais, centralizadas em programas de transferência de renda condicionados e focalizados na pobreza extrema ocupam posição central na política de assistência social brasileira (Siqueira, 2012, p. 17).

A criação da SENAES nesse contexto também se torna alvo de críticas e desconfianças. No primeiro ano do primeiro mandato petista, Salazar (2008) sinaliza que a criação da secretaria se deu de forma paradoxal, uma vez que acabava por fomentar iniciativas que se aglutinavam sob a nomenclatura da Economia Solidária, mas que tinham como pano de fundo o aumento da informalidade e redução dos direitos trabalhistas. Assim, segundo a autora, ao se levar em consideração o contexto histórico brasileiro bem como suas contradições, deve-se renunciar à idealização da Economia Solidária e apontar para este caráter contraditório, presente como vimos, desde as primeiras experiências cooperadas no país. Mas, ao mesmo tempo em que estas práticas têm funcionalidade ao capital, se opõem em uma perspectiva de criação de nova sociabilidade e novas formas de trabalho e autossustento. A autora aponta suas ponderações a respeito do receio da institucionalização das diversas práticas autogestionárias no país como Política Pública.

Neste contexto, nosso receio é que a formalização ou reconhecimento da economia solidária pelo governo reduza tais práticas a mais uma modalidade da informalidade do trabalho, que reforce a tendência de aprofundamento da exploração dos trabalhadores, logo, distorcendo a retórica governamental de combate à precarização das condições de trabalho, e afirmação de políticas públicas que resgatem o potencial dos trabalhadores vinculados às unidades produtivas de economia solidária, no sentido da formação de sujeitos políticos e econômicos (Salazar, 2008, p. 134).

Paul Singer, principal teórico da Economia Solidária no país e que esteve à frente como Secretário Nacional desde a formação da SENAES em 2003, se posiciona de forma contrária aos críticos. Sobre a criação da secretaria, sua defesa está alinhada, como esperado, ao discurso partidário do PT, partido que ele pessoalmente participou da fundação na década de 1980. Singer (2004) defendeu que a criação da secretaria no

governo Lula foi uma forma de combate à precarização das condições de trabalho e à pobreza. O então secretário argumentou que a culpa da precarização das relações de trabalho é do desemprego em massa e as cooperativas, no viés da Economia Solidária, aliadas aos sindicatos e aos fiscais do MTE buscam superar as condições indignas de trabalho, que em seu extremo assumem as formas de trabalho escravo e trabalho infantil, além de preservar e ampliar os direitos sociais.

Para Singer (2004), a SENAES, juntamente com programas como o Fome Zero, outras políticas sociais do governo Lula e com ministérios e secretarias do governo federal, estariam naquele momento juntando forças para combater a pobreza. O autor defendia que para que isso se efetivasse, seria necessário financiamento dessas iniciativas e que o governo estaria empenhado em reformar o sistema financeiro para que se abrisse às camadas de baixa renda, excluídas dele. “Outra alternativa é a criação de um outro sistema financeiro – solidário, popular, comunitário – que diferentes empreendimentos da economia solidária já estão desenvolvendo em várias partes do Brasil” (Singer, 2004, p. 5).

Anteriormente, Singer (1998) já defendia que o ressurgimento do cooperativismo e do que genericamente se chama “economia solidária” seria uma resposta à exclusão social crescente que é produzida pelo neoliberalismo.

A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, de crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias (Singer, 1998, p. 82).

Fazendo um breve recorte para pensarmos especificamente na questão da subjetividade dentro desses processos, para Singer (2002), um ponto central da Economia Solidária é a prática da autogestão, que, além de ser economicamente eficiente, acaba por desenvolver humanamente os envolvidos no processo. O autor indica que em nossas vidas particulares as instituições da família e da escola nos ensinam a obedecer e sempre esperar que haja uma ordem vinda de alguém hierarquicamente superior. O que carregamos em nós pode ser chamado de “carga alienante” (Singer, 2002, p. 22). Quando entramos em lutas emancipatórias, acabamos por perceber que uma outra forma de viver é possível e

então temos nossos valores colocados em xeque. Nesse sentido, a autogestão seria eficiente em tornar os empreendimentos autogestionários, além de economicamente produtivos, em espaços democráticos, igualitários e produtores de novas experiências subjetivas.

Avançando nessa direção, retomamos o que já apresentamos que a prática da autogestão e demais valores próprios aos empreendimentos autogestionários também apontam para uma possibilidade de tensionamento no dispositivo da reabilitação psicossocial para a produção de novos modos de subjetivação e novas subjetividades. Aproximando-nos da articulação entre Saúde Mental e Economia Solidária, vimos que o artigo 12 da Portaria nº 3088/2011 (Brasil, 2011), que versa sobre o componente da Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial, é composto por iniciativas de geração de trabalho e renda / empreendimentos solidários / cooperativas sociais cujo objetivo é a inclusão social dos loucos por meio de ações intersetoriais para a inclusão produtiva, formação e qualificação para o trabalho.

Estas iniciativas devem “articular sistematicamente as redes de saúde e de economia solidária com os recursos disponíveis no território para garantir a melhoria das condições concretas de vida, ampliação da autonomia, contratualidade e inclusão social de usuários da rede e seus familiares” (Brasil, 2011, s/p.). Com esta portaria, vemos que as cooperativas sociais regulamentadas pela lei de 1999, criadas com o intuito de inserir as pessoas em desvantagem no mercado de trabalho econômico por meio do trabalho cooperado, aparecem agora como parte integrante da RAPS juntamente com outras iniciativas da mesma natureza.

Contudo, a junção entre trabalho cooperado e saúde mental é anterior a Portaria de 2011 e data de 2004 a aproximação entre o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio da recém-criada SENAES, em uma tentativa de estabelecer políticas públicas para garantir o protagonismo dos projetos de inclusão social pelo trabalho no âmbito do direito ao trabalho cooperativista e autogerido. Após apenas um ano de criação da secretaria, MS e MTE publicaram a *Cartilha Saúde Mental e Economia Solidária – Inclusão Social pelo Trabalho* (Brasil, 2005b), que foi o resultado de um encontro entre diversos atores sociais apontando a necessidade da construção de uma política pública nacional de apoio e fomento aos projetos e oficinas de geração de

trabalho renda na saúde mental, que já vinham acontecendo na prática cotidiano dos serviços.

A partir dessa publicação, o Ministério da Saúde lança um edital/chamada voltado ao apoio e financiamento dessas oficinas, projetos e empreendimentos solidários, e o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Senaes, passa a incluir em seus editais de financiamento à economia solidária, o público da saúde mental e do cooperativismo social. No Estado de São Paulo obtivemos a aprovação pela Rede Estadual de Saúde Mental e Economia Solidária do Projeto Redes, em parceria com o Instituto Integra, um avanço importante para o reconhecimento social e produtivo dessas iniciativas de inclusão social pelo trabalho (Rodrigues & Pinho, 2015, p. 217).

Alguns anos depois, entre a *IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial* (a primeira que leva em consideração a necessidade extrema de intersectorialidade para lidar com a questão da Saúde Mental) e a *II Conferência Nacional de Economia Solidária*, ambas realizadas em 2010, também foi realizada em Brasília a *I Conferência Nacional de Cooperativismo Social*. Esta última conferência reconheceu a necessidade da construção e aprovação do Programa Nacional de Apoio ao Cooperativismo Social (Pronacoop-Social). Diversas resoluções desta Conferência apontaram a necessidade urgente de garantir o direito humano ao trabalho e à produção criativa, como direito de todos (Rodrigues & Pinho, 2015).

Na referida cartilha de 2005, há distintos temas abordados. Na ocasião, o Secretário Nacional de Economia Solidária continuava sendo Paul Singer, que ocupou o cargo até o ano de 2016. Singer trouxe diversas contribuições em suas falas para a articulação entre a economia solidária e a saúde mental. Além dele, estiveram presentes outras figuras importantes no cenário nacional dentro da temática cooperativismo e saúde mental, não necessariamente em articulação. Na cartilha, apresentam-se muitas experiências brasileiras de geração de renda, cooperativas, trabalho protegido e outras que se articulam com o campo da Saúde Mental em inúmeros municípios. Vejamos as palavras de Humberto Costa, então Ministro de Estado da Saúde, sobre esse evento na apresentação da cartilha:

Daí a importância da Oficina de Experiências de Geração de Renda e Trabalho, que os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego realizaram em novembro de 2004. As valiosas contribuições apresentadas nessa oficina são apresentadas neste volume. O trabalho é resultado do compromisso assumido pelos dois ministérios e pelo governo federal e expresso pela Portaria Interministerial nº 353, de 7 de março de 2005, de incluir definitivamente a aliança entre Saúde Mental e Economia Solidária na agenda social da política brasileira (Brasil, 2005b, p. 8).

No entanto, nos registros do documento pode-se ler claramente a angústia e a pouca sustentação institucional e financeira que as diversas iniciativas ao redor do país enfrentavam. Os participantes apontam as experiências internacionais como a italiana e a francesa como bem-sucedidas e modelos que podem ser seguidos pelo Brasil para atingir a opinião pública com bons olhos, e, quem sabe, conseguir mais incentivo do poder público. Para os participantes da oficina, o objetivo era mais do que geração de renda, era reinserção social, reabilitação psicossocial, e o modelo cooperativista propõe uma organização do trabalho que opta por acolher e incluir diferenças, permitindo o estabelecimento de uma produção a partir de princípios aniquilados pelo capitalismo, como a solidariedade e a cooperação (Brasil, 2005b).

Almejamos, e aí reside nossa ousadia, *construir lugares que possam comportar nossos corpos, ideias, desejos, habilidades, gostos e sonhos*, numa trama que diversifica lugares e condições, de modo a fazer *cabem sempre e mais diferentes e singulares modos de produzir a vida*. Buscamos ser protagonistas da nossa própria história ao assumirmos a gestão de processos que envolvem dinheiro, compras, vendas, lucros, dívidas, criação, metas, produtos e qualidade, mas também, e principalmente, o cuidado com o outro, o *respeito à diferença* e à *solidariedade*. Apontamos a falência do manicômio como dispositivo cultural para lidar com a diferença, ao mesmo tempo em que ensaiamos possibilidades reais de *contrapor a lógica de exclusão do capitalismo*, tentando resgatar para o nosso fazer, sentido e, principalmente, prazer (Brasil, 2005b, p. 57, grifo nosso).

Segundo distintas vozes que se expressam nesse documento, para que o trabalho possa começar a ser visto como uma ferramenta de inserção social e reabilitação psicossocial, ele precisa ser entendido em resistência à lógica capitalista mercadológica, que a tudo fetichiza e valora. É necessário partir da concepção de trabalho como promotor de sentido, de autonomia, de socialização e, somente assim, de uma reabilitação (Saraceno, 2001, 2016; Pitta, 2016; Brasil, 2005b) que seja produtora de novas subjetividades não hegemônicas. É necessário compreender o trabalho em práticas de resistência à lógica apenas de trocas econômicas, promovendo uma nova concepção das trocas e intercâmbios sociais. Por isso, há a aposta de que a economia solidária, com suas bases democráticas, de autogestão e solidariedade, possa ser um caminho escolhido para que se produza uma nova subjetividade do sujeito-cidadão-louco.

É interessante notar que tanto o movimento da luta antimanicomial como o movimento da economia solidária preconizam a construção de outro projeto de sociedade compartilhando princípios fundamentais pautados em dimensões éticas, políticas e ideológicas que preconizam uma sociedade de solidariedade e de justiça, ou seja, ambas se contrapõem ao projeto capitalista de sociedade (Andrade et al., 2013, pp. 178-179).

Assim, entendemos que por meio de estabelecimento da RAPS enquanto política pública e seu entrelaçamento com a SENAES se efetivava por parte daquele governo um atendimento às demandas sociais solicitadas por diversos atores, forças e poderes da sociedade, dentre eles os profissionais *psi*, indicando avanços inestimáveis na atenção à loucura. Entretanto, não sem contradições, de maneira que continuam existindo “perigos” e problematizar continuamente se faz necessário.

Avançando na problematização, então, conforme vimos acima com Saraceno (2001), a reabilitação psicossocial atua em três eixos: o *habitat*, as redes sociais e o trabalho. Entretanto, quando da formalização da lei pela Portaria nº 3088/2011, apenas o trabalho em cooperativas foi compreendido como reabilitação psicossocial, sendo que os demais eixos foram negligenciados. No prefácio à terceira edição do livro *Reabilitação Psicossocial no Brasil em 2016*, Pitta tece uma acertada e dura crítica a essa portaria dizendo que o avanço das cooperativas é imprescindível, mas não como única ação da Reabilitação Psicossocial. Ainda faz uma incisiva crítica ao momento que passávamos no cenário político brasileiro no ano da edição do livro, 2016.

Entretanto, retrocesso explícito é o que está acontecendo no país desde o último dezembro, quando a desastrada nomeação de um gestor⁸¹ manicomialista acentua drasticamente a perda de investimentos para a saúde e a atenção psicossocial aos brasileiros, numa paralisia do avanço das políticas públicas indispensáveis à superação e reparação de muitas vítimas de desmandos de governos, instituições e profissionais inescrupulosos que foram cúmplices e/ou testemunhas inertes da eliminação psíquica e social dos cronicamente internados em manicômios (Pitta, 2016, pp. 10-11).

Vivemos tempos de diversos outros tensionamentos no Brasil nos últimos anos e os avanços obtidos no tratamento à loucura sofreram uma obliteração com retrocessos no incentivo de políticas assistenciais em todos os âmbitos, como o corte de verbas destinadas a elas. Mas, como as forças e os embates são constantes, essa é uma luta que ainda está se delineando, se metamorfoseando.

⁸¹ Aqui a autora se refere à indicação de Valencius Wurch Duarte Filho para o cargo de coordenador geral na “Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas” em dezembro de 2015, pelo então recém Ministro da Saúde Marcelo Castro. O coordenador indicado era ex-diretor do maior hospício da América Latina, a casa de saúde Doutor Eiras em Paracambi, Rio de Janeiro e sua indicação gerou reações em formato de notas públicas de entidades e associações. Dentre as entidades que se manifestaram contra a nomeação estão a ABRASCO/Associação Brasileira de Saúde Coletiva, a ABRASME/Associação Brasileira de Saúde Mental, o CFP/Conselho Federal de Psicologia, o CEBES/Centro Brasileiro de Estudos e Saúde, o IMS-UERJ/Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o MNLA/Movimento Nacional da Luta Antimanicomial e a RENILA/Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Chaves, 2018).

3.4.9. O *impeachment* de Dilma e os desmontes em uma gestão manicomial

Assistimos à chegada ao poder de um governo declaradamente ultraconservador e de direita no Brasil em 2019 na figura do presidente Jair Messias Bolsonaro. Essa chegada ao poder não pode ser considerada como um advento ou surgimento do conservadorismo no país, mas mostra que tais forças sempre estiveram presentes em embate com outras forças de diversas naturezas. O conservadorismo apareceu desde 2016 de forma mais explícita, tornando-se hegemônico naquele momento da sociedade, o que levou um representante dessa corrente a ser eleito democraticamente, ainda que as bases democráticas tenham sido arduamente atacadas por uma eleição com práticas muito duvidosas e manipuladoras, como as chamadas *fake news* e a prisão ilegal do candidato favorito nas pesquisas. Essa frente conservadora acaba por fortalecer as forças do pensamento manicomial que estavam sendo enfraquecidas no campo da Saúde Mental, especificamente.

Carvalho e Gallo (2020) analisam essa conjuntura política no Brasil, em uma visada para a precarização da educação inclusiva no Brasil. Os autores – que também partem de uma leitura foucaultiana e concebem o imperativo da inclusão como um viés da dialética *in/exclusão* em uma governamentalidade democrática com forte influência neoliberal – argumentam que ocorreu um tensionamento intenso que levou a grandes retrocessos nas políticas de inclusão com o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Os autores indicam que, no campo da educação inclusiva, assim que o governo de Bolsonaro assumiu em janeiro de 2019, suprimiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Inclusão (SECADI).

Entre outras diversas ações do governo Bolsonaro, que já vinham sendo pronunciadas e prometidas em campanha, temos na área da Saúde Mental a Nota Técnica nº 11/2019⁸² (Brasil, 2019) intitulada “Nova Saúde Mental”, publicada pela Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde, no dia 4 de fevereiro de 2019. A chamada “nova política de Saúde Mental” previa, entre outras coisas, que não deveria haver mais serviço substitutivo, fortalecendo novamente o Hospital Psiquiátrico como opção de tratamento inclusive para crianças e adolescentes. Essa política não previa mais o progressivo fechamento dos manicômios conforme lemos

⁸² Disponível em: <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>, acesso em 16 de abril de 2023.

explicitamente: “a partir da nova normativa, o Hospital Psiquiátrico passa a ser incluído na RAPS e não mais se incentiva o seu fechamento”, e ainda: “O Ministério da Saúde não considera mais serviços como sendo substitutos de outros, não fomentando mais fechamento de unidades de qualquer natureza” (Brasil, 2019, s/p). Além disso, destinava recursos financeiros a compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia (ECT), o eletrochoque.

Quando se trata de oferta de tratamento efetivo aos pacientes com transtornos mentais, há que se buscar oferecer no SUS a disponibilização do melhor aparato terapêutico para a população. Como exemplo, há a Eletroconvulsoterapia (ECT), cujo aparelho passou a compor a lista do Sistema de Informação e Gerenciamento de Equipamentos e Materiais (SIGEM) do Fundo Nacional de Saúde [...] (Brasil, 2019, s/p.).

Havia também no texto o estabelecimento de novos componentes da RAPS:

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) passa a ser formada pelos seguintes pontos de atenção (Serviços):

- CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), em suas diferentes modalidades
- Serviço Residencial Terapêutico (SRT)
- Unidade de Acolhimento (adulto e infanto-juvenil)
- Enfermarias Especializadas em Hospital Geral
- Hospital Psiquiátrico
- Hospital-Dia
- Atenção Básica
- Urgência e Emergência
- Comunidades Terapêuticas
- Ambulatório Multiprofissional de Saúde Mental - Unidades Ambulatoriais Especializadas (Brasil, 2019, s/p.).

Além disso, a “Nota” revertia a política de tratamento ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, focando em abstinência total, enfraquecendo a estratégia de redução de danos presente no país há pelo menos 30 anos. Previa a modificação dos CAPS-AD (Álcool e Drogas) criando dois novos centros: o CAPS AD IV Novo ou CAPS AD IV Reestruturado, este último modificando CAPS-AD já existentes, “devendo funcionar de forma a prestar assistência às pessoas em cenas abertas de uso de drogas, as chamadas ‘cracolândias’”. Previa também o financiamento das polêmicas Comunidades Terapêuticas, em sua maioria religiosas, que passaram a integrar a RAPS, para tratamento do uso abusivo de drogas por meio da política de abstinência total em regime de internação transitória (Lima, 2019), além da abertura de leitos psiquiátricos de internação para essa população. Todas essas ações são justificadas no documento a partir de supostas “evidências científicas” (Brasil, 2019, s/p), que na leitura do texto evidenciam-se como,

na realidade, um retorno às práticas manicomiais, conforme lemos abaixo, em uma análise sociojurídica publicada em formato de artigo sobre a “Nota”.

[...] *o modelo de práticas manicomiais* inserido na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), desde a Resolução nº 32/2017 e as Portarias que se seguiram, conforme consta na página introdutória da Nota Técnica nº 11/2019, é contrário à própria essência da RAPS, que prevê o cuidado em liberdade e, portanto, territorial, inserido no campo social. Em outras palavras, não há lógica em uma rede de cuidado fundamentada no cuidado em liberdade ter *práticas manicomiais*. Há que se dizer: o que está posto/proposto não é a RAPS, mas um modelo manicomial (Correia et al., 2019, p. 20, grifo dos autores).

Essa “Nota Técnica” é tirada do ar no site do Ministério da Saúde após repercussão negativa da opinião pública e de diversos setores da sociedade, principalmente notas de repúdio de órgãos de conselhos de classe de trabalhadores, como psicólogos e fonoaudiólogos, entre outros⁸³. “Retirado do ar após a enxurrada de críticas recebidas, não tendo sido integralmente sustentado pelo próprio ministro da Saúde atual, o documento anuncia ‘mudanças’ que representam, na verdade, o retrocesso a um cenário que o país vem se esforçando para superar” (Lima, 2019, p. 2).

A nota teria sido tirada do ar depois das críticas sob o argumento do governo de que não estaria pronta, ainda seria debatida e somente posteriormente publicada em sua versão final. Entretanto, consultando artigo publicado em 2022, na revista *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, que analisa a Nota do ponto de vista da análise de conteúdo, vimos que não foi bem assim. Nos deparamos no artigo com a afirmação dos autores que após alguns meses da Nota ter sido retirada, ela teria retornado aos endereços eletrônicos oficiais do Ministério da Saúde⁸⁴, mantendo integralmente o texto original⁸⁵ (Miguel & Medeiros, 2022).

⁸³ Algumas notas de repúdio de conselhos de classe podem ser acessadas em: <https://site.cfp.org.br/cfp-manifesta-repudio-a-nota-tecnica-nova-saude-mental-publicada-pelo-ministerio-da-saude/>; <https://www.oabpa.org.br/noticias/nota-tecnica-do-ministerio-da-saude-que-incentiva-retorno-de-manicomios-preocupa-comissoes-tematicas>; <https://crefeto5.org.br/noticia/crefeto5-repudia-o-teor-da-nota-tecnica-do-ministerio-da-saude-sobre-saude-mental>, acesso em 16 de abril de 2023.

⁸⁴ Como primeira medida de governo em janeiro de 2023, Lula promoveu um “revogaço” de portarias e decretos do governo anterior. A revogação no campo da Saúde Mental ficou a cargo da nova ministra da saúde, Nísia Trindade Lima. Buscamos informações mais atualizadas sobre essa temática, mas não encontramos nada além de promessas de revogação em *sites* diversos. Buscamos pela Portaria nº 3088/2011 que institui a RAPS no Sistema de Legislação da Saúde do Ministério da Saúde (SLEGIS). A informação que encontramos é que ela continua revogada em sua íntegra, ação que foi tomada por Bolsonaro em 03 de outubro de 2017. É possível acessar essa informação que está disponível em: <https://saudelegis.saude.gov.br/saudelegis/secure/norma/listPublic.xhtml>, acesso em 23 de julho de 2023.

⁸⁵ Note-se que sequer são citadas, nestas análises críticas que aqui trouxemos, as modificações em relação ao dispositivo da reabilitação psicossocial em iniciativas de trabalho e renda/empreendimentos

É imprescindível apontar que no campo da Economia Solidária houve também grandes modificações em meados de 2016, durante a tramitação dos pedidos pelo *impeachment* da presidenta Dilma e após sua efetivação, com a assunção de Michel Temer como presidente que seguia a mesma agenda ultraconservadora de direita. Como vimos, instituída em 2003, a SENAES seguiu durante os governos petistas como uma estratégia de atuação em articulação com as Políticas de Saúde Mental no país. Mas, não somente isso. A SENAES seguiu também estabelecendo parcerias com demais ministérios e entes públicos (incluindo os movimentos sociais), marcando o caráter transversal da Economia Solidária com outras áreas além da Saúde Mental, tais como educação, desenvolvimento social, igualdade racial e de gênero, pesca, cultura, habitação, entre outras. Além disso, estabeleceu ações e parcerias internacionais, participando de eventos e espaços de colaboração com muitos países, tanto na América Latina, como na Europa e África, sendo efetivada uma aproximação maior com os países do Mercosul (Chiarello, 2020).

Internamente, a SENAES elaborou um Atlas da Economia Solidária, que visava um mapeamento dos empreendimentos com características solidárias no país, a partir da necessidade da realização de um diagnóstico situacional. Foram realizados mapeamentos entre os anos de 2005 e 2013, e o número de empreendimentos contabilizados no país chegou a 22 mil. A partir desse levantamento, que fazia parte do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, originou-se o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)⁸⁶, que foi concebido com a intenção de identificar e caracterizar a economia solidária no país, fomentando o fortalecimento e expansão de ações, além de auxiliar na realização de pesquisas, dando visibilidade pública à Economia Solidária (Chiarello, 2020).

Desde 2012 a SENAES era contemplada no Programa Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária e integrava o Plano Brasil Sem Miséria, que buscava erradicar a pobreza extrema, enfatizando a inclusão produtiva e o caráter transversal de suas ações. Diante dessas ações, viu-se no ano de 2012 o maior aporte de recursos orçamentários para a SENAES, entrando em declínio a partir de 2013 (Chiarello,

solidários/cooperativas sociais. Na prática – que vimos se materializando a partir de nossa presença no campo de pesquisa após a chegada do governo Bolsonaro – não houve grandes mudanças, além do clima de medo e incertezas. Falaremos mais disso na apresentação do último capítulo da tese.

⁸⁶ Versão digital disponível em: <http://atlas.sies.org.br/sobre.html>, acesso em 16 de abril de 2023.

2020). A partir da crise econômica brasileira de 2014, que foi acompanhada e intensificada por uma crise política que começou em 2013 com as movimentações populares conhecidas como Jornadas de Junho, a SENAES passou por retrocessos juntamente com a conjuntura nacional. Neste momento, o governo Dilma Rousseff, sucessora de Lula, sofreu pressões de demandas de governabilidade e de ajuste fiscal. O MTE estava na época nas mãos do partido do seu vice-presidente, Michel Temer (do Partido Democrático Trabalhista, PDT). Sob pressão, Rousseff efetiva uma reforma ministerial em outubro de 2015 como reflexo da crise instaurada no país em diversos âmbitos (Chiarello, 2020).

Desde o início do ano de 2016, organizações e empreendimentos ligados ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) se unem em uma campanha de mobilização contra rumores da extinção da SENAES e da demissão de Paul Singer, à frente da secretaria desde sua fundação. Em 18 de fevereiro de 2016, a coordenação do FBES envia uma carta⁸⁷ à presidenta Dilma e ao então ministro do novo Ministério do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, preocupada com o destino da SENAES. Entretanto, em junho de 2016, durante a tramitação do processo de *impeachment* iniciado no Senado, a SENAES é reduzida a uma subsecretaria do novo Ministério e Paul Singer é finalmente demitido⁸⁸, estando avisado sobre seu afastamento⁸⁹ desde meados de 2015 após a reforma ministerial. Singer foi substituído pelo servidor e escrivão de polícia aposentado, Natalino Oldakoski, da Polícia Civil do Paraná, que nada tinha de relação com a pasta. Como ápice da crise instaurada no país, em 31 de agosto de 2016 a presidenta Dilma Rousseff sofre um *impeachment* como um golpe institucional aprovado no Senado por 61 votos favoráveis e 20 contrários (Arcanjo & Oliveira, 2017; Chiarello, 2020).

Esse fato vem marcar mais uma vez a história brasileira, com o conluio dos mais ricos, incrustados nos diversos poderes, na mídia, donos dos meios de produção e dos bancos, numa verdadeira afronta às regras da democracia, impondo um golpe parlamentar no intuito de colocar o Estado e a sociedade a serviço dos seus interesses (Arcanjo & Oliveira, 2017, p. 243).

⁸⁷ Disponível em: <http://camp.org.br/2016/01/21/carta-a-presidenta-dilma-e-ao-ministro-miguel-rossetto-em-defesa-da-politica-nacional-de-economia-solidaria/>, acesso em 16 de abril de 2023.

⁸⁸ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/apos-13-anos-paul-singer-deixa-secretaria-de-economia-solidaria-4743/>, acesso em 16 de abril de 2023.

⁸⁹ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2015/09/paul-singer-diz-que-foi-avisado-sobre-demissao/>, acesso em 16 de abril de 2023.

O que se seguiu no governo de Michel Temer que assumiu após o *impeachment* foi uma sucessão de cortes de direitos de cidadania, com ataque direto à Constituição de 1988 e à democracia, o que leva Carvalho e Gallo (2020) até mesmo a demarcar o fim da governamentalidade democrática brasileira em 2016 com o *impeachment* de Dilma Rousseff, indicando o início de uma outra ordem política, ainda não possível de ser nomeada, mas que, segundo eles, pode ser tateada. Os autores indicam que, ao longo de 2017 e de 2018, Temer intensificou o desmonte das políticas afirmativas e inclusivas que haviam sido produzidas e consolidadas ao longo das três décadas anteriores, do período de redemocratização ao *impeachment* de Rousseff. Assim, o governo atual estaria dando início a uma governamentalidade calcada na radical exclusão das diferenças.

É nessa guinada que chegamos em 2019, com a posse de Jair Bolsonaro, e já em 1º de janeiro daquele ano, a moribunda SENAES é extinta de vez⁹⁰, assim como o Ministério do Trabalho existente desde a década de 1970, e a temática da Economia Solidária é inserida, de forma residual, no Ministério da Cidadania, ocupando a Secretaria de Inclusão Social e Produtividade Urbana. Nos demais órgãos federais, também se torna evidente a retirada dos recursos orçamentários destinados à pauta da Economia Solidária (Chiarello, 2020) e o que acaba por se efetivar são as perspectivas mais pessimistas advindas dos movimentos de Economia Solidária, de que a coalizão do governo, que alcançou seu ápice na tomada do poder por Michel Temer, usaria a SENAES como “uma política simples de fomento ao empreendedorismo, apoio ao cooperativismo de fachada, reprodução da velha prática do clientelismo e assistencialismo nas relações com os EES⁹¹ que se submeterem a uma gestão inspirada nos valores do capital humano [...]” (Arcanjo & Oliveira, 2017, p. 244).

Essa perspectiva vai ao encontro com a análise crítica que estamos fazendo a respeito dos tensionamentos no campo da Economia Solidária em relação com a Saúde Mental no nosso país. Mais recentemente, atravessados por todos esses acontecimentos no cenário nacional – que aliás se deram durante os anos de produção desta tese de doutoramento –, vemos que as linhas que formam os discursos e práticas acerca do cuidado e tratamento a partir do dispositivo da reabilitação psicossocial vão se tensionando e retrocedendo por linhas retrógradas que estavam sedimentadas

⁹⁰ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>, acesso em 16 de abril de 2023.

⁹¹ Empreendimentos de Economia Solidária.

anteriormente. Carvalho e Gallo (2020) chegam até mesmo a propor uma reflexão das práticas – no caso deles no contexto das políticas de educação inclusiva e seu desmonte – como sendo aquilo que Foucault denominou de “racismo de Estado” e que se atualiza de forma específica no neoliberalismo atual de nosso país⁹².

Sob tal conjuntura, emerge um novo tipo de racismo, por sua vez útil à própria governamentalidade neoliberal. O que conta não é a raça como elemento associativo de identidades étnicas, culturais ou grupais; o que passa a contar, na modulação desse novo racismo, são todos e quaisquer obstáculos interpostos na realização da maximização dos lucros, de um lado, e na garantia mínima da unidade-empresa individual de sobrevivência, do outro. Tudo o que representa signo de ameaça ou à máquina neoliberal ou ao precário homo oeconomicus deve ser objeto não mais de uma “limpeza étnica”, mas de uma limpeza subjetiva (Carvalho & Gallo, 2020, p. 157).

É nesse ponto, olhando o máximo possível para o presente e inspirados em Foucault, que sinalizamos as ambiguidades, contradições, tensionamentos, deslocamentos, oposições, conjunções e disjunções das linhas dos dispositivos de governo em nosso país, em especial, pensando no dispositivo da reabilitação psicossocial nas Políticas Públicas de Saúde Mental na atualidade do Brasil, o que nos faz compreendê-la dentro de uma racionalidade democrática – hegemonicamente e cada vez mais – neoliberal.

Antes de prosseguirmos, é preciso que se retome um apontamento realizado anteriormente: nem todos os perigos são igualmente perigosos. Esta racionalidade hegemonicamente neoliberal, quando efetivada sob governos progressistas como o de Lula e Dilma, se distingue da mesma racionalidade sob governos “conservadores” e de “extrema direita” como foram os de Temer e de Bolsonaro. Se não fizermos aqui essa pontuação, por mais óbvia que pareça ser, corremos o risco de parecer dizer que tudo se trata do mesmo, de forma monolítica, sem distinções⁹³.

Ainda que debaixo amplamente de uma mesma racionalidade, temos uma proposta de governo que está alinhada ao imperativo da inclusão, ainda que este seja alvo de críticas como a que aqui estivemos apresentando e fazendo. Esse alinhamento se

⁹² Essa ideia de racismo de Estado também é trazida por Mbembe (2016), quando apresenta reflexões a respeito de sua ideia da necropolítica, cujo esboço já discutimos de forma breve no segundo capítulo desta tese.

⁹³ Buscamos evidenciar essas distinções focando em nosso interesse a respeito das políticas de economia solidária, de saúde mental e de entrelaçamento entre ambas neste tópico. Apesar de restrito, esse recorte já nos parece suficiente para apontar substanciais diferenças, ainda que, todas as práticas de governo, de forma ampla como é a proposta de leitura foucaultiana a respeito do presente, estejam hegemonicamente operando dentro dessa racionalidade que é, em si, liberal.

distingue profundamente do posicionamento de uma proposta de governo que busca aniquilar e expurgar novamente as diferenças, com o retorno de práticas violentas, segregacionistas e de fortalecimento do ideário manicomial. Também um governo baseado em políticas que fortaleçam os empreendimentos solidários, ainda que debaixo dessa insígnia haja contradições que apontam para o reforçamento da informalidade e do empreendedorismo, se distingue de um governo que interrompe todo o fomento às práticas autogestionárias e que sanciona e põe em ação uma Reforma Trabalhista de precarização extrema de direitos dos trabalhadores.

Mais recentemente, no ano de 2022, diante de uma polarização sem precedentes nas eleições presidenciais após o período de redemocratização, e diante de diversos acontecimentos políticos, econômicos e sociais em nível nacional e internacional – e que não iremos aprofundar aqui⁹⁴ – retornou à presidência do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato, aos 77 anos de idade. Se esse evento incidirá em mudanças significativas no campo da Economia Solidária e das Políticas de Saúde Mental ainda parece cedo para saber, mas podemos indicar que já no primeiro dia de mandato, Lula recriou a Ministério do Trabalho e Emprego por meio de uma Medida Provisória⁹⁵ e a SENAES, agora como Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária dentro do MTE, sendo nomeado em fevereiro do ano de 2023 o ex-ministro de Dilma Rousseff, Gilberto Carvalho⁹⁶, como secretário. Além disso, promoveu um “revogaço⁹⁷” *nunca antes visto na história desse país*⁹⁸ de medidas propostas pelos governos anteriores.

3.4.10. Economia Solidária e Saúde Mental entre a submissão e a resistência

A proposta do serviço que nos dispomos a estudar, o NUPE, mais especificamente o coletivo CUPINS, é a reabilitação do sujeito considerado louco a partir da participação

⁹⁴ O que inclui todos os acontecimentos no país em relação à Operação *Lava Jato*; prisão e absolvição de Lula; pandemia de Covid-19 que assolou o mundo e; recentemente, os ataques às sedes dos Três Poderes e a investigação criminal de Jair Messias Bolsonaro e sua família no ano de 2023.

⁹⁵ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/932594-primeira-mp-do-governo-lula-preve-37-ministerios-sem-aumento-de-despesa/>, acesso em 16 de abril de 2023.

⁹⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/25/gilberto-carvalho-espero-que-tenhamos-um-governo-pedagogo>, acesso em 16 de abril de 2023.

⁹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/01/primeiro-mes-do-governo-lula-tem-revogaco-de-medidas-adotadas-por-bolsonaro-veja.ghtml>, acesso em 23 de julho de 2023.

⁹⁸ O destaque dessa frase se dá por ser um dos jargões mais conhecidos dentre os diversos utilizados por Lula.

em redes de sociabilidade por meio do mundo do trabalho, solidário e autogestionário. A partir de suas inserções como usuários de Saúde Mental, partimos de uma subjetividade já conhecida: excluída, apátrida, ignorada, sem ação, sem voz, sem valor, sem vez, uma quase não-humanidade, um sem-lugar social e vamos em busca de encontrar novos modos de subjetivação que se diferenciem desses outros que já estão estratificados por tanto tempo.

O que surge a partir de um movimento social que é a Luta Antimanicomial e da construção da Reforma Psiquiátrica, é uma proposta de inclusão social e reabilitação psicossocial por meio do mundo do trabalho, mais especificamente por meio de uma forma de economia que contraria a concepção neoliberal perversamente exercida em nossa sociedade, como vimos no tópico anterior. A proposta dos serviços é emancipatória e inclusiva, mas, problematizamos aqui a visão romantizada de que, tão somente a partir disso, estaríamos automaticamente diante de um novo modo de subjetivação sem contradições, nos moldes das propostas que visam emancipação ao redor do mundo nas distintas Reformas Psiquiátricas.

Dessa maneira, insistimos em pontuar que a aproximação entre Economia Solidária e Saúde Mental nasce no cotidiano da Luta Antimanicomial e posteriormente se insere nos serviços da RAPS em uma escala maior por meio da ação de estabelecimento de políticas públicas, cujas bases estão alicerçadas em uma racionalidade liberal que propõe práticas de governo.

Por um lado, as práticas de empreendimentos solidários podem estar alinhadas à produção de subjetividades neoliberais, como uma forma de responsabilização individual dos loucos pela sua própria inclusão social e econômica configurando-se como uma forma de “empreendedorismo de si” (Foucault, 2021b), ou seja, uma prática que busca a autonomia e responsabilização individual em consonância com a lógica neoliberal. Essa leitura crítica pode ser feita até mesmo pensando na progressiva extinção do manicômio e o cuidado no modelo “portas abertas”.

A autogestão do louco num serviço de portas abertas produz práticas como a responsabilização na condução de seu tratamento, a sua inserção no mercado de trabalho com o desejo de ser produtivo e consumidor e sua possibilidade de criação de redes e automanutenção na sociedade (Ferreira et al., 2020, p. 143).

Por outro lado, as práticas também podem inserir o louco em uma rede de reconhecimento e solidariedade, em espaços sociais que o acolham com suas diferenças, ampliando os laços de contratualidade e o acesso aos seus direitos, como vimos testemunhado nas muitas vozes envolvidas com as oficinas de geração de trabalho e renda dentro da Saúde Mental, expressas na *Cartilha Saúde Mental e Economia Solidária – Inclusão Social pelo Trabalho* (Brasil, 2005b) que citamos acima. Pitta (2016) indica que nas democracias emergentes, quando a necessidade da equidade como possibilidade de atender igualmente o direito de cada um é enfatizada, “*Reabilitação Psicossocial* poderá significar justamente um tratado ético-estético que anime os projetos terapêuticos para alcançarmos a utopia de uma sociedade justa com chances iguais para todos” (Pitta, 2016, p. 33, grifo da autora).

Efetivamente, a reabilitação psicossocial, como um processo complexo que é, exige dos trabalhadores da rede uma enorme capacidade inventiva e resolutiva, [...]. Tão complexo quanto o dia a dia do trabalho com a saúde mental, repleto de investimentos, energias e esforços pessoais em função de um projeto de trabalho e de uma escolha de vida. Se isso se associa ainda a outras vulnerabilidades (pobreza, analfabetismo, fragilidades físicas e outras), a situação ganha proporções consideráveis. Ao fim, ainda se pode inquirir se existe o produto: o reabilitado, o reinserido, o incluído (Goulart & Zani, 2015, p. 371).

A partir de todas essas discussões e concepções, podemos afirmar que a Economia Solidária e a proposta do dispositivo de reabilitação psicossocial da RAPS trazem em si alguns princípios norteadores que são comuns. Podemos perceber que a Reforma Psiquiátrica e a Economia Solidária compartilham de princípios fundamentais fazendo uma opção ética, política e ideológica por uma nova sociedade marcada pela autogestão, a partilha e a solidariedade. A proposta da Economia Solidária se apresenta no campo da Saúde Mental como forma de inserção social pelo trabalho e busca permitir o processo de emancipação dos usuários através da promoção de espaços reais de trabalho, onde estejam implicadas a atividade cooperada, a participação democrática e a autogestão, o fortalecimento do coletivo, a validação dos saberes e dos recursos das pessoas e dos contextos locais, a inserção no mercado e a possibilidade de ganho econômico real (Brasil, 1999).

Ante as contradições presentes no sistema capitalista e considerando as representações que tomam as pessoas em sofrimento psíquico como incapazes, o trabalho sob o prisma da economia solidária vem ganhando espaço. Esta alternativa direciona possibilidades para que essas pessoas possam participar da contratualidade social e estabelecer vínculos. *Ainda que não seja uma solução cabal e completa*, a economia solidária tem se apresentado como um recurso significativo para a inclusão social (Estevam & Sales, 2016, p. 16, grifo nosso).

Olhando para esse viés crítico inspirado nas perspectivas dos estudos foucaultianos que vimos empreendendo aqui, enfatizamos que não há uma “solução cabal e definitiva”. Defendemos que existe, sempre existiu e sempre existirá uma luta constante, um eterno agonismo da história entre forças distintas, uma relação de poderes que se embatem. Foi a partir dessa compreensão que apresentamos o surgimento da SENAES e as distintas facetas que a própria Economia Solidária assumiu ao ser estabelecida como uma política pública. A criação da secretaria pode ser lida como tendo o objetivo de fortalecer a iniciativa privada e de estimular a participação do cidadão na produção de bens e serviços, gerando renda e diminuindo a dependência do Estado. Assim, estaria produzindo subjetividades que se adéquam ao modelo de empreendedorismo e competição que caracteriza o neoliberalismo. Mas também, como fruto da reivindicação dos movimentos populares, a criação da SENAES produz fomento e apoio às iniciativas que se materializam no cotidiano como práticas de resistência e enfrentamento à subjetivação hegemônica, tensionando as linhas estratificadas em direção a uma nova linha de produção subjetiva. A mesma lógica se aplica à inserção dos empreendimentos solidários e autogestionários nas iniciativas de reabilitação psicossocial propostas pela RAPS no campo da Saúde Mental.

Assim, uma vez que no contexto neoliberal a produção de subjetividades se dá de forma hegemônica guiada por uma racionalidade de busca de eficiência e busca pelo auto empreendedorismo, a forma como as políticas públicas vão sendo implementadas não se dá de forma imune a tais forças, mesmo quando se considera as políticas públicas que instauram o dispositivo de reabilitação psicossocial como fruto dos movimentos sociais, como fruto da Luta Antimanicomial e sob os marcos da Reforma Psiquiátrica. Por isso, insistimos na importância de estarmos atentos aos perigos.

Problematizar a reforma, mapear os novos riscos trazidos no seu bojo não visa inviabilizá-la, jogá-la na vala comum das antigas práticas psiquiátricas que a tornaria equivalente ao asilo. Trata-se antes de tudo de uma tentativa de reforçá-la, de retomar a sua força crítica; pensá-la não como um processo acabado que devemos nos regozijar e comemorar. Mas, que qualquer comemoração só é válida no alerta constante dos seus novos riscos. Ou mesmo nos antigos, como na reabilitação dos mecanismos asilares no bojo dos seus dispositivos (Pinto & Ferreira, 2010, p. 30).

Da mesma maneira, a Economia Solidária, dentro e fora da RAPS, como uma política pública, apresenta ambiguidades em relação às produções de subjetividades neoliberais e às práticas de resistência. Como defendemos, essas ambiguidades não são

algo novo, mas fazem parte da dinâmica das relações de poder em uma sociedade. Assim, essa política pode ser pensada como um fortalecimento da lógica neoliberal e *também* como uma forma de resistência a ela, quando suas práticas cotidianas são associadas a uma ética de solidariedade e cooperação, e quando busca-se promover relações mais justas e igualitárias entre os trabalhadores em seu dia a dia, acolhendo suas diferenças e promovendo novas possibilidades de existência e de laços sociais.

Nenhuma sociedade – nem mesmo a capitalista – poderia funcionar se todos os seus membros se comportassem como *o homo oeconomicus*, um ser inteiramente racional e egoísta, cuja única preocupação é o seu próprio bem-estar. Por isso, mesmo no capitalismo os implantes socialistas desempenham um papel positivo ao difundir valores essenciais ao convívio em sociedade. Este fato abre um certo leque de possibilidades de que algumas destas sementes germinem (Singer, 1998, p. 59).

Como já apontamos, onde há poder, há resistência (Foucault, 1976/2017a). Na obra foucaultiana essa noção de resistência aparece de forma pulverizada e muitas vezes em aproximação com outros conceitos como crítica, contra-conduta e insurreição (Stenico, 2015). Por exemplo, em *Segurança, território e população* (2008), Foucault irá apresentar a noção de contra-conduta⁹⁹ como forma de resistência ao poder. A resistência não é um polo oposto ao poder, as resistências, como a contra-conduta, estão imbricadas no próprio meio em que o poder é exercido. Não há uma resistência que venha de fora do poder. A resistência vem de dentro da trama das relações entre poder, saber e subjetividade. A resistência vem do sujeito que não quer mais ser governado, que não quer mais se confessar, que não quer aceitar que essas formas de poder possam trazer em si uma verdade metafísica. A resistência é a recusa de ser governado e surge no interior das práticas de governamentalidade, resistindo e tensionando-as, em direção à uma ruptura (Foucault, 1990).

A Economia Solidária aparece como uma estratégia para a reabilitação psicossocial que vem ganhando destaque e notoriedade desde o seu surgimento. Mas, devemos nos manter atentos para que não se reproduzam as mesmas lógicas e se reproduzam as mesmas subjetividades neoliberais que são tão presentes na sociedade atual. É necessário buscar práticas que possam ir além do modelo hegemônico, produzindo formas de vida que resistam às lógicas neoliberais de governo. Nesse sentido, as ideias de Foucault e sua perspectiva ética podem ser um importante referencial para a

⁹⁹ Essa é uma noção complexa e contraditória no curso, e não iremos nos aprofundar em sua definição.

produção de subjetividades que estejam alinhadas a esses objetivos de diversidade de formas de ser.

Numa possível perspectiva foucaultiana, a Economia Solidária tem sua relevância na medida em que agrega e oferece meios para se criar novas perspectivas no trabalho a partir da coletividade e da autogestão. Porém, se a mesma, se posicionar numa perspectiva de condutora das cooperativas, transformando-se em política de Estado, é possível que ela comece a exercer os mecanismos de biopolítica, ou seja, passaria a conduzir a vida daqueles que representam uma alternativa ao modelo capitalista (Scarano, 2015, p. 145).

Corroborando com essa discussão proposta por Scarano (2015) acima, do enfraquecimento de movimentos populares que acontece com sua institucionalização, trazemos aqui as ideias de Guattari (1981) acerca dos grupos de “devir minoritário” que tem seu potencial de resistência e ruptura enfraquecido diante da burocracia e da massificação das identidades. O autor critica o centralismo burocrático que no movimento operário, por exemplo, levou à esterilização. “É preciso admitir que as lutas mais eficazes e mais amplas poderiam ser coordenadas fora dos estados-maiores burocráticos” (p. 21), sem que com isso se caia em uma dicotomia simplista opondo centralismo “democrático” ao anarquismo e ao espontaneísmo.

A “revolução molecular” proposta pelo autor somente é possível de ser pensada no âmbito da multiplicidade e das diferenças em contraposição à unificação e homogeneização. Uma vez que os grandes poderes (como a própria racionalidade neoliberal hegemônica) também exercem sua força de forma igualmente molecular, segundo Guattari (1981) como miniaturas indiscerníveis e dissolvidas daquilo que é maior, as resistências também devem operar nesse registro, para opor forças. Essa lógica se assemelha ao que Foucault chamou de “microfísica do poder” (Foucault, 1979).

Os devires minoritários – Guattari (1981) cita como exemplo o devir mulher, o devir criança, o devir das gangues, o devir bicha, o devir malandro – fazem parte da problemática das situações singulares e concretas e não podem ser agrupados e reduzidos a uma simples alternativa que produza uma única resposta a partir, por exemplo, da chegada de um determinado partido político ao poder. Nesse sentido, o autor propõe a ideia de uma “micropolítica do desejo” que se oporia a representar as massas e interpretar suas lutas sob a égide de uma solução unívoca e cabal, mas investiria na multiplicidade de objetivos que possam ser alcançados pelos mais diversos grupos sociais. Segundo o

autor, é na junção da multiplicidade das lutas que poderiam ser desencadeadas lutas políticas de grande envergadura.

A ideia de micropolítica do desejo implica, portanto, um questionamento radical dos movimentos de massa decididos centralizadamente e que fazem funcionar indivíduos serializados. O que se torna essencial é conectar uma multiplicidade de desejos moleculares, conexão esta que pode desembocar em efeitos de “bola de neve”, em provas de força em grande escala. [...] Em tal situação, não se está mais em presença de uma unidade ideal, representando e mediando interesses múltiplos, mas de uma multiplicidade equívoca de desejo, cujo processo secreta seus próprios sistemas de referências e de regulação. Essa multiplicidade de máquinas desejantes não é composta de sistemas estandardizados e ordenados, que se poderia disciplinar e hierarquizar, em função de um objetivo central. Ela se estratifica, segundo diferentes conjuntos sociais, de acordo com as faixas etárias, os sexos, as origens geográficas e profissionais, as práticas sexuais, etc. Não realiza uma unidade totalizante. É a univocidade dos desejos e dos afetos das massas, e não seu agrupamento em torno de objetivos padronizados, que funda a unidade de sua luta. A unificação aqui não é antagônica a multiplicidade e a heterogeneidade dos desejos, como era o caso quando estes eram “tratados” por uma máquina totalitária-totalizante de um partido representativo (Guattari, 1981, p.177).

Diante disso, podemos nos perguntar: onde se dariam as expressões múltiplas desses desejos moleculares? Como aponta Certeau (1998), é no *cotidiano* que o homem ordinário inventa mil maneiras de escapar silenciosamente das imposições macrossociais. Inspirado em alguns autores, entre eles Foucault, Certeau nomeia como “artes de fazer”, “astúcias sutis” e “táticas de resistência” a maneira como cada um vai alterando o mundo ao seu redor, com seus modos próprios de funcionamento, à sua própria maneira. Ainda que sob imposições maiores, surge a liberdade de cada um viver da melhor forma e maneira possível na ordem social. Vamos criando táticas e estratégias silenciosas mesmo que, como também aponta Certeau (1998), estejamos dentro de um grupo extremamente fraco e vulnerabilizado. Nesse sentido, a compreensão da “invenção do cotidiano” se alinha às ideias de práticas de resistência e práticas de liberdade apontadas por Foucault, como possibilidades no campo da ética, de reinvenção do sujeito por si mesmo, de produção de novos modos de ser.

Essa possibilidade de resistência e de tomar uma atitude crítica de resistência é uma das respostas de enfrentamento do trabalhador diante da realidade do mundo atual, no mundo cotidiano. Se as postulações oficiais das políticas públicas trazem em si ambiguidades diante das quais não se pode afirmar a subjetividade que produzem na prática cotidiana dos serviços, é para lá que devemos voltar nossa atenção, para a *prática no cotidiano*.

Essa possibilidade de aproximação do cotidiano dos serviços, no NUPE, nos interessa para ver suas táticas e estratégias. Para ver como atuam no dia a dia do trabalho inspirado no modo de produzir da Economia Solidária em oposição aos valores hegemônicos. Para ver se lá vão sendo produzidas novas possibilidades de subjetivação dentro desse modo de subjetivação neoliberal. Se, a partir da vivência da prática cotidiana da Economia Solidária atrelada à Saúde Mental é possível apontar para novos modos de subjetivação que produzirão subjetividades diferentes.

Trazemos aqui Deleuze, que no livro *Foucault* (2019) também contribui para essa nossa discussão final. Ele indica que diante de uma batalha constante entre poderes e saberes, “a luta pela subjetividade se apresenta então como direito à diferença e direito à variação, à metamorfose” (p. 106). Deleuze define a própria vida como a capacidade da força de resistir, a vida como conjunto de forças que resistem. Inspirando-se em Bichat, afirma que a vida é aquilo que resiste, sobretudo, à morte. E resiste das mais diversas formas, maneiras, possibilidades, de forma contingencialmente histórica.

E o si, o ser-si é determinado pelo processo de subjetivação, isto é, pelos locais por onde passa a dobra [...] Que posso eu saber, ou que posso ver e enunciar em tais condições de luz e de linguagem? Que posso fazer, a que poder visar e que resistências opor? Que posso ser, de que dobras me cercar ou como me produzir como sujeito? [...] o “eu” não designa um universal, mas um conjunto de posições singulares [...] Nenhuma solução pode ser transposta de uma época a outra (Deleuze, 2019, p. 114).

Nesse contexto, a prática cotidiana da Economia Solidária pode ser vista como uma prática de resistência à lógica neoliberal, ao promover uma contingência histórica para subjetividades que se produzam de maneira mais solidária e colaborativa, baseadas em valores como a cooperação, a solidariedade e a autogestão. Somente dessa maneira é que a partir da perspectiva ética foucaultiana, a prática da Economia Solidária poderá ser entendida como uma forma de cuidado de si e dos outros, uma prática que proporciona um espaço para a criação de novas formas de vida e de relações, apontando para uma heterotopia¹⁰⁰.

¹⁰⁰ O conceito de *heterotopia* foi introduzido por Foucault na década de 1960 e aparece poucas vezes em seus escritos posteriores. Em oposição às *utopias* que “mostram as possibilidades outras da linguagem, de modo quimérico, e fazem sonhar com lugares inexistentes, as heterotopias fazem totalmente o contrário. Elas explicitam as diferenças, ao manifestá-las, na linguagem mesma” (Gallo, 2015, p. 434). Trata-se de um conceito pouco estudado e aqui o adotamos, como já o fizemos em outros momentos da presente tese, no sentido de novos lugares que se distinguem dos lugares hegemônicos.

Nisso se sustenta a importância de analisar, a partir de pesquisas tais como a que aqui estamos propondo, o que a Reforma Psiquiátrica tem produzido na prática a partir de experiências reais. Amarante (2020) afirma que, independentemente da Lei das Cooperativas Sociais e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, desde o início do estabelecimento da RAPS, a grande maioria dos novos dispositivos de saúde mental já adotou a estratégia de desenvolver projetos de trabalho cooperado e autogestionário com os usuários, nos moldes da Economia Solidária. Iniciativas como oficinas, associações, cooperativas e tantas outras vêm surgindo e se sustentando no país desde então, alcançando grande importância e visibilidade não só na RAPS como para além dela. O autor aponta algumas iniciativas de destaque ao redor do país, citando inclusive o NUPE no livro *Autobiografia de um movimento: quatro décadas de Reforma Psiquiátrica no Brasil (1976-2016)* publicado em 2020.

Algumas iniciativas de destaque são o “Projeto Suricato” em Belo Horizonte, com um bar com música ao vivo e espaço de convivência, confecção e venda de vários produtos feitos pelos usuários, assim como, em São Paulo, a “Associação Vida em Ação” com a “Livraria Louca Sabedoria” e o “Bar Sacy”, com venda de livros e eventos da área da saúde e saúde mental e acadêmicas em geral, com realização de bufês, lanches e coquetéis, a “Encantarte”, editora e oficina de encadernação na fronteira dos bairros de Engenho de Dentro e Encantado, no Rio de Janeiro, a “Associação Arte e Convívio”, em Botucatu, o “Projeto TEAR”, de Guarulhos, a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana (LIBERSOL), no Paraná, a “Nutrarte” e a “Pastelaria Q’Sabor” em São Bernardo do Campo, o Núcleo de Projetos Especiais (NUPE) em Santo André, com editora, floricultura, oficina de artes e marcenaria, cozinha, e a grande rede dos pioneiros Centros de Convivência e Cooperativas Sociais (CECCOS) no município de São Paulo, que desenvolvem uma riquíssima gama de atividade de arte-cultura-economia solidária (Amarante, 2020, p. 104)

Assim, partiremos rumo ao cotidiano de uma dessas experiências de destaque citada por Amarante (2020), rumo ao NUPE e ao CUPINS para descobrir de perto, o que estão fazendo a partir do que foi feito deles.

3.4.11. Para avançar: fazer perguntas e definir objetivos

Buscaremos nas páginas a seguir conhecer e problematizar o que o campo da Saúde Mental tem produzido cotidianamente em seus serviços, sobretudo na relação com o trabalho autogestionário nos moldes da Economia Solidária, com o foco na produção de subjetividades. Para isso, apresentamos o *problema* central da pesquisa, seu *objetivo geral* e seus *objetivos específicos*.

O *problema* que esta pesquisa busca compreender, diante de tudo que vimos discutindo até aqui, é se os modos de subjetivação que se manifestam no cotidiano do CUPINS se dão majoritariamente alinhados à racionalidade governamental vigente ou se apontam para a produção de novas subjetividades, em resistência aos modos de subjetivação que são hegemônicos.

Para responder a essa pergunta e alcançar os objetivos apresentados, estabelecemos *referências teórico-metodológicas* principalmente de base nos estudos e pesquisas de Michel Foucault e autores e autoras de referencial foucaultiano. Ademais, para aprofundar nos campos de investigação desta pesquisa, que são heterogêneos, nos valem de pesquisas e referenciais teóricos distintos que deram sustentação à nossa prática investigativa.

Temos por *objetivo principal* buscar conhecer os modos e processos de subjetivação que se produzem na prática do trabalho autogestionário em interface com a Saúde Mental, tendo como caso os usuários de um serviço municipal de Saúde Mental da cidade de Santo André - SP, inseridos no Núcleo de Projetos Especiais (NUPE) em programas de geração de renda, especialmente no coletivo Central Unida de Pessoas Inventando Novas Saídas (CUPINS). Buscaremos identificar a produção da subjetividade dos usuários que se inscreve e se materializa nas práticas cotidianas da instituição, intentando conhecer no dia a dia dos sujeitos a sua relação com a instituição de saúde mental, com o mundo do trabalho, com seus pares, com os técnicos de referência que trabalham no espaço, com seu acesso aos bens de consumo e bens sociais e culturais, entre outros que surgiram espontaneamente durante o período de pesquisa.

Como *objetivos específicos*, temos:

1. Analisar e problematizar o papel dos movimentos sociais e das políticas públicas nas práticas de governamentalidade;
2. Apresentar as contradições e possibilidades no encontro entre Saúde Mental e Economia Solidária;
3. Conhecer quem são os sujeitos do CUPINS, como eles foram constituídos e como eles vão se constituindo no cotidiano do seu trabalho dentro da Saúde Mental nos moldes da Economia Solidária.

Partimos agora para a apresentação do capítulo de construção metodológica para inserção no campo e, por último, apresentaremos a experiência que foi produzida em campo com o CUPINS.

4. A metodologia como re-des-construção: as tramas da subjetividade e a pesquisa qualitativa

Partindo do princípio de que essa se trata de uma pesquisa situada dentro do arcabouço teórico-metodológico da Psicologia Social, tivemos o desafio de escolher qual seria a melhor forma de nos aproximarmos do campo e de produzir os resultados. Neste capítulo, buscaremos apresentar os caminhos metodológicos que construímos e percorremos para alcançar nossos objetivos iniciais de pesquisa de campo e redação de um capítulo final de apresentação do resultado da pesquisa.

Cabe iniciar indicando que a Psicologia Social, enquanto área de conhecimento, tem em sua constituição a interdisciplinaridade, e por conta disso, nós pesquisadores psicólogos sociais costumamos fazer uso de metodologias trazidas de outros campos das ciências humanas, tais como a Antropologia e a Sociologia. Em um primeiro momento, partimos do pressuposto de que precisaríamos nos balizar em uma metodologia que permitisse a aproximação do campo e, ao mesmo tempo, o diálogo com ele, na convivência coletiva. Foi então que escolhemos, inicialmente, uma metodologia de base etnográfica, o que permitia a inserção da pesquisadora como observadora participante¹⁰¹ no coletivo CUPINS. Esta escolha nos pareceu a mais coerente desde o início da pesquisa, uma vez que nos era claro que já havia uma escolha ética-política da pesquisadora na construção de seu objetivo da pesquisa, em que não se sustentava uma necessidade de quantificar processos e existências.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, pp. 21-22).

Enquanto psicóloga social, a pesquisadora encontrou na etnografia um dos tipos de pesquisa qualitativa que traz direcionamentos e proporciona uma maneira que seja válida de ir a campo e produzir resultados igualmente válidos (Neves, 2006). Nesse

¹⁰¹ Importante pontuar que a pesquisa participante como método de pesquisa etnográfica nasce a partir da inovadora experiência de Malinowski junto aos povos trobriandeses que resultou no clássico *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1978). Antes dessa experiência, antropólogo e etnógrafo eram duas figuras diferentes. A inserção de Malinowski junto aos nativos possibilitou que essas duas figuras se fundissem, contrariando a antropologia “de gabinete”.

sentido, a escolha pela etnografia se justifica, e se mostra uma forma de pesquisa que produz resultados interessantes que dão pistas de como se aproximar da realidade de determinado contexto social.

A etnografia é uma estratégia que informa o trabalho de pesquisa, rica para o estudo dos processos e interações sociais, das práticas e das representações. Possibilita por todas as suas características, acessar a complexidade, a singularidade, a “arte de fazer”, como diz Certeau (1994), que constituem as atividades diárias das pessoas. Contando com as características acima, a riqueza e a pertinência dessa abordagem nos estudos da área da psicologia sobre os processos de interação social colocam-se, do ponto de vista teórico, em função de alguns motivos: primeiro porque nesses processos as expressões pessoais, singulares e comuns, podem ser acessadas de diversas formas – instituições criadas (formas de relação, códigos, ritos, regras, valores, etc.) e práticas – sendo a verbalização apenas um dos canais de sua expressão (Sato & Souza, 2001, p. 34).

Para Clifford (2008), nenhum método ou teoria científica que se pretenda soberana e como instância ética, pode garantir as imagens complexas e concretas do outro. Citando Michel Foucault, afirma que as teorias são como caixas de ferramentas, que devem ser usadas como instrumento e não como sistema, que leve a uma reflexão histórica sobre determinadas situações. Para ele, a etnografia está imersa na escrita como uma tradução da experiência para a forma textual. De forma alguma a autoridade e as relações de poder podem ser descoladas do fazer etnográfico, e isso se apresenta como um desafio para o pesquisador. Malinowski desempenhou um papel central na legitimação do pesquisador de campo, à medida que desenvolveu um novo e poderoso gênero científico e literário, que aliava a figura do pesquisador com a do teórico, do etnógrafo com a do antropólogo, gerando uma descrição cultural sintética a partir da observação participante. Porém, a pesquisa etnográfica não se estanca na proposição malinowskiana. Com as proposições das “novas etnografias” contemporâneas, as pequenas partes isoladas e observadas que poderiam ser consideradas limitantes para uma compreensão mais ampla da realidade, são compreendidas como microcosmos, analogias do todo, e, portanto, proporcionam um recorte que deve ser considerado válido.

Inquietos e atravessados por essas provocações e desafios ético-políticos, fomos ao campo e nos encontramos imersos na convivência no microcosmo do CUPINS, dialogando e estabelecendo laços e vínculos de afetos e coexistência com eles e com os trabalhadores do NUPE. Entretanto, algo continuava a nos atravessar: como seria possível dar conta de “observar” e “representar” aquilo que entendemos por subjetividade, em termos foucaultianos, com essa experiência, com essas pessoas, nesse campo, dessa forma?

A partir do texto *Ética, Trabalho e Subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo* (2006) de Henrique Caetano Nardi, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), encontramos um trabalho guiado por aspirações e inquietações muito próximas às desta pesquisa, desvelando um campo de possibilidades de apresentação de um resultado de pesquisa que equivalesse à proposta inicial de compreender os modos de subjetivação que se presentificam nessas relações do cotidiano com os CUPINS.

Seguindo em nossa pesquisa, nos aproximamos também do pensamento de Deleuze, – e do seu empreendimento de pesquisa de base foucaultiana, efetivando modos distintos de olhar o presente – e nos deparamos com a formalização da reabilitação psicossocial como um dispositivo, sendo levados ao seu conhecido texto de 1986, escrito dois anos após a morte de Foucault, *O que é um dispositivo* (1996). Nesse texto, Deleuze se refere ao amigo como *cartógrafo*. Diante dessa proposição nos aproximamos do método da cartografia, – método balizado por Gilles Deleuze e Félix Guattari a partir de bases foucaultianas, e que apresentamos melhor à frente – embora ele não seja estritamente proposto por Foucault.

Encontramos no texto *Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político* (2015) de Eneida Santiago e Silvio Yasui uma maneira de lançar mão da cartografia e de alguns operadores analíticos de Foucault para pensar a relação entre Economia Solidária e Saúde Mental. O objetivo dos autores foi mapear a configuração de forças e enfrentamentos que moveram – ou agenciaram, como dizem os cartógrafos – a constituição da política pública brasileira de saúde mental e economia solidária. O trabalho que os autores realizaram se aproxima desta pesquisa, à medida que percorrem um caminho historiográfico nos moldes foucaultianos, apontando distintas fontes e forças na instituição de saberes e práticas, como o que buscamos fazer nos primeiros capítulos teóricos da tese. Santiago e Yasui (2015) finalizam o texto na composição de um texto analítico problematizador, apontando as contradições encontradas, as estratificações e as possibilidades de práticas de resistência.

Fomos também levados a um livro que tece contribuições formais do método cartográfico, mas sem pretensão de um crivo metodológico que seja rígido, o livro *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* organizado por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia, publicado em sua primeira

edição no ano de 2009. Esse é um texto que se propõe, como o próprio título diz, a dar pistas de como praticar o método cartográfico como um método válido em pesquisa qualitativa, em diversos territórios e perspectivas.

A cartografia é algo que Deleuze desenvolve a partir de algumas indicações de M. Foucault, que resulta de um diálogo entre os dois em relação à questão, o que faz dela uma produção a quatro mãos desses dois filósofos – amigos e parceiros em alguns projetos – ligados, ambos, à tradição nietzschiana (Prado Filho & Teti, 2013, p. 45).

Assim, nossa proposta é de alguma forma combinar essas duas compreensões de maneiras de pesquisar, etnográfica e cartográfica, uma vez que em nossa perspectiva, as etnografias contemporâneas guardam aproximações muito nítidas da concepção que aqui apresentaremos do método cartográfico. A partir da crítica a Antropologia Clássica e a etnografia tradicional, autores como George Marcus, James Clifford e Clifford Geertz diferenciam-se dos modelos imperialistas e pós-colonialistas de ver o mundo (León, 2015), e, portanto, se configuram como contra hegemônicos. O debate proposto por Renato Rosaldo (1989), por exemplo, vai apontar nesse sentido à medida que contrapõe as práticas contemporâneas às clássicas, afirmando que a antropologia, em sua concepção clássica, acaba por guardar conexões com o imperialismo. A partir da virada interpretativa de Geertz, as preocupações dos etnógrafos se centram sobre o próprio processo de produção do conhecimento antropológico e sobre a autoria dos textos que resultam deste processo. Tais preocupações levam a novas compreensões e práticas de pesquisa antropológica e de produção do conhecimento que se configuram contra hegemônicos.

Dessa forma, podemos afirmar que o nosso intuito indo a campo e produzindo o resultado dessa pesquisa de inspiração etnográfica e cartográfica já é em si, uma prática de resistência ao nos aproximar do coletivo CUPINS em seu cotidiano, participar das tarefas empreendidas por eles como se a pesquisadora também fosse uma “cupim”, e assim, estabelecer uma relação legítima com eles. A confiança, a convivência e, podemos dizer, a amizade estabelecidas serão pontos principais sem os quais a pesquisa não poderia ser realizada. A autoria do texto final, como discutiremos melhor à frente, será atribuída formalmente à pesquisadora, porém com diversas vozes ressonantes. Além disso, a subjetividade sobre a qual buscamos falar neste estudo, será ela em si mesma e somente possível de ser pensada assim, intersubjetiva, dialógica e polifônica como o é a própria existência, para além de toda e qualquer pesquisa.

Respeito e legítimo interesse pelas existências e seus sentidos próprios, desejo e busca de encontro e exercício do pensar ancorado na experiência do viver e do encontro: o regime da etnografia é a troca, tal como se supõe que a troca é a própria substância da vida social (Schmidt, 2019, p. 32).

4.1. Dispositivo e rizoma: múltiplas linhas de saber, poder e subjetividade

O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas aquilo em que vamos nos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro (Deleuze, 1996, p.93).

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 36¹⁰²).

Neste tópico, vamos apresentar e reapresentar brevemente dois conceitos finais: *dispositivo* e *rizoma*. Cabe dizer, a título de advertência e introdução, que esses conceitos podem ser lidos de diversas formas, em perspectivas e compreensões distintas. Em relação ao *dispositivo*, é Foucault quem parece primeiro propor o conceito, entretanto, é Gilles Deleuze, filósofo e seu amigo pessoal, que o desenvolveu mais formalmente no texto *O que é um dispositivo* (1996).

Há discussões controversas¹⁰³ sobre a quem legar a paternidade do conceito de dispositivo, se a Deleuze ou a Foucault, uma vez que este último teria inclusive explicitado em um de seus escritos que devia muito ao trabalho do amigo, junto com Félix Guattari, mesmo sem dizer o que era isso que devia (Pellejero, 2016). Fato é que não há um consenso se Foucault era deleuziano ou se Deleuze, um foucaultiano. Ambos, entretanto, se declararam seguidores das ideias de Nietzsche, entre outros filósofos. De qualquer maneira, essa requisição de patente é de menor importância aqui para nós, uma vez que, como autores contemporâneos, os amigos estavam olhando para o mesmo presente e a partir dele efetuando suas reflexões e pesquisas. O próprio argumento de autoridade é questionado e problematizado por ambos, e também por Guattari, sobretudo quando junto a Deleuze propõe o conceito de rizoma. Sobre este último, a verdadeira paternidade deve ser legada aos botânicos, uma vez que se trata de um conceito da

¹⁰² A paginação aqui e adiante se refere à edição disponível on-line à qual tivemos acesso. Disponível em: https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/6513185/mod_resource/content/1/Mil%20plato%CC%82s%20capitalismo%20e%20esquizofrenia%20Vol%201%20by%20Gilles%20Deleuze%20%28z-lib.org%29.pdf, acesso em 21 de maio de 2023.

¹⁰³ Para aproximação dessas controvérsias indicamos a leitura do texto Pellejero, E. (2016). Entre dispositivos e agenciamentos: o duplo Deleuziano de Foucault. *Margens*, 6 (7), 11-22.

biologia tomado emprestado como metáfora por Deleuze e Guattari, como veremos adiante. Entretanto, cabe indicar que aqui nos acercamos destes dois conceitos avisados que podemos fazê-lo de forma controversa, e, inclusive, esperando que assim o seja, pois as controvérsias vão de encontro com a perspectiva dos autores de tradição nietzscheana, de uma compreensão dos fenômenos que aponte para a multiplicidade em oposição ao dualismo que leva ao Uno. *Dispositivo* e *rizoma* são, portanto, conceitos-ferramentas de que lançamos mão especialmente para os relatos que fizemos no último capítulo – e que melhor explicaremos *como* fizemos no último tópico deste capítulo metodológico – a respeito de nossa vivência no campo de pesquisa.

O conceito de dispositivo já foi apresentado anteriormente quando tratamos da reabilitação psicossocial como um dispositivo. Além disso, ao longo da parte teórica, apresentamos diversos dispositivos, algumas vezes os nomeando como tais, outras vezes sem nomeá-los, mas tratando com eles a partir de sua compreensão conceitual. Retomamos aqui as duas definições conceituais, de Deleuze e de Foucault, para avançarmos.

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba *discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas*. Em suma, o *dito* e o *não dito* são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a *rede* que se *pode estabelecer entre estes elementos*. Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como *programa de uma instituição* ou, ao contrário, como elemento que permite *justificar e mascarar uma prática* que permanece muda; pode ainda funcionar como *reinterpretação desta prática*, dando-lhe acesso a um *novo campo de racionalidade*. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um *determinado momento histórico*, teve como função principal *responder a uma urgência*. O dispositivo tem, portanto, uma *função estratégica dominante* (Foucault, 1979, p. 244, grifo nosso).

E,

Os dispositivos têm por componentes linhas de *visibilidade*, linhas de *enunciação*, linhas de *força*, linhas de *subjetivação*, linhas de *brecha*, de *fissura*, de *fratura*, que se *entrecruzam* e se *misturam*, acabando por dar uma nas outras, ou *suscitar outras*, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento (Deleuze, 1996, p.89, grifo nosso).

Utilizar o dispositivo como conceito-ferramenta permite complexificar nossa relação com os fenômenos que estamos estudando, uma vez que nos propõe a voltar nossa atenção enquanto pesquisadores para múltiplas linhas que compõem os dispositivos, materiais e imateriais, que se emaranham, tecem e por vezes rompem, em um jogo que é devir histórico. Uma vez que nosso interesse de pesquisa é a subjetividade, em uma

acepção foucaultiana, compreendemos ser o dispositivo um conceito que emaranha as três linhas: *saber*, *poder* e *subjetividade*. Formado por diversos elementos heterogêneos em forma de rede entre o dito e o não dito, o dispositivo possui institucionalizações que estão momentaneamente cristalizadas e também aponta para possibilidades de ruptura em direção a um novo campo de racionalidade.

Como escreve Deleuze (1996), um dispositivo possui linhas de distintas naturezas, que se encontram em permanente desequilíbrio; “os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como vetores ou tensores” (p. 83) sempre em movimento. Retomando Foucault, Deleuze (1996) aponta que no dispositivo existem linhas que podem se sedimentar, levando ao seu endurecimento (linhas de estratificação), mas também há linhas que se quebram, bifurcam, levando a variações de direção e derivações (linhas de fratura ou de fissura) que permitem a atualização de um dispositivo.

Pensando em nossa pesquisa, ao nos aproximarmos dos CUPINS, estaremos nos aproximando de um equipamento de saúde mental que é instaurado a partir do dispositivo da reabilitação psicossocial. Enquanto dispositivo, a reabilitação psicossocial tem enunciados formais, estratificados, estabelecidos na legislação, mas também enunciados variáveis, o dito e o não dito que se apresentam na sociedade, de forma mais ampla e também nos serviços de saúde mental da RAPS e, de maneira mais micro, no cotidiano do coletivo CUPINS.

Estão presentes ali as forças da luta antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, bem como da Economia Solidária como outro modo de trabalhar. Mas, veremos que também estão ali as forças da racionalidade neoliberal, incluindo o poder psiquiátrico e as tecnologias de segurança entre outras forças. Os CUPINS, enquanto sujeitos, ocupam uma posição no dispositivo, enquanto usuários de saúde mental, mas tensionam esse lugar, ao impor resistência e inventar novas maneiras de ser, como por exemplo, ocupando o lugar de um usuário-trabalhador. Esse tensionamento pode romper o dispositivo ou bifurcá-lo, variando a direção e derivando-se, modificando o que se entende por reabilitação psicossocial. Este é um exemplo introdutório de análise dos dispositivos que pretendemos realizar.

Retomando Deleuze (1996), o autor indica ainda que existem três dimensões de um dispositivo, a partir da leitura de Foucault. As primeiras são as curvas do *saber*,

chamadas por ele de curvas de visibilidade e curvas de enunciação, compreensão a partir da qual o autor compara um dispositivo com uma máquina de fazer ver e fazer falar. Cada dispositivo tem seu regime de luz e seu regime de enunciados, que distribuem o visível e o invisível e as variáveis enunciativas. “Não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações” (2015, p. 85). Além dessas duas dimensões, um dispositivo tem linhas de forças – a dimensão do *poder* – linhas que atravessam todo o dispositivo, passando pelas linhas de luz e de enunciação e, “de algum modo, elas ‘retificam’ as curvas dessas linhas, tiram tangentes, cobrem os trajetos de uma linha a outra linha, estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer” (p. 85).

Por último, Deleuze (1996) indica que Foucault descobre as linhas de *subjetivação*. Ele afirma que essa nova dimensão causou tantos mal-entendidos que é até um aborrecimento ter que precisar suas condições. Deleuze (1996) defende que essa nova dimensão nasce do fato de que teria parecido necessário a Foucault alterar o mapa dos dispositivos, para que não se encerrassem em linhas de forças intransponíveis e contornos definitivos, e fosse possível transpor as linhas, passando para o outro lado. Essa transposição só é possível quando as linhas de força se recurvam, tornando-se sinuosas ou subterrâneas, ou quando essas linhas se voltam para si mesmas ao invés de entrar em uma relação linear com outra linha de força. Esse voltar-se para si mesma leva a atuação e a afetação de si sobre si. Essa é a dimensão do *Soi*, o si próprio, que não se encontra determinado de forma preexistente ou acabada no dispositivo, mas se produz de forma processual, de maneira a se fazer de acordo com as condições do dispositivo, se tornando uma linha de fuga que escapa às outras linhas e, como consequência, predispõe a linhas de fratura, passando de um dispositivo a outro.

O “si próprio” (*Soi*) não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que diz respeito a *grupos* ou *pessoas*, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos: uma espécie de mais-valia. [...] E, na medida em que se livrem das dimensões do saber e do poder, as linhas de subjetivação parecem ser particularmente capazes de traçar caminhos de criação, que não cessam de fracassar, mas que também, na mesma medida, são retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo (Deleuze, 1996, pp. 87- 92, grifo nosso).

Deleuze (1996) lamenta que Foucault tenha sido interrompido precocemente, com sua morte em 1984, em seu projeto no estudo desta terceira linha, a de subjetivação, afirmando que havia muito ainda a ser dito por ele. O amigo coloca Foucault na linha

filosófica de Nietzsche e Espinosa, que levavam em conta condições imanentes e não transcendentais dos modos de existência, que detém em si possibilidades criativas e de liberdade. Foucault tomou a dimensão estética da existência, como última dimensão dos dispositivos, capaz de resistir aos modos de dominação atuais, “nova luz, novo poder, novas formas de subjetivação?” (Deleuze, 1996, p. 93). O autor encerra seu texto fazendo questionamentos: “o que sucede hoje em dia com a loucura, com a prisão, com a sexualidade? Que novos modos de subjetivação surgem hoje em dia, que nem são gregos nem cristãos?” (p. 96). Esses são também alguns dos questionamentos que movem a presente pesquisa, no estudo dos dispositivos com suas linhas de saber, poder e subjetivação, e dando visibilidade a novos enunciados e novas forças, por meio da atenção às linhas de fuga, às linhas que escapam dos dispositivos, às linhas de subjetivação.

Kastrup e Barros (2020) indicam que a produção de subjetividade pode ser pensada como a principal função de um dispositivo, envolvendo jogos de objetivação e de subjetivação dos sujeitos, ideias que se assemelham às ideias foucaultianas desenvolvidas pelo próprio autor e por pesquisadores e pesquisadoras que apresentamos nesta tese, da distinção entre assujeitamento e resistência pela via da ética. Segundo Kastrup e Barros (2020), os fenômenos de produção de subjetividade que elas buscam pesquisar têm como características o movimento, a transformação e a processualidade. Como tal, não é possível intencionar investigar subjetividades por meio de métodos que se balizem na dicotomia tradicional de sujeito pesquisador que representa o objeto pesquisado¹⁰⁴, requerendo, portanto, um método que acompanhe tais processos de subjetivação. É então que as autoras apontam a cartografia¹⁰⁵ como método de pesquisa formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari. O próprio Deleuze (1996) já havia anunciado: “Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele [Foucault] chama de ‘trabalho de terreno’” (Deleuze, 1996, p. 84). Voltaremos a esse ponto no próximo tópico.

Foucault não apresenta um método fechado para realização de suas pesquisas, embora tenha anunciado, no desenvolvimento das últimas, a intenção de realização de uma genealogia da história da verdade e uma genealogia do sujeito moderno, ambas no Ocidente. A ideia de uma cartografia é algo que não encontramos em seus escritos, senão

¹⁰⁴ Aprofundaremos na problematização desse tipo tradicional de método de pesquisa mais à frente.

¹⁰⁵ Dedicamos um tópico à frente para discutir o método cartográfico como possibilidade de pesquisar subjetividades.

por menções esparsas à conceitos tomados emprestados da geografia. Deleuze e Guattari, no entanto, avançam na construção do método cartográfico a partir dos estudos de alguns filósofos, entre eles os estudos foucaultianos, principalmente pensando no conceito de dispositivo. A cartografia é, portanto, criação de Deleuze e Guattari, mas, por interesse filosófico e amizade, inserimos Deleuze e Guattari na mesma esteira dos filósofos que o próprio Deleuze referencia no seu texto sobre os dispositivos. Ademais, como métodos de análise e problematização de pesquisa, cartografia e genealogia podem ser experimentadas em aproximação e até mesmo juntas, uma vez que os autores não tiveram a preocupação de criar métodos fechados a serem aplicados, replicados e generalizados, como defendem Zambenedetti e Silva (2011), autoras que apostam no acoplamento dos dois conceitos, *cartografia-genealogia*, como método de pesquisa em psicologia social.

Finalmente, temos o *rizoma* como último conceito-ferramenta que apresentaremos brevemente. Como já anunciamos, a figura do rizoma é inspirada em uma metáfora botânica que é apresentada por Deleuze e Guattari, na *Introdução* do volume 1 de *Mil Platôs* (1995). Na botânica, o rizoma é “um caule subterrâneo, semelhante a uma raiz, que cresce horizontalmente sobre ou logo abaixo da superfície do solo. É capaz de produzir brotos e raízes a partir de seus nós¹⁰⁶”. Em *Mil Platôs*, o rizoma é tomado como uma estratégia de olhar, um modelo de funcionar e agir, e também um modelo que é em si mesmo de enfrentamento e resistência. Pensar em um funcionamento rizomático é pensar a partir de uma perspectiva de fluxos e multiplicidades, que não possui uma raiz ou centro. Falando de tipos distintos de livros e situando o seu próprio – uma vez que o conceito de rizoma é apresentado na introdução ao primeiro volume de cinco livros – os autores opõem o modelo rizomático ao modelo da árvore-raiz, tradicional na filosofia desde Descartes, e que opera por princípios verticalizados, estruturais e disciplinares, conduzindo ao Uno. O rizoma, por sua vez, “se estende e desdobra num plano horizontal, de forma acêntrica, indefinida e não hierarquizada, abrindo-se para a multiplicidade, tanto de interpretações quanto de ações” (Prado Filho & Teti, 2013, p. 51).

O rizoma, portanto, não opera em um jogo de oposição entre o uno e o múltiplo, não tem início, fim nem mesmo centro. Não é formado por unidades, mas por direções e dimensões que são variáveis, constituindo multiplicidades lineares e horizontalizadas, e

¹⁰⁶ Definição disponível em:

<https://agro20.com.br/risoma/#:~:text=Rizoma%20C3%A9%20um%20caule%20subterr%C3%A2neo,a%20partir%20de%20seus%20n%C3%B3s>, acesso em 21 de maio de 2023.

sendo ao mesmo tempo constituído por múltiplas linhas entrecruzadas, conectando pontos e posições na formação de uma rede que é móvel. A formação rizomática, além disso, tem em si um aspecto subterrâneo, e por isso, essa complexa e intrincada teia de relações não pode ter visibilidade imediata (Prado Filho & Teti, 2013).

Deleuze e Guattari (1995, pp. 14-21) enumeram e desenvolvem algumas características aproximativas do rizoma, com o intuito de convencer seus leitores. São eles seis princípios: 1º e 2º princípios, de conexão e de heterogeneidade: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo; 3º princípio, de multiplicidade: quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo multiplicidade, não tem mais nenhuma relação com o Uno como sujeito ou como objeto; 4º princípio, de ruptura a-significante: contra os cortes demasiado significantes que separam ou atravessam as estruturas, um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retomado segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas; 5º e 6º princípios, de cartografia e de decalcomania: um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo, sendo estranho a qualquer ideia de eixo genético ou de estrutura profunda. “Fazer o mapa, não o decalque. [...] Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói” (1995, pp. 20-21).

O modo de funcionamento rizomático remete a uma forma de resistência política que envolve análise crítica e exercício concreto de liberdade, uma vez que subverte o modelo “árvore-raiz” [...] os dispositivos, como maquinarias políticas muito mais sutis, “orgânicas” e atualizadas, recusam a racionalidade verticalizada e hierarquizada dos “grandes poderes modernos”, adotando também princípios de funcionamento rizomático, exigindo um enfrentamento de igual natureza, conduzido em termos de análise e ações estratégicas visando desemaranhar suas linhas, produzir rupturas, desterritorializações e reverter seus modos de operação (Prado Filho & Teti, 2013, pp. 52-53).

Dessa forma, adotamos o funcionamento rizomático – que muito se assemelha à própria ideia de Deleuze sobre dispositivo, ambos apontando para a cartografia – em um duplo: como *modo de pensar* e *modo de fazer* a nossa pesquisa e também como *estratégia ético-política*. Nossa forma de olhar o presente se pretendeu rizomática, contrapondo ao Uno, seguindo a tradição nietzscheana, expandindo nossa compreensão dos fenômenos pesquisados de forma múltipla, ampla e horizontal. Como vimos com os filósofos Deleuze e Guattari (1995) e com Prado Filho e Teti (2013) no campo da Psicologia, a própria maneira de pesquisar que seja rizomática é, em si mesma, uma forma de

resistência ético-política de nosso *modo de fazer e modo de pensar* a pesquisa, os fenômenos e a própria universidade. Seguimos.

Portanto, sendo o *dispositivo* um conceito-ferramenta apresentado como modo de estudo da subjetividade, apontando para linhas de *saber, poder e subjetivação* temos no *rizoma* uma forma de olhar para os dispositivos e para o presente, o que possibilita compreender o fenômeno da subjetividade de maneira mais ampla, horizontal e não hierarquizada, o que já é, em si, uma forma de pesquisar que aponta para a resistência e para as práticas de liberdade.

Avançamos agora para o próximo tópico em que apresentaremos a forma como nos aproximamos fisicamente do campo da pesquisa, do NUPE e do CUPINS e de que maneira pretendemos produzir o relato da experiência da pesquisa de campo.

4.2. Cartografia, “etn-cartografia” e etnografias “multissituadas”

Sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso. A pesquisa de campo requer a habitação de um território que, em princípio, ele não habita. Nesta medida, a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da pesquisa participante (Barros & Kastrup, 2020, p. 56).

Estamos convencidos que etnografia, cartografia e pesquisa participante confluem como métodos que dialogam em meio a formas de pesquisar no cotidiano, como vertentes dentro do viés da pesquisa qualitativa ética e engajada com o compromisso de produção de um conhecimento que contribua, de forma minimamente pertinente, para as pesquisas em psicologia social. Além disso, esses métodos se alinham como uma forma de pesquisar que é plural, polifônica, polissêmica e contra hegemônica, produzindo conhecimento que seja como resistência aos poderes majoritários.

Vertentes da pesquisa qualitativa, participante e dialógica – como a história oral, a etnografia ou a cartografia – têm produzido conhecimento relevante para as ciências humanas e sociais, abrigando e apresentando visões contra hegemônicas de fenômenos humanos, capturados por consensos acadêmicos que participam de circuitos de representações simplificadoras e generalizantes (Cabral et al., 2019, p. 13).

Há um pressuposto importante do qual partimos que é proposto por Passos et al. (2020) na apresentação do livro que já nos referimos acima: a cartografia não se aplica, a cartografia se pratica. E como prática, ela é viva, se produzindo no processo de construção

da pesquisa, metamorfoseando-se nos encontros e desencontros da convivência em campo e, inclusive, na construção da fundamentação teórica da pesquisa. A cartografia se produz na configuração de um mapa que pode ter muitos modelos e perspectivas distintas, seguindo as pistas que podem nos levar aos mais distintos lugares. “Eis, então, o sentido da cartografia: acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas” (p. 10).

Um ponto de destaque diz respeito à provocação feita por Passos e Eirado no capítulo que corresponde à pista de número seis do livro organizado por Passos et al. (2020). Eles apresentam de forma problematizadora a questão da observação participante e da proposta de dissolução do ponto de vista do observador. “Ora, a posição paradoxal do cartógrafo corresponde à possibilidade de habitar a experiência sem estar amarrado a nenhum ponto de vista e, por isso, sua tarefa principal é dissolver o ponto de vista do observador sem, no entanto, anular a observação” (Passos & Eirado, 2020, p. 123). Barros e Kastrup (2020) também contribuíram nesse sentido, quando nos deparamos com a afirmação de que “o tipo de atividade e o grau de envolvimento do pesquisador variam, dependendo do grupo, podendo ir da observação participante à participação observante” (p. 56). Revisitando nossa postura, acreditamos ter sido muito mais a segunda opção a que praticamos.

Sendo a cartografia um processo em construção, todos os autores e autoras do referido livro de Passos et al. (2020) concordam com um mesmo paradigma, presente inclusive de forma explícita no título, de que a cartografia é sempre uma pesquisa-intervenção e produz subjetividades. Portanto, ao adentrar um território e conviver, sempre haverá uma intervenção propiciada pela presença e convivência entre os sujeitos, pesquisador e interlocutores, se fazendo e se produzindo reciprocamente, e incidindo diretamente na produção de suas subjetividades, como processos sempre em aberto e em movimento.

A questão da pesquisa sobre a subjetividade dos CUPINS, balizada por todo o arcabouço teórico-metodológico aqui apresentado, não cessa de se realizar, jamais estancando-se em uma resposta hermética e universalizada. O problema está sempre em movimento e em construção, sem perspectiva de uma resposta final e acabada. É o que sustentam Barros e Barros (2013) sobre o problema da análise em pesquisa cartográfica. As autoras defendem que são os problemas que movem a análise em cartografia, pois é a

um problema que ela se dirige e é igualmente um problema o seu resultado. Lembrando as indicações de Bergson (1974), afirmam que é a um certo modo de colocar o problema que está coextensiva toda solução, e que o problema não é dado *a priori*, mas depende dos termos aos quais ele vai se apresentando. “Analisar é, assim, um procedimento de multiplicação de sentidos e inaugurador de novos problemas” (Barros & Barros, 2013, p. 375).

O fato de a prática em cartografia estar direcionada aos estudos sobre a subjetividade, levando em consideração a teoria de Michel Foucault, foi sem dúvida, um dos motivos principais que nos sustentou na escolha de percorrer esses caminhos, inspirados por essas pistas aqui apresentadas. Já encontramos referência a alguns elementos da cartografia, como termo tomado emprestado da Geografia, em uma entrevista dada por Foucault no ano de 1976. Além disso, a cartografia se trata de um instrumento metodológico que se alinha, sobretudo, ao interesse de Foucault acerca do problema da subjetividade, contribuindo sobremaneira para os estudos das diversas psicologias (Prado Filho & Teti, 2013).

A produção política da subjetividade é um dos focos centrais e estratégicos da análise cartográfica, implicando uma atenção especial a jogos de verdade e de enunciação, jogos de objetivação e subjetivação, modos de sujeição e assujeitamento, produção de corpos morais, sexuais, produtivos, estetizações e produções de si mesmo, formas de resistência, práticas de liberdade, o que faz dela um instrumento para as ciências de radical psi (Prado Filho & Teti, 2013, p. 56).

Prado Filho e Teti (2013) defendem que um método cartográfico deve ser praticado considerando as já conhecidas perspectivas metodológicas de Foucault, que são a *arqueologia do saber*, a *genealogia do poder* e a *genealogia da ética*, sendo a cartografia, na perspectiva dos autores, uma derivação e também uma incorporação dessas perspectivas. Não existe um método rígido e fechado de praticar a cartografia – e por isso Passos et al. (2020) sugerem *pistas* e não *regras* – e, portanto, os autores indicam que “existem tantas cartografias possíveis quanto campos a serem cartografados, o que coloca a necessidade de uma proposição metodológica estratégica em relação a cada situação ou contexto a ser analisado” (Prado Filho & Teti, 2013, p. 46). De forma singular e correlativa, se trata de uma metodologia que conduz a uma estratégia flexível de análise crítica e não a um conjunto de regras e procedimentos prefixados que se liga a diversos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas. A cartografia visa uma

exposição das relações de força existentes em um campo social, esboçando as relações capilares de poder, visibilizando uma dinâmica que é, sobretudo, micropolítica.

Assim, a cartografia aqui apresentada não se refere a territórios, mas a campos de forças e relações; diz mais respeito a movimentos do que propriamente a posições fixas; desdobra-se no tempo, mas também no espaço, além de incorporar os métodos históricos de Foucault – o eixo metodológico saber-poder-subjetividade – à medida que se apresenta como método de análise de *dispositivos* (Prado Filho & Teti, 2013, p.48, grifo nosso).

Mas, se engana quem pode vir a achar que, por ser uma metodologia aberta e sempre em construção, a cartografia prescinde de rigor e critérios teórico-metodológicos. Romagnoli (2009) indica que a produção de trabalhos sem fundamentação e com conglomerados desconexos de saberes é um risco inerente ao método cartográfico. Entretanto, a preocupação com o rigor do aparato conceitual não deve conduzir aos paradigmas positivistas de pesquisa que acabam por levar a aplicações herméticas de metodologias que se apresentam como dogmáticas. “A cartografia exige rigor e, no caso, não se trata somente da sustentação da singularidade e da invenção, mas também o uso dos conceitos incorporados à processualidade da pesquisa, sustentando a pressão exercida pelo plano de forças no território acadêmico” (Romagnoli, 2009, p. 47). Citando Deleuze e Parnet (1998), a autora indica que os conceitos são como sons, cores e imagens com intensidades que se apresentam pela escolha de seu uso.

A força dos conceitos localiza-se *fora* deles, em sua potência de criar, em sua capacidade de associar ideias, incitar pensamentos, leituras, de entrecruzar linhas e pontos temporariamente arranjados, para mais adiante serem desconectados ou reconectados em outra composição. Os conceitos sempre possuem um compromisso com o campo problemático que lhes dá sentido, gerando uma consistência que unifica traços intensivos, promovendo formas de expressão, e não devem ser desconsiderados [...] (Romagnoli, 2009, p. 47, grifo nosso).

O método da cartografia busca, *stricto sensu*, uma reversão metodológica de uma concepção metodológica tradicional, que se apresenta com regras previamente estabelecidas. Tal sentido tradicional encontra-se explícito na própria etimologia da palavra método: *metá-hodós*. Conforme apontam Passos et al. (2020), tradicionalmente a metodologia que direciona a pesquisa é definida como um caminho (*hodós*) predeterminado pelas *metas* de partida. Por outro lado, a cartografia transmuta a metodologia em *hodós-metá*, em uma aposta de uma experimentação do pensamento não como um método a ser aplicado, mas como um percurso a ser experimentado e compreendido como uma atitude. Com isso, não se renuncia ao rigor, mas ele é

ressignificado, uma vez que “a precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção” (p. 11).

Em uma proposta de definição em caráter de construção inacabada da compreensão desse método de cartografar, podemos afirmar, seguindo as pistas dadas por Passos et al. (2020) que a cartografia é um método de pesquisa-intervenção que se propõe a acompanhar processos, habitando um território existencial, por meio da experiência do ato de pesquisar. A cartografia usa como base o conceito de dispositivo (a partir de Foucault e Deleuze) e de rizoma (Deleuze e Guattari). Como tal, recusa-se aos pressupostos positivistas de obtenção e análise dos dados e à distinção entre sujeito e objeto da pesquisa. Tem como resultado a *produção* do relato da experiência da pesquisa, em uma escrita que se apresenta com um caráter de narratividade que é sempre coletiva, a partir de uma “irreduzível atenção aos movimentos da subjetividade e da paisagem existencial, suas pontas de presente, seus fios soltos, suas linhas de fuga em relação à estratificação histórica” (Passos et al., 2020, 203). Nesse sentido, a cartografia aponta e produz lugares outros e subjetividades outras.

A cartografia coloca-se o desafio de conduzir a heterotopias: espaços outros, novos mundos, novas paisagens, novas relações, também novas formas de existência e de subjetividade, novos modos de relação do sujeito consigo mesmo que possibilitem exercício de liberdade – não liberdade como ideal abstrato, posto a priori, mas como prática concreta, como linha de fuga. A estratégia cartográfica permite escapar ao decalque, à cópia, à reprodução e à repetição de si mesmo, tornando possível a singularização, a produção de si mesmo a partir de novas estéticas da existência (Prado Filho & Teti, 2013, p. 57).

Ao pesquisar sobre a aproximação da cartografia com a etnografia, nos deparamos com a tese de doutorado de Bittencourt (2011), *Nas encruzilhadas da rebeldia: uma etnocartografia dos straightedges em São Paulo*. O pesquisador adota esse neologismo, que surge do amalgamento das duas palavras, etnografia e cartografia, para propor uma nova composição metodológica atravessada por inquietações que o tomaram durante o processo de suas pesquisas de campo, tanto no mestrado quanto no doutorado.

A ideia de reunir essas duas propostas numa só, surgiu de uma inquietação que já me acompanha desde o mestrado, quando na ocasião estudei a produção do sentimento de estranheza numa população submetida a uma forte cultura do medo. O contato com subjetividades fragilizadas fez com que percebesse que existia algo a mais no discurso que eles me apresentavam, como se a todo instante um significante extrapolasse um significado. [...] Quando estou em contato com os straightedges, seja conversando com eles, participando de suas festas, dançando e cantando nos shows, não me sinto pesquisador [...] O fato de afirmar que quando estou em campo sou “destituído” da condição de pesquisador, não implica dizer que não possua discernimento para elaborar uma reflexão posteriormente. A pesquisa continua a ser realizada da mesma maneira, com anotações, diário de campo, entrevistas etc.; a diferença é que o pesquisador passa a dar

atenção para todas aquelas sensações que por muito tempo foram consideradas menos relevantes para aqueles que se aventuram na pesquisa etnográfica (Bittencourt, 2011, pp. 69-71).

Apresento¹⁰⁷ aqui a justificativa construída pelo pesquisador em uma tentativa de explicitar também a identificação que senti com as inquietações que o atravessaram e que justifica também a minha escolha. Quando estive em campo com os CUPINS, no trabalho da oficina, nas feiras, em uma carona de carro, fazendo uma visita à Residência Terapêutica onde habitavam alguns deles, no hospital quando um deles adoeceu, na madrugada do cemitério aguardando a chegada do corpo sem vida de um dos CUPINS, no desfile de moda em comemoração ao dia da Luta Antimanicomial, e em tantos outros momentos e espaços, fui atravessada por um sentimento de que havia sido destituída da identidade de pesquisadora. Havia muito mais do que material de pesquisa ali no campo e na experiência de coexistência que eu estava experimentando. Havia mais desejo ali, além do desejo de identificar no campo a teoria pesquisada. Havia vida pulsante, mesmo em meio a uma experiência de morte. Havia produção de subjetividades de forma compartilhada.

Nesse sentido, arriscamos adotar a empreitada de compor uma “etnografografia”, perspectiva adotada inicialmente por Bittencourt (2011) e seguida por alguns outros pesquisadores (León, 2015; Benevides, 2019; Nobre et al., 2019). O ponto de intersecção entre estas pesquisas e a nossa, é que todas elas apostam na aproximação da etnografia, como principal instrumento antropológico de pesquisa de campo, com a cartografia como instrumento para estudar a subjetividade, com seus devires, movimentos, linhas de força, intensidades e sentimentos (Nobre et al., 2019). Aqui, nos valemos dessa aproximação como experimentação, fazendo os ajustes e produzindo os recortes necessários para que se instrumentalize diante do trabalho que aqui empreendemos. Trata-se muito mais do que uma justaposição de metodologias que se aproximam e convergem em alguns momentos, e em outros se distanciam e contradizem em seus pressupostos epistemológicos e fazeres. O que propomos aqui é um *entre*. Algo que se performa no espaço de movimento *entre etnografia e cartografia*, aproximando-nos ora de uma, ora de outra. Aliás, algo que tais pesquisas têm em comum é a ideia de uma pesquisa em

¹⁰⁷ Opto pela escrita em primeira pessoa do singular neste parágrafo, como estratégia de aproximação do leitor com a pessoa da pesquisadora e, sobretudo, para enfatizar a presença e a construção própria de uma “subjetividade-pesquisadora” durante todo o percurso de pesquisa.

movimento, combinando contextos distintos, com experiências situadas tanto em âmbito institucional quanto em âmbito das relações singulares entre os sujeitos.

Para León (2015), que faz uma etnografar em espaços de festas chamados “suingueira”, etnografar é fazer o trabalho de observação ao mesmo tempo em que acompanha o percurso das subjetividades, lançando-se aos movimentos de expansão e retração, aos processos de invenção e de captura que se reterritorializam e desterritorializam no momento em que o mapa é projetado. Justificando a escolha de sua experimentação metodológica, o pesquisador aponta uma aproximação da etnografar com a compreensão de George Marcus de “etnografar multissituada” ou “etnografar multilocalizada” em que “o pesquisador vai desenhando o espaço da pesquisa a partir de pistas de pessoas, coisas, mercadorias, obras de arte, entre outros” (León, 2015, p. 246). A compreensão que iremos apresentar no próximo tópico, sobre o pesquisador conversador no cotidiano, também corrobora com esse apontamento de León (2015).

A pesquisa multissituada é desenvolvida em torno de cadeias, caminhos, encadeamentos, conjunções, ou justaposições de locais em que o etnógrafo estabelece alguma forma de presença física literal, com uma lógica explícita e postulada de associação ou conexão entre lugares que, de fato, definem o argumento da etnografar (Marcus, 1995, p. 105, tradução nossa).

Por fim, justificamos a escolha desse experimento metodológico embasados por todo o aparato teórico aqui apresentado a partir dos estudos de Michel Foucault. O percurso metodológico que aproxima a etnografar da cartografar se utiliza das ferramentas foucaultianas para olhar o presente, lançando mão dos aparatos conceituais, que desde o início compuseram a motivação dessa pesquisa, olhando para os discursos e as práticas, os ditos e os não ditos que dão forma, de maneira macro e instituída formalmente – como vimos na construção conceitual das políticas públicas em saúde mental e economia solidária e o tema da governamentalidade – e de forma micro, – como encontramos na convivência com os CUPINS – à produção das subjetividades. No espaço *entre* essas duas escolhas para a presente pesquisa, alinhando ao estudo das práticas embasadas por regimes de verdade na parte teórica, à materialidade das subjetividades construídas no campo – em assujeitamento ou insurreição à tais postulações em nível macro – encontramos nos conceitos de dispositivo, a partir de uma compreensão de funcionamento rizomático, as ferramentas principais de análise da parte final de nossa pesquisa.

4.3. Etnografia contemporânea e validação científica da pesquisa qualitativa

Em termos de coleta de dados¹⁰⁸, a etnografia geralmente envolve o pesquisador participando, aberta ou ocultamente, do cotidiano das pessoas por um período prolongado, observando o que acontece, ouvindo o que é dito e / ou fazendo perguntas por meio de entrevistas informais e formais, coletando documentos e artefatos – na verdade, reunindo quaisquer dados disponíveis para esclarecer os problemas que são o foco emergente da investigação (Hammersley & Atkinson, 2007, p. 3, tradução nossa).

Como introduzido anteriormente, a etnografia é um método qualitativo de pesquisa advindo do campo da Antropologia e muito utilizado pela Psicologia Social, trazendo grandes contribuições aos resultados das pesquisas realizadas. Hammersley e Atkinson (2007) sistematizam o que vem a ser a pesquisa etnográfica, como ela se dá, os processos de inserção no campo e análise, e, por fim, a forma de apresentar os resultados, na escrita etnográfica.

Entretanto, a etnografia compreendida etimologicamente como a escrita de uma etnia outra¹⁰⁹ ainda traz em sua concepção e prática um legado iluminista pautado na dicotomia entre razão e emoção; universalidade e particularidade; verdade e falsidade (Taddei, 2012). Mais contemporaneamente, antropólogos como Clifford Geertz, George Marcus e James Clifford têm tecido diversas contribuições sobre as modificações que ocorreram no campo a partir da primeira experiência de Malinowski. James Clifford em especial, quanto à autoridade do etnógrafo, no capítulo *Sobre a autoridade etnográfica* do livro *A experiência etnográfica – antropologia e literatura no século XX* (2008), se concentra a pensar a formação e desintegração da autoridade etnográfica na antropologia social a partir do século XX.

Após a experiência de Malinowski, a etnografia continuou a se metamorfosear, e os paradigmas de experiência e interpretação que surgiram têm sido substituídos na contemporaneidade por paradigmas discursivos de diálogo e polifonia. Hoje, a linguagem da etnografia é atravessada por outras vozes que não somente a do etnógrafo e por outras subjetividades que tornam a escrita heteroglota (Clifford, 2008). A pesquisa participante dentro da pesquisa etnográfica contemporânea abriga o plural e o diverso, abrindo espaço

¹⁰⁸ Cabe indicar que abandonamos a nomenclatura “dados” e a ideia de “coleta” na presente pesquisa para se referir ao que se produz em campo. Entretanto, aqui mantemos a nomenclatura a partir da tradução do original dos autores.

¹⁰⁹ Do grego *ethnos*, “raça, cultura, povo” mais, *graphein*, “escrever, registrar”. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/etnografia/>, acesso em 29 de maio de 2023.

para a diversidade, a pluralidade dos modos de viver e de se pensar a alteridade, permitindo uma produção de conhecimento sobre as diversidades humanas (Schmidt, 2006). Estar em campo, ver, ouvir, participar, voltar com certa frequência, se torna a mais importante via de acesso ao conhecimento buscado na pesquisa etnográfica. Entendemos que nesse sentido nossa pesquisa se aproxima e vivencia as diversidades humanas de um serviço de saúde mental em relação com a economia solidária, podendo dar pistas de como a reabilitação psicossocial e a Rede de Atenção Psicossocial funcionam no eixo do trabalho em outras experiências similares, de forma mais ampla.

Segundo Trad (2012), há uma tríade constitutiva da pesquisa participante que é *ver, ouvir e escrever*. A escuta é uma parte primordial da pesquisa, e segundo a autora, não deve se restringir às entrevistas formais, mas se daria em diversas oportunidades no campo. Em nosso caso, em um primeiro momento não pretendemos realizar qualquer entrevista formal¹¹⁰, e a proposta de nossa escuta aconteceria com ênfase no diálogo e na convivência no cotidiano entre a pesquisadora e seus interlocutores. “Estar próximo dos interlocutores é uma virtude no trabalho qualitativo” (Argiles, 2016, p. 111).

Para alcançar essa proximidade, nos valem das ideias de Minayo (2001) para quem a teoria, o método e principalmente a *criatividade* são ingredientes ótimos para uma boa pesquisa, e combinados, produzem conhecimentos sobre o campo que permitem sondar a realidade e desvendar seus segredos. Minayo (2001) indica, entretanto, que há críticas que são tecidas contra o *status* de cientificidade dos métodos de pesquisa social, principalmente aqueles que se propõem a quebrar a hegemonia de produção de conhecimento e romper com métodos ortodoxos de pesquisa. Não se deve, entretanto, desprezar as técnicas mais reconhecidas de se fazer uma pesquisa, mas também, tampouco, deve-se desprezar a criatividade e a própria subjetividade do pesquisador. “O endeusamento das técnicas produz ou um formalismo árido, ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estéreis. Nada substitui, no entanto, a criatividade do pesquisador” (Minayo, 2001, p. 16).

¹¹⁰ Esta proposta foi revista posteriormente, sobretudo em relação aos profissionais da área técnica que fizeram parte da história dos CUPINS. Explicitamos mais a respeito deste recálculo e (re/des)construção dos métodos da pesquisa mais à frente neste capítulo.

Acreditamos que pesquisar com metodologia etnográfica em pesquisa social requer criatividade e, necessariamente, o imperativo de romper com um pensamento positivista que postula a famosa dicotomia entre sujeito e objeto do conhecimento. A questão da ruptura com o paradigma positivista e a hegemonia do saber é um debate presente em torno da pesquisa em ciências humanas. Sobre essa discussão, Zaluar (1986) afirma que essa tensão sujeito-objeto pode ser negada pela afirmação de que todos são sujeitos críticos e autônomos em uma mesma ação política e assim, a distinção e o distanciamento entre o sujeito que observa e o objeto observado deixa de ter cabimento.

Schmidt (2006), por sua vez, afirma que a crise da hegemonia da universidade implica na perda de domínio e exclusividade na produção e transmissão de conhecimento. A pesquisa-participante estaria junto a uma, chamada pela autora, micro utopia de uma universidade democrática e emancipatória que implicaria em uma dupla ruptura: com o paradigma positivista da ciência e com a hegemonia do saber científico contra o senso comum e a sabedoria popular e, ainda; a criação de comunidades interpretativas que possam integrar o conhecimento científico ao senso comum, aos saberes populares e à mídia. Tal ideia de comunidades interpretativas, trabalhada por alguns etnógrafos contemporâneos (Clifford & Marcus, 2016) é aqui trazida por Schmidt (2006) em diálogo com Boaventura de Sousa Santos (1995), para quem a democratização do saber não seria somente na sua divulgação e aplicação, mas, também e podemos dizer principalmente, na sua produção e constituição.

A prática da pesquisa participante é capaz de aglutinar em torno de si tanto a reflexão epistemológica que interessa à ruptura com o paradigma positivista quanto a apreensão crítica das dimensões éticas e políticas das pesquisas de campo, configurando metodologias que promovem uma relação com o outro próxima à ideia de comunidades interpretativas (Schmidt, 2006, p. 13).

Nesse sentido, nos lembramos de Peter Kevin Spink e seu texto *O pesquisador conversador no cotidiano* (2008), em que se indicam formas de pesquisar não ortodoxas, e, portanto, contra-hegemônicas. Para ele, o cotidiano é tudo que temos, em seus lugares e micro lugares e todos estamos imersos em nossos cotidianos, independentemente de onde estamos e quem somos, em acontecimentos corriqueiros. Ele diz que a expressão que utiliza, “micro lugares” é mais do que uma categoria de definição objetiva, mas tem o propósito de chamar a atenção para “a importância do acaso diário, dos encontros e desencontros, do falado e do ouvido em filas, bares, salas de espera, corredores, escadas,

elevadores, estacionamentos, bancos de jardins, feiras, praias, banheiros e outros lugares de breves encontros e de passagem” (Spink, 2008, p. 70). Com essa expressão, Spink (2008) afirma que busca resgatar a noção da psicologia social que tem sua prática social na conversa, no debate, em uma inserção horizontal do pesquisador em encontros diários, em diversos lugares e momentos, micro lugares.

Os micro lugares e seus diferentes horizontes são produtos e produtores de vários processos sociais e identitários: nós, eles, os temas a serem debatidos, com quem conversamos, como e onde vivemos. Denso, o cotidiano se compõe de milhares de micro lugares; não é um contexto eventual ou um ambiente visto como pano de fundo. Os micro lugares, tal como os lugares, somos nós; somos nós que os construímos e continuamos fazendo numa tarefa coletiva permanente e sem fim (Spink, 2008, p. 71).

Prosseguindo, Spink (2008) busca problematizar a figura do pesquisador em psicologia social e sua inserção no cotidiano. Ele apresenta alguns textos produzidos a partir de interações no cotidiano e que demonstram como se dá a pesquisa nesse enfoque. Trata-se de uma aproximação que busca uma objetividade, intersubjetivamente, conforme ele argumenta se referindo às ideias de Habermas (1984). O formato da pesquisa tendo como pressuposto esse pensamento de Spink (2008) é diferente. Não parte de algo fechado, hermético e rígido, mas se dá no cotidiano, em trocas, conversas informais e corriqueiras, onde a intersubjetividade se expressa. “Ao contrário dos métodos planejados em que se delinea *a priori* um roteiro de perguntas sobre um tema previamente acordado e operacionalmente definido, ser um pesquisador no cotidiano se caracteriza frequentemente por conversas espontâneas em encontros situados” (Spink, 2008, p. 72).

Spink (2008) também contribui para pensarmos a questão da validade científica dos resultados de pesquisa produzidos pelo pesquisador conversador. Ele discorre acerca da necessidade de dar à ciência um *status* de neutralidade para que gere conhecimentos válidos e úteis. As pesquisas são aprovadas e validadas por comitês de ética no sentido de impedir que os cientistas ajam de forma incorreta no decorrer da pesquisa. Ele afirma que o nosso maior problema diante dessas questões é que herdamos uma visão hiper exagerada do que vem a ser a verdade, “algo superpoderoso e completo, algo que realmente existe, uma ‘super’ verdade que nem a filosofia nem a religião foram capazes de descobrir e cuja busca passou para as mãos da ciência empírica” (2008, p. 75). Nessa perspectiva, um resultado de pesquisa válido é aquele que seja neutro, universal e destituído de toda e qualquer interferência subjetiva do pesquisador. A solução prática, indicada por ele para esse dilema, é que o pesquisador conversador se considere

competente em seu fazer, aceite os desafios de cada dia, resolva os problemas que se apresentarem e espere, ao final, ter um pouco de sorte de que sua produção possa contribuir ao menos um pouco para uma mudança do paradigma atual do conhecimento. Sobre os psicólogos sociais ele conclui:

Temos algo a contribuir porque temos um mínimo de disciplinaridade que inclui a vontade de discutir entre nós a validade daquilo que fazemos – como também fazem entre si os especialistas em transplantes de coração, os cozinheiros, os jardineiros, os pedreiros e os presidentes. Somos somente uma parte de uma ecologia de saberes, cada uma das quais partindo de um ponto distinto e pensando que tem algo a contribuir (Spink, 2008, p. 76).

No mesmo sentido, Mary Jane P. Spink (2007) fala sobre pesquisar *no* cotidiano. A ênfase *no* cotidiano não se dá pelo cotidiano em si, mas sim por marcar diferenças que surgem de posicionamentos positivistas de construção do conhecimento que validam os universais, em relação aos posicionamentos mais construtivistas que priorizam os conhecimentos locais. Tais problemáticas se apresentam fortemente nas pesquisas que buscam ser inseridas nos espaços fluidos que são habitados cotidianamente por diversos grupos. Diante desses tensionamentos e desafios, a autora faz uma distinção que muda radicalmente a perspectiva da forma de pesquisar e dos resultados da pesquisa; uma distinção sutil, mas radical entre pesquisar *o* cotidiano e pesquisar *no* cotidiano.

Se pesquisarmos *o* cotidiano, estabeleceremos a clássica separação entre pesquisador e seu objeto de pesquisa. Mas, se pesquisarmos *no* cotidiano, seremos partícipes dessas ações que se desenrolam em espaços de convivência mais ou menos públicos. Fazemos parte do fluxo de ações; somos parte dessa comunidade e compartilhamos de normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada dessas interações (Spink, 2007, p. 7, grifos da autora).

Ao nos aproximarmos do coletivo dos CUPINS a partir dessa proposta de pesquisar *no* cotidiano ao invés de *o* cotidiano buscamos trazer ao diálogo as vozes de nossos interlocutores, não como objetos de pesquisa em um viés positivista, mas a partir da compreensão de uma pesquisa qualitativa que seja heteroglota e também polifônica – ideia que desenvolvemos mais à frente –, trazendo visibilidade a *modos de pensar e modos de fazer* que sejam minoritários e contra hegemônicos. Segundo Cabral et al. (2019), escolhas como essa que fazemos apontam para o compromisso em desnaturalizar ações do tipo “receituário médico positivista”, o que acaba por deslocar o rigor científico, comumente atribuído a explicações em torno da “conjugação de dados e hipóteses” para um “trabalho hermenêutico de compreensão e tradução do vivido, na busca de produção de sentido(s)”.

Nas pesquisas participantes/dialógicas/interventivas, abre-se a possibilidade de expressão de fenômenos minoritários, que se formam a partir da periferia ou das margens do poder, nos quais pulsam as contingências e contradições que persistem na vida de grande parte da população que demanda práticas psicológicas (Cabral et al., 2019, p. 14).

As pesquisas com metodologias qualitativas que assim se articulem como a nossa, podem combinar estratégias e fazeres múltiplos e diversos, mas trazem objetivos comuns que as aglutinam sobre um mesmo solo comum, que é valorizar as faces de existência que são pouco visitadas pela ciência hegemônica, dando relevância e significado para fenômenos contra hegemônicos discrepantes e minoritários que possam se configurar como exemplares. Tais pesquisas implicam em um modo de pesquisar que se configura como temporal e criador, seguindo um percurso que se desenha e se sustenta a partir da apresentação de resultados como narrativas do encontro entre pesquisador e interlocutores, acolhendo o que se apresenta na diversidade e multiplicidade, o que resulta numa composição final da pesquisa como um mosaico “aproximando a ciência da arte, da poesia, da literatura” (Cabral et al., 2019, p. 13), ao invés de apresentar resultados frios, engessados e muitas vezes cínicos e estereotipados.

Tal fundamentação de pesquisa em psicologia social vai completamente ao encontro com o que pretendemos fazer no campo. Buscamos conversar com os CUPINS, estar perto deles, seja na oficina de trabalho, seja na pausa do cafezinho e do cigarro, seja numa feira onde eles vendem seus produtos, seja em uma ida ao hospital ou a um velório. Apesar de os interlocutores estarem cientes de que a pesquisadora estava convivendo com eles motivada por um objetivo de produção acadêmica, o que se teve por intenção a partir do posicionamento da pesquisadora em campo, foi que essa compreensão fosse relegada ao segundo plano, e a dinâmica dos afetos e das relações fosse o ponto de atenção primordial. A convivência, escuta e interlocução com a concretude das existências ali compartilhadas é atravessada por esse posicionamento ético-político que busca desnaturalizar as formas hegemônicas de produção do chamado conhecimento científico, ainda que o resultado da pesquisa não deixe de ser inscrito na “ordem disciplinar de nossas instituições acadêmicas” (Cabral et al., 2019, p. 14).

A pesquisa concebida como colaboração e interlocução angaria argumentos teóricos e empíricos enraizados no vivido – ou na experiência –, valorizando o caráter múltiplo, diverso e complexo da coexistência humana. Vozes e gestos de participantes – convidados como interlocutores (as) de pesquisa – dão espessura aos fenômenos humanos que se quer estudar e compreender. A valorização da polissemia e polifonia dos fenômenos encontra apoio nos dispositivos metodológicos que se abrem ou se propõem como oportunidade de escuta/diálogo, interlocução e, ao mesmo tempo, como condição de convivência e participação no cotidiano de pessoas,

grupos e coletivos cujas experiências sustentam e enriquecem o mundo que compartilhamos (Cabral et al., 2019, pp. 14-15).

Além disso, este é um modo de pesquisa de campo que se alinha sobremaneira com toda a construção teórica da presente tese que embasa a nossa prática. Por isso, concordamos com as autoras que esse modo de pensar e fazer esse tipo de pesquisa é, em si, compreendido como uma prática “de resistência à ordem disciplinar e aos processos de institucionalização, aquisição e acumulação do saber e do poder” (p.14).

4.4. Produção coletiva dos resultados e escrita do “texto-experiência”

Como estamos discutindo até aqui, a perspectiva que sustenta o campo das metodologias qualitativas – entre elas a etnografia contemporânea e a cartografia – é de que a prática da pesquisa deve dirigir-se à experiência e ao mundo dos pesquisados renunciando aos imperativos positivistas, com isso reconhecendo também a experiência integral do pesquisador. Nesse sentido, se antes o que se buscava era neutralidade, inteligibilidade e pureza dos dados por meio da “disciplinarização do viés subjetivo (*bias*) do pesquisador” (Ferreira Neto, 2015, p. 415) o que se busca contemporaneamente é a consideração da subjetividade do pesquisador e que “a apreensão pessoal, os sentimentos, as intuições e valores tornam-se um fator a ser evidenciado no curso da pesquisa” (Silva & Amazonas, 2019, p. 108) e, conseqüentemente, na produção de seus resultados.

Após a pesquisa teórica, somos atravessados e convocados à produção de um texto que apresente o substrato teórico diante do qual nos lançamos e a experiência de campo. Sobre teoria e prática, Schmidt (2019) nos adverte que a teoria deve permanecer sempre próxima ao campo, de maneira que possamos fugir de mera “abstração imaginativa” e, citando Geertz (1989) afirma que assim nos ajudaria ao entendimento do “mundo conceitual em que vivem nossos sujeitos, de forma a podermos, num sentido um tanto mais amplo, conversar com eles” (Schmidt, 2019, p. 41).

A escrita do texto final é um exercício autoral do pesquisador que busca descrever, apresentar, interpretar, transcrever etc. (esses são alguns dos verbos utilizados pelos pesquisadores em etnografia) o outro, como alteridade, fiando-se em suas observações do campo e anotações, em um momento de afastamento em direção à escrita e à

universidade. Esse momento evoca novamente, de forma muito intensa, “o compromisso ético e político de tomar a experiência de campo como referente” (Schmidt, 2019, p. 42). Os pesquisadores nessa perspectiva, então, deixam de ser intrusos no campo e se tornam parte constitutiva da pesquisa. A produção das verdades etnográficas é compreendida, dessa forma, sempre como parciais, como apontam Clifford e Marcus, organizadores do conceituado texto, aqui já referenciado, *A escrita da cultura: poética e política da etnografia* (2016). Retomando um pouco mais o que desenvolvem os antropólogos etnógrafos contemporâneos, Schmidt (2019) apresenta o que Geertz (1989) propõe com a ideia de “descrição densa”.

A antropologia interpretativa praticada por Geertz (1989) quer, por meio da descrição densa, inscrever, anotar o “significado que as ações sociais particulares têm para os atores cujas ações elas são e afirmar, tão explicitamente quanto possível, o que o conhecimento assim atingido demonstra sobre a sociedade na qual é encontrado [...]” (p.37). Esse conhecimento é necessariamente incompleto e contestável, devendo servir à constatação do papel das formas simbólicas na vida humana e à sustentação e ao refinamento do debate destas formas simbólicas (Schmidt, 2019, pp. 41-42).

Taddei em seu texto *Sobre a escrita etnográfica* (2012) demonstra como a etnografia contemporânea, que ela opta por chamar de pós-moderna, vai se afastando de uma conceituação de disciplina, rompendo com a ordem do discurso científico em termos foucaultianos, e tomando características contra-hegemônicas. A partir das discussões efetivadas por Tyler (1986), Taddei (2012) argumenta que a escrita etnográfica mais recente é uma crítica à utopia da escrita puramente científica. Ela questiona: Quais seriam, então, as marcas dessa etnografia atual?

Verdades parciais, ficções verdadeiras, invenções, narrativas, evocações ou alegorias, os etnógrafos já não sustentam mais o teor unívoco de seus relatos. A própria categoria da representação é contestada e com ela todo um acervo de impressões visuais tradicionalmente vinculadas à antropologia como campo de saber: olhar, observar, descrever. À ambição de uma objetividade máxima, contrapõem-se as subjetividades do pesquisador e de seus pesquisados (Taddei, 2012, p. 114).

Para a etnografia pós-moderna, segundo Tyler (1986), haveria uma distinção entre texto e discurso, preferindo este àquele, em um sentido aproximado ao que tentamos realizar na presente pesquisa.

Como a etnografia pós-moderna privilegia o “discurso” ao “texto”, coloca em primeiro plano o diálogo em oposição ao monólogo e enfatiza a natureza cooperativa e colaborativa da situação etnográfica, em contraste com a ideologia do observador transcendental. De fato, ela rejeita a ideologia do “observador-observado”, não havendo nada observado e ninguém sendo observado. Em vez disso, há a produção mútua e dialógica de um discurso, de uma espécie de história.

Entendemos melhor o contexto etnográfico como um contexto de construção cooperativa de histórias que, em uma de suas formas ideais, resultaria em um texto polifônico, em que nenhum dos participantes teria a palavra final na forma de uma história enquadrada ou síntese simplificadora – um discurso sobre o discurso (Tyler, 1986, p. 126, tradução nossa).

A questão do dialogismo e da polifonia são contribuições muito importantes advindas dos estudos de Mikhail Bakhtin. Para o teórico, o ato individual de fala é um sistema partilhado, um fenômeno social que engloba presente e passado (Taddei, 2012).

O dialogismo, conceito-chave em Bakhtin, toma como metáfora a alternância de turnos de falantes em situações de conversação face a face para compreendê-la como uma arena de troca entre um eu e um outro. A enunciação – palavra em ato – é formulada como o espaço em que vozes sociais se revelam e se confrontam na sua heterogeneidade. Este confronto se dá sincrônica e diacronicamente, envolvendo não apenas o passado – a memória do já-dito, dos sentidos cristalizados pela tradição – e o presente – o tempo da enunciação –, mas abrindo-se igualmente para o futuro, para as réplicas do devir (Taddei, 2012, p. 110).

Nessa perspectiva, o que se intenciona ter como texto final é um texto composto por diversas vozes, ora misturadas, ora separadas, em uma compreensão que contraria o monólogo solitário do pesquisador academicista e convoca outras vozes de forma polifônica ao texto.

Trata-se de uma forma de narrar em que o narrador deixa de ser um deus-criador, controlando o pensar, o agir e o dizer de suas criaturas e passa a dar-lhes espaço e voz. Em termos formais, narrador e personagens, enquanto representantes de visões de mundo diversificadas, assumem posições ideológicas conflitantes e ocupam na narrativa espaços equivalentes. A palavra do outro é reportada na sua horizontalidade. A metáfora espacial mencionada por Bakhtin se contrapõe a um modo vertical, hierárquico, de narrar, herdeiro do sistema monológico e rígido dos gêneros clássicos consagrados, como a epopeia e a tragédia (Taddei, 2012, p. 111).

Com quem e para quem escrevemos? A figura dos interlocutores do campo e do leitor apresentam-se na etnografia contemporânea como uma forma de coautoria. Para Taddei (2012), o pesquisador jamais estará sozinho em sua produção intelectual, e não importa somente o que ele intenta transmitir, ou o seu contexto, mas também a apreensão inclusive do seu leitor, tido como interlocutor. Já Schmidt (2006) ressalta a importância da interlocução e da coautoria dos interlocutores do campo, “de tal forma que a pesquisa participante e o texto que dela deriva, produzindo efeitos de reconhecimento e desconhecimento de lugares de identidade e alteridade, produzem, também, efeitos de conhecimento no par pesquisador/interlocutor” (pp. 29-30). Além disso, Schmidt (2006) argumenta que o texto escrito teria também funções políticas que serviriam à emancipação ou à dominação.

Retomando o texto de James Clifford que tratamos anteriormente, também sobre a importância do leitor, observamos sua argumentação citando Roland Barthes, de que “a recente teoria literária sugere que a eficácia de um texto em fazer sentido de uma forma coerente depende menos das intenções pretendidas do autor do que da atividade criativa de um leitor” (Clifford, 2008, p. 54). Buscamos ir a campo e realizar a pesquisa partindo de uma perspectiva metodológica aberta, sempre em construção, que busca superar perspectivas hegemônicas e conservadoras em pesquisa social. Agora, caminhamos para a escrita dos resultados, o que novamente convoca o compromisso ético e político da pesquisa, no sentido de que não se deseja tutelar, silenciar ou deter o outro usando uma forma de conhecê-lo como objeto a partir de uma perspectiva hegemônica. Portanto, a análise se dará de forma descritiva que é narrativa, na produção de um texto etnográfico, tentando realizar a difícil tarefa de trazer aqui o que se viveu lá, na experiência de campo, mas que não cessa de se inscrever e se realizar aqui, no momento da escrita, por ser uma experiência viva.

A escrita “estando aqui” difere daquela de diários e anotações de campo, pois trata-se da construção propriamente dita de uma interpretação do diálogo, da interlocução que houve “estando lá”. Para este momento concorrem tanto a presença da “comunidade de argumentação” da qual faz parte o pesquisador, com seu idioma acadêmico e disciplinar, quanto o compromisso ético, político e epistemológico delicado com a colocação de “vidas alheias” em texto (Schmidt, 2006, p. 28).

Em um viés também contemporâneo, mas deslocando-se um tanto da perspectiva da escrita etnográfica, temos a compreensão que estamos também trazendo na construção do método da presente tese, que é a produção da escrita na cartografia. Em uma perspectiva cartográfica, não se busca “interpretar” a realidade social do “nativo”, mas sim produzir uma certa forma de experimentação unindo o pensamento teórico ao trabalho da escrita. Alvarez e Passos (2020) dão pistas de que a experiência de campo apresenta arestas e estranhezas que se agudizam contra as tendências simplificadoras, redutoras e generalizantes. Entretanto, alertam que não se trata de opor uma empiria que seria segura, à teoria que seria generalizante. “Quando a interpretação sobrecodifica a experiência de campo, não estamos frente à ‘teoria’, mas a um certo uso da teoria, a um certo uso dos conceitos, que geralmente acompanha uma certa maneira de viver o trabalho de campo” (p. 72). Por outro lado, no método cartográfico, acontece uma subversão da primazia da teoria em relação ao campo. “Quando a experiência de campo inspira a teoria, é possível conseguir uma inteligibilidade dos fenômenos que pouco tem de interpretação,

é antes mais uma forma de experimentação, agora com o pensamento e a escritura” (Caiafa, 2007, p. 140).

Inspirados nas pesquisas foucaultianas, entendemos que “escrever é, portanto, ‘se mostrar’, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro” (Foucault, 1983/2017, p. 156). É assim que compreendemos que Foucault efetuou seu próprio trabalho, conforme apresenta Ferreira Neto (2015) acerca da metodologia de pesquisa do autor, como um “modo de redigir os resultados de suas pesquisas através de um texto-experiência” (p. 412), forma de pesquisa que “era compartilhada por pensadores franceses de sua geração, como Gilles Deleuze e Jacques Lacan” (p. 412). O produto final das pesquisas de Foucault e de seus contemporâneos se dava em uma perspectiva em que “a escrita era inseparável da produção de uma experiência de transformação do que se pensa e do que se é, e não apenas uma suposta reprodução fidedigna da realidade estudada” (Ferreira Neto, 2015, p. 412).

Nesse sentido, apesar da fonte principal das pesquisas de Foucault ter sido textos escritos e não experiências de campo, Ferreira Neto (2015) sinaliza que a prática de Foucault era muito próxima a de um etnógrafo, que está atento à realidade ao seu redor, problematizando e transformando o que concebe por atualidade, com a sua presença. Foucault parte de uma forma de se dirigir ao presente e à sua própria experiência quando escreve sobre diversas temáticas. A título de exemplo, Ferreira Neto (2015) indica que *História da Loucura na Idade Clássica* (2009) nasceu a partir do estágio de dois anos que Foucault realizou no Hospital *Sainte-Anne* como psicólogo, em conversas tidas com os pacientes do hospital.

Mas como redigir um texto “etnográfico” diante desta concepção da produção de um “texto-experiência”? Como o leitor já deve intuir, não há um modelo pré-estabelecido e a escrita deve contar com criatividade e imaginação do pesquisador a partir do encontro com seus interlocutores, com a teoria, e com suas experiências (inter)subjetivas advindas de sua própria compreensão do que é a pesquisa, seus deslocamentos, tensões, arbitrariedades, contradições e do que é o próprio mundo vivido e compartilhado no encontro com o mundo do outro, com todas as suas vivências e nuances. “A cartografia quando entra nas pesquisas acadêmicas solicita do leitor, escritor, pesquisador ser abordado pelas linhas variantes. Não há modelos, mas exercícios,

disposições para inventar outras grafias ou criar gagueiras na língua” (Brito & Chaves, 2017, p. 176).

Cada passo, cada novo sujeito e seus ditos e não ditos vão configurando o modelo que se apresenta como monografia no seu instante final. Tanto a etnografia quanto a cartografia se apresentam como uma poética do fazer (Geertz, 1988; Price, 1988). A etnocartografia, portanto, é uma obra de imaginação. O texto que é produzido a partir dela é uma reunião de vários outros textos e vivências solitárias e coletivas no campo de investigação (León, 2015, p. 245).

Ser uma obra de imaginação não é, entretanto, deslocar-se da experiência vivida em campo rumo a divagações etéreas, mas produzir imaginativamente um texto a partir de uma experiência que é dirigida, guiada pelo encontro com os interlocutores. Nesse sentido, não se trata de uma coleta de dados nem de uma obra ficcional de imaginação, mas uma *produção* dos resultados da pesquisa. Os autores e autoras que participaram do livro organizado por Passos et al. (2020), dando pistas para a experimentação do método cartográfico, são unânimes em indicar uma assertiva primordial: “não há coleta de dados, mas, desde o início, uma produção dos dados da pesquisa” (Kastrup, 2020, p. 33). Esse modo de pensar também vai na contramão das pesquisas tradicionais e ortodoxas. A partir da expressão “coleta de dados” que é comumente usada, se reforça a dicotomia sujeito-objeto da pesquisa, e indica, inclusive uma prática colonizadora, em que o pesquisador “invade” o território do outro e coleta informações, materiais, relatos, fotografias, afetos, confiança e amizade de forma premeditada, – porém consentida e garantida pelos TCLEs e Comitês de Ética em Pesquisa – apropriando-se e cooptando a existência do outro, seu *objeto* de pesquisa. A expressão “produção de dados”, subvertendo essa lógica, aponta para o dialogismo, a polifonia, a coexistência, a produção de (inter)subjetividades, os afetos, os atravessamentos mútuos e a cooperação, denotando então, para nós, uma prática de resistência.

Assim, os relatos são exemplos de como a escrita, ancorada na experiência, performatizando os acontecimentos, pode contribuir para a produção de dados numa pesquisa. Ao escrever detalhes do campo, com expressões, paisagens e sensações, o coletivo se faz presente no processo de produção de um texto. Nesse ponto, não é mais um sujeito pesquisador a delimitar seu objeto. Sujeito e objeto se fazem juntos, emergem de um plano afetivo. O tema da pesquisa aparece com o pesquisar. Ele não fica escondido, disfarçado ou apenas evocado. [...] Podemos dizer que assim a pesquisa se faz em movimento, no acompanhamento de processos, que nos tocam, nos transformam e produzem mundos (Barros & Kastrup, 2020, p. 73, grifo das autoras).

Desde a primeira ida a campo, adotamos o instrumento do diário de campo, tradicional em pesquisas etnográficas em psicologia social (inclusive em psicologia social

do trabalho) e também utilizado na cartografia, onde anotamos, além do (con)vivido em campo, também nossas impressões, angústias e elucbrações, uma vez que apostamos que “o diário de campo enquanto instrumento-dispositivo possibilita acompanhar os movimentos e produções, assim como o registro e posterior tratamento analítico dos *modos de fazer-pensar e fazer-dizer a pesquisa*” (Silva & Amazonas, 2019, p. 108, grifo das autoras). Para Quintas (2000), o diário de campo tem uma função libertadora e também de natureza memorialista, sendo “fiel depositário de momentos fortuitos ou de instantes de extrema paixão. Verdadeiras explosões emocionais com denso tom de confissão” (p. 36). Além disso, “o texto diarista enuncia sua própria produção, libertando-se da pretensão do conhecimento definitivo sobre o objeto” (Barros & Passos, 2020, p. 175) à medida em que no texto se inclui o seu fora, o fora-texto.

Também lançamos mão do instrumento das entrevistas, concebidas por nós da mesma maneira que concebemos todo o processo discutido até aqui sobre o relato dos resultados da pesquisa em campo, como produtos da experiência e da convivência. Dessa maneira, adotamos o formato da *entrevista narrativa*, compreendida como uma maneira artesanal de comunicação entre pesquisadora e interlocutores. Escóssia e Tedesco (2020) indicam que narrar é *produzir* experiências, requerendo a construção de uma posição reflexiva por parte de quem narra, ao contrário de apenas descrever uma cena como se fosse um observador externo. “Narrar convoca a autoria do narrador e demanda sua *implicação* enquanto sujeito da fala. Ao fazer uso de linguagem espontânea, a *narração* oferece a oportunidade de (re) *viver* e (re) *criar* a experiência reveladora do ‘aqui’ e ‘agora’ da situação em curso” (p.107, grifo das autoras). A entrevista narrativa não busca coletar dados, informações a serem processadas posteriormente, capturando a experiência vivida em determinado contexto histórico e social da vida do entrevistado. “A entrevista narrativa, conduzida a partir de um manejo cartográfico, busca *acompanhar* movimentos, posto que, toda narrativa *cria, produz*. Neste sentido, passado, presente e futuro estão presentes na narrativa coengendrando – enquanto potência e intensidade – o *dever* e os movimentos de ruptura” (p.107, grifo das autoras).

Diferentemente, a pesquisa cartográfica visa o acompanhamento de processos e, se a entrevista na cartografia inclui trocas de informação ou acesso à experiência vivida, é importante ressaltar que esta não é sua única direção. A cartografia requer que a escuta e o olhar se ampliem, sigam para além do puro conteúdo da experiência vivida, do vivido da experiência relatado na entrevista, e incluam seu aspecto genético, a dimensão processual da experiência, apreendida em suas variações. Alinhada à abordagem enativa, a cartografia, sem eliminar os conteúdos informacionais, inclui a gênese desses conteúdos estabelecida na experiência compartilhada que responde pela coemergência de si e de mundo (Tedesco et al., 2013, p. 301).

A entrevista narrativa não é a representação em palavras de situações que ocorreram no passado do entrevistado. A entrevista, nessa compreensão cartográfica, não media o acesso à experiência, mas se efetiva, em si mesma, como experiência. A escuta do entrevistador deve acompanhar o processo do relato, que não parte de um eu individual e isolado do entrevistado, mas está sempre em vias de constituir novas formações subjetivas. “Nesse sentido, a entrevista se aproxima de uma conversa” (Tedesco et al., 2013, p. 308) em que o entrevistador também é guiado e convidado a percorrer de maneira menos formal, passeando e percorrendo múltiplos vetores nessa construção que é coletiva.

Além dessas duas ferramentas-dispositivos metodológicos – o diário de campo e as entrevistas narrativas – lançamos mão também de fotografias, tiradas por nós e cedidas por alguns interlocutores do campo, que irão ilustrar a escrita final do texto.

Na situação “de gabinete”, o pesquisador retoma não apenas os registros de campo – anotações de observações e impressões, gravações ou transcrições de relatos orais, fotografias, filmes, documentos –, mas a cena em que uma relação de confiança se estabeleceu e na qual lhe foram confiados modos de pensar, sentir e viver. Nesta cena, atualizam-se compromissos éticos e políticos assumidos, implícita ou explicitamente, com o interlocutor, de tal forma que o planejamento de próximas etapas da pesquisa ou o trabalho de escrita realizam-se sob o impacto desses compromissos (Schmidt, 2006, p. 37).

Então, produzidos os resultados do campo, por meio dos instrumentos-dispositivo do diário de campo, das entrevistas narrativas e das fotografias, aproxima-se o momento de apresentar os resultados produzidos.

Diante de tudo que estamos discutindo aqui, esse momento de análise se configura como uma forma de dar visibilidade às diversas e múltiplas linhas de força, enunciações, deslocamentos, práticas, subjetividades, em suma, diversas experiências produzidas pela (co)existência da pesquisadora em campo. A análise implica uma atitude, um *ethos* analítico (Escóssia & Tedesco, 2020) e aqui explicitamos que esse *ethos* analítico da presente tese está desde o início anunciado, como estando sob pressupostos teórico-metodológicos foucaultianos, a partir de diretrizes da cartografia e da etnografia contemporânea.

O texto produzido finalizando essa experiência, que se apresenta formalmente como resultado da pesquisa defendida como tese de doutorado, adotará o formato de um

texto narrativo, baseando-se nas abordagens literárias que vem ganhando espaço nas pesquisas em ciências humanas, borrando as barreiras que separam a arte da ciência, sendo as “verdades” que são produzidas, inerentemente parciais, engajadas e incompletas (Clifford & Marcus, 2016), impondo resistência às racionalidades positivistas e ortodoxas e à hegemonia do saber-poder universitário.

Clifford e Marcus (2016) indicam ainda que não há critérios definidos e herméticos para avaliar um bom relato, pois tais critérios estão sempre em transformação. Além disso, os autores reconhecem as dimensões poéticas que podem ser adotadas na escrita etnográfica, sem que com isso se desista de apontar para o que foi vivido e compartilhado na experiência de campo. “A etnografia é uma atividade textual híbrida: ela atravessa os gêneros e as disciplinas” (p. 61). Na mesma direção, Schmidt (2019) cita as contribuições de Geertz (2002) que apontam para a percepção do caráter híbrido, limítrofe, fronteiro do texto etnográfico, que não é em sua totalidade nem literário, nem científico, apresentando-se ora como uma coisa, ora como outra; como uma coisa *e* outra. Foucault e seus contemporâneos críticos da noção de representação, também buscaram novos formatos e nova função para a escrita, “em consonância com a expressão artística e literária” (Ferreira Neto, 2015, p. 412).

Assim inspirados, nos desafiamos a apresentar o “texto-experiência” da pesquisa em formato de *crônicas*: as *Crônicas de um cupinzeiro*. Etimologicamente a palavra *crônica* vem do latim erudito “*chronica-orum*, ‘livro de crônicas’, plural neutro do adjetivo *chronicus*, ‘cronológico’, tomado de empréstimo ao grego *chronikós*, ‘relativo ao tempo’, derivado do grego *chrónos*, ‘tempo’” (Quintas, 2000, p. 37). Dessa forma, as crônicas que apresentamos dão destaque à cronologia do tempo, produzindo uma experiência datada e localizada, porém em aberto, não definitiva.

Quintas (2000), em seu artigo *A crônica antropológica: literatura e ciência*, concebe a crônica, “como uma versão aprimorada e rebuscada do relato historiográfico” (p. 39) que não germina sem o viés da subjetividade do antropólogo, uma vez que o pesquisador se presentifica no texto. O cronista-pesquisador não se oculta na narrativa e não relega suas emoções e percepções a segundo plano, assumindo sua posição de incerteza e dúvida. Não há jamais texto desprovido de contradições, uma vez que todos somos incontestavelmente contraditórios em alguma medida, e “as incoerências humanizam a escritura antropológica” (p. 34). A voz do narrador dessa maneira se

apresenta a si mesma, unindo-se a outras vozes em uma polifonia privilegiada, não monológica, mas dialógica.

Nesse ato de escrever, não se pretende apresentar ou descrever as subjetividades, mas, presentificá-las e produzi-las, junto à subjetividade da pesquisadora, neste ato de escrever que é produto e ao mesmo tempo produtor, no encontro com vozes outras que tomarão a escrita em ato de leitura, um ato de produção subjetiva. “Ao aceitar a inserção no texto – seja na primeira pessoa ou na terceira –, o narrador não se furta à responsabilidade da autoria. Ele se agrega à plurivocalidade e forma um feixe de eus numa intersubjetividade explícita” (Quintas, 2000, p. 35). O texto assim pensado e construído se expressa em formato de crônica impressionista, carregada de emoções, sentimentos e demais faculdades humanas da pesquisadora e dos interlocutores que se misturam no relato (Quintas, 2000).

A beleza, a estética, a arte devem encarnar os princípios norteadores do cientista social. Não basta anotar. Urge narrar com airoso. Manuel Bandeira já dizia que entre a poesia e a ciência, as fronteiras são tênues. Nesse foco iluminando *saber + arte* reside a grande magia do conhecimento (Quintas, 2000, p. 39, grifo da autora).

Antes de seguirmos para o próximo tópico, uma última inquietação que nos atravessou foi a questão do anonimato dos interlocutores na produção escrita da pesquisa em formato de crônicas. Ao iniciarmos em campo, dispusemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em que afirmamos que a pesquisadora manteria todas as identidades sob sigilo, e que o nome e materiais que indicassem a participação de cada um dos integrantes do CUPINS não seriam liberados sem a permissão de cada um. Essa é uma disposição obrigatória no que tange às exigências da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) quando da submissão do projeto para apreciação e aprovação. Entretanto, a questão do uso de pseudônimos ou dos nomes reais tem sido colocada em questão desde as primeiras leituras feitas pelo orientador e pelos membros leitoras das duas bancas de qualificação, de mestrado e de doutorado direto, da presente pesquisa. Motivados por esse tensionamento, encontramos o texto de Claudia Fonseca *O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”* que compõe o livro *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo* (2010) organizado por Patrice Schuch, Miriam Steffen Vieira e Roberta Peters.

Em uma discussão muito profícua acerca do anonimato, que não vamos retomar exaustivamente aqui, Fonseca (2010) indica que essa é uma decisão que deve ser tomada levando em conta a postura ético-política da pesquisadora, e que não há uma palavra final sobre a temática. Ela aponta que se deve levar em conta a possível repercussão negativa, imprevista e indesejável de nossos textos, mas que o anonimato nem sempre é visto como sinal de respeito e de proteção, podendo corroborar com uma política discriminatória que reforça os estereótipos que buscamos questionar. Por outro lado, aponta também para a impossibilidade de “devolver” o produto da pesquisa para a comunidade com os nomes trocados, de maneira que as pessoas não irão se reconhecer nos relatos. Aponta ainda que o anonimato pode impedir que outros pesquisadores futuros, que busquem pesquisas a respeito do mesmo campo, tenham material de apoio para a construção de suas próprias pesquisas.

Citando a descrição densa de Geertz, aqui já conceituada, Fonseca (2010) indica que nem sempre os nomes fictícios garantem o anonimato, uma vez que a densidade da descrição traz riqueza de detalhes do contexto que facilita a identificação dos interlocutores. O pesquisador estaria sempre em uma corda bamba, buscando garantir a densidade de seu relato, ao mesmo tempo em que pesa as consequências e os limites éticos de sua ousadia, ainda que o resguardo das identidades seja apenas uma das facetas da questão ética.

Em nosso caso, o uso explícito do nome do coletivo que estudamos, CUPINS, tem em si uma razão de ser, pois sendo uma sigla para um nome mais extenso, *Central Unida de Pessoas Inventando Novas Saídas*, já traz explicitamente uma provocação que nos motivou, inclusive, na escolha desse espaço para produzir nossa pesquisa. Assim, nos vemos diante de um dilema ético refinado e, a posição que tomamos é semelhante a toda a justificativa metodológica aqui construída: ora utilizaremos o anonimato, ora explicitaremos as identidades, dependendo eticamente e politicamente de cada situação e contexto que estiverem sendo relatados nas crônicas. “Assim, que se decida pelo anonimato ou não (e há argumentos para ambos os lados), a responsabilidade última está com o autor da pesquisa” (Fonseca, 2010, p. 223). E assim procederemos, assumindo escolhas com responsabilidade, sem nos furtar das consequências.

Por último, formalizamos no próximo e derradeiro tópico metodológico, os procedimentos de pesquisa adotados.

4.5. Formalização da produção dos resultados da pesquisa

Conforme apontamos nos tópicos acima, em nossa pesquisa adotamos os instrumentos-dispositivo do *diário de campo*, das *entrevistas narrativas* e das *fotografias*.

As inserções em campo que fizemos se estenderam durante o período de agosto de 2017 a setembro de 2021, havendo sido realizada uma última visita de conversa com as coordenadoras do NUPE e do CUPINS por ocasião do encerramento da pesquisa em junho de 2023, contabilizando vinte e quatro idas ao campo, no total.

Propusemos duas conversas-entrevistas com dois técnicos trabalhadores que pertenceram ao NUPE em momentos distintos, a psicóloga responsável por acompanhar o coletivo CUPINS durante o período da pesquisa e o terapeuta ocupacional que os acompanhou por longos anos, e que esteve presente na primeira composição do coletivo.

A entrevista com Roseli Tadeu Montanari, psicóloga, atual coordenadora do CUPINS e uma das integrantes presentes em sua fundação, ocorreu em 13 de setembro de 2021, presencialmente no NUPE, com duração aproximada de 1 hora e meia. Já a entrevista com André Luiz Campos Nunes, terapeuta ocupacional, ex-coordenador do NUPE e igualmente integrante do CUPINS quando da sua fundação, ocorreu em 17 de setembro de 2021, de forma remota pela plataforma *Google Meet*, com duração aproximada de 1 hora e meia. A pesquisadora enviou antes da realização da entrevista o TCLE para ambos e um roteiro de perguntas abertas. Ambos entrevistados autorizaram a gravação das entrevistas e o uso de seus nomes verdadeiros.

Já sobre a inserção etnográfica no campo, indicamos que se deu de maneira “multissituada” como apontamos acima, ocorrendo em diversos espaços da cidade, percorrendo os itinerários subjetivos dos CUPINS. Entretanto, a maior parte das idas a campo se deram no NUPE, no próprio espaço físico onde se localiza a oficina do CUPINS. O coletivo se encontra geralmente duas ou três vezes por semana, a depender da encomenda em que estiverem trabalhando. Há situações em que eles trabalham diariamente. À época da maior parte da pesquisa de campo¹¹¹, o coletivo era composto por André Bilha, Jorge Alcides, Marcelo Rosa, Matheus Abreu, Roberto Gonçalves, João

¹¹¹ Que se deu entre 2017 e 2018, sendo que em 2021 foram somente realizadas duas visitas e contatos via aplicativo de mensagens relacionados às entrevistas que seriam concedidas e em 2023 realizou-se apenas uma visita por ocasião da finalização da pesquisa.

Silva e Roseli Montanari, que é a psicóloga que coordena o coletivo como já mencionamos. Todos os integrantes aceitaram participar da pesquisa mediante assinatura do TCLE.

André Nunes, embora não seja mais coordenador do NUPE, continua fazendo parte do coletivo, estando somente algumas vezes presente, ajudando em algumas encomendas e, principalmente na gestão das páginas eletrônicas. Durante o período da pesquisa aconteceu uma grande perda, o Jorge teve um problema de saúde repentino e faleceu, portanto, não faz mais parte do empreendimento.

Sobre as fotografias, foram tiradas pela pesquisadora mediante consentimento dos participantes e, em relação ao espaço físico, mediante autorização da coordenadora do serviço. Algumas imagens e fotografias foram também cedidas, especialmente pela coordenação do serviço, por André e Roseli.

Por fim, indicamos que tivemos contato, além dos CUPINS, com a totalidade da equipe técnica do serviço, descrita no capítulo seguinte no item que apresenta o NUPE. Esses contatos se deram em conversas no cotidiano, por aplicativos de mensagens e também se deram com inúmeros participantes de outras oficinas e de outros serviços de Santo André e também de outras cidades, em todos os espaços que circulamos acompanhando os CUPINS. Tais encontros e trajetórias de cada ida a campo, contato com cada pessoa, com cada espaço, e também aquilo que atravessa subjetivamente a pesquisadora, são descritos de forma pormenorizada no diário de campo, servindo de base para a composição das crônicas no próximo capítulo e para a caracterização do campo.

Finalmente, partimos rumo à Santo André e ao CUPINS!

5. Tessitura subjetiva: uma experiência entre saúde mental e economia solidária em Santo André

Neste momento, caminhamos para o capítulo da tese no qual pretendemos nos lançar ao desafio de relatar nossa incursão no campo. Em um primeiro momento, apresentaremos nosso local de pesquisa e seus contextos espaciais e organizacionais, desde a cidade de Santo André, município metropolitano de São Paulo, contando um pouco de sua história até chegarmos a RAPS andreense e ao NUPE, nos aproximando mais do coletivo CUPINS. Nesse sentido, apresentamos uma breve história da cidade de Santo André como integrante da conhecida região do ABC paulista, zona de industrialização e palco de lutas e movimentos sociais diversos, entre eles os movimentos sindicais e operários. Em seguida, apresentaremos a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no município, descrevendo brevemente seu processo de construção a partir da Luta Antimanicomial na região.

Por fim, realizaremos a apresentação das experiências produzidas em campo por meio da escrita de crônicas relatando o cotidiano de coabitação e convivência entre a pesquisadora e seus interlocutores, apontando aí a possibilidade de atitudes críticas como práticas de liberdade e, conseqüentemente, de resistência. Nesse ponto se concentra a tentativa de apresentar uma escrita que seja etnocartográfica, compartilhando a experiência em campo e, ao mesmo tempo, desemaranhando as linhas presentes nos dispositivos, narrando em formato rizomático e que produz subjetividades heterotópicas. A escrita da parte da história do campo, bem como o relato da experiência em formato de crônicas, se concentra em narrativas que aproximam a escrita científica da arte e da literatura, ora ciência, ora literatura (mas sempre fiéis às vivências desses personagens concretos), de modo que efetuamos a análise propriamente dita somente ao final, retomando o arcabouço teórico nas (in)conclusões acerca da pesquisa.

5.1. Santo André histórica, operária e resistente

O município de Santo André é um dos municípios integrantes da região metropolitana de São Paulo, conhecida como Grande São Paulo, a 18 km da capital paulista. Faz parte do chamado ABC paulista, que contempla sete municípios, sendo conhecido também pela sigla ABCDMRR, correspondente às cidades de Santo André,

São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Riacho Grande. Santo André está localizada entre o Planalto Paulista e a escarpa da Serra do Mar, possuindo uma área de 174,38 km², ou 0,07 % do Estado de São Paulo (PSA, 2016). A população estimada em 2021 é de 723.889 pessoas, sendo que no último Censo de 2010 foram contabilizados 676.407 habitantes no município (IBGE¹¹², 2018).

Figura 1 - Mapa da localização de Santo André no estado de São Paulo



Fonte: Adaptado pela pesquisadora de PSA (2016, p. 6).

Santo André comemorou 470 anos de história em 8 de abril de 2023. Tradicionalmente, a origem da cidade é vinculada a vila quinhentista chamada Santo André da Borda do Campo, fundada em 1553, tendo sua história passado por diversas modificações que construíram sua identidade até os dias atuais. Apresentamos um pouco mais a respeito dessa construção a seguir.

5.1.1. Breve história andreense¹¹³

A história de Santo André começa no Brasil Colonial. A iniciativa da construção de vilas no litoral brasileiro partiu da preocupação dos colonizadores portugueses em

¹¹² Disponível em: https://web.santoandre.sp.gov.br/arquivos/guia_da_saUde_-_25-04-2023_25032031.pdf, acesso em 04 de junho de 2023.

¹¹³ Grande parte desse tópico foi redigida tendo como base a história da cidade narrada no site da Prefeitura Municipal de Santo André (<https://web.santoandre.sp.gov.br/portal/servicos/1001/historia-de-santo-andre/>) e também no site do IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santo-andre/historico>), ambos acessados em 03 de junho de 2023. Além disso, consultamos a reportagem de autoria de Odair Junior para o site *ABC agora* por ocasião do aniversário dos 470 anos da cidade, disponível em: <https://www.abcagora.com.br/santo-andre-470-anos-de-sua-riqueza-cultural-e-economica/>, acesso em 03 de junho de 2023. Trouxemos também outros escritos de pesquisadores que escreveram artigos, dissertações e teses apresentando a história da cidade e quando estes forem utilizados, faremos referência. O restante do texto sem referência explícita diz respeito a essas fontes de dados secundários colhidos dos endereços eletrônicos acima apontados.

defender as terras de possíveis invasões de franceses e holandeses, que não compartilhavam da divisão expressa no Tratado de Tordesilhas¹¹⁴ da América do Sul, parte da terra do Novo Mundo, “descoberto” por espanhóis e portugueses. Após vários ataques, Portugal intensificou a colonização das costas brasileiras e foram enviadas, pelo rei Dom João III, algumas pessoas com o intuito de fundar vilas e fortes no litoral.

Nessa história surge a figura de João Ramalho, português que representava uma porta de entrada para o contato com os indígenas e para a colonização, uma vez que foi um dos que conseguia estabelecer relação com algumas tribos. Durante muitos anos, esse português solicitou que o local onde habitava, acima da Serra do Mar, fosse transformado em vila, tendo suas repetidas petições negadas, uma vez que o interesse de Portugal era defender o litoral povoando-o e, portanto, não tinha interesses imediatos no interior. Apenas em 8 de abril de 1553 seu pedido foi atendido pelo Governador Geral, Tomé de Souza, criando a vila de Santo André da Borda do Campo. A busca de metais preciosos impulsionou as chamadas entradas para o interior e a vila foi se desenvolvendo, tendo os jesuítas, inicialmente instalados em São Vicente, interesse em transferir seu colégio para os campos de Piratininga, próximos dessa região, o que ocorreu em 25 de janeiro de 1554, com a criação da Aldeia de São Paulo de Piratininga.

Em 1560, diante de dificuldades de subsistência e proteção, a vila de Santo André da Borda do Campo foi transferida para São Paulo de Piratininga através de proposta do Padre Manoel da Nóbrega ao Governador Geral Mem de Sá. A vila deixou de existir enquanto unidade administrativa, tornando-se um bairro de São Paulo, passando por um período de estagnação, momento em que se fixou como local de passagem entre o Porto de Santos, a capital e o interior. Segundo Perez (2010), essa vila de Santo André da Borda do Campo é tida como referência de origem para a cidade atual, o que é motivado pela disputa de qual seria a mais antiga referência no período da América portuguesa. A autora indica que há, inclusive, uma polêmica entre os autores da historiografia andreense e os da capital paulistana para que se defina qual das duas cidades é a mais antiga, o que marcaria, dessa forma, o início da história de São Paulo e do Brasil. Entretanto, há poucas

¹¹⁴ “O Tratado de Tordesilhas foi um acordo feito entre os reinos de Portugal e Espanha, em 7 de junho de 1494, que definiu os limites das áreas de exploração entre ambos na América do Sul”. Recuperado de: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/tratado-de-tordesilhas.htm>, acesso em 05 de junho de 2023.

fontes restantes relacionadas à essa vila de Santo André da Borda do Campo, o que mantém a polêmica até os dias atuais.

No ano seguinte, em 1561, grande parte das terras da vila foi concedida como sesmária a Amador de Medeiros, ouvidor da Capitania de São Vicente. Uma grande medida dessa sesmária foi repassada em 1637 à Ordem de São Bento, formando-se ali a Fazenda São Bernardo, área atualmente ocupada majoritariamente pelo município de São Bernardo do Campo. A Fazenda São Caetano, outra área importante de domínio dos beneditinos, foi doada à Ordem em 1631 pelo Capitão Duarte Machado e a esposa, Joana Sobrinha. A atividade econômica nesse período ficava restrita à subsistência local e à locação de pastagens para as tropas de bandeirantes, sendo que as duas fazendas dos beneditinos tinham atividades mais regulares. A fazenda São Bernardo era destinada à produção de gêneros alimentícios e a São Caetano, à produção de tijolos e artefatos de cerâmica. Tais fazendas ficaram sob domínio dos beneditinos até 1870, quando foram compradas pelo Estado para criação de colônias de imigrantes, o que deu origem posteriormente ao desenvolvimento urbano e à criação das cidades de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, respectivamente.

Em meados do século XIX, houve dois fatores importantes que alavancaram o contexto da modernização da região. Octaviano Armando Gaiarsa¹¹⁵, filho de italianos que chegaram à cidade no final do século XIX e nascido no então distrito de Santo André, escreveu alguns livros que constroem narrativas de uma memória gloriosa da cidade. Em um dos livros, afirma que a vila de Santo André da Borda do Campo teria adormecido por três séculos, e nesse período do século XIX Santo André, “qual Fênix ressurgida das cinzas, desperta lentamente, estendendo suas asas e iniciando um voo com os olhos para o infinito” (Gaiarsa, 1991, p. 25). O primeiro dos fatores para esse “despertar” foi a instalação da ferrovia *São Paulo Railway* nas proximidades do Rio Tamanduateí. O objetivo do empreendimento ferroviário era melhorar o transporte de produtos agrícolas do interior para o Porto de Santos, especialmente o café que começava a ser produzido em grande escala na província de São Paulo. O segundo fator importante que favoreceu

¹¹⁵ Octaviano Armando Gaiarsa teria dedicado sua vida à medicina e a outras importantes atividades em Santo André, entre elas atuando como vereador entre 1948 e 1951 e, posteriormente, integrando o quadro de funcionários da Prefeitura, atuando nas áreas da Saúde e da Assistência Social até 1974. O museu da cidade recebeu seu nome como reconhecimento ao legado e dedicação do médico a Santo André. Disponível em: <https://abcreporter.com.br/2021/02/17/museu-de-santo-andre-recebe-doacao-de-objetos-do-dr-octaviano-armando-gaiarsa/> e <https://www3.santoandre.sp.gov.br/turismosantoandre/museu-octaviano-gaiarsa/>, acesso em 04 de junho de 2023.

o desenvolvimento e adensamento populacional da região foi a chegada da energia elétrica em 1899 e a posterior ampliação da distribuição com a construção da Represa Billings, inundada pela primeira vez em 1927.

A empresa *Light & Power*, com sua usina geradora instalada próxima à Serra do Mar, enviava pouca energia aos povoados já existentes. Coube a A. W. Billings o trabalho de compreender a região e as oportunidades que ali existiam, a partir de sua topografia, para construir uma represa que fornecesse energia em grande quantidade, sendo esse sistema existente até hoje (Farias, 2018, p. 3).

A vila inglesa de Paranapiacaba¹¹⁶, construída nesse contexto do século XIX, é um dos pontos turísticos mais conhecidos da cidade de Santo André, sendo um patrimônio histórico que abriga a ferrovia que ligava o porto de Santos à cidade de São Paulo, tendo assim grande importância também para a construção da capital do Estado. A vila de Paranapiacaba¹¹⁷, localizada a cerca de 30 km do centro da cidade de Santo André, foi construída para abrigar os funcionários da construção da *São Paulo Railway*, estrada de ferro Santos-Jundiaí, iniciada em 1860.

No ano de 1889, foi oficialmente criado o município de São Bernardo do Campo, nascendo sob forte marca da industrialização que obtinha grande parte da mão de obra dos imigrantes ali residentes. Nessa época, o município abrangia toda a região do Grande ABC. A produção industrial da região era predominantemente química, têxtil e de móveis, caracterizando-se por um misto de produção industrial e artesanal. Além das indústrias, iam surgindo pequenos negócios tais como sapatarias, barbearias, restaurantes, pensões e funilarias para atender à população local, dando maiores ares de urbanidade à região. É nesse contexto que ressurge o termo Santo André para nomear o distrito criado em 1910 próximo à estação ferroviária.

Já na década de 1930, o distrito de Santo André abrigava várias indústrias importantes e tinha alguns políticos influentes entre seus moradores, o que levou à

¹¹⁶ Disponível em: <https://www3.santoandre.sp.gov.br/turismosantoandre/vila-ferroviaria-paranapiacaba/>, acesso em 03 de junho de 2023.

¹¹⁷ Além da relevância histórica visivelmente presente na preservação da arquitetura característica da época, o vilarejo abriga a preservação do acervo histórico-cultural, arquitetônico, industrial, tecnológico e ambiental, sendo tombado pelos conselhos de patrimônio federal, estadual e municipal. Este pequeno vilarejo incrustado no Alto da Serra Mar, rodeado pela Mata Atlântica, conta com belezas naturais de cachoeiras e trilhas ecológicas, sendo um destino muito procurado pelo Turismo Ecológico. Recebe mais de 250 mil visitantes por ano em diversos eventos tradicionais como o *Festival de Inverno de Paranapiacaba*, que está em sua 22ª edição no ano de 2023 e a *Convenção de Bruxas e Magos de Paranapiacaba*, em sua 18ª edição neste mesmo ano.

transferência da sede do município de São Bernardo para o distrito de Santo André em 1938. Assim, toda a região do Grande ABC – composta pelos distritos de Santo André (distrito Sede), São Caetano, São Bernardo, Mauá, Ribeirão Pires e Paranapiacaba – passou a ser denominada de Santo André (Silva, 2019). Perez (2010), ao estudar o início da história da memória de Santo André, indica que há um uso político¹¹⁸ da memória e da narrativa à época da mudança da sede, quando historiadores e escritores da nova cidade retomaram a figura de João Ramalho para narrar uma origem gloriosa da cidade, que remete ao período colonial e à criação da vila quinhentista pelo maior ancestral dos paulistas. A existência da cidade atual passava então a ser garantida gloriosamente através desse passado histórico.

Assim, no caso de Santo André, a elite, vitoriosa com a mudança da sede do município, passou a se preocupar em construir sua versão a respeito da fundação da cidade, criando uma continuidade com a vila de Santo André da Borda do Campo, de cujo nome apropriou-se, por meio da solidificação de determinada memória a respeito da origem, justificando sua existência e inventando, dessa forma, um passado heroico (Perez, 2010, p. 25).

Em 1940, movimentos emancipacionistas foram iniciados e aos poucos os distritos foram se tornando municípios. Em 1945 São Bernardo do Campo se tornou município; em 1948 foi São Caetano do Sul; em 1954, Mauá e Ribeirão Pires; em 1958 Diadema; e, por último, em 1963 Rio Grande da Serra (Silva, 2019). Santo André então, até os dias atuais, preservou os distritos Sede, Capuava e Paranapiacaba, da época. De acordo com pesquisa realizada por Henna (2005), os municípios da “região do ABC” (as sete cidades, ABCDMRR) se originaram de uma nucleação comum que teria gerado uma identidade compartilhada, cuja intenção era a de fazer frente ao poder da capital paulista. Segundo a socióloga Matilde Melo (2001), a expansão da região do ABC sempre se deu em uma relação de interdependência com a capital, inicialmente sendo compreendida como subúrbio rural, depois como subúrbio industrial e, posteriormente, até os dias atuais, como periferia metropolitana.

Seguindo para a década de 1950, houve investimentos estatais e de capital estrangeiro na região dos municípios que proporcionaram o crescimento dos setores automobilístico, mecânico, metalúrgico e de materiais elétricos. Houve então a

¹¹⁸ Perez afirma: “No século XX, a história da vila e da cidade de Santo André foi construída pelos ‘homens bons’, os de ‘sangue limpo’, que não exerciam ofícios mecânicos. Foram eles que definiram os lugares de cada um e a imagem a ser construída da cidade” (2010, p. 114). Para mais detalhes dessa discussão, ver: Perez, Sandra (2010). *Santo André: A invenção da cidade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

especialização de mão de obra com a incrementação de máquinas mais modernas e produtivas, e, assim, a mão de obra se especializou abrindo ainda mais postos de trabalho na região. Avançando para o período denominado “milagre econômico” na década de 1970, houve uma expansão significativa das indústrias e conseqüentemente do contingente de trabalhadores, concentrando-se na Grande São Paulo.

Com a abertura de novos postos de trabalho, a população da região cresceu em 100%, de 499.398 para 988.677 habitantes [...]. [...] nesse período o movimento de trabalhadores ampliou-se, ganhando visibilidade no final dos anos 1970, com as greves e movimentos de contestação à ditadura militar, passando a fazer parte da identidade regional (Henna, 2005, p. 17).

É importante também apontar alguns acontecimentos significativos no campo da política a partir da década de 1970 na cidade de Santo André. De acordo com a pesquisadora Cunha (2002), o crescimento acelerado da cidade, sobretudo a partir dos anos de 1960, não foi acompanhado de políticas urbanas que visassem assistir toda a população, tendo como um dos resultados da falta de planejamento, um crescente número de favelas e assentamentos irregulares. Em 1992, havia 94 favelas e assentamentos na cidade, subindo para o número de 137 em 1997, estimando-se que, à época da pesquisa realizada por Cunha em 2002, 120 mil pessoas, que representavam 18,5% da população da cidade, moravam em favelas.

Cunha (2002) indica que a vida político-partidária e a história da organização social do município de Santo André, e do Grande ABC de forma mais ampla, são marcadas pela presença de líderes políticos locais e determinadas por pequenas oligarquias. Em 1984, Sadek (1984) escreve sobre o período do bipartidarismo de Santo André como maior colégio eleitoral do Estado, caracterizado por pleitos sempre competitivos e animados por rixas locais e nomes conhecidos no município. Desde os anos de 1970, a maioria dos municípios do Grande ABC apresentava esse mesmo crescente perfil oposicionista. “A partir da segunda metade da década de 1970, os movimentos populares e sindicais passam a se reorganizar. No Grande ABC, sociedades de amigos de bairros tornam-se mais combativas às relações de clientelismo com o poder público e organizações sindicais de postura crítica ao sindicalismo vinculado ao Estado começam a se fortalecer” (Cunha, 2002, p. 84).

No ano de 1974, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) vence a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) em vários Estados do Brasil, e a oposição ultrapassa o

governo em número de votos para deputados estaduais e federais em São Paulo. O ABC se destaca em relação à diferença percentual da oposição, tendo o MDB recebido mais de 75 % dos votos na região. Nesse mesmo ano é realizado o *1º Congresso dos Metalúrgicos do ABC* e crescem os movimentos de mobilização operária até a ocorrência da primeira onda de greves, iniciada em maio de 1978 na Scania, que logo se alastrou por outras fábricas da região, atingindo posteriormente outras localidades do Estado, estendendo-se até julho daquele ano. Em março do ano seguinte, 1979, acontece o segundo ciclo de greves na região, considerado mais combativo e organizado. “A greve assume maior significado político e contribui para que em São Bernardo comece um movimento para a criação de um novo partido, capaz de representar diretamente a classe trabalhadora – o que o MDB não conseguia” (Cunha, 2002, p. 94).

A partir dos anos de 1980, há uma guinada importante dos movimentos de esquerda na região, o que acaba por conferir um caráter mais ideológico aos pleitos eleitorais, embora a popularidades dos candidatos, sobretudo ao Executivo municipal, continuasse a ser um fator importante para a eleição. Nesse mesmo ano é fundado o PT (Partido dos Trabalhadores), ganhando força e agregando os movimentos populares, organizações sociais e intelectuais de esquerda, sendo oficializada sua fundação somente no ano de 1982. Tendo havido prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores eleitos em 1976 por conta de decisão tomada pelo Congresso Nacional às vésperas da eleição de 1980, em 1982 Celso Daniel concorre pela primeira vez ao cargo de prefeito da cidade de Santo André pelo PT, alcançando 25,93% dos votos, perdendo a eleição para o ex-prefeito Newton Brandão, candidato pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) na época, que ganhou com 32,08% dos votos. O resultado dessas eleições municipais surpreendeu negativamente a esquerda do ABC que esperava que o PT saísse muito mais vitorioso, sobretudo em São Bernardo do Campo, berço do movimento sindical. Porém, o PT só conseguiu chegar ao poder municipal em Diadema naquela eleição, sendo uma das primeiras gestões municipais de sua história (Cunha, 2002).

Nessa década de 1980, o ritmo da industrialização decresceu significativamente, culminando em um momento de recessão que se estendeu até os anos de 1990. Segundo Ribeiro Junior (2008), a vocação de polo industrial no Grande ABC permaneceu até esse período, quando se deu um processo de “desindustrialização” em que a região começou a passar por um período de reestruturação produtiva. Com incentivos fiscais advindos do Estado para instalação de indústrias em outras áreas que não o ABC, somando-se às

crecentes dificuldades de transporte e o custo de mão de obra, o ABC e em especial a cidade de Santo André, perdeu várias indústrias. Além disso, Armelini (2008) indica que as greves e as exigências promovidas pelos movimentos sindicais que atravessavam o ritmo da produção industrial e a abertura da economia ao capital externo que favorecia a compra de produtos do exterior, foram outros fatores que contribuíram para a desaceleração industrial da região do Grande ABC.

Essas mudanças já foram interpretadas de diferentes ângulos e envolvem fatores amplamente discutidos, entre eles: os processos de reestruturação produtiva derivados das inovações tecnológicas da “terceira revolução industrial”, a aceleração do processo de abertura comercial, e o chamado “custo ABC” (alto custo de terrenos e tributos, acirrado pela guerra fiscal entre municípios; saturação da infra-estrutura de transportes e energia; e, para alguns, alta mobilização sindical, o que elevaria os salários) (Cunha, 2002, p. 92).

Voltando ao campo político-partidário, em 1988 tivemos a primeira onda das gestões petistas na região do ABC, quando o PT saiu vitorioso em Santo André elegendo Celso Daniel, que obteve 49,59% dos votos. No contexto econômico, Ribeiro Junior (2008) aponta que a população economicamente produtiva à época migrou do setor industrial para os setores do comércio e de serviços, o que vem se mantendo até os dias atuais. “Uma resposta a esses problemas foi a formação do Consórcio ABC¹¹⁹, a partir de 1990, com ações e programas que tinham por objetivo alavancar a economia da região e promover melhorias em outros setores, como educação, saúde e transportes, também afetados pela crise econômica” (Farias, 2018, p. 4).

Nas eleições seguintes, no ano de 1992, o PT não elegeu José Cicote, vice-prefeito da gestão de Celso Daniel, como seu sucessor e o ex-prefeito Newton Brandão assumiu mais uma vez. A derrota é atribuída por analistas e militantes às divisões internas do próprio partido. Celso Daniel concorre então como deputado federal, sendo eleito o deputado federal mais votado do município de Santo André no ano de 1994, votos que contabilizaram quase a totalidade dos recebidos por ele. Entretanto, Daniel exerce apenas dois anos de mandato, renunciando para concorrer às eleições municipais de 1996 novamente em Santo André, sendo eleito em primeiro turno para sua segunda gestão

¹¹⁹ “O Consórcio Intermunicipal Grande ABC reúne os municípios do Grande ABC para o planejamento, a articulação e definição de ações de caráter regional. A entidade foi fundada em 1990 por Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra”. Recuperado de: <https://www.consorcioabc.sp.gov.br/pagina/81/o-consorcio>, acesso em 03 de junho de 2023. O Consórcio foi um projeto que teve entre seus idealizadores Celso Daniel, que foi o primeiro presidente da entidade regional e teve ao todo três mandatos: 1991, 1992 e 1995. Disponível em: <https://www.consorcioabc.sp.gov.br/consorcio/galeria-presidente>, acesso em 03 de junho de 2023.

como prefeito do município. Partidos de orientação progressista como o próprio PT, além do PSB (Partido Socialista Brasileiro) e do PPS (Partido Popular Socialista) são eleitos nessa mesma eleição em outros municípios do ABC. No ano 2000, Celso Daniel se reelege para a terceira gestão como prefeito em Santo André, tendo recebido mais de 70% dos votos válidos, elegendo também a maior bancada de vereadores do PT na cidade, um número de 9 vereadores entre os 21 eleitos. Em Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, nessa eleição do ano 2000, também foram eleitos prefeitos do PT (Cunha, 2002).

Essa incursão sobre a orientação político-partidária da região e, principalmente, da cidade de Santo André é de extrema importância para entendermos o contexto da Economia Solidária e da Rede de Atenção Psicossocial na cidade. A criação do PT e as gestões petistas na região, em especial as de Celso Daniel em Santo André, trouxeram mudanças na maneira de conduzir a gestão municipal e no modo de fazer política, mudanças que foram significativas no âmbito local em diversas áreas, aliadas às mudanças ocorridas em larga escala no país que passava pelo período de redemocratização. Indicando essa importância, Perez (2010) aponta, por exemplo, que é somente em 1991, com a primeira vitória de Celso Daniel, que surge uma preocupação da gestão municipal com a preservação e construção da história da cidade e de sua identidade. Já Farias (2018) aponta que a preocupação com a preservação do patrimônio da cidade também só ocorre após a eleição de Celso Daniel. Também Armelini (2008) indica que a política cultural em Santo André é implantada pela primeira gestão municipal petista na cidade, que adota uma postura de questionamento das práticas culturais excludentes. Cunha (2002), por sua vez, aponta que compreender o “modo petista de governar em Santo André” (p. 97) é crucial para a percepção da superação da oligarquia presente na região, e do fortalecimento de um caráter democrático e popular de gestão das cidades.

Apesar das especificidades locais, o chamado *modo petista de governar* passou a ser orientado por diretrizes gerais comumente traduzidas pelo binômio *inversão de prioridades – participação popular*: a primeira refere-se aos esforços para redirecionar as ações governamentais de modo a atender prioritariamente às necessidades dos setores da população mais carentes dos serviços públicos, sobretudo nas áreas sociais; a segunda, associada à implantação de espaços de participação dos cidadãos na gestão dos assuntos públicos, começou com os conselhos populares e evoluiu para a institucionalização de conselhos de políticas públicas, fóruns temáticos, conselhos gestores das unidades prestadoras de serviços (escolas, centros de saúde etc.) e modelos de co-gestão do orçamento municipal, como o *orçamento participativo* (OP) (Cunha, 2002, p. 98, grifos da autora).

Ainda segundo Cunha (2002), ao lado dos temas de aperfeiçoamento das formas de participação popular e do aprofundamento da reforma administrativa, um dos principais temas da nova agenda de gestão implantada por Celso Daniel era o *desenvolvimento econômico local* e a *geração de trabalho e renda*. Para ele, a atuação com esse fim deveria ser orientada por princípios governamentais democráticos e populares, contrariando as propostas de inspiração na competitividade individualista e na busca de redução dos custos por meio da redução dos direitos trabalhistas. Além de políticas compensatórias e setoriais que fossem voltadas para a geração de trabalho e renda, tais como políticas de formação profissional e de incentivos fiscais, Celso Daniel defendia a formulação e a implementação de um *modelo de desenvolvimento local* com características que ultrapassassem o clientelismo e a produção de um estilo de desenvolvimento excludente. Vejamos as próprias palavras de Daniel sobre a superação das políticas compensatórias em direção a um modelo de desenvolvimento local do ponto de vista democrático e popular:

Ela supõe a formulação e implementação de um modelo de desenvolvimento local capaz de envolver a dinâmica da economia regional de maneira integrada, baseado em valores e referências voltados ao fortalecimento da cidadania e empunhado por um bloco social e político comprometido com sua colocação em prática. Nesse sentido, destaca-se, em primeiro lugar, o princípio da cooperação entre os tomadores de decisão públicos e privados (por *oposição ao individualismo*). [...] Em outras palavras, o enraizamento do princípio da *cooperação*, e portanto da *solidariedade*, permite apontar para o amadurecimento de uma comunidade cívica irradiadora de um estilo de cultura democrática muito sintonizada com as características de um país em que são tão fortes as relações pessoais. Ressalte-se, ainda, que seus desdobramentos alcançam muito além das políticas aplicadas apenas no âmbito do governo local, à medida que envolvam transformações no nível do Estado, da sociedade e da relação entre eles (Daniel, 2002, pp. 198-199, grifo nosso).

Retomando Cunha (2002), uma das características fundamentais desse modelo defendido por Daniel é o foco na pequena e microeconomia local, o que inclui o fortalecimento da *Economia Solidária*, termo ao qual o governo de Santo André também aderiu com Celso Daniel. Entre os exemplos de desenvolvimento local tomados como modelos pelo prefeito, há a experiência da terceira Itália, que alcançou índices positivos de distribuição social e desenvolvimento econômico em um quadro de extrema adversidade macroeconômica. O modelo italiano era baseado na ênfase em pequenos empreendimentos locais, incluindo cooperativas, contando com o apoio de agências de desenvolvimento que foram criadas através de parcerias entre a sociedade e o governo.

Nos primeiros meses do ano de 1997, quando começava a segunda gestão do PT em Santo André, começava a ser elaborada a proposta de uma incubadora de cooperativas

por iniciativa do DEGER (Departamento de Geração de Emprego e Renda) da PMSA. A compreensão de que as políticas de geração de trabalho e renda deveriam compreender muito mais do que cursos profissionalizantes e ofertas de crédito teve como resultado o início de discussões sobre associativismo e cooperativismo no município, que deram origem ao programa *Incubadora de Cooperativas*¹²⁰, em parceria com o *Centro Universitário Fundação Santo André*¹²¹ (CUFSA), que ofertava formação e prestava assessoria a grupos que estavam se tornando cooperativas. “A Prefeitura de Santo André foi uma das primeiras administrações locais a colocar o tema da economia solidária na agenda de políticas públicas e a implantação do programa Incubadora de Cooperativas pode ser considerada como conquista importante para o movimento de construção da economia solidária” (Cunha, 2002, p. 152).

As gestões de Celso Daniel – engenheiro civil de formação e professor de administração pública na FGV (Fundação Getúlio Vargas) e de economia na PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) – na Prefeitura de Santo André se orientaram por um discurso político coerente e comprometido com o ideário socialista e democrático de seu partido. “Para Celso Daniel, a administração pública deve incluir a política. Política enquanto exercício do diálogo e da negociação, em busca do interesse coletivo” (Farah, 2002, p. 111). Em 2001, Daniel foi escolhido como coordenador do programa de governo do PT para as eleições presidenciais de 2002, mas essa tarefa foi interrompida, assim como sua terceira gestão na PMSA, de forma brusca e violenta por conta de seu sequestro, seguido de tortura e assassinato em 18 de janeiro de 2002, crime julgado como crime comum¹²², mas que muitos – principalmente opositores de seu

¹²⁰ Optamos por não nos aprofundar em todo o processo que se deu antes, durante e depois do estabelecimento da *Incubadora de Cooperativas* em Santo André por estender em muito a breve discussão que aqui apresentamos sobre a história da cidade. Porém, para que o leitor conheça mais profundamente tais processos, indicamos a pesquisa de Gabriela Cavalcanti Cunha, aqui já algumas vezes referenciada: Cunha, Gabriela Cavalcanti (2002). *Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura de Santo André, SP*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo.

¹²¹ O CUFSA ou, como é mais conhecido, a Fundação Santo André, é uma instituição de caráter público e de direito privado criada em 1962 por meio da Lei Municipal nº 1.840, da Prefeitura de Santo André. Disponível em: <https://www.fsa.br/fundacao-santo-andre/>, acesso em 04 de junho de 2023. Além disso, cabe sinalizar um adendo à título de curiosidade e indicação de pertencimento, que a “Fundação” é o local onde a pesquisadora da presente tese se formou psicóloga em 2016.

¹²² “É fácil fazer teoria da conspiração, mas a morte de Celso Daniel não foi política” disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/02/politica/1459619861_766410.html, acesso em 03 de junho de 2023.

partido – defendem ter ocorrido por motivações políticas¹²³. Além do ex-prefeito, sete pessoas ligadas ao caso morreram¹²⁴. A investigação sobre o caso do assassinato de Celso Daniel foi encerrada¹²⁵ em março de 2022, pois o crime prescreveu¹²⁶.

Após a morte de Celso Daniel, crime de grande repercussão nacional, assumiu como prefeito de Santo André pela linha sucessória seu vice, João Avamileno, também do PT, sendo reeleito no pleito seguinte. Com a saída de Avamileno, em 2009 assumiu a prefeitura Aidan Ravin, do PTB. Na eleição seguinte, no ano de 2012, o PT vence e volta ao comando da prefeitura com Carlos Grana. Já em 2016, como desdobramento dos acontecimentos em nível nacional e da ascensão dos partidos de direita e extrema direita no comando do país nos distintos níveis de governo e a consequente crise e descredibilização da esquerda, chega ao governo municipal de Santo André o ex-vereador Paulo Serra. Andreense, havia sido eleito em 2004 pelo PFL (Partido da Frente Liberal¹²⁷) como o mais jovem vereador da cidade, e em 2016 chega ao cargo de prefeito da cidade pelo PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) com 78,21% dos votos. Serra é reeleito para um segundo mandato em 2020 que se encerrará em 2024¹²⁸.

Não entraremos em profundidade no apontamento de todas as reviravoltas políticas na cidade e na região do ABC diante das mudanças de gestão, uma vez que nos carecem fontes e espaço para tal. Assim, aqui decidimos encerrar a breve narrativa sobre

¹²³ “Para promotores e delegada, a morte de Celso Daniel foi encomendada” disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/456199/noticia.htm?sequence=1>, acesso em 03 de junho de 2023.

¹²⁴ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/todas-as-mortes-do-caso-celso-daniel/388465468>, acesso em 03 de junho de 2023.

¹²⁵ A despeito do encerramento das investigações sobre os possíveis mandantes do caso em março de 2022, rumores e acusações políticas continuam em curso, como a recente declaração do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, durante os debates para as eleições presidenciais em setembro de 2022, acusando o atual presidente, Lula, à época seu adversário de pleito presidencial, de ser um dos mandantes do crime. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-evoca-celso-daniel-em-debate-da-globo-e-tebet-rebate-te-falta-coragem-para-perguntar-a-lula/>, acesso em 03 de junho de 2023. Recentemente, em uma postagem em redes sociais em março de 2023, novamente o ex-presidente Bolsonaro trouxe o caso à tona, comparando a perseguição sofrida por ele e pelo ex-juiz Sérgio Moro, ao caso do assassinato de Celso Daniel, dizendo: “Em 2002, Celso Daniel, em 2018 Jair Bolsonaro e agora Sérgio Moro. Tudo não pode ser só coincidência. O Poder absoluto a qualquer preço sempre foi o objetivo da esquerda”. Recuperado de: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-reaparece-e-tenta-ligar-plano-contra-moro-a-celso-daniel-e-facada-de-2018/>, acesso em 03 de junho de 2023.

¹²⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/mp-concluiu-que-assassinato-de-celso-daniel-nao-foi-crime-comum>, acesso em 03 de junho de 2023.

¹²⁷ Que se tornou o DEM (Democratas) que se fundiu com o Partido Social Liberal (PSL) para formar o União Brasil (UNIÃO) no ano de 2022, disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Democratas_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Democratas_(Brasil)), acesso em 28 de julho de 2023.

¹²⁸ Disponível em: <https://web.santoandre.sp.gov.br/porta/galeria-de-prefeitos/>, acesso em de junho de 04 de junho de 2023.

a história de Santo André, dando destaque ao ponto de vista político e econômico, e partimos para apresentar o início da constituição da Rede de Atenção Psicossocial no município, no ano de 1998, durante a segunda gestão de Celso Daniel.

5.1.2. RAPS e o NUPE

Santo André conta atualmente com 60 estabelecimentos de saúde (IBGE, 2018), sendo que na área da Saúde Mental¹²⁹ a rede é composta por 5 Centros de Atenção Psicossocial, sendo 3 CAPS III adulto¹³⁰; 1 CAPS III AD adulto; 1 CAPS II infanto-juvenil; 1 emergência psiquiátrica no Centro Hospitalar Municipal; 1 equipe de Redução de Danos e Consultório na Rua; 1 HD (Hospital-Dia); 1 Núcleo de Projetos Especiais (oficina de geração de renda) e; 7 RT's (Residências Terapêuticas), a última sendo inaugurada em 2017¹³¹ e contando com mais 2 em processo de implantação; além da interação com demais serviços da rede de atenção primária, tais como o PSF (Programa Saúde da Família), entre outros (IBGE, 2018; PSA, 2019).

A Reforma Psiquiátrica no município de Santo André se iniciou bem antes da aprovação da lei federal nº 10.216/2001 e a cidade foi uma das primeiras no Brasil a estruturar uma Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) substitutiva aos hospitais psiquiátricos da cidade e a outros manicômios existentes nas cidades circunvizinhas (Nunes, 2014). Segundo pesquisa realizada por Henna et al. (2008) sobre a experiência da formalização da RAPS em Santo André, até o ano de 1987 o campo da Saúde Mental em Santo André era coberto com exclusividade pelos hospitais psiquiátricos de iniciativa privada, o Hospital Psiquiátrico Sanatório Palmares e a Clínica Psiquiátrica Borda do Campo, que fecharam nos anos de 1990 e 1999, respectivamente. A partir de 1987

¹²⁹ Disponível em: https://web.santoandre.sp.gov.br/arquivos/guia_da_saUde_-_25-04-2023_25032031.pdf, acesso em 04 de junho de 2023.

¹³⁰ Após recente inauguração, em dezembro de 2022, de novo prédio com 746 metros quadrados, o CAPS III Iana Profeta Ribeiro se tornou o maior CAPS da região do ABC. Disponível em: <https://www.abcdabc.com.br/santo-andre/noticia/santo-andre-entrega-maior-caps-abc-181347>, acesso em 04 de junho de 2023.

¹³¹ Ao entregar a sétima Residência Terapêutica, Santo André se tornou a primeira cidade a cumprir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2012 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Estado de São Paulo, União e municípios, que prevê a desospitalização de pessoas internadas em hospitais psiquiátricos na região de Sorocaba, onde há a maior concentração de manicômios do país. Disponível em: <https://web.santoandre.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/11581/santo-andre-abre-nova-residencia-terapeutica-e-se-torna-primeira-cidade-a-cumprir-tac-da-desospitalizacao>, acesso em 04 de junho de 2023.

iniciou-se a criação de três equipamentos de Saúde Mental no município pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo: um Ambulatório de Saúde Mental, uma equipe mínima de saúde mental no CSII (Centro de Saúde II) e um Hospital-Dia.

Seguindo, tendo como base os dados da pesquisa mencionada (Henna et al., 2008), com a eleição de Celso Daniel em 1988, os recursos disponíveis foram destinados majoritariamente para a área social, como vimos ser a sua concepção gestonária e de seu partido, sendo que na área da saúde o investimento cresceu 110,8%, passando de 6,5% em 1987 para 14,36% da totalidade orçamentária do município no ano de 1992. Daniel foi responsável pela implantação do SUS na cidade e no campo da saúde mental, os serviços passaram para a administração municipal, ampliando-se. Em sua gestão entre os anos de 1989 e 1992, Daniel implantou a Emergência Psiquiátrica no Hospital Municipal, instalou equipes mínimas de saúde mental em duas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos bairros de Santa Terezinha e Vila Luzita e também no Ambulatório Regional de Clínicas. Além disso, criou o Centro de Prevenção, Tratamento e Reabilitação do Alcoolismo (CPTRA). No campo da educação, instalou duas equipes de saúde mental nos 1º e 2º subdistritos, além de promover programas de atenção aos deficientes mentais e auditivos.

Em 1993, com o retorno de Newton Brandão do PTB à prefeitura, houve uma estagnação nos avanços que vinham acontecendo na gestão de Daniel. A visão isolacionista do “doente mental” voltou a ser preconizada e no período de 1993 a 1996, Santo André deteve o recorde de internações em leitos de longa duração no Grande ABC, e a emergência psiquiátrica do Hospital Municipal, criada por Daniel, funcionava na prática como a porta de entrada para os manicômios privados da região (Henna et al., 2008). O caráter crítico dessa situação impulsionou o fortalecimento da Associação José Martins de Araújo Júnior, criada em 1992, como a alternativa encontrada pelos usuários, familiares e trabalhadores da Saúde Mental para lutar em prol de condições mais humanizadas de tratamento e sobretudo de existência. Segundo Henna (2005) a criação da Associação foi noticiada no jornal da região, o *Diário do Grande ABC*: “Pacientes, familiares e profissionais em saúde fundaram em Santo André uma associação para apoiar o movimento de desintegração gradativa dos doentes mentais e a substituição dos manicômios por hospitais-dia, hospitais-noite e lares abrigados” (p. 79). De acordo com o estatuto citado por Henna (2005), as finalidades da Associação eram: “garantir os direitos constitucionais, individuais, coletivos e difusos e promover trabalhos de

assistência e integração a usuários, familiares e ex-usuários dos serviços de Saúde Mental, com duração indeterminada” (p. 79).

Com o retorno de Celso Daniel à gestão municipal em 1997, o prefeito promove uma articulação com os profissionais de Saúde Mental de Santos, convidando-os para auxiliar na implantação de um projeto de Saúde Mental que se baseasse nas prerrogativas antimanicomiais e de atenção psicossocial. A experiência de Santos é conhecida nacionalmente como sendo a primeira cidade do Brasil a fechar um manicômio e a implantar uma rede de serviços substitutiva a ele, que fosse pública e pela proximidade geográfica com o Grande ABC, muitos profissionais da Baixada Santista subiram a serra e vieram para Santo André colaborar na gestão petista de Celso Daniel.

A partir de 1997, o gestor que assumiu a Coordenação de Saúde Mental de Santo André veio da experiência de Santos, assim como muitos outros profissionais que migraram quando o Partido dos Trabalhadores perdeu a gestão daquela cidade. Esses profissionais trouxeram sua experiência, o que influenciou o município a seguir o modelo santista, que defendia a atenção nas 24 horas do dia nos serviços comunitários de saúde mental, responsabilizando-se por internações em momentos de “crise aguda”, pois, de outro modo seria muito difícil prescindir do hospital psiquiátrico (Henna, 2005, p. 96)

Celso Daniel estava visando com essa aproximação da experiência de Santos o fechamento da Clínica Psiquiátrica Borda do Campo, manicômio que ainda estava em funcionamento na cidade até 1999, como citamos acima. Santo André entra nesse período em gestão municipal plena do SUS, tornando-se responsável por repassar verbas ao manicômio e em 1998 os órgãos municipais Colegiado de Saúde Mental, Vigilância Sanitária e Conselho Municipal de Saúde realizaram uma vistoria na clínica. A partir dessa visita, os órgãos recomendam o fechamento da clínica, uma vez que ela não se adequava às normas da portaria conjunta nº 224/92¹³² da Secretaria Nacional de Assistência à Saúde (SAS) e do Ministério da Saúde (MS). Entretanto, a Secretaria não fecha o local e apenas emite uma orientação à diretoria da clínica de adequação à portaria, renovando seu convênio com o MS por mais um ano. A direção da clínica se posicionou recusando veementemente a atender às normativas expressas pela portaria o que iniciou o processo de fechamento do último manicômio da cidade (Henna et al., 2008).

Havia uma pressão popular sobre a Câmara dos Vereadores desde o ano de 1997, buscando a aprovação de uma lei municipal que criasse o Programa Municipal de Atenção

¹³² Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_224.pdf, acesso em 04 de junho de 2023.

Psicossocial, proibindo a subvenção para manicômios já existentes e para a criação de novos manicômios no município (Hanna et al., 2008). Cedendo à pressão popular de anos, no início do ano de 2001 a Câmara aprova a lei nº 8.162¹³³ que dispõe sobre a criação do Programa de Atenção à Saúde Mental para atendimento de pessoas com sofrimento mental. A lei foi sancionada pelo então prefeito Celso Daniel em 09 de janeiro de 2001, portanto alguns meses antes da publicação da lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001 (Brasil, 2001), conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica. Cabe ressaltar que na lei andreense lemos a instituição de uma “Rede de Atenção Psicossocial - RAP”, indicando os equipamentos que a comporiam, proibindo a construção e/ou a subvenção de qualquer natureza a entidades que mantivessem o caráter manicomial e asilar. Além disso, a lei estabelecia os serviços residenciais terapêuticos, já normatizados pelo MS no ano anterior, além de instituir tratamento ambulatorial para todos os casos.

Buscando atender às necessidades de habitação, lazer, trabalho e cultura, dispostas também na lei municipal de 2001, visando à reabilitação psicossocial, concretizou-se uma parceria com a organização não governamental (ONG) Associação De Volta Para Casa, que havia sido criada a partir da Associação José Martins de Araújo Júnior (Henna et al., 2008). A criação da ONG se deu mediante o convite da Secretaria Municipal de Saúde para que a Associação José Martins gerisse as Residências Terapêuticas da cidade. Entretanto, os integrantes dessa associação entenderam que assumir a gestão de projetos com financiamento público poderia levar a uma deturpação do caráter reivindicatório da associação, fazendo com que ela se desviasse de seu papel principal como movimento social. Então, os membros decidiram criar uma outra organização, a De Volta Para Casa em 2002, com novo estatuto que garantisse a parceria com a prefeitura e também a continuidade da luta social (Henna, 2005). Nesse contexto também foi criado importante marco da luta antimanicomial na cidade de Santo André, o *Jornal Vozes da Saúde Mental*.

O *Jornal Vozes da Saúde Mental* é um veículo de comunicação criado por usuários, familiares e trabalhadores da Saúde Mental da Associação José Martins de Araújo Júnior e Associação De Volta Para Casa. Recebe assessoria técnica do Núcleo de Jornalismo Social da Universidade Metodista de São Paulo e apoio de comerciantes, prefeituras e conselhos de classe para custear sua impressão. O principal objetivo do jornal é lutar pelo fim do preconceito contra a pessoa com transtornos mentais divulgando suas opiniões e produções artísticas, além de dicas sobre como conviver com o problema e onde obter tratamento em serviços comunitários de saúde mental. O jornal busca também estimular o tratamento humanizado, a melhoria da qualidade do

¹³³ Disponível em: <https://cm-santo-andre.jusbrasil.com.br/legislacao/699276/lei-8162-01>, acesso em 04 de junho de 2023.

atendimento nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) e no Sistema Único de Saúde (SUS) e, é claro, a superação do manicômio (Moro & Henna, 2014).

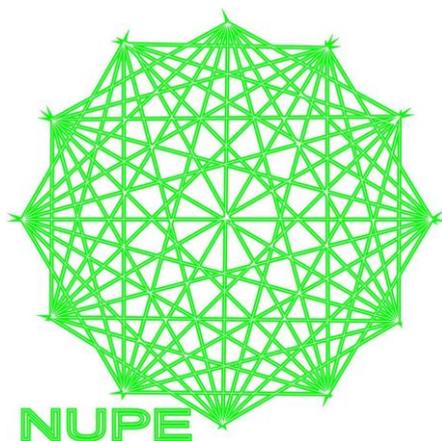
Seguindo nesse movimento de criação e formalização de novos serviços substitutos e de luta na cidade, surge o Núcleo de Projetos Especiais, o NUPE, visando à inserção no trabalho. “A estrutura física e os recursos humanos visam à promoção da reinserção sócio-educativo-comunitária e de trabalho e geração de renda aos usuários da Rede de Atenção Psicossocial do município de Santo André” (Henna et al., 2008, p. 22). O NUPE surgiu ainda em 1997, durante a montagem estratégica dos serviços da RAPS andreense, antes mesmo da aprovação das leis de 2001, municipal e federal, como um serviço complementar dentro da política pública de saúde mental em alternativa aos manicômios a partir da Reforma Psiquiátrica (Nunes, 2014; Pinho, 2015). O NUPE foi um dos primeiros serviços da rede a serem criados, e tem “como objetivo a promoção da inclusão social pelo trabalho criativo e solidário, como geração de renda, por meio de oficinas e grupos empreendedores compostos por usuários e familiares” (Nunes, 2014, p. 73), tornando-se referência para a região. André Luís Campos Nunes, terapeuta ocupacional, coordenador do NUPE até o ano de 2017 e um dos idealizadores do projeto desde o seu início, escreveu um capítulo chamado *E cá estamos no NUPE, nucleando projetos especiais* para o livro *Relatos de Experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde*, organizado por Pinho et al. (2014), com o intuito de apresentar o serviço. Ele afirma:

A partir de então, e até os dias atuais, nossa missão tem sido de: efetuar aberturas (via clínica ampliada) de novas práticas de reabilitação psicossocial por meio de estratégias e produções de geração de renda que visem garantir a construção do direito universal ao trabalho, enfrentar as situações de desemprego presente nos cotidianos dos usuários dos serviços substitutivos, diminuir o isolamento social, promover a afirmação dessa ferramenta rentável nas construções de projetos terapêuticos singulares, e ainda, buscar a inclusão participativa na vida social por meio da invenção de estratégias de organização comunitária fundamentais na luta contra os preconceitos e estigmas vividos por muitos (Nunes, 2014, p. 74).

Ainda segundo Nunes (2014), entre os anos de 1997 e 2012 mais de 815 usuários foram cadastrados e estiveram ativos no NUPE por pelo menos um período. O termo utilizado por Nunes (2014) para designar os participantes das oficinas é *usuário-trabalhador*. A escolha deste termo visa buscar respostas institucionais para as dúvidas relacionadas ao vínculo entre as figuras de trabalhador e de usuário do serviço. Segundo Pinho (2015), que desenvolveu uma pesquisa de mestrado sobre empreendimentos solidários em saúde mental e pesquisou no NUPE, posteriormente organizando o livro

em que Nunes (2014) colabora, a estruturação do serviço também foi inspirada na famosa experiência de Santos, visto que um dos profissionais atuantes no NUPE estava vindo daquela cidade.

Figura 2 - Logo do NUPE (Núcleo de Projetos Especiais) em Santo André, criado em 2014 remetendo a ideia de rede¹³⁴.



Fonte: <http://saudeecosol.org/2013/07/28/novo-logo-do-nupe-nucleo-de-projetos-especiais-santo-andre/>

Até o ano de 2017, ano em que iniciamos nossa pesquisa no campo, o NUPE atuou em dois espaços físicos diferentes: uma casa alugada e um barracão em um terreno da Prefeitura de Santo André. Naquele ano, o NUPE deixou a casa alugada e a partir de então todos os coletivos ocuparam o mesmo espaço do barracão, pertencente à Prefeitura Municipal de Santo André. De acordo com informações que coletamos durante o período da pesquisa, e corroboradas por aquilo que Pinho (2015) descreve em seu trabalho de mestrado, o NUPE sofre muitas influências diretas do poder público, estando à mercê do desejo dos administradores. O espaço está cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) desde 05 de junho de 2002 como clínica ou centro de especialidade, o que acaba por apontar a falta de base legal para iniciativas como essa no país, de acordo com a Política Nacional de Saúde Mental, pois as iniciativas de geração

¹³⁴ Na descrição da publicação da nova marca visual do NUPE lemos: “A nova marca simboliza a produção e união de múltiplos pontos numa forma onde esses se comunicam, tramam, articulam ponto a ponto nos fazendo lembrar o trabalho desenvolvido por fazedoras e fazedores de renda, num trabalho artesanal. Tecendo novos lugares e novos projetos de vida. A imagem também resgata nossa histórica aproximação entre arte e saúde brasileira, originada nos trabalhos desenvolvidos por Nise da Silveira e as Mandalas. Tramas, Mandalas e Redes ...” Recuperado de: <http://saudeecosol.org/2013/07/28/novo-logo-do-nupe-nucleo-de-projetos-especiais-santo-andre/>, acesso em 04 de junho de 2023.

de trabalho e renda no campo da Saúde Mental, como o NUPE, são cadastradas dessa mesma forma no CNES.

Figura 3 - Ficha de Identificação do NUPE no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)¹³⁵.

Identificação			
Nome	CNES	CNPJ	
NUCLEO DE PROJETOS ESPECIAIS SANTO ANDRE	0008869	---	
Nome Empresarial	Natureza Jurídica(Grupo)		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRE	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
Logradouro	Número	Complemento	
AVENIDA PINHAL	35		
Bairro	Município	UF	
CAMILOPOLIS	354780 - SANTO ANDRE	SP	
CEP	Telefone	Dependência	Regional de Saúde
09240-020	(11)4997-5067	MANTIDA	
Tipo de Estabelecimento	Subtipo de Estabelecimento	Gestão	
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	OUTROS	MUNICIPAL	

Fonte: <https://cnes.datasus.gov.br/>

Como o NUPE é legalmente uma clínica ou centro de especialidade, cabe à gestão municipal o tipo de serviço que ali é desenvolvido. Em outras palavras, caso o gestor deseje transformar o espaço em um centro de convivência ou em um espaço de atendimento clínico, poderá fazê-lo, além de outras dificuldades que a falta de uma legislação específica traz.

Desde a sua implantação o serviço é cadastrado como um ambulatório de saúde mental o que limita suas ações. Recebe um faturamento mínimo para os profissionais com nível superior de formação. Todas as outras produções dos arte-educadores e monitores de oficina não podem ser contabilizadas por não se enquadrarem nas funções específicas de um ambulatório de saúde mental. Por ser um serviço público é impedido de realizar a comercialização da produção em suas instalações. Devido a isso as mesmas se dão por meio de feiras itinerantes e eventos, o que limita a ampliação da geração de renda (Pinho, 2015, p.88).

Para participar do NUPE, o usuário deve estar inserido em algum serviço de Saúde Mental da cidade de Santo André. O encaminhamento para participação no serviço pode se dar por meio da Atenção Básica (Unidade Básica de Saúde ou Programa de Saúde da Família), pelos CAPS da cidade ou ainda por demanda espontânea. A partir disso, o usuário integrará a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e por meio de elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS) o técnico de referência verificará se há indicação para participar do programa de geração de renda. O NUPE contava à época da pesquisa com

¹³⁵ Disponível em <https://cnes.datasus.gov.br/>, acesso em 28 de maio de 2023.

cerca de 67 usuários-trabalhadores ativos que participavam de sete empreendimentos de geração de trabalho e renda nos moldes da Economia Solidária.

As oficinas de geração e trabalho e renda do NUPE são: *Refazer*, arte em madeira, que trabalha com marcenaria; *Belisc*, culinária; *Orquíflora*, cultivo de orquídeas, cactos e suculentas; *Panos & Linhas*, corte e costura; *UAU* (União de Aprendizagem da Unidade), fotografia, produção de imagens e aplicação em diversos materiais; *Arte e Aroma*¹³⁶, aromatizadores de ambientes e sabonetes e o *CUPINS* (Central Unida de Pessoas Inventando Novas Saídas), que trabalha com serigrafia e xilogravura e é o empreendimento onde realizamos nossa pesquisa. O coletivo de empreendimentos participa semanalmente de uma feira de artesanatos na Praça do Carmo, no centro de Santo André, além de manter uma barraca de pastéis fixada no CAPS III da Praça Chile, comandada pelo empreendimento *Belisc*. Participam também de outras feiras e eventos em serviços de saúde, universidades e outros espaços da cidade que acontecem periodicamente.

No ano de 2014 o NUPE foi convidado pela Universidade Federal do ABC, que possui dois *campi* na região, um em Santo André e outro em São Bernardo do Campo, a efetuar uma parceria com estudantes da universidade para juntarem-se ao programa da ONG mundial Enactus¹³⁷, compondo o time Enactus Brasil, como um dos “33 países ao redor do mundo que opera o programa Enactus, unindo estudantes, líderes executivos e líderes acadêmicos em rede para o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras com viés social, econômico e ambiental”¹³⁸. A Enactus é uma entidade estudantil presente no mundo todo que trabalha desenvolvendo projetos de empreendedorismo social em comunidades vulneráveis. A parceria com o NUPE foi a primeira do projeto Enactus da Universidade Federal do ABC, que trabalhou na construção do Projeto Teia de Trabalho¹³⁹, uma espécie de protooperativa social, junto com os empreendimentos do NUPE, planejando, oferecendo consultoria, capacitações e participando de editais.

¹³⁶ Atualmente, no ano de 2023, a oficina *Arte e Aroma* não está mais em funcionamento.

¹³⁷ Disponível em: <https://ufabcenactus.wixsite.com/enactus/time>, acesso em 04 de junho de 2023.

¹³⁸ Recuperado de: <https://enactus.org.br/quem-somos/sobre/>, acesso em 04 de junho de 2023.

¹³⁹ Sobre essa e outras parcerias e mais informações sobre a Teia de Trabalho, o leitor poderá consultar: <https://teiadetrabalho.weebly.com/sobre-noacutes.html>, acesso em 04 de junho de 2023.

Figura 4 - Lema da organização que gera o nome ENACTUS¹⁴⁰.

**WE BELIEVE INVESTING IN STUDENTS WHO TAKE
ENTREPRENEURIAL
ACTION FOR OTHERS
CREATES A BETTER WORLD FOR
US ALL.**

Fonte: <https://enactus.org/who-we-are/>

Em 2016, a Teia de Trabalho, como um projeto conjunto entre a UFABC e o NUPE, contou com o apoio do Programa *Ford College Community Challenge (C3)* uma iniciativa da *Ford Fund*, braço filantrópico da *Ford Company*, que capacita estudantes universitários para conceber e implementar projetos de construção de comunidades inovadoras em torno do tema “Construindo Comunidades Sustentáveis”. O principal objetivo é promover ações criativas e únicas com o intuito de transformá-las em locais mais sustentáveis para se trabalhar e viver¹⁴¹. Nesse ano de 2016, a Enactus juntamente com a *Ford Fund*, implementaram uma competição em oito países no mundo e a etapa nacional do Campeonato no Brasil aconteceu em Fortaleza, no Ceará. A Teia de Trabalho saiu vitoriosa dessa etapa e representou o país na competição internacional que aconteceu em Toronto, no Canadá¹⁴².

¹⁴⁰ Em uma tradução livre: “Nós acreditamos que investir em estudantes que exercem atividades empreendedoras para outros cria um mundo melhor para todos nós”. Disponível em: <https://enactus.org/who-we-are/>, acesso em 04 de junho de 2023.

¹⁴¹ Disponível em: <https://envolverde.com.br/teia-de-trabalho/>, acesso em 04 de junho de 2023.

¹⁴² Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/noticias/alunos-da-ufabc-vencem-evento-nacional-de-empendedorismo#>, acesso em 04 de junho de 2023 e <https://enactus.org.br/projeto-que-da-autonomia-financeira-a-pessoas-com-transtornos-mentais-vence-campeonato-nacional-de-empendedorismo-social/>, acesso em 04 de junho de 2023. Nessa notícia lemos: “Foram apresentados 45 projetos que estavam sendo colocados em prática por universitários de norte a sul do país em comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade. O evento é o maior do setor no país e reuniu cerca de 1.900 pessoas. Uma banca composta por executivos de alto escalão de empresas como *Walmart*, *Bank Of America Merrill Lynch*, *Nufarm* elegeram o projeto Teia, comandado pelos alunos da Universidade Federal do ABC (UFABC) como o melhor do ciclo 2015/2016”. Notamos aí uma mudança paradigmática em relação ao projeto desenvolvido no NUPE, movimentando-se de um projeto de reabilitação psicossocial dentro da Saúde Mental, sustentado por iniciativa pública, dentro das Políticas Públicas de Saúde Mental do município de Santo André, em direção a assumir um perfil de empreendedorismo que tenha por resultado final, emancipar-se do poder público. Na mesma matéria lemos explicitamente o intuito desse projeto: “Ele busca o empoderamento social, autonomia e estabilidade financeira dos beneficiários. O objetivo final é tornar as oficinas de artesanato, culinária, marcenaria, costura, orquicultura, serigrafia e fotografia do NUPE (Núcleo de Projetos Especiais) uma empresa autossustentável, capaz de funcionar independentemente da dinâmica do poder público”.

Figura 5 - Empreendimentos que fazem parte da Teia de Trabalho



Fonte: Elaborado pela pesquisadora¹⁴³.

Atualmente o NUPE está localizado, como mencionamos, em um espaço próprio que pertence à Prefeitura de Santo André, na Avenida do Pinhal, nº 35, Vila Camilópolis. O local é um grande galpão que parece ter sido dividido aos poucos para dar conta de abrigar todos os empreendimentos. Temos na entrada uma sala onde fica a parte administrativa, inclusive a coordenação. Temos também a sala do *Panos & Linhas* com suas máquinas de costura e mesa para corte. Entrando pelo corredor, há um pequeno espaço de convivência e descanso com sofás, bebedouro, estante de livros e garrafas de café. Seguindo o corredor, temos a cozinha industrial do *Belisc*, com uma grande janela de vidro para que o trabalho possa ser acompanhado por quem estiver do lado de fora. Do lado esquerdo da cozinha, temos os vestiários e banheiros masculino e feminino. Retornando ao pequeno espaço de convivência, à esquerda, na garagem, temos o espaço da marcenaria, a oficina *Refazer*. Seguindo à direita do espaço de convivência e descanso, temos uma sala de estoque, com alguns produtos de diversos coletivos expostos e, seguindo mais adiante, o estoque propriamente dito, com materiais acondicionados. Seguindo à esquerda, há uma sala grande de reuniões com muitas mesas e cadeiras e, seguindo pelo corredor, a sala do *UAU* imagens. Do lado externo do espaço, logo na entrada em um jardim, há algumas mesas e cadeiras que são utilizadas pelos usuários-trabalhadores do *Refazer*. Dando a volta por trás do galpão, temos uma grande estufa onde são cultivadas as plantas do *Orquiflora*, sempre ao som de alguma música, principalmente clássica, que “faria bem” para as plantas, de acordo com o arte-educador que coordena a

¹⁴³ A partir de imagens disponíveis em: <https://teiadetrabalho.weebly.com/sobre-noacutes.html>, recuperadas em 28 de maio de 2023.

oficina. Por fim, na frente dessa estufa e ao fundo do galpão, temos um pouco isolada a oficina do *CUPINS* com acesso a uma pequena copa de uso coletivo.

Figura 6 - Entrada do NUPE



Fonte: autoria da pesquisadora.

Figura 7 - Usuário-trabalhador do Refazer no espaço externo



Fonte: autoria da pesquisadora.

Figura 8 - Galpão e estufa do Orquiflora



Fonte: autoria da pesquisadora.

Figura 9 - Varal de secagem das peças do CUPINS



Fonte: autoria da pesquisadora.

Figura 10 - Cozinha do Belisc



Fonte: autoria da pesquisadora.

Para garantir a participação, de acordo com informações que obtivemos na pesquisa, o usuário-trabalhador deve estar frequentando um CAPS onde faz o acompanhamento clínico e deve estar em quadro de saúde mental estabilizado. Após a indicação de participar do programa por meio do PTS, o usuário é entrevistado por uma das técnicas de referência do NUPE. A equipe de trabalhadores do NUPE é composta por 10 pessoas, sendo 3 profissionais de nível superior, 2 psicólogas (uma delas coordenadora do NUPE) e 1 terapeuta ocupacional; e 7 profissionais técnico-administrativos, sendo 2

arte-educadores, 3 auxiliares de oficina, 1 auxiliar de escritório e 1 assistente administrativo. Além dessa equipe, há 3 auxiliares de limpeza que são terceirizadas pela PMSA e não compõem o quadro efetivo de funcionários do NUPE. As técnicas de nível superior se dividem entre os CAPS da cidade para serem responsáveis pelas entrevistas quando da indicação do PTS para inserção no projeto e, cada uma delas acompanha uma oficina diferente.

Segundo Nunes (2014), as ações desenvolvidas pelo NUPE vão ao encontro do conjunto de políticas públicas adotado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e Coordenação Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Em seu texto, ele lista uma série de objetivos que transcrevemos aqui:

- Articular atividades e eventos que favoreçam processos de construção de autonomia, promoção e prevenção em saúde integral, geração de renda, práticas expressivas e comunicativas para além do CAPS.
- Produzir atividades no interior e exterior do NUPE visando à ampliação do processo de promoção de novos lugares sociais e inserção em novos territórios existenciais.
- Construir agenciamento de ações para o fortalecimento de usuários e familiares mediante a criação e desenvolvimento de iniciativas articuladas na intersetorialidade, e em rede com os recursos do território nos campos do trabalho/economia solidária, promoção social, educação, cultura, direitos humanos, assistência, educação, ou seja, setores que possam garantir o exercício de direitos à cidadania, visando à produção de novas possibilidades de vida.
- Acompanhar os usuários em cenários da vida cotidiana – casa, trabalho, lazer: com iniciativas e experiências reais de geração de renda; empreendedorismos sociais e solidários; intervenção em contextos familiares, sociais e no território; mediação de relações para criação de novos campos de negociação e de diálogo que garantam e propiciem a participação dos usuários em igualdade de oportunidades, com ampliação das redes sociais e de autonomia.
- Integrar, divulgar e promover a Rede Estadual de Saúde Mental e Economia Solidária (Rede), da qual somos membros participantes, para que possam ampliar suas ações, tornando-se social e economicamente sustentáveis.
- Articular constantemente com outros atores e setores, ações que fortaleçam as parcerias já existentes com a Secretaria Municipal do Trabalho e do Desenvolvimento Econômico e Social, a Secretaria de Cultura, a Rede, o Fundo Rotativo Solidário, entre outros (Nunes, 2014, pp. 75-76).

A Rede de Saúde Mental e Economia Solidária citada por Nunes (2014) é um movimento social organizado. É composto por serviços de saúde mental, profissionais de saúde, trabalhadores-usuários de serviços de saúde mental e empreendimentos de Economia Solidária¹⁴⁴ de várias regiões do estado de São Paulo¹⁴⁵. O NUPE integra a

¹⁴⁴ Cabe recordar o que já apontamos anteriormente nesta tese, que no ano de 2016 a SENAES foi extinta gerando diversos desdobramentos até o momento da finalização desta pesquisa, o que já apontamos também no capítulo terceiro.

¹⁴⁵ Informações disponíveis no site da Rede: <http://saudeecosol.org/>, acesso em 03 de junho de 2023.

“redinha ABCDMRR”¹⁴⁶, composta por serviços das diversas cidades acima citadas. Em 2017, conforme informação disponível no “Catálogo da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do estado de São Paulo”, a rede contava com

[...] mais de 160 empreendimentos distribuídos em diversas regiões do estado de São Paulo, envolvendo mais de 1500 pessoas e 13 Redinhas regionais, existentes desde 2008. Os integrantes dos empreendimentos são pessoas em situação de sofrimento psíquico e/ou que fazem uso abusivo de álcool e/ou outras drogas, usuárias do SUS e/ou SUAS, cujas atividades na maioria das vezes são apoiadas por CAPS – Centros de Apoio Psicossocial, e CECCOs – Centros de Convivência e Cooperativismo (CATÁLOGO DA REDE DE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2017, p. 11).

O catálogo apresenta uma ampla reunião de coletivos e empreendimentos na área de serviços, artesanato e alimentação. Entre as instituições realizadoras do catálogo e apoiadoras do projeto da Rede temos a UNISOL. Lançada no *III Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC* em novembro de 1999, a UNISOL Cooperativas (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo), inicialmente organizada em conjunto com os sindicatos dos Químicos do ABC e dos Metalúrgicos de Sorocaba, tem o intuito de promover um sistema cooperativo na região e no Estado, por meio das articulações dos interesses de suas afiliadas. Para além da discussão sobre geração trabalho e renda, “o tema das cooperativas remete também a uma discussão ideológica no meio do movimento sindical” (Oda, 2000, p. 5) que se desdobrou em muitas tensões e contradições internas. Apesar delas, a UNISOL surge com o objetivo social de “reunir as cooperativas constituídas no Estado de São Paulo com a finalidade de obter unidade de ação, visando ao seu fortalecimento, bem como o desenvolvimento socioeconômico de seus membros” (p.14) apoiando também, como vimos, as iniciativas de Economia Solidária e Saúde Mental¹⁴⁷. Esse apoio e fortalecimento coletivos apontam para a característica local de organização popular de resistência, em articulação de diversas frentes e coletivos da região do Grande ABC paulista, como parte de uma expressão de

¹⁴⁶ Mais informações no “Catálogo da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do estado de São Paulo. Este catálogo foi desenvolvido pelo ‘Projeto Redes’, convênio com a SENAES/MTE nº 782757/2013 e o Instituto Integra para o Desenvolvimento, com foco em fomentar a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária”. Recuperado de: <https://www.designpossivel.org/wp-content/uploads/2021/11/Catalogo-Rede-de-Saude-Mental-e-EcoSol.pdf>, acesso em 04 de junho de 2023.

¹⁴⁷ Podemos ler sobre a UNISOL e a Luta Antimanicomial em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/diagnacional-da-luta-antimanicomial/>, acesso em 04 de junho de 2023.

uma força que nesse caso aproxima movimento sindical, cooperativismo, ação política e luta antimanicomial.

Agora, iremos narrar histórias convividas e compartilhadas nesse campo.

5.2. Crônicas de um cupinzeiro

Para mapear os movimentos dos processos de produção de subjetividades, acompanhando as tessituras subjetivas, passamos agora a narrar histórias do cotidiano, que é de onde irrompem as revoluções moleculares. Buscaremos, com essas histórias, acompanhar as tomadas de direção de forças e o traçado das linhas do emaranhado entre *saber, poder e subjetividade* no CUPINS.

Contaremos, em formato de crônicas, a vida cotidiana que vai se movendo. As crônicas, como o próprio nome aponta, são histórias datadas e localizadas no tempo, *Chronos*. Datadas no momento presente em que se produzem, apontam para o futuro, sob a influência dos movimentos que vem desde o passado. Além disso, ao mesmo tempo em que as histórias buscam narrar a produção das subjetividades no campo pesquisado, a própria produção subjetiva de quem escreve e de quem lê vai se metamorfoseando, na escrita e na leitura, uma vez que subjetividades, como vimos, sempre estão em processo.

Cada crônica que apresentamos tem princípio, meio e fim, e busca apresentar em si mesma de alguma maneira, o que todas as demais irão apontar, remetendo-as umas às outras, de maneira rizomática, como se cada crônica fosse um platô. Assim fazemos, inspirados em Deleuze e Guattari e em sua apresentação da escrita rizomática de *Mil Platôs* (1995). “Chamamos ‘platô’ toda multiplicidade conectável com outras hastes subterrâneas superficiais de maneira a formar e estender um rizoma. Escrevemos este livro como um rizoma. Compusemo-lo com platôs” (p. 32).

Vamos às *Crônicas de um cupinzeiro*!

5.2.1. A nova velha estrada de Santos: caminhos do (a)mar e do lutar

Já faz mais de trinta anos da conhecida intervenção no manicômio “Casa Anchieta” na cidade de Santos, a “Casa dos Horrores”. Após inúmeras denúncias de maus tratos, foi extinta em 1989 pela prefeitura da cidade, um marco da Reforma Psiquiátrica no Brasil. A cidade de Santos substituiu a internação e o tratamento desumanos por práticas que proporcionassem aos sujeitos o retorno ao convívio social. Alguns pacientes passaram a frequentar oficinas de teatro, pintura, jornal, confecção de bijuterias e de camisetas. Um programa de rádio feito pelos loucos libertos ganhou projeção e notoriedade internacional, a “Rádio TamTam”. A partir desse marco santista também teve início na cidade os primeiros NAPS (Núcleo de Atenção Psicossocial) do país. Essa é uma história muito famosa.

Figura 11 - Santo André (em azul no mapa) entre as cidades circunvizinhas¹⁴⁸



Talvez menos conhecido para o leitor seja o fato de que Santo André e Santos são cidades vizinhas. Havia estradas antigas que ligavam, inclusive, os dois territórios. Muito antes da invasão dos brancos ao continente, os primeiros habitantes já tinham aberto caminhos por seus territórios para que pudessem transitar. Foram caminhando e marcando a mata com sua passagem, criando *peabiru* (na língua tupi, “pe” –

caminho; “abiru” – gramado amassado) para ligar o litoral ao interior do continente.

Existia um caminho muito extenso, com cerca de três mil quilômetros, ligando a região dos Andes ao litoral brasileiro. O caminho saía de Cusco e chegava lá pela altura da atual cidade de São Vicente. Esse longo *peabiru* atravessava os territórios dos atuais Peru, Bolívia, Paraguai e Brasil. Existiam também ramais desse longo caminho feito pelos habitantes que abriam para outros caminhos secundários, como bifurcações.

¹⁴⁸Fonte: <https://www.santoandre500anos.com.br/biblioteca>, recuperada em 02 de julho de 2023.

Aqui no Brasil, tradicionalmente, conta-se que o primeiro caminho que ligava o litoral ao interior do que hoje é o estado de São Paulo começava na *Piaçaguera* (do tupi “peasaba” – porto; “ûera” – velho) na atual cidade de Cubatão e subia por *Paranapiacaba* (“paranã” – mar; “epiãk” – ver; “aba” – lugar) hoje território de Santo André. Os habitantes caminhavam alcançando a Serra do Mar, passavam por campos e cruzavam rios até encontrar as nascentes do rio *Tamanduateí* (“tamandûá” – tamandúá; “eté” – verdadeiro; “y” – água), no atual município de São Bernardo do Campo. Seguiam até o córrego assombrado do *Anhangabaú* (“anhangá” – diabo; “obá” – face; “y” – água), tendo acesso a várias aldeias, dentre elas a do cacique *Tibiriçá* (“tibi” – sua terra; “eçá” – olho), na colina onde hoje está o atual Pátio do Colégio, no centro da cidade de São Paulo.

Quando os brancos invadiram, deram o nome a esse caminho de “Trilha dos Tupiniquins”. Os primeiros habitantes da terra não aceitaram aquela invasão de bom grado como muitos acreditam e contam por aí. Pelo contrário, lutaram pela defesa da terra de seus ancestrais, *tamoios* (“ta’mõi” – anciãos), contra a escravidão de seu povo e o roubo de sua terra. Resistiram. Fecharam caminhos. Os bélicos brancos foram ganhando essa batalha e se apossando da terra que invadiram, tendo conseguido alguns aliados entre os primeiros habitantes. Muito tempo depois, os brancos pavimentaram os *peabiru*. A estrada “Caminho do Mar” foi a primeira via pavimentada com concreto do continente e ligava a vila de São Paulo ao litoral, cruzando a região do que hoje é o ABC paulista. Em 1947, passou a ser um trajeto secundário, após a inauguração da “Rodovia Anchieta”. Ganhou então o apelido de “Estrada Velha de Santos” e hoje só é aberta para a atividade de visitação turística.

Conto essa história para falar de abertura de caminhos, de movimentos de resistência e de histórias de subidas e de descidas, de altos e baixos. Por essa e por outras estradas, por esse e por outros caminhos muita gente já passou, subindo e descendo a Serra do Mar. Dom Pedro I teria cruzado a serra rumo ao grito de independência, dizem. Teria subido e descido muitas outras vezes para encontrar com a Marquesa de Santos, maldizem. Também passou por lá muita maquinaria vinda do porto de Santos em direção ao polo industrial automobilístico do ABC a partir dos anos 1940. Outro rei, o Roberto Carlos, certamente passou pelas curvas da estrada de Santos e, quem sabe, até mesmo você leitor tenha passado por lá em busca de um banho de mar. Por esse caminho também

passou a galera da Luta Antimanicomial, subindo e descendo a serra, trilhando caminhos de luta e colaboração entre habitantes de cidades vizinhas.

Lá pelos anos de 1990, em Santo André, estava Roseli, psicóloga atualmente coordenadora do CUPINS e então militante da Luta Antimanicomial no ABC. Ela diz que naquele período havia um movimento muito forte nas cidades da região do ABC contra os manicômios, e também havia interesses, obviamente, em manter as coisas como estavam. Ao mesmo tempo, acontecia um intenso movimento antimanicomial em uma das cidades vizinhas, Santos, onde havia a conhecida figura de Antonio Lancetti, psicanalista argentino refugiado no Brasil com atuação muito importante no movimento. Havia luta e muita militância em torno de um desejo comum, tanto em Santos quanto no ABC. Roseli conta que “era um desejo do CRP, era um desejo dos que trabalhavam na saúde mental na época. O movimento era muito forte, havia um desejo muito grande”.

A militância se dava dentro dos espaços de diálogo que os desejantes iam criando, como os fóruns de discussão sobre a Reforma Psiquiátrica que, a depender das gestões municipais, se dava de forma muito mais aberta ou ficava às escondidas. Já a luta diária possível, que acontecia na prática cotidiana dos ambulatórios, era evitar a internação. Naquele momento, como não existia CAPS, a cidade de Santo André contava com dois ambulatórios trabalhando com os casos mais graves. Também não existia a grande sacada do trabalho em território. A rede de atendimento à Saúde Mental na cidade começou a ser construída a partir do estabelecimento de um “Hospital Dia” para casos mais graves, que funcionava como retaguarda dos hospitais psiquiátricos privados. Foi durante a primeira gestão petista de Celso Daniel. Ao mesmo tempo, se mantinha viva a militância com muita força na luta para a aprovação da conhecida lei do deputado federal Paulo Delgado, a “Lei da Reforma Psiquiátrica” (Brasil, 2001).

Naquela primeira gestão do Celso Daniel em Santo André, os serviços de saúde mental foram ampliados e fortalecidos. Foi criado também o que seria o primeiro espaço de tratamento da dependência química na cidade, que depois veio a ser o primeiro CAPS AD do país. O CTRA (Centro de Tratamento e Recuperação do Alcoolismo) funcionava das 7 horas da manhã às 9 horas da noite, de portas abertas. A princípio, era exclusivo para os funcionários da prefeitura, já que existia um alto índice de uso abusivo de álcool entre eles. A equipe técnica do Centro trabalhava em nível ambulatorial com grupos, encontros individuais e com as famílias. O trabalho de prevenção que conseguiam

sustentar se resumia aos técnicos indo nas unidades de saúde da cidade dar palestras. E isso já era muito para a época.

Em 1999, na segunda gestão do Celso Daniel, começaram os fechamentos dos manicômios. Havia alguns hospitais pequenos, mas a maior força manicomial na cidade de Santo André estava no manicômio “Borda do Campo”. Existiam outros hospitais grandes na região, como o “Scania”, perto da fábrica de caminhões na cidade de São Bernardo, que depois veio a se chamar “Lacan”. Em comum, todos eram palcos de grandes atrocidades.

O “Borda do Campo” foi o primeiro na região a ser alvo de uma forte intervenção, que levou ao seu fechamento no ano de 1999. Roseli explica que, na reforma, não se ia lá simplesmente buscar e tirar o sujeito. Em todo fechamento, pessoas que já trabalhavam com aqueles que seriam libertos iam ajudar na transição para que saíssem dos muros. Afinal, se está falando de gente que estava presa em manicômios há dez, quinze, vinte anos.

Após o “Borda do Campo” aconteceram outros fechamentos, outras intervenções. No “Consórcio Municipal de Saúde”, em que secretarias e subsecretarias da saúde dos municípios da região se reuniram, existia uma briga muito grande entre Santo André e São Bernardo. A gestão desta última cidade não queria encerrar a parceria com o “Lacan”. Conta-se uma história que em Santo André o “Hospital Mário Covas” tinha uma internação psiquiátrica emergencial de curto prazo. São Bernardo usava os leitos do “Mário Covas” mas continuava fazendo investimento pesado para a internação no “Lacan”. Essas brigas eram feias! Santo André e os outros municípios que já tinham fechado manicômios queriam que São Bernardo parasse de enviar o pessoal para o “Lacan”. Se conseguissem essa proeza, aí de fato o último ponto do polo psiquiátrico da região do ABC seria fechado. A má notícia é que não conseguiram até hoje!

Iniciado o fechamento dos manicômios no final da década de 1990, as primeiras Residências Terapêuticas começaram a ser montadas na região. Com a aprovação da “Lei da Reforma” em 2001, os ambulatórios que tinham tratamento para casos graves na cidade de Santo André acabaram virando CAPS. Onde era o “Hospital Dia” começou a ser implantado o CAPS da Praça Chile. Roseli estava trabalhando lá. A pergunta que desafiava a todos era: “como a gente ia ressocializar essas pessoas?”. Naquela época, vários profissionais que fizeram parte da história da intervenção santista no “Anchieta”

estavam indo para o ABC, subindo a serra. Essas pessoas vieram em rota de fuga de um governo conservador que se implantou na baixada e se propuseram a colaborar na implementação da rede em Santo André, na gestão petista do Celso Daniel.

André, terapeuta ocupacional que fez parte da criação do CUPINS, é natural de Santos e diz ter visto muita coisa acontecendo por lá enquanto ainda estava se formando na faculdade. Ele contou que nos governos petistas de Telma de Souza e de David Capistrano, que a sucedeu, a luta antimanicomial tinha muita força. Porém, após a vitória de Beto Mansur, conservador, começou a haver perseguição. “Enquanto profissional, a pessoa ia ficando marcada por sua posição política”, diz. Quando houve a mudança da gestão da prefeitura em Santos no final da década de 1990, os profissionais que tinham um posicionamento a favor da Luta Antimanicomial foram juntados num equipamento só, em um plano para supostamente poderem ser melhor observados e controlados. Vigiar e punir. E foi assim que alguns fugiram, subindo a serra.

Em Santo André naquele momento era diferente. Aquele desejo compartilhado por tantos já vinha se materializando na construção da prática dos próprios profissionais, muito antes da instalação das políticas públicas oficiais. Muito antes delas, a galera do movimento já queria muito mudar tudo. Os trabalhadores participavam de encontros, fóruns e reuniões. Várias vezes iam com os usuários. “Eu me lembro que a gente foi para Bauru de ônibus com os usuários num encontro no qual um usuário dormiu no quarto junto comigo”, conta Roseli. Mas, à medida que os manicômios iam sendo fechados, a inquietação crescia. “Como é que a gente leva para fora, como é que a gente faz a inclusão? Como é que a gente faz a reabilitação?”. Segundo ela, naquele momento e por pelo menos mais uns seis, sete anos, a coisa era muito mais difícil, já que só o que se tinha era o CAPS dando conta disso tudo.

Várias coisas estavam acontecendo fora do país, desde algum tempo antes, especialmente na experiência da Itália, e eles ficavam se perguntando como é que podiam trazer tudo aquilo pro ABC. “Então, teve essa construção ou desconstrução, vou dizer até profissional, né?”, diz Roseli. Os profissionais saíram de suas salas já que não se tinha mais atendimento ambulatorial. Alguns sofreram muito. Vários profissionais acabaram até saindo. Não conseguiram encontrar uma nova identidade profissional. “O que é isso que sou eu, né? Que tenho que chamar o SAMU? Sou eu que ajudo o cara no banho...

Peraí, eu sou psicólogo, não ajudo o cara no banho!”, conta Roseli, retratando as falas de colegas da época.

Mas, o movimento ia se desconstruindo e reconstruindo. Estava muito vivo! Desconstruindo práticas e saberes decadentes e construindo novas práticas e novos saberes. Desconstruindo e reconstruindo inclusive subjetividades. “Eu costumo dizer que, se eu for ver, a Roseli que era lá daquela época, era bem diferente do que é hoje. Falo que todo aquele período também me transformou num ser humano melhor e de estar vendo outra forma de estar atendendo”. Ela conta que tinha dias que no acolhimento eram feitos mais de dez ou vinte atendimentos. Foram com isso criando novas formas de lidar com quem aparecia. Por exemplo, como manejar uma pessoa em crise grave sem internar nem levar para um atendimento ambulatorial? E, não era uma pessoa em crise, eram várias. No momento em que acontecia essa desconstrução, se fechavam manicômios, se criavam CAPS, a demanda era muito grande. “Então, existiam algumas pessoas que achavam que CAPS tinha que suprir tudo”. E muitas vezes ficavam muito desamparados, equipe técnica e usuários. Em algumas situações, nem mesmo o SAMU aparecia quando chamado.

Tem uma história super bacana do primeiro serviço 24 horas da Rede de Santo André que foi criado pelos trabalhadores na cara e na coragem. Roseli e André contam a mesma história de que o serviço passou a existir quando a equipe evitou a todo custo que uma pessoa fosse de volta para a internação manicomial. Foi inclusive o caso de um dos caras que depois se tornou integrante da primeira formação do CUPINS. Ele entrou em crise. E a equipe não queria deixar de jeito nenhum que ele fosse de volta para o hospital psiquiátrico porque sabia que ele já tinha passado por várias internações infelizes. Não deixariam que ele voltasse para aquele lugar. Ele já estava no “Centro Hospitalar” e Roseli revelou que fizeram um verdadeiro resgate, retirando o sujeito com a anuência de uma psiquiatra aliada. Tentaram vaga em uma emergência de um outro hospital, onde ele teria suporte dos psiquiatras que trabalhavam com a galera da Luta naquele momento. “A gente encontrou enfermeira para ficar com ele, só que daí a gente não conseguiu levar para lá, porque o SAMU que viria buscar era o mesmo que retirou do CAPS”. Daí se juntaram e combinaram com alguns funcionários que ele ficaria aquela noite dentro do CAPS e que teria alguém para acompanhar. Foram os próprios profissionais que bancaram começar a dormir lá no CAPS com o sujeito e foi assim que o CAPS virou 24 horas. Não tinha

nenhum decreto da prefeitura, nada. Depois, esse serviço recebeu o nome de NAPS, como na experiência de Santos.

A partir dessa história houve uma abertura, mas oficialmente demorou bastante para girar 24 horas. Dependia de leitos, de equipe, de dinheiro. Tinha que entrar no plano anual da prefeitura, ser aprovado no Conselho Gestor, ser aprovado na Câmara... Não era pouco dinheiro, claro. E quando conseguiram, ainda tiveram que bancar sustentar o trabalho durante o tempo da reforma do espaço físico do equipamento. Roseli diz que então as coisas ficaram muito precárias. “Tinha uma escolinha, sabe na praça lá na frente, uma escola de educação fechada e para a gente poder fazer a reforma da Praça Chile, a gente ficou um ano dentro da escola, atendendo de forma precária. Nós e os usuários”. Isso aconteceu entre os anos de 2005 e 2006.

Era assim, resistência e movimento muito vivos no início. Entre os anos de 2000 e 2008 funcionava um conselho gestor composto por usuários e familiares dentro dos CAPS. Nas reuniões, se discutiam as questões políticas gerais e as questões internas dos CAPS. Os familiares e os usuários levavam para a discussão aquilo que discordavam do funcionamento dos equipamentos e dos tratamentos. As assembleias fervilhavam com a participação dos usuários, onde crescia o seu protagonismo. O usuário podia dizer, inclusive, que não tinha gostado do atendimento de um médico, que seria chamado a responder por isso diante da assembleia, o poder mor dentro de um CAPS. Ia sendo construído com o sujeito a possibilidade de dizer o que ele queria ou não, mesmo que no universo dele a questão fosse começar a reclamar da medicação. Era a voz dele, o mundo dele! E, a partir disso, ele poderia ver outras coisas, poderia ampliar o seu mundo. E tudo bem se continuasse na reclamação da medicação. “É aquilo que está impactando o mundo dele, né? Isso a gente tem que saber”, diz Roseli, saudosa daquele fervilhar todo.

No meio disso tudo, em 2005, André subiu a serra para trabalhar em Santo André, embora continuasse morando em Santos. “E aí subia e descia a serra todo dia. Tinha várias pessoas. Porque não é tão longe assim, município com divisa assim, né? Então eu fiquei durante um bom tempo de 2005 até 2009 subindo e descendo”. André diz que quando houve troca da prefeitura andreense em 2009 para uma gestão de direita, começou a rolar um burburinho de que a galera da Luta ia ser mandada embora. “A gente tava muito próximo e o nome da gente estava numa lista e tal”. No desespero, arranhou emprego como terapeuta ocupacional num outro CAPS, em São Paulo. “E aí vou dizendo: se quiser

me mandar embora, pode mandar!”. Acabou que ele ficou a gestão toda assim esperando e trabalhando, até o final. Já a Roseli foi afastada. Não só ela. As pessoas que estavam diretamente ligadas à gestão anterior foram sendo afastadas. Estava instaurado um clima de terror. “E aí para os demais, eles iam falando ‘você vai ser mandado embora, você vai ser mandado embora, você vai ser mandado embora, seu nome tá na lista’. E aí você ia esperando”, lamenta André. Um dia, um assistente social que era militante da Luta foi mandado embora e no dia seguinte Roseli foi transferida para outro lugar. Outras pessoas da Luta foram sendo colocadas em outros dispositivos ou equipamentos, para não deixar todo mundo junto. Foi parecido com o que tinha acontecido em Santos, só que ao contrário. Em Santos, mantiveram todos em um equipamento só, para vigiar. Em Santo André, separaram e isolaram todo mundo, para desarticular.

Já em São Bernardo, na mesma eleição de 2009, entrou uma gestão petista e começou a acontecer a Reforma por aquelas bandas. Tudo se deu mais ou menos nos mesmos moldes de Santo André, modificando e ampliando o que já se tinha estabelecido de dispositivo e implantando o que não tinha. Durante essa montagem da rede, abriram um serviço de geração de renda em São Bernardo, um espaço chamado “Nutrarte”. Em Santo André, já existia desde 1997 o “Núcleo de Projetos Especiais”, o NUPE, que havia começado como uma iniciativa de geração de renda na garagem de um ambulatório que depois se tornou CAPS, trabalhando principalmente com reciclagem. Só que os vizinhos começaram a reclamar do cheiro de lixo e eles foram sendo mudados de lugar. Aí, durante a gestão de direita a partir de 2009 em Santo André, o NUPE foi desmontado. Por uns dois anos e meio não era mais serviço de geração de renda, se tornando um Centro de Convivência.

E assim foi acontecendo sempre um jogo de troca das cadeiras de quatro em quatro anos. Para Roseli, era preciso ter um “jogo de cintura muito grande de resistência nisso tudo. Porque existia muita perseguição política durante os quatro anos”. As ideias da Luta e da Reforma não eram vistas como ideias de uma política pública. Eram muito mais vistas como a ideia de um partido político. A Reforma ia tendo muitos altos e baixos e assim acontece até os dias de hoje.

Figura 12 - Roseli Montanari, no espaço de trabalho do CUPINS¹⁴⁹



É difícil porque ela avança. Aí você tem uma questão, que eu acho que é política, ela retrocede. Mas também, uma questão política, ela nunca está dissociada do desejo da população. Porque somos nós que elegemos. Então, se somos nós que elegemos e se nós elegemos determinadas pessoas que pensam que não é isso, que é aquilo, é porque bate com o que a sociedade pensa naquele momento [...]. Eu sempre falo que a Reforma Psiquiátrica, ela se dá no cotidiano. Tem uma coisa que tem ali, os movimentos, mas a desconstrução se dá lá no meio. E existem muitas coisas. Os manicômios, eles são criados pela nossa sociedade, eles são criados pelo capitalismo, pela sociedade. As pessoas têm que fechar com isso. A sociedade tem que fechar com isso, né? E o quanto é que isso é interessante, né? [...] Ela (a luta) é mais forte na nossa mente, nos nossos muros, nos nossos valores. Porque eu posso muito bem fazer toda uma fachada da luta, da reforma, mas no meu cotidiano sou eu que decido. Ou eu vou pelo tutelar, vamos dizer, mais punitivo, ou vou pra um tutelar em que eu te dou também tudo, né? Isso é manicômio. Porque tá em cima do meu desejo, né? Então, como é que eu questiono? E aí se usa muito mais uma briga de saberes, ideológica, você entendeu? Onde que eu não

questiono tudo isso? E, onde que eu me respaldo com tudo isso? E, qual que é a técnica, qual que é a teoria melhor? Todas elas cabem, desde que eu veja isso de uma outra forma. Desde que eu veja aquela pessoa como cidadão, com direitos, né?

Cotidiano, valores, interesses... Quais eram os valores fortes no final da década de 1980? E na década de 1990? As pessoas lutavam por um SUS, as pessoas lutavam pelas “Diretas Já”. Quais são os valores de hoje, anos 2020? Roseli diz que, com o tempo, infelizmente, os CAPS acabaram se institucionalizando em uma questão protocolar muito forte. “Em que de novo o indivíduo tem que se encaixar muito mais dentro dos protocolos”. Não que precisasse ser uma bagunça, claro, mas ela pensa que o protagonismo do sujeito acabou sendo silenciado quando se focou somente no protocolo. Ela lamenta que, com a ascensão da direita no país inteiro, que culminou na vitória de Bolsonaro em 2018, as vagas psiquiátricas para internação permanente em hospitais outrora fechados tenham voltado. Vagas essas financiadas pelo poder público, “que é óbvio que tem a ver com o desejo econômico e de quem é que se dá bem, porque

¹⁴⁹ Fonte: autoria da pesquisadora.

internação sempre deu muito dinheiro, muita gente ganhou com isso, então é óbvio que tenha o interesse de toda uma classe para que se volte”.

Sim! Tanto que em Santo André o que se viu no período do governo Bolsonaro foi a diminuição das equipes da Saúde Mental de forma bastante precarizada e, de novo, perseguição política. Na virada da gestão municipal, em 2016, todos os funcionários que não eram concursados ficaram novamente muito apreensivos de serem mandados embora. Por causa desse cenário de incertezas, André, que até então estava como coordenador do NUPE e sempre foi muito engajado na Luta Antimanicomial, acabou buscando de novo um outro local para trabalhar em São Paulo. Só que dessa vez deixou Santo André. Deixou também nos que ficaram, lágrimas, gratidão e saudades do tempo em que ajudou a escrever histórias de luta, de trabalho e de reconhecimento.

Ficou também um plano para trás. Diante das incertezas e ameaças, tinham pensado em formar uma associação e tirar o CUPINS da rede, para que eles pudessem alçar voos mais altos e se tornarem independentes da Saúde Mental, já que as coisas caminhavam muito mal. “Achamos que as ideias de hospitalização e internação estão voltando com força”. Mas esse plano acabou não se concretizando por falta de recursos. Na rede naquele momento, sentia-se um clima de muito medo de que os manicômios voltassem. Para alguns, o CAPS deveria ter sido uma transição para outro modelo de atendimento em liberdade e não um modelo definitivo, mas essa transição nunca se concretizou completamente, o que para essas pessoas, pode ter facilitado o retrocesso. Nesse clima todo surgiu também uma conversa de que no “Conselho Municipal de Saúde” estavam querendo fechar o CAPS da Praça Chile. A conversa era que isso aconteceria por causa do entorno, do território onde o CAPS está. Seria uma medida higienista para colocar novamente a loucura à margem, longe dos grandes centros onde há comércio, novos edifícios e outras coisas importantes do território. Parece ainda pairar no imaginário popular a ideia de que o louco é perigoso e um risco para a sociedade.

Voltando às histórias narradas no início, voltando à chegada dos brancos invasores e à luta dos primeiros habitantes e também voltando às subidas e descidas da Serra do Mar, propomos uma analogia para a história dos altos e baixos da Reforma Psiquiátrica na região do ABC, especialmente em Santo André, microcosmo que reflete todo um universo de embates de forças pelo mundo afora: poderosos vão chegando com suas caravelas ideológicas, mudando nomes, abrindo e fechando espaços, demarcando

territórios, fazendo barreiras e estabelecendo fronteiras, concretando tudo, se apossando daquilo que já tem dono, aprisionando pessoas que consideram inferiores, pessoas que sempre estiveram transitando por lá. Chegam fazendo tudo isso e depois dizendo: “vejam que Novo Mundo descobrimos”! Só que, assim como os primeiros habitantes se uniram e resistiram mesmo sendo de etnias distintas, ainda que dizimados e em muito menor número, a Luta Antimanicomial resistiu e ainda resiste. Na região do ABC, começou subindo e descendo a serra, percorrendo um trecho de um *peabiru*, em forma de colaboração entre habitantes de cidades distintas, unidos por um desejo comum. Hoje, resiste em solidariedade, saudade e esperança que irmanam os desejantes na trilha de caminhos de amar e de lutar, seja no ABC ou em outros territórios físicos e existenciais.

5.2.2. Central Unida de Pessoas Inventando Novas Saídas

Pensemos em um cupim. Pequeno inseto com asas, devorador de madeira. Sua existência é incômoda, principalmente nas grandes cidades. Uma praga. Agora pensemos em um cupim, pela perspectiva do cupim mesmo. Frágil, não sobreviveria se largado à própria sorte. Um cupim só sobrevive em um cupinzeiro, que é o lugar onde ele mora junto com outros cupins. O cupinzeiro é o lugar de resistência do cupim. Por ser frágil, o cupim se recolhe ali dentro e junto a outros cupins encontra sua força na coletividade. Assim como a minhoca, o cupim abre buracos na terra por onde ele sai e por onde entra o ar que dá vida ao cupinzeiro. E ajuda a terra. O cupim é um inseto reciclador. Ele ajuda na reciclagem da terra e na sua transformação. O cupim não trabalha sozinho. Não existe cupim sozinho. Só existe um cupim em um cupinzeiro. Os cupins juntos constroem um cupinzeiro. Juntos, os cupins criam saídas para eles. Saída para eles, mas que são entradas para o ar na terra. Saídas para eles, entradas para o ar. Reciclagem da terra.

Cupim também pode ser outra coisa. Cupim é o nome escolhido para o trabalhador que integra o coletivo dos CUPINS. CUPINS é uma sigla para “Central Unida de Pessoas Inventando Novas Saídas”. O nome do coletivo já traz em si a ideia do que essas pessoas estão fazendo: unidas, estão inventando novas saídas para tudo o que já viveram e experimentaram como pessoas tocadas pela loucura e marcadas pela sociedade. Além disso, esses cupins trabalham com serigrafia e com xilogravura, que é uma técnica de trabalho em madeira, o que faz a escolha do nome ser muito criativa e também simbólica. Cabe muito bem!

Tudo começou no NAPS (Núcleo de Atenção Psicossocial) de Santo André, lá pelos anos de 2005 e 2006. Bem no comecinho daquela história de que ninguém mais podia ficar trancado em um manicômio, mas também não podia ficar zanzando por aí, transitando sua loucura sem eira nem beira. Sozinho. A galera da resistência da luta antimanicomial da cidade tinha conseguido manter um serviço aberto 24 horas, para dar um jeito de promover cuidado para os loucos que tinham sido libertados. Além do cuidado clínico e ambulatorial, eles, equipe técnica e usuários, já trabalhavam com geração de renda, com reciclagem e alguns trabalhos artesanais. O prédio do NAPS, que hoje é o CAPS da Praça Chile é muito grande, com muitos jardins. Tem um prédio mais central e tem um puxadinho assim, ali do lado, em separado. Lá funcionava uma marcenaria junto com os loucos, num projeto de reforma de móveis que entrava na história da geração de trabalho e renda na saúde mental da cidade.

Quando a marcenaria sai de lá, chega a Roseli revolucionando tudo. Roseli, psicóloga, atuava como técnica em Santo André e também em São Bernardo. Junto com os loucos e alguns técnicos, Roseli reforma a sala com a força dos braços. Eles arrancam coisa chumbada da parede, saem pela cidade pedindo doação de material, colocam carpete, pintam as paredes. Durante seis meses, trabalharam na transformação do lugar. A ideia era transformar a velha sala de marcenaria em uma sala de análise bioenergética para trabalhar com grupos. Além disso, Roseli trabalhava com eles as ikebanas, que é uma técnica japonesa de arranjo de flores e também com algumas coisas de madeira. Também tinham outras salas onde havia grupos trabalhando com pintura, bordado e outras coisas artesanais.

Por ali também estava o André, terapeuta ocupacional. Ele trabalhava com os loucos nas oficinas de pintura, numa pegada inspirada na Nise da Silveira, que aconteciam às quartas-feiras à tarde. E tinha o Paulo. Esse cara participava ali das oficinas, trabalhava com algumas coisas de madeira com a Roseli e pintava com o André. Um dia ele chegou com a história de que queria fazer um desenho na madeira. Aí, o André falou assim “você quer fazer tipo um entalhe, né? Só que é um desenho, então não é um entalhe, é uma outra coisa então. Existe uma coisa. Acho que você quer fazer uma xilogravura e vou te apresentar os instrumentos e tal e a técnica, como é que é, e aí você vê se é isso que você quer”. Então, o André apresenta a xilo. “Ó, vê se é isso aqui, é?”. André faz e apresenta pra ele. Aí o Paulo faz um diamantezinho na madeira, carimba no papel. Fala “é isso mesmo que eu queria”. E é claro que os outros começam a olhar e a querer também experimentar aquela novidade.

Então o CUPINS, que nem tinha esse nome ainda, surge dentro da oficina de pintura através da vontade do Paulo de experimentar uma outra técnica de pintura. Isso porque ele não gostava de pintura, ele queria fazer outra coisa. Ele queria desenhar mas também queria mexer com madeira porque o pai dele era marceneiro. Então, ele queria fazer um desenho na madeira. Roseli arruma a madeira, fazendo um trato com eles. Se eles construísem um kit que porta coisas para banheiro, tipo porta papel higiênico e cesto, o que sobrasse de madeira ela daria para as gravuras. Comprou uma placa de MDF e falou: “A gente constrói a metade disso” e o que sobrasse, poderia ser usado. Ela trazia essas coisas de casa. A serra tico-tico era dela também. O kit, no final, nunca saiu. O que era pra ser o kit, acabou virando um abajur com as gravuras.

Depois do experimento, Roseli e André começaram a ver que a novidade estava ganhando uma aderência entre eles e resolveram abrir um horário específico como uma oficina de xilogravura. Os participantes da oficina começam a produzir bastante e aquilo acaba virando um núcleo mais organizado entre eles. No começo, a Roseli até que tinha umas madeiras na oficina dela, mas a prefeitura não mandava material para nenhuma oficina. Eles trabalhavam com o que tinham e o que não tinham, iam atrás. Para sua oficina, Roseli trazia as madeiras de casa, da rua, das praças, de onde encontrasse. Como é que eles iriam conseguir mais madeira, agora para a oficina de xilo? O grupo era grande. Era um grupo aberto, muitas vezes dentro daquela sala chegava a ter 10 pessoas.

Para Roseli, o CUPINS nasceu de uma provocação. “A gente vai ficar esperando ou a gente vai atrás? Então a gente saiu atrás”. Material já era uma coisa que se corria atrás na oficina de ikebanas dela. E foram atrás de madeira também. Eles conseguiam doação, e o que não conseguiam de doação, pegavam nas praças públicas. Roseli e André saiam juntos e iam pegando as coisas pelo caminho. “A gente vai ficar esperando aqui que nos deem?”, se perguntavam. E a resposta era não.

Por trás disso, tinha toda uma ideia que fundamentava tudo: o trabalho como uma forma de reabilitação, uma forma de empoderamento. André conta que a técnica da xilo é, em si mesma, uma prática coletiva e que traz em si uma poética de resistência. “A xilogravura tem uma poética que é muito particular do jeito de trabalhar, porque ela geralmente, ela é uma linguagem artística que é coletiva. Não necessariamente quem desenha, entalha ou grava, e quem grava imprime, e quem imprime põe para secar”. No geral, são mesmo pessoas diferentes, que assumem o lugar de vários mestres. “Então, você tem o mestre gravador, o mestre impressor, o mestre... Então, cada etapa do processo você tem essa possibilidade de alguém exercer, entre aspas, desta maestria”. Juntos foram vendo quem era bom no desenho, quem era bom no entalhe, quem era bom. Faziam a experimentação com todo mundo, mas na hora de fazer com qualidade um pouco melhor, foram puxando os melhores. Puxando quem que era melhor em que, quem que era bom em fazer até o café, o cafezinho.

Começaram com placas pequenas de madeira e foram aumentando o tamanho. As xilos ficaram tão grandes que eles chamavam de xilo-monstro. Com as xilos-monstros, o espaço do ateliê começou a ficar pequeno e o grupo migrou para a quadra de futebol. Era uma placa de madeira gigante que eles imprimiam em etapas. Tinha uma dinâmica de

fazer um pouco de xilo e aí depois na hora de revelar a imagem, perguntavam para as pessoas o que é que elas viam na imagem. Como era uma atividade que acontecia dentro de um serviço de saúde mental, que estava previsto para comportar a pessoa em crise, eles tinham também uma dinâmica que era mais terapêutica, no sentido de tentar organizar a fala da pessoa, ver o quanto que a pessoa conseguiria ir organizando o pensamento. Então, tinha essa dinâmica da xilo: “fazer e poder falar, fazer, falar, fazer, ver, falar, até que você pudesse ir tirando daí também um monte de material verbal”, conta André.

E aí a oficina começou a encher muito. Tinha dias que a oficina chegava a ter 30 pessoas! Vinham muitas pessoas, porque o movimento ali tinha a ver com quem gostava de fazer a xilogravura, mas também tinha um outro convívio ali. Então tinha um cafezinho, tinha quem vinha só para participar na hora da conversa, que eles conversavam sobre as imagens. O que era aquela imagem? O que a pessoa quis dizer com aquela imagem? O que tinha a ver com ela? Era bem interessante, assim. Então, eles foram fazendo essa história e André e Roseli pensaram que precisavam inventar um nome para esse grupo. E aí foi quando o Sérgio, um dos participantes do grupo, falou que eles eram cupim. “Porque a gente vive de madeira, a gente precisa da madeira”.

Aí o André pensou que cupim podia ser uma sigla. Juntos, foram separando o que cada sílaba daquela sigla CUPINS poderia significar. Foram formando a ideia de ser uma Central Unida, porque já tinha essa história dos Metalúrgicos, da identidade ali um pouco daquele território. E eles inventavam novas saídas. Essa parte do “inventando novas saídas” veio do Sérgio também, Serjão, dizendo que eles estavam ali, abrindo, cavando na madeira que nem o cupim faz. Se alimenta da madeira e vai cavando um espaço para poder sair. O nome veio daí. Serjão era muito criativo. Em suas crises contava histórias fantásticas, assuntos de hoje em dia que ele já falava com clareza nos anos 2000. Ele dizia, por exemplo, que todo mundo é um pouco travesti, porque a gente se transforma. Tem hora que a gente é mais homem, tem hora que a gente é mais mulher. Hoje, ele já não faz mais parte dos CUPINS. Arranjou uma namorada lá pelos lados do CAPS Vila Vitória e por lá ficou.

Figura 13 - Panfleto do CUPINS¹⁵⁰

Os Cupins, antes de serem marcados como seres destruidores de coisas e obras naturais e humanas, são exímios agentes no processo de reciclagem das matérias que compõem as forças vitais. Seus modos de organização biossocial são compostos de uma inteligência que reside não no indivíduo cupim, mas em toda coletividade envolta ao meio ambiente ao qual pertence. A estrutura do cupinzeiro, que além de morada é considerado um sistema vivo, se nutre principalmente das ações de seus integrantes e afirma sua complexidade vital coletiva fazendo dessa sua forma de estar vivo, conjuntamente. Os cupins no cupinzeiro, trabalhando às escondidas, corroem velhas estruturas e sintetizam novas saídas e composições. De algo que ficou por um tempo guardado, em alguma lacuna da vida, pode surgir algo outro... (...) Boas vindas aqueles que juntamente conosco se inauguram diariamente na vida. Mesmo que através de uma pequena saída. Mesmo que aparentemente mantenha-se numa mesma posição, mas que, ao ser observado pela vista desarmada, apresenta sempre diferentes e novas ocupações. A todos que aqui se encontrarem, desejamos

duas potências: SAÚDE E FORÇA. Afinal, assim como vocês, somos também constituídos do mesmo elemento fundamental da formação do Universo, aglomerados nessa associação corrente coletiva da qual o vivo urge e a vida constela¹⁵¹.

O André conta que no começo a questão terapêutica era muito forte. Eles faziam a leitura das imagens baseados no jeito que a Nise da Silveira fazia. Faziam, viam e falavam. Para André, toda atividade na realidade é uma linguagem. Toda atividade é estruturada enquanto uma linguagem. As atividades plástico artísticas e expressivas têm um contorno de linguagem muito maior. Comportam uma esfera da linguagem que é simbólica. E aí essa esfera simbólica abre possibilidades de apreciações verbais. Então, é uma linguagem não verbal que estrutura um encadeamento da linguagem verbal. A primeira xilo, o diamantezinho feito pelo Paulo, comunicava uma história que era só dele.

¹⁵⁰ Fonte: autoria da foto da pesquisadora.

¹⁵¹ Texto disponível no panfleto em circulação no NUPE, sem data e sem autoria.

Ele tinha um altar de pedras em sua casa, e também fazia uns bonequinhos de madeira que chamava de voduzinhos. O pai dele era marceneiro. E ele fazia os voduzinhos de madeira e colocava no altar de pedras. Uma viagem meio mística. E o diamante na madeira junta as duas coisas. Depois de conversar com as pessoas sobre os desenhos das xilos, André e Roseli ficavam pirando em um dicionário de símbolos meio que tentando entender o que surgia. “O que é que é esse símbolo ao longo da história da humanidade?”. Sobre o diamante, descobrem que a base dele é igual à do carvão. Os dois são de carbono, só que o nível de pressão que o diamante sofre é diferente, e então por isso ele vira um cristal. Carvão e diamante são o mesmo, só que a pressão exercida em cima do carbono vai fazer com que se transforme em diamante. Então, uma coisa super preta vira um negócio cristalino e precioso. Assim, contavam juntos a história da pressão que transforma a matéria. Tinha a ver com a pressão que origina a preciosidade.

Os CUPINS ficam por um tempo em um movimento de vai pra quadra, volta pra sala, sai pra quadra e volta, com suas xilo-monstros e xilos pequenas, fazendo as impressões em papel. Em 2009, se inscrevem para a Bienal de Gravura da cidade e são escolhidos vencedores. André não sabe dizer se ganharam por ter um apelo de ser um dispositivo de saúde mental, mas que o trabalho era bom, era. A cidade reconhecia a existência dessa gente. E essa gente conhecia a cidade, finalmente. Foram juntos à noite para a vernissage e ficaram encantados em poder andar à noite por aí. “A noite na cidade é diferente”, um cupim disse. Iam cruzando as fronteiras sanitárias e produzindo vida naquelas pessoas. Foram no vernissage na ocasião, apreciaram os trabalhos de outras pessoas, terminaram a noite comendo pizza e depois voltaram cada um para sua casa.

Juntos, foram buscando e cavando brechas na cidade para que essas pessoas saíssem. Saíssem para fora do cordão sanitário e entrassem na cidade. Montavam exposições em Santo André e em outras cidades. Roseli e André inscreveram alguns dos cupins em cursos da Casa do Olhar, espaço cultural da cidade que promove, pesquisa e estimula reflexões no campo das artes visuais. Lá, ficam a Galeria de Arte do Paço Municipal e a Pinacoteca de Santo André. Os cupins começam a construir novas saídas. Saídas em direção à cidade. Fazendo furos para reciclar. Iam, aos poucos, ocupando outros espaços, expandindo seu cupinzeiro. Ocupavam novos papéis. Fosse um papel ocupacional, de expositor, de estudante, o que fosse. O importante era sair do papel de louco.

5.2.3. Subjetividades tecidas em xilogravuras e serigrafia

O CUPINS, coletivo integrante da Rede de Atenção Psicossocial de Santo André que trabalha com xilogravura, venceu o concurso da Bienal de Gravura de Santo André no ano de 2009. Diante do prêmio, começaram a perceber que seu trabalho tinha um valor. Então, decidiram começar a inscrever suas produções para o Prêmio Arthur Bispo do Rosário, organizado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, que destaca a produção artística de usuários dos serviços de saúde mental. Assim fizeram. Inscreveram suas produções algumas vezes, mas nunca ganhavam. Sempre batiam na trave.

Ao longo do tempo, já vinham amontoando muitas xilos e começaram a se incomodar com aquele acúmulo. Era muita matriz, muito material guardado e precisavam tirar um pouco daquilo, abrir espaço. Pegaram toda matriz de xilo que não queriam mais e que iam se desfazer e decidiram colar em placas, fazendo uma caixa. Chamaram essa caixa de “O cupinzeiro”. Era uma caixa grande, feita de matriz de xilogravura coladas umas às outras formando as paredes da caixa. Dentro, tinha o rosto deles feito de gravura. No chão, dentro da caixa, tinha umas cascas de árvore e, pendurada uma lâmpada que espantava inseto. Coisa doida, uma lâmpada feita por CUPINS para espantar cupim! “Então essa caixa, ela era uma caixa cheia de casca de madeira para o cupim entrar só que a lâmpada que estava instalada lá era para não ter cupim, entendeu?”, conta entre risos André, terapeuta ocupacional e um cupim. Pegaram essa obra e se inscreveram no VI Prêmio Arthur Bispo do Rosário em 2011, na categoria “esculturas/instalações”. Também inscreveram outras obras do coletivo na categoria “pinturas e ilustrações”. As produções participantes do prêmio daquele ano ficavam expostas no metrô da Sé. E lá foram os CUPINS visitar o centro da cidade de São Paulo. Tem até vídeo no Youtube¹⁵² do Sérgio, um dos primeiros cupins, junto com o André, contando a história da caixa e do nome do CUPINS!

A noite de premiação iria acontecer no Maksoud Plaza Hotel, hotel chique e um dos ícones da cidade de São Paulo. E lá foram mais uma vez os CUPINS. Um cupim havia acabado de falecer e o grupo, que nessa época já tinha feito uns experimentos de imprimir as xilos em tecido, resolveu que queria homenagear na cerimônia o amigo falecido. Decidiram ir uniformizados vestindo uma camiseta com uma imagem do

¹⁵² O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yDcGLXfqW54>, acesso em 10 de junho de 2023.

coletivo. André pediu ajuda a um amigo da faculdade para mexer no *photoshop*, e fizeram a arte para a camiseta do CUPINS. Foram na Galeria do Rock¹⁵³ pra mandar estampar lá com serigrafia (*silk screen*) e fizeram um pouco mais de 30 camisetas. Conseguiram um ônibus e foram de excursão, uniformizados para o hotelzão chique de São Paulo, o Maksoud. Foi uma festa! “O cupinzeiro” acabou vencendo o VI Prêmio Arthur Bispo do Rosário na categoria “esculturas/instalações” e ganhou o prêmio em dinheiro no valor de R\$ 2 mil. Uma das outras obras inscritas do coletivo, “O segundo sol”, ficou em segundo lugar na categoria “pinturas e ilustrações” e também recebeu um prêmio em dinheiro. É. O trabalho deles tinha valor. Inclusive monetário.

Figura 14 - Composição de fotos de “O cupinzeiro, 2011”¹⁵⁴



¹⁵³ A *Galeria do Rock*, oficialmente *Centro Comercial Grandes Galerias*, é um centro comercial localizado na cidade de São Paulo. Foi construída em 1962 e inaugurada em 1963 no número 439 da Avenida São João, no centro da capital de São Paulo, entre as ruas 24 de Maio e o Largo Paysandu. Atualmente possui 450 estabelecimentos comerciais, com predominância para o comércio de produtos relacionados ao gênero rock, hip hop e artigos para skatistas, mas que atendem também àqueles que procuram artigos esotéricos ou da saga de livros Harry Potter, fãs de basquete americano e amantes de músicas antigas. É um dos principais *points* de tribos urbanas ou subculturas no centro de São Paulo. Por lá passam em média 25 mil pessoas por dia, número que chega a 35 mil aos sábados e domingos. O espaço consagrou-se como atração turística na cidade. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Galeria_do_Rock, acesso em 08 de outubro de 2023.

¹⁵⁴ Fonte: colagem feita pela pesquisadora, fotos de Mario A. Moro, fotógrafo do Jornal Vozes da Saúde Mental. Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.370124103096502&type=3&sfnsn=wiwspmo&mibextid=VhDh1>, acesso em 10 de junho de 2023.

O que fazer com essa grana? Decidiram que o dinheiro deveria ser repartido entre todos os integrantes. Alguém deu a ideia de que seria bacana se o dinheiro pudesse ser investido de volta no próprio coletivo. Algumas pessoas não quiseram. Tinham outros planos para aquele dinheiro. Uns cinco cupins decidiram que iriam investir no coletivo. A história das 30 camisetas feitas para o evento de premiação tinha rendido um monte! No dia seguinte ao evento, quando André chegou ao trabalho, ficou sabendo que Sérgio já tinha vendido as que tinham sobrado e tinha uma lista grande de encomendas para novas camisetas. Então, com o dinheiro do prêmio investido, compraram o primeiro berço de serigrafia, que é uma mesa com garras para fixar as telas a serem usadas para a impressão. Compraram também camisetas. Diante dessa surpresa das encomendas, começaram a ir na Galeria do Rock só pra comprar as camisetas e mandar fazer a tela com a imagem de desenhos de autoria deles. A serigrafia, faziam no coletivo mesmo e dava super certo. As duas técnicas, xilogravura e serigrafia, se aproximavam muito. Tanto uma quanto a outra são artes de replicação e reprodução de imagens, o que acabava dialogando com o trabalho que já vinha sendo realizado dentro do coletivo. Com o investimento do dinheiro acabaram dando uma virada na natureza de seu trabalho, de terapêutico para econômico.

Aí sim vira trabalho! E o trabalho vira.

Após ganharem o prêmio, os CUPINS começaram a ser convidados para vários eventos e feiras e chegaram à Universidade Metodista de São Paulo, uma das universidades mais bem conceituadas da região do ABC, convidados por um professor do curso de Psicologia, psicanalista, que era especialista em Acompanhamento Terapêutico. Foram então nesse evento sobre AT organizado pelo professor. Tornando-se cada vez mais conhecidos pela vitória do prêmio do CRP, começaram a ir a outros espaços, convidados a falar de sua experiência. Iam nos espaços, contavam sua experiência e vendiam camisetas. Falavam sobre sua experiência como coletivo dentro do CAPS, e como estavam ganhando prêmios e dinheiro. Sim, eles ainda estavam no CAPS. Imagina a força disso tudo!

Ainda mais que desde o ano de 2009 o NUPE, Núcleo de Projetos Especiais, espaço onde já aconteciam algumas oficinas de geração de renda na rede de saúde mental andreense, vinha passando por uma fase muito difícil. Quando o Aidan entrou como prefeito da cidade, por um partido de direita, o projeto de uma geração de renda que

realmente virasse uma grana para os participantes ficou um tanto estagnado e até se perdeu por um tempo. Roseli, psicóloga trabalhadora da saúde mental, conta que durante uns dois anos a coisa ficou muito confusa por lá. “O NUPE fica numa coisa ou vai para conviver ou vai pra estar fazendo laborterapia, uma confusão muito grande”, diz. A pessoa ia lá, pintava um pano de prato em uma oficina. O que fazia com aquele pano? Ficava lá até que, por um acaso, tivesse alguma feira ou evento da cidade, iam lá e tentavam vender. Quando vendiam, era bem pouca grana que entrava. Não gerava renda significativa alguma essa proposta. As pessoas até podiam aprender a fazer algum tipo de atividade que pudesse gerar renda na vida delas, só que elas teriam que gerar renda por conta própria. Então, você tinha lá uma oficina de costura. Você ia lá, aprendia a costurar e depois você podia montar uma estrutura no quintal da sua casa e tentar vender. Por conta própria.

Na realidade, é muito complicada a questão toda da geração de renda dentro da saúde mental até hoje, não só em Santo André, mas no Brasil mesmo. O NUPE, por exemplo, até hoje no papel, é um Ambulatório de Saúde Mental. Por isso que veio um prefeito de direita e desmontou a geração de renda. Cá entre nós, eles fazem o que querem, eles, os políticos. Se chegar alguém um dia e meter a canetada de que aquilo volta a ser apenas laborterapia, pode voltar. Mas, na prática, vamos combinar que não voltaria, porque as pessoas não iriam deixar. Mas que “eles”, os políticos, podem tentar o que quiserem, podem. Podem até tentar fechar. O que fica parecendo é que o projeto de uma vida digna e de ver essas pessoas como humanos, como gente, é coisa de petista, sabe? Se escuta esse tipo de coisa por aí. Gente doida ganhando dinheiro é coisa da galera do PT. Não é coisa de gente ética e humana. É coisa do PT.

Lá no CAPS, os CUPINS estavam voando. Continuaram sendo chamados para muitos outros eventos depois do prêmio do CRP, para feiras em espaços públicos e universidades. As gravuras produzidas passaram a ser vendidas entre conhecidos e vizinhança. A pequena renda que ia sendo gerada era dividida entre todos, e uma parte era destinada à construção de um capital de giro. Criaram um fundo rotativo solidário. Essa experiência acabou aproximando o grupo dos campos de conhecimento e organização da Economia Solidária. André, o cupim terapeuta ocupacional, conheceu essa história de Economia Solidária no CAPS AD Sé, em São Paulo, onde também trabalhava. Começou a frequentar as reuniões da Rede EcoSol e falava para sua coordenadora em Santo André: “Olha, tá acontecendo uma coisa aí de uma rede de

economia solidária. A gente precisa tá nessa! Santo André precisa estar porque a gente tá perdendo o bonde da história assim. O povo tá super articulado e tal e eles vão fazer umas feiras nos parques”. E a coordenadora foi convencida e aceitou a ideia. E lá vão eles, cavando seus espaços.

Em 2011 mesmo, o coletivo passou a integrar a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do estado de São Paulo, cavando saídas para mais um espaço. Um espaço na construção de produtos em rede. Tinha essa Rede, uma redona, com coletivos de Guarulhos, Botucatu, Campinas. Estava nessa o famoso bar Bibitantã, lá do Butantã, uma invenção de dois CAPS da região e da Escola de Enfermagem da USP. E tinha outros coletivos de geração de renda da região do ABC. Juntos, pensaram que podiam formar uma Redinha só com a galera de perto. E fizeram. Tinha gente de São Bernardo, de Diadema, de Mauá. E tinha o CUPINS de Santo André. Essa galera toda junta começa a tentar fortalecer os empreendimentos econômicos solidários da Saúde Mental do ABC.

Com a venda das camisetas, o CUPINS acaba começando a se aproximar do NUPE, nessa confusão toda que o espaço vinha passando. Vão chegando perto do coletivo de marcenaria, o Refazer, que também tinha vindo do CAPS da Praça Chile e que continuava existindo no NUPE. Juntos, os coletivos participavam de feiras e outros eventos para vender os produtos. Aí em 2013 volta o PT. Volta a galera de humanas. Volta a galera humana. Volta com o Carlos Grana como prefeito. Que sobrenome interessante para um trocadilho, não? Com ele, volta a geração de renda pro NUPE. Nesse mesmo ano, André é convidado pela secretária de saúde mental da cidade para sair do CAPS e assumir a coordenação do NUPE. Ele topa e leva o CUPINS junto. Então, em 2013, oficialmente eles saíram do CAPS e começaram a fazer parte do NUPE.

Quando o André chegou lá, já todo envolvido junto com o CUPINS na Rede e na Redinha de Economia Solidária e Saúde Mental ele tinha um objetivo muito claro em mente: “chega de laborterapia, aqui é trabalho!”. Ao chegar, já começa a mover as máquinas. Literalmente. Todas as máquinas de costura estavam paradas. A oficina de costura estava naquelas de pintar pano de prato. André começou a ligar as máquinas, a ficar perto dos grupos. Começou a ser gerado um certo movimento ali, dentro da equipe técnica e com os usuários. As pessoas começaram a ser chacoalhadas. “Olha, aqui é um serviço de geração de renda e trabalho. A gente tem que pensar na questão do trabalho. Esse equipamento serve pra isso, é pra isso que a gente existe. Não é para fazer de conta,

não. É pra gente ter dinheiro no bolso do povo, é para isso que a gente tá aqui”, André dizia. Aí quando começava aquele papo de que ali era terapia, André insistia. “Ah é? Você conhece uma terapia que ganha dinheiro? Eu quero ser o cliente dessa terapia. Porque eu nunca vi, a gente só gasta pagando terapeuta”. E assim ia movimentando as pessoas e o espaço.

André chamou Roseli de volta para o CUPINS. Ela, psicóloga que estava presente bem na formação do CUPINS lá no CAPS, tinha sido deslocada no desmonte que houve na gestão de direita na cidade. Juntos, começaram a reconstrução do espaço do NUPE, agora nos moldes da Economia Solidária. Implementaram as Assembleias, as Rodas de Conversa, foram trabalhando a ideia de que ali era trabalho. Inscreveram usuários das oficinas em cursos da EcoSol, foram pensando a distribuição da renda obtida, as retiradas. Iam repensando e reconstruindo o que era o trabalho e como ele poderia ser entendido de uma outra forma, de uma forma solidária. E essa coisa toda foi se fortalecendo. Aos poucos, toda a equipe e participantes das oficinas compraram a ideia. Roseli acabou assumindo a coordenação do CUPINS. Curiosamente, a única mulher entre eles.

No primeiro ano desse remelexo, as oficinas do NUPE fecharam o caixa com R\$ 5 mil. No outro ano, esse valor quase dobrou! Começaram também a se aproximar do Centro Público de Economia Solidária de Santo André, cavando espaços para sair do gueto da Saúde Mental e ocupar as cidades. E como era de se esperar, nem tudo foram flores. Houve muitos espinhos. Esse centro de Economia Solidária da cidade também vinha sofrendo com os desmontes vindos “deles”, dos políticos. Afinal, essa coisa de Economia Solidária, de pobre criando forma de sobreviver, só pode ser coisa de petista. Quando o Grana voltou com o PT para a prefeitura da cidade, os empreendimentos solidários tentaram se restabelecer. Mas a coisa estava feia, estavam muito enfraquecidos, com tensões internas. E no meio disso tudo o NUPE foi tentando participar com o CUPINS. E eles já estavam muito organizados na coisa toda da Rede e da Redinha. Mesmo durante a gestão dos políticos de direita, conseguiram resistir a até mesmo avançar. Com isso, ganharam, inclusive, uma importância de acontecimento histórico muito grande.

Daí, quando quiseram se aproximar da galera da Economia Solidária fora da Saúde Mental, encontraram um pouco de nariz torcido. Como se essa aproximação não fosse necessária. Foi como se esse povo do Centro Público pensasse: “Todo mundo tava

recuado e esses malucos avançaram. Como assim? Já que estão muito avançados, não precisam da gente aqui”. Mas, ao mesmo tempo em que o CUPINS tinha avançado enquanto proposta entre saúde e economia na rede, não queriam só isso. Queriam participar com todo mundo. Deixando claro que não, eles não foram impedidos de participar nem foram excluídos. Mas sempre parecia haver um tensionamento, sabe? Uma coisa no ar. Tiveram que ir para uma Assembleia explicar o que estavam fazendo ali. Queriam participar com as produções do NUPE e do CUPINS de uma loja que havia na cidade, sustentada pelas produções dos coletivos do Centro Público. Quando os rapazes do CUPINS iam tocar o plantão na loja, eram vistos como café com leite. “Eles têm que vir junto com algum técnico, junto com alguém”, diziam alguns dos outros empreendimentos. Tinham que ir, nada! Sabiam mexer com dinheiro. Sabiam andar na cidade. Sabiam conversar. Pra que tutelar os caras? Não fazia sentido nenhum. Que diacho de solidário era esse que não era inclusivo? Então não era solidário, era só no discurso, né?

Mas, assim foram, insistindo e resistindo. Só que tinham saias justas. Teve uma vez que apareceu uma italianada lá no NUPE. Foi um Deus nos acuda! Vieram para conhecer os empreendimentos e começaram a falar “por que que os empreendimentos de vocês já não estão legalizados? Por que é que os empreendimentos de vocês não são pra valer? Por que é que vocês não estão participando das histórias da economia solidária?” Climão. Os italianos, fulos da vida, começaram a cobrar forte. Então, o André tentou explicar: “não existe porque não tem lei pra isso, tudo isso aqui é clandestino, a gente dá um jeito aqui, mas não existe uma lei para garantir isso que a gente faz. Não tem”.

Na verdade, tudo não passou de uma baita confusão. Disseram para os italianos que eles iam para o Centro Público de Economia Solidária e eles foram parar lá na Saúde Mental. Tinham ido na Saúde Mental achando que estavam em outro lugar e então começaram a fazer cobranças. O povo do Centro Público que estava ali junto, diante do climão, botaram os italianos dentro do carro e levaram pro lugar certo. Mas, nesse grupo italiano, tinha um tanto de gente da economia solidária e tinha também um tanto de gente da reforma psiquiátrica. Essa confusão serviu para mostrar como a coisa no Brasil é complicada, essa coisa de maluco ganhar dinheiro. Lá na Itália a economia solidária é mista, as associações são mistas, as cooperativas são mistas. Tem gente da saúde mental e tem gente de fora, trabalhando junto. Aqui não.

Inclusive no próprio Centro de Economia Solidária o NUPE teve problemas com a clandestinidade. O NUPE é uma instituição pública, e esse nome é como se fosse um nome fantasia público. Lá no cadastro do Ministério da Saúde não existe essa possibilidade de se cadastrar um serviço como equipamento de geração de renda. Então, o NUPE continua cadastrado como um Ambulatório de Saúde Mental. O Ambulatório de Saúde Mental de Santo André é o NUPE. Só que os coletivos colocavam o nome NUPE nos produtos que vendiam. Aí uma pessoa que trabalhava lá na Economia Solidária falou: “Olha, o que vocês estão fazendo aí é ilegal, porque como que um equipamento público vai vender coisa?”. Aí, de novo, eles enfrentaram uma saia justa por causa da exclusão feita por “eles”, os políticos. Então, precisavam inventar um outro nome fantasia que fosse de uso dos coletivos. Foi quando surgiu a ideia de se pensar na construção de uma cooperativa. Criaram inicialmente uma proto-cooperativa. Chamaram de “Teia de trabalho”, uma proto-cooperativa guarda-chuva que abarcava os vários empreendimentos.

Aí o CUPINS também entra nessa. Era já o ano de 2014. Começaram a pegar encomendas maiores de camisetas. A primeira grande encomenda que fizeram foi uma feijoada que rolou lá no CAPS 3 da Vila Vitória, um evento de abertura do CAPS. Depois, pegaram uma encomenda da ABRASME (Associação Brasileira de Saúde Mental) junto com o pessoal de Guarulhos. Era uma encomenda para o Congresso Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos. E indo assim, precisavam emitir nota fiscal. Então, começaram a correr junto com o pessoal que era associação legalizada para poder emitir nota fiscal e vão vendo que existe a possibilidade de abrir um MEI. Um dos participantes do Refazer se disponibilizou a se tornar MEI. Era isso. Tinha que ter jogo de cintura coletivo para poder funcionar à medida que a coisa ia rolando! O famoso ditado de ter que trocar o pneu do carro com ele em movimento.

Aos poucos, vão deixando de depender só da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária e vão cavando outros espaços. A Teia de Trabalho começou a se fortalecer na prestação de serviços. Os CUPINS, desde que ganharam o prêmio, deixaram um pouco de lado o trabalho autoral, mas não o abandonaram. Todo ano, até hoje, vendem cadernos e agendas com produções autorais estampadas nas capas e em algumas páginas no miolo. Também estampam algumas poucas camisetas com artes deles. A serigrafia virou, praticamente, um serviço que eles prestam. A originalidade deles mesmos está na xilogravura que vão fazendo ainda na estampa das agendas. Acabou se perdendo aquela

coisa de um viés artístico que fez com que ganhassem o prêmio do CRP e a visibilidade. Foi assim que se tornaram, de verdade, um empreendimento de geração de trabalho e renda. André e Roseli acham que esse foi o pulo do gato para o crescimento dos coletivos do NUPE e do próprio CUPINS. “Artesanato é aquela coisa, né? Você compra uma vez na vida e outra na morte”. A prestação de serviço, não. A geração de trabalho e renda vai assim sendo fortalecida, de forma mais concreta, para essas pessoas viverem.

Ah, antes de terminar essa história. Sabe aquela coisa insistente de que trabalho era pra ser terapia? Bem. No ano em que André saiu da coordenação do NUPE, de novo por causa “deles”, dos políticos, o serviço fechou o ano de 2017 com R\$ 35 mil em caixa, a partir da geração de trabalho e renda, para ser distribuído em todas as oficinas. Eita terapia boa, não?!

5.2.4. Saúde não se vende, loucura não se prende ou trabalhar é mais que mil remédios

Setembro de 2017. Estou na oficina do CUPINS me preparando para ir embora após uma tarde de trabalho. Guardo meu cigarro e meu celular na bolsa. Esses são os únicos itens que ficam comigo durante o trabalho na oficina. Roberto, um dos cupins mais velhos e bastante próximo a mim, também está ajeitando suas coisas. Ele me chama.

– Aline, você está sabendo que amanhã vai ter um evento aqui no NUPE?

Penso que amanhã será um sábado e que não estava sabendo de nada especial.

– Não estou sabendo não, Roberto. O que é que vai rolar?

– É uma reunião dos familiares e da RAPS.

Saca um papelzinho amassado do bolso e me entrega dizendo que estou mais do que convidada. Parece que ele faz questão da minha presença. Eu agradeço sorrindo e digo que estarei presente. Ele sorri de volta.

No dia seguinte, chego cedo ao NUPE e o evento ainda não tinha começado. Ele acontecerá na garagem e no espaço em frente ao galpão, onde fica o coletivo “Refazer” de marcenaria. Algumas cadeiras estão dispostas e algumas pessoas já estavam lá. A maioria delas em silêncio ou conversando baixo entre si. Outras pessoas estão ajustando o som e arrumando o espaço.

Primeiramente me sento em uma das cadeiras, próximo àquelas pessoas. Passado um tempo, me levanto e decido procurar alguém para saber se posso ajudar com alguma coisa. No meio do caminho acabo encontrando com o Gustavo¹⁵⁵, trabalhador do NUPE, e fumamos um cigarro juntos. Animada, pergunto a ele se todos os convidados já chegaram. Ele ri.

– Vixe, não vem ninguém!

Eu me espanto.

– Nossa, como assim?!

¹⁵⁵ Nome fictício.

Ele diz que houve desmarcações em cima da hora, me explicando que esse evento acontece mensalmente e se trata de uma reunião de familiares da RAPS de Santo André. Assim, geralmente os mais presentes são mesmo os integrantes da rede e alguns familiares. Ficamos jogando conversa fora, e logo a reunião é aberta pelo Geraldo¹⁵⁶, que é assistente social e especialista em Saúde Mental. Ele inicia falando a respeito do empoderamento dos usuários e dos familiares e sobre a nova posição social que os usuários ocupam. Posição de trabalhadores. Fala sobre o papel do NUPE no empoderamento do sujeito e na mudança do tratamento e do cuidado, e que, diante dessas mudanças, os trabalhadores podem se ver como cidadãos. Logo após sua fala de abertura, ele chama à frente o grupo musical “De volta aos palcos” que é integrado por participantes da RAPS.

A líder do grupo, que é professora de música e trabalha em um dos CAPS, apresenta o grupo e diz que o que a motivou a juntar essas pessoas e compor esse grupo musical foi a iniciativa de mostrar que todos são capazes de fazer o que quiserem fazer. Conta também que cada um gosta de um tipo de música diferente e há muita diversidade, o que atrapalha até um pouco os ensaios. Todos rimos. Eles iniciam sua apresentação com a música “É preciso saber viver”, dos amigos Erasmo e Roberto. O grupo musical é composto por dois violões, chocalho, *cajon* e percussão.

A segunda apresentação musical é de um dos integrantes do grupo com uma música solo. Antes de começar a cantar, ele diz que tem uma carreira solo e que gravou um CD com músicas de sua autoria. Alguns discos estavam à venda ali, para quem quisesse comprar. Ele começa a se apresentar e a música fala de amor. Ao final, ele pede aplausos, entusiasmado com sua própria performance. Mas todos já estavam aplaudindo.

Durante essa segunda apresentação, o Jorge, do CUPINS, chega faceiro, com passos leves, carregando um violãozinho nas costas, todo no estilo, trajando um chapéu boêmio. Senta-se de frente para o grupo. Todos o cumprimentam com bastante animação, inclusive o rapaz que estava ali fazendo sua apresentação solo. Antes dele, mais uma moça se apresentou, com o acompanhamento de todo o grupo. Então, chega a vez de Jorge se apresentar. Ele chega rapidamente, liga seu violão ao som e se ajeita numa cadeira.

¹⁵⁶ Nome fictício.

– Essa música traz uma mensagem muito positiva e eu vou cantar ela.

Só diz essa frase e começa a cantar. Abaixo, a letra.

Linha do Horizonte - canção de Azymuth
É, eu vou pro ar.
No azul mais lindo eu vou morar.
Eu quero um lugar que não tenha dono.
Qualquer lugar.
Eu quero encontrar a rosa dos ventos e me guiar.
Eu quero virar pássaro de prata e só voar.
É aqui onde estou.
Essa é minha estrada, por onde eu vou.
E quando eu cansar,
Na linha do horizonte eu vou pousar.

Ele se apresenta sozinho com seu violão e acaba emocionando o público com a canção. Termina, só diz obrigado e se levanta. Todos aplaudem. Geraldo retoma a palavra.

– Isso aqui que é Saúde Mental! Entrar nos serviços e ocupar os espaços, estar sempre um passo adiante! Saiam de casa, transitem, interajam com outras pessoas e não fiquem só pensando em doença. Essa é a Saúde Mental!

Figura 15 - Grupo “De Volta aos Palcos”, Jorge à frente com o violão e ao lado direito, estande de venda de produtos¹⁵⁷



¹⁵⁷ Fonte: autoria da pesquisadora.

“De volta aos palcos” se apresenta novamente com uma música que contam ser autoral, cujo refrão diz: “Saúde não se vende, loucura não se prende” e que fala de saúde mental e liberdade. São muito aplaudidos! Geraldo retoma e diz que a Saúde Mental não é só o usuário, e que outras pessoas fazem a diferença.

– O usuário, o trabalhador, o familiar e principalmente o estudante, principalmente o estudante. A união é um elo.

Ele enfatiza a importância dos estudantes de Psicologia em seus estágios em toda a rede e como isso tem sido crucial para os serviços.

O tema do encontro é: “Saúde Mental e inclusão social por meio do trabalho” e Geraldo fala sobre a mudança dos nomes que eles são chamados, de usuários para trabalhadores, cooperativados ou sócios. Se desculpa pela ausência dos convidados da reunião e chama para que alguém venha até a frente contar sua experiência.

A coordenadora da ONG “Associação de Volta pra Casa” que trabalha junto à Prefeitura Municipal de Santo André na implementação e gestão das Residências Terapêuticas da cidade, fala. Começa dizendo que o trabalho é tudo na vida de uma pessoa. Emocionada, conta que viveu doze anos de sua vida reclusa em casa, num quarto escuro, sofrendo de uma depressão muito forte. E, quando começou a trabalhar na Redinha, o coletivo de empreendimentos solidários da saúde mental no ABC, teve sua independência e virou, depois de um tempo, coordenadora da Associação.

Outro trabalhador conta que sua vida mudou muito depois que começou a trabalhar. Ele pede para cantar o Hino de Santo André, que aprendeu na escola, e para que todos o acompanhem. As pessoas cantam algumas estrofes. Mas o hino é longo. E ele repete, repete, repete tanto que acaba sendo interrompido, para que pare de cantar e dê a vez para outras pessoas falarem de suas experiências. Mas não foi uma interrupção abrupta. Era um momento de muita descontração e as pessoas sorriam e aplaudiam muito.

Dois integrantes do “Belisc”, oficina de culinária do NUPE, vão à frente juntos e também falam de suas experiências. Era um homem e uma mulher. Ele assume o microfone.

– As pessoas pensam que a gente não tem condições de trabalhar porque tivemos uma ou duas crises. Há lugares no Brasil que ainda têm tratamento medieval e precisamos mostrar que trabalhar é mais que mil remédios!

As pessoas aplaudem e assobiam efusivamente. A mulher assume a palavra e conta que era usuária do CAPS AD em outra cidade e hoje se tornou monitora de culinária ali no NUPE. Agradece muito a oportunidade e a confiança que as pessoas deram para ela.

– Eu tenho muito orgulho hoje de ter a minha carteira assinada. Eu sofri muito. Então, aqui me incentivaram a fazer um curso de culinária e eu voltei a estudar. Trabalhei no Ritz, na cozinha. Antes estava em situação de rua. Aos poucos a pessoa vai se preenchendo com o trabalho e sai do equipamento.

O Ritz é um hotel que compõe uma famosa rede hoteleira surgida na Suíça e se espalhando pelo mundo afora, tendo várias unidades em terras brasileiras.

Logo em seguida às falas dos usuários dos serviços, o Coordenador de Saúde Mental da cidade é convidado a falar e diz sobre a importância de trabalhos como esses, enfatizando que não se precisa de internação permanente, que o cuidado se dá no dia a dia. Após sua fala, Geraldo pergunta se mais alguém quer contar sua experiência. Marcelo do CUPINS se candidata.

– Eu moro longe, pego ônibus e to gostando muito de trabalhar aqui no NUPE.

Alguém o incentiva a falar mais, perguntando o que o trabalho mudou na vida dele.

– Ah, o trabalho ajudou em muitas coisas, a sair da depressão, cuidar de mim e das pessoas que eu amo. Da minha namorada...

E dá suas risadas escancaradas, que são tão características. Todos riem junto com ele. A namorada também é da rede e embora não estivesse presente no momento, todo mundo a conhece, de tanto que o Marcelo fala dela e mostra fotos. Por último, uma moça, estagiária de Psicologia vai até a frente e diz que seu estágio de quatro meses proporcionou outra visão do que é a Saúde Mental e que os que ali trabalham zelam muito por todos, com muito amor e cuidado.

Por fim, há uma última chamada aos que gostariam de falar. Um homão de dois metros de altura vai até a frente. Era impossível não ter reparado nele antes. Estava vestido com chapéu, óculos escuros e uma roupa africana colorida. Ele faz parte do coletivo “Nutrarte”, de outra cidade que compõe a Redinha. Diz se sentir muito seguro e tranquilo na certeza que se pode viver da própria renda.

– Somos donos dos nossos trabalhos, fazemos, vendemos. Começar nesse trabalho foi um divisor de águas pra mim. Eu agradeço às pessoas que acreditaram em mim, à família Nutrarte dentro da Economia de Trabalho Solidário.

Em seguida, foram à frente as outras autoridades presentes. Falaram, dentre outras coisas, das sete residências terapêuticas que existem na cidade, o que coloca a RAPS andreense como referência nacional. Suas falas giraram em torno de temas como protagonismo, acolhimento, valorização dos trabalhadores, atenção em saúde, horizontalidade e subjetividade.

Enquanto as autoridades falavam, eu aproveitei para circular um pouco entre as barraczinhas dos coletivos que estavam vendendo seus produtos e acabei fazendo uma boquinha na barraca de pastel do Belisc. Notei que todas as pessoas que estão atendendo nas barracas são trabalhadoras dos coletivos e há uma diversidade muito grande de produtos.

Infelizmente, a fala das autoridades se estendeu um pouco e como tinha outro compromisso na hora do almoço, precisei ir embora. Me despeço do Gustavo, que é quem está mais próximo. Vou embora com um sentimento muito bom de ter participado daquele evento. Sinto um sincero agradecimento ao Roberto por ter me convidado. Pena que só vi alguns cupins de relance. Um deles parece não gostar de aglomerações, e ficou afastado o tempo todo, acompanhando tudo ao longe, enquanto fumava seu cigarrinho.

5.2.5. A nau dos loucos ou sair dos muros não é deixar o manicômio

Figura 16 - *La Nef des fous* - Hieronymus Bosch (1503-1504)¹⁵⁸



É para o outro mundo que parte o louco em sua barca louca; é do outro mundo que ele chega quando desembarca. Esta navegação do louco é simultaneamente a divisão rigorosa e a prática absoluta. (...) A água e a navegação têm realmente esse papel. Fechado no navio, de onde não se escapa, o louco é entregue ao rio de mil braços, ao mar de mil caminhos, a essa grande certeza exterior a tudo. É um prisioneiro no meio da mais livre, da mais aberta das estradas: solidamente acorrentado à infinita encruzilhada. É o passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem. E a terra à qual aportará não é conhecida, assim como não se sabe, quando desembarca, de que terra vem. Sua única verdade e sua única pátria são essa extensão estéril entre duas terras que não lhe podem pertencer (Michel Foucault sobre a nau dos loucos em A História da Loucura na Idade Clássica).

¹⁵⁸ Fonte: Imagem de domínio público. Recuperada de <https://www.wikiart.org/pt/hieronymus-bosch/navio-dos-loucos-1500>, acesso em 25 de junho de 2023.

Esse trecho de um dos livros do Michel Foucault sempre me chamou a atenção para o fato de que em determinado período da história ocidental houvesse a prática de colocar os insensatos em um navio e despachá-los à própria sorte. Fazia parte do “escorraçamento” dos insanos para as margens das cidades, para os campos e também para o mar. Somente muitos anos depois dessas sandices veio outra ideia: trancá-los em terra firme, mas bem longe dos olhos da cidade. Bem longe, junto com outras populações indesejadas de serem vistas.

Mas, como disse o filósofo francês no trecho em epígrafe, em ambas as situações, em alto mar ou em terra firme, os insensatos não deixaram de ser prisioneiros. Não foram livres nem mesmo quando, tempos depois, Pinel lhes arrebitou as correntes e conduziu a um novo domínio que acabou também se tornando aprisionante: o domínio médico. Será que agora que os manicômios caminham para a extinção, estariam eles finalmente livres?

Poucas vezes escutei os CUPINS mencionarem o manicômio. Algumas vezes o assunto apareceu e em todas elas de maneira incômoda. Certo dia, Marcelo surgiu, um tanto esquentadinho, querendo arrumar briga com alguém que o teria provocado. Estávamos Roberto e eu, na pausa do cafezinho e do cigarro. Depois que tentamos tirar da cabeça dele a ideia de arrumar briga, Marcelo nos tranquilizou dizendo que não iria arrumar briga de jeito nenhum, pois tinha que aproveitar a vida dele. Emendou à essa fala, uma pergunta inusitada:

– Ô Roberto, você não acha que a Aline parece com aquela enfermeira lá do Lacan?

O Lacan é um hospital psiquiátrico privado ainda em funcionamento e muito conhecido na região do ABC. Ainda hoje recebe pessoas em regime de internação, oferecendo, principalmente, tratamento para uso abusivo de álcool e outras drogas. Roberto respondeu:

– Não sei não, Marcelo. Eu fiquei pouco tempo lá. Você que ficou mais.

– Claro, né. Você é filhinho de papai. Nós que não tem ninguém fica muito, né. Os pais, eles tiram de lá, né. Já eu fiquei noventa dias, mais de noventa. Por isso eu digo, a gente tem que dar valor à vida, né? Tem que aproveitar agora que a gente tá solto, porque quando a gente tava preso era muito ruim.

Perguntei para o Marcelo como era isso de estar preso.

– Ah, é muito ruim, né? Muito triste. Aquilo é uma prisão. Uma cadeia. Por isso que eu não vou brigar com ninguém porque agora a minha vida pertence à casinha e não vou brigar pra ser expulso de lá, porque aquele lá, ó, – fez um gesto indicando estar falando do cara com quem ele iria arrumar briga – ele tem casa e família.

“Casinha” era a maneira como Marcelo chamava a Residência Terapêutica onde morava e dividia o quarto com Jorge, outro trabalhador do CUPINS. Ele sempre vivia me chamando para conhecer a casinha deles, para uma visita e para tomar um café com bolo. Um dia aceitei o convite, depois de perguntar ao Jorge se ele também queria minha visita. No final do dia, fizeram plantão na porta da coordenação esperando que eu terminasse a conversa que eu estava tendo por lá. Saindo, perguntei o endereço pra eles e Marcelo tirou um papelzinho do bolso onde teria anotado. Era um papel qualquer e ele se agitou procurando na mochila onde estaria o papel com o endereço. Nesse momento, Jorge, que era um homem de poucas palavras, disse em alto e bom som o endereço completo deles e Marcelo, que tinha achado o papel naquele exato momento, brincou com ele, dizendo que Jorge só podia estar sacaneando, já que sabia o endereço o tempo todo e não tinha dito nada.

Munidos do endereço, partimos para a casinha, que ficava do outro lado da cidade, em um bairro um tanto afastado. Marcelo se sentou ao meu lado e Jorge no banco de trás. Marcelo, falastrão e brincalhão, ficou fazendo piada com o fato do meu carro não ter quatro portas e ainda por cima ficar com a tampa do porta luvas abrindo sozinha várias vezes. Fomos no caminho, Marcelo e eu, conversando sobre várias coisas e dando risadas. Jorge só ria. A conversa girou em torno de dinheiro, um dos assuntos favoritos do Marcelo, e do café com bolo que teria na casinha.

Ao chegar lá, um homem veio abrir o portão. Marcelo me apresentou como a “amiga que trabalha com a gente” e perguntou ao homem se eu poderia entrar, pois gostaria de conhecer a casa. O homem aparentou um pouco de surpresa, mas me convidou a entrar e me cumprimentou, se apresentando, dizendo que trabalhava como cuidador na residência. Entramos e Marcelo foi na frente sempre muito falante, Jorge o seguindo, e eu depois dos dois com o cuidador atrás de nós. Na sala, cumprimentamos um morador que estava assistindo TV. Foram adentrando os cômodos, mostrando tudo, abrindo portas

de quartos e apresentando pessoas, Marcelo na frente, Jorge e eu o seguindo e o cuidador atrás.

Era uma casa muito bonita. O cuidador se afastou de nós e fomos somente os três até o quarto em que Marcelo e Jorge dormiam, no andar de cima do sobrado. Na cama do Marcelo havia um radinho velho que ele disse usar todos os dias. Na cama do Jorge estava seu violão. Marcelo fez questão de me mostrar inclusive dentro dos guarda-roupas, como tudo era arrumado e organizado. Comentou que Jorge era um bom companheiro de quarto, exceto pelo ronco. Gargalhamos, os três.

Descemos para a cozinha para o tal do bolo com café, mas o cuidador disse que não tinha mais, pois já havia passado do horário do lanche. Marcelo, decepcionado, perguntou se o cuidador não poderia fazer um pouco de café pra nós. Mas não, não podia. O horário já havia passado. Pedi um copo de água e sentamos à mesa, com outros moradores que acabaram vindo até nós. Puxei papo com o cuidador sobre seu trabalho e conversamos bastante. Ele já havia sido cuidador em uma RT de AD (residência terapêutica de álcool e drogas) e disse da diferença, de como a rotatividade lá na AD era grande e como o grau de independência era muito maior. Ali na casinha, seu trabalho era o de manter o espaço funcionando, com uma rotina de casa. Havia ajuda dos moradores nas tarefas a partir de escalas, mas todas as atividades eram guiadas por eles, cuidadores, que ali no caso eram em número de três que se revezavam em turnos de doze horas. Os remédios eram algo que os cuidadores deviam se atentar muito para que não houvesse esquecimento. Enfatizou, diante de todos que estavam sentados em silêncio, inclusive dos dois CUPINS, que o grau de dependência ali era muito grande, exceto de Jorge e Marcelo que trabalhavam fora.

Em determinado momento, Marcelo retomou o protagonismo da conversa e foi buscar as lições que fazia na escola para me mostrar o que estava aprendendo. Ficamos um tempo olhando para os papéis com atividades feitas por ele, que com muito cuidado e entusiasmo foi explicando cada uma delas. Eu já estava há muito tempo ali alterando a rotina da casa. Levantei e me despedi, agradecendo ao cuidador pela conversa e pela recepção. Caminhamos para a saída e agradei ao Marcelo e ao Jorge por me receberem em sua casa, dando um abraço neles. Marcelo se desculpou por não ter bolo e café e garantiu que na próxima vez que eu fosse lá, não iria faltar.

Depois disso, muitas outras vezes Marcelo me pediu carona. Na carona seguinte à visita, Marcelo insistiu novamente na ideia do bolo e do café, mas fomos recebidos por uma cuidadora que não permitiu que eu entrasse, dizendo para Marcelo que o horário do café já havia acabado, para decepção de todos nós, principalmente de Roberto que também havia pego carona para ir ao centro da cidade comprar pacotes de cigarros, e estava sedento por um cafezinho.

Essa questão dos pedidos constantes de carona e do posicionamento da segunda cuidadora me deixou ressabiada e acabei perguntando para a coordenadora do NUPE se havia algum problema em levá-los. Ela disse que Marcelo era assim, “terrível”, e entre risos disse que eu ia acabar me tornando motorista dele, mas que não havia problema algum se eu quisesse dar caronas. Eu contei que Marcelo sempre queria que eu entrasse para um café e que eu ficava preocupada de incomodar outros moradores. Ela me deu uma direta:

– Ué, Aline, a casa também é dele e ele leva quem ele quiser, né?!

Concordei, mas nem todos pensavam assim.

Em outro dia, um dia muito frio por sinal, estávamos Marcelo, Roberto e eu tomando sol, no momento cotidiano do café com cigarrinho, e em algum momento da conversa Marcelo comentou novamente sobre os dois terem passado um tempo no Lacan. Roberto saiu do assunto parecendo não se sentir à vontade para falar disso. Marcelo disse algumas coisas como “vivia trancado”, “sentia-se preso”, “não tinha liberdade”. Roberto se levantou irritado, jogou o cigarro fora e disse não querer falar disso, se afastando de nós para dentro da oficina.

Marcelo e eu continuamos sentados até que um trabalhador da equipe técnica do NUPE se aproximou. Roberto estava de volta e o homem chegou no exato momento da conversa em que o Marcelo estava me pedindo carona. O trabalhador ouviu a conversa e diz que essa coisa de “transportar usuário pode dar problema”. Fez uma série de ressalvas sobre o perigo que quem dá carona corria ao ser responsabilizado por alguma coisa que acontecesse, e por fim falou inclusive sobre o problema que é uma mulher dar carona para homens, que “o povo pode falar, fica chato”. Eu discordei, disse que pensava que na hora que eles saíam dali não eram mais usuários da rede e sim cidadãos que tinham o direito de ir e vir. Perguntei ao homem se essa era uma opinião dele ou se era alguma orientação

da Secretaria de Saúde Mental. Ele disse que era algo que ele pensou e que escutou por aí. Percebi que ele ficou um pouco sem graça, disse mais algumas coisas e saiu.

Quando ele saiu, Marcelo e Roberto começaram a reclamar da postura do homem. Disseram concordar comigo e que não entendiam por que ele estava falando aquilo, e se perguntaram entre si se alguém teria falado sobre isso com ele, ou se era coisa da cabeça dele. Chegaram à conclusão que podia ser coisa da cabeça dele, mas que também podia ser por causa de um problema que tinha dado há pouco tempo com Matheus, outro cupim.

Matheus era um dos cupins que eu menos via. Mas, sempre que o via, ele falava de futebol. Um dia veio me contar que iria ter copinha da saúde mental, insistindo para que eu fosse vê-lo jogar. Disse que era goleiro, todo entusiasmado, e que agarrava muito bem no gol. Conversamos um pouco e fiquei sabendo nesse dia que Matheus só ia em um dia específico da semana no CUPINS, por causa de suas atividades no CAPS.

No mesmo dia da semana, na semana seguinte, estava sentada nos tocos de madeira que fazíamos de banquinho, conversando com Roberto, o sol estava bem gostoso do lado de fora. Nos sentamos com um café, acendemos um cigarro e eu puxei conversa sobre estar mudando os dias de ir até o NUPE, para ver se conseguia ir em dias que teriam mais pessoas que eu ainda não conhecia muito bem, como Matheus. Roberto disse que tinha um dia que não era muito bom mesmo, porque ele próprio saía mais cedo para ir na psicóloga. Eu quis saber como estava sendo na psicóloga e ele respondeu, um tanto sem graça, sorrindo envergonhado:

– Ahhh Aline, psicóloga é bem chato. Desculpa... Sei que você é psicóloga, mas eu não gosto não, de ir.

– Não precisa pedir desculpas, não, Roberto! Mas, me diz, por que você não gosta?

– Ah, eu fico falando, falando. Não gosto.

Roberto explica que é terapia em grupo no NAPS e que na rede não tem atendimento individual.

– É só grupos. Daí fica meio difícil, né? A gente fica sem graça de falar as coisas na frente dos outros.

– Ah, mas se é um grupo, acho que é porque todos ali têm alguma coisa em comum. Não?

– Ah, não sei Aline. Tem muita gente que não fala nada. A psicóloga fica perguntando, mas eles não falam nada.

– E você fala alguma coisa?

– Também não. Só às vezes.

E dá risada timidamente. Roberto acabou me dizendo que só estava indo na psicóloga porque mandaram ele ir. Ficamos um pouco em silêncio até que Bilha, outro cupim, chegou. Perguntei pra ele também sobre a questão dos melhores dias para ir ao NUPE e que aquele dia eu esperava encontrar o Matheus, que havia encontrado na semana passada, mas que ele não estava. Roberto me explicou:

– Matheus não está aqui porque “tomou gancho”. Ele não pode vir sozinho pra cá. Tem que ser trazido pelo carro da prefeitura ou pelo cuidador, e teve um dia que ele saiu e veio sozinho. Daí “tomou um gancho” porque é perigoso e pode dar problema pro NUPE, né?

Eu estranhei e perguntei o porquê do Matheus não poder vir sozinho e Roberto disse que às vezes ele tinha uns brancos, ficava perdido e isso era perigoso. Já havia acontecido uma vez. Ele morava em uma RT, mas já tinha morado na rua. Teria sido abandonado pela família que não queria saber dele. Já Roberto morava com os pais e Bilha também.

Da outra vez que encontrei Matheus, perguntei pra ele sobre como era onde ele morava. Matheus e eu estávamos conversando, junto com João, outro cupim. Ele respondeu que morava em Santo André mesmo e João acrescentou que os dois moravam juntos, na mesma Residência Terapêutica. Perguntei se eles gostavam de morar lá e eles disseram que sim, que moravam lá há pouco tempo e que antes moravam em outra residência. Curiosa, perguntei sobre antes disso, onde moravam. João respondeu:

– A gente já morou em abrigo, em hospital, na rua, em muitos lugares diferentes.

Os dois disseram que morar em hospital era muito ruim, pois batiam muito neles. Eram muito maltratados. Morar na residência era muito diferente, era diferente o cuidado,

era um “cuidado com mais carinho”. Matheus começou a contar uma situação que aconteceu quando eles moravam em um hospital. Uma pessoa bateu com um pedaço de concreto na cabeça dele. João disse que era um trabalhador de lá e que ele estava junto e defendeu o Matheus. Enquanto conversávamos, chegou o Marcelo e entrou na história, porque ele também morava lá na época.

– Aí a gente foi defender o Matheus e a gente entrou na briga, jogamos cadeira. Deu polícia e tudo mais.

Contaram mais um pouco dessa cena, Marcelo sempre empolgado narrando suas histórias. Eu comentei como essa história era terrível. Matheus concordou:

– Sim, a gente apanhava sempre, sem motivo eles batiam na gente. Se a gente tava nervoso, eles batiam.

Roberto chegou e interrompeu o assunto. Ele parece mesmo não gostar de contar nem de ouvir essas histórias. E parece também não gostar muito de hospital, na verdade. Outro dia, cheguei no NUPE e só estava ele, com febre e uma tosse horrorosa, teimando com a coordenadora do NUPE que não queria ir ao médico, apesar da insistência dela. Como não havia mais ninguém no CUPINS além do Roberto naquele dia, me ofereci para acompanhá-lo à UPA. Ele não queria incomodar, mas acabou aceitando que eu o levasse. Chegando lá, eu disse que iria ficar para acompanhá-lo, já que não havia mais trabalho no CUPINS naquele dia. Ele ficou sem jeito, mas acabou aceitando minha companhia.

Ficamos a maior parte do tempo em silêncio, sentados horas lá. Quando Roberto foi chamado, pediu que eu entrasse na sala de consulta com ele. O médico, um sujeito muito ríspido, perguntou logo o que Roberto tinha. Ele explicou o que estava sentindo e o médico insistiu em saber sobre um sintoma que Roberto não sabia muito bem explicar. Mal-humorado, o médico examinou rapidamente o Roberto e prescreveu remédios. A consulta foi tão rápida que ele nem explicou a tomada dos remédios e sequer escreveu a prescrição. Pegou alguns carimbos que já estavam dispostos na mesa e apenas carimbou o nome dos remédios e a própria prescrição na receita e mandou que Roberto pegasse os remédios na farmácia da UPA. Roberto ficou querendo perguntar mais alguma coisa e o médico se mostrou indisposto a responder. Saímos em direção a farmácia, o ajudei a entender a prescrição e ele já tomou o primeiro comprimido. Quis levá-lo em casa, mas

Roberto não aceitou, pedindo que eu o deixasse no ponto de ônibus do outro lado da avenida.

Fiquei pensando nessa coisa toda. Na loucura transitando pelas cidades, na nau dos loucos e no fechamento dos manicômios. O louco, antes confinado em um não lugar, em um hiato no mundo, em um espaço vazio, relegado ao papel de “passageiro por excelência, isto é, o prisioneiro da passagem” era um apátrida. Não pertencia aqui, mas também não pertencia lá. Tanto na nau quanto no manicômio, ocupava o “entre”. Ao desembarcar em terra firme como estrangeiro – palavra que vem do latim *extranèus*, o que é de fora, estranho – perambula estranhando o novo lugar ao mesmo tempo em que causa estranhamento de quem o recebe. Falo isso pensando nos dispositivos das cidades, nos perigos aos estrangeiros que em um primeiro momento a tudo desconhecem, e na inaptidão e muitas vezes indisposição dos residentes locais.

Fiquei achando Roberto tão vulnerável naquela situação, doente, precisando de cuidado e dependendo de ajuda e fiquei pensando no porquê ele não gostava de hospital, nem de estar, nem de falar sobre. E lembrei das histórias dos outros CUPINS que contei aqui. Lembrei também das palavras da Roseli que um dia me contou que no momento do fechamento de muitos manicômios na região, no começo do estabelecimento da rede de saúde mental, muitos, a maioria dos egressos, pareciam perdidos, não sabiam nada, não sabiam sequer que podiam desejar. Os técnicos acabavam tendo de “emprestar o desejo nisso tudo”, em suas palavras. Também me lembrei do dia em que André estava no CUPINS ajudando com uma encomenda grande de serigrafia do Semasa¹⁵⁹. André estava trabalhando em uma Residência Terapêutica lá em São Paulo e às vezes vinha ajudar nas encomendas. Nessa ocasião conversamos sobre como era o trabalho dele lá e eu quis saber se a maioria dos moradores era egressa de manicômios.

– Sim... Quase todos são egressos de internações psiquiátricas, e alguns têm família... Um irmão, uma irmã, um tio, uma tia... Mas são pessoas que não têm pra onde ir. Os familiares não dão conta. E eu percebo que para a grande maioria, eles saíram do hospital, mas o hospital não saiu deles. E esse processo é o mais difícil. Fazer com que eles entendam que não estão mais no hospital, tirar a internação de dentro deles. Isso muda muito a forma como a pessoa vê o mundo. Eles querem andar de pijama em casa e nas ruas, não sabem lidar com o dinheiro, não compreendem que têm deveres como

¹⁵⁹ Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André.

moradores de uma casa. Está sendo um trabalho bem difícil para que eles ganhem autonomia. Aqui no NUPE não, cada um aqui já sabe que é um trabalhador.

Sim, e é essa identidade que os põe em terra firme: trabalhadores. Mas, trazem ainda em si histórias tristes para contar ou para calar. Histórias terríveis. Para quem já morou em hospital, deve ser muito mais difícil tirar o hospital de dentro de si. Mesmo quando já desembarcou daquela nau em outro mundo, acaba chegando um tanto quanto mareado com o balanço do mar. Não sabe bem nem mesmo o que trajar ou como deve agir. Ainda mais quando carrega as marcas das correntes simbólicas, quando não sabe que pode desejar, quando não pode andar sozinho, quando não pode receber carona, quando falta café e bolo para visita da amiga do trabalho. Só que, assim como todo mundo, vão habitando o mundo e construindo outras histórias. E tem dias que precisam de companhia, afeto e cuidado. Como qualquer um. Como quando a gente fica doente e não gosta de hospital, como o Roberto.

Figura 17 - Camisetas produzidas e comercializadas pelos CUPINS ¹⁶⁰



Mas, sim, ali os CUPINS são trabalhadores e escolhi alguns dos seus trabalhos em camisetas, unindo xilo e serigrafia, para encerrar essa história aqui, mas continuar a história que eles vêm contando neste mundo, sendo gente como a gente. Gente que vive, ri, sofre, ama, adoce, brinca, se irrita, briga e trabalha.

¹⁶⁰ Fonte: Montagem feita pela pesquisadora com imagens recuperadas de: <https://www.facebook.com/ColetivoCupins/photos>, página do coletivo CUPINS no Facebook, acesso em 25 de junho de 2023.

5.2.6. Desfilando a loucura nos centros das cidades

A palavra moda¹⁶¹ vem do termo latino *modus* que significa “modo e maneira” e transcende a questão da vestimenta indo em direção a busca pelo novo, a ostentação de poder, a afirmação e a construção da identidade pela via de uma imagem individual ou grupal. Não se trata somente de como se vestir, mas sim como se comportar, como ser.

O que caracteriza a mudança do que os historiadores da moda chamam de “Era dos Costumes” – onde se repetia os modos da ancestralidade e mantinha-se a tradição das classes sociais onde se havia nascido – para a “Era da Moda”, é o desejo de inovação e diferenciação. Embora não seja um consenso, essa mudança teria se dado com o Renascimento a partir do século XV, que pouco a pouco vai estabelecendo valores como individualismo, hedonismo, valorização da beleza e da sensualidade, culminando nas ideias de gosto pessoal, diferenciação e exclusividade na cultura das aparências que se estabelece a partir do século XVIII no Ocidente.

Já no século XX, começou a cultura das passarelas e dos modelos, que ditavam padrões de beleza rígidos, disseminando a moda por meio das mídias impressas e da televisão. Surgiu a Alta Moda. Ao mesmo tempo, movimentos sociais apareceram em resistência a esses padrões, apontando para a diversidade e para as questões políticas das minorias. Com a lógica industrial, vemos surgir uma massificação do modo de vestir-se, tirando o foco da moda da Alta Costura para o mercado de consumo, concomitantemente com o surgimento de movimentos de direito à liberdade de expressão e de existência, que lutavam pela diversidade dos modos de ser e de se vestir. Surgiram também aqueles grupos que desejavam se vestir e ser de modo exótico ou rebelde.

Assim, vemos que a moda aparece e se constitui também como uma forma de expressão de subjetividade. Já há algum tempo e até hoje, o mundo da moda é um mundo muito comentado e controverso na sociedade ocidental contemporânea. A desigualdade social se expressa na moda, de forma que existe roupa de gente rica e roupa de gente pobre, roupa de liquidação. Há jeito de gente rica e jeito de gente pobre. Lembro aqui do filme *O Diabo Veste Prada*, blockbuster que apresenta, de forma até bem-humorada, os

¹⁶¹ Para contar um pouco da história da Moda, foi utilizado como base o texto: Debom, P. (2018). Moda: nascimento, conceito e história. *Revista Veredas da História*, 11(2), disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/47876>, acesso em 12 de julho de 2023.

bastidores do mundo da moda e o sofrimento diretamente vinculado a assumir uma forma de ser que está relacionada ao modo de se vestir e de pertencer à uma elite ou não.

Recentemente, têm sido noticiados diversos escândalos de crimes relacionados ao uso de trabalho escravo em países empobrecidos para a produção em massa de vestuário de algumas marcas famosas. *Glamour*, drogas, sexualização, exploração do trabalho, enriquecimento, padrão, distinção social. Essas palavras coexistem dentro da ideia que temos quando pensamos em moda hoje. Então, podemos nos perguntar: poderia a moda ser diferente? Em um mundo onde o que se valoriza é a exclusividade, aquilo que é “exclusivo”, é possível se pensar em uma moda que seja inclusiva?

Estou trazendo isso tudo para dar um panorama das inquietações que me tomaram quando cheguei ao trabalho com o CUPINS e soube que eles estavam envolvidos com o mundo da moda.

Tudo começou com a invasão de cupins na Cavalera, aquela grife famosa criada pelo ex-lojista do Brás e ex-deputado estadual Alberto Hiar, o “Turco Loco”, junto com o ex-baterista da banda Sepultura, Igor Cavalera. Se teve algo que escutei muito os cupins falarem no tempo em que estive com eles foi sobre esse projeto. Não só o CUPINS, mas todas as oficinas, a equipe técnica, André e Roseli, todos falavam muito da Cavalera. Mas, desde antes desse projeto, os CUPINS já vinham inventando moda.

Depois que ganharam o prêmio Arthur Bispo do Rosário e investiram pesado na venda de camisetas, começaram a aparecer algumas encomendas da própria Rede de Saúde Mental e da Rede de Economia Solidária e, aos poucos, foram se tornando conhecidos e expandindo a clientela. Iam cavando espaços e rompendo as barreiras que os mantinham dentro do “cordão sanitário” psiquiátrico. Com o tempo, começou a prestação de serviços para fora. Com essas encomendas, já não era somente reprodução da arte que criavam, mas começaram a prestar o serviço de serigrafia, com desenhos fornecidos pelos clientes aplicados em camisetas mas também em outros materiais como *ecobags*, sacolas, entre outras coisas. Foram incrementando a técnica e aprendendo outras possibilidades, como fazer impressão com mais de uma cor, em sobreposição de telas. Esse trabalho requeria muita minúcia e atenção, um trabalho extremamente delicado.

Em paralelo, continuavam participando de exposições e eventos artísticos com o trabalho autoral, principalmente com a xilogravura. Em 2013, receberam no espaço do

NAPS II a 3ª edição do “SP Estampa”, evento organizado pela Galeria Gravura Brasileira reunindo artistas, galerias, ateliês, editoras, instituições e espaços comerciais que trabalham com a estampa em todas as suas formas. Fizeram uma exposição bem grande com vários dos seus trabalhos, em diversas técnicas e materiais. Além do valor artístico dado às produções do cupinzeiro, o mais legal disso tudo, sem dúvida era a ruptura da barreira sanitária e a expansão pelas cidades. Eles indo pelas cidades e as cidades vindo até eles.

Então, os CUPINS começaram a fazer parcerias com o terceiro setor, com as ONG’s, que foram se aproximando por meio da Rede da Ecosol e também das universidades. Sempre havia estagiários e estudantes de diversos cursos circulando pelo NUPE. Havia interesse dos pesquisadores, entre os quais estou, e das universidades. Eram chamados para palestras no espaço acadêmico e estudantes vinham até eles para estagiar e pesquisar o projeto.

Em 2015, o CUPINS se aproximou do Instituto Ecotece, um instituto do terceiro setor que atua com uma proposta de moda que busca ser diferente, uma moda sustentável, que tem como missão modificar as lógicas de produção e consumo para que possa ser mais ética e inclusiva. A Ecotece se aproximou com a intenção de oferecer capacitação técnica e de gestão para o projeto de geração de renda. Além disso, propôs consultoria e desenvolvimento de produtos em parceria com marcas de moda e empresas do ramo, que se alinhassem aos valores do Instituto. A ONG atuava como uma ponte entre os grupos produtivos e as marcas. É a partir dessa parceria que o CUPINS se inseriu no “Lab Moda” em 2016 e em 2017, um projeto socioeducativo gratuito de formação em moda ética e sustentável para grupos em situação de vulnerabilidade social, visando proporcionar acesso a conhecimentos sobre os temas que norteiam a indústria da moda com foco na sustentabilidade¹⁶². Roseli diz que a Ecotece chega propondo “uma qualificação deles dentro das questões de trabalho, fazer precificação, ver como é que se chega ao cliente, portfólio, como é que são feitas as distribuições, algumas qualificações em termos de algumas questões de moda”.

Essa aproximação acaba por culminar no projeto “Coolab #feitaporsereshumanos”, desenvolvido com a Cavalera. Juntos, produziram uma *pocket* coleção totalmente criada e estampada pelo CUPINS. Com cinco estampas diferentes de

¹⁶² Informações recuperadas de: <https://ecotece.org.br/labmoda/>, acesso em 12 de julho de 2023.

sua criação, fizeram uma tiragem exclusiva de apenas 1.200 camisetas para serem vendidas em lojas físicas da marca espalhadas por São Paulo. Um estouro de sucesso, os loucos na moda! A Cavaleira chegou trazendo não só a encomenda para a produção, mas também qualificação. Além disso, parte do valor das vendas seria revertida para o CUPINS. Roseli conta que essa foi a primeira vez que o CUPINS saiu para fora das redes de Saúde Mental e de Economia Solidária.

Saíram em grande estilo, literalmente! O pessoal da Cavaleira começou a frequentar o NUPE e o CUPINS começou a frequentar os espaços de produção da marca. Foi um trabalho em conjunto desde o início. Gerou muita animação e empolgação nos cupins e, ao mesmo tempo, muita apreensão de fazerem um ótimo trabalho, dentro daquilo que era esperado pela Cavaleira. Foi um trabalho longo que culminou em um lançamento da coleção em grande escala de divulgação em maio de 2017, saindo em diversos sites de notícias e páginas de moda¹⁶³ além das páginas da própria Cavaleira¹⁶⁴ e da Ecotece¹⁶⁵.

¹⁶³ Alguns sites e algumas páginas foram: três colunas diferentes do UOL: [Home News - FFW](#), e [A collab da Cavaleira com o coletivo C.U.P.I.N.S - Site RG – Moda, Estilo, Festa, Beleza e mais](#); e [A pegada é do bem! Cavaleira anuncia parceria com o coletivo C.U.P.I.N.S - Glamurama](#); R7: [Cavaleira apresenta camisetas criadas em parceria com o coletivo C.U.P.I.N.S](#); Vogue Globo: [Cavaleira e C.U.P.I.N.S lançam collab de inclusão social](#); World Fashion: [CAVALERA, C.U.P.I.N.S e ECOTECE « World Fashion Plataforma de Moda](#); Huguette Gallo: [HUGUETTE GALLO : CAVALERA LANÇA CAMISETAS FEITAS POR PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS](#); Arlindo Grund: [Camisetas do bem! | Agrund](#) todos acessados em 12 de julho de 2023.

¹⁶⁴ Disponível em: [CAVALERA COLLAB C.U.P.I.N.S.](#), acesso em 12 de julho de 2023.

¹⁶⁵ Disponível em: [Coleção CAVALERA + C.U.P.I.N.S + ECOTECE](#), acesso em 12 de julho de 2023.

Figura 18 - Visita da Cavalaria ao NUPE ¹⁶⁶Figura 19 - Processo de produção do CUPINS na Cavalaria ¹⁶⁷

Segundo André, quem comprou a ideia do CUPINS na Cavalaria proposta pela Ecotece foi Betinho, filho do Alberto, que teria dito que o mundo da moda precisava de uma chacoalhada. André conta que quando a Cavalaria deu o prazo para a produção, o pessoal do CUPINS disse que precisava de

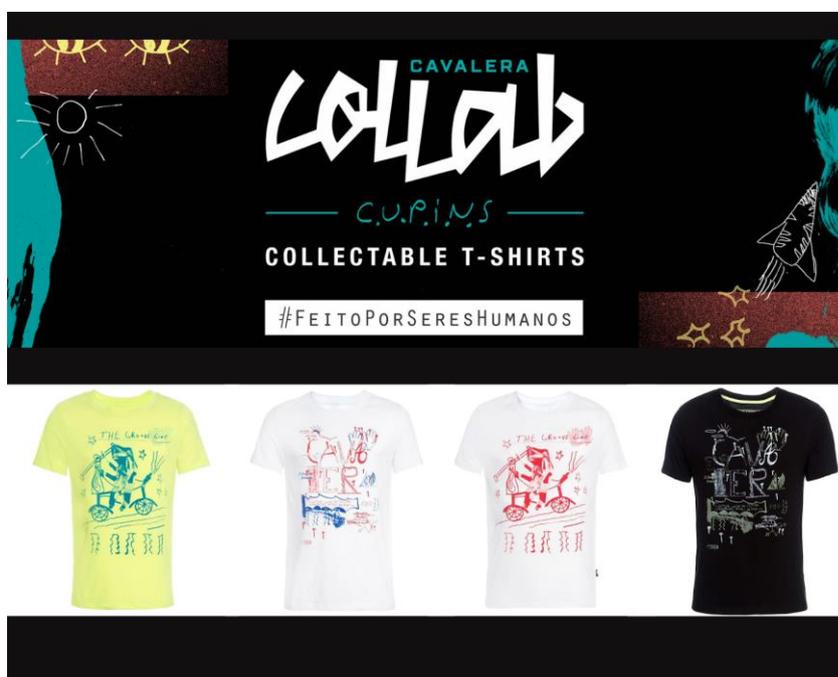


¹⁶⁶ Da esquerda para a direita na frente: Roseli, Ivi (Ecotece), Betinho e Renan (Cavalaria), Marcelo e Jorge. Atrás, da esquerda para a direita: Matheus, André, Bilha, João e Roberto. Fonte: foto recuperada de: <https://meuestilo.r7.com/fotos/cavalaria-apresenta-camisetas-criadas-em-parceria-com-o-coletivo-cupins-03072023#/foto/1>, acesso em 12 de julho de 2023.

¹⁶⁷ À esquerda Marcelo, em cima da esquerda para a direita Roberto, André e Matheus, embaixo, mãos de um dos trabalhadores. Fonte: montagem feita pela pesquisadora. Fotos recuperadas de: <https://meuestilo.r7.com/fotos/cavalaria-apresenta-camisetas-criadas-em-parceria-com-o-coletivo-cupins-03072023#/foto/1>, acesso em 12 de julho de 2023.

um prazo três vezes maior. “Se quiser estar com a gente, é assim”. Outra coisa que o coletivo disse para a Cavalera é que não tinha como garantir que todas as peças saíssem do mesmo jeito. E a Cavalera topou essas condições. André falou sobre esse processo:

Figura 20 - Coleção Collab Cavalera + C.U.P.I.N.S.¹⁶⁸



São nos detalhes assim, sabe, que às vezes acaba se formando forças para resistência. Assim: ‘as coisas não vão estar todas iguais’, que ‘a gente aqui tem um tempo outro de produção’, que aqui de uma certa maneira também, a gente vai atribuir um valor para aquele trabalho que você tá indo fazer. Então, quando você vem trabalhar com a gente, ao mesmo tempo a gente compra os seus valores e a gente espera que você também receba os nossos ou compre a nossa ideia, né?

Roseli contou que foi um processo desafiador, mas ao mesmo tempo emocionante e recompensador para o CUPINS. Rindo, certa vez disse que se fosse escrever o capítulo de um livro contando a experiência da Cavalera, ele seria intitulado “A arte da gambiarra” em analogia aos desafios que eles tiveram que contornar. Dá pra ver um pouco do processo de produção da coleção em um vídeo na página oficial da Cavalera no Facebook¹⁶⁹.

Assim que a coleção ficou pronta, no lançamento, os cupins foram para o evento lá na Rua Oscar Freire em São Paulo, na loja da Cavalera. Foram fotografados, entrevistados, filmados. Eram os artistas da noite! Tem até um vídeo do lançamento

¹⁶⁸ Montagem de fotos feita pela pesquisadora. Fotos recuperadas de:

<https://meuestilo.r7.com/fotos/cavalera-apresenta-camisetas-criadas-em-parceria-com-o-coletivo-cupins-03072023#/foto/1>, e na página oficial da Cavalera no Facebook: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=10155393449209175&set=a.10150759397059175.474150.330321689174>, acesso em 12 de julho de 2023.

¹⁶⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/cavalera.br/videos/10155397104504175>, acesso em 12 de julho de 2023.

produzido pela marca na plataforma Youtube¹⁷⁰, em seu canal oficial. Os cupins invadindo a zona da elite paulistana! Nesse vídeo, vários dos cupins deram seus depoimentos falando da importância do projeto, do desafio e da gratificação que sentiram. Também falaram representantes da Ecotece e da Cavalera. Renan, designer da Cavalera, contou que havia perguntado a André como deveria tratar os rapazes do CUPINS, como deveria falar com eles e o André teria dito: “Normal, igual você fala com qualquer um”. Roseli e André também fizeram suas falas.

Figura 21: Lançamento da coleção na loja da Cavalera na Rua Oscar Freire¹⁷¹.



André: A Cavalera ter de verdade comprado a ideia da história da inclusão, e quando a gente está falando de inclusão, a gente está falando de inclusão social, de inclusão cultural, de inclusão criativa e, de inclusão humana, né? Todos esses são processos da condição humana.

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6EGZJ6toUq0&t=14s>, acesso em 12 de julho de 2023.

¹⁷¹ Em pé, da esquerda para a direita: Alberto Hiar (diretor criativo da Cavalera), Betinho Hiar (equipe de criação da Cavalera, com uma camiseta de produção anterior dos CUPINS), Marcelo, Efraim, André e Roberto. Agachados, da esquerda para a direita: Bilha, Renan (Cavalera), Matheus e Jorge. Fonte: Foto recuperada da página da Cavalera no Facebook em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=10155403005279175&set=a.10155403004964175>, acesso em 12 de julho de 2023.

Figura 22 - Roseli em entrevista para o vídeo de lançamento da coleção (foto de tela feita pela pesquisadora).



Roseli: *Eu acredito na horizontalidade, eu acredito no ser humano, acredito que nós podemos ser do jeito que cada um é no mundo, isso é o que eu acredito. Enquanto eu posso produzir,*

enquanto eu posso realizar, enquanto eu posso criar, e isso é inclusão. Então, eu vejo emoções, eu vejo histórias. Hoje, olhando para essas camisetas, eu vi histórias de ideias que vieram, de coisas que eu chorei chegando em casa (se emociona). Eu acho que isso nos tornou humanos, porque tem muito trabalho, tem muito sonho. Eu sou grata à Cavalera por comprar essa ideia, por estar junto. Eu acho que vocês compram uma ideologia junto com a gente. Mas eu costumo dizer que o que é de humano em mim reconhece o que é de humano em você.

Essa história com a Cavalera foi a saída do coletivo para uma mudança na natureza de seu trabalho e, também, na própria subjetividade dos cupins. Depois desse projeto, a parceria com a Ecotece se manteve e eles engataram em muitas outras produções dentro do mundo da moda, ao mesmo tempo em que alavancaram projetos em parceria também com outros coletivos de geração de renda fora da Saúde Mental, formando outro tipo de rede de produção coletiva. Assumiram projetos de produção de peças em tecido, em que um coletivo cortava a peça, outro costurava, outro tingia e, ao final, os cupins aplicavam a serigrafia. Roseli explicou a importância e os desafios desse processo em rede: “Como você tem uma questão de rede, em termos da própria profissão, uma coisa que sai errada daqui, que somos nós da ponta que iniciamos, que é a silkagem, [...] o meu erro, ou aquilo que eu não consegui fazer vai mexer com a pessoa que ia receber de outro coletivo que cortou, da que comprou, da que costurou, e do cliente, né? [...] Aí a gente forma um outro tipo de rede”.

Segundo Roseli, a experiência com a Cavalera a partir da aproximação com a Ecotece fez com que o CUPINS revisse muitas coisas, já que estavam saindo da proteção da Saúde Mental. “Então, aí você esbarra com a questão da reabilitação, com a questão do protagonismo, com a questão, também, de como é que eu vou me posicionar não mais

como usuário de Saúde Mental”. Quando pergunto a ela para que lugar eles foram depois de saírem do lugar de usuário, ela responde: “Ah, eu chamaria um lugar do trabalhador, do trabalhador mesmo”. Eles já costumavam chamar os trabalhadores de todos os coletivos pelo nome “usuário-trabalhador”, mas a partir disso, saindo da zona protecionista da Saúde Mental, se tornam “trabalhadores”.

Depois da Cavalera, prestaram serviço de serigrafia para muito mais gente: Greenpeace, My Basic, Lavarak, Luiza Perea, Ginga, entre outros. Dentre aquilo que Roseli chamou de “cartela de clientes”, ela destaca Cecilia Echenique, estilista de alta moda que propõe uma moda sustentável e autoral. Ela levou seus quimonos de linho puro para serem carimbados pelo CUPINS com carimbos trazidos do Tibete. Roseli disse que tremeu na base: “mil reais o quimono da mulher!”, exclamou. Além disso, fora da parceria com a Ecotece, continuaram entrando outras encomendas de outros espaços, de pessoas privadas, microempreendedores e da Prefeitura de Santo André, por meio do Semasa¹⁷². Roseli contou que, curiosamente, durante a pandemia de Covid-19 e após todo o período mais crítico, foi um “boom” para eles, o momento em que mais entraram encomendas e que mais produziram.

Figura 23 - A estilista Cecilia Echenique, mostrando um poncho com mandalas budistas tibetanas carimbadas pelo CUPINS¹⁷³



¹⁷² Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André.

¹⁷³ Fonte: Foto recuperada do perfil do Instagram da estilista em: <https://www.instagram.com/p/Cf5PvD0MywA/>, acesso em 12 de julho de 2023.

Sobre minha inquietação se a moda pode ser diferente, a resposta é que parece que sim. Perguntei tanto para Roseli quanto para André sobre isso. Roseli disse: “É tenso. A gente tem buscado novas saídas para isso. Isso é uma discussão que eu tenho buscado trazer dentro dos grupos”. Para Roseli, a questão da moda sustentável se aproxima dos valores da Reforma Psiquiátrica. “Porque não existe nada mais capitalista do que a moda, né? E a moda sustentável tenta quebrar com tudo isso com essa noção (de sustentabilidade)”. Já para André, a resistência se dá no cotidiano, por exemplo, quando o CUPINS explica para a Cavalera seus limites e formas de funcionamento. “A gente vai abrindo ranhuras assim, né? Como a gente, dentro desse discurso de que todo mundo tem que ser útil, de que todo mundo é funcional, de que todo mundo tem que fazer as coisas iguais, de que todo mundo tem a produtividade no primeiro lugar e tal, a gente olha e diz: ‘não é bem assim, entendeu? Dá para ser diferente’”. É, parece que dá mesmo.

Existe, inclusive, todo ano em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial na cidade de Santo André, um desfile chamado “Mental Fashion Day” em que sobem à passarela usuários de toda a RAPS andreense. Mas, essa é uma outra história.

5.2.7. A Teia de Trabalho é um rizoma

Rizoma, substantivo de origem grega, *ρίζωμα.ατος*, que pertence ao campo da botânica. Diz respeito a um caule subterrâneo, semelhante a uma raiz, que cresce principalmente de forma horizontal sobre ou logo abaixo da superfície do solo, com ramificações em todos os sentidos. É capaz de produzir brotos e raízes a partir de seus nós. Todos os pontos de um rizoma podem ser conectados, sem uma referência hierárquica ou central.

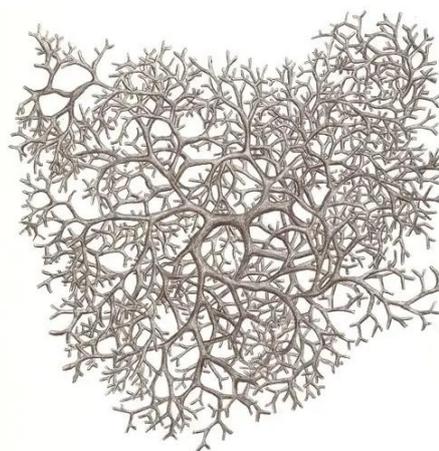


Figura 24 - Formação rizomática¹⁷⁴

Rizoma também é a metáfora que dois filósofos franceses, Deleuze e Guattari, adotaram para falar da forma como compreendem a vida, em seu sentido mais amplo, como um sistema de múltiplas conexões, sem início, sem fim, sem centro ou margem, sem hierarquia. A vida como algo que se dá sempre em relação e em multiplicidade, propagando-se em vastidão, de forma complexa. É mutável, e se auto metamorfoseia a todo instante, historicizando-se à medida que se amplia.

A imagem de um rizoma produz um mapa, apontando para uma amplitude de conexões, de encontros e desencontros. Um mapa sempre em construção e movimento, sendo produzido a partir de forças de dentro para fora e de fora para dentro do rizoma. O mapa de um rizoma é tal qual uma rede que vai sendo tecida, uma teia orgânica.

A “Teia de Trabalho” dos coletivos do NUPE, em Santo André, funciona como um rizoma. São sete coletivos de trabalhadores que estão conectados de forma múltipla e complexa, ampliando-se e metamorfoseando-se à medida que vão tecendo sua história. Não há centro nem hierarquia. Os coletivos funcionam horizontalmente e se relacionam remetendo-se uns aos outros, conectados em todos os seus pontos. Tal qual um rizoma, a “Teia de Trabalho” é capaz de produzir brotos e raízes a partir de cada um dos seus nós, os coletivos. Alguns trabalhadores fazem parte de mais de uma oficina dos coletivos da Teia, e circulam entre esses nós, sem pertencimento fixo. De igual forma, cada trabalhador pode propor uma nova direção, uma nova ideia ou nova proposta, que poderá

¹⁷⁴Fonte: recuperada de <https://network.grupoabril.com.br/wp-content/uploads/sites/7/2018/07/rizoma.jpg?quality=70&strip=info>, acesso em 13 de julho de 2023.

dar origem, quem sabe, a uma nova forma de trabalho ou até a um novo coletivo, por que não?

Dentro desse rizoma que é a “Teia de Trabalho”, várias narrativas vão sendo tecidas. A vida vai brotando e crescendo entre suas ramificações. A proposta é que aqui façamos um exercício de olhar para esses nós e para essas narrativas, para essa vida. Cada cena que irei contar a seguir é como se fosse uma visada ampliada para os nós do rizoma, naquele exato momento em que está em movimento de ampliação. Uma captura momentânea de uma pequena porção do mapa do rizoma da “Teia de Trabalho”. A visada de uma parte do mapa remete ao rizoma como um todo, ao mesmo tempo em que conta sua história singular dentro da multiplicidade da existência da Teia, no tempo, no espaço e em vastidão.

Primeiro nó: Resistir é existir

Maio de 2018. Estávamos no *Mental Fashion Day*, desfile tradicional que vem ocorrendo há algum tempo em Santo André em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial na cidade. Como é possível supor, pelo nome e pela ocasião, não é um desfile de moda qualquer. É o desfile em que a Saúde Mental sobe à passarela. Naquele ano, o tema do desfile era uma homenagem a Nise da Silveira, a primeira a subir à passarela na pele de uma trabalhadora trajada como ela. Também tivemos a presença ilustre de Dona Ivone Lara, encarnada por uma usuária da rede, e de Ramona, uma *drag queen* que apresentava o desfile, vestida de Malévola da Disney, performada por outro trabalhador da rede.

O desfile começou com a história de Nise e de Dona Ivone, que era enfermeira e trabalhou no hospital psiquiátrico no Rio de Janeiro ao lado da médica nos anos 1940. A luta delas foi em prol de tratamento mais digno e humano aos internos, por meio das artes plásticas e da convivência com animais, duas possibilidades terapêuticas que estiveram presentes no desfile. Os animais de estimação, os *pets*, subiram à passarela também. Enquanto o desfile acontecia, ao lado do palco, uma tela de pintura ia sendo composta de forma coletiva. Qualquer pessoa presente poderia ir até lá e dar suas pinceladas.

Muitas outras pessoas desfilaram com o tema dos anos de 1940, sendo que alguns acessórios e roupas foram produzidos nas oficinas terapêuticas e de geração de renda da

Rede da cidade. O desfile foi uma chuva de desenvoltura, beijinhos e acenos dos desfilantes para a plateia presente, que aplaudiu efusivamente a cada pessoa que entrava e saía da passarela.

Fui convidada por um dos cupins a desfilarmos com eles, trajando uma camiseta feita na produção da oficina, com uma tiragem especialmente para a ocasião. Agradei o convite, mas não aceitei, me sentindo inibida a ocupar aquela passarela que havia sido montada para eles. Bilha e Marcelo desfilaram bastante sérios e compenetrados, trajando as camisetas e, ao final, divulgando que elas estavam à venda no evento.

O desfile seguiu com alegria e tranquilidade até que uma criança, um menino que provavelmente compunha o equipamento infantil da Rede, subiu à passarela e se incomodou com tudo aquilo. Ele se agitou, gritou, chorou, quis tirar os adereços que estavam em seu corpinho. Uma mulher, aparentemente uma das técnicas de referência, subiu à passarela, tentando contê-lo, mas como não foi possível, o tiraram de lá. As pessoas da plateia deram risadas e aplaudiram. Em silêncio, observando aquela cena, fiquei pensando que apesar de todo aquele belo desfile das diferenças, a loucura parecia insistir, parecia resistir em se encaixar nos ditames da moda. Não à toa foi uma criança, no famoso conto de Andersen, que denunciou que o rei estava nu.

Segundo nó: Você pode tirar uma graninha!

O dia das retiradas do dinheiro da oficina era um dia muito aguardado por todos. Ao final de cada mês, cada oficina contabilizava o valor das vendas obtidas e dividia por todos, segundo regras específicas decididas em conjunto com os trabalhadores. No CUPINS, haviam decidido dividir o dinheiro por dia trabalhado, independentemente das horas que cada um trabalhou ou de quanto produziu. Do total dos valores, era subtraída uma parte para cobrir o gasto com os materiais investidos na produção. No CUPINS, quem fazia as contas era Roberto, com a ajuda da Roseli. Ele dizia que podia fazer sozinho, mas preferia fazer na presença dela.

Certa vez, Roseli não estava e Roberto me chamou para acompanhar as retiradas. Ao chegar na sala de reuniões, Roberto sentou-se e passou a dividir o dinheiro. Ele já havia feito as contas e o dinheiro já estava praticamente separado para ser dado a cada um. Naquele momento, só acertou os valores minuciosamente, combinando as cédulas e

moedas e entregou primeiro a Marcelo, solicitando que ele conferisse. Em seguida, Jorge recebeu sua parte e apenas enfiou o dinheiro no bolso sob os avisos de Marcelo que guardasse em lugar seguro, para que não fosse roubado na Residência.

Marcelo era o que mais fazia planos com o dinheiro recebido. E sempre estava preocupado com os moradores da Residência que, segundo ele, mexiam em suas coisas e pegavam seu dinheiro. Várias vezes o vi azucrinando as ideias da Roseli, com assunto de dinheiro e principalmente do cartão de sua conta bancária, que ficava sob cuidados de terceiros. Ele recebia, além do valor da oficina, um benefício do governo. Muitos outros do NUPE também estavam nessa condição de beneficiários de programas. De fato, o valor obtido nas retiradas das oficinas parecia sempre ser muito pouco, pelo que acompanhei naquele dia.

Marcelo era quem também sempre chegava com novidades de aquisições: boné, colar, relógio, canetas. Era bastante vaidoso. Uma vez, depois de um dia de muito trabalho com as xilos, com ar de malandro, Marcelo se dirigiu a mim.

– Aline, você pode tirar uma graninha! Você vem, trabalha com “nóis” e pega uma graninha pra você, Aline. Não seja boba Aline, você vem e as horas que você tiver aqui, você faz a sua retirada.

– Mas eu não venho aqui pra trabalhar pra ganhar dinheiro, Marcelo. Eu já tenho meu trabalho. Eu venho aqui porque é meu trabalho de pesquisa.

Falando baixo, como quem comunica um plano secreto, ele insistiu.

– Ah, mas se você puder vir mais um dia ou dois, você entra com a gente na encomenda e ganha uma graninha. Você devia vir!

Eu vi que não adiantaria explicar que eu não estava ali para isso. Eu já tinha sido vencida naquela conversa! Ele queria muito que eu pelo menos considerasse a ideia. Eu sorri e disse pra ele que ia pensar, dizendo que afinal de contas, fazer uma graninha é sempre bom, né? Melhor ainda é ser convidada para ser uma trabalhadora como eles!

Terceiro nó: Quero café!

Nunca faltou um cafezinho na oficina do CUPINS nem na área coletiva de convivência do NUPE. Os momentos de pausa do trabalho para tomar um café e também fumar um cigarrinho – alguns dos CUPINS eram fumantes, assim como Roseli e eu – sempre foram os mais interessantes para nos conhecermos melhor e compartilharmos histórias. Também, sempre foram momentos de muitas risadas e de falar de chateações e dificuldades, momentos em que partilhamos o que estávamos sentindo, muitas vezes enquanto “lagarteávamos” no sol para esquentar nos dias frios, que foram muitos no período em que estive por lá. Mas, se bobeasse, era café o dia inteiro, às vezes mais de uma garrafa por dia!

Na última Assembleia que participei com a presença dos integrantes de todos os coletivos do NUPE e da equipe técnica, o tema do café também apareceu dentre outros assuntos. Uma das pautas daquela assembleia foi sobre a participação na feira semanal em que os coletivos do NUPE tinham uma barraca fixa na Praça do Carmo, no centro da cidade, às sextas-feiras. Era uma feira organizada pela Incubadora Pública de Economia Solidária, um projeto da prefeitura de Santo André. Segundo a prefeitura, esse projeto foi criado visando a implementação de ações necessárias à geração de novos empreendedores, ampliação do trabalho autônomo, do trabalho associado, do trabalho decente e ao desenvolvimento da Economia Solidária¹⁷⁵.

Mas, aconteceu que essa feira não estava gerando dinheiro para o NUPE. A coordenadora interina tinha bancado a saída do Belisc, coletivo de culinária da feira, já que, se tratando de produtos perecíveis, estava gerando muito prejuízo por não conseguir vender tudo o que era levado. Só que não poderia bancar a saída de todos os coletivos, o que era uma proposta que teria sido colocada na Assembleia anterior. Já que a coordenadora estava afastada por licença maternidade, isso deveria ser discutido e decidido em nova Assembleia quando ela voltasse.

Seguindo, chegaram na pauta do café. A coordenadora alarmou que eles estavam passando por uma “crise de café na casa” e que algumas oficinas e funcionários estavam devendo levar o pó. A prefeitura não enviava mais o café pois, segundo a coordenadora, se tratava de um equipamento de saúde, e que nos CAPS e outros equipamentos não tem

¹⁷⁵ Informações disponíveis em: <https://www3.santoandre.sp.gov.br/turismosantoandre/feira-economia-popular/>, acesso em 14 de julho de 2023.

assim, café à vontade. Uma trabalhadora perguntou se ela poderia doar café e foi informada que não poderia doar sozinha, já que eram as oficinas que doavam. Foi dito para ela que deveria haver uma clareza de que ali no NUPE não existia pessoa física, só jurídica, e as ações assumidas como responsabilidade de um coletivo não podiam ser realizadas por uma única pessoa.

A auxiliar de limpeza, responsável por fazer o café, sugeriu que deveria ter um tanto certo de pó para fazer, se não, não daria a quantidade. Faziam duas garrafas de café pela manhã e uma à tarde e as pessoas não deveriam encher o copão de café. Um funcionário da equipe técnica discordou: se a pessoa estava comprando e trazendo o café não se podia racionar, poderia se tomar o quanto quisesse. Uma trabalhadora se opôs ao que ele disse, dizendo que o que ele estava falando era egoísmo. Os ânimos se agitaram. Chegaram em um acordo de que era necessário ter bom senso e educação.

Seguiram debatendo sugestões de como manejar na quantidade de copos usados espalhados pela unidade e, principalmente, sobre a quantidade de café que cada um tomava. A discussão chegou ao final com alguém dizendo que não era para tomar muito café, porque haveria inclusive interação medicamentosa, podendo cortar efeito de medicamentos, dar agitação e insônia. Em outros serviços não tinha café. Eles eram trabalhadores ali dentro, e só por isso, havia café à vontade.

Quarto nó: Batismo na xilo

Quando cheguei para trabalhar com o CUPINS, eles me ensinaram todo o trabalho que faziam. Ensinaram a preparar a tinta da serigrafia, aplicar nas telas e o processo minucioso de estampar. Algumas estampas simples, de apenas uma cor, eu até conseguia fazer tranquilamente. Porém, quando eram estampas com mais cores, era complicado. Essas estampas levavam até três “batidas”, nome que davam para cada passada de tinta. Cada batida era de uma cor específica e precisavam estar bem alinhadas para o desenho não borrar. A batida precisava ser feita com pressão e ritmo corretos para não extravasar tinta em excesso, o que também fazia com que a estampa borrasse. Tentei algumas vezes e pus a perder algumas peças. Depois disso, desisti e preferi ficar só com os secadores, aplicando vento nas camadas a serem secas para receberem outras batidas. Essa divisão

de tarefas era comum entre eles. Cada um fazia aquilo em que se dava melhor. No caso da serigrafia, eu era boa com os secadores.

Já a xilogravura, era um processo que admitia mais erros e era bem mais livre. Quando cheguei, já havia muita matriz de xilo cavada, ou seja, desenhos que haviam sido feitos em papel, transportados em carbono para a madeira, e cavados com instrumentos específicos de forma a se transformarem em carimbos. De vez em quando, havia produção de novos desenhos e cavavam novas matrizes. Esse processo de criação acontecia geralmente no intervalo entre encomendas, quando às vezes os cupins ficavam algum tempo, até meses, sem entrada de novos pedidos. A falta de encomendas trazia desânimo aos trabalhadores. Já que não havia encomendas, logo também não havia dinheiro para retirar no final do mês. E faltava também vontade de ir trabalhar... Escutei isso algumas vezes da parte deles.

Depois da grande encomenda com a Cavalera, ficaram assim. A Ecotece, ONG que tinha feito a ponte entre o CUPINS e a marca de roupas, foi um dia até o NUPE entender o que eles tinham de expectativas para o futuro e como a ONG poderia ajudar nisso. Fizeram uma roda de conversa sobre a experiência da Cavalera em que todos trouxeram boas lembranças do processo. A representante da Ecotece perguntou o que achavam que poderia ter sido melhor e o que poderiam melhorar dali pra frente. Eles ficaram calados por um tempo e depois Roberto disse que queriam pegar mais encomendas, pois estava tudo muito parado desde então. Jorge disse apenas que queria trabalhar.

A pessoa da Ecotece deu a ideia de usar um método utilizado na ONG para verificar quais eram as etapas da produção, o que eles poderiam melhorar, quais eram os pontos fortes e os fracos. Ela já tinha em mente uma parceria com outra marca para o CUPINS, mas disse que a perda das peças deveria ser mínima, porque a marca não tinha muita margem de erro. Roberto falou que isso era complicado. Os cupins costumavam errar bastante nas primeiras peças até pegar o jeito. A moça apontou que esse parecia ser um ponto fraco e que podiam marcar uma nova reunião em que ela traria esse método da Ecotece para avaliar os processos e propor soluções nos pontos mais difíceis.

Tempos depois, Roseli me disse que essa parceria com a Ecotece e com a Cavalera foi extremamente importante para o CUPINS, mudando a maneira como lidavam com as encomendas. “Antes você tinha uma coisa de ‘Tudo bem, é a saúde mental’. Então isso

ficava na cabeça também deles, porque você não lida só com a desconstrução do manicômio, enquanto ideologia, só na cabeça da sociedade, dos trabalhadores e da família. É deles também. Porque você também tem uma proteção nesse lugar. Porque incluir e reabilitar também é desconstruir isso, né?”. Assim, depois da Cavalaria, entraram muito mais encomendas de serigrafia em que foram se especializando cada vez mais.

Já a produção fixa que tinham de xilogravura continuou sendo as agendas feitas sempre na virada do ano. Compravam o miolo com as páginas datadas e encadernavam, fazendo a capa e algumas folhas internas com as impressões da xilo em papel. Era um trabalho muito bonito, bem artesanal. A vendagem até era boa, mas como acontecia somente uma vez ao ano, não garantia muita retirada de dinheiro. Decidiram arriscar produzir cadernos, que poderiam ser vendidos em qualquer época do ano, mas em uma era digital como a nossa, o interesse por escrever as coisas em papel já não é tão grande assim. Por esse mesmo motivo, a venda das agendas acabou decaindo ao longo do tempo. Fizeram alguns cadernos, lindos por sinal, mas também não venderam muito.

Certa vez, cheguei na oficina e Roseli não estava. Na ausência dela, Roberto assumia informalmente o lugar de coordenador. Todos, inclusive eu, nos dirigíamos a ele para receber as prescrições do trabalho do dia, pedindo sua opinião sobre o resultado e tirando dúvidas. Era um dos dias em que estavam divididos nas técnicas, parte deles estava na serigrafia e parte se dedicando à produção de artes para as xilos. Decidi que queria aprender a cavar. Pedi a ajuda de Roberto, que prontamente se dispôs a me ensinar. Fiquei lado a lado com Matheus, cavando. Roberto e Bilha ocupados com as camisetas e Marcelo irritado porque já tinha lavado as telas e eles estavam sujando de novo. Alternava risos e reclamações, dizendo que Roberto iria querer trabalhar até meia noite naquele dia e que não iriam embora nunca mais.

O processo de cavar a xilo até que não era difícil mas, a depender da madeira, se encontrava um nó mais duro de ser furado, e por isso, era preciso empenhar mais força nas ferramentas de corte e entalhe. Nem todas estavam muito bem afiadas, e eu ia trocando de ferramenta, buscando a que melhor funcionasse na madeira. Não consegui encontrar uma tão boa, pelo menos para mim, cupim de primeira viagem, e acabei usando mais força para cavar. Nisso, a ferramenta escapuliu e dessa vez o talho foi na minha mão. Não foi um corte tão fundo, mas começou a sangrar imediatamente. Mostrei para Matheus, que estava ao meu lado, e ele advertiu que eu precisava tomar cuidado,

chamando Roberto, que ao ver o sangue exclamou: “Ê, Aline, foi batizada na xilo”. Na hora veio à minha mente o nome do livro do Frei Betto sobre memórias do período da ditadura, “Batismo de sangue”. Levantei, fui até o banheiro, lavei o dedo, estanquei o sangue, e voltei a cavar.

Quinto nó: Não colonize nossos afetos

Para iniciar meu trabalho no CUPINS, foi necessário seguir vários passos formais, entre eles, submeter o projeto de pesquisa aos comitês de ética, tanto da universidade quanto da prefeitura, já que se tratava de uma pesquisa em um equipamento público. Após ser autorizada, agendei uma conversa com a coordenadora do NUPE para apresentar meu trabalho. Na conversa, fui informada que antes de começar, também seria necessário ser aprovada por outro órgão, a Assembleia do NUPE. Também combinamos os dias para eu ir, e ela me deu uma dica de que talvez eu conseguisse colher melhores informações durante as conversas informais, no cafezinho, muito mais do que em entrevistas formais.

Psicóloga, a coordenadora se interessou bastante pelo meu projeto. Ela estava na coordenação do NUPE há pouco tempo, desde a saída do André. Até então, ela estava à frente da oficina de culinária, o Belisc. Das coisas que conversamos, existe uma que não me saiu da cabeça por todo o tempo em que estive lá, e que aqui permanece enquanto escrevo essas linhas. Ela me disse, de forma direta, que alguns pesquisadores de algumas universidades já haviam passado por lá. Eles chegaram, pesquisaram e foram embora, sem gerar nada de bom para os trabalhadores. Segundo ela, as pessoas de lá se sentiram lesadas.

Naquele momento, senti que não poderia fazer o mesmo. Mais do que isso, eu não queria de maneira alguma fazer o mesmo. Antecipei para ela que pretendia estar ali, estabelecer e cuidar dos vínculos, e me comprometi em contribuir com algo para eles, ao final da minha pesquisa, mas que não sabia ainda com o quê. Ela achou ótimo e disse que para que a contribuição fosse relevante, era importante que fosse uma construção junto com eles, com o CUPINS.

Chegando no dia da Assembleia que iria autorizar minha pesquisa, a sala estava lotada e quase não encontrei cadeira para me sentar. Quando chegou minha vez de falar, a coordenadora me apresentou, dizendo que eu era estudante da USP, que estava fazendo

mestrado e que já tinha sido estagiária de Psicologia lá, no ano passado. Algumas pessoas comentaram entre si que me conheciam, principalmente o pessoal do CUPINS que estava no fundo da sala. Roberto, acenou para mim.

A coordenadora me passou a palavra para que me apresentasse. Depois, um rapaz de outro coletivo perguntou por que eu ficaria só com o CUPINS e não com todos. Eu respondi que no ano anterior tive mais contato com eles, montando meu projeto em cima de algo que já conhecia. A coordenadora complementou que o mestrado é um período curto e que eu precisava me focar em um coletivo apenas.

Roseli pediu para que eu falasse em que consistia minha pesquisa. Expliquei que pretendia estar presente, por um período de mais ou menos um ano, semanalmente no coletivo, e faria a observação como fiz no ano passado, participando também de atividades com eles. O objetivo era conhecer quem eram as pessoas que trabalhavam no CUPINS, suas histórias de vida e as mudanças que ocorreram nelas desde que começaram a trabalhar ali. Ao final, escreveria um texto para minha pesquisa ser aprovada, e que contaria o que vivi ali. Uma moça de outro coletivo perguntou se o que eu ia escrever viraria um livro. Eu sorri e disse que seria muito bom que virasse, seria legal escrever uma história contando essa experiência, mas dependeria muito do resultado do meu trabalho. Antes de encerrar minha fala, achei importante perguntar aos cupins se aceitavam que eu estivesse com eles, realizando a pesquisa. Estavam presentes Roseli, Jorge, Roberto e Bilha. Todos disseram que sim. Eu agradei, sorrindo.

Por fim, Roseli pediu a palavra para falar sobre a saída do André Nunes e do desejo de todos de fazerem uma despedida para ele. Foi um momento de muita emoção. Muitos choraram e expressaram palavras de carinho e de saudades. É unânime dizer o quanto o André foi querido por aquelas pessoas, e muitas demonstraram raiva por ele ter ido embora. Disseram o quanto eram gratas e o quanto suas vidas mudaram por conta do André, que acreditou nelas, investiu para que elas pudessem trabalhar ali e para que o NUPE fosse um lugar reconhecido. Após esse momento de emoção, em que muitas pessoas puderam dizer algumas palavras entre lágrimas e expressar seus sentimentos, a Assembleia foi encerrada.

Sentimentos, emoções, afetos. Tudo isso esteve presente durante o período em que estive no CUPINS. Quando cheguei para trabalhar com eles no primeiro dia, perguntei para Marcelo, que não estava no dia da Assembleia, se ele se lembrava de mim e de que

no ano passado eu tinha dito que voltaria. Ele disse que se lembrava de mim e também da promessa, mas que não tinha acreditado, porque ninguém voltava.

Por vezes, quando me ausentei mais de uma semana da oficina, ao voltar, eles diziam que achavam que eu não voltaria mais. Soltavam coisas como “sumida” ou “esqueceu da gente”. Sempre havia muitas risadas e brincadeiras entre nós, e às vezes, faziam piadinhas um tanto chatas. Escutei de algumas pessoas da equipe técnica que não ficava nenhuma mulher no CUPINS, somente Roseli e eu, por um tempo. Um dia, diante dessas brincadeiras, um deles chamou a atenção: “pára de ficar falando essas coisas pra ela, senão ela vai embora”.

Parecia que sempre estavam às voltas com o fato de que eu estava por ali, apenas por um tempo. Às vezes se mostravam preocupados se eu estava chateada ou se tinha “sumido” por algumas semanas por algo que eles tivessem feito. Isso nunca tinha acontecido, de fato. Depois que Jorge morreu, algumas vezes eles mesmos me ligaram ou pediram para alguém me mandar mensagem pelo celular para saber se eu iria ou não.

Lamento, pois nunca me despedi deles. Dei uma pausa de ir ao CUPINS para escrever parte da pesquisa e disse a eles que iria voltar, mas, quando decidi que voltaria, irrompeu a pandemia de Covid-19. Fui lá depois disso, em 2021, mas muita coisa já havia acontecido e, de alguma forma, os vínculos já não eram os mesmos. Soube que Marcelo quase morreu na pandemia. Teria “batido na porta do céu e voltado”, me disseram.

Perguntei algumas vezes para eles, enquanto estava indo com frequência, o que eu poderia fazer para contribuir com algo para o grupo. Nunca souberam me dizer. Quando voltei da última vez, agora em junho de 2023, não encontrei nenhum deles e soube que somente Marcelo permanece no grupo. Voltei com a ideia de que essas histórias que aqui escrevo deveriam também ser contadas para eles. Dividi com a coordenadora do NUPE e com a Roseli minha ideia de escrever as histórias e de transformar em um livreto para deixar no NUPE, como uma memória compartilhada. Elas gostaram. Contei pra elas que havia decidido dizer o nome deles, preservando nos momentos delicados. Como eu poderia deixar uma memória sem nomes e sem rostos? Então, Roseli concordou comigo: “Essas pessoas já foram protagonistas de muitas histórias tristes e contar outras histórias é importante”.

Figura 25 - Roberto, Marcelo e eu no gramado em frente à oficina, setembro de 2018¹⁷⁶

Essas histórias foram tecidas por nós, eu e eles, e espero que eles se reconheçam e se lembrem do tempo que convivemos e coexistimos, em afetos diversos. Eu como uma cupim e eles como sujeitos, de diversas formas. Sujeito-



trabalhador, sujeito-artista, sujeito-usuário, sujeito-amigo, sujeito-homem, e muitas outras formas de subjetividade. Sujeitos também de uma pesquisa acadêmica, jamais como objetos.

¹⁷⁶ Fonte: autoria da pesquisadora.

5.2.8. O viver e o morrer como resistência: uma homenagem ao Jorge

Figura 26 - Jorge Alcides¹⁷⁷

Jorge foi um dos integrantes do CUPINS. Escrever assim, com o verbo no passado, já aponta para o fato de que ele não mais é. Entretanto, no tempo em que esteve lá, no cupinzeiro, Jorge mais do que foi. Jorge existiu de muitas maneiras. Aparentando timidez e ao mesmo tempo tendo um jeito meio faceiro, a existência dele não passava despercebida nem mesmo quando se sentava ali no fundo da oficina, cabisbaixo e compenetrado em cavar a madeira da xilo. Não era fácil arrancar muitas palavras dele. Mas as risadas, ah, as risadas! Essas fluíam muito livremente, deixando para trás o que parecia ser timidez, sem barreiras sonoras ou sociais.



Levava o trabalho muito a sério e quase nunca se ausentava. Companheiro inseparável do Marcelo, aonde um ia, o outro estava. Moravam juntos na casinha, que era como chamavam a Residência Terapêutica onde viviam, e vinham e iam juntos todos os dias, fosse de carona ou de transporte. Os dois pareciam uma versão daquilo que antigamente se chamava de dupla dinâmica, uma versão Batman e Robin de *San Andreas City*, Jorge e Marcelo da cidade de Santo André.

Se adotarmos essa comparação, fica difícil dizer quem era quem na história. Penso que se revezavam no papel do herói um tanto melancólico e do seu companheiro, o garoto prodígio. Independentemente disso, o ponto é que eram quase inseparáveis. Companheiros inclusive de quarto. Marcelo dizia que era Jorge quem o acordava todos os dias, não só com seus roncoss, dos quais Marcelo reclamava muito e Jorge gargalhava, mas também era Jorge quem acordava Marcelo cedinho todos os dias para ir trabalhar.

Não sei dizer quando eles se conheceram, mas pareciam ter passado por muitas coisas juntos. Marcelo, diferentemente de Jorge, sempre muito falante e expansivo, vivia contando histórias mirabolantes e Jorge ia sempre concordando com ele, fossem história

¹⁷⁷ Fonte: foto de Mario A.Moro - Jornal Vozes da Saúde Mental. Recuperada da página do Facebook do Jornal Vozes da Saúde Mental em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=370124139763165&set=a.370124103096502>, acesso em 10 de julho de 2023.

verdadeira ou história inventada. Aliás, era difícil Jorge discordar de alguma coisa. Expressava um jeito muito amável, era um bom ouvinte e disposto a auxiliar em tarefas. Tinha um ritmo de trabalho próprio, um tanto mais lento que o dos colegas, mas isso nunca foi um problema para ele nem para ninguém. Na hora de dividir o trabalho a ser feito, todos já sabiam o ritmo de cada um, e isso sempre era respeitado. E o dinheiro ganho na oficina, todos recebiam por igual.

Marcelo tinha uma namorada e vivia falando dela o tempo todo. A cada vez que o assunto surgia partindo do Marcelo, Jorge quebrava seu habitual silêncio, levantava o dedo em riste e soltava o nome dela, em alto e bom som com seu vozeirão: “Estelinha¹⁷⁸!!”. E gargalhava. E todos gargalhavam com eles. Não sei dizer qual era tamanha graça, se era uma piada interna para poucos entendedores ou se riam juntos da postura inusitada do Jorge interrompendo a história apaixonada do Marcelo, toda vez do mesmo jeito. Parecia uma daquelas cenas ensaiadas de esquete de teatro, sabe? De fato, mesmo sem entender o porquê, eu também sempre gargalhava com eles.

Se tinha uma hora em que a aparente timidez e o jeito de poucas palavras desapareciam, era quando Jorge pegava seu violão. Em um evento em que estavam reunidos usuários da rede da cidade e familiares, sobre o qual já falei em outra história, Jorge chegou aclamado. Era nítido o carinho das pessoas com ele, até mesmo daquelas sentadas na plateia, que talvez não o conhecessem tão bem. Chegou com passos leves durante uma das apresentações do evento, e até quem estava se apresentando naquele momento, o cumprimentou. Com um chapéu boêmio e seu violão, Jorge se sentou e aguardou sua vez. Quando foi chamado, não titubeou e em um salto já estava no palco cantando e tocando. E lá, de novo, soltava seu vozeirão, mandando muito bem no violão. Dias depois desse evento, pedi que ele me ensinasse a tocar, e ele disse que não sabia para ensinar, só sabia mesmo para tocar. Era mais do que suficiente, não é mesmo?

Certa vez, em uma reunião do coletivo com uma ONG parceira em alguns projetos, todos os cupins foram perguntados sobre como poderiam aprimorar seu trabalho, como poderiam melhorar, como evitar perdas, atrasos, retrabalho e desperdício de materiais. Jorge, em silêncio como de costume, acabou sendo perguntado diretamente sobre o que queria melhorar. De pronto, respondeu: “Eu quero trabalhar”. Entendi que

¹⁷⁸ Nome fictício.

talvez fosse aquilo que ele entendia quando perguntado sobre “o que era melhor”. Penso que pra ele, talvez o melhor fosse mesmo trabalhar.

Chamava minha atenção o fato de que sempre que nos sentávamos juntos no chão do gramado em frente à oficina na pausa do trabalho para tomar um sol, fumar um cigarro e beber um cafezinho, Jorge sempre estava conosco, mas nunca se sentava. Uma vez perguntei por que ele não se sentava, e Marcelo se adiantou, respondendo que Jorge tinha medo de sentar e não conseguir se levantar. E todos gargalharam, mas Jorge ficou sério. Perguntei diretamente pra ele se era isso mesmo e ele disse que sim. Eu disse que o entendia porque eu também tinha medo de sentar e não conseguir me levantar. Todos gargalharam novamente. Completei dizendo que me sentava com eles mesmo assim, pois ao menos eu tinha uma certeza de que caso eu não conseguisse me levantar, eles me ajudariam. Jorge acabou se sentando nessa e em algumas outras vezes, não em todas. E sempre que se juntou a nós, o ajudamos a se levantar, segurando em ambos os braços para fazer uma alavanca. Mas, era de lei: sempre que se sentava, na hora de se levantar, em um de seus braços estava Marcelo.

Figura 27 - Jorge à esquerda e Marcelo¹⁷⁹



¹⁷⁹ Fonte: foto de Mario A.Moro - Jornal Vozes da Saúde Mental. Recuperada da página do Facebook do Jornal Vozes da Saúde Mental em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=370134716428774&set=a.37012410309650> , acesso em 10 de julho de 2023.

Por um tempo Jorge parecia mais distante e calado do que o habitual. Falávamos com ele e algumas vezes não respondia, parecendo disperso e fechado. Marcelo dizia que algumas vezes ele ficava assim mesmo, quieto. Fiquei sabendo que eles haviam mudado de Residência Terapêutica e por isso algumas vezes faltaram ao trabalho. Parece que a nova casinha ficava ainda mais distante do que a anterior e, assim, tinham dificuldades para chegar até o NUPE. Marcelo me disse que estavam estranhando a casa, que era boa, mas ainda precisavam se acostumar. Perguntei para o Jorge o que estava achando de morar lá e ele apenas disse: “é bom”. Jorge continuou me parecendo assim, um tanto “desassentado” nos últimos dias em que o vi, antes de receber a notícia.

Era dia 21 de fevereiro de 2018, no dia anterior ao que estava programado para que eu fosse até a oficina trabalhar com o CUPINS. Recebi uma mensagem da coordenadora do NUPE no celular. Já era noite e ela me dizia que não tinha uma boa notícia para me dar. Um dos cupins havia falecido no início da noite e por isso no dia seguinte todos estariam no velório e no enterro, e não na oficina. Um tanto atordoada, de pronto não conseguia sequer imaginar quem teria sido e então ela me disse que tinha sido o Jorge. Em um lampejo, parece que todas essas pequenas cenas que aqui estou narrando passaram pelas minhas lembranças e fui tomada de profunda tristeza, pensando no Jorge mesmo, no CUPINS e principalmente em seu fiel escudeiro, o Marcelo.

Acabei entrando em contato com outros trabalhadores do NUPE ainda naquela noite, e não sei dizer de que maneira, mas acabei parando no cemitério no início da madrugada. Escutei várias histórias do Jorge naquela noite. Soube como Jorge era antes de chegar no NUPE e como o trabalho no CUPINS havia transformado sua vida. Ele tinha mudado de água para vinho, disseram. Só nessa noite soube do seu diagnóstico psiquiátrico. No trabalho do dia a dia, realmente, isso não era algo que me interessasse, afinal. Não parecia interessar a ninguém, diga-se de passagem. O diagnóstico era esquizofrenia, em que prevaleciam os sintomas negativos. Para o leitor menos familiarizado com diagnósticos assim, esse quadro “negativo” indica perda, redução daquilo que se compreende como um padrão de comportamento “normal”. Depois que Jorge chegou no NUPE, começou a melhorar, a falar mais, a interagir mais, coisas que antes não fazia. Além disso, escutei algumas histórias impublicáveis, secretas, que fogem ao estigma da loucura e o aproximam grandemente do paradigma de um homem comum. Essas histórias guardo e sorrio até hoje, intimamente.

Não sei quanto tempo durou essa noite, mas eu estava lá no momento exato em que o corpo desfalecido do querido cupim chegou. O velório recém-aberto ainda estava vazio e somente estávamos eu e outro trabalhador do NUPE. Encomendamos uma coroa de flores na recepção e depois fomos até a sala do velório. Lá ficamos em silêncio olhando para ele. Aquela sala vazia e a imagem do Jorge me faziam pensar no horror diante da solidão da morte e em imaginar como seriam velório e sepultamento no dia seguinte. Fiquei pouco tempo lá depois que Jorge chegou e, ao retornar na manhã seguinte, a cena com que me deparei era extremamente oposta à cena da madrugada.

Nunca tinha visto antes um espaço de despedida tão abarrotado de gente! Ao chegar, já encontrei com alguns dos cupins. Após um abraço, perguntei por Marcelo e me disseram que ele estava na sala junto ao Jorge. “Claro, sempre juntos”, eu pensei. Tendo dificuldades para atravessar o tanto de gente que ali estava, consegui chegar até Marcelo, parado junto ao Jorge, tendo ao seu lado Roseli. Fiquei por ali, compartilhando o momento em silêncio. Depois, acabei sabendo que o que havia levado o Jorge tinha sido um câncer em estágio avançado que ninguém sabia existir. No que ele passou mal e foi levado até o hospital, viram que ele teria que ser operado às pressas. Mas, já era tarde. Ele não costumava se queixar.

O momento final da despedida foi de muita comoção. Perguntei quem eram todas aquelas pessoas e me disseram que eram todos usuários da Saúde Mental e profissionais. Jorge era muito querido na rede. Na hora de jogar a terra, Marcelo se aproximou e lançou uma rosa que tinha nas mãos. Uma moça que estava presente desde o começo, muito emocionada, chegou perto e gritou: “Vai com Deus, Jorginho! Vamos sentir sua falta, Jorginho! Vai com Deus, Jorginho!”. Muitos aplausos foram dados.

Após o acontecido com Jorge, o tema da morte nunca mais saiu do CUPINS pelo tempo em que estive lá com eles. No dia em que retornei para a oficina, na semana seguinte, Roseli estava sentada onde Jorge costumava se sentar, no fundo da sala. Aquela cena me engasgou. Marcelo, nos primeiros dias, só sabia dizer o quanto sentia saudades do Jorge, pois ele era seu “companheiro, um amigo”. Ficou um tanto amuado por um tempo, e um dia chegou com dúvidas sobre sua medicação, se ela estava correta e foi perguntando sobre isso para todo mundo. No final, disse que só estava se sentindo realmente muito estranho depois que Jorge morreu. Tivemos uma conversa:

– Ah, Marcelo, perder alguém que a gente gosta não é fácil pra ninguém. Tem que ver isso, tem que ver se esse seu “estranho” não tem a ver com a saudade do Jorge. Você já falou disso com sua referência?

– Não falei, mas eu acho que é, viu, Aline?! Eu ando muito triste, com a cabeça assim zoada. É muita falta que eu sinto do Jorge.

Depois desse diálogo, Marcelo passou a falar dos moradores da casinha que mexiam em suas coisas. Disse que às vezes ele se refugiava do lado de fora da casa, ficava no quintal olhando pro nada e que a cuidadora tinha que ir atrás dele pra perguntar o que estava acontecendo. Mas ele disse que só estava ali triste, às vezes com a cabeça vazia, às vezes pensando no Jorge.

O tempo foi passando, mas Jorge continuou presente nas lembranças e nas falas, principalmente do seu amigo. Certo dia Marcelo falou da namorada e, João, outro integrante do CUPINS, levantou a mão como Jorge fazia e repetiu a famosa cena: “Estelinha!”. Marcelo suspirou: “Ehhhh Jorge” e disse que ainda tinha umas coisinhas do Jorge que ele não queria se desfazer, que ele queria guardar, como aquela mochila que ele estava nos ombros naquele momento.

A última cena que ficou marcada em minha memória a respeito do Jorge foi uma cena que aconteceu depois de sua despedida. Em um dia, em um evento na cidade em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial, havia uma usuária da rede que integrava o grupo musical “De volta aos palcos”, vestida de Dona Ivone Lara em homenagem ao seu papel ao lado de Nise da Silveira. No fechamento do evento, ela assumiu o microfone e anunciou que eles iriam cantar uma canção que o falecido Jorge havia composto. Eu já havia escutado aquela canção, e somente ali soube da autoria. O refrão da música dizia: “Saúde não se vende, loucura não se prende”. Todos cantaram aquele refrão, enquanto balões brancos foram soltos no ar. Escrevo abaixo parte da música de composição do Jorge.

*Respeitados todos pela reforma
Sou respeitado, sou usuário
Que aprendem e cooperam na luta pelo trabalho
Cuidados pela família
Em harmonia com trabalhadores
Somos da Saúde Mental
Sempre em sintonia
Com alegria, com poesia*

*Liberdade em harmonia
Saúde não se vende, loucura não se prende.*

Figura 28 - Evento em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial e os balões brancos sendo soltos¹⁸⁰



¹⁸⁰ Fonte: autoria da pesquisadora.

6. Finalização do percurso: alinhavando fios, apresentando conclusões e apontando novas perspectivas

O trabalho é produtor de subjetividades. No campo da Saúde Mental, esteve de mãos dadas com a loucura desde antes da invenção do manicômio, para o “bem” e para o “mal”. A partir da Luta Antimanicomial, essa relação foi mais uma vez sendo transformada e justamente esses deslocamentos foram o foco da presente pesquisa. Hoje, em resistência à lógica neoliberal, que a tudo inclui e precifica, continuam existindo movimentos moleculares que não se dão por satisfeitos pelos fechamentos dos manicômios e a institucionalização das políticas públicas de Saúde Mental. Tais movimentos, que podem ser grandes ou pequenos, têm um campo potente de ação: o cotidiano.

Muitas vezes unidas, algumas vezes isoladas, essas pessoas e grupos que lutam vão *inventando novas saídas*, novas práticas dentro da Saúde Mental, buscando ir além da desinstitucionalização e da criação de serviços substitutivos ao manicômio ou, dito de outro modo, tentando resgatar os ideais de autonomia e respeito à diversidade que podem acabar se perdendo na burocratização e nas veredas contraditórias da institucionalização das políticas públicas. Esse movimento só é possível no campo da ética – um *ethos*, um modo de existir – a partir do favorecimento de espaços para produção de processos de subjetivação desalinhados, que se engendram em oposição aos modos subjetivantes unidimensionais da lógica hegemônica vigente. Configuram-se em resistências e pela insistência em criar espaços de enfrentamento à lógica de exclusão das diferenças, gerando contratualidades contextuais e fluxos emancipatórios, ainda que estejam inescapavelmente dentro de espaços regidos, de forma mais ampla, pela lógica cruel do neoliberalismo. E, por isso mesmo, são compreendidos como movimentos de atitude crítica, que resistem a serem governados completamente da maneira hegemonicamente estabelecida.

Como proposta dentro das Políticas Públicas de Saúde Mental, percebemos que a interlocução e a cooperação com a Economia Solidária aparecem como campo possível de ações de devires minoritários – como vimos com Guattari (1981) – no cotidiano. Trata-se de uma agenda ética e política que não opta simplesmente pela inclusão social dos loucos no reino dos normais, mas pela produção de um lugar social que comporte as diferenças, sem estigmatizá-las ou segregá-las. Uma heterotopia na qual a participação

econômica e social da loucura possa ser vista como uma atitude crítica, em termos foucaultianos, ao *modus operandi* da governamentalidade neoliberal, cavando espaços e escapando pelas ranhuras, saindo pelas brechas da governamentalidade hegemônica, inventando novas saídas para viver. Produzindo, assim, subjetividades heterotópicas.

Durante o percurso de pesquisa, buscamos experienciar na realidade da coexistência conjunta com o CUPINS, em sua materialidade, uma prática de liberdade, em termos foucaultianos, dos sujeitos inseridos em empreendimentos de geração de renda e saúde mental em relação à governamentalidade neoliberal no campo estudado, concepção da qual partimos como hipótese inicial. Temos no NUPE, e especificamente no CUPINS, a emergência de sujeitos que aparecem produzindo um *ethos* de resistência, dentro de uma lógica de trabalho que aponta para a possibilidade de produção de uma nova subjetividade em oposição à subjetividade que se impôs sobre a loucura ao longo dos tempos. Importou-nos conhecê-los em seu cotidiano, conversar e nos relacionar com eles e, assim, poder apontar possibilidades, pontos fortes e dificuldades, linhas de força e também fragilidades que aparecem e emergem do espaço e das relações, naquilo que compreendemos como sendo o governo de si e o governo dos outros.

Revisitando os capítulos anteriores, percebemos as contradições presentes no campo, de forma que pensamos que a subjetividade que se produz no cotidiano do CUPINS – entendida como positivação de discursos e práticas, saberes e poderes, e também como atitude crítica em práticas de liberdade e de cuidado de si, – em alguns momentos aparece ainda moldada pelos poderes médico e psiquiátrico, de modo a continuar estigmatizando, tutelando e segregando a loucura; em outros, aparece em resistência a esses antigos modos, tensionando as linhas em direção à rupturas que poderão produzir novos modos de subjetivação.

Ainda que dentro da lógica capitalista (e de discursos de empreendedorismo, meritocracia, sucesso etc.), que em si mesma é tão perversa, sentimos também respiros de resistência no CUPINS, na insistência das práticas cotidianas que vão impondo resistência também às subjetivações que, mais amplamente, estão dispostas no tecido social em relação ao tema do trabalho e do ato de trabalhar. A Economia Solidária, e sobretudo a Reforma Psiquiátrica, com seus discursos contra hegemônicos, contribuem para que os saberes sejam construídos a partir de práticas e de modalidades de existência que buscam dar sustentabilidade para a cidadania e os direitos dos loucos e,

principalmente, para a produção do que é esse sujeito-louco-cidadão. Esses discursos e práticas, no encontro com as singularidades existentes no campo da oficina de geração de trabalho e renda que pesquisamos, reverberam de modo peculiar e esse foi o foco de nossa atenção.

Nesse sentido, apresentaremos a seguir a finalização do percurso de nossas investigações na presente pesquisa, trilhando as pistas para responder a respeito da subjetividade que aqui buscamos conhecer, apontando de que maneira compreendemos sua produção em submissão, mas também em resistência às práticas de governamentalidade que são hegemônicas no campo do trabalho e da loucura, subjetividade essa que se produz no cotidiano do CUPINS.

Nos capítulos iniciais da presente tese, construímos as bases a partir das quais foi possível nos aproximarmos do campo. No primeiro capítulo teórico, abrimos a caixa de ferramentas foucaultianas e mostramos de quais conceitos-ferramentas lançamos mão para nos aproximar do presente. Empunhando algumas dessas ferramentas – *governamentalidade, resistência, modos de subjetividade, práticas de si e ética* –, seguimos para o segundo capítulo teórico, no qual traçamos um panorama a respeito da relação entre subjetividade e trabalho, apresentando de que maneira o trabalho, em seus saberes e práticas, foi ao longo dos tempos produzindo determinadas modalidades de subjetivação.

Desde a Grécia Antiga, passando pelo período da cristandade medieval, chegamos à governamentalidade liberal no período maquinico da Revolução Industrial. Ali, vimos se produzir uma subjetividade atravessada por aquilo que Michel Foucault apontou como sendo um poder disciplinar. Nesse ponto, os saberes e práticas *psi* contribuíram para o estabelecimento de uma modalidade subjetiva que atendia às necessidades econômicas da sociedade, ao mesmo tempo em que produzia o “sujeito psicológico”.

Avançando para a governamentalidade neoliberal e o poder biopolítico, vimos como a sociedade caminhou para a individualização dos riscos e para a responsabilização de cada um dos indivíduos por seu sucesso ou fracasso. A Psicologia, enquanto campo de saberes e de práticas, contribuiu para a disseminação de uma cultura psicológica de massa, que serve aos propósitos biopolíticos de gestão das populações. Por outro lado, vimos como é possível resistir a esse imperativo também dentro do campo da ciência

psicológica, partindo de uma crítica à Psicologia para uma Psicologia que seja crítica e, assim, promotora de subjetividades e experiências heterogêneas.

Já no capítulo teórico seguinte, nos aprofundamos na temática do trabalho, mas agora a partir do entrelaçamento com a loucura ao longo dos tempos. Também avançamos no sentido de compreender como as políticas públicas são postuladas dentro de uma determinada forma de governo das populações e do lugar que o Estado ocupa diante da razão econômica. Nesse viés, nos aproximamos do Estado brasileiro, fazendo uma breve aproximação histórica das políticas públicas de saúde no Brasil. A partir do movimento da Reforma Sanitária, que ofereceu sustentação ao estabelecimento do Sistema Único de Saúde, vimos como o processo de redemocratização brasileiro esteve no germe do crescimento das forças populares que levaram à produção da subjetividade cidadã, propiciando o embate de forças para a criação do próprio SUS e posteriormente da Rede de Atenção Psicossocial, a partir do movimento da Luta Antimanicomial que culminou na Reforma Psiquiátrica. Nesse ponto, encaramos o perigo neoliberal que chegou ao país no mesmo período de redemocratização, no final dos anos de 1980 e início de 1990. Assim, as forças do neoliberalismo, da redemocratização, das reformas e também do estabelecimento de políticas sociais redistributivas, entre elas as iniciativas de fomento do cooperativismo, coexistem e se tensionam no Brasil.

A prática da Economia Solidária, que se torna objeto de uma Secretaria de governo com Lula, fortalece a aproximação que vai se construindo na materialidade dos serviços de saúde mental, e, posteriormente no estabelecimento formal da RAPS a partir da Lei Federal da Reforma Psiquiátrica aprovada em 2001. Porém, com o retorno das forças conservadoras ao governo brasileiro, retrocessos e perdas inestimáveis se deram no campo da Saúde Mental e da Economia Solidária, tanto na relação entre esses dois campos, quanto em cada um deles de forma isolada. Avançando, fizemos uma análise do entrelaçamento dos dois campos, pensando na construção e nos enfrentamentos existentes dentro da governamentalidade democrática brasileira, que postula o louco também como cidadão, para o “bem” e para o “mal”, incluindo marginalmente na lógica da gestão dos riscos, mas também produzindo espaços de resistência ética e promoção de novas subjetividades, em um eterno agonismo da história, como vimos com Foucault. Não se tratou de apontar se existe inclusão *ou* exclusão; práticas de governamentalidade *ou* de resistência. Coexistem, inclusão *e* exclusão. Coexistem práticas de governamentalidade *e* de resistência.

No capítulo metodológico, formalizamos aquilo que já vinha sendo empreendido em todo o percurso teórico até então, retomando e apresentando dois conceitos de fundamental importância para nos lançarmos ao campo: dispositivo e rizoma. A partir deles, foi possível construir uma forma de produzir o resultado das experiências compartilhadas com o CUPINS no NUPE, desenrolando as linhas de saberes, poderes e subjetividades. Retomando o compromisso ético-político desta pesquisa, apontamos para possibilidades metodológicas de realizar pesquisas em campo que apresentam leituras contra-hegemônicas e críticas em relação aos postulados positivistas de coleta de “dados” e de análise de resultados, postulados esses que identificamos alinhados a uma racionalidade governamental que objetifica e normatiza certas formas de subjetividades. Encontramos na cartografia e na etnografia ferramentas potentes para a realização de uma inserção no campo e de produção dos resultados que se alinhavam às nossas compreensões do processo de produção de subjetividades, que é, ao mesmo tempo, individual, coletivo e intersubjetivo, levando em consideração que são produzidas em uma relação de forças, sendo heterogêneas e se ampliando de maneira complexa, horizontalmente, em movimento contínuo, tal qual um rizoma.

A figura do rizoma, sendo aproximada de um mapa que pode ser cartografado, nos inspirou na busca pela maneira mais adequada de produzir os resultados da pesquisa. Em nossa compreensão, esse resultado só poderia ser concebido como uma construção coletiva, que ainda que de autoria final da pesquisadora, apresentasse muitas vozes e rostos, sendo plurívoca e polifônica, acompanhando processos complexos de produção de subjetividades. Assim, chegamos na proposta de escrita “etnográfica”, produzindo o resultado da pesquisa com o CUPINS em formato de crônicas, que narraram a experiência coexistente que se produziu durante o período em que a pesquisadora se tornou provisoriamente uma cupim.

Após uma apresentação introdutória sobre a história da cidade de Santo André e da construção da RAPS no território, que deu origem ao NUPE, com o objetivo de chegarmos mais perto de lá, partimos para a escrita de um “texto-experiência” que aproxima literatura e ciência, as *Crônicas de um cupinzeiro*. Sobre esses escritos em formato de crônicas, como resultados produzidos a partir da experiência do campo, cabe aqui uma apresentação mais extensa, que nos servirá inclusive como uma perspectiva analítica daquilo que foi produzido.

Em cada crônica, em cada composição de cenas em formato de narrativa, buscou-se evidenciar as linhas de saber, poder e subjetividade. Nesse viés, o que buscamos com as histórias foi apontar o que se presentificava no cotidiano, tendo como pano de fundo todo o aparato teórico-conceitual que aqui construímos. E, como defendemos na presente tese, sem excluir a dinâmica dos afetos que se inscrevem de igual forma nessa dinâmica de produção subjetiva em processo. Buscamos indicar por meio das histórias que contamos, as contradições, os embates de força e os movimentos de tensionamento que aparecem em submissão à governamentalidade, mas também como resistência, apontando para subjetividades em processo de construção, saindo do lugar sedimentado de “loucos” e também de “usuários de serviços de saúde mental”, para um novo lugar, que pode ser chamado de um lugar de trabalhadores, cooperados, empreendedores, e tantas possibilidades outras mais que estão sendo, ou virão a ser, construídas nas práticas de liberdade, no *ethos* do CUPINS, lugares esses que também não se estabelecem sem contradições e tensionamentos.

Em um primeiro momento, importa assinalar que é na insistência do reexistir cotidiano que os cupins vão saindo do lugar de loucos e de usuários de um equipamento de saúde mental em direção a lugares outros. Esse movimento não se dá exclusiva e unicamente a partir da legislação que os institui como trabalhadores no eixo da reabilitação psicossocial, ou como cidadãos na Constituição Brasileira, mas se dá principalmente a partir do que eles produzem em seu dia a dia a despeito das postulações oficiais. Muitos deles estavam nos manicômios e de lá saíram depois de muita luta em direção aos CAPS, equipamento que, embora tenha se consolidado com maior ênfase clínica, o que se apresentava como uma necessidade de urgência do acontecimento, propiciou um espaço de produção de subjetividades outras. Foram os movimentos moleculares que criaram espaços de resistência, nas práticas e vivências microfísicas dos usuários, que fizeram com que produzissem outras formas de reexistir. Por meio daquilo que Guattari (1981) chamou de “devires minoritários”, produziram-se tensionamentos entre o que estava instituído – as políticas públicas de governo – e o que se efetivou na prática do trabalho nos coletivos, em resistência, como força instituinte. Aos poucos, a ação cotidiana de trabalhar foi sendo produzida, e foi se constituindo como uma prática que modifica a forma como os sujeitos se constituem na relação com o próprio trabalho, com seu tratamento de saúde e, mais do que isso, com sua própria vida cotidiana, nos espaços das cidades, em suas residências, e nas relações com seus pares e “ímpares” (os

“normais”). Além disso, na prática cotidiana que se dá dentro da RAPS, a própria Luta Antimanicomial também vai se produzindo, em movimentos moleculares, como veremos a seguir.

O CUPINS, sigla para *Central Unida de Pessoas Inventando Novas Saídas*, nasceu com um desejo de um usuário das oficinas terapêuticas do CAPS em fazer algo diferente da pintura e do artesanato que já vinha fazendo. Filho de marceneiro, certo dia disse para o técnico da oficina que queria cavar madeira. O terapeuta ocupacional conhecia a técnica de xilogravura e mostrou para o usuário-desejante se era aquilo que ele queria fazer, e era. Juntaram a arte das oficinas de pintura com a madeira das oficinas de artesanato e descobriram a prática da xilogravura. Assim, ficaram xilogravurando dentro do CAPS como uma oficina que ainda não era de geração de renda, mas sim, terapêutica. Cada dia chegavam mais pessoas interessadas em “cavar” e foram juntando moléculas nesse devir minoritário, até que revolucionaram. Ao ganharem dinheiro e reconhecimento com o prêmio do CRP, Prêmio Arthur Bispo do Rosário, decidiram, juntos, mudar a natureza de seu trabalho e começar a vender camisetas.

Vemos no surgimento do desejo do primeiro cupim, um movimento de resistência e prática de liberdade no cotidiano, em que o sujeito inventa uma nova forma de existir, a partir da sua própria história de vida, desejando fazer algo diferente do que estava fazendo (uma saída para uma insatisfação, um reencontro com as origens). Essa atitude acaba por mudar a natureza do cuidado na oficina, e transforma o que era uma oficina de arte e de artesanato em uma atividade com capacidade de ganho financeiro, apontando para mais um movimento na possibilidade de nova produção subjetiva. De uma prática de terapia ocupacional, torna-se uma produção artística premiada e, posteriormente, torna-se trabalho remunerado, não somente para aquele sujeito individualmente, mas para todo um coletivo de forças articulado em suas diferenças. Depois dessa mudança, saíram do CAPS e se juntaram ao NUPE, que já era instituído como um espaço de trabalho dentro da RAPS.

O NUPE (Núcleo de Projetos Especiais) já abrigava um projeto de geração de renda, trabalhando com reciclagem, algo bem comum no território, uma vez que Santo André foi um dos municípios pioneiros no estabelecimento de marcos regulatórios de cooperativismo no país, tendo sido as cooperativas de reciclagem das primeiras a surgirem. Ali no NUPE também já aconteciam atividades de marcenaria. As oficinas de

geração de renda aparecem como um dos eixos da reabilitação psicossocial proposta e instituída pela Política de Saúde Mental na constituição da RAPS. Entretanto, o NUPE existe desde 1997, antes da instituição da política e, como vimos, o espaço continua até os dias de hoje sendo considerado um ambulatório de saúde mental, não havendo dispositivo legal que o desvincule dessa categoria. No cotidiano, os sujeitos que lá estão inseridos são insistentes em opor uma separação: a saúde mental é cuidada nos diversos CAPS “de referência” de cada um deles, sejam CAPS I, II, III ou AD, mas ali, no NUPE, o que eles fazem é trabalho. O cuidado com sua saúde mental e a ação de trabalhar acontecem, portanto, em contextos diferentes e são vistos e experienciados de formas distintas pelos sujeitos.

O que vimos sendo apontado por Foucault a respeito do poder psiquiátrico – principalmente no curso homônimo no *Collège de France* (2006) e também no curso *Os anormais* (2018e), como uma continuação dos estudos realizados por ele em *A História da loucura na Idade Clássica* (2009) – nos indica que o exercício do poder médico-psiquiátrico de controle e normalização dos corpos e também das populações está presente em discursos e práticas diversas, e não somente dentro das instituições ditas médicas, sejam o manicômio, o asilo, o CAPS, a UBS, ou outro equipamento de saúde. Assim, embora os sujeitos que trabalham nas oficinas do NUPE digam que ali “é trabalho”, o discurso de um trabalho que se resume ao terapêutico ainda se vê presente como expressão do poder médico-psiquiátrico, uma vez que o encaminhamento para as atividades nas oficinas de geração de renda se dá por meio de indicação no Projeto Terapêutico Singular, o PTS. Como indicação terapêutica, o trabalho, embora eixo de uma possível reabilitação psicossocial, aparece como um dispositivo por meio do qual se estabelece uma prática do que é chamado de clínica ampliada, de forma a ainda carregar a lógica de recuperação, tratamento e normalização dos indivíduos, deixando na sombra a perspectiva de autonomia e independência econômica.

Por outro lado, nesse mesmo espaço, vimos se tensionar um movimento de resistência por meio do qual o sujeito, pela prática do trabalho no cotidiano, vai mudando o lugar social que ocupa, ainda que instituído formalmente como tratamento de saúde. Se inicialmente chega-se ao NUPE como usuário da RAPS por meio de indicação do PTS, lá estando, passa-se a ocupar a posição subjetiva de usuário-trabalhador. O que se tem, posteriormente com o processo em movimento, é o alcance da alcunha de trabalhador, sem outra nomenclatura conjunta. Voltaremos a esse ponto um pouco mais à frente.

Outro destaque que fazemos em relação ao exercício do poder médico-psiquiátrico no NUPE é a prescrição constante de terapias nos CAPS, prática que sempre apareceu de forma recorrente nas falas do CUPINS. Certa vez, um deles teve o que uma técnica de referência chamou de “surto” e acabou sendo encaminhado para o tratamento com a psicóloga do CAPS, história que narramos em uma das crônicas. Ficou claro na conversa que tive com ele, perguntando sobre esse evento, que ele não gostava e não via sentido naquela prática terapêutica, mas que havia concordado em ir para não perder o vínculo com o trabalho. Por outro lado, ele mesmo indicou que, mesmo sendo “obrigado” a ir, poderia, na prática, resistir a esse processo, como realmente fez. O que se evidencia nessa cena é a produção de uma resistência, em que, através uma prática de liberdade, o sujeito reexiste em seu cotidiano, não se submetendo à prescrição terapêutica que lhe foi imposta. O sujeito parece se submeter (e em parte se submete) indo até o CAPS, estando presente no espaço da terapia, mas, na prática, ele resiste com o silêncio, recusando-se a falar neste processo terapêutico em que a fala é o meio pelo qual se efetiva o tratamento.

Algumas vezes, alguns dos cupins me relataram suas experiências passadas com a internação psiquiátrica. Essas experiências se deram no contexto do modelo asilar anterior, que a Luta Antimanicomial e o estabelecimento da RAPS buscam superar, mas, que ainda se exerce como uma força que produz certas práticas, nas capilaridades do tecido social, como problematizamos ao propor a discussão que fechar os manicômios é insuficiente para dar essa luta como acabada. Praticamente todos do CUPINS já estiveram internados em hospitais por algum período de tempo. E, de algumas formas, essa experiência ainda marca sua subjetividade. Quando esse assunto apareceu por iniciativa deles, as falas sempre giraram em torno de sofrimento, privação de liberdade e maus tratos. Um dos CUPINS, como contei, sempre se mostrava muito incomodado com o assunto, retirando-se do local quando estávamos falando sobre isso. A experiência de estar em liberdade aparece como muito cara aos cupins. Mas, por outro lado, essa liberdade parece fragilizada, na iminência de ser perdida, quando deixam de cumprir algum requisito que lhes é imposto, sobretudo como indicação terapêutica do PTS. Mas, ao narrarem as experiências, ou mesmo quando se recusam a falar delas, estão materializando a produção de uma maneira de existir distinta da maneira do período de clausura. De sujeitos privados de liberdade, sob maus tratos e sofrimento de violências diversas, vão materializando a posição de sujeitos que rememoram essas cenas, que

indicam o quanto hoje estão melhor assistidos, o quanto se sentem livres, inclusive, para escolher não falar sobre isso.

Quando se lembram das internações psiquiátricas, falam com muito pesar e com intenso desejo de jamais retornarem a esse lugar, mas, em alguma medida e guardadas as devidas proporções, quando se referem às normas das Residências Terapêuticas, onde alguns residem, ou às prescrições médicas dos CAPS e às obrigações diante do PTS, que se cumprem também no local de trabalho, parecem ainda apontar para uma lógica tutelar. A prática da confissão e do uso terapêutico da droga, como apontado por Foucault (2006), continuam sendo um imperativo de cuidado dentro da lógica do CAPS, que se estende até o NUPE e o CUPINS, denotando a intensa persistência da força do poder médico-psiquiátrico, embora não mais equivalente àquele controle institucional e manicomial que intentava apenas docilizar e administrar totalmente as pessoas. A tutela ainda se faz presente, por exemplo, no impedimento do ir e vir dos trabalhadores, como ou com quem quiserem, seja sozinhos ou de carona. Também aparece quando precisam ser regulados no consumo de café, por perigo de interação medicamentosa ou por estarem fora do horário para isso, seja no NUPE ou na RT onde dois deles residiam. Por outro lado, é enfatizado que o café só existe ali no NUPE para os trabalhadores, e justamente porque são trabalhadores e não somente usuários da RAPS, podem tomá-lo. Nesse sentido, até a questão do cafezinho aponta para as contradições do campo e as forças sempre em tensão.

Além disso, muitas vezes, os CUPINS solicitam da equipe técnica direcionamento e esclarecimento diante de decisões da vida cotidiana. Como apontamos na narrativa sobre a nau dos loucos e os muros do manicômio, estabelecer-se em terra firme se trata de um processo árduo e complexo, que avança e retrocede. Aqueles que passaram tanto tempo em alto mar, ao chegar em terra firme, sentem-se mareados, sem rumo e sem destino, e custam a entender em que terra estão e como viver ali. Da mesma forma, aqueles que os recebem não sabem ainda muito bem – ou nem querem saber – como acolher esses novos habitantes. Estabelecer-se em terra firme é difícil, mas a produção de uma subjetividade que passa de louco para usuário e chega à figura de trabalhador, sem dúvidas, aponta para o fincar firme dos pés no chão.

Aqui, se faz necessário responder a uma pergunta crucial: o que é essa subjetividade de trabalhador no CUPINS, que assume também outras nomenclaturas a partir dela? Como vimos, o ato de trabalhar pode ser entendido socialmente como um imperativo nos

moldes da obrigação do trabalho, cuja lógica é imposta há muito tempo, como apontamos em parte da pesquisa teórico-conceitual da presente tese. Mas, no trabalho do CUPINS, essa lógica, ainda que presente na prescrição do PTS, não se esgota na obrigatoriedade, produzindo uma prática de trabalho que se apresenta diferente no cotidiano do coletivo. No dia a dia do CUPINS, e mais amplamente do NUPE e de outros coletivos da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária com os quais nos deparamos em campo, vimos que se trata de uma lógica de trabalho muito diferente quando se pensa em um sujeito que pode escolher seguir trabalhando ou não (e com apoio de seus colegas, em uma lógica coletiva de apoio mútuo nas diferenças), pela via de uma prática de liberdade e, sobretudo, *em* liberdade. Caso não queiram trabalhar, terão outras práticas a serem prescrita no PTS em conjunto com eles. Escutamos no NUPE, por diversas vezes, que ali é trabalho e que eles são trabalhadores e falam com orgulho disso, e não como uma imposição. Portanto, não são mais loucos obrigados a trabalhar, e não são somente usuários que têm o trabalho como prescrição terapêutica. Mas, também cabe apontar, também não são trabalhadores comuns inseridos no mercado de trabalho tradicional, o que também se apresenta como uma característica específica deste trabalhador que se produz no CUPINS e no NUPE de maneira mais ampla.

Mas, o que os distingue na figura de trabalhador, uma vez que ela em si, não é nova? Novamente, são as práticas moleculares no cotidiano que apontam as maiores distinções na produção do sujeito-louco-cidadão-trabalhador, principalmente pelo fato deste trabalho que acontece no NUPE e no CUPINS ser nos moldes da Economia Solidária. Esse modo de trabalhar aparece como uma nova forma de produção, coletiva, autogestionária e solidária, como apontado por Singer (2002) e outros autores que se dedicaram a estudar o tema e que aqui apresentamos. Apesar de termos visto em nossa pesquisa como esse tipo de trabalho apareceu com diversas contradições, se sedimentando a partir da crise do capitalismo industrial, diante do desemprego e da dificuldade dos sujeitos em desvantagem para entrar no mercado formal de trabalho (Singer, 1998, 2002; Brasil, 1999), o discurso e a prática da Economia Solidária também aparecem produzindo espaços de resistência nessa teia de relações de poder, instituições de saberes e práticas de liberdade, no cotidiano do serviço.

Isso é o que primeiro indicamos: a prática da Economia Solidária aponta para a produção de uma heterotopia que pode comportar as diferenças dos trabalhadores. Como vimos, em nossa sociedade neoliberal, o que se pratica, a maior parte das vezes, é uma

inclusão marginal, uma *in-exclusão* em que aqueles que não conseguem se recolocar formalmente no mercado de trabalho, têm um *status* menor. No cotidiano das práticas dos coletivos, o trabalho nos moldes da Economia Solidária move-se em oposição a isso, movido pela lógica que acolhe a diversidade de cada trabalhador, não fazendo diferença o ritmo de trabalho, a quantidade de produção e, no caso do entrelaçamento com a Saúde Mental, não importando o diagnóstico psiquiátrico e as limitações que este eventualmente produz no trabalho. Assim, o trabalho de maneira cooperada aponta para um modo de produção coletivo, em que o que é produzido é dividido por todos, reduzindo as hierarquias, aplacando o imperativo da produtividade e permitindo acolher a diferença, os distintos ritmos de trabalho, e, sobretudo, a loucura.

Por conta das características de cada um dos trabalhadores do CUPINS, alguns trabalham mais rapidamente que outros, conseguem finalizar um projeto ou uma peça com maior ou menor perfeição, ou têm maior desenvoltura para fazer trabalhos externos em feiras ou resolver questões financeiras nos bancos, enquanto outros não. Mas, apesar do distinto tempo dedicado ao trabalho e do distinto engajamento em certos tipos de atividades, os trabalhadores dividem por igual todos os rendimentos da oficina. Singer (2002) pontua que nos empreendimentos da Economia Solidária, após o pagamento de todos os gastos, todos os valores são divididos de acordo com o que é votado em Assembleia pelos trabalhadores. Às vezes é uma divisão por igual, tal qual a forma de retirada que foi decidida pelos cupins.

Por vezes pude acompanhar pessoalmente as retiradas dos valores de cada trabalhador do coletivo. Foi interessante notar a seriedade desse processo, que não era comandado por nenhum técnico de referência, mas pelos próprios trabalhadores. Alguns deles deixavam transparecer a falta de intimidade com o dinheiro, enquanto outros se mostravam interessados em cada centavo. As retiradas dessa maneira apontam para um processo de produção subjetiva que vai se distinguindo dos modos de subjetivação anteriores, em que os sujeitos já não estão mais enclausurados sendo obrigados a trabalhar no manicômio ou em colônias agrícolas e sem nada receber por isso. Esses sujeitos estão recebendo por seu trabalho, o que promove acesso a bens materiais e sociais outrora negados. Um dos cupins, como relatei, faz muitos planos e aquisições com o dinheiro que recebe, o que jamais poderia ser praticado dentro de uma vivência de clausura, ainda que seu cartão do banco fique sob guarda de terceiros, o que aponta uma contradição e um tensionamento dentro desse cenário. Sempre há contradições.

Também cabe mencionar que a maioria dos CUPINS e de trabalhadores de outras oficinas recebe valores de programas sociais do governo, como beneficiários por incapacidade laborativa. Embora as retiradas sejam apenas uma complementação de renda para a maioria deles, a natureza desse dinheiro é diferente, vem de sua força de trabalho em um espaço que comporta sua forma possível de trabalhar, produzindo com isso, uma capacidade laborativa que se contrapõe à incapacidade outrora atestada fora do serviço. O que acontece no CUPINS, como apontamos nas narrativas e logo acima, é que a maioria dos seus integrantes é egressa de longos períodos de institucionalização, já tendo sido dados como incapazes para o mundo do trabalho antes mesmo disso. A partir da clausura, produzem-se efeitos subjetivos de um longo período de confinamento, o que os impede definitivamente de serem inseridos como trabalhadores no mercado formal. Assim, são atestados como incapazes para o mundo de trabalho nos moldes neoliberais. Entretanto, o trabalho que aspira se organizar com características de autogestão – ainda que a aspiração seja atingida parcialmente nesse contexto não empresarial e não marcado pelas pressões por produtividade – se apresenta como esse espaço em que eles podem ser, na concretude cotidiana, trabalhadores e não apenas beneficiários de programas sociais. Ali se produzem como capazes e não como apenas incapazes.

Apesar de produzirem o lugar de trabalhadores capazes, a maioria dos CUPINS e do NUPE não poderia prescindir do recebimento dos programas sociais, uma vez que as retiradas não seriam suficientes para o seu sustento. O que leva a um outro ponto que problematizamos aqui na pesquisa, a relação da loucura com a pobreza – como apontado por Foucault (2006, 2009), Castel (1987, 2003) e especialmente Le Blanc (2013) –, que sempre foi alvo de técnicas disciplinares e continua sendo alvo do poder biopolítico no governo das populações. O recebimento de valores advindos de programas sociais do governo faz parte de uma política de governo que se impõe como uma lógica de gestão dos riscos da sociedade.

Por um lado, os benefícios são a garantia mínima de sobrevivência e de dignidade. Na atualidade, na lógica da gestão dos riscos no neoliberalismo, esses programas sociais acabam por operar resistência à individualização dos riscos e à responsabilização individual que busca diminuir cada vez mais a atuação do Estado, afastando-o definitivamente de uma compreensão de Estado de Bem-Estar social. Por outro lado, a provisão do mínimo produz uma inclusão que é marginal – *in /exclusão* – e fomenta a necessidade do complemento de renda com o trabalho informal. Ao gerar renda, se gera

mais autonomia, lógica que se exerce impondo sobre os sujeitos a necessidade de prover-se e sustentar-se para viver de forma “autônoma” e poder contribuir para o progresso da sociedade, fazendo parte do circuito econômico das mercadorias e do consumo.

Insistimos: loucura e pobreza sempre andaram lado a lado e se apresentam como figuras sociais das margens (Le Blanc, 2013). Nota-se ao longo da história que os pobres e os loucos – ou ainda os pobres-loucos – sempre dependeram de algum auxílio, seja de filantropia ou de programas redistributivos, para sobreviver. No caso do CUPINS, sua sobrevivência é garantida pelos benefícios por incapacidade laborativa e, a partir do dinheiro que recebem desses programas e das retiradas da oficina, os sujeitos podem escolher em que e como gastar, podendo ampliar o campo de sua sociabilidade e ocupar um outro lugar social que a pobreza e a loucura os negaram ao longo dos tempos.

Outro ponto de destaque na produção cotidiana de um modo de ser como trabalhador no CUPINS e no NUPE, de forma mais ampla, são as assembleias e rodas de conversa, como instrumentos de discussão e de tomada de decisões. Esses são pontos importantes produzidos pela lógica da autogestão no contexto da Economia Solidária. Pontuamos que esse processo que visa à participação democrática não se dá sem conflitos, dilemas e dificuldades, bem como entraves próprios das decisões que visam ser tomadas em conjunto e dependem de negociação e disposição para tanto. Os trabalhadores muitas vezes não parecem estar realmente informados e conscientes dos processos decisórios, e acabam sendo auxiliados pelos técnicos de referência do NUPE, uma variante da tutela ou a delegação de poder que é incompatível com a autogestão. Mas, para algumas questões, como escalas de trabalho e participação mais efetiva em eventos, podemos observar que o árduo trabalho de produção de práticas de autonomia e de insistência autogestionária se fazem presentes. O período de pesquisa que se seguiu e a aproximação com outras experiências da mesma natureza nos fizeram perceber os desafios impostos por esse tipo de gestão, e das contradições presentes na organização da Economia Solidária, e isso não se dá só no contexto da relação com a Saúde Mental. A autogestão é um processo complexo e de gradual produção, que requer muita insistência e resistência em um mundo em que subjetividades são produzidas majoritariamente pelo exercício da heterogestão que, se impõe a essas subjetividades, em um governo que se exerce na condução das condutas, como sinalizamos a respeito do poder pastoral e da direção da consciência, em parte da discussão teórica.

Avançando um pouco mais a respeito do sujeito-cupim-trabalhador, encontramos também outros pontos de tensionamento em relação ao discurso hegemônico do trabalho no neoliberalismo. No cotidiano, o discurso da competitividade, eficiência e produtividade no mercado de trabalho aparece como uma forma de circulação da racionalidade neoliberal na produção subjetiva dos trabalhadores do CUPINS, mas não sem resistência por parte deles. Por vezes, presenciamos a enunciação de frases de estímulo à eficácia da produção entre eles, para que produzissem mais e melhor, evitassem os erros e o desperdício de material na produção, conseguindo assim ser mais aceitos no mercado, alcançando maior poder de competitividade. Certa vez, em uma roda de conversa, escutamos dos cupins que caso não pudessem errar e perder algumas peças em determinada encomenda, não poderiam aceitá-la, uma vez que era característica do grupo, errarem bastante as primeiras peças da produção, até “pegarem o jeito”. Diante dessa fala, a representante de uma ONG parceira que estava na roda, assinalou que os erros se tratava de uma fragilidade que o coletivo precisava enfrentar e superar para que pudessem concorrer de igual pra igual com outros coletivos fora da Saúde Mental.

Esse discurso foi incorporado por eles e transformado. Cada vez desejavam produzir melhor e sentiam-se capazes disso, subvertendo um discurso com nuances neoliberais, para um discurso com potência empoderadora, que produziu reconhecimento dos pares e orgulho de cada trabalhador pelo trabalho bem-feito que era realizado por eles. Essa lógica foi corroborada pela experiência de trabalho com a marca de roupas da Cavalera, que contamos nas crônicas. Por vezes, essa experiência é evocada pelos cupins como o ponto máximo de sua vivência como trabalhadores. Entendemos que por trás dela há todo o discurso glamouroso da moda e da propaganda, que faz com que eles se sintam contemplados pelo mercado e de certa forma reconhecidos por seu trabalho, ao alcançarem a mídia e o grande comércio da moda. É a partir dessa mesma experiência que eles transitam nos espaços da elite paulistana, na Rua Oscar Freire, e ficam sob os holofotes da moda, situação impensável há pouco mais de vinte anos. A partir dela também se estabelecem e se firmam no patamar de trabalhadores na prestação de serviço de serigrafia e, mesmo durante o pior período da pandemia de Covid-19, relatam não ter faltado encomendas. Assim, alcançaram outro espaço como trabalhadores, agora para fora do cordão sanitário psiquiátrico da saúde mental.

Depois da experiência com a Cavalera, assumiram outros projetos com o mercado da moda, mas que escapavam do ramo da moda mais tradicional. O que chegou até eles

posteriormente, foi o campo da moda sustentável por meio de parceria com o terceiro setor. A moda sustentável aparece na compreensão de parte da equipe técnica, como alinhado aos valores da Reforma Psiquiátrica, uma vez que surge em oposição ao mundo da moda tradicional, propondo algo diferente a partir da própria compreensão de sustentabilidade. Cabe apontar que o novo trabalho em rede que a aproximação com a moda sustentável trouxe para o CUPINS também sinalizou a produção de um outro lugar de trabalhador: trabalhador empreendedor e trabalhador prestador de serviços. Trata-se de um empreendedorismo que toma contornos de empreendedorismo social e essa temática, embora não tenha sido explorada de forma aprofundada aqui na tese, pode ser um campo de aprofundamento para pesquisas futuras.

O que também apontamos nas narrativas, foi como o movimento da Luta Antimanicomial, antes de tornar-se política pública, nasceu no cotidiano de trabalho da equipe técnica, em conjunto com familiares e com os próprios loucos e se apresentou como resistência explícita em oposição à lógica manicomial, tutelar e asilar. O movimento vivo que narramos a respeito da experiência de subida e descida da serra, da Baixada Santista para o ABC Paulista, apontou para a luta que se deu contra forças político-partidárias e contra as forças presentes no próprio tecido social. Foram produzidos tensionamentos que visam romper com práticas violentas e institucionalizadas há séculos. A militância dos técnicos do SUS e os movimentos críticos e de resistência se deram no dia a dia muito antes do estabelecimento de políticas públicas por meio da Reforma Psiquiátrica, seja em âmbito municipal ou federal. Vimos, na criação do primeiro serviço 24 horas da cidade de Santo André, um exemplo muito potente dessas forças de resistência.

A manutenção da gestão democrática nos primeiros CAPS também merece destaque, expressa nas assembleias fervilhando com discussões entre familiares, técnicos e usuários, o que aponta para a importância do protagonismo das pessoas nessa história toda, no dia a dia. É essa forma de gestão participativa e democrática que faz a diferença na aplicação da política pública na materialidade do cotidiano, com a participação popular que acaba por instituir novas formas de produção de vida. O usuário de saúde mental podia dizer o que queria ou não queria, reclamar do que não estava bom, mesmo que fossem os efeitos de um medicamento que estavam sendo sentidos como um problema.

O que se produziu em reexistência foi a figura do próprio louco como usuário de saúde mental, sendo protagonista de seu tratamento e do seu próprio processo de cuidado, das decisões sobre sua vida, com possibilidade de questionar diretamente, inclusive, a autoridade médica. Esse é um *ethos* alinhado aos pressupostos ético-políticos da Luta Antimanicomial que, ao mesmo tempo em que se produz lugar para a expressão da subjetividade fora da norma, que é a da figura do louco, produz uma heterotopia que propicia, de maneira molecular, a construção de novas possibilidades de reexistência que podem romper em direção à novas subjetividades.

A Luta Antimanicomial nasce no cotidiano, e somente posteriormente se institucionaliza como política de governo de Estado. Quando pensamos no estabelecimento da política pública que dá origem à Rede de Atenção Psicossocial (Brasil, 2001, 2011), e temos a indicação do dispositivo de reabilitação psicossocial, não podemos nos esquecer que tais práticas são inseridas dentro de uma lógica política maior, que é a do controle das populações, tal qual posto por Foucault (2008, 2021b) no desenvolvimento do pensamento acerca da biopolítica. Porém, indicamos que o governo não é algo deletério em si mesmo, assim como o não é o poder. Vimos nas pesquisas foucaultianas que onde há poder, há resistência. Há espaços em que as relações de poder se estabelecem de maneira em que possibilitam resistências e, em outros espaços, o poder é exercido de maneira tão assimétrica que fixa estados de dominação, em que não é possível resistir ou em que as possibilidades de resistência estão consideravelmente diminutas.

Nesse sentido, uma política de governo de Estado, que opera pela lógica manicomial, atua em função da dominação de parte da população e, em muito se difere de uma política de governo de Estado, que nasce das lutas do cotidiano, dos movimentos sociais e das reivindicações da população, como vimos em parte da discussão teórica e também na prática do campo. As forças de tensionamento em direção à Luta Antimanicomial e à Reforma Psiquiátrica mantêm-se sempre em embate, nunca dando-se por completo, não importa quem esteja no poder. Foi o que pudemos perceber, de forma escancarada, nas narrativas que trouxemos do campo, quando vimos que a cada mudança de gestão municipal, de quatro em quatro anos, os trabalhadores técnicos temem por perder seus empregos, e são isolados e desarticulados. Percebemos isso também no aparecimento de recrudescências e do retorno ao autoritarismo e direitismo de forma mais ampla no país, explicitada pela divulgação da Nota Técnica nº11/2019 (Brasil, 2019)

como força de reaparecimento de práticas como a internação psiquiátrica e o eletrochoque.

Ainda que não se possa ignorar que a política pública vem alicerçada por uma lógica de governamentalidade e, como tal, serve aos propósitos de governo, como autogestão da manutenção da coesão social e da gestão dos riscos (Castel, 2003, 1987), algumas políticas nascem das lutas, como o SUS e a RAPS, o que promove a produção de novos espaços e de novas formas de existências heterogêneas, sempre atualizando-se, em um eterno embate de forças. Assim, grandes e contínuos são os esforços por promover práticas que fomentem a Reforma Psiquiátrica e que desenvolvam os princípios garantidores dos direitos dos usuários de saúde mental, defendidos por diversos setores da sociedade, desde intelectuais até os familiares e os próprios usuários. Por isso a gestão democrática do SUS com participação popular efetiva é fundamental.

No NUPE, vemos a tentativa de sedimentar práticas que reflitam os princípios da Reforma Psiquiátrica, principalmente por meio do fortalecimento dos equipamentos de saúde substitutivos aos manicômios, como é o caso dos CAPS e do próprio NUPE, que ainda é compreendido oficialmente como ambulatório de saúde mental. Os técnicos de referência, muitos deles militantes fervorosos da Reforma Psiquiátrica no ABC paulista, tendo conquistado pioneirismo em iniciativas fomentadoras de novas formas de cuidar, como as próprias oficinas de geração de renda, buscam no seu trabalho diário romperem com a lógica tutelar e manicomial que está enraizada nas práticas e nos discursos dos poderes médico e psiquiátrico. Assim, vemos novamente a diferença entre o instituído e o instituinte, em que a produção democrática de políticas públicas se dá como uma longa negociação, de forma que se apresenta contraditória mas que conta com um importante papel dos grupos moleculares que fazem a política acontecer na prática.

A dinâmica dos afetos – para além das emoções e sentimentos, afeto como ato de se permitir ser afetado e afetar o outro – é um ponto final de destaque que queremos aqui apresentar. Roberto, Jorge, Marcelo, Bilha, Matheus, João (com quem menos estive por ele também fazer parte do coletivo Refazer) e a psicóloga Roseli sempre expressaram entre si como essa “con-vivência” coletiva os fazia, os produzia, os transformava em quem são. Da mesma forma, quando estive por lá como uma cupim, afetei e fui afetada pela relação com eles. Fui acompanhando processos de produção de subjetividades, ao mesmo tempo em que a minha própria também era produzida e transformada. Estive com

eles em diversos espaços para além da oficina. Espaços na cidade, tais como praças, lojas, hospital, cemitério e a Residência Terapêutica onde Jorge e Marcelo moravam. Estive andando de carro, andando na Kombi do NUPE, indo e vindo com eles em seu cotidiano. Presenciei e participei com muitas risadas, mas também chateações, preocupações e preconceito. Estabelecemos aquilo que entendo por um laço fraterno, verbalizado por Marcelo quando me apresentou para o cuidador da “casinha” como “a amiga que trabalha com a gente”.

Foucault (1981) fala sobre a noção de amizade, em entrevista concedida ao jornal francês *Gai Pied*, como um modo de vida que se opõe ao processo de normalização empreendido pelo biopoder, como, enfim, um movimento de resistência. Assim, fomos produzindo a tessitura de laços distintos daqueles que certamente tiveram em outros momentos e em outros espaços, sobretudo de clausura. Mas, desde os tempos de confinamento, eram entre si, amigos, defendendo uns aos outros como na cena em que Matheus sofre violência dentro do hospital por parte de um dos funcionários de lá. Nessa cena, seus amigos que lá moravam com ele – que também vieram a se tornar cupins – entraram na briga para defendê-lo. Nesse ponto, minha relação com eles se distingue muito da relação desse referido trabalhador da Saúde Mental e também parece se distinguir das relações estabelecidas com outros acadêmicos que por ali passaram, como eles mesmos me disseram.

Ri com eles de piadas que às vezes nem entendia, mas achava graça na graça que eles achavam. Chorei a morte do Jorge, junto com eles, e fui atravessada por grande pesar pela perda desse amigo. Amigo que nunca se apresentou para mim marcado por seu diagnóstico psiquiátrico; eu chamava de timidez aquilo que só na noite da sua morte soube ser sintomas negativos de um quadro de esquizofrenia. Mas, talvez, assim como temos insistido em outras temáticas, fossem sintomas *e também* timidez. A sala vazia na noite do seu velório foi invadida na manhã seguinte pela expressão de subjetividades diversas, técnicos e usuários da rede, lotando o espaço de despedida, extravasando sua dor em alto som, sem barreiras sociais, ocupando também, da forma mais sincera possível, esse espaço da cidade.

A partir das reflexões aqui apresentadas, finalizamos nosso percurso de pesquisa, pensando ter sido possível apontar para algumas pistas dos modos de subjetivação que se presentificam no campo. Em submissão, mas também atuando criticamente em liberdade;

sob a governamentalidade, mas resistindo a ela, caminhando para a construção de subjetividades heterotópicas. Subjetividades que forçam as tessituras já sedimentadas, que esgarçam os nós dos dispositivos, que produzem ranhuras nas estratificações, e que buscam irromper em liberdade.

Ao chegar ao CUPINS, vimos o desenho de diversos processos de movimentos capilares, produzindo tessituras diversas. Algumas tessituras subjetivas vieram de longe e de muito tempo, de maneira que podem ser mapeadas até chegarmos no cotidiano. Primeiro, de um sujeito louco se teceu um sujeito-anormal. De um anormal, doente mental, se teceu um sujeito-usuário. De um usuário se teceu um usuário-trabalhador. De um usuário-trabalhador, se teceu um trabalhador, rompendo muitas capilaridades em direção à novas linhas, se considerarmos a relação da loucura com o trabalho ao longo dos tempos. Hoje, a loucura ocupa as cidades, a loucura ocupa o mercado, a loucura ocupa o mundo do trabalho, a loucura ocupa a moda. A loucura vem ocupando distintos territórios concretos e simbólicos.

Esses sujeitos, de à margem das cidades, vêm ocupando os centros. De dependentes de filantropia de parte da população e de beneficiários de programas do Estado, passam a consumidores com poder de compra. De objeto de trabalhos forçados a trabalhadores de forma coletiva e organizada, com proposta autogestionária. Da nudez ou da vestimenta de internos, às passarelas e roupas de grife. Dos lixões à Oscar Freire. Isso é o que eles têm feito com aquilo que foi feito com eles. Esse é o movimento de tessitura subjetiva que vemos se desenhar no cotidiano do CUPINS. E vemos se criarem, ainda, novos desenhos que vão sendo “cavados em madeira”, produzidos em meio a essa relação do trabalho autogestionário com a saúde mental, e apontando para o futuro.

Por derradeiro, indicamos que não pudemos deixar de estar atentos em todos esses movimentos aos perigos apontados por Foucault, e por isso também apontamos, como vimos nas palavras de McLaren (2017) que “nem tudo é igualmente perigoso” (p. 352). Como exemplo disso, cabe indicar que, no ano de 2023, quando finalizamos a presente tese, subiu novamente a rampa do Palácio do Planalto Lula, eleito pela terceira vez como presidente do Brasil, por uma frente ampla progressista. Como vimos em diversos momentos desta tese, muitas vezes, as práticas e construções teóricas a respeito da Luta Antimanicomial, essa coisa de “louco zanzando sozinho por aí”, foram atribuídas a uma

prática ideológica e político-partidária, de maneira que as demais gestões de outros partidos e ideologias produziam entraves para esses processos.

Vimos nas crônicas e também na pesquisa histórica que isso aconteceu na realidade do ABC e da Baixada Santista, onde as ações em direção à Reforma Psiquiátrica só foram materializadas sob gestões petistas. Também foi com a aliança progressista encabeçada pelo PT que a Economia Solidária virou política federal de governo, sendo desmontada pelas gestões conservadoras e de extrema direita. Em seis meses de governo do atual presidente, já assistimos a muitas mudanças, podendo apontar inclusive para o retorno da temática da Economia Solidária como pauta de governo. A governamentalidade, portanto, é inescapável, mas há governos e governos, modos de governar e modos de governar.

Em 2023, voltaram o PT e seus aliados ao governo do país, e vimos subir a rampa, ao lado do presidente Lula e de sua atual esposa Janja, oito representantes da diversidade da sociedade brasileira: um cacique de etnia indígena; uma pessoa com deficiência; uma criança da periferia; uma mulher negra catadora cooperada; um jovem metalúrgico do ABC formado na universidade; um professor; uma cozinheira e um artesão. Talvez tenha faltado um representante da Luta Antimanicomial, mas o que queremos apontar com isso são os movimentos de embate de forças e de resistência. Essa imagem se desenha como um belo cenário que se produz no presente, apontando para a continuidade de movimentos na história. Assim, seguimos, como disse Foucault, caminhando em um eterno agonismo, em que as forças jamais deixam a batalha em arenas sociais das mais diversas, com os mais distintos modos de reexistir que se concretizam também na sociedade brasileira, cujos representantes dessas lutas subiram a rampa ao lado de Lula e Janja, acompanhados pela cadelinha do casal que tem um nome muito significativo: Resistência.

Referências¹⁸¹

- Albornoz, S. (1988). *O que é trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- Almeida, M. P. (2010). *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso* / Monica Piccolo Almeida. – 2010. 427 f. Orientador: Sônia Regina de Mendonça. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História.
- Alvarez, J. & Passos, E. (2020). Cartografar é habitar um território existencial. In Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da (Org.). (2020) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 131-149.
- Alves, G. A. P. (2005). Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. *Trabalho, educação e saúde*, 409-428. Recuperado de: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/10826>.
- _____. (2011). Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *Estudos do Trabalho*, Ano V, (8), 1-31. Recuperado de: http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf.
- Amarante, P. (2020). *Autobiografia de um movimento: quatro décadas de Reforma Psiquiátrica no Brasil (1976-2016)*. Rio de Janeiro: CAPES.
- _____. (1995). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- _____. (1999). Manicômio e loucura no final do século e do milênio. In: Fernandes, M.I.A.; Scarcelli, I.R.; Costa, E.S. (1999). *Fim de século: ainda manicômios?* São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 1999. pp. 47-53.
- _____. (2007). *Saúde Mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Andrade, H. S. D., Carvalho, S. R., & Oliveira, C. F. D. (2022). Leituras do governo neoliberal do Estado e da saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 32 <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320116>.
- Andrade, M. C., & Costa-Rosa, A. D. (2014). O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7(1), 27-41. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000100004.
- Andrade, M. C., de Moraes Burali, M. A., Vida, A., Fransozio, M. B. B., & dos Santos, R. Z. (2013). Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia

¹⁸¹ De acordo com o estilo APA (American Psychological Association).

- solidária. *Psicologia: ciência e profissão*, 33(1), 174-191. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6123203>.
- Antunes, R., & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, 25, 335-351. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>
- Aquino, J.G. (2013). A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 301-324, Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000200004&lng=en&nrm=iso.
- Araújo, J. C. E. (2007). *O estado democrático social de direito em face do princípio da igualdade e as ações afirmativas*. 582 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/7579>.
- Araújo, J. B., & Cassoli, T. (2020). Reabilitação psicossocial: entre a segurança e ética da existência. *Revista Polis e Psique*, 10(3), 52-76.
- Arbex, D. (2013). *Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial.
- Arcanjo, M. A. S., & de Oliveira, A. L. M. (2017). A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. *Perseu: História, Memória e Política*, (13). Recuperado: http://www.academia.edu/32257856/A_CRIA%C3%87%C3%83O_DA_SECRETARIA_NACIONAL_DE_ECONOMIA_SOLID%C3%81RIA_AVAN%C3%87OS_E_RETROCESSOS.
- Argiles, C. T. L. (2016). *Modos de subjetivação dos trabalhadores de saúde mental e os processos micropolíticos no discurso da desinstitucionalização da loucura*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.
- Armellini, A. I. M. da S. Q. (2008). *A preservação do patrimônio em Santo André: uma avaliação sobre a contribuição do uso cultural em imóveis tombados* (Dissertação Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-12032010-092057>.
- Assis, M. (2000). *O alienista*. São Paulo: Ática.
- Badie, B; Hermet, G. (1993). *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Balibar, E. (2013). *Masses, classes, ideas: Studies on politics and philosophy before and after Marx*. Routledge.
- Barbosa, V. F. B., Caponi, S. N. C. D., & Verdi, M. I. M. (2016). Cuidado em saúde mental, risco e território: transversalidades no contexto da sociedade de segurança. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 20, 917-928.

- Barros, D. D. A. (1990). *Desinstitucionalização Italiana: a experiência de Trieste*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Barros, L. M. R. D., & Barros, M. E. B. D. (2013). O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25, 373-390.
- Barros, L. P. & Kastrup, V. & (2020). Cartografar é acompanhar processos. In Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da (Org.). (2020) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 52-75.
- Barros, R. B. & Passos, E. (2020). Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da (Org.). (2020) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 172-200.
- Basaglia, F. (1972). *La institucion negada: informe de un hospital psiquiatrico*. Barcelona: Barral Editores.
- Beccari, M. N. (2020). Foucault, regimes de verdade e a construção do sujeito, de Daniele Lorenzini. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, 2(37), 192-204.
- Benevides, M. F. (2019). *Música além da música: uma etnocartografia dos afetos e das coletividades na cena do rock de Fortaleza-CE*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza.
- Benetton, M. J. (2016). Terapia Ocupacional e Reabilitação Psicossocial: uma relação possível? In Pitta, A. M. F. (org.) (2016). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, pp. 183-192.
- Benites, L. F. R. (2004). A governamentalização do Estado contemporâneo: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle. *Sociologias*, 274-303.
- Bergson, H. (1974). O pensamento e o movente (Introdução). In *Os pensadores: Bergson e Bachelard*. São Paulo: Abril Cultural.
- Bernardes, A. G., Pelliccioli, E. C., & Guareschi, N. M. D. F. (2010). Trabalho e produção de saúde: práticas de liberdade e formas de governamentalidade. *Psicologia & Sociedade*, 22, 05-13.
- Birman, J. (1992). A cidadania treloucada. In Bezerra, B.; Amarante, P. (Orgs.) (1992). *Psiquiatria sem hospício – contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 71-90.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- _____. (1990a). *Lei nº 8.080/90*. Brasília: Diário Oficial da União. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm.
- _____. (1990b) *Lei nº 8.142/90*. Brasília: Diário Oficial da União. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as

transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18142.htm.

_____. (1999). *Lei nº 9.867 de 10 de novembro de 1999*. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9867.htm

_____. (2001). *Lei nº 10.216*. Brasília: Diário Oficial da União. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm.

_____. (1996) *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde-NOB-SUS I/ 96*. Brasília: Diário Oficial da União. Recuperada de: <https://conselho.saude.gov.br/legislacao/nobsus96.htm>.

_____. (2019). *Nota Técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Recuperado de: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2019/02/11_23_14_123_Nota_Te%CC%81cnica_no.11_2019_Esc_larecimentos_sobre_as_mudanc%CC%A7as_da_Politica_de_Sau%CC%81de_Mental.pdf.

_____. (2011). *Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011*. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), Ministério da Saúde, Gabinete do Ministro. Recuperado de: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html.

_____. (2010). *Relatório final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial*. Ministério da Saúde/Comissão Relatora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, Brasil. Recuperado de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_4_conferencia_saud_e_mental.pdf.

_____. (2005a). Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília.

_____. (2005b). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho* / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

Biagi, O. L. (2007). O imaginário da Guerra Fria. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 6, n. 1. Recuperado de: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119>.

- Biazzi Jr, F. (1994). O trabalho e as organizações na perspectiva sócio-técnica. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 34(1):30-37 Jan./Fev.
- Bittencourt, J. B. de M. (2011). *Nas encruzilhadas da rebeldia: uma etnocartografia dos straightedges em São Paulo*. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Brito, M. dos R. de, & Chaves, S. N. (2017). ... Cartografia...: uma política de escrita. *Revista Polis e Psique*, 7(1), 167-180. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000100010&lng=pt&tlng=pt.
- Cabral B. E. B; Szymansky, L.; Moreira, M. I. B; Schmidt, M. L.S.(org.) (2019). *Práticas em pesquisa e pesquisa como prática: experimentações em psicologia*. Curitiba: CRV.
- Caiafa, J (2007). *Aventura das cidades*. Rio de Janeiro: Ed. FGAJ
- Candiottto, C. & Portocarrero, V. (2013). Ressonâncias interpretativas e políticas de História do Loucura no Brasil. In Muchail, S. T., Fonseca, M. A. da, & Veiga-Neto, A. (Orgs.) (2013). *O mesmo e o outro: 50 anos da História da loucura*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 283-298.
- Canguilhem, G. (2001/1947). Meio e normas do homem no trabalho. *Pro-Posições*, 12(2-3), 109–121. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643999>
- _____. (1982). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Caponi, S. (2009). Michel Foucault e a persistência do poder psiquiátrico. *Ciência & saúde coletiva*, 14, 95-103.
- Carvalho, S. R., Andrade, H. S. D., & Oliveira, C. F. D. (2019). O governo das condutas e os riscos do risco na saúde. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 23.
- Carvalho, A. F., & Gallo, S. D. O. (2020). Foucault e a governamentalidade democrática: A questão da precarização da educação inclusiva. *Mnemosine*, 16(1). <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2020.52688>
- Castel, R. (1987). *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- _____. (1978). *A ordem psiquiátrica: A idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2003). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Castel, R. & Haroche, C. (2001). *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne*. Paris: Fayard.
- Castelo, R. (2012). O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In Mota, A.E. (Org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia*. São Paulo: Cortez.

- Castilho, J. C. N. & Goulart, M. S. B.. (2015). Reabilitação psicossocial: uma perspectiva clínica In Guanaes-Lorenzi, C., Motta, C. C. L. D., Borges, L. M., Zurba, M. D. C., & Vecchia, M. D. (2015). *Psicologia Social e Saúde: da dimensão cultural à político-institucional*. Florianópolis: Abrapso Editora, pp. 317-342.
- CATÁLOGO DA REDE DE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA (2017). Correalização: Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, Design Possível, UNISOL São Paulo, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho, Governo Federal. Recuperado de: <https://www.designpossivel.org/wp-content/uploads/2021/11/Catalogo-Rede-de-Saude-Mental-e-EcoSol.pdf>.
- Certeau, M. (1998). *Artes de fazer: a invenção do cotidiano*. 3ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Chaves, L. L. (2018). Dos eventos documentados aos documentos manejados: A política de saúde mental brasileira em disputa. *Anuário Antropológico*, 43(2), 261-284. <https://doi.org/10.4000/aa.3282>.
- Chiarello, C. L. (2020). A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária. *ORG & DEMO*, 21(2), 97-116..
- Clifford. J. (2008). *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Clifford, J. & Marcus, G. E. (Org.) (2016). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. [tradução] Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens.
- Clot, Yves. (2013). O ofício como operador de saúde. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(spe), 1-11. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000300002&lng=pt&tlng=pt.
- Collins, A. (2004). What is critical psychology? In Hook, D. (org.) (2004). *Critical Psychology*. Republic of South Africa; UCT, pp. 22-23.
- Corbanezi, E. (2018). Para uma genealogia do conceito de saúde mental: a desinstitucionalização da doença mental como condição de possibilidade da psiquiatria generalizada. *Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, 16, 1-20.
- Correia, L. C., Martins, L., & Requião, M. (2019). À beira do abismo e ao encontro do absurdo: considerações sociojurídicas sobre a Nota Técnica n. 11/2019 do Ministério da Saúde. *Revista Jurídica (FURB)*, 23(50), 7918.
- Cunha, G. C. (2002). *Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura de Santo André, SP*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo.
- Dal'Igna, M. C., & Mantovani, J. P. (2021). Hermenêutica e Foucault: a criação de modos de resistência e reexistência. *Páginas de Filosofia*, 10(1), 195-208.

- Daniel, C. A. (2002). A gestão local no limiar do novo milênio. In V. Trevas, I. Magalhães, L. Barreto, T. F. Genro (orgs.) (2002). *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 182-242.
- Danner, F. (2010). O sentido da biopolítica em Michel Foucault. *Rev. Estudos Filosóficos* [online]. 4(2):143-57. Recuperado de: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2357>.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Debom, P. (2018). Moda: nascimento, conceito e história. *Revista Veredas da História*, 11(2).
- Deleuze, G. (2019). *Foucault*. [tradução Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro]. São Paulo: 2019.
- _____. (1996). O que é um dispositivo? In Deleuze, G. (1996). *O mistério de Ariana*. Lisboa: Veja, pp. 83-96.
- _____. (1992). Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In Deleuze, G. (1992). *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, pp.
- Deleuze, G. & Foucault, M. (1972). Os intelectuais e o poder. In Machado, R. (org.). (2021) *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Introdução: rizoma. In Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, pp. 10-36.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- De Oliveira, F. (2003). *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco* [online], São Paulo: Boitempo editorial. Recuperado de: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4970993/mod_folder/content/0/Francisco%20de%20Oliveira%20-%20Cri%CC%81tica%20a%CC%80%20raza%CC%83o%20dualista_O%20ornitorrinco-Boitempo%20Editorial%20%282015%29.pdf?forcedownload=1
- De Souza Lima, R., Quintana, A. B. M., Ferreira, A. A. L., Canuto, L. G., Souza, B. V., Barbosa, L. R., & da Silva, N. M. S. (2018). Os prontuários e leis psiquiátricas como fonte historiográfica e etnográfica da reforma psiquiátrica brasileira: Novos modos de governamentalidade?. *Revista Scientiarum Historia*, 1, 9-9.
- Dias, T. (2017). Resenha de “A nova razão do mundo: ensaio sobre o neoliberalismo” de Pierre Dardot e Christian Laval. *Cognitio-Estudos: revista eletrônica de filosofia*, 14(2), 278-283.
- Do Amaral, A. J., & Branco, T. C. (2015). Polícia Médica e Política de Segurança Pública no Brasil. In *Anais do 1º CONGRESSO DE CRIMINOLOGIA (S): críticas (s), minimalismo (s) e abolicionismo (s)*, Brasil.
- Donzelot, J. (1980). *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal.

- Dreyfus, H. L. & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Escóssia, L. & Tedesco, S. (2020). O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da (Org.). (2020) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 92-108.
- Estevam, N. M., & Sales, M. M. (2016). Loucos pelo trabalho: a interface entre economia solidária e a saúde mental. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 1(2), 15-34.
- Esteves, E. G., Bernardo, M. H. & Sato, L. (2017). Fontes do pensamento e das práticas em Psicologia Social do Trabalho In Coutinho, M. C.; Hespanhol, B. M. & Sato, L. (org.) *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis: Vozes, pp. 49-80.
- Farah, M. F. S. (2002). O legado de Celso Daniel para a gestão pública. *Revista de Administração de Empresas*, 42, 1-5.
- _____. (2001). Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Pública*, v. 35, n. 1, p. 119-144, jan./fev.
- Farias, L. T. de. (2018). Do monumento à paisagem cultural: patrimônio e cidade em Santo André (SP) In *Anais do Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. Universidade Federal de Minas Gerais, de 26 a 28/09.
- Ferreira, A. A. L. (2014). A psicanálise e a psicologia nos ditos e escritos de Michel Foucault. In Guareschi, N. M. F. & Hüning, S. M.(org.) (2014). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 31-80.
- Ferreira, A. A. L., Madariaga, J. C., & de Souza Lima, R. (2017). Os dispositivos psiquiátricos reformistas no Brasil e no Chile e a gestão pela liberdade: breves etnografias das formas de gestão vincula das à saúde mental. *Teoria e Cultura*, 11(3).
- Ferreira, A. A. L.; Padilha, K. L.; Starosky, M; Nascimento, R. C. (2020). A questão da cidadania e da liberdade nos processos de reforma psiquiátrica: novas possíveis práticas de governamentalidade In Ferreira, Arthur Arruda Leal (org.). (2020). *Governamentalidade e práticas psicológicas: a gestão pela liberdade / Organizadores: Arthur Arruda Leal Ferreira, Fernando Mello Machado e Bruno Foureaux Figueredo*. - 1. ed. Rio de Janeiro : NAU Editora, pp. 129-153.
- Ferreira, J. & Fleischer, S. (org.). (2014). *Etnografias em serviços de Saúde*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Ferreira Neto, J. L. (2019). Foucault, governamentalidade neoliberal e subjetivação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35512>.
- _____. (2015). Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 31, 411-420.
- _____. (2011). *Psicologia, políticas públicas e o SUS*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fapeming.

- Ferreira Neto, J. L., & Araújo, J. N. G. D. (2014). Gestão e subjetividade no SUS: o enfrentamento de impasses em tempos neoliberais. *Psicologia & Sociedade*, 26, 675-684.
- Fonseca, C. (2010). O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa” In Schuch, P.; Vieira, M. S. & Peters, R. (2010). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, pp. 205-227.
- Fonseca, M. A. (1995). *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC.
- Fontana, A. & Bertani, M. (2018) Situação do curso. In Foucault, M. (2018c). *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, pp. 231-248.
- Foucault, M. (1984/2017a). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In Foucault, M. (2017). *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política*. 3a. ed. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 258-280.
- _____. (2018a). *A hermenêutica do sujeito*. Curso no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1968). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Portugalia.
- _____. (1981). *De l'amitié comme mode de vie. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal Gai Pied, nº 25 de abril de 1981*, pp. 38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Recuperado de: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amizade.pdf>.
- _____. (2018b) *Do governo dos vivos*. Curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1979/2017). É inútil revoltar-se. In Foucault, M. (2017). *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política*. 3a. ed. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 76-80.
- _____. (2018c). *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1982). *Entre o amor e os estados de paixão: conversa com Werner Schroeter*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Paris: Goethe Institute. pp. 39-47. Recuperado de: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/estadosdepaixao.pdf>.
- _____. (1983/2017). Escrita de si. In Foucault, M. (2017). *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política*. 3a. ed. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 141-157.
- _____. (1984/2017b). Foucault. In Foucault, M. (2017). *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política*. 3a. ed. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 228-233.

- _____. (1975/2006) Gerir os ilegalismos [1975]. In Pol-Droit, R. (2006). *Michel Foucault: Entrevistas*. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Edições Graal.
- _____. (2009). *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- _____. (1976/2017a). *História da Sexualidade 1: vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra.
- _____. (2017b). *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra.
- _____. (2017c). *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra.
- _____. (2021a). *História da Sexualidade 4: as confissões da carne*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra.
- _____. (1979). *Microfísica do poder* (R. Machado, trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2021b). *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). Lisboa, Portugal: Edições 70.
- _____. (2018d). *O governo de si, governo dos outros*: Curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1974/2021). O nascimento da medicina social. In Foucault, M. (2021). *Microfísica do poder*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, pp. 143-170.
- _____. (2006). *O poder psiquiátrico*. Curso no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1984/2005). O que são as Luzes? In Foucault, M. (2005). *Ditos & Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. São Paulo: Forense Universitária, pp. 335-351.
- _____. (1995). O sujeito e o poder. In Dreyfus, H. L. & Rabinow, P. (1995). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231-249.
- _____. (2018e). *Os anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1972/2021). Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In Machado, R (org.). (2021) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, pp. 129-142.
- _____. (1977a/2006a). Poder e saber. In Foucault, M. (2006). *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. (V. L. A. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 223-240.

- _____. (1977b/2006). Poderes e estratégias. In Foucault, M. (2006). *Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber*. (V. L. A. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 241-252.
- _____. (1990). Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. *Bulletin de la Société française de philosophie*, Vol. 82, nº2, pp. 35 - 63, avr/juin. Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Tradução de Gabriela Lafetá Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento. Recuperado de <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/critica.pdf>.
- _____. (2008). *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2016a). *Subjetividade e Verdade*. Curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1984/2017c). Uma estética da existência. In Foucault, M. (2017). *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política*. 3a. ed. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 281-286.
- _____. (2016b). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Franco, M., Scheinvar, E., & Cordeiro, D. (2008). Inclusão como estratégia de governamentalidade. *Revista da Faculdade de Educação*, 10(2), 11-27.
- Friedmann, G. (1946). *Problèmes humains du machinisme industriel*. Paris: Gallimard, Vol I, 381p.
- Furtado, J. P., Oda, W. Y., Borysow, I. D. C., & Kapp, S. (2016). A concepção de território na Saúde Mental. *Cadernos de Saúde Pública*, 32.
- Gaiarsa, O. A. (1991). *Santo André: ontem, hoje, amanhã*. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André.
- Gago, V. (2018). *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. [tradução de Igor Peres]. São Paulo: Editora Elefante.
- Gallo, S. (2017). Biopolítica e subjetividade: resistência?. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 77-94, out./dez. 2017 <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53865>
- _____. (2015). Pensar a escola com Foucault: além da sombra da vigilância. *Repensar a educação*, 40, 427-449
- Geertz, C. (1989) *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- _____. (2002). *Obras e vidas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ.
- Gennari, A. M. (2002). Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. *Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, 13(1 (21)).
- Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

- Goulart, M. S. B. & Zani, B. (2015). Reabilitação: análise comparativa Brasil/Itália In Guanaes-Lorenzi, C., Motta, C. C. L. D., Borges, L. M., Zurba, M. D. C., & Vecchia, M. D. (2015). *Psicologia Social e Saúde: da dimensão cultural à político-institucional*. Florianópolis: Abrapso Editora, pp. 362-384.
- Gregolin, M. do R. (2004). *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: ClaraLuz.
- Gros, F. (2018). Situação do curso. In Foucault, M. (2018a). *A hermenêutica do sujeito*. Curso no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, pp. 455-493.
- Guattari, F. (1981). *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. [seleção, prefácio e edição Suely Belinha Rolnik]. São Paulo: Brasiliense.
- Guimarães, R. G. (2017). À guisa da análise relacional das políticas sociais-entre as políticas econômicas e as punitivo-penais. *NAU Social*, 8(14).
- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action*. Boston, MA: Beacon Press.
- Hammersley, M. & Atkinson, P. (2007). *Ethnography: principles in practice*. London & New York: Routledge.
- Han, B. C. (2018). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné.
- Hardt, M. (1997). O hibridismo do Império. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, (1), 55-69.
- Hardt, M.; Negri, A. (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Hegel, G. H. F. (1992). *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes.
- Henna, E. S. (2005). *Experiências narradas: caminhos da loucura entre hospitais psiquiátricos e serviços comunitários de saúde mental (Grande ABC/São Paulo 1988-2014)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.
- Henna, E. S., de Abreu, L. C., Neto, M. L. F., & Reis, A. O. A. (2008). Rede de atenção à saúde mental de base comunitária: a experiência de Santo André. *Journal of Human Growth and Development*, 18(1), 16-26.
- Hüning, S. M. & Guareschi, N. M. F. (2014). Efeito Foucault: desacomodar a Psicologia. In Guareschi, N. M. F. & Hüning, S. M. (2014) (org.). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp.159-182.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2018). História de Santo André. Brasil: IBGE. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santo-andre/historico>.
- Jung, J. (2000). Qu'est-ce que travailler? In Jung, J. (2000). *Le travail : textes choisis & présentés par Joël Jung*. [Traduzido do francês por Júlia Nogueira Dorigo e Mariana Prioli Cordeiro]. Paris: GF Flammarion, pp. 47-74. Recuperado de: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1850903/mod_resource/content/1/O_que_e_trabalhar.pdf.

- Kastrup, V. (2020). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da (Org.). (2020) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 32-51.
- Kastrup, V. & Barros, R. B. de. (2020). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da (Org.). (2020) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 76-91.
- Lagrange, J. (2006). Situação do curso. In Foucault, M. (2006). *O poder psiquiátrico*. Curso no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, pp. 455-478.
- Lasta, L. L., & Guareschi, N. M. de F. (2019). O governo da vida: um efeito da racionalidade política neoliberal. *Quaderns de psicologia*, 21(3), 006.
- Le Blanc, G. (2013). História da loucura na Idade Clássica: uma história da pobreza. In Muchail, S. T., Fonseca, M. A. da, & Veiga-Neto, A. (Orgs.) (2013). *O mesmo e o outro: 50 anos da História da loucura*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 173-188.
- León, A. de (2015). No embalo da suingueira: o uso da etn-cartografia na investigação das redes sociais. *Política & Trabalho*, (42).
- Lima, R. C. (2019). O avanço da Contrarreforma Psiquiátrica no Brasil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 29, e290101.
- Lockmann, K. (2020). As reconfigurações do imperativo da inclusão no contexto de uma governamentalidade neoliberal conservadora. *Pedagogía y Saberes*, (52), 67-75.
- Lopes, M. C., Lockmann, K., & Hattge, M. D. (2013). Políticas de Estado e inclusão. *Pedagogía y saberes*, (38), 41-50.
- Lorenzini, D. (2016). Foucault, Regimes of Truth and the Making of the Subject. In Cremonesi, Laura et al. (eds.). *Foucault and the Making of Subjects*. London: Rowman & Littlefield, 2016, pp. 63-75.
- Lussi, I. A. de O., & Pereira, M. A. O. (2011). Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(2), 515-521.
- Luz, M. T. (1991). Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de "Transição Democrática": anos 80. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 1, 77-96.
- Lynn, L. E. (1980). *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear.
- Machado, R.; Loureiro, A.; Luz, R. & Muricy, K. (1978). *Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Maciel, D. (2011). O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). *Revista Ufg*, 13(11).

- Mclaren, M. A. (2017). Resistência e Revolução: “Nem tudo é igualmente perigoso”. In Rago, M. & Gallo, S. (org.) (2017). *Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?*. São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, pp. 351-362.
- Magno, A., Barbosa, S., & Martins Jr, A. (2012). Da disciplina ao controle: novos processos de subjetivação no mundo do trabalho. *Política & Sociedade*, 11(22), 75-92.
- Maia, A. (2011). Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. *Currículo sem fronteiras*, 11(1), 54-71.
- Malinowski, B. (1978). *Argonautas do Pacífico: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural.
- Marcus, G. E. (1995). Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual review of anthropology*, 24(1), 95-117.
- Marcuse, H. (1998). *Cultura e Sociedade*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marques, A. J. de S. (2016), Reabilitação Psicossocial e a Reforma Psiquiátrica em Juiz de Fora. In Pitta, A. M. F. (org.) (2016). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, pp. 131-142.
- Marques, R. M., & Mendes, Á. (2004). Notas sobre o social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos*, 4., 2004, São Paulo. Anais... São Paulo: SEP/EDI.
- _____. (2006). O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Brazilian Journal of Political Economy*, 26, 58-74.
- Marx, K. (1974). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- Matias, M. B. de M. (2006). *Os movimentos sociais organizados em Saúde Mental em São Paulo de 1979-1992: a construção da Política de Saúde Mental e a Reforma Psiquiátrica*. Dissertação (mestrado). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*. n. 32. dez. 2016.
- Mead, L. M. (1995). Public Policy: Vision, Potential, Limits, *Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.
- Mello, S. L. (1988). *Trabalho e Sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Melo Júnior, J. A. C. C. (2008). O trabalho e seus críticos: um debate teórico. *Revista de História e Estudos Culturais*, 5 (V), n. 3. Recuperado de: http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO_05_JOAO_ALFREDO_COSTA_DE_CAMPOS_MELO_JUNIOR_FENIX_JUL_AGO_SET_2008.pdf.

- Melo, M. M. A. (2001). *Da cidade ideal à cidade intencional: cidade ABC – a utopia colaboradora*. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP
- Mendes, L., Bonilha, M. C., Ichikawa, E. Y., & Sachuk, M. I. (2015). Tecnologias sociais, biopolíticas e biopoder: reflexões críticas. *Cadernos Ebape*. Br, 13, 687-700.
- Meneghetti, G., & Sobral Sampaio, S. (2016). A disciplina como elemento constitutivo do modo de produção capitalista. *Revista Katálysis*, 19(1). Recuperado de <http://www.redalyc.org/html/1796/179646075014/>.
- Miguel, P. de T., & Medeiros, J. P. (2022). A volta dos manicômios: reflexões acerca da nota técnica n. 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MSN. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, 14(39), 41-61.
- Minayo, M. C. de S. (org.) (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Miranda, V. Corrêa Lima de, & Miranda, J. E de. (2021). Do processo de formação da legislação cooperativa brasileira à atualidade das cooperativas agrícolas e de consumo: a nova estrutura do cooperativismo brasileiro. *Deusto Estudios Cooperativos*, (17), 21-42. <https://doi.org/10.18543/dec-17-2021pp21-42>
- Moraes, R. Q. (2014). A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. *Revista de informação legislativa*, v. 51, n. 204, p. 269-285.
- Moro, A. M. & Henna, E. S. (2014). *Jornal Vozes*. In Pinho, K. L. R.; Pinho, L. P.; Lussi, I. A. de O. & Machado, M. L. T. (org) (2014). *Relatos de Experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde*. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, pp. 225-236.
- Mota, A. E; Amaral, A.; Perruzo, J. (2012). O novo-desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In (2012). Mota, A. E. (Org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia*. São Paulo: Cortez.
- Muchail, S. T. (2017). Insurreições espirituais In Rago, M. & Gallo, S. (org.) (2017). *Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?*. São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, pp.177-186.
- Nardi, H. C. (2002). A genealogia do indivíduo moderno e os suportes sociais da existência. *Psicologia & Sociedade*; 14 (1): 141-146; jan. / jun. 2002.
- _____. (2006). *Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Nardi, H. C. & Silva, R. N. da (2014). Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In Guareschi, N. M. F. & Hüning, S. M. (org). (2014). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 143-158.
- Nespoli G. (2014). Biopolíticas da Participação na saúde: O SUS e o Governo das Populações. In Guizardi FL, Nespoli G, Cunha ML, (org.) (2014). *Políticas de Participação e Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; Recife: UFPE, pp. 59-90.

- Neves, V. F. A. (2006). Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 1(1), 1-17. Recuperado de: https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/Pesquisa-Acao_e_Etnografia..._-_VFA_Neves.pdf.
- Neves, Ê. D. A. B., Feitosa, L. B., & Gaião, W. R. (2021). Foucault, a loucura e o cuidado de si: confrontação dialógica entre as obras “Holocausto Brasileiro” e “O Alienista”. *REVES-Revista Relações Sociais*, 4(1), 11001-11011.
- Nietzsche, F. W. (2004). *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia da Letras.
- Nobre, M. T.; Amorim, A. K. A. E Frangella, S. (2019). Etnografía, cartografía, etnocartografar: diálogos y composiciones en el campo de la investigación. *Estud. psicol.* (Natal) [online]. vol.24, n.1, pp. 54-64. ISSN 1413-294X. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190007>.
- Nunes, A. L. C. (2014). E cá estamos no NUPE: Nucleando Projetos Especiais In Pinho, K. L. R.; Pinho, L. P.; Lussi, I. A. de O. & Machado, M. L. T. (org) (2014). *Relatos de Experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde*. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora. pp.
- Oda, N. T. (2000). Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In Singer, P.; Souza, A. R. de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 93-110.
- Oddone, I. et al. (2008). *Experiência operária, consciência de classe e psicologia do trabalho*. Tradução de: Esperienza operaia e psicologia del lavoro. Editrice sindacale italiana, 1974, não publicado.
- Oliveira, L. J. de. (2012). A genealogia nietzschiana em Michel Foucault. *Revista FAMECOS*, v. 1, n. 17, p. 117-125, abril, 2012. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3157/2428>.
- Pagotto, C. & Santos Jr., O.O. (2012). Breve história da organização do trabalho em cooperativas e associações no capitalismo. In Netto, J. V. R. & Bernardes, M. A. (2012). *Trabalho, economia solidária e desenvolvimento social: o caso da rede de economia solidária na comunidade do Montanhão em SBC/SP*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo. pp. 13-46
- Paiva, A. C. S. (2000). *Sujeito e laço social: a produção da subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado.
- Palma, F. M. (2017). *Ensaio sobre o princípio da cooperação como alternativa à lógica da concorrência neoliberal: o caso da economia solidária no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas). Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de: <https://bdm.unb.br/handle/10483/20060>.
- Paula, A. P. P. de. (2015). Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, jan./mar, p.36-47.

- Paula, J. A. D. (2003). *A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (2005) (Org.) *Adeus ao desenvolvimento*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Passos, I. C. F. (2009). *Reforma psiquiátrica: as experiências francesa e italiana*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Passos, E. & Eirado, A. do (2020). Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da (Org.). (2020) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 109-130.
- Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da (Org.). (2020) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Pellejero, E. (2016). Entre dispositivos e agenciamentos: o duplo Deleuziano de Foucault. *Margens*, 6(7), 11-22.
- Perez, S. (2010). *Santo André: a Invenção da Cidade*. Dissertação (de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Petersen, P. (Org.) (2009). *Apoios: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro* / Paulo Petersen (org.). Rio de Janeiro: AS-PTA.
- Pinto, A. T. M., & Ferreira, A. A. L. (2010). Problematizando a reforma psiquiátrica brasileira: a genealogia da reabilitação psicossocial. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 27-34, Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/pe/a/WxL3NDYNwqx4RnCc7sdvCMY/?format=pdf&lang=pt>.
- Pinto, G. C. (2010). *Biopolítica, saúde e governamentalidade: uma problematização da estratégia saúde da família a partir de breve genealogia das políticas de saúde pública no Brasil*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, SC.
- Pinho, K. L. R. (2015). *Economia solidária e a produção de cidadania na saúde mental: um estudo dos dispositivos de inclusão social pelo trabalho no estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos.
- Pinho, K. L. R.; Pinho, L. P.; Lussi, I. A. de O. & Machado, M. L. T. (org.) (2014). *Relatos de Experiências em Inclusão Social pelo Trabalho na Saúde*. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora.
- Pinho, L. C. (2010). A presença de Nietzsche na obra de Foucault: mais do que uma afinidade filosófica. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 16, n. 26, p. 167-187, 2010. Recuperado de: <http://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/768>.
- Pitta, A. M. F. (2016). Prefácio. In Pitta, A. M. F. (org.) (2016). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, pp. 9-12.

- Pitta, A. M. F. (org.) (2016). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec.
- Portocarrero., V. M. (2002). *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- _____. (1990). *O dispositivo da saúde mental: uma metamorfose na psiquiatria brasileira*. Tese (Doutorado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Prado Filho, K., & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, (38), 45-49.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. PSA. (2016). *Anuário de Santo André 2016*, ano base 2015. Recuperado de: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/381434.PDF>.
- _____. (2019). *Plano Operativo de Janeiro a Junho de 2020. 15º Termo aditivo nº 238/2019*. Recuperado de: [prefeitura municipal de santo andré - 15.º termo aditivo nº 238/2019](http://www.prefeitura.municipal.de.santoandre.sp.gov.br/15-termo-aditivo-n-238-2019).
- Puello-Socarrás, Jf. (2008). *Nueva Gramática del Neo-liberalismo. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales.
- Pulido-Martínez, H. C. (2017). De la relación entre la Psicología y el trabajo a la luz de sus dimensiones coloniales. *Estudios de Psicología* (Campinas), 34(1), 5-14.
- _____. (2015). Del empleo al post-empleo: o de la plasticidad de la psicología en la producción de la subjetividad laboral. *Rev. Psicol., Organ. Trab.* [online], vol.15, n.3, pp. 322-331.
- Quintas, F. (2000). A crônica antropológica: literatura e ciência. *Logos*, 7(2), 33-41.
- Rago, M. & Gallo, S. (org.) (2017). *Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?*. São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios.
- Reis, F. L. (2009). *Produção de saúde e governamentalidade: uma história das práticas da medicina social brasileira e de suas implicações biopolíticas*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Ribeiro, C. E. (2018). Nietzsche, a genealogia, a história: Foucault, a genealogia, os corpos. *Cadernos Nietzsche*, 39(2), 125-160.
- Ribeiro Junior, D. (2008). *Desindustrialização do ABC: emprego e desemprego em tempos de mudança*. Dissertação (mestrado em Administração). Faculdade de Ciências Administrativas da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- Rios, G. (1987). *O que é cooperativismo*. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense.

- Rodrigues, K. L.; Pinho, L. P. (2015). Limites e desafios para inclusão social pelo trabalho na saúde mental. In Razzouk, D.; Lima, M.G. A. de; Cordeiro, Q. (org.). (2015). *Saúde mental e trabalho*. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & sociedade*, 21, 166-173.
- Rosaldo, R. (1989). *Culture and truth: the remaking of social analysis*. Boston: Beacon
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20, 155-164.
- _____. (1988) Governando a alma: a formação do eu privado. In Silva, T. T. da (org.). (1988). *Liberdades reguladas*. Petrópolis: Vozes, pp.30-45.
- Sadek, M. T. (1984). *Concentração industrial e estrutura partidária: o processo eleitoral no ABC, 1966-1982*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, SP.
- Salazar, S. N. (2008). *Trabalho e educação nas práticas de economia solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?* Rio de Janeiro/RJ. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Sanson, C. (2009). *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*. Curitiba/PR. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.
- Santiago, E., & Yasui, S. (2015). Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. *Psicologia & Sociedade*, 27, 700-711.
- Santos, I. (2004). Da gênese à crise do Estado de bem-estar. *Revista Cronos*, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 289-308,
- Saraceno, B. (2001). *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Instituto Franco Basaglia: Te Corá Editora.
- _____. (2016). Reabilitação Psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: Pitta, A. (2016). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, pp. 19-26
- Sato, L.; Coutinho, M. C. & Bernardo, M. H. (2017) A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho In: Coutinho, M. C.; Hespanhol, B. M. & Sato, L. (org.) *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis: Vozes, pp. 11-24.
- Sato, L., & de Mello, S. L. (1998). Entrevista: Sylvia Leser de Mello. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 1, 57-63.
- Sato, L., & Souza, M. P. R. (2001). Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia Usp*, 12(2), 29-47. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/63371>.
- Scarano, R. C. V. (2015). *Um diálogo entre Michel Foucault e a economia solidária: relações entre as práticas de liberdade e autogestão: um estudo de caso da*

cooperativa de economia solidária Teia Ecológica. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS.

- Scarcelli, I. R. (2011). *Entre o hospício e a cidade: dilemas no campo da saúde mental*. São Paulo: Zagadoni.
- Schmidt, M. L. S. (2019). Etnografia e fenomenologia: escrita e alteridade. In Cabral B. E. B.; Szymansky, L.; Moreira, M. I. B.; Schmidt, M. L.S.(org.) (2019). *Práticas em pesquisa e pesquisa como prática: experimentações em psicologia*. Curitiba: CRV, pp. 31-48.
- _____. (2006). Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, 17(2), 11-41. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/41889>.
- Schwartz, Y. (2000). Trabalho e uso de si. *Pro-posições*, 11(2), 34-50. Recuperado de: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/download/8644041/11485>.
- Senellart, M. (2008). Situação do curso. In Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 495-538.
- Shimoguiri, A. F. D. T., & Costa-Rosa, A. D. (2017). Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 21, 845-856. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/icse/2017nahead/1807-5762-icse-1807-576220160202.pdf>.
- Silva, E. S., Salomão, I. L., McIntyre, J. P., Guerreiro, J., Pires, M. L. L. S., Albuquerque, P. P., ... & Vaz, S. D. C. (2003). Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. *Revista uniRcoop*, 1(2), 75-102.
- Silva, M. I. C. da, & Louzada, A. P. F. (2016). Pronatec como procedimento de in/exclusão da governamentalidade neoliberal. *Revista Diálogo Educacional*, 16(47), 209-230 ISSN: 1518-3483. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189145380011>
- Silva, S. M. da (2019). *O trabalho nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS-AD) nos municípios de Santo André e Diadema (SP): desafios para a atuação profissional*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo.
- Silva, T. C. M. da & Amazonas, M. C. L. A. A. (2019). Problematizações foucaultianas sobre a Psicologia na saúde e no hospital. In Cabral B. E. B.; Szymansky, L.; Moreira, M. I. B.; Schmidt, M. L.S.(org.) (2019). *Práticas em pesquisa e pesquisa como prática: experimentações em psicologia*. Curitiba: CRV, pp. 105-122.
- Singer, P. (1998). *Uma utopia militante: repensando o socialismo [online]*. 2ª. Petrópolis-RJ: Editora Vozes. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/858368/mod_resource/content/1/Uma%20

[Utopia%20Militante-Repensando%20o%20Socialismo%20-%20Singer%2C%20Paul.pdf.](#)

- _____. (2004). A economia solidária no Governo Federal. *Mercado de Trabalho*, 24, 3.
- _____. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Siqueira, M. C. A. (2012). *A política de Assistência Social do Governo Lula: entre a inovação e a ortodoxia neoliberal*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília/UnB.
- Sisto, V. (2012): Haciendo subjetividades calculables: la transformación de la crítica psicológica en tecnología administrativa. Aristeo. *Revista de Investigaciones y Aplicaciones en Psicología del Trabajo y las Organizaciones*. 2 (2), 91-112.
- Smith, A. (1996). *Coleção os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural.
- Sousa, I. D. S. (2001). *A primeira reforma psiquiátrica: uma história do tratamento moral*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Medicina Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Sousa Santos, B. (1995). A construção multicultural da igualdade e da diferença. *VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia*. Conferência Magistral. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ.
- Sousa, R. C. D., & Morais, M. D. S. A. D. (2011). Polícia e Sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira. *V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Maranhão*, São Luís, MA, Brasil, 5.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, 8 (16), jul/dez 2016, p. 20-45. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>.
- Spink, M.J.P. (2007). Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*; 19 (1): 7-14; jan/abr. 2007. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000100002&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Spink, P. K. (2003). A perda, redescoberta e transformação de uma tradição de trabalho: a teoria sociotécnica nos dias de hoje. *Organizações & Sociedade*, 10(28), 117-129.
- _____. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, vol. 20, 2008, pp. 70-77.
- Stenico, C. A. (2015). *Poder e resistência: pensando a política e a ética em Michel Foucault*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Taddei, A. (2012). Sobre a escrita etnográfica. *Revista Aurora*, 5, 103-118.

- Tedesco, S. H., Sade, C., & Caliman, L. V. (2013). A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25, 299-322.
- Torre, E. H. G., & Amarante, P. (2001). Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6, 73-85. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232001000100006&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Trad, L. A. B. (2012). Trabalho de campo, narrativa e produção de conhecimento na pesquisa etnográfica contemporânea: subsídios ao campo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17, 627-633. Recuperado de: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232012000300008&script=sci_arttext&tlng=pt.
- Tristão, E. (2011). A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. *SER Social*, 13(28), 104–128. https://doi.org/10.26512/ser_social.v13i28.12684
- Tyler, S. (1986). Post-modern ethnography: from document of the occult to occult document. In Clifford, J. & Marcus, G. (1986). *Writing Culture: The Poetics And Politics Of Ethnography*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. pp.
- Veiga-Neto, A. (2006). Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In Rago, M.; Veiga-Neto, A. (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 13-38.
- Veiga-Neto, A., & Lopes, M. C. (2007). Inclusão e governamentalidade. *Educação & Sociedade*, 28, 947-963. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300015>
- _____. (2011). Inclusão, exclusão, in/exclusão. *Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol.*, (20). Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/14886>.
- Veyne, P. (2009). *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Texto & Grafia.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Weinmann, A. D. O. (2006). Dispositivo: um solo para a subjetivação. *Psicologia & Sociedade*, 18, 16-22. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300003>.
- Woleck, A. (2002). O trabalho, a ocupação e o emprego: Uma perspectiva histórica. *Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação*, 1 (Janeiro), 33-39. Recuperado de: <http://www.iesc.ufrrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf>.
- Zaluar, A. (1986). Teoria e prática do trabalho de campo. Alguns problemas. In Cardoso, R. (1986). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Zambenedetti, G., & Silva, R. A. N. D. (2011). Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 23, 454-463 <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300002>.

Zambroni-de-Souza, P. C. (2006). Trabalho, organização e pessoas com transtornos mentais graves. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9(1), 91-105. Recuperado de <http://www.periodicos.usp.br/cpst/article/view/25885>.